UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Campus de Presidente Prudente

MATO GROSSO DO SUL E CAMPO GRANDE: ARTICULAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Spósito

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente
2000

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Maria Encarnação Beltrão Spósito
Universidade Estadual Paulista (orientadora)

_____

Armen Mamigonian
Universidade de São Paulo

_____

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

_____

Maria Laura Silveira
Universidade de São Paulo

_____

Jayro Gonçalves Melo
Universidade Estadual Paulista

Presidente Prudente (SP), 19 de junho de 2000

Resultado:_____

Ao André,

Sempre zelando por tornar melhor minha caminhada nesta existência, como um grande e carinhoso acompanhante que estimula, apoia, contribui e valoriza.

AGRADECIMENTOS

O fôlego para realização desse trabalho só foi possível, em função do apoio financeiro e profissional dos responsáveis pela Universidade Católica Dom Bosco e da contribuição solidária, mesmo que indireta, de tantas pessoas. Meus agradecimentos profundos e sinceros a todos, em particular:

À orientadora e grande amiga, Maria Encarnação Beltrão Spósito, tanto pela confiança em mim depositada desde o começo, como pela sua valiosíssima contribuição e prontidão nos momentos em que precisei de seu auxílio, sempre com a ternura que lhe é particular;

Ao eterno professor e também grande amigo, Armen Mamigonian, responsável por grande parte da minha formação intelectual e, que soube estar orientando e apontando rumos, em cada momento de início de trabalho na pós-graduação, tanto no Mestrado como no Doutorado;

À família, fonte inspiradora de minha existência: André, a quem dedico esse trabalho; meus filhos Loïc René e Henri-Claude, pelo carinho e presteza com que me ajudaram nas tarefas insanas do computador, mesmo significando sacrifício pelo gozo natural de feriados e dias de folga; meu filho Lucien-Maurice, ainda que à distância, enviando o tempo todo palavras amigas de incentivo ao trabalho; meus pais e irmão, pelo incondicional amparo e estímulo que sempre deram à minha vida, além do aconchego durante as freqüentes estadas em Presidente Prudente;

Aos colegas de trabalho, que souberam compreender ausências, solidarizando-se nas horas de necessidade para realização das tarefas requeridas durante o tempo de freqüência ao curso de pós-graduação;

Aos amigos presentes nesse percurso, especialmente aqueles que tiveram a gentileza de me oferecer contribuições, informações e aconselhamentos, visando o bom andamento do trabalho, lembrando aqui especialmente Cacilda e Ezequiel, pelo *abstract*;

Aos responsáveis por instituições, que gentilmente me receberam, não medindo esforços para preparar e ceder as informações solicitadas.

...*há muitas coisas que eu gostaria de fazer, mas se eu não as fizer, não se vai perder grande coisa não. Atrás de mim há gerações de pessoas que eu ajudei a formar. Por enquanto essas pessoas se referem a mim como uma espécie de respeito, e com um respeito reverencial, e se embaraçam ao se referir ao meu trabalho. Quando eu faltar, elas terão maior desembaraço e vão dizer muito mais coisa do que estão dizendo agora e eu peço desculpas por ainda estar vivo.*

Ignácio de Mourão Rangel

(em entrevista dada ao Geosul, 1992)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1. COMPLEXO DE VARIÁVEIS NATURAIS NA IDENTIFICAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL E DE CAMPO GRANDE 24

CAPÍTULO 2. MISSÕES E A GUARDA INDÍGENA DO TERRITÓRIO 50

CAPÍTULO 3. INTEGRAÇÃO POLÍTICA AO TERRITÓRIO NACIONAL 121

CAPITULO 4. ARTICULAÇÃO COMERCIAL ATRAVÉS DA BACIA DO PRATA E CAPTURA ECONÔMICA REGIONAL PELOS PORTOS PLATINOS 171

CAPÍTULO 5. PAPEL DE CAMPO GRANDE NA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DE MATO GROSSO DO SUL AO ESPAÇO NACIONAL 198

CONCLUSÃO 385

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 397

ÍNDICE

INTRODUÇÃO..... 14

CAPÍTULO 1. COMPLEXO DE VARIÁVEIS NATURAIS NA IDENTIFICAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL E DE CAMPO GRANDE..... 24

1.1 Mato Grosso do Sul, um Estado platino 24

1.2 Posição geográfica de Campo Grande no conjunto da bacia do Prata 29

1.3 As fisionomias de Mato Grosso Sul, através do relevo e potencialidades naturais 32
1.3.1 Planalto Arenítico-Basáltico..... 32
1.3.2 Relevos residuais elevados..... 36
1.3.3 Depressões do Alto Paraguai..... 36
1.3.4 Planície do Pantanal 37

1.4 Município de Campo Grande no conjunto do relevo regional..... 38
1.4.1 Potencialidades e dificuldades geotécnicas do sítio urbano de Campo Grande ao processo de ocupação..... 41

1.5 Estado e Campo Grande na confluência dos sistemas atmosféricos da América do Sul..... 42

1.6 Combinação dos componentes bióticos ao conjunto da paisagem natural 43

CAPÍTULO 2. MISSÕES E A GUARDA INDÍGENA DO TERRITÓRIO..... 50

2.1 Constituição do sistema colonial ibérico no continente americano 51
2.1.1 Sociedade ocidental européia na fase da expansão do Capitalismo Comercial de além-mar..... 51
2.1.2 Sistema colonial português no Brasil 57
2.1.3 Sistema colonial espanhol na América Latina..... 66
2.1.4 Mato Grosso do Sul nos primórdios da organização colonial 70

2.2 Missões Indígenas na ordem colonial espanhola 73
2.2.1 Hegemonia comercial da Espanha e a ordem colonial espanhola 73
2.2.2 Organização das Missões Indígenas..... 75

2.3 Apresamento indígena e desagregação das Missões jesuíticas..... 79
2.3.1 Hegemonia holandesa na concorrência do comércio internacional..... 79
2.3.2 Apresamento dos índios missioneiros pelos bandeirantes..... 84

2.4 Guarda indígena do território na fase da mineração 86
2.4.1 Supremacia inglesa no auge da concorrência comercial e a subordinação de Portugal 86
2.4.2 Paragens sul-matogrossenses no caminho das monções para as minas de Cuiabá..... 90
2.4.3 Guarda fronteiriça indígena no avanço português ao território das Missões..... 96

2.4.4 Busca do equilíbrio de fronteiras entre as colônias luso-espanholas 98
2.4.5 Integração das áreas de mineração ao território nacional pelo comércio e a situação do Mato Grosso do Sul 101

2.5 Militarização das fronteiras internas na defesa do território português 101
2.5.1 Emergência do fenômeno industrial na Inglaterra 101
2.5.1.1 Reforma pombalina e a militarização das fronteiras internas 104
2.5.1.2 Aprofundamento da articulação regional do Brasil-colônia no abastecimento das minas .. 113
2.5.2 Crise da mineração e novas reformas iluministas portuguesas 115

CAPÍTULO 3. INTEGRAÇÃO POLÍTICA AO TERRITÓRIO NACIONAL 121

3.1 Sistematização das fronteiras militares e o apoio dos indígenas na defesa do território despovoado 121
3.1.1 Consolidação da indústria inglesa e a internalização do polo comercial no Brasil 121
3.1.2 Despovoamento e ajustamentos da economia portuguesa ao novo centro dinâmico do sistema capitalista 123
3.1.2.1 Expansão da pecuária e extrativismo no Mato Grosso 124
3.1.2.2 Povoações indígenas fortificadas na defesa territorial 126

3.2 Articulação comercial com a região cuiabana e primeiras correntes colonizadoras 130
3.2.1 Primeira fase depressiva do capitalismo industrial inglês (1815-1848) 130
3.2.2 Movimento de independência nas vizinhas colônias espanholas 132
3.2.3 Inclusão de Mato Grosso do Sul no processo de autonomia política do Brasil 135
3.2.4 Construção da identidade nacional e dissidência na classe dos comerciantes 140
3.2.5 Crescimento econômico e populacional das fazendas escravistas do Norte de Mato Grosso 143
3.2.6 Articulação comercial entre a região cuiabana e as terras do Sul 146
3.2.7 Correntes colonizadoras originárias das áreas vizinhas 149

3.3 Incorporação política à província de Mato Grosso 151
3.3.1 Segunda ascensão da hegemonia inglesa no capitalismo internacional (1848-1873) 151
3.3.2 Equilíbrio de forças entre os nascentes Estados nacionais da bacia do Rio da Prata 153
3.3.3 Novos ajustamentos do Brasil pela integração ao capitalismo industrial em sua fase ascendente 156
3.3.4 Colônias militares na defesa fronteiriça contra o Paraguai 160
3.3.5 Acirramento dos conflitos que geraram a Guerra do Paraguai e envolvimento dos países vizinhos 168

CAPITULO 4. ARTICULAÇÃO COMERCIAL ATRAVÉS DA BACIA DO PRATA E CAPTURA ECONÔMICA REGIONAL PELOS PORTOS PLATINOS 171

4.1 Cidades comerciais na estruturação das rotas de circulação da bacia do Prata e origem de Campo Grande 171
4.1.1 Segunda recessão do sistema capitalista sob a hegemonia da Inglaterra (1873-1896) 171
4.1.2 Repercussões da crise do sistema capitalista no equilíbrio de forças na bacia do Prata 174
4.1.3 Novos ajustamentos brasileiros para o crescimento interno 176
4.1.4 Reordenamento interno sul-matogrossense na situação pós-guerra do Paraguai 179
4.1.5 Conseqüências internas da navegação fluvial na bacia do Prata durante a "era de ouro" da Argentina 186
4.1.6 Origem de Campo Grande no cruzamento de hinterlândias dos portos platinos 193

CAPÍTULO 5. PAPEL DE CAMPO GRANDE NA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DE MATO GROSSO DO SUL AO ESPAÇO NACIONAL 198

5.1 Primeiros esforços de integração econômica ao polo comercial nacional 198
5.1.1 Terceira fase ascensiva do sistema capitalista (1896-1921) e novas regulações do espaço-tempo 198
5.1.2 Supremacia econômica da Argentina na bacia do Prata 203
5.1.3 Novo dinamismo do polo mercantil exportador brasileiro e o avanço das "franjas pioneiras" de café. 205
5.1.4 Expansão da economia de mercado no Mato Grosso sob interferência de investidores dos países platinos 208
5.1.5 Expansão das rotas de circulação na integração do Mato Grosso do Sul ao espaço nacional 213
5.1.6 Crescimento urbano e ampliação dos papéis de Campo Grande 223

5.2 "Fronteira em expansão" em moldes não capitalistas 231
5.2.1 Terceira fase recessiva do sistema capitalista (1921-1948) 231
5.2.2 Industrialização brasileira e alteração no equilíbrio de forças dos países da bacia do Prata 235
5.2.3 Integração econômica do espaço nacional em torno do novo polo industrial 238
5.2.4 "Fronteira em expansão" e a nacionalização da faixa fronteiriça 244
5.2.5 Papel de Campo Grande na rede urbana em formação 252
5.2.6 Urbanização de Campo Grande ao longo da ferrovia 256

5.3 "Fronteira agrícola" em moldes pré-capitalistas 270
5.3.1 A fase ascensiva do quarto ciclo longo (1948-1973) sob a hegemonia norte-americana 270
5.3.2 Internacionalização da indústria brasileira e a redivisão do trabalho regional 276
5.3.3 Colonização e avanço da fronteira agrícola pré-capitalista no sul do Estado. 285
5.3.4 Centralidade de Campo Grande na rede urbana 290
5.3.5 Urbanização de Campo Grande como polo rodo-ferroviário 295

5.4 "Fronteira agrícola" em moldes capitalistas e a modernização agrícola 300
5.4.1 Fase recessiva do quarto ciclo longo 300
5.4.2 Mercosul 309
5.4.3.Industrialização da agricultura 310
5.4.4 Expansão da fronteira agrícola em moldes capitalistas 317
5.4.5. Crise agrária 325
5.4.6 Industrialização do Mato Grosso do Sul 330
5.4.6.1 Surgimento das agroindústrias 330
5.4.6.2 Tendências de industrialização no setor da mineração 338
5.4.7 Novas variáveis conjunturais e o novo modelo de colonização da "faixa fronteiriça". 340
5.4.8 Urbanização do Estado 345
5.4.9 Fortalecimento da centralidade de Campo Grande na ordenação da rede urbana 350
5.4.9.1 Fortalecimento da centralidade urbana de Campo Grande 350
5.4.9.2 Estruturação interna do espaço de organização interna e da rede urbana 359
5.4.10 Ampliação dos papéis urbanos de Campo Grande como polo aero-rodo-ferroviário e de comunicações 365

CONCLUSÃO 385

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 397

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MATO GROSSO DO SUL NA AMÉRICA DO SUL 25
FIGURA 2 – MATO GROSSO DO SUL NA BACIA DO PRATA 27
FIGURA 3 – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE NA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE MATO GROSSO DO SUL 28
FIGURA 4 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MATO GROSSO DO SUL 30
FIGURA 5 - HIDROGRAFIA DO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE 30
FIGURA 5A - REDE HIDROGRÁFICA DO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO GRANDE 31
FIGURA 6 – GEOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL 33
FIGURA 8 - GEOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE 39
FIGURA 9 - GEOMORFOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE 40
FIGURA 10 - CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA DE MATO GROSSO DO SUL 44
FIGURA 11 VEGETAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL 46
FIGURA 12 – VEGETAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE 48
FIGURA 13 – MISSÕES JESUÍTICAS DE ITATIM E GUAIRA 77
FIGURA 14 - ROTAS FLUVIAIS UTILIZADAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII 93
FIGURA 15 – CAMINHOS E ROTEIROS DO SÉCULO XVIII 95
FIGURA 16 – CAPITANIA DE MATO GROSSO EM 1763 107
FIGURA 17 – PROVÍNCIAS BRASILEIRAS EM 1822 139
FIGURA 18 – SUL DA PROVINCIA DE MATO GROSSO NA METADE DO SÉCULO XIX 163
FIGURA 19 – NÚCLEOS FORTIFICADOS CONSTITUÍDOS ENTRE 1767 E 1863 167
FIGURA 20 – CAMPO GRANDE NO CRUZAMENTO DAS HINTERLÂNDIAS DOS PORTOS DE CORUMBÁ E CONCEPCIÓN NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX 195
FIGURA 21 – LINHAS TELEGRÁFICAS DE MATO GROSSO - 1912 216
FIGURA 22 - PLANTA DE ALINHAMENTO DE RUAS E PRAÇAS DE CAMPO GRANDE – 1909 224
FIGURA 23 – ROCIO DE CAMPO GRANDE DENTRO DO PERIMETRO URBANO ATUAL 227
FIGURA 24 – ROCIO DE CAMPO GRANDE – 1910 228
FIGURA 25 – ZONA URBANA DO ROCIO DE CAMPO GRANDE - 1910 228
FIGURA 26 - FAIXA DE FRONTEIRA NO MATO GROSSO DO SUL 246
FIGURA 27 – PLANTA URBANA DE CAMPO GRANDE DA DÉCADA DE 20 263
FIGURA 28 – PLANTA URBANA DE CAMPO GRANDE - 1933 267
FIGURA 29 - PLANTA URBANA DE CAMPO GRANDE – 1938 268

FIGURA 30 - UNIDADES MILITARES NA FRONTEIRA – 1970 282
FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS FERROVIAS NO CENTRO-SUL DO BRASIL ATÉ 1985 346
FIGURA 32 – EVOLUÇÃO DAS RODOVIAS NO CENTRO-SUL DO BRASIL ATÉ 1988 347
FIGURA 33 – TRANSPORTES E HIERARQUIA URBANA DE MATO GROSSO DO SUL NA DÉCADA DE 90 361
FIGURA 34 – FAIXAS TERRITORIAIS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA A SÃO PAULO - 1999 362
FIGURA 35 – VISTA PARCIAL DE CAMPO GRANDE - 1997 368
FIGURA 36 – TECIDO URBANO DE CAMPO GRANDE EM 1998 369
FIGURA 37 – EVOLUÇÃO DO TECIDO URBANO DE CAMPO GRANDE DE 1950 A 1990 371
FIGURA 38 – VISTA DA ÁREA CENTRAL DE CAMPO GRANDE - 1997 373
FIGURA 39 – CONJUNTO HABITACIONAL AERORANCHO – UM DOS ASPECTOS DA PERIFERIA URBANA DE CAMPO GRANDE 1999 375
FIGURA 40 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE CAMPO GRANDE - 1996 377
FIGURA 41 – SISTEMA VIÁRIO E FAVELAS DE CAMPO GRANDE - 1998 378
FIGURA 43 – REGIÕES URBANAS DE PLANEJAMENTO DE CAMPO GRANDE - 1998 382
FIGURA 44 – MODERNOS EIXOS VIÁRIOS PASSANDO PRÓXIMOS DA FAVELA LOCALIZADA AO LONGO DA MARGEM DO CÓRREGO ANHANDUIZINHO – 1999 383
FIGURA 45 – AVENIDA AFONSO PENA – EIXO VIÁRIO PRINCIPAL DA "REGIÃO CENTRO" DE CAMPO GRANDE - 1997 384

RESUMO

A preocupação norteadora desse trabalho foi a de conhecer as condições específicas em que se deram a incorporação e consolidação econômica e política de Mato Grosso do Sul ao espaço nacional, durante a evolução cíclica do sistema capitalista, assim como o papel de Campo Grande nesse processo. A origem e evolução de Campo Grande foram analisadas no conjunto das considerações, buscando-se possíveis relações entre urbanização, desenvolvimento regional e integração do Estado ao espaço nacional. Na abordagem, levaram-se em conta diversas formulações teóricas compatíveis no que tange à visão sistêmica da realidade, do ponto de vista de sua complexidade e dinamicidade. Implica num raciocínio multiescalar, associando-se a dimensão espacial à histórica, num esforço teórico-metodológico de apreensão da dialética entre o geral e o particular. Foi possível verificar na dinâmica do processo analisado desde o período colonial, particularidades que couberam a Mato Grosso do Sul nas leis gerais do sistema capitalista, capazes de explicar os efeitos locais da intervenção da economia industrial, assim como o papel que coube a Campo Grande nesse processo, especialmente com relação à integração econômica do território do Estado ao espaço nacional.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul – Campo Grande, Desenvolvimento Regional, Integração econômica, Espaço Geográfico.

ABSTRACT

The framework of this study was to comprehend the specific conditions surrounding the incorporation and political-economical consolidation of the state of Mato Grosso do Sul to the national scenario, during the cyclic evolution of the capitalistic system as well as the role of Campo Grande in this process. The origin and evolution of Campo Grande were analyzed in the context of possible relations between urbanization, regional development and the integration of the state in the national scope. In this approach, several theoretical compatible formulations were considered as to systemic view of reality, from the complex and dynamic point of view. This implies a multi scale reasoning, associating spatial dimension to the historical one, in a theoretical-methodological effort of comprehend the logic between the general and the specific. It was possible to verify peculiarities attributed to Mato Grosso do Sul in the general laws of the capitalistic system, and instances capable of explaining the local effects of the intervention of industrial economy in the dynamic of the process analyzed since colonial times, as well as the role of Campo Grande in this process, especially in relation to the economical integration of the state territory to the rest of the nation.

Key words: Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Regional Development, Economic Integration, Geographical Space.

INTRODUÇÃO

O Estado do Mato Grosso do Sul ganhou autonomia política apenas em 1977, emergindo da divisão do então Estado de Mato Grosso. Por outro lado, do ponto de vista político, o seu território só foi incorporado integralmente ao corpo do país, em 1870, após a Guerra do Paraguai. Portanto, é Brasil há pouco mais de um século.

Pertence ao Centro-Oeste do Brasil, região que junto com o Norte contém 2/3 do território brasileiro, constituindo até 1960, não só as terras anecumênicas como as menos acessíveis do país (ocupadas com apenas 8% da população brasileira, ou 1 habitante por km²).

Incluído entre os dois rios mais importantes da bacia do Prata, o Paraguai e o Paraná e, tendo sido ocupado no início do período colonial ibérico, por missões jesuíticas espanholas, seus habitantes tiveram sempre facilidades para estreitar relações com as populações dos países platinos, especialmente através do rio Paraguai.

Desse modo, explica-se, em parte, o atraso relativo da integração econômico-social dos parcos habitantes do Mato Grosso do Sul ao espaço nacional, havendo necessidade de efetivas estratégias econômicas e político-militares por parte do Estado-nação, no sentido da consolidação desse processo.

O Brasil chegou ao presente século sob a forma de um imenso território desigualmente povoado, bastante regionalizado, com padrões tecnológicos diferenciados, e evidentemente, com graus diferentes de participação na economia nacional. Mas, o centro de dinamismo industrial instalado no Sudeste, a partir da década de 30, passou a estender uma influência progressiva sobre os territórios mais periféricos, especificamente no Pós-Guerra, atribuindo-lhes novas funções no conjunto do sistema econômico nacional, ao mesmo tempo, promovendo a unificação econômica do país.

Com a expansão da base geográfica da economia nacional, no processo de consolidação da unidade territorial do país, incorporando as regiões periféricas à divisão nacional do trabalho, sob o comando de centro dinâmico industrial, ocorreu não só a

redistribuição geográfica de recursos humanos e da renda nacional, como também a implantação de meios geográficos tecnologicamente inovadores e, de cidades.

Essa expansão, resultante de fatores de regulação, ocorridos tanto em escala nacional como internacional, significou ocupação "racional" do território, fruto de concepções de desenvolvimento ligadas à Modernidade[1], em regiões até então pouco valorizadas, dando origem a novas formações sócio-espaciais.

As mudanças ocorridas nas áreas periféricas foram de caráter quantitativo e qualitativo, levando tais regiões a conhecer profundas transformações de caráter sócio-econômico, cultural, político e ambiental, sobretudo nas áreas agrícolas mais modernizadas.

Esse processo foi marcante no Mato Grosso do Sul a partir da década de 70, fase depressiva do último ciclo longo da economia capitalista, quando a região mostrou grande dinamismo, chegando a exibir índices de crescimento econômico e de urbanização superiores à média brasileira, resultando inclusive, na autonomia política do Estado, em 1977.

A cidade de Campo Grande, escolhida para ser capital do novo Estado, ocupa hoje, tanto posição central no território constituído, como usufrui de significativa centralidade econômica no espaço dos fluxos estabelecidos dentro do Estado.

A grande busca norteadora desse trabalho de pesquisa foi conhecer as condições específicas da incorporação/ consolidação econômico-política de Mato Grosso do Sul ao espaço nacional, durante a evolução cíclica do sistema capitalista, assim como o papel de Campo Grande nesse processo.

Nesse sentido, o objetivo geral da presente pesquisa foi o conhecimento do processo de constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e a emergência e desenvolvimento dos papéis urbanos de Campo Grande.

Na dimensão da natureza, buscou-se compreender o resultado da convergência das variáveis naturais, na caracterização de Mato Grosso do Sul e especificamente de Campo Grande.

Também se procurou avaliar, nas dimensões sócio-econômica, política e

[1] Entende-se Modernidade aqui, como momento histórico da conquista territorial e colonização do mundo pelo Ocidente, tendo como suporte ideológico básico a crença na razão e ciência, como forma de emancipação e busca de estabilidade no processo de sobrevivência. Com base nesse modelo regulador no processo de manutenção da vida, o crescimento econômico chegou a ser identificado com o desenvolvimento. Permeada por uma razão técnica, predominante no Pós-Guerra, a mentalidade de crescimento das sociedades ocidentais incluíu a necessidade de intermediação da ciência e tecnologia aplicada à produção (ELIZALDE, 1998).

cultural, os estágios evolutivos de longa e média duração, na constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, desde as origens coloniais até a presente data, numa dialética com o sistema capitalista. Analisou-se, desse modo, as principais características relativamente estáveis de cada movimento e as formas particulares de ajustamento às situações de ruptura do equilíbrio da ordem estabelecida. Por outro lado, também se procurou compreender nesse processo, quando significativo, algumas mudanças conjunturais, manifestadas em tempos mais curtos.

A origem e evolução urbana de Campo Grande foram analisadas no conjunto das considerações acima, buscando-se possíveis relações entre a urbanização, o desenvolvimento regional e a integração do Estado ao espaço nacional. A urbanização foi abordada não só no sentido das atividades exercidas pelo núcleo urbano, como também do incremento populacional, das formas e expansão do espaço construído da cidade.

Na perspectiva de uma abordagem sócio-espacial da evolução do fenômeno que se pretendeu compreender, buscou-se avaliar vários recortes espaciais de análise, na dinâmica geral do sistema capitalista. Assim, procedeu-se à tentativa de compreensão da dinâmica particular de Mato Grosso do Sul, articulado dialeticamente a tanto ao Brasil numa escala acima, como a Campo Grande, numa escala abaixo. Quando se fez necessário, também se buscou compreender a dinâmica na escala espacial da bacia do Prata.

Tratou-se de uma perspectiva analítica complexa da sociedade, buscando-se destacar em cada nível abordado, suas particularidades nas leis gerais da sociedade capitalista. A abordagem implicou, portanto, num raciocínio multiescalar, associando-se a dimensão espacial à dimensão histórica, num esforço teórico-metodológico de apreensão da dialética entre o geral e o particular dentro do sistema capitalista.

Tendo em vista a nova imagem do mundo, predominante após a década de 60, especialmente, com os avanços da física quântica[2], buscou-se na visão sistêmica, a abordagem de um todo complexo, dinâmico e indivisível, com as partes essencialmente inter-relacionadas[3]. Esse esforço teórico no domínio da geografia remeteu à noção de "combinação de complexo", trabalhada por André Cholley.

Já no início da década de 70, Jacqueline Beaujeu-Garnier retomou como

[2] Após a década de 60, na mecânica quântica avançou-se no desenvolvimento de teorias sobre as partículas subatômicas, detectando-se uma nova imagem do mundo. Demolia-se a noção clássica de objetos sólidos, apresentando-se o mundo como um complicado tecido de eventos, nos quais as conexões de diferentes espécies se alternam, se sobrepõem e se combinam na determinação do todo, de acordo com as probabilidades e sempre articulados com o todo (CAPRA, 1982).

[3] CAPRA (1982) cognominou esse momento de "crise de percepção"da visão de mundo, que até então era mecanicista.

papel da geografia, as ídéias de André Cholley sobre os "complexos de situação", uma forma de conhecimento da realidade em conjunto[4]. A noção de combinação de complexo foi expressa pelo autor, como fenômenos de convergência. O papel do geógrafo seria o de determinar as características dessa combinação e as razões da convergência dos elementos, localizando-as e as considerando no espaço e no tempo, mas num tempo de certa permanência e com certa massa, buscando-se compreender os meios relativamente estáveis.

Assim, segundo o autor, existe sempre um plano de contato para convergência dos grandes sistemas constitutivos do globo terrestre, onde as combinações se produzem, constituindo-se aí um meio particular, quadro de manifestações da vida natural e da sociedade. Para Cholley, a idéia de meio inclui também a noção de estabilidade e renovação periódica.

O domínio da atividade humana, segundo Cholley, pode exprimir superposições de complexos variados, ampliando a complexidade das combinações. Por outro lado, a variedade e as sucessões das combinações sociais podem se apresentar mais aceleradas que as combinações naturais[5], como também, podem agir no sentido de corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza.

Segundo esse autor, a organização do planeta repousa em duas bases essenciais, a territorial e a humana. Nesse sentido, considerou-se importante acrescentar a essa reflexão, a consideração teórica de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1978) no que tange à natureza diferencial de organização entre os fenômenos naturais e sociais no plano espacial, visto pela abordagem da dinâmica da auto-organização.

Conforme Monteiro (idem), as variáveis do sistema natural, já estruturadas em nível planetário, constituem planos de contato no espaço, passando por uma série de estados sucessivos no tempo. No entanto, na organização dos sistemas sociais, a ação dos homens deu-se no sentido inverso da natureza, ou seja, a partir das escalas inferiores para as superiores, das formas mais simples de relações sociais até as mais complexas, atingindo escalas mais abrangentes.

---

[4] BEAUJEU-GARNIER (1971, p.5-6) levantou as questões que afetavam fortemente a Geografia, na obra "La géographie: méthodes et perspectives" que marcou a passagem para a abordagem crítica na França, quando essa ciência havia se submetido a tantas especializações, que geravam não só uma ambigüidade na definição de seu conteúdo, como colocava em risco a própria natureza do domínio da Geografia. E nesse particular, ela lembrava o perigo do desaparecimento do que considerava o domínio próprio do geógrafo, ou seja, o da interpretação dos "complexos de situação", possibilitando o conhecimento da realidade do conjunto, sendo, portanto, o geógrafo um especialista do conjunto, do complexo.

[5] Nesse caso, ocorre a desadaptação entre as combinações naturais e sociais. As crises é que vão indicar as insuficiências da combinação e o tipo de modificação a ser introduzida pela sociedade (CHOLLEY, 1964).

Mais recentemente, Monteiro (1991) acrescentou novas considerações a respeito de características da realidade social no mundo de hoje, que o torna mais complexo, interrelacionado e instável. Refere-se, por exemplo, à atual complexidade dos eventos sociais sincronizados no planeta, desde a grande escala até a infinitamente pequena. Há um complexo nível de interrelações e integração entre os mais diferentes lugares e níveis hierárquicos no mundo.

Por outro lado, os sistemas sociais existentes tornaram-se muito mais dinâmicos, conferindo-lhe grau maior de instabilidade. Essa nova condição dificulta a estabilidade na manutenção do equilíbrio, podendo gerar formas de energia interna, perturbadoras das estruturas (energias dissipativas), alterando o conceito anterior de "entropia".

A desestabilização dos sistemas dinâmicos, por outro lado, evidencia uma "idade interna" a cada topologia do sistema, na realidade, uma hierarquia de tempos internos. Cada subsistema tem seu tempo médio. Por outro lado, todos participam nos tempos coletivos e de seu subsistema. Existem, desse modo, diferentes ordens de temporalidade no âmbito interior e exterior do sistema.

Os modelos de auto-organização também ocorrem no nível abstrato, ou seja, nas formas mentais coletivas, constituindo outra dimensão da ordem social. Teilhard de Chardin (*apud* CAPRA, 1982, p.298) postulou a manifestação da mente em nível planetário, criando a categoria de "camada mental" ou "noosfera". Santos (1993, p. 46) reconheceu a "psicosfera" como uma instância do sistema social, categoria já utilizada antes por Ribeiro (1990, *passim*). Essa dimensão da sociedade é importante no fornecimento de regras objetivas da racionalidade ou do imaginário, podendo ser geradas à distância[6].

Trouxe importante contribuição à análise do tema da pesquisa, entre as formulações teóricas sistêmicas de origem marxista, aquela da "formação sócio-espacial", enunciada por Milton Santos, desde 1977. Ao tentar definir as especificidades de cada formação econômica e social no quadro de um movimento totalizador e das múltiplas determinações, percebeu a necessidade de incluir nesse conceito a categoria "espaço" Segundo ele, as diferenças entre lugares seriam o resultado do arranjo espacial dos modos de

[6] O reconhecimento desses fenômenos mentais e da manifestação da consciência como realidades ou essências têm levado os cientistas sociais, entre eles alguns geógrafos da atualidade, a incorporarem também a fenomenologia como instrumento de abordagem teórica, valorizando os fenômenos da percepção humana na construção social do espaço.

produção particulares. Por outro lado, a organização local da sociedade e do espaço reproduziria a ordem internacional. Assim, as múltiplas determinações, como potencialidades do "Modo de Produção", só se tornariam realidade pelo espaço e no tempo.

O novo Modo de Produção procuraria se impor por toda parte, implicando em luta e interação com o velho Modo de Produção. Mesmo sem realizar isso completamente, o movimento no espaço seria ao mesmo tempo, um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Dessa forma, enquanto os modos de produção escreveriam a história no tempo, as formações sociais o fariam no espaço.

Enquanto Milton Santos trabalhou as questões do espaço no tempo, Ignácio de Mourão Rangel, desde 1953, em vários escritos, passou a refletir a respeito das relações de tempo no espaço. Aliou as categorias marxistas de "modo de produção" e "formação social" à idéia de ciclos de longa e média duração, para criar e interpretar o modelo de formação sócio-econômica brasileira, dentro de uma visão sistêmica de desenvolvimento desigual e combinado.

Para Rangel, a história apareceria como uma seqüência mais ou menos definida por períodos, sendo cada uma correspondente a um modo de produção. Esse modo de produção iria se transformar num outro, seguindo a seqüência da história universal, no momento em que as relações de produção deixassem de estimular o desenvolvimento das forças produtivas, tornando-se o seu entrave.

Concebeu o movimento geral exibido pelo capitalismo industrial como sendo de natureza cíclica, com fases de ascensão e de crise. A oscilação seria explicada pela mecânica que governa o nascimento e a propagação das inovações tecnológicas[7].

O centro do sistema foi interpretado por ele, como local do progresso da ciência pura e sintetizador de novas tecnologias, por isso o gestador e propagador de ciclos de ondas longas no espaço capitalista[8]. A diferença de estágio entre o centro do sistema e as outras estruturas, implicaria numa diferença de ritmos da dinâmica econômica e social.

A técnica nova seria portadora de um forte dinamismo e progresso da economia e de acumulação de capital, diferenciando o centro inovador das outras estruturas.

[7] Apoiou-se nos ciclos longos de Kondratieff e no conteúdo explicativo posterior de Joseph Schumpeter (1939) integrando o papel da inovação tecnológica. Os ciclos teriam a duração média de 50 anos, com cada fase aproximadamente de 25 anos.

[8] A técnica seria resultante não só dos avanços da ciência pura, mas também das pesquisas aplicadas em projetos. No entanto, durante o processo de sua implantação (a tecnologia) através dos projetos, novas experiências seriam acumuladas (a novíssima técnica), que só poderiam ser aplicadas no futuro (RANGEL, 1982).

Esse dinamismo teria a tendência de se propagar rapidamente por toda atividade interessada e, posteriormente, por "conjuntos", tanto à totalidade do tecido econômico, envolvendo os diversos níveis de produção e consumo da atividade, como no território, em suas diferentes escalas. Esse momento constituiria a fase ascensiva do ciclo. Os limites da propagação estariam ligados à capacidade de consumo em relação à capacidade instalada de produção, assim como à própria materialidade constituída território, em termos de capital imobilizado, conduzindo a fases de entropia.

A propagação da inovação da tecnologia do sistema capitalista geral no tempo dar-se-ia por períodos suficientemente longos, de modo a cobrir os prazos de propagação e obsolescência de recursos implantados (capital fixo) em nível internacional a uma dada atividade. Nesse caso, as novas forças produtivas emergentes exigiriam adequação de novas relações de produção, novas instituições e novos princípios de regulação.

No sistema interno de cada formação social, a propagação dar-se-ia por períodos médios, constituído pelo tempo de propagação e obsolescência das atividades, nas diferentes unidades de produção e consumo e, nas diferentes escalas espaciais[9]. Internamente, os ciclos médios poderiam ajudar a agravar ou amenizar os ciclos longos.

Assim, a propagação da tecnologia iria promover o crescimento das forças produtivas e dos investimentos, até se atingir um limite de mercado para a capacidade instalada de capitais. Por outro lado, a implantação da nova tecnologia[10], ao renovar o capital fixo, estaria comprometendo a formação de uma grande massa de recursos materiais e humanos cristalizadas no território. Esse capital imobilizado no espaço iria emergir como fator de resistência ao progresso tecnológico, já que preponderariam forças no sentido de sua preservação até que fosse viável seu sucateamento, diante do custo dos novos capitais de substituição. Seria a fase da entropia, do rompimento do equilíbrio, ocorrendo a redução dos investimentos enquanto a economia mergulharia num cone de sombra[11].

---

[9] Nesse caso, Rangel considerava a família, como menor nível hierárquico, entre as unidades de produção e consumo, estendendo-se daí a unidades em outros níveis, tais como a fábrica, unidade rural, campo, cidade, Estado, região, nação.

[10] Tecnologia era entendida por Rangel como técnica materializada em instrumental de produção, qualificação de mão de obra e organização de atividade produtiva. A inovação tecnológica implicaria na inovação de capital fixo e recursos humanos (RANGEL, 1982).

[11] Os investimentos diminuiriam, criando ociosidade à capacidade produtiva instalada de mão de obra e de equipamentos, enquanto que o capital acumulado ficaria sem ser reinvestido nos negócios, mas entraria para um processo especulativo (bancário e de aquisição de terras). Mas, como a ciência e a técnica continuariam engendrando novas funções de produção e novíssimas técnicas e, de outro lado, os anteriores recursos comprometidos continuariam envelhecendo e se desgastando, acabariam por evidenciar a necessidade e a viabilidade de sua obsolescência, favorecendo a incorporação de uma nova onda tecnológica no tempo e no espaço.

Com base na teoria de centro e periferia, Rangel postulava que o Centro Dinâmico mundial, no movimento de expansão da economia capitalista, ao articular-se com estruturas sociais e econômicas diferentes das suas, acabava entrando em unidade dialética com elas, participando de suas naturezas, de forma a suscitar efeitos sobre a sua própria estrutura[12].

Ao combinar-se com estruturas sócio-econômicas formalmente mais primitivas, em relação ao capitalismo, para a expansão do desenvolvimento geral de suas forças produtivas, tornava-se fundamental que essa estrutura arcaica estivesse em acordo com o estado efetivo de suas forças produtivas, ou seja, permitindo um mínimo de concordância entre as forças produtivas e as relações de produção, mesmo isso significando voltar na história, "passos atrás". Constituiria numa melhor perfomance de organização do espaço capitalista, incluindo o mundo inteiro em seu sistema. As condições da natureza também contribuiam como determinantes do processo.

Atualmente, as estruturas sócio-econômicas tipicamente puras só apareceriam como categorias de análise. Na prática, a vida de relações sócio-econômicas, em função de sua ampliação no planeta, permitiu que as formações sociais ficassem cada vez mais abertas e sujeitas a combinações e conflitos com estruturas externas, quando submetidas a intervenções de leis externas. A tendência seria a de se deparar com formações sociais complexas, resultantes da combinação dialética de formações sociais singulares.

Desse modo, certos espaços determinados já exibiriam formações socias mais ou menos "pluriparticulares" (1968), ou seja, formações complexas, numa dada situação social, econômica e natural. A complexidade seria resultante da combinação dialética de várias estruturas elementares internas, entrando em combinação com estruturas externas, adequando-se para futuros estados de desempenho.

No processo de contradição e combinação, cada estrutura conteria e estaria contida na outra, o que daria a ilusão de que as categorias do materialismo dialético estariam desfiguradas, mas na realidade, cada uma manteria a sua própria unidade sistêmica,

---

[12] A situação de atraso da estrutura arcaica terminaria, na medida em que ela entrasse em articulação com o Centro Dinâmico do sistema, tornando-se sua periferia. Passaria a ser perturbada por força do aparecimento de estruturas modernas, conflitando e se inteirando com elas. Essa alteração dar-se-ia pelo fato, dessa perturbação já significar o início de um movimento na direção da superação do atraso, que seria tanto maior quanto mais profundas fossem as relações. Nesse caso, segundo Rangel, passar-se-ia da condição de atraso para a de subdesenvolvimento(RANGEL, 1968).

expressando o movimento geral do capitalismo e, ao mesmo tempo interrelacionada com as demais unidades.

Para Rangel, no conjunto do sistema, as posições de cada subsistema poderiam se alterar, em função das contínuas mudanças no balanço de forças, podendo surgir um novo centro de dinamismo, com técnicas novíssimas, absorvidas do Centro Dinâmico do sistema. A incorporação da técnica novíssima seria mais rápida, profunda e duradoura, em função da pouca materialidade a sucatear em cada território de expansão e do tamanho do atraso relativo da formação social[13].

Os países subdesenvolvidos de atraso relativo seriam aqueles com condições históricas para organizar previamente forças internas, atribuindo-lhe potencialidade para absorver as técnicas novíssimas geradas no centro do sistema. Essas forças internas seriam frutos de avanços científicos e de condições materiais, técnicas e intelectuais[14]. Constituiria o avanço cultural interno (material e intelectual).

O atraso relativo seria temporal, ou seja, na forma de atraso histórico em relação à estrutura mais dinâmica. Já a materialidade constituída seria espacial, a forma constitutída do espaço, podendo tanto contribuir no avanço da expansão tecnológica, como na resistência ao mesmo.

Ainda, de acordo com a própria "lei de balanço" entre os diferentes subsistemas, na dinâmica evolutiva, um novo modelo estrutural de situação periférica, poderia surgir numa ordem invertida à do seu polo dinâmico. Resultaria do ponto de contato estabelecido entre os dois sistemas, no momento da incorporação da tecnologia de vanguarda.

Ainda na abordagem cíclica do tempo, preponderaram as idéias braudelianas de ciclo longo e médio. As etapas consideradas dentro da idéia de tempo de longa duração foram aquelas, onde as relações sócio-econômicas, políticas e culturais permaneceram numa relativa estabilidade dinâmica dentro do sistema, portanto de caráter estrutural, até serem rompidas, quando entraram em estado de entropia, resultando em reestruturações. Já os ciclos de média duração estiveram relacionados com a história "serial" e conjuntural.

---

[13] Esses fenômenos teriam constituído no pós-guerra os conhecidos "milagres econômicos", a exemplo da Alemanha, Itália e Japão (RANGEL, 1982).

[14] Essas forças, segundo RANGEL (1982), constituiriam as pré-condições materiais e humanas para receber esses influxos externos, fenômeno que chamou de "metástase técnico-econômica". Essas pré-condições seriam constituídas a partir da existência de um dado progresso cultural interno, de avanço técnico e mão de obra qualificada e de alguma organização interna, que já tivesse permitido contar com alguma tecnologia nova ao alcance, podendo esta já estar incorporada em alguma atividade e em alguns poucos pontos da estrutura (tecnologia virtual).

Desse modo, a abordagem levou em conta diversas formulações teóricas, variáveis em poder explicativo, mas compatíveis entre si, no que tange à abordagem sistêmica, do ponto de vista de sua complexidade e dinamicidade, representativa da conjunção de forças sociais, econômicas, políticas e culturais e do meio natural mutuamente vinculados, com a interpretação do *continuum* espaço-tempo e sob o efeito das combinações geograficamente desiguais e das contradições internas, a partir das quais as especificidades de cada lugar possam ser percebidas e compreendidas no contexto da totalidade.

A apresentação do trabalho está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo buscou-se apresentar o complexo de variáveis naturais convergentes na escala de Mato Grosso do Sul e Campo Grande, caracterizando os meios naturais desses planos territoriais.

Os próximos capítulos dizem respeito ao complexo de variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais convergentes para caracterizar os vários estágios evolutivos da formação sócio-espacial em análise. Nesse sentido, o segundo capítulo tratou da a situação de Mato Grosso do Sul no estágio do Brasil colonial até a crise da mineração.

No terceiro capítulo, a abordagem diz respeito ao processo de integração política de Mato Grosso do Sul ao território nacional, na primeira fase ascendente do capitalismo industrial inglês, até sua concretização após a Guerra do Paraguai, na fase segunda fase ascensiva seguinte.

No quarto capítulo, são feitas considerações sobre a subordinação econômica das terras sul-matogrossenses aos portos platinos, incluindo aqueles da Argentina e Uruguai na segunda fase recessiva, avançando até meados da terceira fase ascensiva seguinte, quando se internalizou o polo industrial no Brasil. A origem do núcleo urbano de Campo Grande esteve ligada a esse contexto de vida de relações.

Finalmente, no quinto capítulo, busca-se abordar o processo de integração sócio-econômica de Mato Grosso do Sul ao espaço nacional, iniciado com a expansão e travessia sobre suas terras, da ferrovia Noroeste do Brasil, a partir de São Paulo, até os dias atuais, observando-se o papel de Campo Grande nesse processo, assim como dos efeitos sobre o crescimento interno da cidade.

CAPÍTULO 1

COMPLEXO DE VARIÁVEIS NATURAIS NA IDENTIFICAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL E DE CAMPO GRANDE

Analisamos aqui os principais componentes abióticos e bióticos funcionalmente interrelacionados e principais responsáveis pelo arranjo da estrutura do sistema natural, onde se inclui o território do Mato Grosso do Sul e de Campo Grande. Esses elementos de análise são aqueles considerados, portanto, de maior significância para a compreensão da ordenação do geossistema natural.

O território sul-matogrossense é a expressão da convergência de grandes conjuntos florísticos do continente sul-americano (amazônico, atlântico, chaquenho e cerrado), dos sistemas das dinâmicas de massas de ar, das duas principais bacias da grande bacia Platina, do Planalto Brasileiro e Planície do Pantanal, com variações ligadas às especificidades apresentadas em escalas territoriais menores e à transição no contato entre tais conjuntos. Por outro lado, exprime também as alterações já verificadas localmente por interferência de sistemas sociais.

1.1 Mato Grosso do Sul, um Estado platino

O território do Estado do Mato Grosso do Sul, com 358.158,70 km^2, numa posição central dentro do continente da América do Sul (Figura 1), do ponto de vista hidrográfico é o mais "platino" dos estados brasileiros, dada a sua posição "entre rios" na



FIGURA 1 – MATO GROSSO DO SUL NA AMÉRICA DO SUL

Bacia do Prata. Com efeito, Mato Grosso do Sul é cognominado por alguns, a "Mesopotâmia Brasileira", pelo fato de estar totalmente ladeado pelos dois principais rios platinos: o Paraguai (a oeste) e o Paraná (a leste)[15].

Esta característica explica a facilidade de contatos fluviais que esse território tem, não só com todos os estados brasileiros (Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás), como com os países que participam da Bacia Platina, ou seja, a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai (Figura 2).

Internamente, as bacias do rio Paraná e rio Paraguai, contém o divisor de águas atravessando o meio do estado. Campo Grande ocupa o centro do território sul-matogrossense, no divisor de águas entre elas (Figura 3**).** As distâncias entre as cabeceiras de drenagem dos afluentes das duas bacias (Paraguai e Paraná) são pequenas, o que facilita a ligação entre as duas bacias[16].

Desse modo, nas terras da bacia do rio Paraná, situadas a leste do Mato Grosso do Sul, os rios correm nesse sentido, até acessarem o canal do rio Paraná. Este recebe da outra margem, os rios provenientes do sentido contrário (de São Paulo, principalmente). Nesse caso, os rios Tietê e Paranapanema constituíram historicamente os principais eixos de contato entre os paulistas e sul-matogrossenses, mesmo diante das dificuldades apresentadas nos leitos encachoeirados dos rios de planalto.

Hoje, o grande número de represamentos e barragens ao longo do leito desses rios, para fins de produção de energia hidrelétrica, têm constituído os maiores obstáculos a serem vencidos[17]. Já nas terras do Oeste do estado, os rios confluem para essa outra direção, até o canal do rio Paraguai[18]. Sendo assim, os contatos mais facilitados dão-se com o Estado de Mato Grosso e com os países platinos (Figura 4).

Do ponto de vista energético, o potencial hidrelétrico ao longo do leito do

---

[15] Segundo a SEFOP/SUPLAN, a soma da extensão dos principais rios das duas bacias dariam 9.600 km de vias fluviais, sendo 38% navegáveis por embarcação comercial (profundidade de 2,10 metros).

[16] Esses curtos trechos terrestres de ligação entre as duas bacias, já exerceram papel de "varadouros" de ligação entre as nascentes, quando o acesso interno para esse território era basicamente feito por via fluvial (HOLANDA, 1990).

[17] Os navegadores do rio Paranapanema precisam vencer o obstáculo constituído pela barragem de Rosana. Já no caso do Tietê, o problema maior diz respeito à passagem por 6 eclusas.

[18] O rio Paraguai apresenta um curso essencialmente de planície, entrando no Mato Grosso do Sul após receber pela margem esquerda o rio Cuiabá. A partir de Fecho dos Morros o curso apresenta estreitamento de leito e aprofundamento do talvegue (média de 10 metros), sofrendo ainda redução de gradiente para 1,3cm/km (FIPLAN, 1989).



FIGURA 2 – MATO GROSSO DO SUL NA BACIA DO PRATA



FIGURA 3 – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE NA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

rio Paraná[19], junto às divisas do Estado, já foi praticamente todo aproveitado em benefício especialmente dos usuários do Estado de São Paulo e do Sudeste de modo geral[20]. Ao Mato Grosso do Sul resta a dependência do suprimento de sistemas interligados e oferecidos pelas empresas energéticas de outros estados controladores das usinas hidrelétricas, já que a produção gerada sob controle interno tem uma capacidade instalada de 53 MW, representando apenas 7% do total consumido.

1.2 Posição geográfica de Campo Grande no conjunto da bacia do Prata

No conjunto das terras pertencentes às bacias Paraná e Paraguai, o sítio urbano de Campo Grande vem se expandindo exatamente sobre o território que serve de divisor de águas entre as duas sub-bacias: Pardo (bacia do Paraná) e Aquidauana (bacia do Paraguai)[21], desde as nascentes do córrego Ceroula e seu afluente córrego Angico, afluente do rio Aquidauana[22](Figura 5)**.** O restante do território municipal está na sub-bacia do rio Pardo. As maiores facilidades de navegação fluvial estiveram na direção da bacia do Paraná, onde se inclui o Município. Já na direção Oeste, para se atingir a sub-bacia do rio Aquidauana, é necessário ultrapassar as barreiras físicas, representadas pelo rebordo da "cuesta de Maracaju".

O perímetro urbano de Campo Grande ocupa as nascentes do rio Anhandui, ou seja, as terras banhadas pelos córregos Segredo, Prosa e Imbirussu, formadores do rio Anhanduizinho. Este deságua no rio Anhandui, pertencente à bacia do rio Pardo (Figura 5-a).

---

[19] O rio Paraná, com 2.739 km, dos quais 620 km se localizam ao longo da divisa do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, possui um curso essencialmente de planalto (FIPLAN, 1993).

[20] As hidrelétricas construídas no rio Paraná estão entre as maiores do Brasil: Itaipu (12.600 MW), Jupiá (1.411,2 MW), Ilha Solteira (3.230 MW), Porto Primavera (1.800 MW). Nenhuma dessas encontra-se sob o controle de empresas energéticas sul-matogrossenses, mas da Itaipu e CESP. A Usina Estadual de Mimoso (28,8 MW) que se manteve como única usina estadual durante tantos anos, está condenada ao desuso pelo processo de assoreamento do rio Pardo (GERASUL, 1999).

[21] Aí estão as nascentes do rio Anhanduí (bacia do Pardo/Paraná), do rio Aceroula (bacia do Aquidauana/Paraguai) e do rio Botas (bacia do Pardo/Paraná), inclinando-se para o sudeste até as confluências desse rio, com o rio Anhanduizinho e ribeirão da Lontra no rio Pardo.

[22] O córrego Ceroula adentra o município de Terenos, onde recebe o córrego Piraputanga e outros menores, indo desaguar no rio Aquidauana ainda dentro desse município. Nas suas nascentes, o córrego atravessa o forte desnível da cuesta de Maracaju, cujas cornijas resistem à erosão, pela presença de rochas vulcânicas (formação Serra Geral, que forma a Borda Ocidental da Bacia do Paraná), na área conhecida como "Ïnferninho", barreira física à expansão urbana.



FIGURA 4 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MATO GROSSO DO SUL

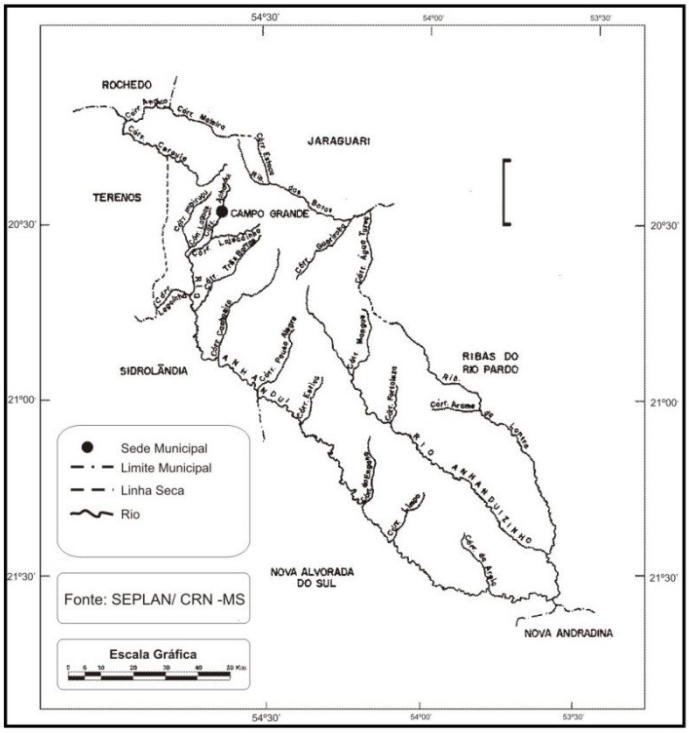


FIGURA 5 - HIDROGRAFIA DO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE

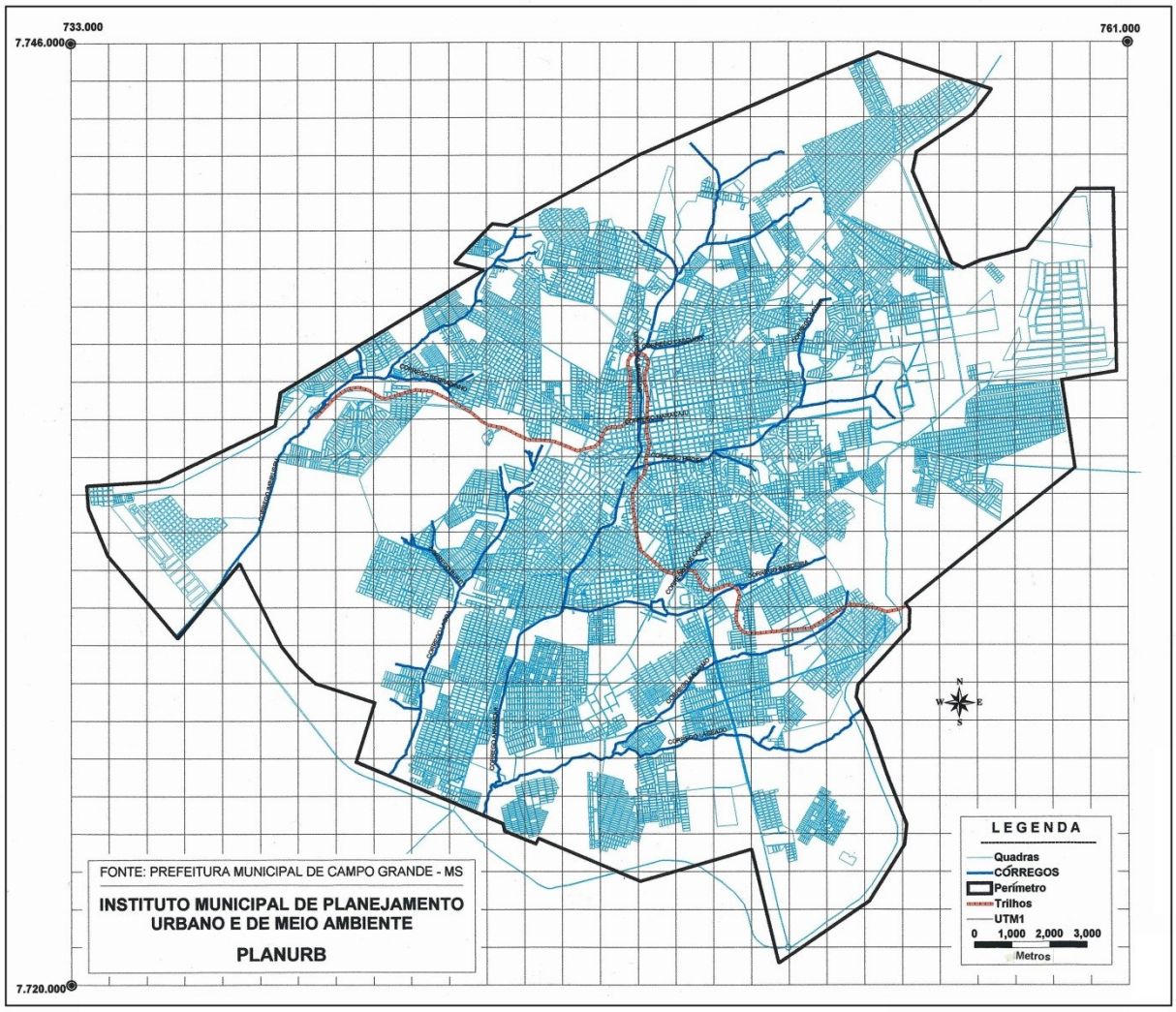


FIGURA 5A - REDE HIDROGRÁFICA DO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO GRANDE

1.3 As fisionomias de Mato Grosso Sul, através do relevo e potencialidades naturais

A origem e a evolução das atuais fisionomias que aparecem no Estado do Mato Grosso do Sul relacionam-se fundamentalmente aos movimentos antigos de compensação isostática, ligados ao soerguimento dos Andes e da Bacia Sedimentar do Paraná, com o abatimento entre os dois, onde se instalou a bacia do Paraguai[23] (Figura 6). Também foram significativos os paleoclimas, promovendo alterações das formas, especialmente aqueles que geraram ambientes de pediplanação.

1.3.1 Planalto Arenítico-Basáltico

A Bacia Sedimentar do Paraná, ou Planalto-Arenítico-Basáltico, com 176.000 km^2 (49% do território), estende-se da calha do rio Paraná, numa faixa NNE-SSO, até o centro do Estado. Limita-se com a Planície do Pantanal, inclinando-se em direção do centro da Bacia e do rio Paraná, formando um típico relevo de "cuesta" com estrutura concordante e monoclinal (Figura 7). Nessa grande unidade do Planalto Arenítico Basáltico, evidenciam-se duas subunidades de relevo: os rebordos e o reverso de cuesta.

As altitudes dos chamados Planaltos da Borda Ocidental estão entre 500 a pouco mais de 600 metros. Individualizam-se três compartimentos geomorfológicos em

[23] Essas transformações, segundo ALMEIDA (1949), teriam se iniciado após o Cretáceo Superior e ido até o Terciário Superior. Com a retomada erosiva, as camadas paleozóicas mais recentes e os derrames basálticos, tornaram-se as áreas soerguidas da Bacia Sedimentar do Paraná, constituindo as "cuestas", formando uma linha de rebordo a oeste da referida bacia. Após, o soerguimento a bacia teria passado por um processo de subsidência, com o empinamento das bordas. No trecho do limite norte do Estado até as proximidades de Aquidauana, as cuestas são mantidas por arenitos Furnas. A partir daí, em direção ao sul, a linha de cuesta apresenta um recuo para o oeste, por uma suposta ação de erosão regressiva dos canais de drenagem, expondo os derrames basálticos da Formação Serra Geral. Nesse caso, são essas rochas resistentes que constituem o rebordo da bacia. Por outro lado, os abatimentos que sofreram as antigas terras altas da atual bacia do Paraguai, aliados à facilidade de erosão dos chamados filitos da "série Cuiabá", assim como dos sedimentos arenosos paleozóicos, permitiram a transformação de uma vasta superfície rebaixada, recoberta por sedimentos quaternários, que constitui a atual planície do Pantanal. Essa planície constituiu nível de base, para atrair toda a drenagem dos rebordos ocidentais da Bacia Sedimentar do Paraná. Ao sudoeste e extremo oeste, os terrenos da plataforma antiga sofreram movimentos de bloco (fraturamento, dobra e falhamento) e de intrusão magmática, sendo alçados em relação à bacia do Paraguai, possuindo uma rede de drenagem que se volta à planície do Pantanal.

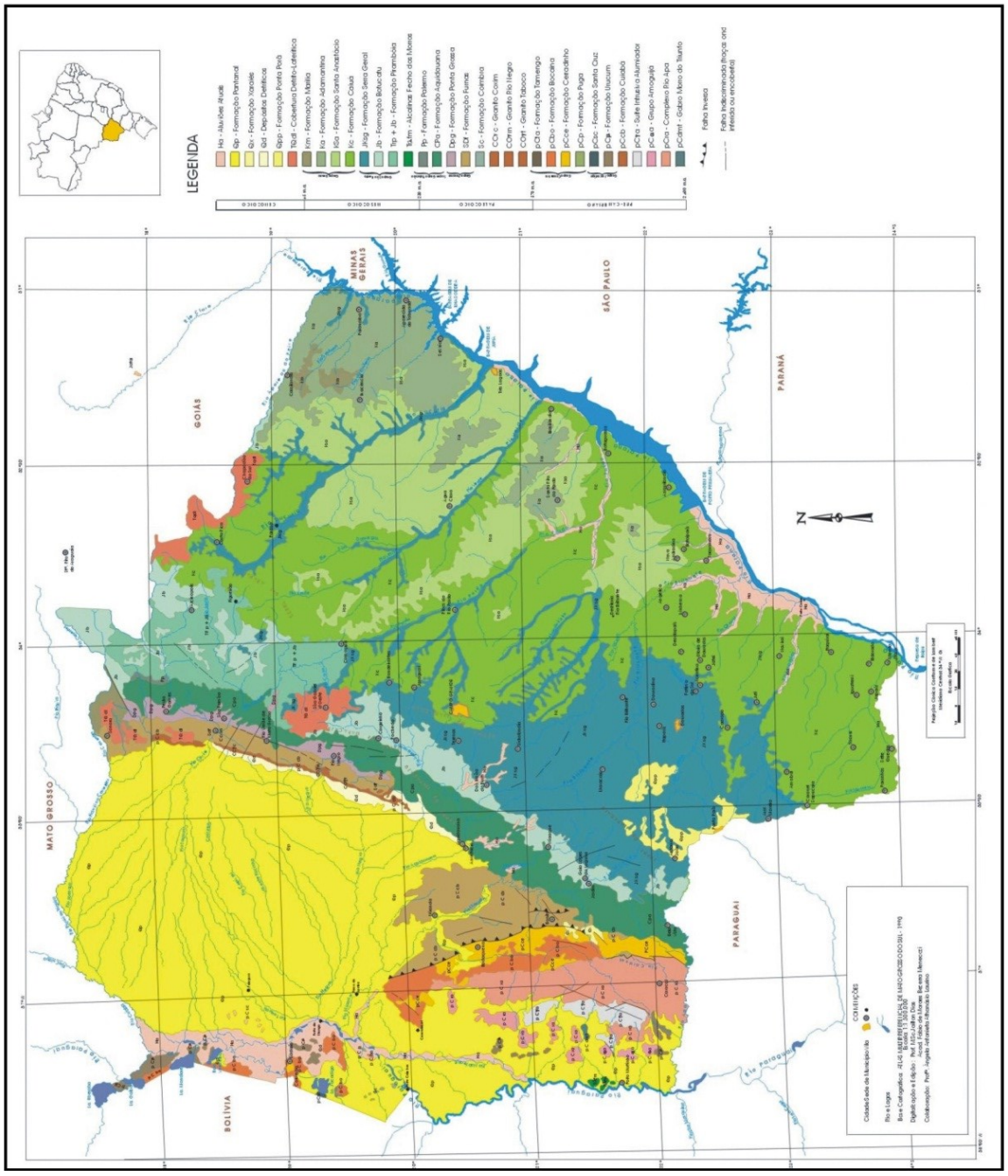


FIGURA 6 – GEOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

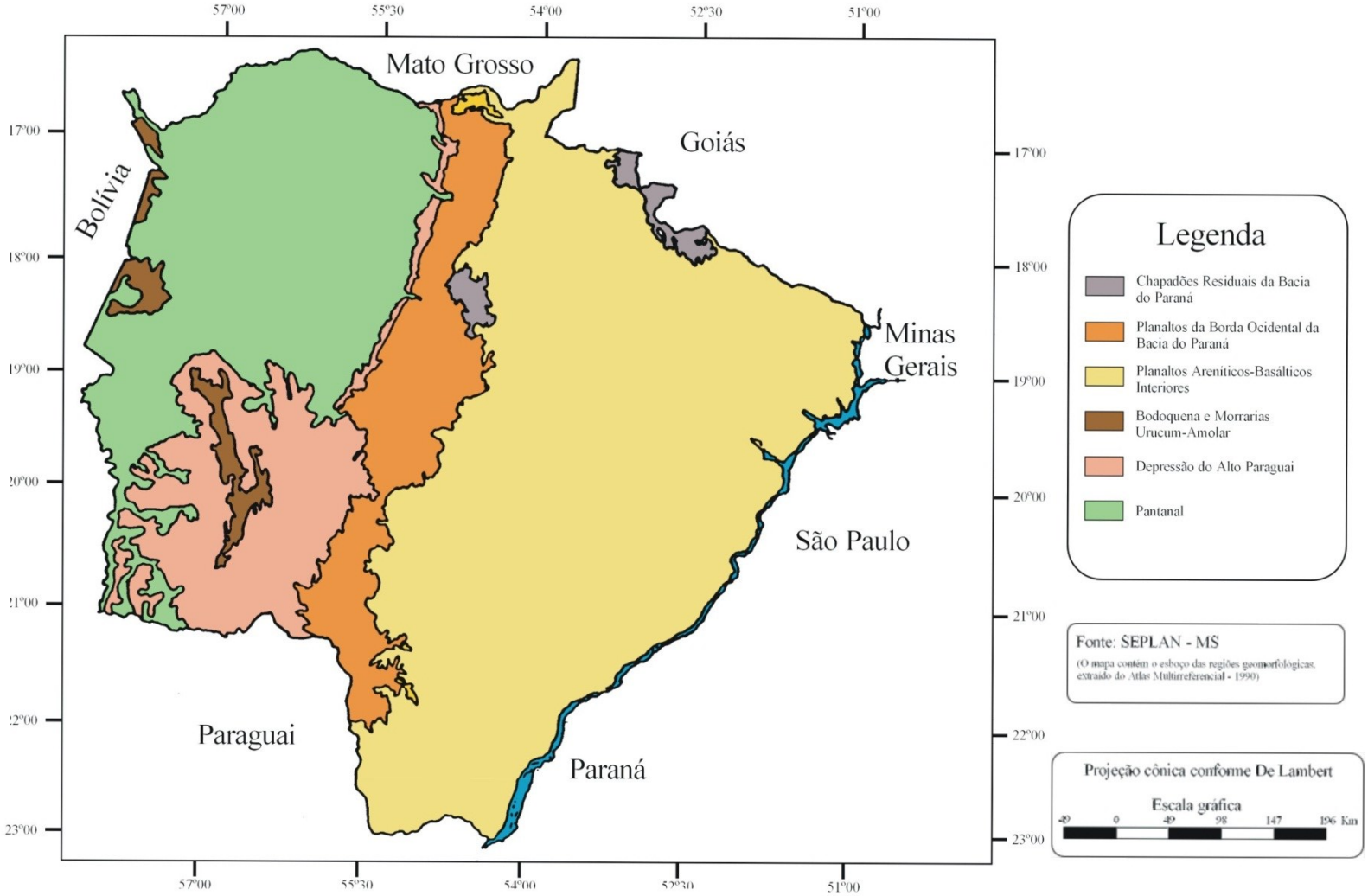


FIGURA 7 - Geomorfologia de Mato Grosso do Sul

direção ao Pantanal, formando níveis, ou patamares[24]. Com exceção dos parcos veios diamantíferos associados a ouro que foram encontrados na borda noroeste e no sudoeste de Campo Grande e sul de Terenos[25], as maiores potencialidades dessa unidade geomorfológica dizem respeito às argilas, areias e britas[26]. O conjunto de rochas intrusivas[27] oferece granitos e tonalitos, com possibilidade de ocorrência de vários outros minerais. Também é importante salientar as possibilidades metalogenéticas das Formações Furnas, Ponta Grossa e o do Grupo Cuiabá.

O reverso da cuesta constituída pela atual Bacia Sedimentar do Paraná, denominada Planalto Arenítico-Basáltico apresenta-se como uma superfície inclinada em direção à calha do rio Paraná, tendo sido sujeita a processos erosivos do tipo pediplanação, responsável pela elaboração dos planaltos interiores e dos chapadões residuais. As altitudes dessa bacia estão em torno de 500 a pouco mais de 600 metros nos rebordos empinados e até 230 metros junto à calha do rio Paraná. Sobre essa superfície do reverso instalaram-se os rios da margem direita da bacia do rio Paraná**.**

São as áreas de menor potencialidade em recursos minerais, com exceção dos materiais de construção (cascalho, argila e areia principalmente). Entretanto, em áreas mais sujeitas à erosão, as dos os derrames basálticos, ficaram expostas, dando origem aos solos mais ricos e argilosos, de maior fertilidade e forte potencialidade agrícola, a exemplo

[24] O Primeiro Patamar corresponde às escarpas regionalmente conhecidas como "serra do Pantanal" e "serra de Maracaju", sob a fisionomia de uma frente de "cuestas", esculpida sobre a Formação Furnas, que se aloja sobre o Grupo Cuiabá e as intrusivas ácidas Cambro-ordovicianas (Granito Coxim, Rio Negro e Taboco). Aparece em seguida, um corredor rebaixado entre o reverso da cuesta e as escarpas a leste, denominado Depressões Interpatamares. Em seguida e paralelamente, aparece o Segundo Patamar sobre rochas da Formação Botucatu, um tipo de desdobramento cuestiforme com declive para o leste. O Terceiro Patamar desse relevo desdobrado de cuestas é aquele esculpido em litologias basálticas da Formação Serra Geral, com altitudes variando entre 240 a 700 metros (FIPLAN, 1990).

[25] Na borda noroeste da Bacia Sedimentar do Paraná aparece junto aos rios Coxim, Taquari, Jauru e Aquidauana (Pedro Gomes, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Corguinho, Rochedo e Aquidauana). Encontra-se em terraços aluviais (monchões) e em colúvio-elúvio (grupiaras), ocorrendo em níveis de cascalho, associado via de regra com ouro. Já no Sudoeste de Campo Grande e sul de Terenos, aparece junto aos córregos Agogo e Varadouro. Ocorre em áreas de retrabalhamento das rochas do Grupo Bauru (FIPLAN, 1993)

[26] Além dos arenitos inconsolidados que dão origem à areia, os arenitos endurecidos e silicificados da Formação Furnas e Aquidauana assim como os basaltos da Formação Serra Geral propiciam britas de boa qualidade. Já dos folhelhos e argilitos da Formação Ponta Grossa, a indústria cerâmica regional (Rio Verde de Mato Grosso, Coxim e Pedro Gomes) retira argila para a fabricação de telhas e tijolos (FIPLAN, 1993)

[27] Granito Taboco, Granito Rio Negro e Granito Coxim (FIPLAN, 1990).

dos Latossolos Vermelho-Escuro, Latossolo Roxo e da Terra-Roxa[28]. É justamente nas áreas da Bacia Sedimentar do Paraná, onde se abrigam a maior parte dos centros urbanos do estado.

1.3.2 Relevos residuais elevados

O processo de rebaixamento que criou a grande depressão, onde se instalou a atual Bacia do Paraguai de um lado, e o levantamento dos Andes de outro, teriam deixado remanescentes de estruturas mais resistentes da plataforma tectônica (período pré-cambriano), de aspecto bastante fragmentado. Apareceram sob a forma de "relevos residuais" no sudoeste e Oeste do estado, sendo submetidos a posteriores processos de pediplanação.

No sudoeste, esses relevos residuais ganham o nome regional de "serras": Bodoquena, Papagaio, Alumiador[29]. Já no oeste formam as chamadas Morrarias do Urucum-Amolar.

Constituem as unidades geomorfológicas com maior potencialidade em recursos minerais no estado, destacando-se entre os já em exploração, o manganês, o ferro, o calcário, o mármore e o granito[30].

1.3.3 Depressões do Alto Paraguai

Os relevos residuais ficam em evidência, em função do processo de circundesnudação na borda ocidental da Bacia do Paraná, aparecendo fisionomicamente como

---

[28] Os primeiros tipos de solos (Latossolos Vermelho-Escuro) são muito utilizados para agricultura, quando de textura mais argilosa, como aqueles que aparecem nos "chapadões" do nordeste do estado e na larga faixa que acompanha o rio Paraná e o rio do Peixe. Já os de textura mais arenosa foram ocupados por criação de gado, onde mais tarde se introduziu a pastagem cultivada, a exemplo de Campo Grande., Bandeirantes, São Gabriel, Pedro Gomes e toda a larga faixa a leste do estado que acompanha o rio Paraná. O segundo tipo (Latossolo Roxo) predomina no sul do estado, abrangendo os municípios de Dourados, Maracaju, Rio Brilhante, Ponta Porã, Aral Moreira e Campo Grande. Já a Terra-Roxa Estruturada aparece sob forma de pequenas manchas nas proximidades de Guia Lopes da Laguna, ao sul de Costa Rica e numa faixa entre São José do Sucuriu e Paraíso (FIPLAN, 1993)

[29] O conjunto Serra da Bodoquena, do Papagaio e Alumiador, numa grande faixa de dobramentos lineares (direção norte-sul), teria sido modelado, sobre terrenos de origem précambriana (Proterozóico Inferior, Médio e Superior), sob intensos processos de pediplanação (FIPLAN, 1990).

[30] Essas áreas de origem pré-cambriana, que conheceram processos de subida e descida de blocos e intrusões magmáticas, com posteriores alternâncias climáticas com predominâncias de fenômenos de pediplanação em ambientes semi-áridos, apresentam possibilidades de ocorrência ainda de dolomito, calcita, calcário Xaraés (inconsolidado), cobre, cassiterita, columbita-tantalita, berilo, topázio, mica, turmalina, chumbo, zinco, urânio, wolframita, molibdênio, bismuto, ouro, columbita, tantalita, berilo, fluorita, grafita, fosfato FIPLAN, 1993).

"depressões": Bonito, Miranda, Aquidauana-Bela Vista e Apa, apresentando altitudes entre 100 a 400 metros[31]. Exibem algumas manchas dos melhores solos agrícolas do estado (Terra Roxa, Latossolos e solos Podzólicos)[32].

Remanescentes dos pediplanos aparecem nos sopés das escarpas e nas zonas pré-serranas e pré-planálticas, muitas vezes, recobertos por detritos quaternários (planícies coluviais), mas exibindo inúmeros *inselbergs,* especialmente nas proximidades dos relevos residuais (Bodoquena, Urucum).

Os relevos residuais servem de nascentes a muitos rios que correm para o Pantanal. Existem exemplos ao longo da serra de Maracaju, em altitudes variando entre 130 a 220 metros, no sudoeste próximo da serra da Bodoquena e ao sul da cidade de Corumbá, junto às morrarias[33].

As áreas deprimidas ocupam principalmente litologias da Formação Aquidauana, com possibilidades de ocorrência de petróleo e gás natural, urânio e fosfato.

1.3.4 Planície do Pantanal

Nas áreas rebaixadas do oeste do Estado, que constituem a Planície do Pantanal, a extensa superfície de acumulação, de topografia plana, com altitudes variando entre 80 a 150 metros, instalou-se a complexa rede hidrográfica da Bacia do rio Paraguai.

A pequena declividade apresentada pela calha do rio Paraguai até o oceano Atlântico, a presença de superfícies elevadas por processos tectônicos e o sistema de leques aluviais constituído em paleoclimas semiáridos e áridos por processo de pediplanação, sobre os quais se alojou o rio Paraguai e seus afluentes, caracterizam o processo de aprisionamento,

---

[31] Sua origem está ligada a abatimentos tectônicos e processos de pediplanação, com altitudes variando entre 100 a 400 metros. A Depressão de Bonito está esculpida sobre rochas pré-cambrianas (Formação Cerradinho). A Depressão de Miranda instalou-se sobre rochas pré-cambrianas do Grupo Cuiabá. A Depressão de Aquidauana Bela-Vista foi esculpida em litologias da Formação Aquidauana (permo-carbonífera) e a Formação Botucatu. Entre as áreas deprimidas da plataforma tectônica e os rebordos empinados da bacia Sedimentar do Paraná, formados pela escarpas de rochas basálticas da Serra de Maracaju, surgiu uma superfície inclinada, constituída de blocos e seixos originários a processos erosivos da escarpa, chamada de "Piemonte da Serra de Maracaju", onde as altitudes variam entre 400 a 500 metros. A Depressão Aquidauana-Bela Vista, vem sendo escavada entre essas duas formações (FIPLAN, 1990).

[32] Sobre essas unidades topograficamente mais deprimidas instalaram-se cidades como Bonito, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Bodoquena, Aquidauana, Anastácio, Miranda.

[33] Essas áreas de relevo serviram de sítio urbano a algumas cidades, a exemplo de Corumbá, Albuquerque, Morraria (Planícies Coluviais), Nioaque (Piemontes de Maracaju).

o lento escoamento e o fenômeno da coalescência das águas dos rios [34].

A Planície do Pantanal conta basicamente com solos hidromórficos de diversas naturezas, de modo geral, com baixa fertilidade natural, de textura arenosa, embora ocorram também solos de textura argilosa[35]. As atividades agrícolas são de certa forma dificultada, em função da intensa influência exercida pela água, pela ação dos transbordamentos e da subida freqüente do lençol freático à superfície[36]. Mas, o exotismo da paisagem, ainda pouco modificada pelas ações sociais, tornou-se atrativo para turistas.

Essa unidade, apesar de ocupar a segunda maior superfície do Estado, é praticamente toda ocupada por áreas ainda rurais. As únicas cidades existentes no Pantanal são Corumbá, Ladário e Porto Murtinho.

1.4 Município de Campo Grande no conjunto do relevo regional

O município de Campo Grande instalou-se sobre terrenos mesozóicos do Grupo São Bento e Grupo Bauru, (Figura 8). Os primeiros, mais antigos (Formação Botucatu e Formação Serra Geral), foram expostos por processos erosivos, por estarem as bordas empinadas do planalto. Chegam a apresentar altitudes em torno de 640 metros, com desníveis de até 50 metros entre si, por diferenciação de resistência litológica [37].

Ocupa a superfície rampeada do reverso de cuesta da Bacia Sedimentar do Paraná, incluindo o rebordo empinado dessa unidade (a frente de cuesta) e parte do Primeiro Patamar da Borda Ocidental (Figura 9).

O Planalto de Dourados, sobre litologias da Formação Serra Geral, exibe uma estrutura superficial de solos tipo Latossolo Roxo, mais férteis e bem estruturados,

---

[34] AB'SABER (1988).

[35] Ao que tudo indica, a argila de boa qualidade para indústria cerâmica, retirada na região do Agachi, no município de Miranda, seria originária da Formação Pantanal (FIPLAN, 1993).

[36] Há que se destacarem os chamados solos Glei Pouco Húmico formados a partir de sedimentos quaternários aluviais, que aparecem ao longo do médio curso dos rios Miranda, Aquidauana e Negro, do baixo curso do Taquari e de vários trechos do rio Paraguai, que podem ser utilizados para algumas produções agrícolas de ciclo curto (FIPLAN, 1993).

[37] A Noroeste do município, pode-se apreciar o desnível da passagem do córrego Ceroula, da Formação Serra Geral (Planalto de Dourados) para Botucatu, no lugar localmente conhecido como "Inferninho". A frente de cuesta do Planalto de Dourados vem dentro do município até o córrego Lagoinha. Os córregos que nascem no Planalto, indo em direção da calha do rio Aquidauana, inscrevem festonamentos no desnível entre o planalto de Dourados e as áreas da Formação Botucatu. Essa área mais alta de Campo Grande serve de divisor de águas entre as sub-bacias do rio Pardo e rio Aquidauana.

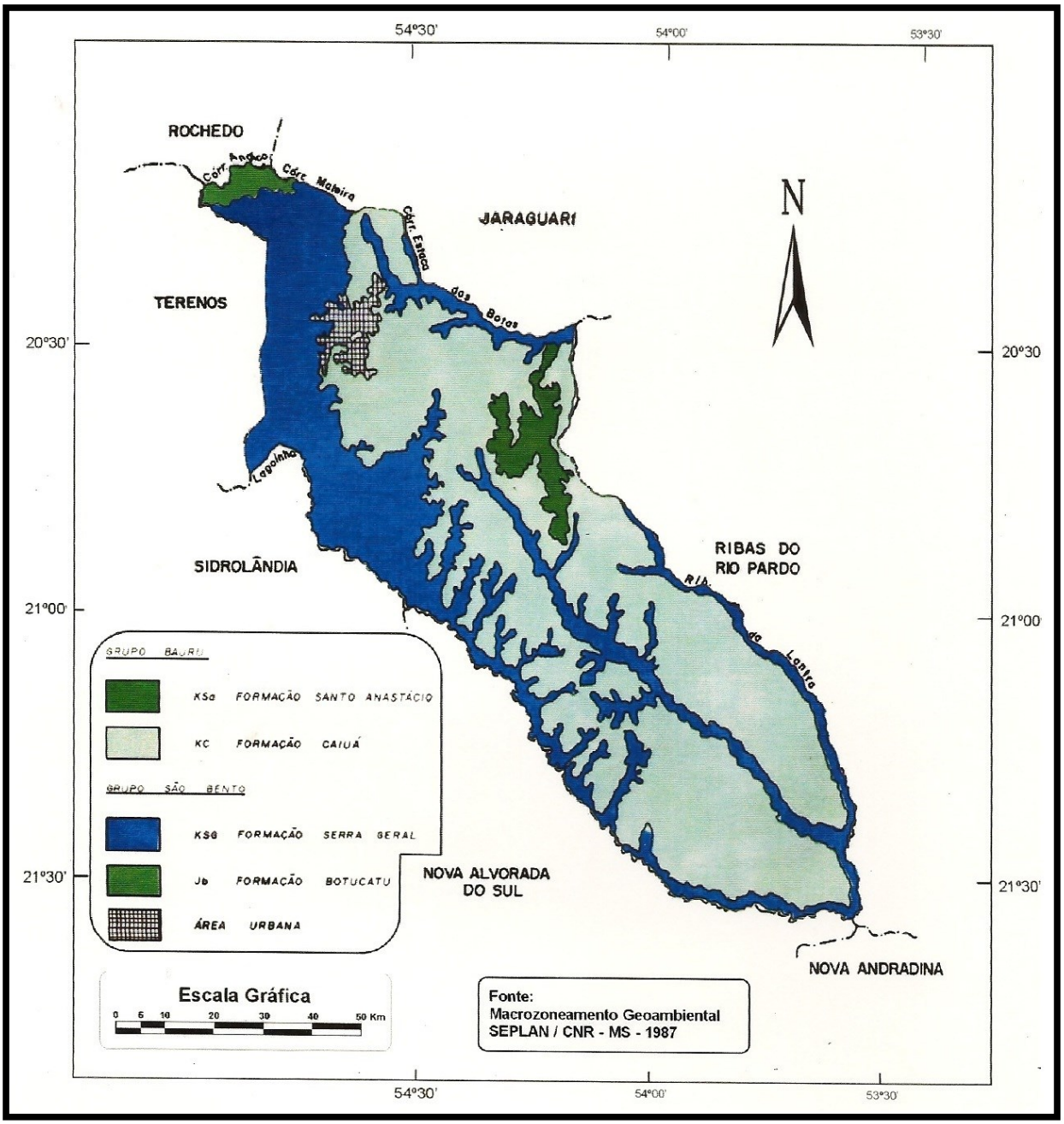


FIGURA 8 - GEOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

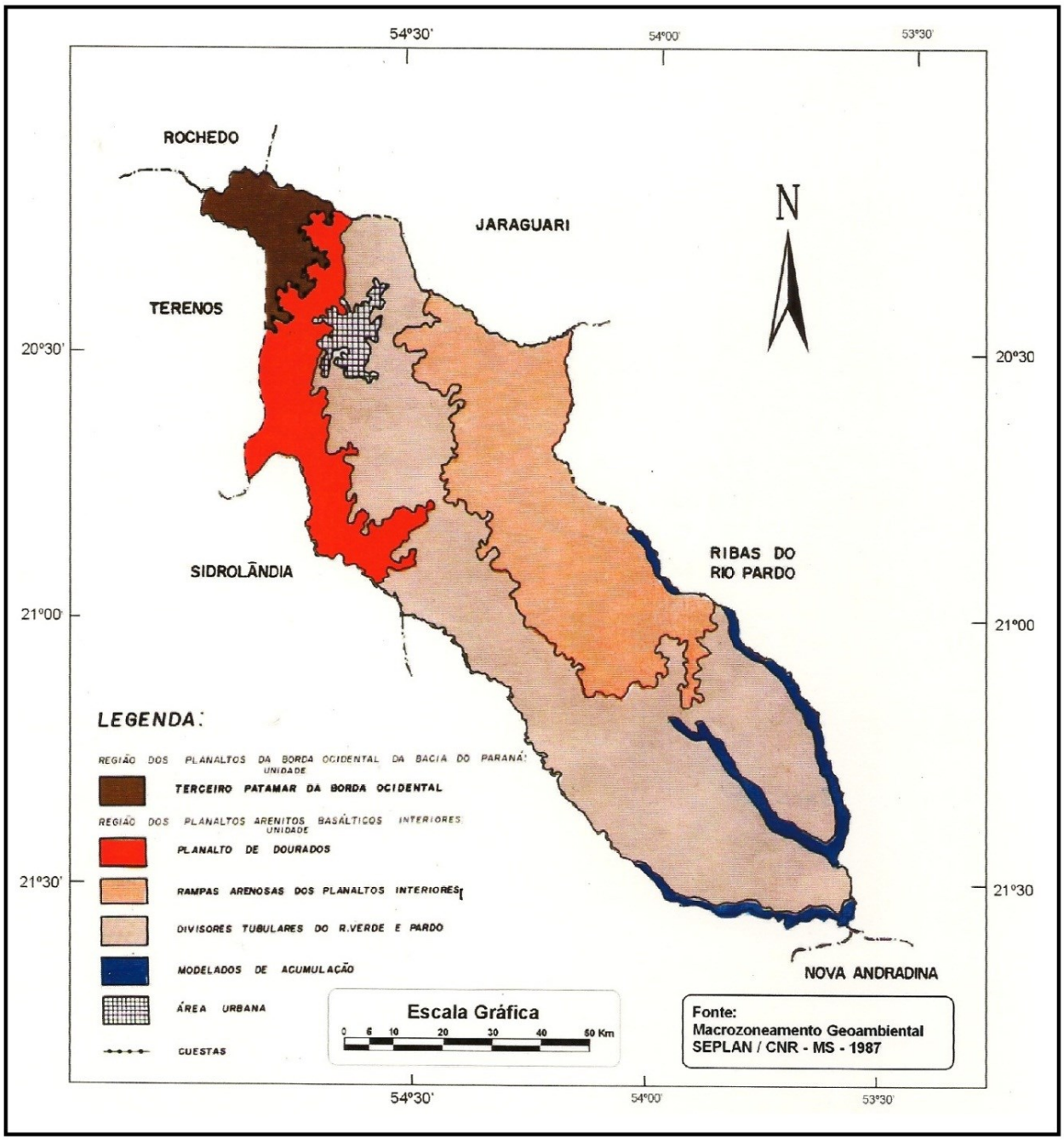


FIGURA 9 - GEOMORFOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

menos suscetíveis a processos erosivos. A rede de drenagem aí instalada, do tipo dendrítica, esculpiu formas tabulares nos interflúvios e modelados convexos nas cabeceiras de drenagem e encostas, possibilitando a expansão urbana.

Já a faixa litológica superficial em direção a Leste, corresponde ao pacote sedimentar do Grupo Bauru (Formação Caiuá e Santo Anastácio). A Formação Caiuá ocupa a maior área superficial do território municipal. De modo geral, o relevo apresenta-se topograficamente plano nos interflúvios e dissecado nas áreas próximas aos rios.

1.4.1 Potencialidades e dificuldades geotécnicas do sítio urbano de Campo Grande ao processo de ocupação.

Os terrenos que servem de sítio urbano à cidade de Campo Grande são as superfícies elevadas da borda ocidental da Bacia do Paraná, que ocupam o norte do município, abrigando as nascentes do rio Anhanduí, numa área de contato entre o Grupo Bauru (Formação Caiuá) e o Grupo São Bento (Formação Serra Geral e Formação Botucatu)[38].

A superfície esculpida sobre o basalto e arenitos intertrapeanos da Formação Serra Geral, que parte da frente de cuesta, é a mais significativa em área ocupada pela cidade (cerca de 83% do total), embora não seja a que apresente as maiores altitudes em relação ao conjunto do assoalho urbano (500 a 640 metros).

As áreas mais altas, que se manifestam, geralmente, a partir da cota de 610/620 metros, são aquelas da Formação Caiuá. Chegam a atingir até 675 metros de altitude. Aí as ravinas e voçorocas facilmente atingem grandes proporções.

Os maiores problemas de geotecnia dos terrenos em relação ao processo de urbanização atual[39], dizem respeito à superficialidade do lençol freático, em algumas grandes

[38] O perímetro urbano acusa, de acordo com a Carta Geotécnica de Campo Grande (1988), vinte e cinco cabeceiras de drenagem, submetidas ao desenvolvimento de voçorocas por erosão remontante, quando não protegidas. O restante da bacia do Anhanduí e Pardo depende, em grande parte, do estado de conservação dessas nascentes. Importante área de recarga do aquífero da bacia do Paraná, problemas ambientais ligados ao uso inadequado desse sitio urbano, podem comprometer todo o restante da sub-bacia do Pardo e bacia do Paraná.

[39] Essas áreas ficam submetidas a embaciamentos superficiais durante a época das chuvas. Estão sujeitas a recalques diferenciais, devido ao permanente estado de saturação dos terrenos e ocorrência de solos moles, podendo comprometer as fundações de edifícios e os sistemas de esgotos, assim como danificar áreas pavimentadas e romper redes subterrâneas. A infiltração superficial pode inviabilizar sistemas de esgotamento sanitários por fossas assépticas e negras, poluindo águas subsuperficiais (CARTA GEOTÉCNICA, 1988).

manchas de menor declividade, quando aparecem as delgadas coberturas de solo sobre o basalto, associadas aos arenitos intertrapeanos.

1.5 Estado e Campo Grande na confluência dos sistemas atmosféricos da América do Sul

O Estado do Mato Grosso do Sul, de acordo com Zavatini (1992) encontra-se na confluência de principais sistemas atmosféricos que atuam na América do Sul. Esse território é cenário de atuação da dinâmica das massas de ar frias e úmidas vinda dos pólos (massas polares), quente e seca vinda do Chaco (Massa Tropical Continental), quentes e úmidas vindas do Atlântico e da Amazônia, que dão origem a vários mecanismos de "frentes"[40].

O território do Mato Grosso do Sul, atravessado pelo Trópico de Capricórnio no extremo sul, na altura de Itaquiraí, coloca-se numa faixa transicional em relação à atuação das correntes de circulação das massas de ar, no sentido norte-sul.

Em função da dinâmica e participação maior ou menor de massas e frentes foi possível a Zavatini (op.cit.) definir, a "grosso modo", duas zonas climáticas no Mato Grosso do Sul[41]: uma zona de climas "Sub-Tropicais Úmidos" ao sul, e outra zona de climas "Tropicais Alternamente Seco e Úmido" ao norte (ZAVATINI, 1992).

No entanto, esse contraste norte-sul é menos sentido do que nas terras paulistas, nas mesmas latitudes, pelo fato dos fatores da dinâmica das massas de ar estarem somados àqueles proporcionados pela configuração do relevo regional. Desse modo, como no Mato Grosso do Sul as três grandes faixas topográficas mais marcantes (planície do Pantanal, Planaltos da Borda Ocidental e Planaltos Areníticos-Basálticos Interiores) estão dispostas no sentido oeste-leste e alinhadas de norte para o sul, as invasões polares são facilitadas, chegando a atingir esporadicamente até a Amazônia.

Mas esses sistemas polares que penetram rapidamente e com profundidade

[40] De acordo com ZAVATINI (1992), estariam atuando no Mato Grosso do Sul as seguintes massas e frentes: correntes do sul (PA+PV/PVC+FPA), correntes do leste (TA+TAC+IT+FPA), corrente do norte (EC) e corrente do oeste (TC).

[41] A classificação utilizada por João Afonso Zavatini é de base genética, levando em conta os índices de participação das correntes atmosféricas ao longo do território sul-matogrossense. É fundamentado pelo método de P. Pédelaborde (1970) e pelos pressupostos de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1964) e de A .N. Strahler (1986).

no território, são tropicalizados com rapidez, porque se deparam com áreas pré-aquecidas (formando frentes polares) e se combinam com a intensa participação das massas quentes e secas provenientes da depressão do Chaco, especialmente no Norte e Oeste do Estado.

Por outro lado, as áreas elevadas do relevo favorecem os efeitos orográficos com relação à da redução de temperatura e à ampliação das chuvas. Sendo assim, se os fenômenos da dinâmica de massas de ar imprimem um contraste no sentido norte-sul, os topográficos proporcionam antagonismo no sentido leste-oeste[42].

A partir das duas grandes "zonas" delimitadas em nível do Estado, Zavatini define também, dez unidades climáticas menores, buscando a individualização de climas regionais a partir de variáveis pluviométricas e topográficas (Figura 10).

A cidade de Campo Grande apresenta especificidades climáticas no conjunto do estado, dada a situação de seu sítio em relação ao relevo regional e, por ocupar exatamente a faixa zonal de transição entre as duas zonas climáticas, a Tropical e a Sub-Tropical [43].

As altimetrias apresentadas pelo sítio urbano contribuem para amenizar as altas temperaturas próprias dessa latitude. O regime de chuvas é menos definido sazonalmente que as áreas do norte do Estado, mas maior do que o sul.

1.6 Combinação dos componentes bióticos ao conjunto da paisagem natural

A conjunção das variáveis naturais analisadas e as flutuações climáticas

[42] A porção Nordeste do Estado estaria, no entanto, sob o maior controle das correntes de Leste; o Noroeste estaria sendo mais controlado pela Massa Tropical Continental vinda do Chaco; o Sudoeste pelas correntes do Sul; enquanto que o extremo sul teria uma maior freqüência da participação das massas polares (ZAVATINI, 1992).

[43] A cidade está localizada no paralelo de 20 º 26' 34'', quase acompanhando as latitudes das terras paulistas. A topografia no sentido meridiano favorece a entrada das massas polares. Suas altitudes variam entre 500 a 675 metros, permitindo que a área fique exposta tanto a ventos quentes e úmidos vindos do Atlântico (chuvas orográficas), como à massa de ar quente e seca do Chaco. Essa localização geográfica, ao lhe conferir a característica de área de transição climática, exibe um mecanismo regional de circulação em ritmo diferente aos demais. No inverno, predominam os sistemas polares de circulação das massas de ar, mas não exclui a participação das massas tropicais, amenizando as baixas temperaturas das massas polares, com ocorrência de chuvas frontais. No verão, o processo de aquecimento continental permite a liderança na participação das massas tropicais de Oeste e Leste, provocando chuvas de relevo, alternadas com tempos secos e quentes. No verão, a ação das correntes oriundas do Chaco costuma causar, em Campo Grande, fortes ventanias, trovoadas e tempestades. Ainda que enfraquecidos, os sistemas frontais vindos do sul, também continuam atuando no verão, quase sempre atingindo a cidade, embora em ritmo diferente daquele do inverno (ZAVATINI, 1992).

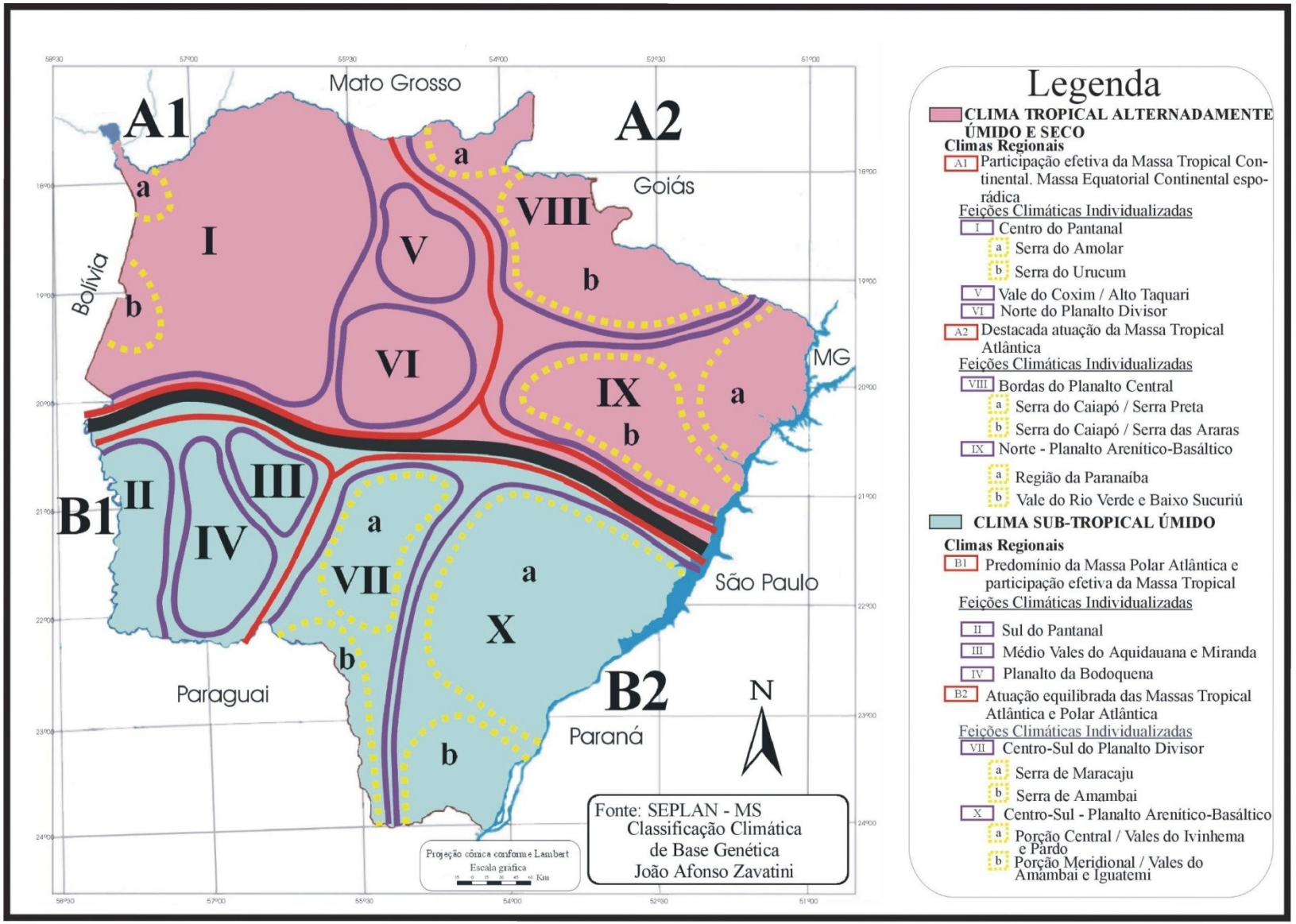


FIGURA 10 - Classificação climática de Mato Grosso do Sul

durante o Cenozóico explicam, em grande parte, as paisagens vegetais e a fauna original do Mato Grosso do Sul.

Os sistemas vegetais e animais organizam-se em grandes escalas, acompanhando muito de perto as variáveis naturais, principalmente as climáticas. Na dimensão do espaço ocupado, no entanto, influências de especificidades dos outros componentes abióticos, contribuem para variações em escalas menores. Na dimensão do tempo, os ciclos climáticos diferenciados, possibilitam retração e avanço de alguns conjuntos sistêmicos de animais e plantas no espaço de ocupação, resultando na existência de núcleos remanescentes.

Esses componentes bióticos, do ponto de vista do estudo sistemático do ambiente e das cargas que lhe são impostas, segundo Klink (1981), são os que reagem mais rapidamente às influências exteriores, exibindo mudanças na composição das espécies. São utilizados como indicadores de qualidade variável do ambiente.

A vegetação no Mato Grosso do Sul, conforme pode ser apreciada na Figura 11, reflete o contato de três províncias florísticas sul-americanas: florestas tropicais úmidas (amazônica e atlântica), cerrado e chaco[44]. Essas áreas nucleares, difusoras de faunas específicas, apresentam diversidades internas em função principalmente da variação das chuvas e umidade atmosférica, da profundidade do lençol freático, da fertilidade, acidez e profundidade dos solos, da orografia e altitude do terreno, dos níveis de inundação na planície pantaneira e de alteração antrópica.

Além disso, segundo Ab'Saber (1988), a região apresenta relictos de uma flora ligada a um período climático do passado (Pleistoceno), quando a caatinga expandiu até essa área. Essas variações vão explicar, em grande parte, a significativa formação de diversidade de habitats e o forte potencial de cadeias tróficas, resultando numa grande riqueza biótica regional.

O contato entre as diferentes províncias florísticas transforma o território numa importante área de difusão de espécies animais oriundos daquelas áreas "core".

Essas diferenciações de conjuntos florísticos resultantes de gradações por contato e invasão, assim como pelas variações do meio, também proporcionam uma enorme

[44] Além dos ecossistemas aquáticos que aparecem especialmente na planície do Pantanal, é importante lembrar-se do que AB'SABER (1988) chama de "quarto estoque de vegetação", ou seja, o estoque residual de componentes florísticos da caatinga (cactos, bromélias, barrigudas) herdados de antigas expansões desse ecossistema em climas semiáridos do passado, que permaneceram como minirrefúgios de uma flora que conseguiu resistir ao aumento da umidade e precipitações.

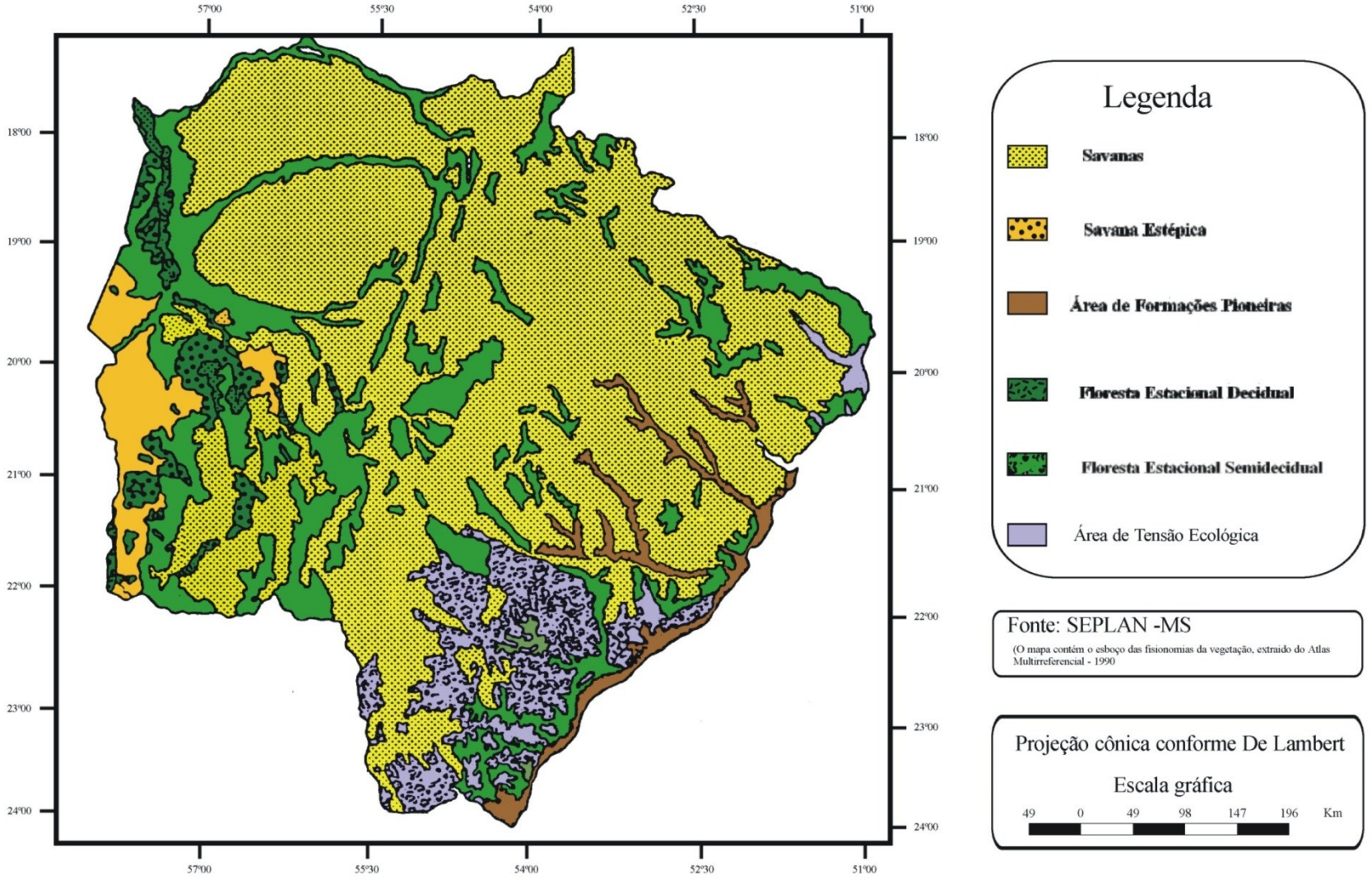


FIGURA 11 - Vegetação de Mato Grosso do Sul

diversificação de habitats e de cadeias tróficas, resultando numa área de concentração competitiva de animais. Deve-se lembrar da importância que tiveram as áreas de formações vegetais mais abertas (os campos de Vacaria) para a disseminação do gado bovino introduzido pelos jesuítas espanhóis. Por outro lado, as florestas-de-galeria desempenham papel importante na constituição de fauna própria e de caminhos de invasão de animais, permitindo um maior fluxo gênico entre os sistemas "core", com maior propagação das espécies.

A paisagem natural é constituída de um mosaico de diversos tipos de habitat e comunidades naturais, exibindo muitas espécies de plantas e animais com padrões complexos de biodiversidade e um grande número de espécies endêmicas em nível regional e local.

Trata-se de comunidades relativamente resistentes às perturbações de curto prazo, mas sensíveis às queimadas prolongadas, sobrepastoreio e fragmentação. Estudos recentes de biodiversidade[45] resultaram na classificação dessa eco-região terrestre formada pelo cerrado e campos inundáveis do Pantanal, como de "distinção" no nível mundial pelo grau de biodiversidade e vulnerabilidade que apresenta[46].

O levantamento feito em 1985 pelo governo estadual[47] apontou um remanescente de cobertura vegetal original, ocupando ainda cerca de 57% do território do Mato Grosso do Sul, com nível de antropismo em 150.768 km^2. No entanto, em 1992, a nota oficial era a de que o remanescente de vegetação do cerrado era de apenas 15% em relação ao estado original.

A vegetação predominante no território municipal de Campo Grande (Figura 12) é o cerrado. Este tipo de classificação de vegetação se apresenta no Município mediante vários aspectos

[45] O resultado desses estudos foi publicado pelo Banco Mundial, com a colaboração da WWF, entidade internacional não governamental de conservação (1995) na obra "Uma avaliação do estado de conservação de eco-regiões terrestres da América Latina e Caribe" (DINERSTEIN ET ALII, 1995).

[46] A fragmentação significa a perda dos habitats e o cercamento das propriedades que interrompem os padrões de movimento migratório de grandes vertebrados que dependem dos recursos distribuídos ou que sejam estacionais. A introdução de espécies exóticas pode resultar em efeitos ecológicos significativos. As áreas de matas de galeria, assim como as fontes de água são críticas para muitas espécies. O complexo de áreas inundáveis do Pantanal, considerado o maior do mundo, foi dado como muito sensível à poluição e às trocas nos padrões de inundação (drenagem e canalização), assim como facilmente afetado pelas alterações no habitat circundante. São áreas que requerem um controle restrito sobre as queimadas, o pastoreio e a caça. As reservas devem ter áreas suficientemente grandes para prevenir alterações completas devidas às queimadas ou efeitos de borda (DINERSTEIN ET ALII, 1995).

[47] Foi publicado nas obras "Macrozoneamento Geoambiental/MS (1989) e "Atlas Multirreferencial"(1990)

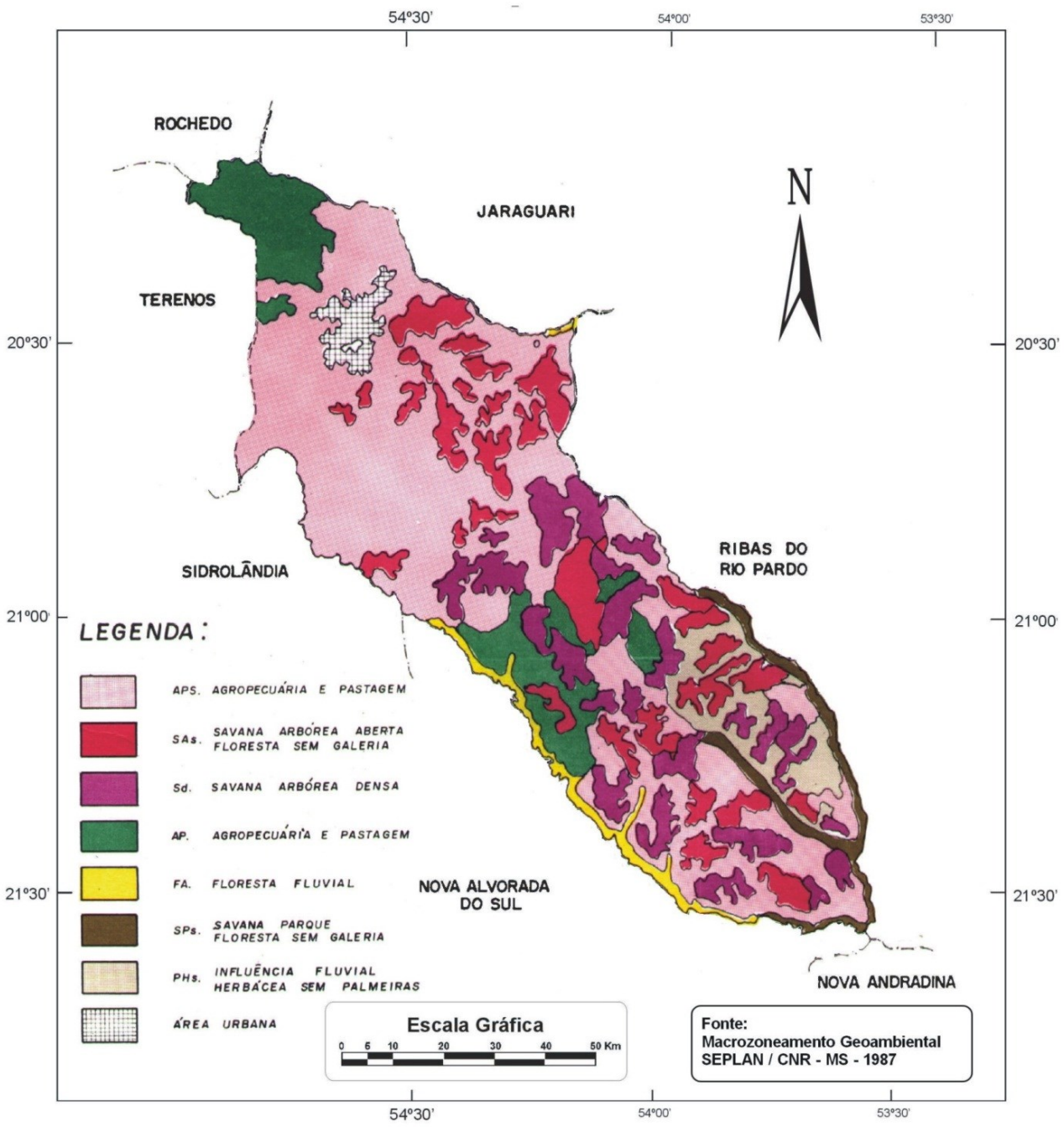


FIGURA 12 – VEGETAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

fisionômicos[48], fato que levou as sociedades do período colonial a incluir o Município na região da Vacaria. A Floresta Estacional Atlântica do tipo semidecidual aparece no sul do Município, às margens do vale do rio Anhanduí, sob a forma de floresta aluvial. Ao longo do restante da rede de drenagem (incluindo as nascentes do Anhanduí na cidade de Campo Grande) manifesta-se predominantemente vegetação aluvial de caráter pioneiro (vereda), marcando a paisagem, principalmente urbana.

No território municipal aparecem ainda áreas de contato entre a savana e a floresta estacional, sob forma de encraves, tanto próximo ao rio Anhanduí na sua área central, como no extremo norte, na área correspondente ao Terceiro Patamar da Borda Ocidental

[48] Nas áreas mais elevadas ao norte do município, que correspondem aos empinamentos da bacia do Paraná, a vegetação toma forma de savana arbórea aberta, com variações para fisionomias um pouco mais densas junto às nascentes e em solos de origem basáltica. Já nas superfícies mais baixas da rampa do reverso da cuesta em direção à calha do rio Paraná, aparecem manifestações da savana arbórea densa. Há que se destacar, no entanto, a superfície do interflúvio entre o rio Anhanduizinho e o ribeirão da Lontra, próximo à confluência desses dois cursos d'água, que por estar sob maior efeito das cheias do rio Paraná na época das chuvas, apresenta algumas manchas de vegetação sob maior influência desses fenômenos, predominando a vegetação herbácea, enquanto que ao longo das margens do curso d'água manifesta-se a savana-parque (FIPLAN, 1993).

CAPÍTULO 2

MISSÕES E A GUARDA INDÍGENA DO TERRITÓRIO

Os sistemas sociais, diferentemente dos sistemas naturais, organizaram-se no planeta a partir das pequenas para as grandes escalas espaciais. Surgiram como pequenos núcleos sociais isolados e diferenciados espacialmente, interagindo internamente entre si e com o sistema natural, para depois procederem às relações dos núcleos entre si, até atingirem o estágio atual de grande conectividade em nível planetário, mantendo uma estrutura multiestratificada. Torna-se de fundamental importância, portanto, conhecer o processo de organização dos sistemas sociais.

Durante o processo histórico, o ser humano vem se utilizando da consciência para se ajustar às freqüentes mudanças das condições de vida, de forma que no lugar de alterar as condições genéticas, evoluem as condições sociais. No entanto, a mudança dessas condições vem se dando a partir da evolução da própria consciência, que como vimos, ocorre a partir da interação mútua que ela vem mantendo com a realidade externa.

No conjunto do sistema social em contínua interação com os sistemas naturais, a evolução dos padrões econômicos passou a se manifestar em ritmos mais velozes que os dos outros subsistemas, o que nos leva primeiro à sua análise para compreender a tendência de organização do padrão de organização do sistema social como um todo e das formas de sua inter-relação com os sistemas naturais (CAPRA, 1993, p.181).

Procurou-se compreender a convergência do complexo de variáveis, considerando-se determinadas massas de tempo com traços de dinâmicas sócio-espaciais relativamente estáveis, até se dar os momentos de ruptura.

2.1 Constituição do sistema colonial ibérico no continente americano

2.1.1 Sociedade ocidental européia na fase da expansão do Capitalismo Comercial de além-mar

O Estado centralizado romano não conseguiu se manter como unidade, diante dos constantes conflitos gerados pelas contradições internas do sistema, quando o padrão de relações sociais e econômicas não respondeu mais às forças produtivas necessárias à reprodução social, diante do forte crescimento populacional e do tamanho do território conquistado (RANGEL, 1968).

O novo padrão de regulações como resposta criativa da mente coletiva com capacidade de negar o estado de desordem, surgiu mais rapidamente apenas no lado oriental, reestruturando o espaço do Império Bizantino[49], mantendo-se a forma da estrutura anterior de poder centralizado por mais tempo.

No lado ocidental, a maior duração do estado de fragilidade permitiu a desintegração, diante das freqüentes invasões por parte das coletividades do mundo bárbaro. Desse modo, Roma sucumbiu, na impossibilidade da manutenção da ordem escravista, num momento em que a extração de excedentes das áreas conquistadas e por escravos tinha se tornado vital para a manutenção do sistema[50]. Por outro lado, conforme Rangel (1968, p.11), as unidades territoriais conquistadas e exploradas por Roma, não chegaram a entrar em unidade dialética com ela, nas relações estabelecidas na dimensão material, de forma a absorver o dinamismo gestado anteriormente pelo centro, desagregando-se facilmente do

[49] A divisão administrativa do império (em diarquia e depois tetrarquia) não conseguiu reter o enfraquecimento, atingindo a crise estrutural do Estado romano. No final de 395 deu-se a cisão final entre os 20 unidades do império romano, surgindo a separação entre o Império unificado do Oriente, Bizâncio, e o império fragmentado do ocidente. A unificação do oriente foi facilitada, principalmente porque a ordem escravista tinha sido menos importante, as invasões bárbaras foram menos intensas e a feudalização foi precoce (MANFRED, 1986).

[50] Como as invasões bárbaras incluíram muitos povos e duraram séculos, a população do império sofreu um forte retrocesso quantitativo geral por morte nas guerras e epidemias, mas esvaziando principalmente as cidades, resultando na redução de mão-de-obra escrava. O esfacelamento da família escrava na manutenção do padrão escravista, não havia permitido a sua nova reprodução biológica, assim como os freqüentes conflitos tinham gerado uma forte desmotivação por parte desse segmento produtivo para o trabalho a outrem, conseqüentemente comprometendo os rendimentos e aumentando a fome e a miséria. Por outro lado, a forte coerção do aparelho de Estado tinha resultado em vários pequenos proprietários de terra endividados (MANFRED, 1986).

império[51].

O sistema feudal na sociedade ocidental européia tornou-se o momento histórico em que as várias unidades de organização sócio-espacial, conseguiram se reestruturar, segundo os princípios gerais do feudalismo. A reestruturação deu-se através do princípio da contingência e de liberdade de escolha, resultando em grandes diferenciações internas de combinações de variáveis e estágios temporais. Cada unidade autônoma foi encontrando sua própria finalidade e se auto-organizando conforme as suas próprias condições internas.

Num primeiro momento, considerado de transição do escravismo para o feudalismo, definiram-se novos princípios gerais de regulação da realidade, ou seja, um novo modo de produção do tipo feudal, sob as condições de baixa densidade demográfica, com o processo de desdobramento de ordem e complexidade às pequenas unidades sócio-econômicas e espaciais reaglutinadas no território, na busca de um estado de equilíbrio homeostático. Desse modo, o sistema se flexibilizou, apresentando maior número de respostas ao interagir com a nova realidade material.

Num segundo momento, as ameaças de um novo estado de entropia, diante dos limites encontrados no processo de expansão territorial na busca de terras produtivas em condições de densidade demográfica mais elevada, levaram às inovações técnicas, ampliando a produtividade do solo. As inovações apareceram como uma forma de mecanismo de realimentação negativa, tentando reduzir o desvio da estabilidade do modo de produção feudal.

As inovações técnicas no uso do solo, com a divisão territorial do trabalho, levando à especialização da produção, permitiram o aumento da produtividade e da quantidade de alimentos produzidos, garantindo a maior estabilidade da reprodução biológica das formações sociais, aumentando a densidade demográfica nos territórios e a transformação da paisagem natural em paisagem agrícola.

O aparecimento da atividade comercial foi fundamental para a manutenção da estabilidade e o desdobramento da ordem estabelecida em outros níveis dessas novas estruturas, na medida em que favoreceu o intercâmbio interno e entre as mesmas. Por outro

[51] A desintegração dessa unidade não se deu apenas na estrutura de organização, como também biológica, incluindo o forte retrocesso da população, morta em conflitos de guerra e epidemias, diante de uma situação generalizada de fome. Conforme FRANCO JÚNIOR (1996, p. 26), a fragilidade do sistema tinha se tornado de tal forma, que bastava uma má colheita e a mortalidade se ampliava diante da dificuldade em conseguir alimento em outra região.

lado, a rotatividade cada vez mais crescente dos produtos circulados, introduzida pela tendência da dinâmica expansiva da atividade comercial em bases monetaristas, foi permitindo a aceleração do processo de desdobramento das instituições e dos princípios gerais do feudalismo, em outros setores da atividade econômica e nos outros níveis das várias formações sócio-econômico-espaciais. Ficou evidente a diferença de estágios dessas estruturas sócio-econômico-espaciais e de níveis maiores de complexidade interna, nesse momento evolutivo da história, implicando ainda numa diferença de ritmos da dinâmica econômica e social.

Mas, ao mesmo tempo, o processo de aceleração das atividades econômicas e sociais foi favorecendo a intensificação da interferência do sistema social sobre o sistema natural[52]. As maiores interferências deram-se com relação aos elementos naturais percebidos socialmente como recursos de valor[53].

As intervenções sociais no sistema natural, embora pontuais, ganharam velocidade e proporções capazes de comprometer a estabilidade dinâmica dos sistemas naturais, principalmente porque passaram a interferir na vegetação[54] e nos componentes bióticos, acelerando o processo de entropia do sistema natural[55].

Por outro lado, as perturbações ambientais, ao serem acompanhadas de fenômenos de desaparecimento e extinção de certos componentes e do crescimento explosivo

---

[52] De fato, nas inter-relações entre os dois sistemas passou a ocorrer desigualdade de ritmos, dada pela diferenciação particular de cada um na dinâmica de automanutenção. Desse modo, as interferências de cada coletividade sobre o ambiente natural, na retirada e exploração de recursos, em função de maior aceleração, passaram a causar perturbações na estabilidade da dinâmica natural.

[53] Nesse caso, foram os solos férteis (considerados como fonte principal de alimentos a serem consumidos), madeira (considerada o principal combustível e material de construção) e ouro e prata (considerados fonte de moedas para aquisição dos alimentos e outras espécies). Assim, com a ocupação total das áreas produtivas dos mansos, a reprodução avançou também sobre as terras comunais, promovendo a derrubada de florestas e de outros tipos de vegetação natural. Por outro lado, diante do monetarismo, as matérias-primas de confecção das moedas, oriundas do sub solo (ouro e prata), foram sendo exploradas até o seu completo esgotamento. A expansão dominante da atividade agrícola sobre as terras comunais resultou também em redução das áreas de pastagens, consequentemente do gado voltado à sobrevivência (FRANCO JR.,1986).

[54] Como já foram colocados anteriormente, os componentes bióticos, do ponto de vista do estudo sistemático do ambiente e das cargas que lhe são impostas, segundo KLINK (1981, *passim*), são os que costumam reagir mais rapidamente às interferências externas, exibindo mudanças na composição das espécies.

[55] Cf. nos informa MONTEIRO (1978, p.54), como existe uma forte intimidade das relações entre os sistemas vegetais e climáticos, a intervenção social, mesmo tendo sendo sido pontual, em nível de micro-clima, através do interrelacionamento desse micro-sistema com os topo e meso-climas, os problemas resultantes são projetados em espaços sub-regionais. Desse modo, é possível compreender os constantes fenômenos de alterações climáticas que passaram a ocorrer naquele período histórico, concomitante às intervenções na natureza, no seu estágio mais acelerado e extenso, resultando em chuvas torrenciais e de ritmos mais constantes, quedas de temperatura. Essas mudanças de regime de chuvas, ao interferir no regime hidrológico dos solos e diretamente nos próprios solos, desnudos de vegetação e revolvidos pelos instrumentos agrícolas, causaram processos erosivos, trazendo reflexos negativos para a manutenção do cultivo agrícola (FRANCO JÚNIOR, *passim*).

de outros, tornaram-se fonte geradora de "pragas" maléficas à manutenção da saúde biológica dos seres humanos[56].

Os comerciantes europeus que já haviam conseguido estruturar melhor suas atividades entre feudos, pelo seu caráter expansivo, foram aqueles que primeiro buscaram se ajustar a esse momento de crise, estendendo suas ações comerciais em territórios de além-mar, na obtenção de novos produtos, assim como de força de trabalho escrava, para o atendimento da aristocracia.

Como essa estruturação comercial tinha sido territorializada, articulando feudos internamente, o fenômeno comercial à longa distância manifestou-se nos feudos que já haviam sido integrados através das trocas mercantis, mantidos por um controle político centralizado, o do monarca absolutista[57].

Portugal foi a primeira nação a ser constituída a partir da articulação entre feudos, constituindo o Estado absolutista. Isso explica o fato dos comerciantes portugueses terem sido os primeiros a se destacarem nesse tipo de empreendimento no século XV[58]. Os poderes econômicos dos mercadores puderam ser integrados àqueles do monarca absoluto[59] (poder administrativo e de polícia), mas sob a preponderância do poder da Igreja Católica, quando se tratava de assuntos interfeudais.

No entanto, objetivamente, no reino português, um dos grandes problemas

---

[56] Portanto, os cultivos realizados segundo o padrão técnico disseminado, foram sendo limitados pelo esgotamento das terras férteis, não podendo ser complementados pelos produtos oriundos da atividade criatória. Diante da fragilidade produtiva e da instabilidade dos sistemas naturais, a sociedade começou a ser vítima também de processos de realimentação negativa, aumentando a entropia causadora da fome e epidemias, resultando num forte índice de mortalidade em relação à natalidade e no retrocesso demográfico. A peste negra na metade do século XIV chegou a causar em algumas regiões, segundo FRANCO JÚNIOR (op.cit., p. 39) a perda de até 2/3 da população. No conjunto do continente europeu, a estimativa foi da perda de cerca de 30% da população.

[57] O Estado absolutista organizou-se, quando os princípios feudais já haviam sido disseminados por todo o sistema, atingindo sua universalização na escala territorial do feudo. Tratava-se, portanto, de um Estado com base em instituições feudais, do tipo despótico, onde o rei administrava segundo a concepção teológica cristã-política de poder. O poder era, portanto, do tipo teocrático, de inspiração divina, e o rei, possuidor de virtudes cristãs deveria ser fonte da lei e justiça, formando com a comunidade um corpo político. No topo da hierarquia estaria, segundo FRANCO JR (1996), o monarca (poder temporal) e o papa (poder espiritual).

[58] Portugal foi a primeira nação a se consolidar na Europa, centralizando o poder nas mãos de um monarca absolutista. A revolução de 1383-1385, após a morte do rei Fernando I, que terminou com a Batalha de Aljubarrota decidindo pela disputa do novo sucessor (o rei não tinha herdeiro), D. João, mestre de Avis, apoiado pelos mercadores e artesãos, culminou na consolidação do reino. Esse processo envolveu a eliminação do poderio dos pequenos senhores de terra para concentrá-lo nas mãos do monarca, concedendo-lhe poderes absolutos. Desse modo, esse aliou-se aos interesses da burguesia comercial, fortalecendo seu poder (BARBOSA, 1995, *passsim).*

[59] O Estado separara-se do restante da sociedade, tomando a responsabilidade pela ordem estabelecida. O rei foi dotado de um poder monárquico (único) que sobrepujava o feudal, tornando também súditos os seus anteriores vassalos. Da mesma forma, ganhava o caráter duplo de soberano e suserano. O primeiro lhe atribuía poderes sagrados e o segundo, uma relação de compromissos mútuos com base no direito consuetudinário (FRANCO JR., 1996).

no século XV tinha sido a ampliação da perda populacional, nas ações empreendidas também fora do reino. As freqüentes expedições de reconhecimento, conquista de terras, além das lutas contra os mouros no continente africano, mas especialmente no processo de conquista da Guiné[60] contribuíram para esse processo. Portanto, a força de trabalho voltada à produção de excedentes tornou-se o grande problema do Estado absolutista português, como também o foi de toda Europa ocidental[61].

O número cada vez mais reduzido da população portuguesa significou também a redução constante da aristocracia guerreira e a oportunidade cada vez maior das camadas populares ascenderem à condição de nobreza, através de conquistas territoriais e de escravos, portanto uma maior mobilidade social e menor rigidez na separação entre as classes sociais.

A inferioridade numérica da população também tinha levado o indivíduo cada vez mais a aprender a bastar-se por si só[62], à autossuficiência e à maior agressividade nos seus atos de conquista, buscando a superação das dificuldades através de esforço próprio. Tornaram-se indivíduos adequados à conquista, pelo espírito corajoso e pronto a atos heróicos e de bravura.

Foram os comerciantes portugueses os pioneiros na inovação das técnicas de navegação em alto mar[63] (construção naval[64], bússola, astrolábio, mapas). Vieram em

---

[60] Tratava-se de uma população muito reduzida para um império já bastante expandido. IGLÉSIAS (1995, p.19) apontou a existência de cerca de 1,1 milhão de habitantes em 1.500, e conforme o relato de Colombo em uma de suas cartas aos reis espanhóis, durante suas viagens à América, cerca de metade da população do reino português havia morrido em Guiné.

[61] Segundo PRADO JR (1996, p.24), a população da Europa Ocidental em 1500 representava a mesma quantidade apresentada no milênio anterior.

[62] HOLANDA (1997, *passim*) faz em sua obra "Raízes do Brasil", uma série de considerações a esse tipo de mentalidade ibérica, que denominou "cultura da personalidade", como sendo de originalidade nacional, marcando até mesmo o porte pessoal e a fisionomia dos homens portugueses e espanhóis.

[63] Até então, o comércio predominante dentro do continente era terrestre, e a única forma de navegação marítima existente na Europa era costeira e de cabotagem. A rota comercial mais importante ligava por terra o Mediterrâneo e mar do Norte.. As inovações na arte de navegar por alto mar e os conflitos constantes nos territórios atravessados pela rota terrestre levaram os portugueses a buscar uma rota marítima de ligação entre os dois pólos, contornando o continente pelo estreito de Gibraltar, dessa forma, deslocando a primazia comercial para os portos oceânicos da Península Ibérica, Holanda, Inglaterra, Normandia e Bretanha. (PRADO JR, 1996, p.23).

[64] O monarca havia constituído a marinha do Estado português, buscando expandir-se através da navegação marítima e inovar suas embarcações. No ano de 1400 surgiu a caravela, um meio de navegação movido à vela cuja dimensão era intermediária entre as barcas (pequeno navio de um mastro e duas velas e pequena tripulação) e as naus utilizadas posteriormente por Pedro Álvares Cabral (SIMONSEN, 1969). Os portugueses conseguiram fabricar caravelas transatlânticas com capacidade até quatro vezes maior que as comuns. Mas, o maior avanço das caravelas deu-se na técnica da mastreação (conjunto de velas, mastros e cordas), aumentando a potência e a maneabilidade do transporte. Segundo SIMONSEN (1969) fizeram o uso duplo da vela quadrada e da vela latina, que permitiu o aproveitamento dos ventos alíseos para a navegação a barlavento. Além disso, construíram as naus, com capacidade quintuplicada em relação à caravela.

seguida, em caráter concorrencial, aqueles da Espanha, França, Inglaterra e Holanda[65]. O primeiro impasse na disputa de terras, entre os reinos católicos de Portugal e Espanha, ocorrido após a descoberta das Américas pelos espanhóis, como havia de se esperar, foi arbitrado pela Igreja Católica, resultando no Tratado de Tordesilhas em 1494[66].

Outra característica importante, diz respeito à condição dual em que se encontravam as estruturas internas de Portugal e Espanha. A atividade comercial e expansionista que impulsionava as ações de conquista aparecia como foco emergente no âmago de uma sociedade institucionalmente feudal. Portanto, foram os princípios feudais, que continuaram a se reproduzir no processo de expansão territorial nas terras de além-mar.

Como esses mercadores viajantes vinham de reinos unificados em Estados, preponderou o princípio "toda terra pertence ao rei". Assim, as relações de vassalagem, com base na posse da terra, apareceram sob a forma de compromissos feudais entre o monarca e o conquistador de novas terras já na primeira viagem de Cristóvão Colombo[67] à pretensa Índia.

Por outro lado, como o comércio envolvia um circuito monetarista, tendo a moeda como medida de valor, o ouro para cunhagem de moedas, tornou-se fundamental para a manutenção da atividade e de todo o sistema. Desse modo, a lógica estabelecida para facilitar a entrada do ouro, com base na especulação comercial, passou a ser o da aquisição mais barata dos produtos de venda (ampliando a margem de lucro) e o da ampliação do volume de vendas (ampliando os novos mercados fornecedores), organizando-se. a obtenção e

---

[65] Os mercadores portugueses lançaram-se, inicialmente, em direção ao norte e litoral africano, para em seguida, interessarem-se pelo oriente, atraindo a concorrência dos outros comerciantes dos reinos unificados posteriormente, diante dos altos valores obtidos pelas especialmente pelas especiarias e ouro. Nesse sentido, esses últimos, antecipados pelos espanhóis, passaram a procurar outro caminho para as Índias (PRADO JR., 1996).

[66] Para a Igreja católica, esses acordos significaram distribuição das terras pelo papa, através de bulas papais, como benefícios oferecidos (concessão de terras), por serviços prestados por esses monarcas ao cristianismo, passando-se esses a terem com a Igreja compromissos de fidelidade, que foram estabelecidos pelo padroado. Assim, já em 1454, tinha surgido a Bula *Romanus Pontifex*, feita pelo papa Nicolau V, doando propriedades ao rei português de todas as terras e ilhas descobertas e a descobrir, a leste da linha meridiana a cem léguas das ilhas dos Açores e cabo Verde, em retribuição aos serviços prestados pela dinastia Avis. Em 1493, com o surgimento do Estado absolutista espanhol no cenário das conquistas territoriais internacionais, surgira a Bula da Partição ou *Inter Coetera*, do papa espanhol Alexandre VI, doando aos reis da Espanha todas as ilhas descobertas e a descobrir, pertencentes antes aos portugueses. Diante da reação dos portugueses, estabeleceu-se em 1494, uma forma de acordo, resultando no Tratado de Tordesilhas, assinados pelos reis dos dois países ibéricos, definindo o meridiano que passava a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

[67] Cristóvão Colombo assim relatou no diário de sua primeira viagem em relação aos compromissos mantidos com o rei e rainha da Espanha: "mandaram Vossas Majestades que eu me dirigisse, com suficientes frotas, às referidas regiões da Índia; e para tanto me concederam grandes mercês e me enobreceram para que daí por diante me intitulasse "Dom" e fosse Almirante-Mor do Mar Oceano, Vice-Rei e Governador perpétuo de todas as ilhas e terra firme que descobrisse e conquistasse no Mar Oceano, e assim procedesse meu filho mais velho e, da mesma forma, de grau em grau para todo o sempre." No seu testamento, a natureza desses compromissos foi completada: "... e que recebesse o dízimo de tudo o que no referido almirantado se achasse, colhesse e arrendasse e da mesma maneira a oitava parte das terras e de todas as outras coisas."

circulação dos produtos através da criação de feitorias no local de exploração e navegação marítima.

Importante lembrar que, embora esse tipo de empreendimento tenha tido objetivo primordialmente econômico, foi acompanhado também de motivos religiosos[68]. Ocorreu com base em mentalidade racionalista de conquista, competição e lucro fácil, associada a uma dominante concepção teocêntrica de mundo, principalmente entre os portugueses e espanhóis, considerados católicos fervorosos. Foi exatamente com esse tipo de consciência coletiva, que os novos territórios e povos foram percebidos[69], conduzindo determinadas formas de ação e relacionamentos sociais[70].

A visão intuitiva ideológico-religiosa levou à percepção de uma realidade bidimensional, um mundo concebido como plano e circular, tendo a Europa como o centro[71]. Por outro lado, para a Igreja Católica, a descoberta de novas terras passou a significar possibilidade de sobrevivência, cristianizando os infiéis (dar vida ao "não-ser" e proporcionar a salvação através da cristianização) até a chegada do Juízo Final.

2.1.2 Sistema colonial português no Brasil

A expansão das conquistas, baseada na especulação comercial, diante de tão

---

[68] Em uma das cartas de Cristóvão Colombo aos reis católicos da Espanha aparecia o seguinte trecho, demonstrando o interesse econômico e religioso: "... explicar que se salvariam tantas almas para o serviço de Nosso Senhor, nem dizer que contribuiria para a grandeza de Vossas Majestades, da melhor qualidade usada até hoje por qualquer soberano, pois a atividade e as despesas destinavam-se ao espiritual e temporal e seria impossível que, com o correr do tempo, a Espanha não tirasse daqui grandes proveitos;".

[69] Cristóvão Colombo, de acordo com seu diário de viagem, fez o relato na condição de enviado do rei e rainha da Espanha sobre a viagem às terras das Índias pelo caminho ainda desconhecido do ocidente, atendendo às intenções cristãs na conversão de mongóis à fé, a pedido do príncipe "Grande Cã". A primeira impressão enviada sobre os novos povos encontrados, foi a de parecerem "bons serviçais e habilidosos" (capturou imediatamente índios para o cativeiro) e que acreditava que depressa se fariam cristãos, estando sempre atento para perceber se havia ouro, canela, pimenta e outras especiarias. Por outro lado, Colombo relata a percepção imediata do sagrado por parte dos indígenas, ao perguntarem se os viajantes tinham vindo do céu (rendiam louvores à divindade levantando as mãos para o céu e beijavam-lhes as mãos e os pés).

[70]O território desconhecido e seus habitantes apresentaram-se aos europeus como o "não-ser", o mundo do caos (mundo pagão para os cristãos), da barbárie. A saída da Europa teve o sentido da incursão por um mundo, que poderia ser habitado por demônios, monstros e inimigos dos deuses (hereges ou com outras seitas consideradas de perdição). Colombo relata em seu diário as impressões teocêntricas sobre os habitantes indígenas do continente que não faziam parte de seu mundo (gente de um olho na testa, cara de cachorro, todos perigosos).

[71] Lembre-se que Colombo procurava o caminho, baseado apenas na hipótese, da terra ser redonda, fruto de uma percepção racionalista da intelectualidade emergente. Diante de um imaginário povoado de representações do maravilhoso e lugares lendários, o viajante religioso cristão, além de desejo de lucros, sentiu-se peregrino, vislumbrando encontrar terras sagradas e lendárias (reino cristão de Prestes João, paraíso terrestre, cocanha, fonte da juventude, a cidade do eldorado etc.).

reduzida população portuguesa, levou a classe dos comerciantes a ter como interesse prioritário, a exploração de territórios com riquezas já constituídas (IGLÉSIAS,1995, p.19). Nesse caso, o mais rentável passou a ser a instalação de feitorias em áreas populosas que já estivessem suficientemente organizadas para o fornecimento dos excedentes requeridos.

As condições iniciais apresentadas no Brasil, portanto, não corresponderam de imediato, às necessidades requeridas para a dinamização do setor comercial[72]. A atenção do Estado português continuou voltando-se para as terras do Oriente. No entanto, a partir da década de 30, essas condições se alteraram[73]. Tornou-se fundamental, a garantia objetiva da posse do novo mundo, como forma de garantir a manutenção e a ampliação da atividade comercial portuguesa, diante de resultados infrutíferos das expedições-guarda-costas[74].

A inter-relação entre a formação sócio-espacial portuguesa e a brasileira teve como ponto de partida, o sistema de significações sociais, construído na sociedade portuguesa e utilizado para explicar e interpretar a realidade objetiva e solucionar as dificuldades oriundas das perturbações geradas no sistema. Deu-se, portanto, a partir da macro-escala, com base na reprodução dos princípios institucionais e feudais organizadores de Portugal, mas combinando-se com a micro-escala organizada, representada pela base produtiva, buscando-se adequar os instrumentos já conquistados pela sociedade portuguesa com as condições objetivas, naturais e sociais encontradas no lugar, em termos de força produtiva. Por outro lado, o sistema de trocas com as respectivas vias de circulação, utilizados pela burguesia comercial capitalista, foram quem de fato, atribuíram a configuração ao uso do novo território.

A realidade objetiva brasileira constituía-se de um território de maior extensão que o de Portugal, relativamente distante do reino e de pequena densidade demográfica, cuja população organizada sob a forma de comunidades tribais dispersas,

---

[72] O único produto de interesse, pau-brasil, tinha ainda que ser extraído. Também, nenhum ouro tinha ainda sido encontrado. Daí o desinteresse inicial do Estado pela exploração direta do pau-brasil, entregue a particulares comerciantes portugueses até 1515 (PRADO JR., 1971)

[73] A mudança ocorreu, diante da crise iniciada no comércio junto às Índias, da notícia de ouro na América espanhola e do novo Estado absolutista francês buscando estabelecer suas conquistas também nas terras brasileiras, contestando o direito português de anterioridade e lhe fazendo concorrência (MACHADO, 1980).

[74] Os mapas produzidos na época puderam evidenciar a influência que exerceram também numerosos mitos e lendas, como as do ïmpério do rei branco, o "El Dorado", "Manoa", a "Serra da Prata" entre outros.

nômades e coletoras, ainda não era capaz de produzir excedentes de qualquer espécie por si própria[75].

A solução inicial foi, portanto, a de se criar uma regulação do território, com base no regime dominial[76], com regras extraídas de experiências bem sucedidas anteriormente pelos portugueses, buscando adaptá-las às contingências apresentadas no caso brasileiro. Deu-se, desse modo, a combinação de dois institutos, o das sesmarias e donatarias. O primeiro tinha sido experimentado no próprio reino português (sesmarias) [77] e o segundo junto às ilhas de Açores e Madeira (donatarias)[78].

A rede de compromissos feudais, segundo a Ordenação Manuelina, com base no benefício da posse da terra e na distribuição dos forais (os compromissos), tendo no ápice o princípio de "toda terra pertence ao rei" [79], passou a ocorrer em dois níveis hierárquicos de organização sócio-econômica, com características diferenciadas (um sistema

[75]Esses princípios regulamentadores vieram de consulta feita à intelectualidade portuguesa, tendo como estratégia a produção agrícola em terras doadas, com base na vassalagem, visando assegurar a posse, multiplicando a força de trabalho no lugar para a produção de excedentes comercializáveis na Europa. CORREA FILHO (1956, p.487) mostra o trecho de uma carta de Diogo de Gouveia, português em cátedra universitária francesa, respondendo à consulta do monarca português: "A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos que três anos ha que se as V.A. der aos dois de que vos falei, já agora houvera 4 ou 5000 crianças nascidas e outras muitas da terra cruzados com os nossos; é certo que após estes houveram de ir outros muitos....Porque quando lá houver sete ou oito povoações, estes serão abastantes para defenderem aos da terra que não vendam o Brasil a ninguém e, não o vendendo, as naus não 'hão de querer lá ir para virem de vazio". Assim, o sucesso baseava-se na maior possibilidade de permanência do vassalo e de miscigenação com os povos do lugar, resultando na multiplicação da população e maior garantia de posse da terra. Desse modo, percebe-se que a miscigenação foi uma política incentivada, com fins de expansão populacional, através da instituição da concessão da posse da terra aos vassalos do rei.

[76] Esse regime tinha como regra básica o domínio da terra agricultável (fator de produção) como forma de controle da reduzida força de trabalho na produção de excedentes (coerção indireta do trabalhador). O proprietário, no caso o Estado, concedia a terceiros, lotes de terras para cultivar, constituir e manter suas famílias, cobrando deles a renda da terra. Estes passavam a manter laços de dependência com o proprietário através da vassalagem. A adoção dessa regra organizadora da sociedade, com base na servidão da terra, envolveu a criação de duas instituições sociais, a do "benefício", baseada na concessão de posse da terra e da "vassalagem", dependência civil ligada a fidelidade e compromissos mútuos.

[77] Esse instituto tinha sido criado em Portugal, durante o reinado de Dom Fernando, como forma de retirar terras não lavradas ou aproveitadas por seus donos e redistribuir a concessão da posse a quem as lavrassem e aproveitassem, pagando ao Estado a sexta parte da produção, de modo a aumentar a produção interna do reino em excedente agrícolas, ampliando as áreas de cultivo. No Brasil, no entanto, o tributo da sexta parte não foi cobrado, como forma de incentivo à imigração ao novo mundo. Ficava a obrigação apenas do costumeiro pagamento do dízimo.

[78] Em 1425, aquelas ilhas foram divididas em capitanias, cuja posse foi dada aos seus descobridores (cavaleiros do infante), encarregados de colonizá-las com introdução de cultivo de subsistência e de cana-de-açúcar para o atendimento da metrópole (CORREA FILHO, 1956).

[79] Segundo RANGEL (1981, p.6), os portugueses e espanhóis empenharam-se em enquadrar a América numa carapaça feudal, tendo como marco desse esforço o Tratado de Tordesilhas, que ao mesmo tempo em que dividia o continente americano entre os dois reinos, instituía que todas as terras pertenceriam ao rei. Portanto, quando o reino da França, mais tarde, quis rever as cláusulas do tratado não foi para discutir a validade institucional, mas para se incluir no que chamou o "testamento de Adão".

sócio-econômico de caráter dual)[80].

A área recomendada pelo reino, destinada à posse, foi a da proporcionalidade à capacidade produtiva de cada agricultor com base no número de braços para o trabalho. No nível da sesmaria, a posse não foi instituída como hereditária, mas sob pena de caducidade, ou seja, da perda e transferência a outrem, no caso das terras não terem sido cultivadas ou aproveitadas no prazo máximo de seis anos[81].

Os detentores da posse da terra, dispersos no imenso território, embora avançando do litoral para o interior, os colonizadores buscaram organizar as bases produtivas com suas respectivas unidades sócioespaciais, a fazenda, apropriando-se diretamente da força de trabalho indígena existente. Deste modo, surgiram dentro da propriedade, relações sociais do tipo escravista, dando origem a duas classes: o senhor[82] (detentor da concessão da posse, dos instrumentos de produção, da força de trabalho e do produto) e o escravo (produtor direto)[83].

A produção das sesmarias também foi organizada, constituindo-se como dualidade, ou seja, na forma de policultura de subsistência e de monocultura de exportação. Diante da fraca densidade demográfica em relação à ociosidade de terras dentro de cada propriedade, a rotação de terras tornou-se, portanto, a estratégia técnica de menor custo e, portanto, mais eficaz dentro do sistema produtivo brasileiro[84].

---

[80]No nível superior, destinado à regulação mais geral do sistema, passaram a estar os donatários, nobres portugueses, na condição de cavaleiros do infante, ganhando o título de capitão-mor e terras de capitania, sendo repassados a eles poderes regais, como forma de lhes garantir a reprodução com base na extração dos excedentes das bases inferiores. Essa condição passou a ser reproduzida por hereditariedade. O nível inferior da hierarquia, destinado à base social produtiva, constituiu-se a partir da concessão de terras pelos donatários, sob forma de sesmarias, aos colonizadores. Nesse caso, a posse não se reduziu aos portugueses. A condição foi apenas a de ser cristão e a de cultivar a terra. A esses colonizadores foram repassadas os poderes de donatário dentro de suas terras (CORREA FILHO, op.cit.).

[81] As condições em que foram instituídas a sesmaria aparecem com clareza na carta de alvará (licença de posse) dada por D.João III a Martin Afonso de Sousa alvará mostrada por CORREA FILHO (op.cit., p.484).

[82] Como nos coloca RANGEL (op.cit., p.18), a classe detentora das sesmarias escravistas exerceu dois papéis na sociedade brasileira: o de senhores de escravos dentro das fazendas e de barões (pequenos nobres com compromissos feudais) fora da porteira de sua posse.

[83] A força coercitiva dos colonizadores (mundo civilizado) sobre os povos indígenas (mundo bárbaro), na constituição do sistema produtivo escravista, foi gerando reação indígena, na forma de ataques às organizações coloniais. Como a unidade de produção canavieira solicitasse mão de obra numerosa, foi necessário integrar a ela a força de trabalho negra, oriunda da África, já que no sul da Europa, segundo SIMONSEN (1969, p.126) continuava intenso o comércio de escravos oriundos do tráfico africano e das guerras religiosas, justamente onde a população européia era muito rarefeita.

[84]Inicialmente, essa dualidade produtiva nas áreas agricultáveis do litoral nem sempre ganhou territorialidade distinta, a não ser nos momentos em que a solicitação de mercado exigiu intensificação da produção açucareira, interiorizando a produção alimentícia de susbsistência. Já as áreas litorâneas de menor potencialidade agrícola, foram estimuladas a serem ocupadas com a pequena produção agrícola de subsistência.

A ordem econômica da burguesia mercantil foi instalada para o controle da economia agrícola colonial, através de rede hierarquizada de povoados, vilas e cidades, articuladas pelas rotas controladas de comercialização (marítimas, fluviais e caminhos terrestres). Reproduziram-se, dessa maneira, os princípios de comercialização já estabelecidos na formação sócio-espacial organizadora, como se o Brasil em sua vasta extensão territorial fosse a continuação do território português.

Montou-se uma rede comercial de drenagem dos produtos obtidos na colônia, com controle principal na capital do reino de Portugal, a cidade-mãe. Através dos portos costeiros manteve-se contatos como o novo mundo, utilizando-se de meios de transporte marítimos movidos à vela (caravelas e naus principalmente).

O controle administrativo do império colonial português, através da atividade comercial de coleta de produtos coloniais raros, desse modo, já foi iniciado através das cidades, espaço mais importante da organização corporativa dos mercadores na Europa, articuladas, inicialmente, através de trilhas indígenas[85] e, mais tarde, principalmente, dos meios aquáticos de transporte até os limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas.

Desse modo, o pólo - regulador e controlador das relações sociais e econômicas - ficou fora da colônia, mas ligado e submetendo um polo dentro da colônia (Salvador). Inicialmente, as normas de regulação vieram diretamente do monarca português, através de ordenações reais aos donatários, sediado na metrópole.

A expansão do processo colonizador, gerando pequenas aglomerações dispersas no território e a concorrência internacional, ao exigir maior força de coerção militar pelo Estado, favoreceu ao mesmo tempo, o desdobramento do modelo em níveis hierárquicos mediando as relações da metrópole com as capitanias[86], resultando no Conselho Ultramarino e nos governos gerais[87].

---

[85] Por terra, normalmente fazia-se uso de trilhas já anteriormente utilizadas pelos indígenas. As trilhas terrestres auxiliaram na interiorização, principalmente na ausência de rios ou na ligação entre eles (varadouros).

[86] Inicialmente foi criada em Portugal a Casa da Índia para regular os negócios do comércio a longa distância. Em 1532, surgiu a Mesa da Consciência, transformada em Mesa da Consciência e Ordens, para tratar especificamente dos assuntos eclesiásticos, militares e das universidades. Em 1591, surgiu o Conselho da Fazenda, para assuntos fiscais. Em 1642, durante a fase da Restauração portuguesa em relação à dominação espanhola, surgiu o Conselho Ultramarino, especificamente para cuidar dos negócios de ultramar, regulando-os econômica e juridicamente (DORATIOTO, 1994).

[87]Como esse modelo inicial de colonização produtiva das terras dessa origem a agrupamentos populacionais ainda muito dispersos e pouco integrados entre si, o imenso território da costa, tornou-se ameaçado, diante das constantes investidas dos franceses concorrentes e dos índios. As várias unidades produtivas dispersas não se mostraram eficazes como força militar (SODRÉ, 1979).

Desse modo, entre o poder estatal de Portugal e o sistema colonial implantado, constituiu-se um aparato administrativo-militar do Estado absolutista português, o governo-geral, já em 1549, quando se estabeleceu a cidade de Salvador[88], como um centro de controle interno submisso ao centro de controle metropolitano.

O aparato dos governos gerais, ao ocupar lugar e função na hierarquia, também ganhou materialidade, na forma de cidade maior (capital) e melhor equipada que as vilas das capitanias[89]. Salvador, sede do primeiro governo-geral, e capital brasileira, foi constituída, portanto, para ocupar o ápice dessa hierarquia dentro do Brasil, até 1763, na condição de cidade[90].

Na hierarquia da rede de localidades, a vila costeira, sede da capitania, ficava sob a regulação e jurisdição dos donatários (capitão-mor), reproduzindo também nesse nível os princípios gerais do reino português[91]. Os aparatos das vilas que lhes deram materialidade foram constituídos para permitir o exercício das funções do donatário. Expressaram intenção fortemente colonizadora e protetora da manutenção da ordem colonial constituída, com o papel de assegurar a terra como reserva produtiva da colônia, além de

[88]A coerção militar do Estado absolutista português deu-se sob forma de estratégias que evitassem a guerra dos colonizadores entre si, dos ataques indígenas e dos franceses. Desse modo, o novo aparato foi acompanhado da construção de fortes e de navios de guerra portugueses para defender a costa. Tornou-se proibitiva a construção de meios de navegação (navios e caravelas) no Brasil, sem licença do Estado, para evitar o surgimento de forças militares internas e auto-destruição. Contra os indígenas, a tática instituída pelo Regimento do governo-geral foi a de matar e escravizar índios rebeldes, além de incitá-los uns contra os outros de forma a dividir suas forças, uma verdadeira técnica de extermínio do mundo considerado bárbaro (SODRÉ, 1979).

[89] Essas capitanias foram retomadas pela coroa portuguesa dos donatários mal sucedidos em seus empreendimentos, para sediar os governos-gerais (PERIDES, 1995).

[90] Esse título era outorgado apenas às vilas que exercessem o papel de sede administrativa do governo, e consequentemente do bispado. AZEVEDO (1994, p.29) informa que no quinhentismo, além de Salvador, criada em 1549, surgiram mais duas cidades no Brasil-colônia, São Sebastião do Rio de Janeiro (1565) e Filipéia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa (1585). A característica delas era nunca terem sido vilas. Nasceram como cidades. O mesmo autor lembra que a criação de cidade não era atribuição dos donatários, mas sim da Coroa portuguesa, portanto isentas de tributos senhoriais, o que lhes dava o caráter de maior independência.

[91] As vilas foram criadas, tendo como princípio aqueles ditados pelo regimento oficial de cidades e vilas, ligados ao Código Afonsino, depois transplantado pelo Código Manuelino e pelas Ordenações Filipinas, que tinham como regra básica de organização social, a decisão dos rumos da sociedade tomada nas vilas e cidades, com base na tradição do direito romano, tendo nas câmaras o instrumento oficial na manutenção desses centros de controle. A elevação de um povoado à categoria de vila não refletia necessariamente sua importância demográfica, econômica ou social, mas antes de tudo o princípio administrativo colonial. O poder local, segundo esses princípios tinha acentuada autonomia de decisão em relação ao governo das capitanias (PERIDES, 1995).No período quinhentista, o Brasil contava com quatorze vilas, aglomeradas no litoral, principalmente na região vicentina e pernambucana (AZEVEDO, 1994).

garantir a coleta e o envio dos excedentes agrícolas produzidos para a metrópole[92].

Nas áreas mais interiorizadas e ao longo de rios (rotas de circulação), os senhores da terra também puderam criar povoações, no sentido corporativo, espaço reservado tanto à discussão e decisão de assuntos comuns aos produtores agrícolas locais, como à aglutinação e expedição dos produtos para o litoral. Quando elevadas à condição de vilas pela Coroa, deviam seguir as determinações e normas de regulação estabelecidas anteriormente pela metrópole[93].

A vila era a sede do município (ou Câmara Municipal), este definido como área de jurisdição[94]. Para a constituição da vila era necessário, portanto, definir os limites territoriais do "termo" de jurisdição[95] num dado conjunto de sesmarias e, ao mesmo tempo o do "rocio", ou seja, a da sede.

O rocio era o espaço corporativo, com reservas para expansão, considerado área de uso coletivo (MARX, 1991, p.81), reservado para discussão de assuntos de interesse comum entre os colonos detentores da posse da sesmaria, ponto de coleta e expedição de produtos locais, suporte da ordem colonial e religiosa. As decisões eram tomadas no Conselho Municipal, constituído pelos referidos colonos. Essas áreas foram sendo estabelecidas em pontos nevrálgicos de circulação dos excedentes exportados pelo lugar[96].

Dentro da área do rocio era estabelecido, desde o início, o "espaço central", nó (umbigo ou urbs) de ligação com o divino e com a metrópole, chamado de "largo do rocio". Nele se erguia o templo religioso, com rituais da Igreja Católica, ao lado de prédios

---

[92]Essas vilas das capitanias foram, ao mesmo tempo, feitorias, unidades administrativas e irradiadoras de povoamento, e pontos estratégicos de proteção militar do continente contra prováveis invasores. Foram sendo construídas estrategicamente no espaço organizado da colônia, numa situação que garantisse o exercício de suas funções. Os sítios mais elevados também foram os mais preferidos como esquema defensivo e expressão do pensamento religioso (templos e fortes ocuparam esses sítios mais elevados). Além disso, estruturam-se junto a portos, fortes militares e a vias fluviais que permitissem a interiorização no continente. Tornavam-se o ponto nevrálgico de ligação com as vilas interioranas das capitanias. As feitorias propriamente ditas, só surgiram nos primeiros trinta anos, servindo de base para o policiamento costeiro, de entreposto para o comércio do pau-brasil e de ancoradouro (AZEVEDO, 1994).

[93] Essas vilas interiores tornaram-se espaço de liberdade para estabelecimento de normas coletivas de conduta pelos senhores, diante dos interesses e costumes particulares, criando-se "regimentos" próprios do lugar, com base nas Ordenações Manuelinas. Essas ordenações foram sendo acopladas a muitos princípios do Direito Romano, de natureza escravista (PERIDES, 1995).

[94] Cf. IGLËSIAS (1995, p.76), o município como entidade de menor território teve origem na tradição romana.

[95] Seguindo as ordenações do reino, Martin Afonso de Souza determinou dimensão territorial de três léguas para cada termo e seis léguas entre um termo e outro (RODRIGUES, 1961).

[96] Esses espaços ganhavam funcionalidade estratégica quando criados em local de fácil acessibilidade por parte dos senhores de terra, componentes do município criado. Devia constituir-se territorialmente no centro nevrálgico de comunicações entre os seus membros (PERIDES, 1995).

administrativos da colônia[97].

Os aglomerados urbanos que resultaram de criação deliberada, normalmente recebiam um plano regular e geométrico adaptado às características topográficas, mas que ao se expandir espontaneamente, quase sempre perdia a orientação original, resultando em ruas de traçados tortuosos[98].

A rede de aglomerações urbanas de coleta e envio dos produtos coloniais, durante a fase das capitanias gerais, tinha no ápice, a metrópole, localizada fora da colônia. A ela subordinava-se a cidade-capital dentro da colônia, considerada área de jurisdição metropolitana. A capital, por outro lado, tinha sob seu comando político, as vilas costeiras. Estas eram sedes das capitanias, destinadas ao exercício da donataria e a assegurar a coleta da produção oriunda das vilas interiores e seu envio para os portos metropolitanos.

Numa condição hierárquica inferior estavam tanto as aglomerações espontâneas (povoados e os arraiais bandeirantes), como os núcleos de aldeamento indígena, de iniciativa religiosa.

A organização da Igreja como instituição brasileira, deu-se, junto à organização do governo-geral, através do padroado[99], ficando sob a jurisdição de Portugal[100]. Mas, em função das novas preocupações deflagradas pelo Movimento da Contra-Reforma em 1541, a ordem mendincante da Companhia de Jesus, oficializada pelo Concílio de Trento

---

[97]Assim, defronte o Largo costumava-se construir o edifício da sede administrativa da Câmara Municipal, denominado Paço Municipal, onde atuava o Conselho da Câmara e outros prédios públicos. Nesse conjunto, os largos eram utilizados principalmente para festas religiosas e comemorações cívicas e toda forma de manifestação coletiva, além de ali se situar mercados e feiras. O traçado da estrutura urbana, nesse período, segundo CARVALHO (1989:19) seguiu o padrão medieval das cidades portuguesas, adaptando-se ao terreno acidentado. O Conselho da Câmara, representante do poder local, passou a ser constituído, segundo ZENHA (1948, p.27) de um alcáide (poder central), juízes e vereadores (senhores eleitos por outros senhores do lugar), além dos almotacés, fiscais econômicos, reparadores de edifícios e mantenedor das vias de comunicação.

[98] Cf. AZEVEDO (1994, p.61).

[99] Foi um direito cedido pelo papa ao monarca de Portugal de responsabilidade sobre a promoção e organização da Igreja católica nas novas terras descobertas. Pelo padroado, a Coroa portuguesa recebia os dízimos da Igreja, mas ficando responsável pela sua manutenção. O controle da Igreja pelo imperador era feito tanto pela "Mesa da Consciência e das Ordens" para nomeações eclesiásticas, como pelo Conselho Ultramarino que dava pareceres em questões de direito colonial (HOORNAERT, 1994, p.12).

[100] O Brasil entrou no quadro institucional da Igreja Católica 14 anos depois do descobrimento, ficando sob jurisdição do bispado português de Funchal (HOORNAERT, 1994).

como seu principal instrumento regenerador, organizou-se muito antes do clero secular[101].

A garantia da manutenção do sistema colonial português exigiu a montagem de uma primeira estrutura de policiamento militar. No mar, esse policiamento passou a ser atribuição direta da Coroa portuguesa, detentora do regime de monopólio da circulação comercial aí existente, através das tropas regulares[102].

No continente, a função policial coube ao colonizador português (SODRÉ, 1979, pp.29 e 30), responsável pela circulação interna da produção, organizando-se até a escala da unidade produtiva (sesmaria).[103] Os serviços militares eram prestados pelos colonizadores por compromissos de vassalagem, através das Cartas de Doação e Cartas de Foral, ampliadas pelos Regimentos posteriores. Constituíram os chamados "Serviços de Ordenança" [104].

---

[101] De acordo com HOORNAERT (1994, p.16) o império português passou a se organizar no nível missionário desde 1521, com D. João III, tendo vindo os primeiros missionários com Martin Afonso de Souza. Os primeiros jesuítas vieram para o Brasil junto com o primeiro governador-geral. A organização dessa ordem foi se dando através da constituição de alguns colégios litorâneos articulados a pequenos aldeamentos indígenas (missões), um pouco mais interiorizadas. O clero secular começou a se organizar a partir de 1551, instalando seu centro de controle (bispado) junto àquela do governo-geral, ou seja em Salvador. Mas, a partir de 1610, passou a se dar a intensificação da vinda de missionários de outras ordens, juntando-se ao processo de redução indígena em pequenos espaços para evangelização, por ordem do rei espanhol, D. Filipe. Essa nova tática foi determinada inicialmente na região de maior conflito (entre a Bahia e Pernambuco), prolongando-se durante o período da União Ibérica também pelo governo-geral do Maranhão, até o final do Estado Absolutista português.Assim, vieram os carmelitas em 1580, os beneditinos em 1581 e os franciscanos em 1585. Mas, os interesses específicos deflagrados na Contra-Reforma, trouxeram dinâmica própria à Igreja. Por outro lado, as regalias iniciais diante do Estado, e a introdução de técnicas mais modernas de produção, permitiram o fortalecimento econômico, político dessas unidades missionárias. Desse modo, os religiosos foram tentando se liberar financeiramente do Estado absolutista, para exercer fins cristãos particulares, buscando organizar-se hierarquicamente como instituição cada vez mais autônoma. Desse modo, a autonomia dessas organizações foi se afirmando no sistema colonial, ao mesmo tempo se contradizendo à organização temporal.

[102]A estrutura policial foi apoiada pela construção de feitorias, instaladas em pontos estratégicos do litoral, servindo de entreposto comercial e suporte às caravelas em trânsito para as Índias, teve como papel importante o policiamento contra os contrabandistas de pau-brasil. Nelas ficaram principalmente as "armadas de policiamento", constituídas das tropas regulares, chamadas de milícias coloniais, ou seja, de soldados vindos do reino (SODRÉ, 1979).

[103] Desse modo, ocorreu o desdobramento do modelo litorâneo para o interior, com um forte junto a um núcleo de povoamento. No entanto, no início, a estrutura militar teve que se adaptar à falta de contingente português. A guarnição teve que ser constituída pela população local, em caso de perigo. SODRË (1979, op.cit., pp.25 e 26) destaca a necessidade que cada latifúndio desbravado foi tendo de se transformar também em empresa militar, para assegurar a produção. Assim, o empreendimento agrícola teve também o sentido militar. As lavouras e engenhos tendo que se instalar próximo à margem dos rios (eixos de circulação), expunham seus ocupantes permanentemente aos riscos de ataque de índios e corsários. A estrutura construtiva da propriedade também tomava o aspecto de fortaleza, com grossas paredes protetoras e com muros no entorno dos engenhos.

[104] No ápice estavam as tropas regulares, responsáveis pelo enquadramento do pessoal em unidades denominadas companhias, comandadas por um capitão-mor, seguido de um alferes. As câmaras das vilas nomeavam os capitães com a aprovação dos capitães–mores, que também aprovavam a nomeação dada pelos capitães aos oficiais subalternos (sargentos e cabos). De acordo com as instruções régias, os colonizadores e seus escravos deveriam deixar seu trabalho para se constituírem em tropas de guerra, em momentos de perigo, com forças e recursos próprios. As forças militares das Ordenanças apresentavam uma organização militar simples, constituída de tropas de escravos comandadas pelos senhores. A hierarquia no comando dava-se em função dos níveis da rede de vassalagem (SODRÉ, 1979).

2.1.3 Sistema colonial espanhol na América Latina

A estruturação do espaço colonial do Estado absolutista espanhol no continente americano deu-se, com base não só nas fortes diferenciações sócio-espaciais encontradas, como também nas variáveis apresentadas pelo sistema natural[105].

Diferentemente dos portugueses, os espanhóis depararam-se no atual México, América Central e nos altiplanos andinos, com riquezas já constituídas por sociedades melhor estrutruradas que as do Brasil[106]. Os incas, maias e astecas constituíam grandes aglomerações aglutinadas e sedentárias, controladas por sistemas urbanos, sob a forma de grandes impérios teocráticos assentados numa economia de agricultura intensiva de regadio[107], e de extração e fundição de metais, gerando excedentes no abastecimento da nobreza.

Os espanhóis iniciaram a conquista através das ilhas do Caribe[108], tendo encontrado de imediato, minas de ouro e prata. Internalizaram-se para o sul, quando novas minas foram encontradas no Peru (1535), incluindo-se, mais tarde, as de Potosi (1546) na atual Bolívia.

No entanto, em outras áreas mais ao sul e no interior do continente, a ocupação, a exemplo do Brasil, era feita por povos indígenas nômades coletores, vivendo em comunidades tribais[109].

Tendo em vista os fins comerciais a que se destinaram o sistema constituído pelos espanhóis na América, a prioridade inicial foi dada à apropriação da produção mineral

---

[105] Alguns sistemas naturais mostraram-se inicialmente inaptos para a colonização, uns por não apresentarem ouro e prata, outros por apresentar clima com temperatura excessivamente fria (extremo sul do continente), ou florestas equatoriais de difícil ocupação (Amazônia). Além disso, as cordilheiras dos Andes também exerceram influência na estruturação territorial do sistema colonial, na medida em que atuaram como muralhas protetoras da segurança territorial, dificultando os ataques litorâneos dos concorrentes. Os rios das bacias do Prata e Amazônica, ao contrário, foram se transformando em portas de entrada para interiorização no continente, atingindo as áreas produtivas. Também as ilhas do Caribe mostravam-se frágeis aos ataques, permitindo invasões internas (RANGEL, 1993).

[106] No México estavam os astecas, aglutinados em imensas concentrações de população, os maias na América Central e os incas nas terras correspondentes aos atuais países do Peru, Bolívia e Equador (DORATIOTO, 1994).

[107] Utilizavam-se de grandes canais de irrigação e os incas praticavam culturas em terraços nas montanhas andinas.

[108] Nessas ilhas, segundo DORATIOTO (1994, p.12) praticou-se a extração de ouro das areias dos rios, mas o esgotamento das minas deu-se já no início do século XVI.

[109] Haviam os caraíbas no sul da América Central (agricultores e pescadores). No Chile, estiveram os índios araucanos, que resistiram agressivamente contra os incas e posteriormente contra os colonizadores espanhóis. O interior (centro-sul) fora ocupado principalmente pelos índios guaranis, destacando-se as áreas do Chaco e bacia do Prata. No centro-norte, incluindo a Amazônia estavam vários outros grupos indígenas nômades coletores, vivendo em comunidades tribais (RANGEL, op.cit.).

de ouro e prata junto a essas sociedades melhor estruturadas, em cuja organização já ocorria a extração de excedente (mita)[110]. Portanto, os espanhóis, nessas áreas americanas, nada mais fizeram, que ajustar o sistema feudal espanhol[111] às relações de trabalho já existentes[112], adotando a *encomienda*[113]como instituto jurídico Assim, não necessitaram alterar as relações anteriores, mas apenas substituir as classes dominantes[114]. Tendo como autoridade máxima o rei e o princípio de "toda terra pertence ao rei", própria do regime dominial, o sistema colonial foi instituído, tendo como órgãos de controle metropolitano o Conselho das Índias e a Casa de Contratação[115].

No entanto, houve necessidade de adoção de normas diferenciadas de regulação, tanto para as áreas de sociedades mais primitivas, como para as áreas naturalmente frágeis, diante da defesa litorânea. A estruturação ocorreu mediante diferentes unidades político-administrativas (vice-reinos, capitanias e missões indígenas), tendo o núcleo de controle no Norte da colônia, junto às principais áreas de mineração (sul do México e Cuzco) a ao litoral Atlântico.

Os vice-reinos, governados por vice-reis, foram estruturas adaptadas

---

[110] De fato, puderam contar com existência de um sistema social, onde já se dominava a técnica de extração e fundição mineral e os excedentes eram extraídos dos mineiros, pela classe não produtiva representante do Estado Teocrático, através da *mita.* Segundo OLlVEIRA (1986, p. 34), a *mita* era uma forma de trabalho cedido ao Estado, como serviço e utilidade do imperador. Estavam entre esses serviços, os trabalhos úteis para a guerra, os serviços para a nobreza, os cuidados com os templos e os trabalhos nas minas por conta do imperador.

[111] A estrutura social e política espanhola era muito mais centralizada, assentada sobre tradiçõess cruzadísticas e estruturas burocráticas rígidas. A conquista espanhola das terras americanass, dera-se, segundo RAMA (1985, pp.23-40), na forma de uma grande cavalgada, adotando como modelo de posse, a fundação de cidades, deixando atrás dessas expedições, uma fileira de cidades, praticamente incomunicáveis e isoladas.

[112] Estabeleceu-se a dualidade entre as propriedades comunais e os latifúndios (haciendas) e entre os espanhóis e índios.

[113] A *encomienda* na Espanha significava terras e rendas outorgadas ao comandante de uma dada ordem militar.Nas colônias, concedia-se a *encomienda* a um conquistador, responsável pela cristianização dos indígenas, tendo, portanto, a função de tutela sobre eles, com base no instituto do padroado. Pela *encomienda* os espanhóis mantiveram a estrutura produtiva anterior, em bases comunitárias, praticadas pelos índios locais. Sobre essa base produtiva (mineral e agrícola) impôs-se a figura do o *encomendero* espanhol, que passou a ganhar grandes concessões de terra da Coroa espanhola, mantendo com o monarca, relações de vassalagem. O *encomendero* apropriava-se dos minerais e dos excedentes agrícolas a partir do uso da *mita* e ficava responsável pela cristianização dos nativos (BARBOSA, 1995).

[114]Nas províncias dos altiplanos, junto às fontes dos minérios preciosos, constituíram-se áreas produtivas de organização leiga, tanto de extração mineral, como as *haciendas,* latifúndios concedidos para a organização da produção agrícola. Foram concedidas pelo governo espanhol, através das *encomiendas* e, mais tarde, dos *repartimientos.* Desse modo, distinguiram-se, inicialmente nesse tipo de território apropriado economicamente pelos espanhóis, dois tipos de área produtiva: a de mineração, voltada ao atendimento da metrópole espanhola, e a *hacienda* agrícola, voltada ao mercado interno no abastecimento e das áreas de mineração, constituindo-se aí uma economia dual inicial (OLIVEIRA, 1986).

[115] O primeiro assessorava o rei como órgão supremo da administração colonial, no controle espanhol do comércio colonial. Já a Casa de Contratação tinha como encargo a cobrança de impostos reais sobre os metais, o registro das riquezas, a fiscalização e a política de emigração, com sede em Sevilha (DORATIOTO, 1994).

inicialmente aos territórios de produção mineira e agrícola e, que depois se expandiram para as outras unidades da colônia[116]. Do ponto de vista administrativo contaram com estruturas mais complexas, constituindo-se internamente de províncias, controladas pelos governadores.

Já as "capitanias gerais" foram constituídas nas unidades territoriais consideradas vulneráveis aos ataques dos invasores. Essas ganharam desse modo, funções predominantemente militares, sendo controladas por capitães-gerais[117].

As missões indígenas foram organizadas pelos jesuítas, junto às províncias de terras baixas do interior do continente, onde viviam de forma isolada, vários grupos indígenas mais primitivos. Eram terras de menor valor, por nelas não ter sido encontrado metais preciosos, por isso, tendo permanecido mais tempo sem colonização.

Sobre o conjunto dessa estrutura administrativa foi estabelecido, mais tarde, o controle judicial, através da instalação das "audiências", com jurisdição territorial própria dentro das estruturas maiores, mantendo contato direto com a Casa de Contratação[118].

Diante do esgotamento dos estoques minerais acumulados pelos indígenas, já no final da metade do século XVI, os espanhóis tiveram que organizar e interiorizar a produção mineral e mesmo agrícola. A reação dos indígenas locais diante de um aumento forçado de produção[119] resultou em conflitos. Diante das dificuldades, os espanhóis passaram a recrutar força de trabalho fora. Por outro lado, tornou-se importante o incentivo à vinda de missionários da Igreja[120], visando obter a submissão do trabalho indígena por meios pacíficos,

---

[116] Assim, em 1535, foi criado o primeiro vice-reino, da Nova Espanha, com sede na cidade do México. Logo em seguida, em 1543, surgiu o vice-reino do Peru, com sede em Lima (DORATIOTO, 1994).

[117] A capitania de Guatemala, criada em 1527, abrangia toda a América Central, com exceção do Panamá, tendo como capital a cidade de Guatemala. As outras capitanias só foram criadas a partir do século XVIII. Em 1773, foi criada a capitania da Venezuela com capital em Caracas, em 1777, a capitania de Cuba, abrangendo o Caribe e a Flórida com capital em Havana. Finalmente, em 1778, surgiu a capitania do Chile, com capital em Santiago (DORATIOTO, 1994)

[118] Foram criadas as audiências na seguinte ordem: São Domingos (1526), México (1529), Lima (1542), Guatemala (1543), Guadalajara (1548), Santa Fé de Bogotá (1549), Quito (1563), Santiago do Chile (1609), Panamá e Buenos Aires (1661). No século XVIII foram criadas mais duas: Caracas e Cuzco (DORATIOTO, 1994).

[119] Segundo OLIVEIRA (1986, p.35), essa situação deu origem à instituição de um novo padrão de regulamentos, o *repartimiento* (1548), que incluiu a concessão de terras, a outorga da *encomienda*, a distribuição dos tributos, o trabalho recrutado e a venda forçada. De acordo com QUEVEDO (1993, p.18), com o auxílio da evangelização da Igreja, o Estado pode transformar a *encomienda* de serviços em *encomienda* de tributos.

[120] Os jesuítas chegaram ao México por volta de 1520, fundando igrejas nas cidades e missões nas áreas mais interiores, mas o movimento missionário foi incentivado durante o reinado de D. Filipe, no período da União Ibérica, quando se deu a grande expansão para o interior, atingindo as áreas dos índios guaranis (QUEVEDO, 1993).

ou seja, através da evangelização.

O território do Chaco e da bacia do Prata, onde índios guaranis viviam em grupos dispersos, sem riquezas minerais detectadas, não trouxe interesse imediato para o Estado absolutista espanhol. Estrategicamente, e através do direito de padroado, esses territórios foram sendo entregues, pelo monarca, aos jesuítas, no início do século XVII (1610), durante o período da União Ibérica. Através da ação evangelizadora, buscaram aglutinação do gentio, com pacificação, aculturação e treinamento para o trabalho[121].

As missões, como territórios livres da Igreja, foram rapidamente constituídas nas áreas do Chaco e bacia do Prata, no século XVII, como também na Bolívia e Amazônia[122]. Na bacia do Prata, nas terras do atual Estado do Paraná[123], a missão do Guairá, foi a primeira a ser instalada (1610). A rápida disseminação territorial na bacia do Prata não foi impulsionada, como vamos apreciar posteriormente, apenas por interesses espanhóis, mas também por movimentação constante das unidades, causada pela perseguição posterior dos bandeirantes portugueses[124]. Essa ação, no entanto, foi possibiliando a emergência de uma nova dualidade interna, a Igreja e Estado absolutista.

A conquista espanhola das terras americanas e a extração de riquezas também tiveram como sustentáculo a rede de núcleos urbanos, ligados por rotas de circulação. Assim a fundação de cidades fez parte do modelo espanhol de posse e colonização, de modo que cada expedição de reconhecimento territorial ia deixando atrás de si uma fileira de

---

[121] A evangelização indígena em territórios definidos pela Igreja, teve dois lados interpretativos, o da Igreja e o do Estado. Pelo lado da Igreja, tornou-se , antes de tudo, meio de expansão do cristianismo, atendendo-se aos anseios da Contra-Reforma. Para o Estado absolutista espanhol, constituiu-se numa forma de submissão pacífica do índio ao trabalho, e, mais tarde, como forma de garantia das terras conquistadas.

[122] Segundo QUEVEDO (1993), além das missões em terras guaraníticas, os missionários espanhóis também atuaram, durante os séculos XVI e XVII, na Bolívia (Chiquitos e Moxos) e no Alto Amazonas (missões do padre Samuel Fritz).

[123] Na área correspondente às bacias dos rios Paranapanema e Paraná até a foz do Iguaçu.

[124] Com o fim da União Ibérica, as missões tomaram o caráter de missionarização, segundo QUEVEDO (1993, p.13), assumindo para o Estado absolutista espanhol, o papel de "guardiã da fronteira". Na realidade, passaram a resguardar as duas principais portas de entrada de concorrentes portugueses e estrangeiros na conquista de áreas de mineração espanholas, através dos rios da bacia do Prata e da bacia Amazônica. Internamente, a sua organização autônoma também se diferenciou daquela do sistema colonial implantada pelo Estado. A administração do tipo teocrática impôs-se sobre o princípio das terras comunais, em comunidades nômades, transformando-se em empreendimentos da Igreja Católica, em territórios livres da Igreja. Os portugueses procuravam atingir as minas de Potosi no Alto Peru (Bolívia) pela bacia do Prata e as minas do Peru pela bacia Amazônica.

cidades fundadas, segundo as regulações da chamada Lei das Índias[125].

Os cabildos foram instituições espanholas similares às Câmaras municipais, regidas pelo conselho municipal, sede de município, a menor unidade territorial administrativa. Esse conselho era composto por alcáides (juízes municipais) e corregedores (conselheiros). Deles participavam aqueles que não exercessem trabalhos manuais, ou seja, os colonos espanhóis. Tinha como finalidade básica discutir os interesses dos senhores locais das *haciendas* e das missões e deliberar sobre preços de suas mercadorias. As pessoas se aglutinavam nas "sedes dos cabildos".

A exemplo de Portugal, a ordem econômica burguesa-mercantil da Espanha na colônia, teve como suporte a rede hierarquizada de núcleos urbanos. O sustentáculo da metrópole espanhola (cidade-mãe) na colônia, por ordem administrativa de comando eram a *ciudad, vila, pueblo e* reduções indígenas.

O que mais distinguiu a organização político-administrativa da colônia espanhola em relação à portuguesa, conforme Iglesias (1993, p.52), foi o grau de autonomia entre as unidades político-administrativas e a rigidez das regulações estabelecidas. O monarca espanhol chegava a ser contrário às relações entre elas, até mesmo as interditava. Mas, a estrutura social e política espanhola, assentadas sobre tradições cruzadísticas, caracterizavam-se, por outro lado, por apresentar estruturas burocráticas rígidas.

2.1.4 Mato Grosso do Sul nos primórdios da organização colonial

O território correspondente ao atual Estado do Mato Grosso do Sul, durante a vigência do Estado absolutista de Portugal e Espanha, por determinação do "Tratado de Tordesilhas", pertenceu ao segundo reino, incluído na Província Real do Paraguai e Rio da Prata, tendo Assunção como capital, estando subordinada à audiência de Charcas (hoje

[125] Tinham como base a *plaza mayor*, quadrilátero, com largura correspondente a dois terços do comprimento. Dos ângulos, colocados segundo os rumos dos pontos cardeais, saíam quatro ruas, determinando a orientação da aglomeração em relação ao cosmos, expressão de hierofania. À leste, oriente, de onde vem o sol, fonte de orientação na fundação do mundo coletivo, deveriam estar a igreja e o campo santo. Nas laterais deveriam sair as quatro ruas principais, ao longo das quais se estabeleciam as moradias e outras instalações (MARX, 1991). Todas essas ruas e todas elas deviam seguir um rigor geométrico, (expressão da racionalidade). O contraponto entre o espírito intuitivo religioso e o racional expressava-se pela arquitetura barroca.

Sucre)[126].

Para o conjunto das terras coloniais espanholas, tratava-se de área periférica e fracamente ocupada. A ocupação se dava através de pequenos adensamentos tribais dispersos e móveis. A grande maioria deles estava ordenada ao longo das vias fluviais, baseando-se em meios tecnológicos de organização da produção, muito mais primitivos que aqueles dos povos dos altiplanos. Constituíam-se de coletividades nômades e regra geral, viviam o estágio predominante da coleta[127], organizadas sob forma de comunismo tribal.

Os povos tupis-guaranis tinham se expandido nas áreas menos elevadas do continente sul-americano[128], constituindo os grupos de família lingüística dominante. Haviam irradiado para o litoral Atlântico e outras áreas centrais e do sul do continente[129], de acordo com os indícios históricos deixados pelos relatos de vários historiadores, deixando atrás dessa expansão, um sistema de comunicações internas[130], com base nas trilhas terrestres ao longo das margens dos rios. A estrutura dessa rede de caminhos permitiu articulações entre si, assim como dessas áreas com o litoral Atlântico e sul do Brasil[131]. Os índios chamavam essas trilhas

[126] Em 1617, com o desmembramento da província em Província Real do Rio da Prata e Província Real do Paraguai, o Mato Grosso do Sul ficou incluído na segunda. A partir de 1776, as duas províncias passaram a constituír o vice-reinado da Bacia do Prata, com sede em Buenos Aires (BANDEIRA, 1995).

[127] De acordo com ATAÍDES (1998, p. 175), os trabalhos arqueológicos realizados no Nordeste e Centro-Oeste, dão indícios, ainda que sujeitos a maiores verificações, de que a presença do homem americano está num tempo que excede 3.000 anos. A ocupação teria ocorrido com o processo de tropicalização da Terra. Na área do Centro-Oeste, segundo AB'SABER (1988, *passim*), o anterior clima semiárido em ambiente de caatinga, foi substituído por um clima quente e úmido. Com a retomada da tropicalização, a região pantaneira tornou-se mais atrativa, permitindo que grupos tupis-guaranis se apossassem de vastas áreas.

[128] Conforme ATAÍDES (ibidem, p.154), o grupo tupi-guarani tinha a tradição de organizar-se em sítios a céu aberto, ao longo de cursos d'água, sendo horticultores, constituindo-se em grandes aldeias e casas comunais, nos séculos XIV e XV. SOUZA (1973,p.104) escreve sobre as qualidades de caçador e de uma divisão de trabalho por gênero, cabendo à mulher a prática de uma agricultura rudimentar de milho, fumo e mandioca. A coleta feita nas matas incluía folhas, frutos e raízes nutritivas e mel.

[129] O ramo guarani, no momento da colonização ibérica, estava ocupando a margem esquerda do rio Paraguai no atual território da República do Paraguai, as terras do atual Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, exatamente no território de domínio castelhano (SOUZA, 1973).

[130] A respeito do uso desses caminhos indígenas pelos espanhóis, referiu-se HOLANDA (1985), como sendo na época, a via terrestre mais curta entre o porto brasileiro e o Paraguai. Esse caminho, de acordo com PINTO (Adolfo Augusto-História da Viação Pública) teria sido o mesmo utilizado pela nação guarani da Bacia do Paraguai, ao se por em contato com o litoral de São Vicente, Cananéia, Paranaguá e de Santa Catarina. Do litoral, vinham pela margem esquerda do rio Paranapanema e daí, o rio Pardo e o Ivinhema (região da Vacaria), acompanhando seja as margens do rio Apa ou do rio Miranda. SOUZA (1973, p.97) também se refere às margens dos rios Paranapanema, Paraná, Iguatemi como leito dessas trilhas.

[131] RIBEIRO (1993, p. 45) alega a possibilidade de esse sistema viário ligar-se aos altiplanos andinos, com os povos incas, que a autora denomina "corredor andino". Essa possibilidade não pode ser descartada, dada a presença dos índios da família dos aruaques no Mato Grosso do Sul, com forte possibilidade de serem oriundos dos Andes.

de "peabiru"[132].

Além desses, havia vários outros grupos indígenas dispersos[133], tais como os caiapós[134] e os ofaié-xavante (grupo jê ou tapuia[135]), a Noroeste do atual Estado e mais tarde, nos cerrados da margem direita do rio Paraná; e os coroados a Sudeste. Destacavam-se ainda entre eles, segundo Souza (ibidem, p.97), alguns grupos racialmente independentes, de origem não esclarecida, como os guatós[136], xamacocos[137] e os "mbaya"[138], alguns com capacidade de controle e conquista sobre os demais. Entre esses grupos, os caiapós e os cadiuéus foram os que mais se afastaram das margens dos rios, para se organizarem como coletividade.

Foram pouco significativas as incursões de portugueses e espanhóis pelas áreas sul-matogrossenses no século XVI, não tendo sido registradas antes de 1526. A circulação interna utilizada, nessa época, feita principalmente a pé, foi preponderantemente através de trilhas indígenas terrestres já existentes, além dos rios da bacia do Paraguai[139].

A interiorização portuguesa inicial a partir do litoral Atlântico, quando se fez, foi no sentido de acessar a bacia do Prata, e através dela as minas de metais preciosos do

---

[132] Peabiru, na linguagem indígena queria dizer caminho, segundo DONATO (1993, *apud* Ribeiro*)*, quando em 1973 se referiu a essa trilha existente na serra do Mar, com traçado definido, apresentando oito palmos de largura (cerca de 1,60 m) e visivelmente transitado.

[133] Além dos guaranis, segundo SOUZA (1973, pp.94 e 95) havia nas atuais terras sul-matogrossenses, alguns pequenos grupos dispersos, tais como, remanescentes da família dos aruaques, vindos dos Andes, quinquinaus na margem direita do Paraguai ao sul de Corumbá, os guanás e lianas às margens do rio Paraguai, os terenas.

[134] Os caiapós, do grupo jê, segundo ATAÍDES (1998, *passim*), costumavam ocupar as partes mais altas dos grandes cursos d'água, em colinas ou chapadas, em matas galerias ou entre áreas de cerrado e cerradão., distantes a 70 a 500 metros dos córregos ou ribeirões perenes. Teriam se originado entre as bacias do Araguaia (bacia do Araguaia-Tocantins) e Paranaíba (bacia do Paraná).

[135] Esse estudo foi mais detalhado por ATAÍDES (ibidem).

[136] Viviam nas cercanias das grandes lagoas do Pantanal e trecho do rio Paraguai até parte do curso do rio São Lourenço. Eram conhecidos como índios canoeiros (SOUZA, op.cit.).

[137] Os xamacocos, considerados por SOUZA (1973, p.209) como sendo da família dos samucos, teriam vindo do norte do Chaco e facilmente se mesclando aos guanás e quinquinaus.

[138] Estariam incluídos aí os índios guaicurus, situados na margem esquerda do rio Paraguai entre os rios Branco e Miranda, os guachi nas margens do rio Miranda, os paiaguás ao sul dos guaicurus e os cadiuéus nas vertentes da Bodoquena e áreas da planície do Nabileque e entre o rio Miranda e o Apa. Estariam ainda incluídos entre esses, os bororos do atual Mato Grosso (SOUZA, 1973).

[139] Os índios paiaguás e guatós utilizavam-se de canoas feitas de tronco de árvores para se locomover através dos rios. Os índios guaicurus, que incorporaram o cavalo à sua cultura, não chegaram a organizar-se com capacidade de expandir-se muito no espaço. A pequena expansão territorial também valia para outros grupos (SOUZA, op.cit.).

Peru e Alto Peru (Cuzco e Potosi)[140]. Os espanhóis se serviram desses caminhos primitivos indígenas, durante o processo de colonização das áreas interiores da colônia espanhola[141], da mesma forma, em busca de riquezas minerais.

Destaque-se aqui a expedição de reconhecimento territorial feita ao atual Mato Grosso do Sul, liderada pelo espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, entre 1540 a 1543, quando foi nomeado governador da Província Real do Paraguai e Rio da Prata, partindo de Assunção ao litoral de Santa Catarina[142] e fazendo reconhecimento junto à região da Vacaria próxima da cuesta de Maracaju e do Sudoeste do atual Estado até o Fecho dos Morros[143], onde teria tido contato com os índios guaicuru[144].

2.2 Missões Indígenas na ordem colonial espanhola

2.2.1 Hegemonia comercial da Espanha e a ordem colonial espanhola

A descoberta das minas de prata[145] pelos espanhóis em Potosi em 1545,

[140] Esse caminho teria sido feito por Aleixo Garcia em 1523 (primeiro português registrado como visitante dessas terras), chegando a Assunção (Lambaré) pelo rio Miranda, quando fundou o porto de Itatim no rio Paraguai (à montante do forte Coimbra e próximo da foz do rio Miranda), daí seguindo em direção às minas do Peru, mas morto no retorno pelos índios (RIBEIRO, 1993). Aleixo Garcia teria sido um dos sobreviventes da expedição de Juan Dias Solis (1515), quando procurava caminho que ligasse o oceano Atlântico ao Pacífico (GRESSLER E SWENSSON, 1998).

[141] O espanhol Pedro Ayolás, em 1537 usou esse caminho para atingir o rio Paraguai, fundando o porto Candelária ao norte daquele de Itatim e, depois, o porto de Lambaré (hoje Assunção do Paraguai), junto a uma forte concentração de índios guaranis (RIBEIRO, 1993).

[142] D.Álvaro Nuñes Cabeza de Vaca, realizava uma expedição de reconhecimento da província espanhola, quando chegou a fundar pequenos povoados (*pueblos*) ao longo da costa de Santa Catarina, preparando estrutura para próximos expedicionários, que se seguiram a ele (RIBEIRO, 1993).

[143] As áreas visitadas para reconhecimento junto ao rebordo da cuesta, ou seja na serra de Maracaju, hoje são apontadas como portadoras de veios diamantíferos associados a ouro (os arenitos da Formação Furnas e a borda noroeste e no sudoeste de Campo Grande e sul de Terenos). Os relevos residuais pré-cambrianos do sudoeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul, também constituem as unidades geomorfológicas com maior potencialidade em recursos minerais, inclusive ouro.

[144] Em 1540, o ramal peabiru constituído pelo Itapeva-Iguaçu-Iguatemi-Apa teria sido utilizado por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, quando tomou contato com a margem esquerda do Paraguai, na área de Fecho dos Morros, indo até a foz do rio Miranda (RIBEIRO, 1993) Cabeza de Vaca teria trazido cavalos, que ficaram conhecidos dos guaicurus e incorporados por eles em sua cultura, trazendo-lhes remodelações na forma de sobrevivência. Além disso, Cabeza de Vaca fundou o porto dos Reys. O sucesso dessa expedição resultou em desdobramentos posteriores, através de alguns de seus membros componentes. Ao que tudo indica, os contatos com os guaicurus devem ter sido pacíficos, permitindo relações de amizade com os espanhóis.

[145] Em 1526, Sebastião Gaboto, ao se deparar com vestígios de prata trazidas pela expedição de Aleixo Garcia, motivou o nome do rio Paraguai, como rio da Prata (FONSECA, 1880).

motivou o uso mais intensivo das trilhas indígenas, oriundas do litoral Atlântico, para atingir o centro do continente, por parte de aventureiros particulares[146].

A partir de então, passaram a predominar movimentos de expedições organizadas pelo Estado absolutista espanhol, irradiados de Assunção, capital da Província Real do Paraguai e Rio da Prata, no sentido de conquista, colonização e estabelecimento da ordem colonial espanhola nessas terras menos elevadas e periféricas da colônia. A Coroa espanhola obteve ainda, por entendimentos com os portugueses, o fechamento do acesso ao continente pelas trilhas indígenas (peabiru) a partir do litoral Atlântico, em 1553.

Com as fáceis descobertas das minas na colônia americana, a Espanha ganhou a supremacia na economia européia, transformando-se na maior potência marítima e detendo o maior império colonial do mundo[147]. Em 1580, o Brasil passou a estar sob a dominação do imperador da Espanha, através da União Ibérica. Com base na organização administrativa espanhola, o Brasil continuou usufruindo relativa autonomia. Por outro lado, essa união implicou num certo grau de relaxamento das fronteiras continentais internas das colônias dos dois reinos anteriores[148].

A implantação da ordem colonial espanhola deu-se, com base na fundação

---

[146]Por outro lado, os espanhóis de Assunção também procuraram passagem por Itatim para atingir o Peru, após a descoberta das minas de Potosi, tentando romper com o isolamento a que eram submetidos pela Coroa espanhola na província (BANDEIRA, op.cit.,p.30

[147] Gerou uma vultosa produção de prata, que veio substituir a moeda naquele continente, diante das deficiências do estoque em ouro, tornando-se a base principal dos sistemas monetários mundiais dos séculos XVI ao XVIII. Os espanhóis organizaram as atividades de mineração no México e Perú, com base no regime de monopólio do Estado, construindo a mais potente esquadra mercante (PRADO JR., 1996).

[148]O comércio português, implantado como um grande negócio atacadista de Estado, tornou-se ineficaz e insuficientemente estruturado com relação às estratégias até então adotadas para a supremacia nos mares e manutenção das colônias, diante das frequentes ameaças de comerciantes de outros Estados a seus centros de controle (feitorias). O sistema de navegação de menor capacidade que os espanhóis e em menor quantidade, ainda ofereciam grandes riscos aos tripulantes, que somada às constantes guerras de defesa, resultava em alta mortalidade dos viajantes e colonizadores. Segundo SIMONSEN (op.cit., p. 39) dos portugueses que partiam para as colônias, pouco mais de 10% regressavam, causando o abandono dos campos do reino português. Desse modo, a estrutura montada para o sistema colonial não contribuía mais para a estruturação e manutenção da integridade da vida dos portugueses, mas ao contrário, continuava contribuindo para sua desestruturação e despovoamento. A administração estatal tornara-se pesada, gerando um monopólio deficitário para a Coroa, resultando em dívidas diante dos financiadores da Antuérpia e das feiras centrais da Europa (SIMONSEN, 1969)..

de núcleo de aldeamento indígena, *pueblo,* vila e *ciudad*[149], ao longo dos principais eixos de circulação fluvial e terrestre[150], através do envio de várias expedições.

Santiago de Xerez foi fundada em 1580, pelo fidalgo espanhol de Sevilha que acompanhara Cabeza de Vaca na expedição anterior, Ruy Dias Melgarejo em uma das áreas de maior adensamento indígena[151], próxima à atual cidade de Aquidauana[152], apresentando na época uma população muito maior do que aquela do Rio de Janeiro[153]. Em 1593, o sítio de Xerez, teria sido mudado, segundo alguns historiadores, estrategicamente para o planalto de Maracaju, como forma de barreira à entrada de invasores, às áreas que apresentavam possibilidade de riquezas minerais[154].

2.2.2 Organização das Missões Indígenas

Em 1610, sob os estímulos de D. Filipe II da Espanha, e com a chegada de missionários jesuítas em 1588 em Assunção, iniciou-se o processo de constituição das

[149] Entre essas expedições originárias de Assunção, utilizando-se das trilhas dos indígenas, pode-se notificar as mais conhecidas. Foi o caso de Ruy Dias Melgarejo, que depois de estar com a primeira expedição de 1540, liderada por Cabeza de Vaca, retornou em 1553, para colonizar a região de Guaira, fundando até 1580 várias vilas (Guaíra, vila Ricardo, Espírito Santo), inclusive Santiago de Xerez nas atuais terras do Mato Grosso do Sul. Outra missão fora dada a Domingos Martinez Irala, que também compusera a expedição de Cabeza de Vaca, saindo de Assunção em direção à serra de Maracaju, em 1554, para reconhecimento da planície de Xaraés e do sudoeste do atual Estado, visitando o Fecho dos Morros, à margem esquerda do Paraguai e à montante da atual cidade de Porto Murtinho, pela cuesta de Maracaju e pelo porto Candelária, retornando a Assunção depois de três anos, sem encontrar ouro. O espanhol Nuflo Alves, em 1560, também atravessou essa trilha, fundando Santa Cruz de La Sierra em 1561. Por ela, ainda o espanhol João de Guaraí e mais 130 companheiros, passaram em 1576, em direção às planícies do rio Iguatemi, para proceder à sua colonização das planícies de Iguatemi em Guaira, onde havia grande concentração de índios guaranis (RIBEIRO, 1993). Em 1580, João de Guaraí, refundou Buenos Aires, porto que havia sido abandonado desde a expedição de Pedro Mendoza (BANDEIRA, op.cit.).

[150] Desse modo, implantaram a Ciudad Real de Guaira junto ao rio Paraná, Ciudad Real de Buenos Aires, Vila Rica, porto de Lambaré (Assunção), porto de los Reys, porto Candelária junto ao rio Paraguai e porto de Santiago de Xerez junto ao rio Miranda em terras do atual Mato Grosso do Sul (RIBEIRO, op.cit.).

[151] Nessa região estavam aldeias de índios guaicurús (aldeias Cutugueo, Cadiuco, Guieo e Beaqueco) e seus escravos (nação dos Chané, constituída pelas tribos dos Guaxi, Layana, Terena), entre outros (SOUZA, 1973).

[152] RIBEIRO (1993, p.45) lembra-se da dificuldade em precisar a localização exata do sítio inicial, dada as divergências existentes entre historiadores a respeito da antiga denominação dadas aos atuais rios Miranda e Aquidauana. Os mapas antigos mostram Xerez junto ao rio Mbotetei, embora as ruínas dessa povoação ainda não foram detectadas.

[153] Segundo RIBEIRO (1993, p. 44), em fins do séc. XVI a cidade chegou a possuir quase 4.500 habitantes (4.000 índios catequizados e 500 brancos), enquanto que a cidade do Rio de Janeiro possuía 3.850 habitantes (3.000 indígenas civilizados, 100 escravos e 750 brancos).

[154] De acordo com os mapas antigos, foi difícil constatar essa mudança. Os mapas setecentistas mostram as ruínas de Xerez. No entanto, Xerez foi detectada na área de Vacaria, no mapa de João Henrique Elliot de 1863, cartógrafo que acompanhou a expedição do sertanista Joaquim Francisco Lopes na área, entre 1844 a 1847 (ADONIAS ET ALII, 1993).

reduções indígenas[155] na Província Real do Paraguai e da Bacia do Prata, tendo sido desmembrada, para esse fim de ordenação em 1617, em duas novas unidades político-administrativas[156], ficando as terras do atual Mato Grosso do Sul incluídas na Província Real do Paraguai, sob a jurisdição de Assunção (Lambaré).

A constituição das missões indígenas foi estrategicamente possível junto às áreas mais adensadas dos povos guaranis. Mostraram-se mais dóceis ao contato e, segundo Wachtel (1995, p.115) estavam agrupados em aldeias mais ou menos estáveis[157].

As terras do Mato Grosso do Sul contiveram, portanto, as missões do Itatim do lado da bacia do Paraguai e estiveram incluídas nas missões de Guaira do lado da bacia do Paraná (Figura 13). O processo de redução indígena, com os jesuítas saindo de Assunção, iniciou-se na Província do Paraguai, em Guaira158 de 1610 a 1628 e na Província da Bacia do Prata, depois na região de Tapes entre 1610 e 1634, incluindo as terras sul-matogrossenses da bacia do Paraná. Mediante o ataque dos bandeirantes iniciados em 1622, muitos indígenas e jesuítas se mobilizaram dessas áreas pioneiras para constituir novas missões na região do Itatim159 entre 1631 e 1633, abrangendo principalmente o Sul e Sudoeste do atual Mato

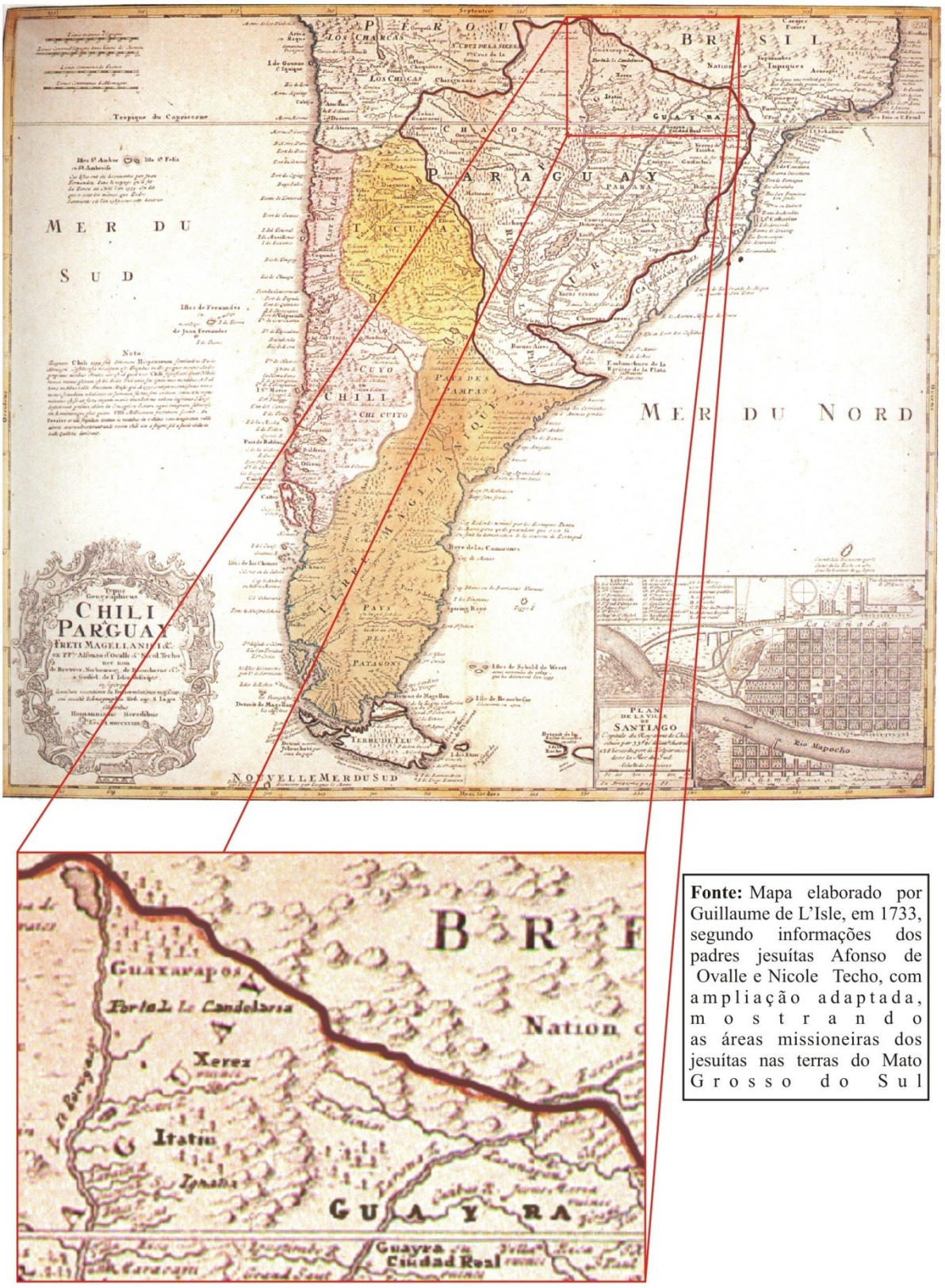
[155] O frei Bartolomeu de Las Casas, que tinha sido *encomendero* escravocrata nas áreas dos altiplanos, convencera-se de que os índios americanos eram tão homens quanto os europeus, criando debates, que culminaram com confrontos com o rei Carlos V em 1550, e inspirando sacerdotes a defenderem índios, resultando na bula papal de 1597, na qual a Igreja reconhecia que os índios possuíam alma como os brancos, mas como eram selvagens inferiores, deveriam ser tratados como crianças, já que ainda não tinham atingido ainda a idade da razão. Assim, em 1534 o religioso espanhol Ignácio de Loyola fundou a Companhia de Jesus, tendo sido aprovada pelo papa em 1540, como um forte instrumento da Contra-Reforma nas colônias (BARBOSA, 1995).

[156] A província Real do Rio da Prata com capital em Buenos Aires e a província real do Paraguai, com capital em Assunção (BANDEIRA, 1995).

[157]Retiravam sua subsistência não só da caça como também de uma agricultura do tipo itinerante, praticando a "coivara" e a rotação de terras. A melhor estruturação interna dessas coletividades lhes tinha permitido se expandir sobre uma base territorial mais extensa que as outras, nas áreas da colônia espanhola, articulando-se entre si, ainda que de forma muito elementar (WACHTEL, 1995).

[158] Guaíra situou-se desde o divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Tietê e do Paranapanema até a margem direita do rio Iguaçu, na margem esquerda do rio Paraná e, dos divisores entre o Pardo e Ivinhema até os rebordos da bacia do Paraná junto o rio Iguatemi (serra de Maracaju) à margem direita do rio Paraná, segundo indicação de vários mapas antigos como os de Nicolas Sansson, 1667, de Gullaume de L'Isle, 1703, de Heirs Homann, 1725 (ADONIAS ET ALII, 1993). No entanto, o mapa do cartógrafo francês Jean Covers, de 1757 mostrou os limites norte, ao longo do rio Sucuriú nas terras do atual Mato Grosso do Sul. Segundo QUEVEDO (op.cit.p.8), em Guaira foram criadas as missões de Loreto (1610), Santo Inácio Mini (1610), São Xavier (1622), São José (1625), Encarnação (1625), São Paulo (1626), São Miguel (1626), São Pedro (1627), Sete Arcanjos (1628), São Tomé (1628) e Jesus Maria (1628).

[159] Itatim, com base nos mapas antigos citados acima, abarcava a bacia do Paraguai, desde as lagoas e o rio Taquari até as áreas elevadas de Maracaju, ao sul do rio Ipané Entre as várias reduções instaladas nas atuais terras sul-matogrossenses, e que constituíram a redução de Itatim, de acordo com vários autores, conseguiu-se detectar a existência das reduções de Nossa Senhora da Fé, Santiago de Xerez, São José, Ângelos, São Pedro, Torem, Mboyboy, Terecani, Maracaju, Caaguaçu, Atirá, São Benito, Natividade, Santos Apóstolos Pedro e Paulo e Encarnação. Através de alguns indícios de ruínas, alguns estudiosos têm apontado esses antigos locais hoje, como estando nos municípios de Miranda, Terenos, Coxim, Pedro Gomes, Bonito.



Fonte: Mapa elaborado por Guillaume de L'Isle, em 1733, segundo informações dos padres jesuítas Afonso de Ovalle e Nicole Techo, com ampliação adaptada, mostrando as áreas missioneiras dos jesuítas nas terras do Mato Grosso do Sul

FIGURA 13 – MISSÕES JESUÍTICAS DE ITATIM E GUAIRA

Grosso do Sul, na bacia do Paraguai[160].

Os empreendimentos missionários não recebiam recursos financeiros do padroado, tendo que buscar a própria autossuficiência. Por outro lado, embora num território livre da Igreja, essas missões, ao serem invadidas pelos colonos portugueses, necessitados de força de trabalho escravo, também acabaram precisando importar o conhecimento europeu na produção de armas[161].

As missões indígenas organizadas entre os índios guaranis ocuparam principalmente ecossistemas como o Chaco, o Pantanal e o Cerrado, além de algumas manchas de florestas tropicais, cujas potencialidades predominantes favoreceram as atividades criatórias e de extração da erva-mate como excedentes exportáveis, apropriados pela Igreja.

A maior eficácia dos empreendimentos missionários na reprodução biológica da vida indígena, principalmente diante das ameaças constantes dos preadores de índios, favoreceu o seu rápido desenvolvimento e expansão territorial[162].

Nessas condições, foi possível a combinação das instituições do sistema social espanhol no nível superestrutural e gerencial, com o comunismo tribal dos índios guaranis, na base produtiva, mas de forma sedentária e autárcica, combinando-se a coleta com as atividades agrícola-pastoris e artesanais[163] e dando origem a um novo sistema social

---

[160] Segundo QUEVEDO (1993), as terras periféricas da colônia espanhola incluíram reduções indígenas ainda ao longo do rio Paraguai, Uruguai, nos pampas argentinos, na Bolívia (Moxos e Chiquitos) e no oeste da Amazônia (através de Quito).

[161] A produtividade agrícola dos territórios missionários geradores de excedentes, tornou-se preocupação dos religiosos diante do crescimento da população indígena aldeada e da pouca potencialidade agrícola dos solos encontrados. Desse modo, pode-se afirmar que os missionários foram precoces na introdução de técnicas produtivas agrícolas e artesanais em relação à organização leiga dos espanhóis e portugueses, haja visto a técnica de fundição de ferro para construir arados e armas. BANDEIRA (1995, p.41) nos coloca que o rei da Espanha havia autorizado a entrega de armas de fogo aos guaranis.

[162] Muitos grupos indígenas ameaçados pelos preadores passaram a buscar as missões, como forma de garantir sua sobrevivência (QUEVEDO, 1993).

[163] Do ponto de vista cultural, ou superestrutural, os índios guaranis submeteram-se ao pensamento dos espanhóis. Estes conseguiram manter um controle gerencial político, econômico e religioso sobre seu sistema social. No caso das missões, esse controle não foi feito pela violência, mas através de certo sincretismo religioso, que possibilitou o surgimento de um novo sistema, ordenado segundo princípios distintos daqueles que regulavam os sistemas originais. Nele, os guaranis aceitaram várias formas institucionais de hispanização, como o agrupamento em aldeias sedentárias, a atividade criatória do gado bovino, a atividade agrícola, a organização municipal, o culto a Jesus e à virgem, mas conseguindo manter a organização tribal comunista e a sacralização dos seus limites territoriais tendo como referência os cemitérios (culto aos antepassados), além de traços característicos de seu mundo intuitivo-religioso. Os índios trabalhavam em suas glebas um ou dois dias por semana, entregando a colheita para ser guardada nos armazéns da comunidade. A administração era feita pelos religiosos, que repartiam a produção, sementes, roupas, víveres de acordo com as necessidades de cada família. Na distribuição, segundo QUEVEDO (1993, p.28), cada grupo de famílias estava sob o controle de um cacique, sendo os excedentes enviados à sede católica européia. Segundo esse autor (*ibidem*,p.19), as missões jesuítico-guaranis do Paraguai colonial converteram-se em empresas rurais agropecuaristas, com uma formidável produção de erva-mate, couros, entre outros produtos.

autônomo, diante do sistema opressivo do Estado absolutista espanhol. Esse sistema conseguiu estabilizar por um determinado tempo, a sobrevivência dos índios guaranis e da Igreja Católica na América espanhola.

Segundo Bandeira (1995, p.29) internamente ao sistema das missões, surgira uma divisão territorial com três funções: as terras comuns a todos (*tabambaé*), a área considerada propriedade de Deus (*tupambaé*) e as glebas individuais produtivas junto às palhoças *(abambaé*).

A área de Deus era definida dentro do território, levantando-se a cruz. A partir desse ritual religioso, estabelecendo-se o ponto umbilical de comunicação cósmica, delimitava-se a praça central quadrada, onde se construía o templo com arquitetura barroca e a casa dos missionários religiosos.

Obedecendo-se já aos modelos clássicos renascentistas do tabuleiro em xadrez, próprios do século XVII e seguindo-se as determinações espanholas sintetizadas na "Lei das Índias", nas três faces em torno da praça, distribuíam-se os blocos das casas das famílias indígenas, divididos em seis ou doze peças. Na quarta face diante da praça, ficava o cabildo, conselho municipal de administração do Estado absolutista, cujos cargos eram ocupados pelos caciques indígenas.

Os vários grupos indígenas aglutinados podiam articular-se, através da sede do cabildo, constituindo-se em unidades missionárias mais amplas. Mas, a integridade territorial era definida no imaginário indígena, também por meio de marcos referencial ao passado, constituídos pelos seus cemitérios.

2.3 Apresamento indígena e desagregação das Missões jesuíticas

2.3.1 Hegemonia holandesa na concorrência do comércio internacional

No início do século XVII, a participação ativa de comerciantes aliados a reis de outros Estados nacionais absolutistas emergentes no cenário internacional, significou o início da concorrência entre Estados absolutistas mercantilistas pela hegemonia em alto mar, num momento de grande expansão da organização do capitalismo comercial na escala

internacional[164].

Esse desdobramento da organização social, através da horizontalização da atividade comercial em outras formações sócio-espaciais européias, exigiu maior articulação entre as classes comerciantes em nível internacional, na organização de grandes redes de negócios, com centros de controle em escalas mais amplas, ou seja, não apenas no nível de colônia-metrópole, mas também de metrópole-metrópole[165].

Os comerciantes dos Estados da França, Holanda e Inglaterra, ao emergirem como principais concorrentes dos Estados ibéricos nesse início do século XVII, criaram e organizaram suas próprias colônias, lutando entre si pela obtenção das licenças e concessões dadas pelos monarcas portugueses e espanhóis. Foram se impondo ao sistema, na medida em que apresentaram estruturas internas mais eficazes[166] e frotas mercantes marinhas mais

[164] A concorrência inter-Estados absolutistas, deu-se pela exclusividade na obtenção da reserva de mercado nas colônias, para captação de produtos excedentes agrícolas e de metais preciosos e oferta do principal elemento de produção colonial, a força de trabalho escravo e de alguns produtos de aprovisionamento do colonizador. Esse controle significou o domínio das principais rotas marítimas em nível internacional, assim como de rotas fluviais, além de alguns caminhos terrestres dentro do continente.A exclusividade, ou monopólio, segundo NOVAES (1995, pp 88-90), dada a uma pessoa, empresa ou classe empresária mercantil, garantia sobre-lucros na compra e na venda, transferindo renda real para a metrópole A exclusividade na compra permitia aos seu detentor deprimir o preço do produto até a sua capacidade de reprodução. Da mesma forma, a exclusividade da oferta, permitia ao comerciante o preço acima do qual o consumo seria impraticável.

[165] Nesse caso, uma metrópole européia que dominava a reserva de mercado da colônia, ficava sob o controle ou mantinha acordos de parceria, com outras metrópoles. Mas, esse desdobramento também implicou na ampliação e aperfeiçoamento dos meios de navegação em alto mar. Dentro das colônias, essas redes apoiaram-se em novos centros nervosos de controle, junto aos principais eixos de penetração aos mercados interioranos, materializados normalmente sob a forma de fortaleza.

[166] Nos Estados Absolutistas não ibéricos, havia ocorrido crescimento demográfico durante sua organização, que conjugado à melhoria da capacidade aquisitiva interna da população, propiciada pelas constantes acumulações, através das atividades mercantis em nível internacional, propiciou o aumento constante do consumo interno de alimentos e manufaturas. Essa situação implicou num processo mais intensivo de ocupação de terras internas, com avanço inicial sobre terra agricultáveis das áreas comunais, da Igreja, e por fim das terras marginais (não agricultáveis), exigindo reestruturação técnica e capital, de modo a torná-las potencialmente aproveitáveis (a Revolução Agrícola). Esses processos foram sendo reproduzidos no sentido de ampliar a produtividade (maior produção na mesma área) também nas áreas agricultáveis. Assim, o domínio do capital (instrumentos técnicos e terra), tornou-se fundamental para o controle do processo produtivo, determinando-se o início das relações assalariadas. O mesmo processo foi sendo transferido para a atividade artesanal, de modo a transformá-la em manufatureira. Esses processos ocorreram de forma diferenciada em cada formação sócio-espacial, resultando em especificidades, que vão se mostrando mais ou menos eficazes no decorrer do processo de expansão capitalista. No entanto, os habitantes de Portugal e Espanha, que nessa época contavam com populações escassas e ocupadas com as colônias, só foram conhecer a situação vivenciada por seus vizinhos, conforme nos coloca SALINAS (1988, p.21) em meados do século XVII e intensificando-se apenas no século XVIII, indo até o século XIX adentro.

aperfeiçoadas e numerosas[167].Por outro lado, segundo Barbosa (1995) a preocupação permanente em organizar a segurança diante das freqüentes intervenções dos concorrentes em suas colônias, enfraqueceu economicamente os comerciantes e os governantes dos Estados ibéricos[168].

Também teve papel importante, nesse período, a dominação exercida pelo reino da Espanha sobre o reino português, incluindo a submissão do sistema colonial, através da chamada União Ibérica. Nesse processo, o Brasil-colônia, como unidade do sistema integrado, continuou tendo a mesma autonomia anterior como organização político-administrativa, enquanto o meridiano divisor dos territórios coloniais dentro do continente perdeu a importância anterior. Por outro lado, o Brasil passou a receber intervenções de outros Estados nacionais, como colônia espanhola.

Os empreendimentos comerciais continuaram a incluir força policial, despojo e coragem dos componentes para desbravar e circular em territórios ainda pouco conhecidos, dominando-se homens e se apropriando de produtos aceitos no mercado consumidor[169], assim como se adotando estratégias[170] para negócios lucrativos, legais e ilegais[171].

Os comerciantes da formação sócio-espacial holandesa, logo que ocorreu o

---

[167] Enquanto aqueles países criaram uma nova mentalidade, com base nas idéias dos reformistas capitalistas e nacionalistas, conflitando com os interesses e visão de mundo do catolicismo cristão, reestruturando-se e se expandindo internacionalmente, Espanha e Portugal passaram a sediar o movimento da Contra-Reforma, instalando a Santa Inquisição, e a caça aos hereges, buscando nesses instrumentos, remédios para a crise econômica a que foram se submetendo. Portugal, em especial, já vinha vivenciando a crise econômico-financeira antes, por insucesso na manutenção da prosperidade comercial junto às colônias africanas e asiáticas, que vinham se agravando desde 1520, afetando gravemente a dívida pública em 1534 junto aos agentes financeiros de Flandres, conforme BARBOSA (1995.,p. 55). Desse modo, o rei português já tinha recorrido a empréstimos individuais dentro do próprio reino, junto aos vassalos abastados, assim como à perseguição e espoliação financeira dos judeus enriquecidos através de métodos de inquisição religiosa. A Espanha, por outro lado, tinha sido a iniciadora desse processo inquisidor de caça aos hereges, antes mesmo do movimento da Contra-Reforma da Igreja, como instrumento de obtenção de unidade religiosa e de bens confiscados aos judeus, entre 1480 e 1492, para a sua unificação como Estado absolutista (BARBOSA, 1995).

[168] BARBOSA (ibidem).

[169]Continuou sendo um processo expansivo de dominação de coisas e pessoas no território, implicando no maior desenvolvimento da consciência racional, em termos territoriais (terceira dimensão) e do indivíduo, com valores baseados na expansão, aquisição e concorrência. Também, continuou exigindo a estruturação de novas formas de locomoção e acesso através das rotas.

[170] O raciocínio matemático precisou ser mais bem desenvolvido, de modo a se obter maior controle a respeito da medida dos lucros auferidos (CAPRA, 1995).

[171] Assim, quando não se tornou mais estratégica a comercialização direta, o monarca instituiu novos mecanismos (licenças e concessões) a empresários não vassalos e de outros Estados absolutistas. Diante de sistemas pouco flexíveis, como foi o sistema colonial espanhol, a estratégia comercial foi a do contrabando, que exigiu maiores riscos por parte do comerciante (BANDEIRA, op. cit.).

processo interno de unificação, dando origem ao Estado absolutista holandês[172], foram os primeiros a mostrar qualidades para se impor nas relações mercantis internacionais, diante dos comerciantes do países ibéricos[173]. Por outro lado, a formação sócio-espacial espanhola começou a demonstrar tendências entrópicas, diante da perturbação causada pelos novos movimentos sociais das outras nações concorrentes, perdendo supremacia para a Holanda[174].

Essa supremacia, atribuindo aos holandeses, maior capacidade de controle comercial do Atlântico sul, no entanto, só foi viabilizada através do estabelecimento de relações comerciais entre os comerciantes judeus holandeses e portugueses, resultando numa grande rede de negócios, expandida dentro e fora do Brasil. Ao mesmo tempo em que expansão comercial era impulsionada pelo racionalismo, a integração em rede de negócios, era favorecida pelos elos da religião e cultura judaica.

As contradições históricas entre os holandeses e espanhóis, que se transformaram em conflitos[175], resultaram em ataques da Holanda no Brasil-colônia, com fortes perdas de fatias do comércio brasileiro pelos portugueses, em favor dos holandeses[176].

---

[172] Isso se deveu às experiências vividas durante longo tempo, pelos comerciantes holandeses, no controle de um dos mais importantes centros comerciais da Europa, a região de Flandres. A Holanda beneficiara-se da presença de muitos dos comerciantes judeus foragidos da Europa. E num sistema descentralizado de Estado, desenvolveram-se grandes empresas comerciais de atuação internacional nas mãos principalmente destes cristãos-novos, controlando o comércio do açúcar, pau-brasil e tabaco. Passaram a ocupar grandes possessões espanholas na Ásia e, na América ocuparam a região das Antilhas, onde introduziram o cultivo da cana-de-açúcar. Organizaram grandes companhias de comercialização, com relativa autonomia para agirem no mercado internacional, garantindo-lhe acumulação de capital. Ha muito tempo, tinham se transformado em emprestadores e financiadores dos negócios lusitanos (BANDEIRA, *ibidem*).

[173] Em 1588, a grande armada espanhola tinha sido destruída nas costas britânicas e no início do século XVII, segundo SIMONSEN (1969, p.48), a Holanda já possuía 900 mil toneladas das 2.000 toneladas de mercadorias que compunham o conjunto da navegação européia. Nessa época, esse país chegava a produzir até 1.000 navios em um ano. A derrota da Invencível Armada siognificou, segundo MAGNOLI (1997, p. 63) o fim da hegemonia marítima espanhola.

[174] Acirraram-se internamente e com os países vizinhos os conflitos religiosos (contra calvinistas, luteranos, judeus, mouros), diante de um quadro social que se mostrava rígido às mudanças, demonstrado através de um despotismo religioso e fiscal. O despotismo religioso, sob a forma de Santa Inquisição resultou em fortes perdas de contingentes da classe dos comerciantes que imprimia dinamismo ao sistema (principalmente judeus que fugiram para a Holanda, França e o Brasil). O despotismo fiscal e o bloqueio comercial, por outro lado, favoreceu o aparecimento de atividades comerciais contrabandistas, especialmente junto às colônias. Um grande golpe sofrido durante os conflitos foi a queda do poderio marinho espanhol, diante da derrota da Invencível Armada, em 1588, na guerra contra os protestantes da Inglaterra. Mas, o golpe final, ocorreu paralelo a sinais de esgotamento das jazidas minerais de Prata, especialmente as de Potosi, a partir do início do século XVII (MACHADO, 1980)..

[175] Mas a prosperidade dos judeus comerciantes na Holanda, assim como na Inglaterra e França, acirrou ainda mais a perseguição espanhola aos concorrentes, através da Santa Inquisição, provocando várias intrigas desses com os comerciantes dos outros países, assim como fuga dos perseguidos para o Brasil, como produtores ou comerciantes de açúcar ao longo do litoral, principalmente do Nordeste brasileiro. Eram, portanto, principalmente esses empresários os maiores utilizadores de força de trabalho escravo e fornecedores de açucar, abastecendo-se tanto no interior do Brasil, como na África (BANDEIRA, 1995)

[176] Conforme BANDEIRA (1995), os holandeses passaram a invadir e intervir na economia brasileira de açúcar e nas colônias portuguesas da Africa e Ásia. Em 1624 invadiram o nordeste brasileiro, dominando o comércio do açucar. Em 1641 os comerciantes holandeses já tinham se apoderado da costa de Angola até Benguela. Apoderaram-se do Ceilão e da colônia do Cabo. Atingiram também as áreas setentrionais brasileiras (Pará, Amazonas e Maranhão).

De fato, a hegemonia holandesa no comércio do Atlântico sul acabou resultando no controle do comércio do açúcar do nordeste brasileiro e do tráfico de negros da África, antes pertencente a Portugal. Por outro lado, diante da inimizade dos comerciantes holandeses com os espanhóis, foi suprimido o fornecimento de escravos para as colônias de Portugal e Espanha.

A célebre Visitação da Santa Inquisição realizada por inquisidores portugueses ao Brasil em 1618, conforme relata Bandeira (op.cit., p.36), provocou a emigração de muitos judeus portugueses para o porto de Buenos Aires[177], constituindo-se nos principais moradores daquele núcleo de povoamento[178].

O porto de Buenos Aires tornou-se muito importante para a manutenção da atividade comercial dos judeus portugueses no continente, como forma de acesso às minas de prata de Potosi[179]. Nesse sentido, buscaram a intermediação entre as áreas de mineração do Alto-Peru e os mercados brasileiros, da África e da Europa, com base nas facilidades de circulação dos rios da bacia do Prata[180] e na união das coroas luso-espanholas[181].

No entanto, como a ação contrariasse as regras espanholas, o rei da Espanha buscou impedir a comercialização dos judeus portugueses, fechando-lhes o porto de Buenos Aires. Esse fato deflagrou o início da intermediação comercial sob forma de contrabando na bacia do Prata. Por outro lado, resultou na represália dos comerciantes holandeses, ao cortar o abastecimento de escravos às colônias espanholas, numa época em que essa força de trabalho

---

[177] O porto de Buenos Aires tinha sido refundado em 1580 por Juan de Garay, quando se buscava uma articulação comercial direta pelo Atlântico com a Espanha. Desde 1594, no entanto, o monarca espanhol, por questões de bloqueio do eixo fluvial da bacia do Prata havia ordenado o despovoamento e o fechamento do comércio desse porto com o Brasil, portanto, o mesmo encontrava-se relativamente vazio quando serviram de refúgio aos comerciantes judeus (BANDEIRA, 1995).

[178] Segundo BANDEIRA (ibidem,p. 36), a população judaica de origem portuguesa chegou a significar 25% do total.

[179] Da mesma maneira, passou a ter importância no Norte, o Forte Presépio na foz do rio Amazonas, fundado pelos portugueses em 1616, no controle da rota para o Peru, sob ameaça de concorrência de ingleses e holandeses (BANDEIRA, op.cit.).

[180] Desde 1571, os espanhóis haviam introduzido o processo Medina de amalgamagem, que absorvia um maior número de força de trabalho. Por outro lado, diante das condições penosas exigidas para o trabalho escravo em galerias subterrâneas de até 500 metros de profundidade (SIMONSEN, 1969,p. 257), com aparelhos primitivos, a mortalidade era muito alta, exigindo maior rotatividade nas compras de escravos. Assim, os portugueses abasteciam as áreas de mineração espanhola com produtos manufaturados da Europa (Inglaterra, Holanda e França), escravos da África e do Brasil, e de metais para o mercado europeu. Com esse intuito, a expansão dessa atividade levou ao estabelecimento de uma verdadeira rede de negócios dentro da colônia espanhola, envolvendo as várias cidades e os comerciantes judeus de outras praças européias, especialmente de Londres e Amsterdã (BANDEIRA, op.cit.).

[181] Esse comércio com Potosi se estabeleceu, deslocando-se a rota do Paraguai por aquela de Córdoba, Santiago de Estero, Salta e Jujuy, causando a estagnação e o declínio do porto de Assunção (BANDEIRA, 1995).

tinha se tornado importante para os trabalhos das minas.

2.3.2 Apresamento dos índios missioneiros pelos bandeirantes

O grande golpe causado pelos comerciantes holandeses significou, não só o desabastecimento de escravos aos mineradores espanhóis, como aos produtores judeus de cana de açúcar do litoral sul do Brasil. Esse fato gerou um grande esforço, por parte de Portugal e Espanha, no sentido de arrebanhar força de trabalho interna, transformando-se em nova oportunidade de negócios aos comerciantes judeus portugueses [182].

Os novos interesses estimularam a reestruturação da organização comercial, incluindo a adoção de novos instrumentos que se ajustassem com eficácia no apresamento de força de trabalho escrava indígena dentro do continente, e que ao mesmo tempo pudessem encontrar e estabelecer novas rotas de acesso às áreas de mineração espanhola[183]. No entanto, a distância percorrida no processo de interiorização, foi exigindo o aperfeiçoamento da estrutura inicial de apresamento, dando origem às "bandeiras[184]".

As bandeiras, desse modo, passaram a ser organizadas ou animadas pelo rei português e autoridades locais, com financiamento dos judeus produtores de açúcar e da fazenda Real, como um instrumento tático de apresamento, que tomou a estrutura de uma tropa militar[185], adotando estratégias ajustadas para esse fim.

As missões indígenas religiosas tornaram-se o principal alvo de apresamento, após a redução da população indígena do litoral. Por outro lado, os índios das

[182] A obtenção de metais preciosos nessas trocas comerciais com o Peru permitia a obtenção das especiarias na Ásia, de grande valor comercial na Europa.

[183] Buscou-se assim, mecanismos internos de substituição da força de trabalho obtida nos mercados externos, através de meios mais coercitivos de dominação e apresamento humano, inspirados nas experiências anteriores bem sucedidas das tropas regulares do reino, durante a defesa do litoral brasileiro, associadas às experiências das antigas "entradas".

[184] Uma das regras táticas foi a melhor adequação do sistema de ataque e defesa português àquele praticado pelos índios, grandes conhecedores do lugar. O sucesso das vitórias guerreiras na expulsão de estrangeiros da costa brasileira tinha se dado nessas condições. Por outro lado, também se mostrara importante, o modo de vida indígena de sobrevivência na perambulação pelo território. Esses povos estavam mais ricos de referências para reagirem diante da natureza, do que os portugueses. Portanto, a integração das duas culturas transformou-se numa necessidade tática de sobrevivência. As bandeiras tiveram como referência o exército regular brasileiro. A estratégia de ajustamento às incursões em áreas naturais ainda desconhecidas esteve na mobilização de um forte contingente de indígenas e mamelucos, preparados para enfrentar e sobreviver nesses tipos de viagens a pé sobre trilhas, ou por canoas improvisadas, estabelecendo roças itinerantes, assim como conhecedores de táticas de lutas indígenas (BLANCO, 1966).

[185] SALVADOR (1976, *passim*) aponta que as autoridades locais, estimuladoras e protetoras desses empreendimentos, estiveram sempre ligadas à economia açucareira e ao comércio internacional, enquanto muitos bandeirantes foram judeus comerciantes, ligados à grande rede de negócios judaicos que se estendia por todo o continente.

reduções foram mais valorizados como força de trabalho pelos conhecimentos mais avançados no trato com o cultivo agrícola e a criação de gado[186].

Na realidade, na medida em que os bandeirantes foram se aperfeiçoando e ganhando magnitude, visando ações em áreas das missões indígenas, as bandeiras tomaram forma de uma "cidade em marcha" (RICARDO, 1970, p.492), onde o chefe da bandeira personificava o poder da Coroa portuguesa[187], com jurisdição sobre a área que estivesse ocupando. Operaram na forma preliminar de "frente pioneira" de caráter móvel[188], na valorização da força de trabalho. Utilizaram-se, sobretudo de rotas fluviais e trilhas ao longo dos rios.

A ultrapassagem do meridiano de Tordesilhas pelos bandeirantes apresadores portugueses deu-se, portanto, em favor da economia interna do continente controlada pela União Ibérica, o que leva a compreender a tolerância e até mesmo a conivência espanhola em relação à ação dos bandeirantes nas missões, naquele momento.

As missões jesuíticas espanholas passaram a ser atacadas a partir de 1628, de Guaira para Uruguai e Tapes em 1636, mas as ações dos bandeirantes sobre as reduções do Itatim aconteceram em 1648[189].

Em 1648, os portugueses resgataram Angola, restabelecendo o comércio de escravos africanos. Em 1654, expulsaram definitivamente os holandeses, retomando os negócios do comércio açucareiro, faltando resgatar o principal centro de controle comercial do interior do continente, o porto de Buenos Aires.

---

[186] Surgiram desse modo, as primeiras incursões ao interior do continente, na conquista da força de trabalho indígena. Portanto, o expansionismo do deslocamento deu-se, especificamente, pela valorização da mão-de-obra indígena das missões jesuíticas, aos trabalhos da produção açucareira do litoral brasileiro e da mineração da colônia espanhola. Não teve o cunho de conquista territorial, mas do elemento humano ali existente, interessando tanto aos portugueses produtores de açúcar, como aos espanhóis da mineração, já que essa população foi sendo redistribuída às áreas produtivas das colônias reunidas dos dois reinos.

[187] O chefe, segundo CAPISTRANO DE ABREU (1954, p.78),tinha o caráter de chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e da morte de seus subordinados.

[188] Vários autores citam as paradas esporádicas dos bandeirantes no território, onde plantavam roças e esperavam a colheita para continuar a viagem.

[189] Esse retardamento no ataque se explica principalmente pelo fato dos maiores interesses comerciais estarem nas rotas comerciais estabelecidas no sul, a partir de Buenos Aires. Mas, os bandeirantes tinham tido duas tentativas frustradas, nos anos 1638 e 1641, de conquista nas províncias argentinas de Missiones e Corrientes e junto ao rio Uruguai, sendo derrotados pelos guaranis (QUEVEDO, 1993). Além disso, com o fim da União Ibérica em 1640, e a Restauração portuguesa, o monarca espanhol fechou novamente o comércio em represália aos portugueses, aumentando a fiscalização sobre o porto de Buenos Aires, dando mais um duro golpe aos negócios dos comerciantes portugueses. Assim, em 1648, sob a liderança de Antônio Raposo Tavares, uma nova bandeira foi organizada para apresar os índios das reduções do Itatim, e as da atual Bolívia (Chiquitos), sondando as terras do Alto Peru e passagens pela bacia Amazônica, chegando no Pará em 1651 (BANDEIRA, 1995).

As ações de apresamento transformaram-se, por outro lado, em confronto entre o Estado e Igreja. Mas a estrutura das missões espanholas, ao fortalecer a resistência dos índios frente às ações de apresamento, acabou se transformando também num importante instrumento espanhol de defesa fronteiriça colonial, por ocasião do fim da União Ibérica.

Como os interesses dos comerciantes portugueses se concentraram no controle da foz do rio da Prata, no porto de Buenos Aires, foi aí que as missões guaraníticas se estruturaram com mais força, fazendo frente aos seus avanços. Os conflitos ficaram conhecidos como a "questão platina". Por outro lado, explica porque naquele momento, as reduções jesuíticas espanholas não se refizeram com a mesma força no Itatim e mesmo Guairá de Mato Grosso do Sul[190].

Esses conflitos só começaram a ter fim, quando os portugueses e espanhóis tiveram que novamente se unir, mais tarde, para fazer frente ao contrabando inglês, ativado após a perda do *asiento* ao fornecimento de escravos à colônia espanhola (1739). Acalmaram-se, em 1767, quando se deu a expulsão dos jesuítas, pelo monarca espanhol, após o de Portugal.

2.4 Guarda indígena do território na fase da mineração

2.4.1 Supremacia inglesa no auge da concorrência comercial e a subordinação de Portugal

A supremacia dos ingleses no comércio mercantilista internacional, na segunda metade do século XVII, caracterizou o auge da concorrência colonial entre as potências comerciais européias (NOVAIS, 1995, p.88)[191]. Os processos dominantes dessa conjuntura foram as tensões da concorrência, a luta das potências e o contrabando, caracterizando a transição para o capitalismo industrial.

[190] No Brasil, em contrapartida, o avanço dos jesuítas portugueses deu-se posteriormente (1652) no sentido de assegurar as fronteiras brasileiras até a foz do Amazonas, expulsos em 1684, com a Revolução de Beckmann. Mas, com o Regimento das Missões de 1686, outras ordens vieram juntar-se ao trabalho das missões, ampliando-as e mantendo-as até 1758 na Amazônia, até a Ref(orma Pombalina (HOORNAERT, 1994).

[191]De um lado, havia as atividades mercantis em grande expansão, de outro os sistemas coloniais. Os conflitos entre as potências continuaram ocorrendo em torno do usufruto das vantagens dos lucros junto ao comércio colonial.

No processo de formação sócio-espacial, os ingleses tinham conhecido uma forma de feudalismo centralizado[192]. Tendo os monarcas como os verdadeiros detentores da terra (princípio "toda terra pertence ao rei"), a população inglesa pode se reproduzir com base nos compromissos de vassalagem, de forma mais rápida que outras formações sócio-espaciais. Desse modo, ocorreu o esgotamento das terras agricultáveis, mesmo aquelas da Igreja, surgindo a necessidade de inovações no aumento da produtividade da terra[193].

Por outro lado, foi somente, a partir do século XVII, que o adensamento populacional português significou maior pressão no processo de ocupação das terras agrícolas[194], retardando-se ao processo inglês.

A introdução do princípio da inovação técnica na produção agrícola pelos ingleses desdobrou-se, mais tarde, para o artesanato, transformando-o em manufatura[195]. As atividades técnicas de controle das leis naturais, como forma de garantia de vida, tornara-se, desse modo, um novo valor social, uma nova atitude diante do mundo natural para manter a integridade da vida, com base no governo da natureza e, numa nova moral religiosa voltada à

[192] O poder central ficara nas mãos de reis suseranos, estabelecendo-se a política de fiscalização e controle dos compromissos reais através de um Conselho de Barões, semente da política parlamentar monarquista que se mantém até hoje (FRANCO JR., 1996).

[193] Os conflitos sociais internos foram acirrados no século XVII, com a tentativa de concretização da propriedade real da terra pelos vassalos e concessionários da posse. Essa nova necessidade implicou em cercamentos territoriais, pela nova classe produtora que acumulara capital na sua forma primitiva, na tentativa de controlar os meios de produção e liberar a força de trabalho camponesa, pleiteando junto ao Estado a propriedade privada da terra. Após a Revolução Gloriosa, as terras foram vendidas a preços ínfimos, ou dadas aos fidalgos vassalos, que antes detinham a concessão anterior da posse e/ou capital acumulado de forma primitiva. A população agrícola avançou sobre as terras comunais, ocupando terras marginais (não apropriadas para a agricultura), exigindo inovação técnica para produzir. A acumulação primitiva do capital foi possível não só entre os latifundiários, como também entre os camponeses livres que conseguiram guardar para si uma parte do produto excedente no pequeno modo de produção (via revolucionária de Marx), quando tiveram oportunidade da presença de mercados potenciais urbanos ou rotas de comércio inter-regional. As técnicas envolveram a aquisição de instrumentos e insumos agrícolas, antes de iniciar o processo produtivo. O domínio do capital (instrumentos técnicos e terra), portanto, tornou-se fundamental para o início e controle do processo produtivo e da força de trabalho, implicando em relações assalariadas e na propriedade real da terra. O desdobramento social desse processo deu-se inicialmente no setor agrícola (Revolução Agrícola), à medida que também as áreas agricultáveis foram sendo retomadas, com investimento em capital, visando obtenção de maior produtividade, ou seja, maior produção na mesma área (DOBB, 1977).

[194] A população do reino português tinha sido ampliada durante a expansão do comércio mercantilista, fato comum a toda a Europa envolvida nessas atividades. A maior quantidade de moedas nas mãos de seus habitantes permitiu a ampliação do consumo e garantia de sobrevivência, resultando em expansão biológica da população portuguesa no espaço do reino português (SALINAS, 1988).

[195] O desenvolvimento da manufatura foi sendo impulsionado, por um lado, por investimentos de comerciantes e de pequenos produtores agrícolas capitalistas bem sucedidos e, por outro, pela abundante presença de expropriados do campo numa sociedade de forte adensamento populacional exposta aos trabalhos assalariados (DOBB, op.cit.). No seu todo, essa dinâmica foi assegurada pela supremacia comercial inglesa no mar, passando a montar seu império colonial até meados do século XVIII.

racionalidade produtiva[196].

No final do século XVII, com a Revolução Gloriosa (1688-1689), deu-se a aliança entre a burguesia inglesa e os proprietários rurais, favorecendo o desenvolvimento do livre-comércio, a expansão da agricultura e da manufatura moderna. Foram criadas condições políticas[197] para as constantes inovações em favor da produtividade nesses dois setores, vindo a resultar na Revolução Industrial do século seguinte[198].

Por outro lado, representou a instalação da nova ordem capitalista, acompanhada da priorização republicana na organização e centralização do comando militar nas mãos do general Cromwell, com a ampliação das esquadras mercantes. Resultou na supremacia inglesa sobre os mares[199] e o regime de monopólio da navegação, instituído em 1651 (atos de navegação)[200]. O regime do exclusivismo, adotado inicialmente por Cromwell

---

[196] Essa inovação significou o domínio do sistema natural pela sociedade, criando na mentalidade coletiva, tão bem representada pelos fisiocratas, a idéia do "governo da natureza", ou seja, a possibilidade de sobrevivência humana, através da dominação social dos princípios da natureza pela técnica, na atividade agrícola. Ao mesmo tempo, emergiu na sociedade inglesa uma nova moral religiosa, especialmente através da seita puritana. Passou-se a valorizar a obrigação individual com o comportamento industrioso e técnico, árduo e diligente, abnegado, como verdadeira virtude religiosa. A predestinação divina de Santo Agostinho mudou de significado, sendo válida para os justos e honestos no trabalho, portanto uma forma de êxito temporal. Tratou-se de uma ideologia, que no lugar da ostentação colocou a racionalização produtiva. Por ser uma ética contraposta à anterior, surgiram conflitos entre os calvinistas e os segmentos tradicionais da religião cristã (SALINAS, 1988). O imaginário artístico, manifestado sob forma de arte barroca, também ficou marcado pela tensão entre os opostos irreconciliáveis (KOELLREUTER, 1987).

[197] O absolutismo inglês, iniciado em 1558, tinha estimulado, por meio de leis protecionistas e incentivadoras, o desenvolvimento das companhias comerciais, ao lado das manufaturas. A ascensão ao poder político pela burguesia manufatureira, após o término dos conflitos internos de origem religiosa, em 1649, unificando a Inglaterra, Irlanda e Escócia, e estabelecendo a ditadura puritana em 1651, significou o fim do feudalismo inglês.

[198] Importante nesse processo foi a introdução do sistema do crédito público, transformando os títulos da dívida pública em moeda corrente, cujas referências foram encontradas em experiências anteriores bem sucedidas de Gênova e Veneza, que deu origem ao sistema bancário moderno no final do século XVII e ao sistema de crédito internacional. Complementar a ele, foi a introdução do sistema de impostos governamentais voltados a cobrir as despesas extraordinárias e as dívidas que foram sendo acumuladas sucessivamente, forçando o governo a realizar mais empréstimos. Somado a isso, houve na Inglaterra, a prática da política de protecionismo governamental (MAMIGONIAN, 1996).

[199]E foi essa supremacia comercial inglesa, ligada à construção de um sistema colonial próprio, que passou a assegurar a posterior preponderância industrial. O colonialismo foi uma forma de criação de mercado para os produtos manufaturados ingleses, ampliando a procura de mão-de-obra e propiciando melhorias de salário, contribuindo no aumento do poder aquisitivo da população. Por outro lado, também ampliou o mercado de abastecimento das matérias-primas. As manufaturas cresceram, com base em inovações técnicas, gerando uma gigantesca acumulação em escala mundial.

[200] Pelos Atos de Navegação adotados em 1651 por Cromwell, os produtos coloniais da América, Ásia e África, só poderiam chegar aos portos ingleses através de navios ingleses, e os produtos europeus, pelas bandeiras dos países de origem ou ingleses. As exceções deram-se com relação à chegada de sedas italianas que poderiam ser recebidas na Inglaterra, através dos portos flamengos e os produtos das colônias espanholas e portuguesas que puderam ser importadas através dos portos ibéricos. Através dessa estratégia exclusivista, os ingleses excluíram de suas rotas comerciais, a intermediação dos navegantes holandeses (NOVAIS, 1995, P.86).

com relação ao transporte marítimo inglês[201], possibilitou progressos importantes no comércio e na navegação.

Os portugueses saíram arruinados da dominação espanhola, após 1640, com a marinha destruída, diante dos constantes ataques litorâneos feitos por povos pertencentes a Estados mercadores concorrentes da Espanha, especialmente aqueles da Holanda. Perderam também o comércio asiático, só lhes sobrando algumas posses da África, com as quais continuaram mantendo o comércio escravo. Desse modo, na fase da Restauração do reino, a prosperidade de Portugal ficou muito dependente dos destinos a serem tomados no Brasil. Tornou-se fundamental para a classe comerciante portuguesa, a reconquista das rotas mercantis da bacia do Prata e a manutenção da integridade territorial brasileira.

Os ingleses, por outro lado, também se tornaram altamente dependentes do sistema colonial, na expansão da estrutura manufatureira no recém-instalado Estado inglês. Com esse fim, não só constituíram o seu próprio sistema colonial, como tiveram grandes interesses em ampliar a sua rede de negócios, junto às colônias ibéricas da América Latina, em função do sentido diferente que tomaram suas colônias da América do Norte[202], dificultando-lhes a formação da acumulação primitiva do capital. Explica-se, portanto, o grande interesse dos ingleses no comércio das colônias ibéricas da América[203], tanto dos produtos tropicais como da importação de escravos.

A aliança entre portugueses e ingleses deu-se durante a Guerrra de Sucessão

---

[201] Segundo NOVAIS (1995), mesmo após a queda de Cromwell, persistiu o regime de exclusivismo por ele definido em relação ao sistema colonial, repassados cada vez mais ao controle dos artigos comercializados, inicialmente em relação àqueles artigos que saíam das suas colônias para o seu abastecimento (1660) e depois em relação aos que chegavam aos portos coloniais (1663).

[202] As novas terras coloniais inglesas, diante dos conflitos religiosos na formação sócio-espacial inglesa de população adensada, atuaram como válvula de escape a esse adensamento, favorecendo movimentos de povoamento de ingleses a partir de 1608, que se tornaram produtores nas terras despovoadas agricultáveis de clima temperado, transpondo diretamente para a colônia, o modo de produção, as relações de produção e os cultivos vigentes na Inglaterra. Na região sul e insular, de clima mais quente e, ocupada com índios vivendo em comunidades primitivas, a ocupação ocorreu baseada na utilização da mão de obra escrava, ameríndia e depois negra, voltada ao cultivo de produtos tropicais de exportação. As duas estruturas diametralmente opostas tornaram-se complementares, favorecendo muito mais o desenvolvimento da colônia do que da Inglaterra, porque pouco se abriram aos mercados europeus, de modo que não favoreceram a acumulação à classe dos comerciantes ingleses (NOVAIS, 1995).

[203] O comércio dos produtos tropicais voltava-se diretamente ao abastecimento da metrópole, com mercado garantido. E, por outro lado, o comércio de abastecimento de escravos tinha se tornado uma grande negócio no abastecimento do sistema produtivo colonial, principalmente quando o modelo bem sucedido da *plantation* das áreas de cana de açúcar do Nordeste brasileiro foi transplantado para a Virgínia e ilhas da América Central. Essas formas de comércios tinham se tornado altamente favoráveis ao processo de acumulação primitiva do capital. Além disso, a classe dos senhores de terra e os funcionários da administração colonial constituíam mercado para o consumo dos produtos manufaturados ingleses. Os ingleses entraram nos negócios do tráfico negreiro em 1663, com a organização da primeira grande companhia estatal, a *Royal African Company* (NOVAIS, 1995).

espanhola[204]. Em troca de vantagens comerciais ultramarinas, o monarca português, sob a égide e garantia dos ingleses, passou a resolver suas questões de posse de territórios junto às principais rotas de comercialização interna do continente, tanto na bacia Amazônica[205], como na margem setentrional da bacia do Prata e foz do rio Paraguai. Desse modo, os portugueses conseguiram manter, não só a integridade do território da colônia americana, como de outros domínios ultramarinos, saindo incólume no processo de Restauração[206].

No entanto, os ingleses saíram fortalecidos comercialmente, na assinatura do Tratado de Methwen com Portugal, em 1703[207] e muito mais ainda, quando obtiveram dos espanhóis, no Tratado de Utrecht, em 1913, a concessão (*asiento*) no abastecimento de escravos às suas colônias, que deteve até 1739[208]. Essas vantagens inglesas, por outro lado, só contribuíram para enfraquecer a atividade comercial do reino português, submetendo-o cada vez mais ao Estado inglês.

2.4.2 Paragens sul-matogrossenses no caminho das monções para as minas de Cuiabá

As ações bandeirantes de interiorização, no entanto, não cessaram imediatamente, estando sempre presentes, junto aos negócios do apresamento indígena, a

[204] Os homens de Estado da Inglaterra e França envolveram-se nos conflitos da Guerra de Sucessão espanhola, com a Inglaterra obtendo apoio dos portugueses, ao mesmo tempo em que os espanhóis contaram com a adesão dos franceses. A Inglaterra tinha se unido à Holanda e à Áustria, formando a Grande Aliança, declarando guerra à França. A Espanha e a França propuseram a Portugal um tratado de aliança política para o aumento dos laços comerciais e auxílio militar à sua frota em 1701, pelo reconhecimento do descendente dos Bourbons ao trono espanhol. Mas em 1703, Portugal decidiu optar pela Grande Aliança, aproximando-se da Inglaterra, que já a tinha auxiliado anteriormente a se libertar da Espanha, quando o condado português pretendeu se desmembrar daquele reino. A morte do pretendente austríaco apoiado pelos aliados da Inglaterra, Holanda e Portugal, levou a negociações, nos tratados de Utrecht, liderados pelos ingleses, sendo colocado um príncipe francês no trono espanhol (NOVAIS, 1995).

[205] A Inglaterra presidiu o tratado de Portugal com a França na Amazônia, permitindo o controle português nas duas margens do rio até a sua foz, colocando o Oiapoc como limite com a Guiana francesa, impedido que os franceses se expandissem nesse eixo de comercialização. A Inglaterra também apoiou os portugueses na retomada do controle da foz do rio Paraguai, ao retomar a colônia de Sacramento, de grande interesse pelo ativo comércio de contrabando (BANDEIRA, 1995).

[206] As vitórias diplomáticas portuguesas, conforme nos coloca BANDEIRA (op.cit.,p. 52), expressaram muito mais a ascensão do poderio econômico inglês do que a enaltecida habilidade de seus embaixadores.

[207] Nesse tratado, Portugal se obrigava da Inglaterra a comprar os tecidos e outras manufaturas de lã, a Inglaterra a comprar os vinhos portugueses. Mas como as importações de vinho foram muito menores que as compras portuguesas, o déficit da balança comercial começou a ser feito com pagamento em ouro (BANDEIRA, 1995, P. 48).

[208] Diante da represália dos espanhóis à sua independência, os portugueses perderam o centro de controle de comercialização mais importante do continente americano, o porto de Buenos Aires, em favor dos ingleses (BANDEIRA, 1995).

busca dos metais preciosos, fundamental para a dinamização da economia comercial mercantilista portuguesa.

A descoberta das jazidas de ouro no final do século XVII (1698-99) em Minas Gerais, em 1718 em Cuiabá, foi muito oportuna aos portugueses, principalmente, porque além da subordinação econômica à Inglaterra, os negociantes do açúcar brasileiro sofriam a concorrência de outras áreas produtoras.

A dinamização da exploração do ouro, e depois do diamante brasileiro, no abastecimento de um mercado internacional de caráter metalista, surgiu como grande oportunidade de lucros aos portugueses. A mineração foi interpretada pelos portugueses, como grande alternativa para retirar o reino português da crise em que se encontrava. Como os ingleses haviam adotado o metal ouro, como único padrão de moeda, havia possibilidade de obtenção do ouro português. No entanto, dava-se num momento de acirrada concorrência internacional entre potências mercantis e de supremacia inglesa, com forte subordinação econômica dos portugueses.

Com as descobertas das jazidas de metais preciosos pelos bandeirantes, o dinamismo econômico da colônia passou a se manifestar em um novo setor da economia, a extração mineral, e em um novo território da colônia, as áreas centrais. A mudança foi setorial, valorizando-se mais as atividades de extração de minérios de ouro e diamante em detrimento das agrícolas, em condições e possibilidades dadas pela economia mercantilista internacional[209].

A perspectiva de formação de fortuna rápida foi capaz de atrair um forte movimento populacional na direção das minas, tanto de brasileiros, como de portugueses, além de outros estrangeiros[210]. Promoveu a interiorização da ocupação do território colonial,

A interiorização ocorreu através de rotas de circulação fluvial, com práticas

---

[209] No Brasil, diante da grande extensão de terras e da fraca proporção de mão-de-obra, mesmo diante do movimento imigratório, o desenvolvimento econômico num outro setor, significou o desdobramento territorial do mesmo modelo econômico, através da agregação de novas unidades, com a mesma composição dos fatores de produção. As técnicas produtivas utilizadas continuaram sendo as mais adaptáveis a cada condição de lavra do lugar e de quem estivesse explorando as minas, buscando-se na natureza o limite do esgotamento dado pela tecnologia adotada. Ocorreu, portanto, um crescimento econômico extensivo, desdobrado territorialmente, ainda sob a forma de relações escravistas, conservando a base econômica e social de produção estruturada em nível local e as relações de vassalagem. Assim, continuou prevalecendo o princípio feudal "toda terra pertence ao rei". Através da concessão de lavra, o rei tinha por direito a cobrança do quinto da produção.

[210]Para os primeiros 25 anos, SIMONSEN (op.cit.,p.271) apontou um crescimento da população brasileira em 50%. Após um século, o contingente do final do século XVII tinha sido multiplicado em dez vezes (de cerca de 300.000 para 3.000.000 de habitantes).

de varação[211] entre as duas bacias (Paraná e Paraguai), possibilitadas pela aproximação de algumas cabeceiras fluviais. Já eram anteriormente utilizadas pelos bandeirantes em direção ao Norte de Mato Grosso do Sul, durante o seissentismo[212]. Nesse sentido, as rotas tradicionalmente mais utilizadas tinham sido a do Paranapanema/Ivinhema[213] e a do Tietê/Pardo[214].

Através dessas rotas de interiorização bandeirante, os imigrantes puderam adentrar as áreas de mineração ligadas a Cuiabá[215]. No entanto, diante da necessidade de maior controle e regulação sobre as rotas de circulação dos metais preciosos, os portugueses fizeram levantamentos, com a finalidade de oficializar uma passagem única. A rota Tietê-Pardo, não só apresentou maior proximidade entre as cabeceiras dos afluentes do rio Paraná e Paraguai, permitindo "varação" terrestre de pequena distância[216], como foi a que se apresentou mais segura, diante de ataques indígenas. Desse modo, desativou-se oficialmente a rota que passava por Campo Grande, ou seja, a do Paranapanema/Ivinhema/Miranda (Figura 14).

---

[211] Nesse caso, os varadouros mais adequados tornaram-se aqueles que tinham passagem facilitada na transposição dos rebordos da cuesta da bacia do Paraná e de trechos terrestres mais curtos. As canoas de casca, técnica indígena, foram as mais utilizadas, por se adequarem à passagem de leitos encachoeirados e à ultrapassagem dos divisores de água (varadouros), por serem mais leves e fáceis de serem carregados (HOLANDA, 1990).

[212] Os caminhos ao longo desses afluentes da bacia do Paraná facilitaram a circulação e interiorização dos bandeirantes no sentido leste-oeste, não só pela direção favorável do traçado dos seus leitos, como da pequena distância terrestre a ser enfrentada para atingir as cabeceiras dos afluentes da bacia do Paraguai, realizando a "varação" entre bacias

[213] A mais antiga foi aquela constituída pelo rio Paranapanema até a calha do rio Paraná, para depois seguir no sentido contrário da correnteza pelo rio Ivinhema, depois um de seus formadores, o rio Vacaria até atingir as nascentes e o trecho terrestre de varação até atingir as cabeceiras do afluente do rio Paraguai, o rio Aquidauana e o rio Paraguai, podendo daí seguir pelo rio Cuiabá para o norte. Ao sair de São Paulo, caminhava-se de 14 a 15 dias a pé até atingir o trecho navegável do rio. A partir daí fabricavam as embarcações, seguindo via rio. Ao atingir a varação entre o rio Vacaria e o Aquidauana, abandonavam as canoas, fazendo ai suas roças de plantação. Após, seguiam a pé durante por cerca de oito dias até atingir o rio Aquidauana. Esse era o caminho considerado de menor número de cachoeiras. Segundo HOLANDA (1990, pp. 63-64) esse teria sido o caminho que levaria a Santiago de Xerez e às missões jesuíticas do Itatim, junto às margens do rio Aquidauana, assim como à região que depois ficou conhecida como "Vacaria". Esses caminhos também foram utilizados, no século seguinte, por alguns curitibanos, que atingiam o rio Paranapanema, através do rio Tibagi.

[214] A outra rota, segundo HOLANDA (1990), era constituída do rio Tietê (Anhembi) até a calha do rio Paraná. Daí seguia até a confluência do rio Pardo (chamado pelos espanhóis de Jaguari), seguindo rio acima até atingir o seu afluente Anhanduí-Guaçu, o Anhanduizinho, o córrego Lagoinha até suas nascentes, atingindo o "varadouro" para a bacia do Paraguai. Faziam esse trecho a pé, atravessando terras do atual município de Campo Grande, Terenos até atingir as nascentes do rio Aquidauana. Seus rios apresentavam leitos mais encachoeirados. Também era utilizado para atingir as missões do Itatim.

[215] Já em 1727, o arraial foi elevado à condição de vila, a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

[216] Era constituído pelos leitos do rio Tietê/Pardo/ribeirão Sanguexuga até chegar ao varadouro de Camapuã, para então se atingir os rios Taquari, Paraguai e Cuiabá (HOLANDA, 1990)..

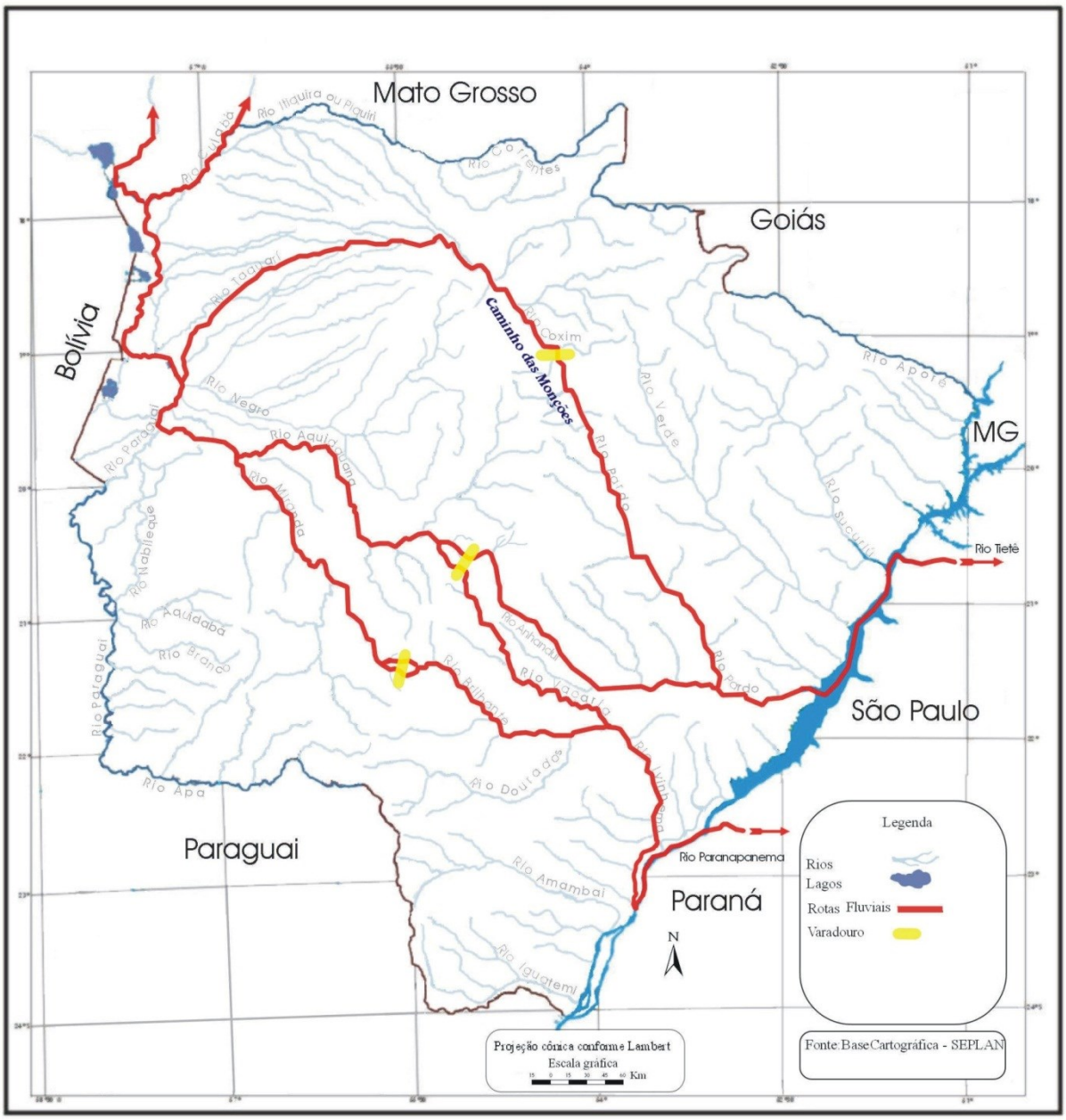


FIGURA 14 - ROTAS FLUVIAIS UTILIZADAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Por outro lado, o "caminho monções", como ficou conhecida a rota fluvial do Tietê/Pardo/Taquari, oficializado em 1730[217], atravessou ao meio as terras do atual Mato Grosso do Sul. Ao longo dessa rota, estabeleceram-se nos pontos de varação e de paragem dos viajantes para abastecimento, a fazenda de Camapuã[218] e o arraial de Beliago (Coxim)[219]. A primeira estava junto ao varadouro das duas bacias[220] e a segunda na passagem para o leito do rio Taquari (Figura 15).

Nos rios, os participantes das monções foram, aos poucos, introduzindo canoas mais aperfeiçoadas e adaptadas ao transporte de carga, pessoas e tráfego pelos leitos encachoeirados[221]. No entanto, o tempo de viagem entre Porto Feliz e Cuiabá tornou-se muito longo, não só em função da distância, mas dadas as dificuldades encontradas no trajeto, tanto naturais (áreas serranas, com grande número de cachoeiras), como pela defesa territorial montada pelos índios da região [222].

O movimento monçoneiro que se apoiou na fazenda Camapuã e Coxim, como local de "paragem", portanto, não teve um dinamismo de longa duração. Já em 1737,

---

[217] Ficou expressamente proibido mais de um caminho para as minas de Goiás e Cuiabá (GUIMARÃES, 1999).

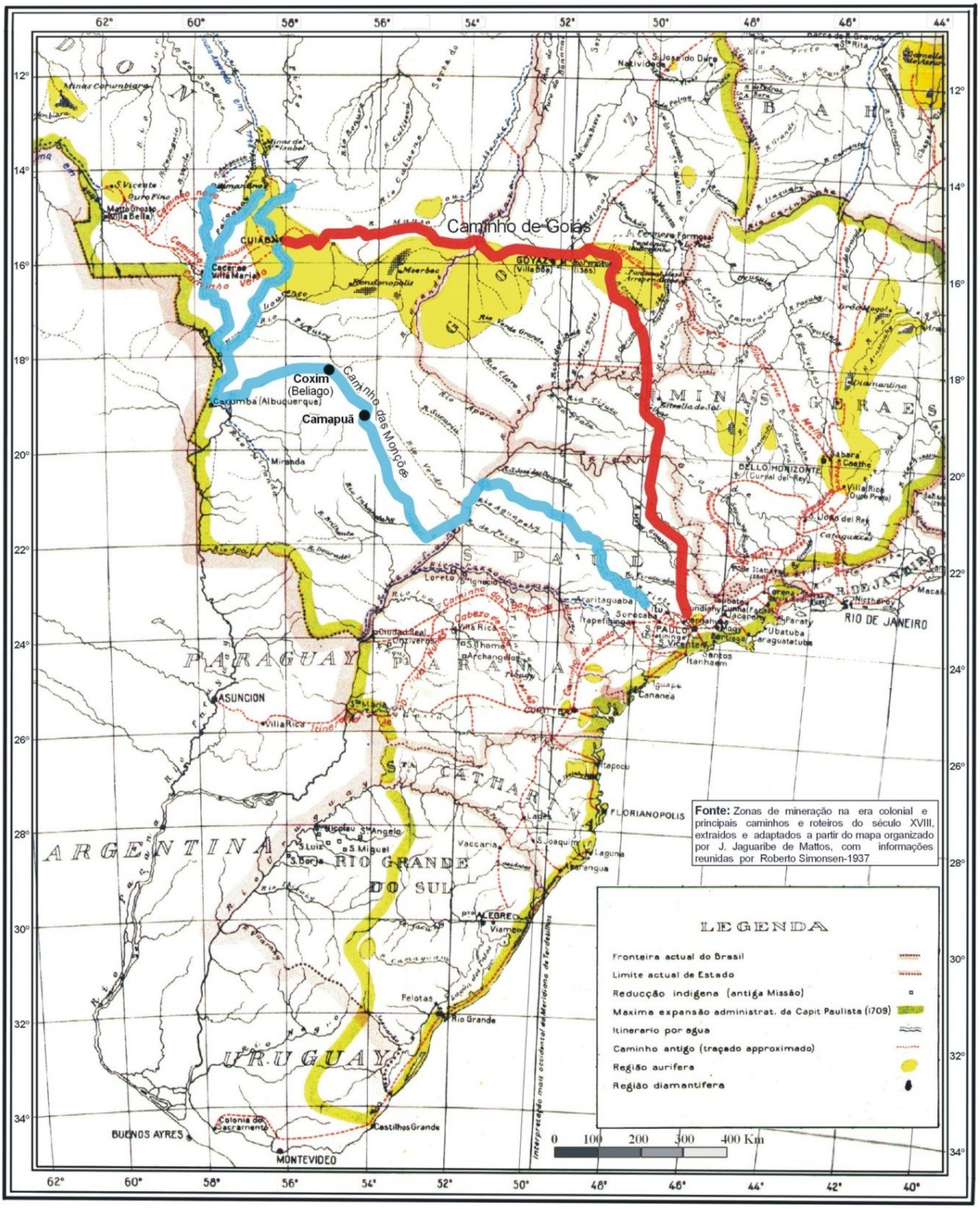
[218] Teria sido criada pelos irmãos Leme, bandeirantes e, requerida, mais tarde por um terceiro, Luis Rodrigues Vilares. Ha controvérsias na data de fundação (1719, 1722 e 1725). A primeira data, antes de Cuiabá, é confirmada por Luis D'Alincourt. Os quatro sócios iniciais da fazenda Camapuã não chegaram a acumular grandes riquezas nessa época, não só pela precariedade dada pela relativa distância dos centros litorâneos e freqüente ataque dos índios caiapós, mas principalmente pela fugacidade que representou o dinamismo cuiabano e arredor, com relação à atividade da mineração aurífera e o surgimento das outras rotas ao norte. Em 1751, o Conde Azambuja relata ter encontrado quatro sócios. Segundo GUIMARÃES (1999, *passim*), em 1785, a fazenda pertencia a herdeiros e já possuía uma população de 300 pessoas (brancos, negros e índios), sendo que em 1820, já contava com um pequeno destacamento militar. Em 1867, o visconde de Taunay, no entanto, encontrou a fazenda no completo abandono. Em 1870, só restavam os escravos, que haviam expulso os próprios donos, vivendo em Estado de completa pobreza (GUIMARÃES, 1999).

[219] Ha divergência quanto à data de fundação de Coxim (Beliago). SOUZA JÜNIOR (1954, p.148) coloca o ano 1728 e SGANZERLA (1998, pp.45-46) aponta 1729. Teria sido fundado por Domingos Gomes Beliago, Antônio de Sousa Bastos, Manuel Caetano e alguns religiosos.

[220] O varadouro apresentava cerca de 10 quilômetros, embora os viajantes tivessem que vencer 113 cachoeiras durante o trajeto. Os monçoneiros deixavam suas canoas junto ao salto Cajuru, repunham seu aprovisionamento e caminhavam até as cabeceiras do rio Coxim, onde tomavam outras embarcações, seguindo até o rio Taquari, rio Paraguai, rio Cuiabá. Só mais tarde, essa varação passou a ser feita por carros de boi carregando as canoas e as outras cargas (HOLANDA, 1990).

[221] Apresentavam os remos de espontão, varas com juntas de ferro para subir os rios, cumieiras e coberturas de lona. Apresentavam popa e proa bem agudas e um casco de fundo achatado. Normalmente, a borda era arrematada com uma faixa de madeira suplementar para aumentar a sua segurança. Algumas apresentavam capacidade para transportar até dez pessoas (HOLANDA, 1990).

[222] Saindo de Porto Feliz (Araritaguaba), segundo os relatórios do astrônomo e geógrafo Lacerda e Almeida, a distância chegava a 531 léguas (cerca de 3.000 quilômetros) e as viagens duravam de quatro a cinco meses, algumas até um ano e meio. Saíam de Porto Feliz na época das cheias dos rios (março a junho). Costumavam voltar de Cuiabá nos meses de outubro-novembro. Embora tivessem conseguido escapar dos ataques dos índios guaicuru, passaram a se expor àqueles menos ferozes, os caiapós, na bacia do Paraná, especialmente no varadouro de Camapuã, e aos agressivos e ágeis índios paiaguás, na bacia do Paraguai (HOLANDA, op.cit.).


Caminho de Goiás
Caminho das Monções
Coxim
(Beliago)
Camapuã
CUIABA
GOYAZ
(Villa Boa)
Cacerez
Villa Maria
Cuyaba (Albuquerque)
Miranda
Moerbac
Pondonopolis
Rio Verde Grande
Rio Claro
Rio Aporé
Rio Sucuriú
Rio Paranahyba
Rio Tieté
Rio Grande
Rio Pardo
Rio Parahyba
Rio Paraguay
Rio Paraná
Rio Uruguay
Rio Negro
Rio Ivahy
Rio Iguassú
Rio Tibagy
Rio Itapocu
Rio Jacuhy
Rio Pardinho
Rio Taquary
Rio Pardo
Rio Jacuhy
Rio Vacacahy
Rio Vacahy
Rio Pelotas
Rio Canoas
Rio Lages
Rio Canoinhas
Rio Negro
Rio Iguassú
Rio Ivahy

surgiu e foi ativado o novo caminho oficial para as minas de Cuiabá, via Goiás[223].

2.4.3 Guarda fronteiriça indígena no avanço português ao território das Missões

O processo despovoador, causado pelo apresamento indígena pelas bandeiras paulistas, especialmente nas terras do Mato Grosso do Sul continuou no século XVII, quando se deram as descobertas das minas auríferas em Cuiabá, não permitindo relações amistosas entre índios e portugueses. Portanto, tanto as tribos indígenas do atual território de Mato Grosso do Sul, dispersas após a destruição das missões, como aquelas das antigas missões de Chiquitos e Moxos, do lado boliviano, transformaram-se em instrumentos de defesa territorial da colônia espanhola, verdadeira guarda fronteiriça. Os índios guaicuru e paiaguás, mais identificados com os espanhóis, em função da cultura missioneira, eram instigados pelos mesmos a atacar e roubar os viajantes portugueses que adentrassem suas áreas, com a troca posterior com os espanhóis, dos minerais preciosos por objetos europeus de seu interesse. Transformaram-se nas tribos mais agressivas da bacia do Paraguai, ocorrendo ainda ataque dos caiapós (tapuias) na bacia do Paraná (HOLANDA, 1990, p.86).

Do lado do Pantanal, os índios guaicurus, que nesse período, já haviam aculturado dos espanhóis o uso do cavalo, mantendo a sobrevivência dos grupos como caçadores[224], constituíram-se em principais elementos de defesa territorial, montando estratégias junto às vias de comunicação terrestre das rotas utilizadas pelos bandeirantes. Os índios das tribos dos paiaguás, por outro lado, aperfeiçoaram sua mobilização tática de defesa territorial através da navegação fluvial, aperfeiçoando técnicas próprias de construção de

[223]A seleção dessa rota "exclusiva"de acesso, tornou-se um projeto de governo, norma que vigorou até quando o novo caminho terrestre por Goiás, se mostrou mais adequado como rota de circulação, ligando as minas de Mato Grosso ao litoral do Rio de Janeiro, em 1737, surgindo, ao mesmo tempo uma ligação com Belém do Pará. Nesse sentido, a decisão governamental pela adoção de um primeiro caminho oficial às minas, deu-se após o serviço de desbravamento sertanista dos irmãos Leme iniciado em 1720, acompanhado de levantamentos mais sistemáticos posteriores, encomendados pela Coroa ao mesmo astrônomo/geógrafo que acompanhou a comissão de demarcação dos limites da fronteira oeste, Lacerda e Almeida. As necessidades de maior controle e fiscalização sobre os produtos circulados, evitando o contrabando tinham sido traduzidas em ordens vindas do governo imperial, no sentido de selecionar essa rota, como "exclusiva" do Pará (Ver SOUZA, 1973 e MAGNOLI, 1997).

[224] Esses índios foram trocando os produtos oriundos da prática agrícola, pelos da caça e pastoreio. A prontidão para a defesa, com base no uso dos cavalos, tornou-os mais móveis no território do que antes (ATAÍDES, 1998). Desse modo, foram perdendo a possibilidade de se sedentarizar e de manter a unidade anterior, que os tinha transformado numa grande nação em nível regional. Sob o regime pastoril, imposto pelo cavalo, esses povos que anteriormente já se utilizavam do saque de excedentes de produção e resgate de força de trabalho de tribos inimigas para práticas escravistas, continuaram complementando sua sobrevivência, saqueando e aprisionando os bandeirantes portugueses (SOUZA, 1973).

canoas a remo e de reconhecimento do leito navegável dos rios pantaneiros[225].

Assim, entre a área de mineração, no norte da capitania, até a rota das monções, definidas pelo Tietê/Pardo/Taquari, o território era usado pelos portugueses, sem grandes questionamentos dos castelhanos. Mas, ao sul, os ataques espanhóis, através da guarda indígena, mantida principalmente pela tribo dos guaicurus e paiaguás, eram bem mais agressivos.

Em função dos conflitos, as antigas rotas do Paranapanema/Ivinhema/Aquidauana e Tietê/Pardo/Anhandui/Aquidauana foram sendo paulatinamente abandonadas pelos viajantes que anteriormente atravessavam a "Vacaria" arrebanhando o gado selvagem remanescente das áreas missioneiras. O desuso das terras do sul, pelo bandeirantismo, levou a capitania de São Paulo, a perder muito do elo anterior de ligação, principalmente quando foi aberto o caminho novo de Goiás, para atingir as minas cuiabanas, em 1737.

Assim, em 1748, quando houve a autonomização da capitania de Mato Grosso em relação àquela de "São Paulo e Minas de Ouro", criada em 1709[226], ao desmembrar-se da capitania do Rio de Janeiro[227], os limites sul não ultrapassaram o caminho das monções.

Na definição da capitania, também houve conflitos de fronteira interna com a capitania de Goiás. As terras situadas a Noroeste do rio Pardo até o rio Araguaia então, tornaram-se território de litígio entre as capitanias de Mato Grosso e Goiás.

---

[225] Os índios das tribos dos paiaguás, da família dos mbaya, como os guaicurus, também priorizaram práticas que os tornaram mais nômades, reagindo a qualquer tentativa européia de sedentarização. Tornaram-se peritos na abordagem dos bandeirantes monçoneiros que avançaram pelo Pantanal. Tornaram-se hábeis remadores de canoas, montando barreiras junto ao leito dos rios da bacia do Paraguai, conseguindo constituir frotas canoeiras de alta mobilidade diante do ataque inimigo e ameaçador de sua existência. Atuaram principalmente a partir da confluência entre os rios Paraná e Paraguai até o rio Taquari e São Lourenço, mais ao noroeste do atual estado (SOUZA, op.cit.).

[226] Inicialmente, estiveram historicamente ligadas pelo mesmo processo de expansão territorial ligado ao bandeirismo, mas como decorrência da expansão da atividade mineradora, foram se desmembrando posteriormente, as capitanias de Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748).

[227] As capitanias de São Vicente e Santo Amaro tinham sido incorporadas antes à jurisdição da capitania do Rio de Janeiro e em 1709, foi desmembrada a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, com as primeiras descobertas auríferas (PERIDES, 1995).

2.4.4 Busca do equilíbrio de fronteiras entre as colônias luso-espanholas

A repercussão interna da ação concorrente das potências capitalistas exigira dos dois reinos ibéricos, maior esforço pela manutenção do comércio exclusivo nas suas colônias americanas.

Nesse sentido, novos incidentes europeus conduziram o rei espanhol, em 1739, a retirar dos ingleses o *asiento* no abastecimento de suas colônias. No entanto, essa ação trouxe de volta para a bacia do Prata, a prática do contrabando[228]. Ao monarca espanhol, o mais importante dentro da colônia, era o resgate da foz da bacia do Prata, nas duas margens do rio, para frear o comércio contrabandista inglês[229]. Os portugueses, por outro lado, precisavam preservar as terras auríferas centrais e garantir as rotas de saída para o Atlântico, tanto através da bacia Amazônica, como da bacia do Prata, de modo a proteger-se também do contrabando inglês.

Para organizar a defesa territorial das duas colônias ibéricas no continente sul-americano, fazia-se necessário definir de forma científica, os limites precisos entre os respectivos territórios. Assim, o casamento do rei espanhol D.Fernando VI com a infanta portuguesa, dona Maria Bárbara, soou como oportunidade de conciliação entre os reinos ibéricos, numa primeira tentativa de acordo na definição fronteiriça entre os dois reinos, resultando no "Tratado de Madri" em 1750.

Surgiu assim, o primeiro ensaio de delineamento da fronteira interna[230], estabelecida tecnicamente e materializada através da colocação de marcos ou balizas. Para se

---

[228] A sucessão austríaca colocara novamente a Espanha em confronto com a Inglaterra, em 1739, quando a Coroa espanhola decidiu retirar o *asientamento* escravo das mãos dos ingleses, resultando numa crise interna da Inglaterra e no tratado da "Paz de Aquisgrán" em 1748. Este tratado não chegou a satisfazer as duas nações em conflito, contribuindo para a ampliação do contrabando inglês na bacia do Prata, através da Colônia do Sacramento (BANDEIRA, 1995).

[229] Desse modo, aceitaram receber dos portugueses a Colônia do Santíssimo Sacramento, sem tirar delas a estrutura militar já existente e reconheceram as posses portuguesas em terras de avanço sobre Tordesilhas, desde o presídio de Rio Grande e Castilhos Grandes (atual Uruguai) nos limites máximos do sul, incluindo a região dos Sete Povos das Missões (BANDEIRA, 1995).

[230] A idéia adotada de fronteira incluía o pensamento dos intelectuais racionalistas e estatistas modernos, do momento em que o poder político, na Europa, foi centralizado, tendo como base a "nação" (MILIA, 1994), para quem as fronteiras passaram a representar as "molduras dos Estados-nações" (MARTIN, 1994). Tendo em vista a segurança territorial e da população interna, as linhas fronteiriças tornaram-se prática comum. Com elas surgiu o conceito de "limite de fronteira", cujo processo de estudo cartográfico e geográfico era chamado "delimitação". Relacionado a ela, surgiu também o conceito de "demarcação", ou seja, a operação de colocação de marcos, ao longo da linha divisória. A fase demarcatória aparecia na etapa final do processo de criação de fronteiras, conferindo uma materialidade sensível à linha divisória (MAGNOLI, 1997), com a participação de comissões com representação dos dois territórios.

chegar ao primeiro acordo de paz, no Tratado de Madri em 1750, vários entendimentos se desenrolaram por alguns anos, de 1746 a 1749 entre portugueses e espanhóis, tais como, o reconhecimento dos avanços portugueses em terras de além-Tordesilhas (*adelantados* da conquista), o princípio do *uti possidetis*[231] e o princípio de neutralidade" em áreas previamente definidas para serem evacuadas (zonas neutras)[232]. Por outro lado, a presença indígena do lado espanhol, foi por ele interpretada como "fronteira cultural" [233].

Diante dos acordos entre os dois Estados-nações, sem a intermediação da Igreja[234], houve a reação dos índios guaranis e jesuítas às condições que lhes foram impostas para evacuação dos seus povoados, resultando na Guerra Guaranítica[235], em 1754, quando as forças dos Estados luso-espanholas juntaram-se para combatê-los, vencendo-os em 1756 e, mais tarde expulsando os jesuítas.

---

[231] Esse princípio, segundo MAGNOLI (1997,p.74) teve como referência o direito civil romano. Significa a posse legitimada e justificada por uma circunstancia de realidade, baseando-se na ocupação efetiva da terra. A expressão completa era "*Uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto",* ou *Üti possidetis, ita possideatis"* que quer dizer, "como possuís, continuais possuindo".

[232] Os espanhóis reconheceram os avanços ilegais dos portugueses sobre as terras espanholas, pelo Tratado de Tordesilhas (os *adelantados* da conquista), mas propuseram o princípio do *uti possidetis*, através do brasileiro Alexandre de Gusmão, como forma de garantia de território. Outro princípio utilizado na definição das fronteiras, foi a da neutralidade em áreas de conflito, criando-se as chamadas "zonas neutras" nas antigas tradicionais áreas missioneiras. Elas se transformariam numa área de equilíbrio de forças, um anteparo diante do avanço entre as duas metrópoles. Foram consideradas zonas neutras nesse acordo, a Colônia do Santíssimo Sacramento e os Sete Povos das Missões. Os portugueses optaram por evacuar a primeira e os índios missioneiros a segunda (QUEVEDO, 1993).

[233] Nesse caso, foi incorporado dentro da idéia de fronteira, especificamente para as áreas de missões indígenas, o conceito desenvolvido pela escola de Munique de "Estado-tampão". Surgira dentro do Império alemão, na intenção de recuperar territórios, que mesmo não falando a mesma língua, guardavam estreita relação com seu universo cultural. A sua função, como área neutra ou gelada, seria a de servir de anteparo frente à agressão direta de povos inimigos (MARTIN, 1994). Enquanto as fortificações apareciam como fronteira militar, as zonas neutras apareciam como fronteira cultural.

[234]É importante ainda lembrar que, o çrescimento da população em toda Europa do século XVII, favorecido pela expansão mercantilista e maior acumulação de moedas, com ampliação do poder aquisitivo para o consumo, transformou-se em maior pressão na ocupação de terras, atingindo só então, os reinos ibéricos. Foi, portanto, nesse momento, que se recrudesceram os conflitos pela posse da terra, implicando no avanço sobre os solos agricultáveis da Igreja, e resultando em confrontos entre o poder temporal e espiritual (SALINAS, 1988). A reestruturação política administrativa que esses reinos sofreram por influência da França na Espanha e da Inglaterra em Portugal, arrefeceram os confrontos dos monarcas com o papa, trazendo à tona a valorização do regalismo. As idéias racionalistas deflagradas durante todo o século tinham como principal centro de irradiação, a França e Inglaterra, obtendo alguns efeitos de desdobramento nas populações ibéricas. No momento da tentativa de resolução das fronteiras internas entre as colônias americanas, a dinastia dos Bourbons estava mais preocupada na organização interna do reino espanhol na Europa.

[235] Os índios não tiveram a mesma chance dos habitantes europeus da Colônia do Sacramento, em optar pelo livre trânsito fronteiriço e definir o local de moradia e o reino a pertencer. Ao contrário, receberam ordens de evacuação imediata para outras terras do domínio espanhol, porque não eram considerados súditos do rei. Desse modo, o seu processo de ocupação não foi considerado no princípio do *uti possidetis.* Além de terem ficado descontentes com o processo de avaliação de seus bens, essa saída do lugar, significava ainda a perda dos vínculos com a sua identidade étnica, com base na organização territorial e os restos mortais dos antepassados enterrados. Acusados de serem os instigadores dos índios, os jesuítas receberam ordens do reino espanhol para persuadirem os mesmos a obedecerem as cláusulas do tratado, fato que os indígenas não entenderam, acusando os religiosos de seus inimigos (QUEVEDO). A sua derrota em 1756, na verdade significou também a desintegração das missões guaraníticas e a posterior expulsão dos jesuitas das duas colônias ibéricas.

No entanto, durante a interrupção dos trabalhos, causada pela Guerra Guaranítica (1754-56), não se obteve a paz esperada entre os dois reinos. Ao contrário, acirraram-se os confrontos, nos pontos de conflito de fronteira já existentes, resultando no Tratado de "El Pardo" de 1761, que anulou o Tratado de Madri.

Na medida em que os conflitos foram se ampliando, a idéia de "zona neutra", entre os portugueses, foi sendo substituída por aquela de "fronteira militar", tomando por base as experiências bem sucedidas na "Questão do Prata"[236], enquanto os espanhóis, tendo como referência a vitória dos missioneiros sobre os bandeirantes em Sete Povos das Missões[237], continuaram a considerar as áreas missioneiras, como guardiãs de fronteiras.

No centro do continente, o dinamismo da mineração, ainda que rápido, deslocou a atenção espanhola para a manutenção da posse do território colonial, tendo como principal área de conflito fronteiriço as minas de Guaporé, deflagrado com o avanço dos portugueses sobre as missões indígenas de Moxos (hoje Bolívia)[238].

Já no sul da capitania, a área de conflito correspondeu às antigas áreas missioneiras. As terras situadas ao sul do Taquari e do Ivinhema (antes rio Monici) tinham pertencido às missões de Itatim e Guairá e, portanto, eram entendidas pelos espanhóis como zona neutra e fronteira cultural entre as colônias dos dois reinos. Os portugueses procuraram se defender, com base no princípio do *uti possidetis* [239], no entanto, as áreas missioneiras não tinham sido incluídas nesse princípio, no Tratado de Madri.

A Comissão mista não tinha entrado num acordo, com relação à de demarcação dos limites correspondentes ao sul da capitania de Mato Grosso, apontados no Tratado de Madri. Havia questionamentos dos espanhóis quanto ao local exato dos rios Igureí

---

[236] A formação de um mercado regional, com a descoberta do ouro em Caeté, em 1693, tinha estimulado a caça ao gado solto remanescente de missões jesuíticas destruídas, expandindo-se entre os rio Uruguai, Torres e Guaraí, dando origem aos conflitos fronteirços (BANDEIRA, 1995). A estratégia portuguesa adotada no Rio Grande, na "Questão do Prata", tinha sido fruto do desdobramento extensivo do modelo defensivo adotado ao longo de todo litoral, ou seja, o de associar a área de povoamento a um forte militar e à força guerreira das ordenanças.

[237]Essas missões, durante os últimos ataques dos bandeirantes paulistas, já tinham conseguido derrotá-los com suas táticas militares, garantindo sua defesa diante da tentativa do apresamento indígena, e continuavam a ser estimuladas pelo Estado espanhol a se armarem contra os portugueses, agora na defesa do gado e das terras (QUEVEDO, 1993).

[238] Em 1748, D. João V, ao assinar o Tratado de Madri, estabeleceu a nova capitania geral de Mato Grosso, desmembrando-a de São Paulo[238], ao mesmo tempo subordinando-a diretamente ao governo metropolitano, com a instituição da Intendência das Minas (PERRIDES, 1995).

[239] Os portugueses se baseavam nas incursões dos bandeirantes apresadores de índios do seissentismo e nos currais de gado dos curitibanos, do setecentismo (GUIMARÃES, 1999).

e Correntes, conforme apontado no documento[240]. Não coicindiam com os marcos colocados pela Comissão, junto às nascentes do rio Iguatemi.

2.4.5 Integração das áreas de mineração ao território nacional pelo comércio e a situação do Mato Grosso do Sul

Os exploradores de jazidas auríferas adensaram-se rapidamente junto às áreas de mineração, em áreas muito distantes do litoral. Ficaram altamente dependentes do abastecimento de outras regiões, tanto de escravos, como de alimentos e de animais de transporte e tração nas minas (mulas e éguas). Por esse motivo, emergiu uma classe de comerciantes voltados ao abastecimento desse mercado, estimulando a população de outras regiões a se organizarem para o abastecimento das populações mineradoras.

Desse modo, a articulação comercial entre as regiões antes isoladas entre si promovida pela classe de comerciantes, foi permitindo uma integração econômica entre elas, em favor da integridade territorial do Brasil-colônia. No entanto, no Mato Grosso do Sul, área rarefeita de moradores e desprovida de colonização, essa articulação econômica não ocorreu, a não ser como área de passagem e abrigo de gado em currais, pelos pecuaristas curitibanos[241].

2.5 Militarização das fronteiras internas na defesa do território português

2.5.1 Emergência do fenômeno industrial na Inglaterra

Na Inglaterra da metade do século XVIII, o grande contingente de

[240] O geógrafo que liderou a comissão espanhola, Felix Azara, por outro lado, interpretava, com base no Tratado de Madri, o local do rio Igureí, como sendo o rio Ivinhema ou Monice, e o rio Correntes como sendo o rio Branco (afluente do rio Paraguai ao sul do rio Miranda). Portanto, aceitava a idéia de perder terras ao norte desses limites fluviais, mas não toda a área das antigas missões jesuíticas para os portugueses (GUIMARÃES, op.cit.).

[241] HOLANDA (op.cit.,pp. 264-266) lembra que no final do século XVII (1695), alguns moradores de Sorocaba e Paranaíba chegaram a criar um sítio de paulistas nos chamados "campos da vacaria", situado entre as bacias do rio Pardo e Ivinhema. Solicitaram à Coroa portuguesa a possibilidade de ali fundar um arraial fixo do reino português, mas que o Conselho Ultramarino hesitou em aprovar, por não saber se ficava em terras da Coroa portuguesa e pelas dificuldades em sustentar essa povoação, pela distância e acessibilidade comparada à da nova Colônia do Sacramento que ficava à borda de um rio, onde podiam chegar navios.

população existente, deparou-se com novas condições de existência, diante da indisponibilidade de terras agricultáveis para um grande contingente de mão-de-obra disponível, dos cercamentos das propriedades rurais e da expropriação de camponeses[242], tornando-se assalariados da cidade.

O crescente mercado interno resultante desse processo[243] não só estimulou os produtores do setor agrícola a investir capital no aprimoramento tecnológico, visando a obtenção de maior produtividade, como também os do setor manufatureiro[244].

Emergiram idéias racionalistas sobre a natureza[245] e sobre novas formas de regime político[246]. Por outro lado, com base na imagem de mundo newtoniana, novos inventos foram criados, resultando na máquina movida a vapor e na divisão do trabalho por especialidade[247].

No plano econômico, passou a ocorrer um desdobramento da lógica de produção capitalista[248] do setor agrícola cada vez mais especializado e mecanizado, para o setor manufatureiro. Nesse caso, a mecanização da produção foi possível, com a aplicação de

---

[242]O significativo fenômeno da expropriação camponesa de terras agrícolas ocupadas e apropriadas através de cercamentos das propriedades pelos latifundiários criadores de ovelhas resultou numa nova situação na Inglaterra (DOBB, 1977).

[243] Diante da acumulação primitiva obtida no mercado capitalista internacional, por parte da classe comerciante e do Estado, tanto inglês como de outros Estados absolutistas mercantilistas, surgiu um importante mercado interno consumidor de produtos agrícolas e manufatureiros na Europa Ocidental. E, por outro lado, grande parte da população expropriada, já não podia buscar mais na terra, a sua sobrevivência (DOBB, 1977).

[244]A Revolução Agrícola, ocorrida anteriormente, tinha contribuído para o desenvolvimento das idéias do Racionalismo Clássico. Estas tinham deixado de buscar na natureza e Deus, referências na reestruturação da realidade, para indagar a própria capacidade do intelecto humano no conhecimento e demonstração da verdade dos conhecimentos. Tornou-se um momento de reflexão do homem sobre si mesmo, na averiguação de sua capacidade de conhecer, já iniciada pelas grandes viagens de descobrimento e posse de novos territórios e demonstrada pelos avanços técnicos na obtenção da maior produtividade, para garantir a manutenção e controle da vida, num momento de grande crescimento populacional na Europa. Portanto, as referências para a reestruturação social, passaram a ser buscadas na própria capacidade de raciocínio do homem.

[245] Segundo essas idéias, a natureza tinha sua própria racionalidade, podendo ser inteligível à razão humana, ao mesmo tempo em que se apresentava como um sistema de causalidades que da mesma forma, poderiam ser conhecidas e transformadas pelo homem, através da conquista científica e técnica (CAPRA, 1995).

[246]Emergiu a concepção de governo representativo, aquele que iria salvaguardar os direitos dos indivíduos à propriedade e aos frutos de seu trabalho. As leis seriam aprovadas por mútuo consentimento dos homens, de modo que a sua liberdade seria conquistada a partir do uso da razão (CAPRA, 1995).

[247] A imagem de mundo newtoniana, concebida desde o final do século XVII, como uma máquina perfeita, regida como um mecanismo de relógio, por princípios da matemática e com a ajuda do método empírico de Bacon e o método racional de Descartes, teve influência sobre os novos inventos ingleses, resultando na máquina movida a vapor de James Watt, no século XVIII e na divisão de trabalho por especialidade e fragmentado no espaço, interligando-se entre si pelo movimento de circulação dos objetos (CAPRA, 1995).

[248] A nova racionalidade de lucro com base na lei da oferta e da procura deu-se com o auxílio da visão matemática do cálculo diferencial, idealizada por Newton e Leibniz. Mobilizado um capital inicial para a aquisição das ferramentas de trabalho, tornou-se racional, o maior barateamento da matéria-prima e do salário em relação ao preço de venda do produto (CAPRA, 1995).

uma nova força motriz, a máquina a vapor concebida por James Watt, e a utilização da mão-de-obra disponível sob a forma de assalariamento, emergindo o fenômeno da Revolução Industrial[249].

Sob o signo de novas idéias do mundo intelectual dos fisiocratas, Adam Smith e Isaac Newton, a iniciativa estatal foi sendo substituída pela iniciativa privada, em ambiente de concorrência[250]. Com base na mentalidade de "crescimento econômico contínuo" de Smith, a lógica capitalista da produção industrial inglesa, após a Revolução Burguesa, foi se desdobrando para novos ramos de produção, extravasando as fronteiras do país, de forma a atingir aquelas formações sociais, na medida em que foi se apresentando condições internas para absorver esse novo modelo de reprodução da vida[251].

Essa expansão baseou-se fortemente, nas idéias do liberalismo econômico, desenvolvidas paralelamente, contribuindo no estabelecimento de novos valores na condução dos princípios de regulação. Assim, surgiu uma nova concepção de riqueza, enunciada por Smith[252], como de vantagem comparativa proposta por Adam Smith[253], implicando na divisão

---

[249] A execução de tarefas com o auxílio de máquina a vapor, impulsionando instrumentos de trabalho manejados pelo trabalho humano, em setores especializados de trabalho, permitiu a produção em série, de modo a transformar a produção manufatureira em produção industrial. Diante de força de trabalho disponível, a detenção do capital inicial para investimentos nos novos e cada vez mais complexos instrumentos de trabalho, tornou-se a condição exigida para submeter os ex-camponeses ao trabalho industrial como assalariados, apropriando-se da produção excedente, uma nova forma de acumulação de capital. Remunerando-se o trabalhador com uma quantia em moedas que respondesse pela sua sobrevivência (salário), a produção excedente passou a ser apropriada pelo detentor do capital. Desse modo, o êxodo rural favoreceu a generalização do trabalho assalariado na Inglaterra, propiciando o surgimento do processo industrial em moldes capitalistas. Segundo Dobb (1997), foram dois os principais focos de acumulação primitiva do capital, que favoreceram o surgimento do processo industrial no setor manufatureiro, o do grande e do pequeno capitalista. O grande capitalista foi o comerciante, o usurário e o latifundiário caçador de lucro. O pequeno capitalista surgiu entre ex-camponeses independentes que se tornaram arrendatários, artesões independentes e até mesmo de alguns assalariados.

[250] As idéias fisiocratas do "laissez-faire", em que o direito natural, se não tolhido por obstáculos, governaria os assuntos econômicos para o máximo benefício de todos, foram fortemente incorporadas e complementadas com as idéias do liberalismo econômico de Adam Smith, de que o mercado é quem guiaria o interesse pessoal de cada produtor e consumidor, visando o melhoramento harmonioso de todos. A lei de equilíbrio de Isaac Newton tinha sido o substrato da conformação da idéias de um mercado auto-equilibrador com base na lei de equilíbrio entre procura e oferta (CAPRA, 1995)

[251] Segundo Adam Smith, o progresso econômico só teria um fim, quando a riqueza das nações tivesse sido impulsionada até os limites naturais do solo e do clima (CAPRA, op.cit.).

[252] Essa passou a não mais ser mais entendida como acumulação de reservas de ouro e prata, mas como produção resultante da divisão trabalho e dos recursos naturais. O aumento dessa riqueza dependeria da quantidade de pessoas envolvidas no trabalho, de sua eficiência e habilidade, assim como da divisão de trabalho que iria se desdobrando no processo produtivo (CAPRA, ibidem).

[253] A concepção da vantagem comparativa de Adam Smith, em que cada nação deveria se sobressair em algum tipo de produção, implicando numa divisão internacional do trabalho, foram dando suporte às ações inglesas, na organização das terras de além-mar (MACHADO, 1980). As colônias ibéricas tornaram-se estratégicas, não só em função da possibilidade de expansão do mercado consumidor para os novos produtos industriais ingleses obtidos mais rapidamente, como também para obtenção crescente de matérias-primas e alimentos mais baratos visando a reprodução da mão-de-obra assalariada. A demanda industrial na Europa tinha sido causa do aumento dos preços dos produtos agrícolas destinados para esse fim.

de trabalho por especialidade.

As idéias emergentes nos séculos XVI e XVII, não só valorizaram o individualismo, como os direitos de propriedade, aplicados pelos latifundiários nos cercamentos de suas propriedades[254]. Os grandes proprietários de terras, interessados em obter lucros com a venda de lã e os proprietários das indústrias de confecção, aliaram-se para abolir as instituições feudais e o Estado absolutista da Inglaterra, através da Revolução Gloriosa, dando origem a uma nova forma de regulação social, representada pela montagem do Estado sob a forma de monarquia parlamentar[255], uma forma de governo representativo dos interesses dos latifundiários e industriais capitalistas, montada a partir do ideal republicano dos iluministas.

A importância que passou a ter o controle do comércio colonial, para garantir a expansão do processo industrial inglês, acabou implicando no conflito dos ingleses e franceses na América do Norte, resultando na Guerra dos Sete Anos, terminada em 1763[256]. Superada a rivalidade com a França, os ingleses passaram a reforçar o exclusivismo metropolitano sobre as colônias da Nova Inglaterra, buscando enquadrá-las nos princípios da política mercantilista.

Os EUA obtiveram a independência do sistema colonial inglês, a partir de 1776, organizando a própria Revolução Burguesa, em torno da constituição de um Estado liberal, na forma de República Federativa. Tornou-se, não só um modelo a ser copiado pelas outras colônias americanas, como um emergente concorrente da economia industrial inglesa, entrando no cenário internacional.

2.5.1.1 Reforma pombalina e a militarização das fronteiras internas

Os portugueses tiveram oportunidade de se nutrir da rede de idéias

[254]Inspiraram-se nos ideais, desenvolvidos por John Locke. Com base neles, passou-se a defender o direito de propriedade como um direito natural de homens já nascidos independentes e governados pela razão (CAPRA, op.cit.). Esse filósofo foi considerado o ideólogo da Revolução Gloriosa (IGLESIAS, 1993).

[255] A monarquia parlamentar, nada mais representou que a transformação do antigo Conselho de Barões do regime feudal inglês, responsável antes pela fiscalização da suserania do rei no cumprimento das determinações da Magna Carta que instituía os princípios feudais desde 1215, em Parlamento. A função dos parlamentares passou a ser a de fiscalizar e controlar as ações do rei no cumprimento da Constituição instituidora dos princípios capitalistas (FRANCO JR., 1996).

[256] A Guerra dos Sete Anos ocorreu em função do domínio da exploração do comércio de peles e pelo monopólio da pesca na Ilha de Terra Nova e na península de Acádia, resultando na Guerra dos Sete Anos entre os anos entre 1756 e 1763. A vitória inglesa permitiu o seu domínio sobre o Canadá, a Flórida e a Índia.

inspiradas na razão[257], que vinha se desdobrando e irradiando em toda Europa, desde o século XVII, e desembocou no movimento Iluminista do século XVIII[258].

A reação portuguesa à submissão inglesa, a partir da segunda metade do século XVIII, foi no sentido de um esforço de recuperação econômica e de defesa do patrimônio colonial, reforçando o exclusivismo colonial, com base no dinamismo da atividade mineradora no Brasil. No plano econômico, os governantes portugueses foram canalizando esforços, no sentido de uma maior autonomização em relação à Inglaterra.

A partir de 1750, predominou a política pombalina, com base no pensamento ilustrado português[259].Baseou-se no controle mais rígido sobre a extração, produção e comercialização dos produtos coloniais, buscando garantir o exclusivismo da circulação dessas mercadorias[260] no mercado internacional[261]. Ela atingiu seu auge, com a criação das companhias estatais de comércio e medidas restritivas ao comércio estrangeiro[262].A resposta à rigidez administrativa pombalina foi o recrudescimento das atividades contrabandistas e ameaças diplomáticas, principalmente na bacia do Prata[263].

Esse procedimento requereu a adoção da regionalização administrativa, com

---

[257] Em Portugal, vinha-se experimentando conflitos com a Igreja, especialmente causados por pressões do adensamento crescente de população avançando e ocupando terras agrícolas de propriedade religiosa. Esse movimento fez emergir uma nova mentalidade de características mais racionais que se integraram àquela anterior. Incluiram-se entre os luso-brasileiros iluministas, segundo o relato de Jaime Cortesão, Alexandre Gusmão e seu irmão Bartolomeu, Matias Aires Ramos da Silca Eça e sua irmã Teresa Margarida da Silva Orta, Antônio José da Silva (NOVAIS, *ibidem*).

[258] A profunda alteração da mentalidade coletiva que vinha se expandindo na Europa, segundo Novais (1995, *passim*) trazia no bojo, um novo sistema de valores, que estavam mais ligados à experiência interna das formações sócio-espaciais de origem (França, Inglaterra e Holanda, principalmente), mas que vinham contradizer os valores anteriores. Em Portugal essas idéias vinham sendo disseminadas principalmente através da ordem religiosa dos oratorianos (idéias se contrapunham às dos jesuítas), da Academia Real de História e da Arcádia.

[259] Com o falecimento de D. João V, houve a subida ao trono seu filho, D. José I, em 1750, apoiado pelo ministro de Estado, marquês de Pombal, que acabou se tornando o principal responsável pela política de recuperação econômica com base no exclusivismo colonial de Portugal.

[260] A política foi se dando no sentido da preservação e fortalecimento do exclusivismo colonial para barrar a penetração mercantil externa, exigindo, para isso, a reestruturação sistemática da organização administrativa, ainda que num regime feudal, mas como produto de um verdadeiro esforço racionalizador por parte dos administradores do reino português, que tão bem caraterizou o Estado do despotismo esclarecido.

[261] Esse controle se iniciara em 1752, com a instituição do Regimento para as Minas de Ouro. Rezava que em cada capitania onde se encontrasse ouro, seria criada uma "intendência" de controle direto da Coroa (disciplinar, controlar e tributar). Também para o diamante foi criado o território sob intendência direta da Coroa e só a ela submetido, o Distrito Diamantino, que se constituiu numa unidade administrativa independente dentro da capitania de Minas Gerais (PERIDES, 1995).

[262] Com a fundação das companhias privilegiadas de comércio e o controle de toda vida econômica nacional, buscou-se, de fato, a maior eficiência do Estado português na economia, tornando-se este o grande agente do desenvolvimento (IGLESIAS, 1992)

[263] Segundo NOVAIS (op.cit.,p. 199), em 1784, os ingleses chegaram a ousar propor uma associação entre os dois reinos, visando um comércio direto entre eles.

a montagem de centros nevrálgicos de representação direta do aparelho do Estado Absolutista em âmbito regional e a maior proteção militar das rotas de circulação[264] e linhas de fronteiras litorâneas e internas[265].

No plano político, portanto, a reforma organizadora começou com a transformação do Brasil em vice-reinado[266], a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763) e a transnformação das capitanias particulares (hereditárias) em capitanias do Estado português[267]. Nos territórios avançados de conquista sobre terras espanholas do interior continental, foram criadas novas capitanias do Estado, gerais e subalternas. As capitanias ligadas à mineração ficaram sob o controle direto da metrópole, através da criação da Intendência das Minas[268] (Figura 16).

Esse modelo monopolista e racionalista de administrar e comercializar, resultante da reforma pombalina, foi altamente urbanizador, em termos de criação de vilas[269], já que, necessitou da cidade como suporte[270].

O desdobramento extensivo da ordem colonial no território deu-se com a implantação de núcleos urbanos secundários de controle, geralmente as sedes de capitanias.

---

[264] A construção de fortificações militares passou a atribuir, desde então, o caráter de fronteiras militares, àquelas construídas entre os dois reinos ibéricos. Trazia a idéia de fronteira fechada, dividindo povos limítrofes, como grupos antagônicos (MILIA, 1994).

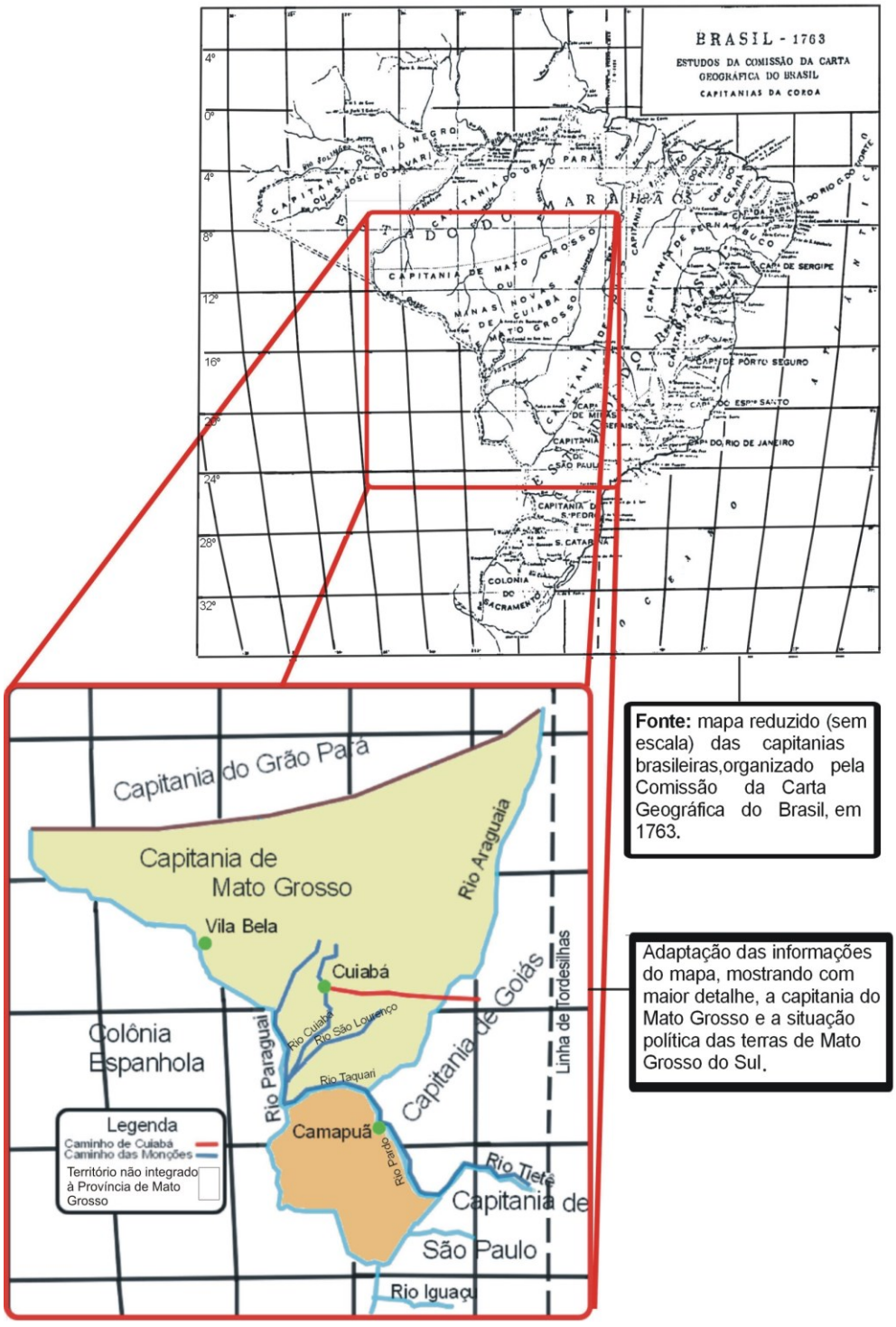
[266] O título de vice-rei, já começou a ser dado aos governadores gerais da colônia, desde 1718. Mas, as atribuições da reforma foram realmente conferidas, a partir de 1763, ao governador geral sediado no Rio de Janeiro.

[267] O governo readquriu essas capitanias através de diversos mecanismos: compra, confisco, indenização, entre outros. Durante o século XVIII até a criação do Vice-Reinado foram criadas as capitanias estatais de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Existiram, portanto, nesse período, 16 capitanias do Estado. Embora, não houvesse relações de subordinação entre os governadores das capitanias e nem em relação ao governador geral, manteve-se a linha de ordem de importância das capitanias oficiais, estabelecidas no final do século XVII. Desse modo, havia as capitanias gerais, administradas por governadores que tinham o título de capitães-gerais, e as capitanias subordinadas, onde o título recebido era o de capitão-mor. Eram consideradas gerais as capitanias do Grão-Para, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás (PERIDES, 1995).

[268] Essa nova administração mais controlada, de caráter rígido e altamente fiscalizador, não se compatibilizou com a anterior delegação de poderes à iniciativa privada, exigindo uma primeira separação, dentro da colônia entre o público e o privado. No conjunto, surgiu um aparelho estatal de maior proporção, com um polo controlador, tendo como suporte, o fisco, a justiça e a força militar, desdobrado em níveis regionais.

[269] No século XVIII, especialmente sob o reinado de D.José, no período pombalino, segundo Azevedo (1994, p.41) foram criadas 118 vilas e 57 povoações em todo Brasil-colônia. Só a capitania de Mato Grosso ganhou quatro vilas: Cuiabá, Vila Bela, Vila Maria (Cáceres) e São Pedro del Rei (Poconé).

[270] Mas, por outro lado, o caráter latifundiário e de relações escravistas não conduziam à urbanização. Desse contexto, resultaram algumas poucas cidades brasileiras de grande porte, que também serviram de moradia para alguns fazendeiros. Tratava-se o que Mamigonian (1982) denominou de fenômeno brasileiro da macrocefalia.



Fonte: mapa reduzido (sem escala) das capitanias brasileiras,organizado pela Comissão da Carta Geográfica do Brasil, em 1763.

Adaptação das informações do mapa, mostrando com maior detalhe, a capitania do Mato Grosso e a situação política das terras de Mato Grosso do Sul.

FIGURA 16 - Capitania de Mato Grosso em 1763

Por outro lado, povoados foram nascendo espontaneamente junto ao campo e às jazidas minerais, aglutinando pessoas e exercendo a função de entreposto comercial, administrativo e militar[271],articulados aos centros secundários.

No caso de Mato Grosso, Cuiabá tinha se estruturado como maior aglomeração populacional da capitania[272], embora não fosse sua sede política. A área de mineração era o único ponto aglutinador de colonizadores do centro do continente, nessa época. Em 1774, do total de população existente na capitania, 90,4% estava concentrada junto a dois lugares, Cuiabá e Vila Bela. Ao sul, o relativo abandono do caminho das monções não havia permitido o crescimento das duas paragens (Camapuã e Beliago).

O rompimento do Estado com a Igreja expressou-se de várias maneiras, na nova ordem pombalina: lenta organização da estrutura religiosa[273]; preponderância da religiosidade leiga entre os colonizadores da capitania[274]; predominância do poder temporal (homenagens aos lugares e nomes de personalidades do estado-português) sobre os religiosos

[271] Os poderes do Estado português foram sendo delegados aos governadores das capitanias estatais, contribuindo para o estabelecimento de uma política administrativa de caráter regional, reforçadas por uma maior articulação político-administrativa entre as capitanias subalternas e sua capitania geral, exceção feita àquelas ligadas à atividade mineradora, de característica mais nacional. A política de fortalecimento dos governadores se fez em detrimento da autoridade do governo geral da colônia e dos governos locais, resultando numa sucessiva decadência das autoridades das Câmaras Municipais. Houve ainda intervenção no processo eletivo dos componentes do Conselho da Câmara Municipal, sendo indicados pela Coroa, dois "juízes de fora" como seus representantes diretos, no lugar dos anteriores juízes eleitos pela aristocracia rural. Criou-se, desse modo, um poder público ampliado, separado da ordem privada, e em relativa contradição com ela, sendo que o poder público foi ganhando encargos cada vez mais amplos. Estava assentado em três formas de controle: fiscal, da justiça e militar (PERIDES, 1995)

[272] Em 1774, o Censo populacional desenvolvido pelo governador Albuquerque apontou 9.375 habitantes para Cuiabá, enquanto que a capital, Vila Bela, contava com 4.797 pessoas. Juntas, tinham um total de 15.670 pessoas. Não estavam incluídas a população da fazenda Camapuã e do Registro de Insua, mas estavam algumas missões indígenas constituídas, onde se destacava a Missão Indígena da Chapada e a da Cachoeira do Balsemão (RIBEIRO, 1993, P.77).

[273] Conforme HOORNAERT (1994), com a expulsão dos jesuítas e o fortalecimento do poder temporal sobre o espiritual, o clero secular passou a atender somente à administração de alguns sacramentos considerados obrigatórios, ou seja, batismo, casamento, confissão no tempo pascal e missa funeral. Nas vilas, o ínfimo contingente de religiosos do clero secular tomava conta das confrarias, paróquias e interior do país. Visitavam com uma certa regularidade, as capelas das pequenas aglomerações, a cavalo ou carregados em redes por escravos. Tinham a função de manter a unidade dessas aglomerações, através da chama religiosa, ministrando-lhes os sacramentos. Essa atribuição cabia ao baixo clero (párocos e capelães).

[274] Assim, as ordens leigas foram as formas mais comuns de manifestação religiosa, trazendo no bojo, as diferenças de classe social. A população colonizadora preponderante nas minas e nas áreas agrícolas era preponderantemente de mestiços (tanto crioula como mameluca) e negros. Em Cuiabá ergueram-se várias igrejas do Rosário, manifestação da classe européia detentora do poder administrativo, além da Igreja São Benedito, das irmandades negras. Mas em função da predominância de pardos, muitos templos foram erigidos na capitania buscando a proteção de Nossa Senhora da Conceição. A principal característica materializada dessa manifestação foi a inexistência de conventos (HOORNAERT, op.cit.).

na nomenclatura dos fortes instalados[275]. Mas, a mentalidade religiosa dos leigos, diante das dificuldades encontradas no confronto com o racionalismo pombalino, expressou as contradições entre Estado e Igreja, através da arte barroca das construções e das esculturas, manifestada na Europa no século anterior.

O traçado urbano de um modo geral exibia alinhamento de ruas e disposição das edificações, mas adaptadas às condições topográficas do terreno[276]. Já, as povoações junto a alguns fortes, quando planejadas sistematicamente nas fronteiras, diferente das outras povoações, expressaram a racionalidade estratégico-militar.

As forças militares foram ficando cada vez mais sob o comando direto da metrópole, ao mesmo tempo, perdendo seu caráter privado. Assim, declinou o poder das Ordenanças, em favor do crescimento das Milícias[277], sendo essas forças complementadas pelas tropas regulares metropolitanas[278]. No mar, contava-se com a proteção da poderosa

[275] Assim, surgiu o forte Coimbra, como forma de homenagem à cidade portuguesa; a povoação de Albuquerque, em homenagem ao nome do governador da capitania, Luis de Albuquerque Melo e Cáceres; o forte Príncipe da Beira, porque sua planta fora copiada do palácio Penalva do Castelo da região portuguesa de Beira-Alta; o forte Viseu, lugar onde estava construída a Penalva do Castelo que foi copiada na construção do Forte Príncipe da Beira e distrito de nascimento do governador Albuquerque; Ladário em homenagem à vila portuguesa de nascimento do governador Albuquerque; Cáceres, em homenagem ao nome do mesmo governador; Insua em homenagem à Penalva do Castelo, chamada em Portugal de Casa da Insua (RIBEIRO, 1993).

[276] O Forte Príncipe da Beira foi uma das obras de melhor expressão barroca, construída sob o modelo transportado do Palácio de Beira-Alta, a Penalva do Castelo. Cuiabá e vila Bela foram os melhores exemplos de riqueza em manifestação arquitetônica e urbanística do período barroco, com maior ornamentalismo das edificações e traçado de concepção mais medieval com ruas estreitas, acompanhando as curvas da topografia do terreno, sem preocupação com hierarquização viária. Cuiabá expressou um crescimento populacional e territorial mais expontâneo, pouco planejado, que foi se adaptando à natureza das condições topográficas dos terrenos (ADONIAS ET ALII, 1993).

[277]Os maiores contingentes milicianos, conforme Sodré (1997, *passim*), passaram a se concentrar junto às áreas de mineração, na função do exercício da tributação e do acompanhamento do transporte do ouro (evitando sua evasão), da guarda dos registros de passagem obrigatória, ganhando posição social de destaque. Tornou-se uma força voltada à fiscalização e repressão das ações dos colonos mineradores. A Milícia foi se tornando uma organização de caráter permanente, tendo o contingente de postos inferiores a oficiais recrutados na colônia e os altos comandos confiados a portugueses, como cargos delegados diretamente pela Coroa e monopólio dos emigrados lusitanos. Nas áreas de maior força de coerção, a Milícia chegou a ganhar grande proporção, com tendências repressivas, exclusivistas e discriminatórias com relação ao colono, opondo-se a ele e gerando contradições e fazendo emergir um sentimento de anticolonialismo entre os colonizadores, transformando-se em idéias cada vez mais coletivas, que passaram expressar interesses contraditórios àqueles ligados aos negócios metropolitanos. Nas áreas de conflito do sul, diante das especificidades com que se revestiram a "Questão do Prata", as Ordenanças ainda continuaram a preponderar como forças militares.

[278] Com a atividade mineradora, o alvo de assaltos da potência rival da Inglaterra, a França, passou a ser o Rio de Janeiro, obrigando as autoridades a criar no litoral uma nova estrutura de defesa militar, de caráter moderno e baseado no ensino sistemático e de forças militares terrestres mais eficazes (SODRÉ, 1997).

Armada Inglesa[279]. Foi melhorada a defesa litorânea com sistemas militares[280], ao mesmo tempo, desdobrando-se o modelo para as fronteiras internas[281]. Nesse sentido, as fronteiras internas foram sendo guarnecidas de destacamentos militares, a partir de 1760[282], balizando o percurso dos rios.

Tratou-se, portanto, de um período de coerção militar do Estado, no controle da produção, circulação de mercadorias e definição dos limites internos entre as capitanias, junto às principais rotas de circulação, assim como na demarcação de fronteiras, com defesa militar sistematizada.

A rede de presídios foi utilizada como sustentáculo dessa nova ordem, com unidades situadas em locais estratégicos das rotas de circulação, especialmente naqueles de maior fricção. A estratégia adotada para a defesa territorial interna também incluía as rotas de maior circulação.

Iniciou-se, através desse modelo, o esboço da colonização militar, com base na guarnição e povoamento, balizando as fronteiras e garantindo a posse das terras. Definiam-se estrategicamente, também, a local de passagem obrigatória dentro do continente, ocupando-os com destacamentos militares ao lado de uma povoação.

Nesse processo de estruturação da segurança militar da colônia, foram de grande valia para o Estado português, tanto a atuação dos experientes bandeirantes no

[279] Já em 1738, o ensino militar sistemático tinha se tornado obrigatório, com aulas de Artilharia e mais tarde também de Arquitetura Militar. No Rio de Janeiro foi criada a Real Artilharia de Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (SODRÉ, 1997).

[280] Os primeiros cuidados tomados no governo de Pombal, deram-se com relação à reforma e construção de fortes litorâneos e à constituição de um corpo de cavalaria acoplado ao esquadrão de guarda ao vice-rei, com base nas experiências francesas.

[281] Os conflitos freqüentes gerados nas fronteiras internas do continente, após o fracasso do trabalho das comissões de demarcação, e o Tratado de El Pardo anulando aquele de Madri, levaram o marquês de Pombal a optar pela implantação de fronteiras militares internas, desdobrando o modelo utilizado no litoral para o interior e constituindo novas comissões demarcadoras.

[282]Dentro da capitania, esse arranjo significou uma primeira forma de estruturação periférica da colônia, com a concentração demográfica e social ocorrendo através da interação em locais, ligados a uma forma de nodalidade ainda dispersa e diminuta. No entanto, a aglomeração tornou-se a outra forma estratégica de controle por parte dos centros metropolitanos, tomando a forma de um conjunto de atividades ligadas por um centro geográfico aparelhado para esse fim.

reconhecimento do território[283], como dos oficiais sistematicamente preparados pelo Estado para ações de defesa militar[284].

A principal preocupação dos administradores da capitania de Mato Grosso, mantida durante todo o período pombalino, foi a proteção da bacia Amazônica do acesso espanhol, junto às minas de Guaporé. Assim, a partir do governo de Luis de Albuquerque, as fortificações[285] passaram a ser construídas e as defesas montadas com base na sistemática da engenharia militar[286], mantendo-se a sede da capitania, Vila Bela[287], junto à fronteira de atrito.

Mas, também foram consideradas providências importantes, o maior controle das rotas internas de circulação e a definição dos limites com as capitanias vizinhas, tanto as do norte e oeste[288], como de Goiás a leste, assim como a definição e a defesa do

[283] De um lado, a experiência que os bandeirantes paulistas tinham acumulado em relação à interiorização e reconhecimento territorial, em áreas ainda desconhecidas, inóspitas e perigosas. Transformaram-se, nesse período, em verdadeiras linhas de frente no reconhecimento de rios, de novas rotas e abertura de caminhos, assim como altamente eficazes no enfrentamento de missões jesuíticas fronteiriças e como expedições na implantação de fortes e povoações. Suas ações de reconhecimento territorial foram transformadas em verdadeiras missões prestadas ao Estado. Vale aqui lembrar, por exemplo, a atuação das bandeiras lideradas por Manuel Felix de Lima e João de Souza Azevedo, em 1748, quando foi desmembrada a capitania, no reconhecimento dos rios Guaporé e Madeira e das nascentes do rio Paraguai e de todo leito do rio Tapajós. Também dos irmãos Leme na viabilização da rota do Pardo/Taquari e da implantação da fazenda Camapuã, a tomada das.Missões espanholas da região do Guaporé por Bento de Oliveira em1761, o reconhecimento do rio Paraguai até o Guaporé e o estabelecimento de povoação em Albuquerque, pelo sertanista João Leme do Prado (Ver SOUZA, s.d e GIMARÃES, 1999).

[284] Por outro lado, os novos militares portugueses oriundos do ensino sistemático da Real Academia Militar, contribuíram na eficácia da defesa territorial portuguesa, como elementos integrantes das comissões demarcadoras de fronteiras, e como estrategistas no planejamento e controle de sua fortificação e defesa posterior das mesmas. Esses técnicos militares e outros ligados a levantamentos e pesquisas, em missões de Estado, também tiveram importância, pelos relatórios de viagem apresentados, sob a forma de informações sistematizadas sobre o reino, a exemplo de Lacerda e Almeida e Ricardo Franco.

[285] O primeiro governador e capitão-geral da capitania de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, tendo em vista a continuação dos desentendimentos observados no tratado de El Pardo, iniciou o processo de fortificação das fronteiras junto a um dos mais importantes pontos de atrito entre missões indígenas espanholas e mineradores portugueses. Em 1761, instalou-se à montante da confluência dos rios Mamoré e Guaporé a Guarda de Santa Rosa Velha. Em 1762, após o Tratado de El Pardo, foi transferida duas léguas acima e transformada no Forte Nossa Senhora da Conceição. Em 1774, construiu-se outro Registro nas nascentes do Jauru, onde tinha sido descoberta uma trilha utilizada pelos espanhóis, dando acesso às suas missões, em São Rafael, através do Passo das Pitas, atravessando a região montanhosa do Alto Paraguai. Tentou-se, desse modo, impor um controle mais rigoroso à passagem do ouro e dos viajantes que saíam da capitania. Em 1776, nesse mesmo lugar, diante do avanço das missões jesuíticas espanholas, foi construído o Forte Príncipe da Beira, sob a concepção militar de Vauban. No mesmo ano, fundou-se o Forte Viseu, junto às novas jazidas descobertas às margens do rio Corumbiara, afluente do rio Guaporé, o forte Viseu. Nesse caso, deve-se consultar a obra de RIBEIRO (1993) e FONSECA (1880).

[286] Nesse processo, o administrador continuou se utilizando do reconhecimento da área, feito por sertanistas experimentados em enfrentar condições inóspitas, mas apoiado no planejamento estratégico de técnicos militares formados na Real Academia Militar, atuando como forças oficiais superiores, que tinham acompanhado as comissões demarcadoras. Foram os casos, por exemplo, de Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, oficiais superiores da Real Academia Militar que atuaram no planejamento e controle dos fortes Coimbra, Albuquerque e Miranda (SOUZA, s.d.).

[287] Junto às minas de Guaporé, a primeira providência de Pombal, em 1752, foi a de transformar a povoação de Nossa Senhora da Conceição em sede da capitania, sob o novo nome de Vila Bela da Santíssima Trindade. (RIBEIRO, 1993).

[288] Os limites norte foram definidos por aquele que a capitania de São Paulo já possuía em relação à capitania do Maranhão, correspondendo hoje, aos limites entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia, com os Estados de Amazonas e Pará. À oeste ficava o rio Guaporé, até a confluência do Mamoré, indo pelo rio Madeira até o seu afluente Javary, na fronteira com o vice-reinado do Peru, da colônia espanhola, onde estavam as Missões Jesuíticas de Mochos e Chiquitos (FONSECA, 1880).

extremo sul do território[289].

No caso das áreas litigiosas do sul da capitania, a estratégia pombalina foi a de estabelecer guardas avançadas junto às principais rotas fluviais de acesso, tanto pelo rio Paraguai, como pelo Paraná, entre 1767 e 1775[290], com a construção de fortificações, ao estilo do litoral. Surgiu assim, a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres junto ao rio Iguatemi em 1767[291] e o presídio de Coimbra em 1775. O plano estratégico incluiu ainda a construção, mais tarde, de um destacamento militar na fazenda Camapuã, compondo uma triangulação na defesa territorial das terras que se pretendia preservar (GUIMARÃES, 1999). No entanto, as fortificações foram alvos de freqüentes ataques dos gentios.

Enquanto a questão fronteiriça não foi resolvida, manteve-se oficialmente o caminho das monções como limite sul da capitania do Mato Grosso[292]. Desse modo, as terras ao sul ainda não estavam integradas politicamente ao território da colônia.

Cuiabá foi se estruturando como maior aglomeração populacional da capitania. O povoado ficou inicialmente conhecido como arraial da Forquilha. Mas quando foram encontradas novas jazidas em áreas próximas, em 1723, ali refundaram o povoado com o nome de Bom Jesus (RIBEIRO, 1993).

A capitania de Mato Grosso, sob as ordens do governador, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, a partir de 1771, ainda na época pombalina, continuou a receber fortificações. Mas, as primeiras providências, deram-se no sentido de resolver as questões de fronteiras internas à colônia, já que os limites do sul da capitania não tinham sido bem definidos, desde o desmembramento da capitania do Mato Grosso, em

---

[289] Os locais de instabilidade e de incertezas com relação às linhas de fronteira foram chamados pelos alemães de "região de fronteira" e pelos espanhóis de *raya.* Em função disso, de acordo com Martin (1994.) surgiu a diferença entre dois conceitos; o de limite e o de fronteira. O conceito correspondente à linha demarcatória, à "fronteira linear", geográfica, ficou sendo o de "limite", enquanto que a faixa fronteiriça passou a corresponder ao conceito de "fronteira". Essa última é onde deveria se exercer o conjunto de estratégias de defesa territorial.

[290] Nesse sentido, em 1767, por ordem de Pombal, o governador de São Paulo enviou expedição de reconhecimento e construiu um presídio junto ao rio Iguatemi em 1767 (ADONIAS ET ALII, 1993), enquanto Luís de Albuquerque, o governador de Mato Grosso, construiu em 1775, junto ao rio Paraguai, o presídio de Nova Coimbra (GUIMARÃES, 1999).

[291] Por ordem de morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho, governador da capitania de São Paulo, foi instalado um forte militar nas nascentes do rio Iguatemi, junto de onde fora implantado um marco de fronteira pela comissão demarcadora em 1753. Na realidade, o governador de São Paulo, ao implantar nas nascentes do rio Iguatemi a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres (fortificação) e a povoação de Iguatemi, deu continuidade a um processo de fortificações iniciada nas terras do atual Paraná, então pertencentes àquela capitania, visando resguardar-se das investidas espanholas nas antigas áreas das missões jesuíticas, principal zona de conflito resultante do Tratado de Madri (CAMPESTRIN E GUIMARÃES, 1991).

[292] A definição do extremo sul da capitania de Mato Grosso deu-se em 1761, tomando-se por referência, o "Termo de Acessão" de 1750, que definia os limites com Goiás e a rota Rio Pardo/Taquari. (FONSECA, 1880)

relação àquela de São Paulo, em 1748[293]. Os limites estabelecidos cortaram ao meio as áreas de jazidas minerais descobertas e exploradas.

2.5.1.2 Aprofundamento da articulação regional do Brasil-colônia no abastecimento das minas

As populações das áreas de mineração ficaram numa situação de forte dependência do abastecimento de outras regiões do Império. A atividade que desenvolviam não era agrícola e os escravos estavam mobilizados na exploração das minas. O abastecimento a partir das áreas litorâneas foi se tornando impraticável, devido à longa duração das viagens. Muitos víveres se estragavam ao longo do percurso. O gado acabou se tornando a solução mais rápida e viável no fornecimento de alimento[294].

As áreas do entorno das jazidas passaram a incorporar a criação de gado, somente após o estabelecimento do caminho terrestre de Goiás. Assim, no mesmo ano de abertura do caminho, em 1737, entrou o primeiro gado paulista para a região de Cuiabá. Por outro lado, a abundância de cavalos e mulas nas áreas missioneiras de Moxos, Chiquitos e Paraguai, estimulou, como no sul da colônia, o comércio e o roubo transfronteiriço desses animais[295]. No entanto, inicialmente, essa produção não foi suficiente para abastecer a população da capitania.

Os altos preços conferidos ao gado para obtenção da carne estimularam a expansão da pecuária. Inicialmente, o gado em pé vinha tanto do Nordeste[296], como dos

---

[293] Em 1750, as duas capitanias já tinham assinado um primeiro "Termo de Acessão", aceitando por limites, segundo nos informa J. Severiano da Fonseca, da Foz do rio das Mortes (no Araguaia) até o rio Pardo (no rio Paraná) e as serranias de Água Branca, Santa Maria, Sellada e Caiapó, portanto as terras do nordeste do atual Estado do Mato Grosso do Sul pertenciam a Goiás. Mas, somente em 1761, é que passaram a ser propostos os limites assinalados no referido "Termo de Acessão", durante o governo de Luiz Pinto de Souza Coutinho, definindo como limite sul da capitania de Goiás, o rio Pardo (FONSECA, op. cit.).

[294] A expansão territorial dos currais de gado foi facilitada pelos bandeirantes paulistas, conhecedores das necessidades das populações mineiras e experientes no processo de desbravamento e conquista de novos territórios, que se tornaram a franja do avanço das novas fronteiras pecuárias em direção ao vale do rio São Francisco (SIMONSEN, 1969)..

[295] Em 1737, o sertanista Ignácio Pereira Leão, ao abrir um caminho terrestre de Cuiabá à foz de Jauru, também buscou um caminho para as missões de Chiquitos. Em 1771, segundo alguns historiadores, já se teve notícia de um importante comércio de gado cavalar da população mineira da capitania do Mato Grosso com aquela das missões espanholas de Moxos.

[296] Vinha especialmente das áreas criatórias do Nordeste, voltadas ao abastecimento dos moradores dos territórios de produção de cana-de-açúcar. O produto era levado sob a forma de "gado em pé" (boiada), por vaqueiros montados em cavalos ou mulas, configurando os chamados "caminhos dos currais" (SIMONSEN, 1969). No caso de Cuiabá e Vila Bela, a boiada vinha pelo caminho de Goiás da região da bacia do rio São Francisco, junto das áreas de exploração da capitania de Minas Gerais (PRADO JR, 1996).

campos de Curitiba, através da "Vacaria"[297]. Mas, a distância cada vez maior da área de consumo, foi viabilizando o transporte da carne sob a forma de charque, transportado por tropas de burros, incorporando os fornecedores sulistas[298]. Por força das solicitações dos colonizadores de áreas mineiras, outros elementos da economia das fazendas de gado foram sendo transformados em mercadorias de alto valor, como foram os casos dos cavalos e mulas[299].

As condições em que se organizaram as atividades dos estancieiros (climas, tipos de pastos, facilidade de domesticação do gado selvagem abundante nas áreas fronteiriças e relações de produção[300]), acabaram por tornar esses criadores mais competitivos no mercado interno[301]. A articulação com a região sul passou a ser feita através de rota terrestre ao longo

[297] A área conhecida como "campos de vacaria", onde se encontrava solto e em estado selvagem, o gado remanescente das antigas missões jesuíticas de Guairá, entre os rios Ivinhema e Pardo, também recebeu, segundo SIMONSEN (op.cit., p.162) bandeirantes paulistas, nesse período, tanto na organização das atividades de pouso de viajantes, exercidas em Camapuã, como na função de "paragens" para o gado conduzido à área de mineração, ou mesmo de currais para amansar o gado remanescente das missões. O mesmo autor resgatou um documento do governador da capitania de São Paulo, de 1725, D. Rodrigo César de Menezes, (op.cit.,p.161), permitindo aos moradores dos currais de gado do sertão de Curitiba usar a Vacaria como "paragem" do gado conduzido, como amansar o gado ali existente para o abastecimento das minas de Cuiabá. Em 1770, Morgado de Mateus, o governador da capitania de São Paulo, segundo Holanda (op.cit.,p.264) referiu-se a essa rotas como tradicionalmente antigas e ainda freqüentadas por alguns raros comerciantes de Curitiba Segundo o autor, morgado de Mateus, tinha verificado a rota num velho mapa.

[298]As fazendas de gado do nordeste expandidas em direção a essas áreas, não foram inicialmente suficientes para abastecer os dois tipos de áreas produtoras da colônia, mineração e produção de cana-de-açúcar. Os preços estimuladores dos produtos alimentares dinamizaram novas frentes de expansão de criação de gado, oriundas das estâncias sulinas, especialmente a partir do segundo quartel do século XVIII. Essas áreas de criação também foram estruturadas por bandeirantes paulistas que haviam se transformado, por incentivo do império, em "arreadores" do imenso contingente do gado selvagem de pastagens naturais das antigas missões espanholas, organizando-se posteriormente em estancieiros de gado e produtores de charque e couro de boi (SIMONSEN, 1969).

[299] O charque e os cavalos e mulas oriundos do sul, atingiram a capitania de Mato Grosso, através de Sorocaba, entrando em Minas Gerais e daí, pelo caminho de Goiás até Cuiabá. O caminho do Tietê/Pardo/ Taquari, também chegou a ser utilizado por alguns poucos tropeiros no transporte dos cavalos, muares e "charque", que afluíam para a "feira de Sorocaba" (próxima a Porto Feliz), embora com menor intensidade (SIMONSEN, op.cit.).

[300] A atividade criatória, pela sua origem e característica, não foi organizada com base nas relações escravistas. No nordeste, segundo Simonsen(op.cit.,p.153), essa organização em áreas de sesmarias, deu-se com base na força de trabalho livre, exercida pelos mestiços. No sul, o trabalho dos índios cavaleiros charruas foi importante, pela sua habilidade em se mobilizar atrás do gado, montado sobre cavalos, mas rebeldes à escravidão. Tornou-se mais difícil o controle de uma mão-de-obra tão móvel no território para exercer o apresamento e criação. A nova situação levou à adoção de uma nova racionalidade na organização das relações de trabalho, resultando em parceria. O criador comerciante passou a entregar ao vaqueiro, parte do gado apresado ou multiplicado. Dentro de cada unidade produtiva de gado, procedia-se ao cultivo de produtos alimentares básicos à sustentação dos seus ocupantes.

[301] Os criadores do sul passaram a destinar o gado criado para dois fins, abastecer o mercado externo em couros e o mercado interno em "charque", e se tornaram altamente competitivos em relação aos criadores nordestinos. Já eram exportadores do couro de boi, quando passaram a expandir o abastecimento do mercado interno em charque. O abate de boi para obtenção do couro tinha sido iniciado no início do século, antes mesmo do começo da indústria do charque, visando principalmente a embalagem do rolo de fumo e a constituição dos "surrões" de açúcar, destinados à exportação, levando o couro a valer cerca de metade do preço do boi. A partir de 1761, um decreto real veio favorecer a exportação do couro também para o exterior (SIMONSEN, op.cit.).

do litoral, passando por Sorocaba, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso[302]. No entanto, os rios da bacia do Paraguai começaram a ser vistos como um dos caminhos mais curtos e acessíveis, para se atingir o interior do continente, a partir do Sul, no transporte do charque.

Desse modo, foram emergindo no espaço da colônia, regiões economicamente diferenciadas e articuladas entre si pelo comércio interno, garantindo maior unidade ao território. No conjunto do Brasil-colônia, somente a Amazônia não chegara a se integrar às outras regiões, pela articulação do comércio interno, tendo ficado à margem do sistema e entrando comercialmente, na órbita direta do reino português.

2.5.2 Crise da mineração e novas reformas iluministas portuguesas

No conjunto do sistema internacional capitalista, o antigo sistema baseado no regime colonial tinha se tornado parte do todo, um sub-sistema articulado a todo o conjunto.

Dois acontecimentos, ou seja, a Guerra dos Sete Anos (1763)[303] e a Independência dos EUA (1776)[304], segundo Novais (1995, p.115), foram fundamentais para deflagrar o surgimento de tensões causadoras de perturbações graves às colônias americanas dos reinos ibéricos, colocando em risco e, finalmente, desintegrando o sistema[305].

---

[302] A forte dinamização da circulação desses novos produtos, em escala colonial, resultou no aparecimento de centros nevrálgicos de comercialização, as "feiras de gado", que apareceram no Nordeste, Minas Gerais e São Paulo, favorecendo a acumulação primitiva também dos negociadores que se fixaram nesses locais, propiciando uma posterior urbanização, assim como a articulação entre diferentes fragmentos do território colonial, favorecendo a integração. Também os cavalos e mulas tornaram-se mercadorias de valor, na medida em que foram sendo adotados como meio de transporte e utilizados nas áreas de extração mineral e nos engenhos de açúcar.

[303] A Guerra dos Sete Anos ao mesmo tempo em que ampliou a supremacia dos ingleses no mar e estimulou a supremacia da França no continente europeu, colocou a Inglaterra como aliada de Portugal, e a França como aliada da Espanha, determinando uma nova forma de confronto, acirrando as fricções entre portugueses e espanhóis, na delimitação das fronteiras entre as duas colônias dentro do continente americano (NOVAIS, 1995).

[304] Com a independência dos EUA, os ingleses acentuaram a penetração comercial nas colônias ibéricas, tanto via metrópoles européias, como através do contrabando. Na medida em que as atividades contrabandistas foram se mostrando insuficientes para o escoamento de sua produção fabril, mais predominaram formas de pressão inglesa no sentido de dificultar o comércio independente dessas colônias e de minar o sistema colonial ibérico. O outro lado da consequência da independência norte-americana, foi a receptividade da idéia do racionalismo crítico ao regime colonial, engendrando os movimentos de independência (NOVAIS, op.cit.).

[305] Os acontecimentos ligados à Guerra dos Sete Anos foram engendrando perturbações no sistema colonial polarizado pelo reino português, diante da tentativa dos ingleses em ampliar seus negócios junto às colônias, de forma a ameaçar o equilíbrio do sistema, rompendo-se, segundo Novais (ibidem, p.116), com a independência dos EUA em 1776. De fato, as tensões dentro das colônias ibéricas foram ampliadas diante desse acontecimento político, ameaçando a ruptura do pacto colonial. A crise do sistema colonial transformou-se também em crise do Antigo Regime, uma vez que a independência dos EUA representou o rompimento do primeiro elo do sistema colonial, afetando todo o arcabouço e seus princípios de regulação, dados pelo Regime Colonial (NOVAIS, *ibidem*).

A produção aurífera tinha conhecido uma fase evolutiva, segundo Simonsen (op.cit., *passim*) entre 1700 e 1770, especialmente a partir de 1720 e 1726, quando da contribuição das minas de Mato Grosso e Goiás, conhecendo o seu auge entre 1735 e 1766. A partir daí, passou a declinar rapidamente, até se tornar diminuta no final do século XVIII. Mas esse tinha se tornado o século de maior fartura para os cofres portugueses, constituída não só dos rendimentos do ouro e dos diamantes, como também de outros lucros ligados a esse crescimento[306], com base nas reformas pombalinas (1750-77). No último quartel desse século, no entanto, especialmente após a guerra da independência americana (1776), com a emergência do fenômeno industrial inglês, vários artigos coloniais conheceram alta dos preços[307].

Mesmo com o declíneo da mineração, os produtos brasileiros chegaram a responder por mais da metade do comércio exterior de Portugal. Mas, após o Tratado de Methwen de 1703, os portugueses conheceram a concorrência dos tecidos ingleses, perdendo a chance de se industrializar, tornando-se definitivamente uma nação agrícola, baseada na produção vinícola. O ouro do Brasil foi passando das mãos portuguesas às dos ingleses, em função do desequilíbrio na balança comercial, favorável a estes últimos.

As idéias racionais iluministas, se antes haviam conduzido o processo da reforma administrativa e esforço de recuperação econômica do sistema colonial, especialmente no governo de D. José I, com as políticas de Pombal, acabaram se transformando em ameaça ao Regime Colonial. Na realidade, passaram a se irradiar de dentro do sistema, negando a fase anterior, exigindo maiores reformas dentro dele[308].

Os teóricos esforçaram-se mentalmente, no sentido de apresentar resultados que pudessem conciliar os interesses emergentes da colônia e as necessidades do reino, de modo a evitar o fim do regime colonial e a submissão da economia portuguesa aos interesses dos ingleses.

---

[306] SIMONSEN (op.cit.,p.264) cita a intensificação da importação de escravos e os direitos auferidos sobre o tráfico, os lucros obtidos com monopólio do sal, sabão e tabaco, os impostos sobre a circulação de mercadorias dentro da colônia.

[307] Sofreram valorização no mercado internacional, o algodão, o fumo, o açúcar, o azeite e as barbatanas de baleia (NOVAIS, 1995).

[308] O fenômeno da "viradeira" em Portugal, que derrubou o marquês de Pombal de seu cargo governista, segundo NOVAIS (op.cit.,p.224) significou uma maior integração do pensamento português às linhas do reformismo ilustrado. Ocorreu principalmente nos reinados de Dona Maria I e do príncipe regente D. João, tendo a Academia Real de Ciências de Portugal, como principal centro de manifestação intelectual.

Resultou na idéia da expansão da indústria manufatureira portuguesa, baseada no abastecimento brasileiro em produtos primários, para fazer frente à indústria inglesa, dando-se continuidade à política de industrialização deflagrada durante o período pombalino[309].

Na realidade, o pensamento da intelectualidade portuguesa caminhou no sentido de incentivar a produção colonial, ao mesmo tempo em que propunha a realização de reformas no reino, de modo que esse pudesse se beneficiar dos estímulos dados à colônia. Foram dados incentivos à ampliação e aperfeiçoamento do cultivo dos antigos produtos agrícolas e à introdução de novos produtos tropicais voltados ao abastecimento de Portugal[310]. Por outro lado, também se procurou incentivar a diversificação da produção de subsistência dos colonizadores dentro das próprias unidades de produção voltadas à exportação[311].

Essas novas idéias significaram mudança de comportamento em relação à economia do Brasil-colônia. Passou a haver interesse em inventariar as riquezas tropicais, ao mesmo tempo estimulando a recuperação de áreas e produtos já cultivados e extraídos, tanto através de aperfeiçoamento técnico do processo produtivo, como da diversificação dos produtos exportados. Essas idéias transformaram-se em políticas de incentivos.

Após 1776, procedeu-se aos levantamentos das condições naturais e econômicas, tanto no território do reino, como no da colônia. Nas áreas periféricas fronteiriças, esses levantamentos foram realizados pelos técnicos e militares que acompanharam as comissões demarcadoras. Na capitania do Mato Grosso, destacaram-se os

---

[309] Nesse sentido, o pensamento ilustrado português foi se tornando cada vez mais voltado ao aprofundamento da complementaridade entre as economias da colônia brasileira e do reino português (NOVAIS, 1995).

[310]Foi quando se sugeriu ao vice-rei da capitania do Rio de Janeiro a implantação do Jardim Botânico, e ao governador da capitania de Mato Grosso, a viabilização do escoamento da produção ao reino, pelo Pará. Surgiram isenções para a entrada de alguns produtos em Portugal, como o anil, arroz, cochonilha, ipecacuanha. Foram concedidos empréstimos, visando o fomento de atividades ligadas à cultura do linho, cochonilha e caneleiras e à introdução de produção de drogas orientais (anil, pimenta, canela). Houve esforços no sentido de aperfeiçoar o processo produtivo da cana, com introdução de adubos, arados puxados a boi, assim como do açúcar, com melhoramentos nas máquinas de engenho e fornos (NOVAIS, op.cit.).

[311]Os incentivos à produção, no Brasil-colônia, deram-se tanto com relação à quantidade como à qualidade e diversidade. Incentivou-se tanto o aperfeiçoamento dos cultivos de antigos produtos, como a possibilidade de se buscar novos produtos tropicais de aceitação no mercado. Para esse fim, foram criadas políticas de isenção de entrada nas alfândegas do reino e domínio, como de preferência na aquisição dos produtos vindos da colônia (anil, arroz, por exemplo). Não só se procurou ajustar a política tarifária ao esforço de dinamização e diversificação, como foram criadas políticas de empréstimos para o fomento das culturas e estudos dos problemas técnicos que envolviam as produções (como as que foram feitas para o tabaco, mineração, algodão, por exemplo), enviando posteriormente, peritos para o monitoramento do processo produtivo. Ocorreram incentivos tanto com relação aos produtos de exportação como com relação à introdução de novos cultivos de subsistência. Assim, a partir de 1793, passou-se a obrigar os senhores de engenho e cultivadores de arroz e os pequenos proprietários agrícolas a plantar mandioca. Novais (op.cit.,p. 263), refere-se ao incentivo à introdução da mandioca, para suprir a escassez de farinha-de-mandioca, voltada principalmente à alimentação do escravo e da cultura do trigo no Rio Grande do Sul (NOVAIS, ibidem).

levantamentos de viagens, realizados pelo astrônomo Lacerda e Almeida[312] e pelos oficiais militares, os engenheiros Ricardo Franco e Joaquim José Ferreira[313].

No setor comercial, as reformas iluministas da Coroa portuguesa, deram-se no sentido do repasse da exclusividade do comércio colonial do Estado à iniciativa privada, privilegiando a ação da burguesia mercantil portuguesa, com a extinção das companhias de comércio.

Por outro lado, o Brasil ganhou um grande peso no comércio de Portugal em relação às outras colônias, como fornecedor, enquanto a Inglaterra tornou-se a mais importante compradora dos produtos tropicais exportados por Portugal. O superavit português com as nações européias, portanto, passou a se basear na diferença de preços obtidos junto aos produtos coloniais e os conseguidos nos mercados internacionais (NOVAIS, 1995).

O mercado interno, iniciado pelas atividades mineradoras, pela forte presença de colonizadores aglutinados em torno de algumas vilas isoladas, cresceu, mesmo com o período de decadência da economia desse setor, em função da recuperação econômica promovida pela metrópole, ampliando a articulação entre as diferentes regiões econômicas. Portanto, nesse período, principalmente entre 1787 e 1796, a produção do Brasil-colônia se dinamizou, promovendo a recuperação da produção colonial, principalmente através da diversificação dos setores produtivos.

O dinamismo proveniente dessa nova política colonial portuguesa resultou na coexistência de dois tipos de comerciante português, o grande comerciante de produtos coloniais tradicionais e o de produtos coloniais novos, ligados ao exclusivismo colonial[314].

---

[312] O astrônomo Lacerda e Almeida, segundo NOVAIS (op.cit.,p.226) teria elaborado o primeiro relatório desse tipo, publicado com o nome "Diário de Viagem", em 1790, sobre a capitania do Mato Grosso. Os outros dois outros militares oficiais componentes da comissão demarcadora, engenheiro Ricardo Franco e o sargento-mor Joaqim José Ferreira, ambos diplomados pela Real Academia Militar, elaboraram um relatório sob o nome de "Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso".

[313] Da mesma forma, foram realizados pesquisas e inventários, visando descobrir novos produtos utilizáveis. A partir de 1798, vieram instruções do reino ao vice-rei, conde de Rezende, no sentido de persuasão aos agricultores pelo uso de bois e arados para o cultivo, pelo método do aproveitamento do bagaço de cana na queima das fornalhas dos engenhos de açúcar, diante das costumeiras resistências. No mesmo ano, foi solicitada ao vice-rei, a introdução de novos produtos na economia de exportação de produtos primários (NOVAIS, op.cit.)

[314] Na segunda categoria estavam incluídos comerciantes nascidos em Portugal e comerciantes nascidos na colônia brasileira. Assim, continuou atuando no mercado, a classe comercial tradicional, constituída por um pequeno número de grandes capitalistas privilegiados tradicionais, ligados ao comércio internacional dos antigos produtos coloniais de mercado certo, acostumados aos grandes lucros com pouco trabalho, por meio de monopólios e contratos. Esses antigos comerciantes privilegiados por práticas monopolistas reinvestiam seus lucros em um pouco de comércio e em terras de culturas, tendo uma fraca taxa de retorno. A segunda categoria foi a classe emergente de comerciantes que experimentou arriscar-se apenas nos negócios ligados ao Brasil-colônia, operando em condiçõesde exclusivismo colonial, com os novos produtos de exportação, ainda sem concorrentes no plano internacional. Ela foi se expandindo, na medida em que foi ocorrendo a abertura do comércio entre o Brasil e Portugal (NOVAIS, *ibidem*).

Apesar do esforço português com relação às políticas de incentivo, como forma estratégica de recuperação econômica, as reformas foram pouco profundas, no sentido de enfrentar a concorrência dos preços cada vez mais decrescentes dos produtos industrializados ingleses, penetrando a economia do Brasil-colônia, através de atividades contrabandistas. Desse modo, ficou frustrada a tentativa de promoção da industrialização portuguesa, para recuperar a defasagem que separavam sua economia dos centros mais desenvolvidos da Europa. A proteção inglesa, ao mesmo tempo, além de dificultar o processo de autonomização de Portugal, o colocou em confronto ao expansionismo francês.

Desse modo, embora no conjunto houvesse um movimento de prosperidade, contribuindo para a ampliação dos negócios portugueses de exportação na Europa, com tendência superavitária, o reino português foi se tornando deficitário nas relações comerciais com a colônia. Evidenciou-se um crescimento mais significativo para a economia de exportação de produtos primários do Brasil-colônia do que para a indústria manufatureira de Portugal, que passou a ser esmagada pela concorrência dos baixos preços dos manufaturados ingleses.

O amplo mecanismo de aceleração da acumulação ocorrida com o Sistema Colonial foi, de fato, se constituindo em fator de passagem para o capitalismo industrial[315]. Mas, a Revolução Industrial operada na Inglaterra, a partir de 1790, condenou o antigo Sistema Colonial à desagregação. As relações Portugal e Brasil foram sendo alteradas, na medida em que ambos foram sendo incluídos na nova malha do sistema capitalista industrial (NOVAIS, 1995).

A crise foi provocada de fora para dentro do sistema, levou Portugal a depender excessivamente do Brasil para obter a tutela inglesa, ao mesmo tempo em que foi transferindo os excedentes acumulados para a Inglaterra. Não adiantava recuperar apenas a metrópole, sem a colônia, sob o risco de comprometer todo o sistema. Assim, o desenvolvimento de Portugal passou a depender de sua integração com a colônia, não só como forma de preservação da metrópole econômica, como também da soberania política do Estado português (NOVAIS, op.cit.).

---

[315] Os portugueses foram compensando as perdas, com pagamento em moedas de ouro, de modo que o capital acumulado com a economia colonial foi sendo repassado aos ingleses, adeptos do monometalismo do ouro como padrão de moeda. Desse modo, estancou-se o surto industrialista português, implicando numa nova fase negativa de sua economia (Idem, ibidem).

Nessa situação de conjuntura do sistema colonial português, deu-se a vinda da família real portuguesa para o Brasil, um incidente da Revolução Francesa na esteira da Revolução Industrial inglesa e da Independência dos EUA[316], causando ruptura do antigo sistema e do regime colonial e a inversão do antigo pacto colonial, com a colônia transformando-se em sede do governo imperial, assimilando a metrópole[317] e o Brasil internalizando o polo comercial.

Para salvar o sistema, a colônia passou a sediar a metrópole, assimilando-a e sendo modernizada por ela. Desse modo, num momento de fase expansiva do capitalismo industrial, a crise vivida pelo regime colonial, exigiu reformas de ajustamento aos novos impulsos partidos do centro de dinamismo inglês, sendo comandadas na e da colônia, operando-se o que a Inglaterra[318] denominou de "inversão do pacto".

Diante da abertura dos portos ao mundo, os ingleses procuraram assegurar privilégios especiais, levando os portugueses a assinarem com eles os Tratados de Aliança, Comércio e Navegação em 1810[319], que contribuíram na maior vinculação comercial desse país com o Brasil, ao mesmo tempo em que se aprofundou a ruptura dos liames coloniais com Portugal. Nesse sentido, as incompatibilidades do sistema colonial à nova ordem industrial (exclusivismo colonial, escravismo) foram sendo aos poucos, superadas, sob o comando da própria metrópole portuguesa, dentro do Brasil. Novos mecanismos e instrumentos foram sendo construídos para fins de ajustamento aos comandos do centro dinâmico industrial inglês.

---

[316] RANGEL,op.cit., p.17.

[317] NOVAIS, op.cit., p.301.

[318] Idem, 1995, p. 302.

[319] Esses tratados incluíram dois acordos: estabeleceu a tarifa prioritária de 15% *ad valorem* sobre os produtos ingleses, os de origem portuguesa 16% e os outros 24% ,e permitiu que os ingleses só fossem julgados no Brasil por juízes também ingleses (NOVAIS, op.cit.).

CAPÍTULO 3

INTEGRAÇÃO POLÍTICA AO TERRITÓRIO NACIONAL

3.1 Sistematização das fronteiras militares e o apoio dos indígenas na defesa do território despovoado

3.1.1 Consolidação da indústria inglesa e a internalização do polo comercial no Brasil

A abertura dos Portos ocorreu em 1808, sob a iniciativa da Coroa, reagindo às provocações oriundas da Inglaterra. Deu origem ao primeiro elemento da sócio-economia brasileira, o aparelho de intermediação mercantil de iniciativa privada, ligada diretamente ao capitalismo industrial nascente[320]. Portanto, houve a internalização do polo mercantil, situado antes na metrópole portuguesa.

A classe de comerciantes que operava com exclusividade somente no circuito da colônia brasileira com a metrópole, com produtos coloniais novos, tornou-se fortalecida em relação aos tradicionais comerciantes de atuação mais internacional.

Embora, o comércio fosse o setor dinâmico da economia da colônia, ativador do polo comercial ligado ao mercado externo, a sociedade colonial tinha sido tradicionalmente estruturada, em torno da fazenda de escravos, para onde convergiam as outras formações sociais, tornando-se a classe dos senhores de escravos a representante desse

[320] Distinguia-se do anterior aparelho de mediação da Coroa portuguesa, já que esse, anteriormente, vinha ocorrendo através de uma concessão de serviço público a uma empresa monopolista, como algo externo à formação sócio-espacial brasileira. Houve, desse modo, um processo de rompimento com o capitalismo mercantil português, buscando-se a gravitação direta em torno do centro industrial mais avançado (RANGEL, 1981).

polo econômico interno[321].

As outras formações sociais[322] convergiram para se submeterem à predominância do escravismo[323], organizado em torno da economia de exportação, dotando desse caráter o sistema colonial como um todo. Sendo assim, as duas classes sociais mais visíveis passaram a ser os senhores e os escravos, o polo principal das atividades econômicas da colônia.

Nesse sentido, o polo externo da economia brasileira ficou sob a ação da classe emergente e progressista dos comerciantes, unida aos tradicionais senhores da terra, de quem adquiriam os produtos de comercialização interna e externa e a quem abasteciam de escravos. As duas classes sociais, eram representantes, portanto, dos dois pólos da economia (agrícola e comercial). A classe tradicional dos senhores da terra representava o polo interno mais antigo[324] e a classe emergente dos comerciantes, o polo externo recém-instalado[325].

Nessas condições, a hegemonia política coube à tradicional e experiente classe dos senhores da terra, que por estar acoplada aos interesses da progressista classe comerciante, foi a sua patrocinadora, enquanto os seus interesses econômicos foram complementares[326].

---

[321] O polo interno, constituído pela preponderância das relações escravistas, tendo como classe dominante, o senhor de escravo, configurou-se em duas estruturas integradas, regidas por dois princípios diferentes. A estrutura econômica dominante interna, constituída pela organização do processo produtivo das sesmarias, ganhou características escravistas, regidas por princípios do Direito Romano. Mas, a classe detentora desse sistema econômico escravista, o senhor de terras, comunicou-se externamente com a metrópole, através de uma a rede de vassalagem que se irradiava do monarca português, regulado por princípios e instituições feudais (RANGEL, op.cit.).

[322] Haviam sido constituídas, ao longo do processo de constituição e estruturação do sistema da colônia várias formações sociais pré-feudais, desde a comunidade primitiva dos índios, passando pelo escravismo, teocracia nas missões jesuíticas, patriarcalismo (dos Ramalho, dos Caramurus), até mesmo agricultura do tipo familiar e independente dos açorianos do litoral. Também não faltaram formas de retorno às condições pré-escravistas, como a dos índios das missões às anteriores aldeias, ou dos negros escravos aos quilombos e de avanço feudal, como no caso das relações parceria utilizada nas áreas de criação de gado. Segundo RANGEL (1981, p.11), a teocracia dos jesuítas e o patriarcalismo foram formas incipientes de escravidão.

[323] O polo econômico interno brasileiro tinha sido estruturado, sob a hegemonia da fazenda escravista (RANGEL, op.cit.),. O processo de ocupação e posse territorial até o fim do regime colonial, regido pela contingência e acaso, resultou em algumas diferenciações internas, diante das especifidades de condições, dadas em cada lugar e momento, dando origem a uma formação sócio-espacial pluriparticular, constituída de várias formações sociais pré-feudais organizadas no nível da estrutura econômica, sob a predominância das relações de produção escravistas.

[324] Segundo RANGEL (1981), o polo interno, estruturado basicamente em torno da fazenda de escravos, internamente escravista (relações de trabalho), mas externamente feudal (nas relações de vassalagem do senhor de escravos com o rei de Portugal e depois o imperador do Brasil).

[325] Conforme RANGEL (op.cit.), o polo externo, estruturado em torno das relações econômicas com o centro dinâmico industrial, passou a contar com o capitalismo comercial no lado interno, acoplado ao capitalismo industrial no lado externo (Inglaterra).

[326] RANGEL, op.cit.,p. 18.

Já a classe de comerciantes, a mais dinâmica, ao mesmo tempo em que contribuía na articulação entre as diferentes regiões de produção dentro do Brasil-colônia, fortalecendo a soldadura do território, articulava e ajustava a economia brasileira aos impulsos e regulações de um novo centro dinâmico do capitalismo internacional, o inglês.

Portanto, a formação sócio-espacial brasileira, oriunda da integração dialética com as formações sócio-espaciais européias e sob a impulsão destas, no final do regime colonial[327], passou a contar com uma estrutura econômica e social bipolar, com os polos ligados dialeticamente entre si, cada um sendo constituído de dois lados, com modos de produção específicos.

3.1.2 Despovoamento e ajustamentos da economia portuguesa ao novo centro dinâmico do sistema capitalista

Diante da crise da mineração e das modificações econômicas introduzidas por Portugal, durante esse momento de tensões causadas pelo capitalismo industrial, e o ulterior processo de Revolução Industrial na Inglaterra, ondas migratórias importantes, mas paulatinas, passaram a ocorrer em direção às áreas agrícolas, principalmente do litoral, resultando numa nova redistribuição do povoamento[328].

Minas Gerais continuou sendo a capitania mais populosa, concentrando cerca de 500.000 habitantes[329], enquanto a de Mato Grosso tinha se esvaziado[330]. À medida

---

[327] Cf. idem,1981, pp.18 e 19).

[328] Os territórios, onde se praticara a mineração, com o processo de despovoamento, até o final do século XVIII e início do século XIX, não apresentaram mais que um quinto da população brasileira, ou seja, cerca de 600.000 habitantes (PRADO JR., 1996).

[329]Os núcleos de povoamento de Minas Gerais em torno das explorações auríferas da Serra do Espinhaço continuaram sendo os principais da capitania, convergindo, em grande parte, para o Rio de Janeiro, já que entre essas duas áreas havia sido estabelecido a via mais importante de comunicação dentro do Brasil. Multiplicou-se aí, segundo PRADO JR Jr (op.cit.p.50), o número de aglomerações próximas umas das outras: Vila Rica, São João, São João-del-Rei, as cidades de Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe, arraial do Tejuco (Diamantina). Em torno desse núcleo principal, surgiram núcleos secundários em torno de outras (minas: Minas Novas, Minas de Rio Verde, Minas de Itajubá, Minas de Paracatu).

[330] Já a capitania de Goiás, que constituíra o segundo principal núcleo de povoamento do Brasil, esvaziara-se rapidamente, chegando a conter apenas cerca de 50.000 habitantes, agrupando-se, principalmente no sudeste da capitania, no divisor de águas entre o rio Tocantins e Paranaíba. Para a capitania de Mato Grosso, onde o afluxo fora muito menor, segundo PRADO JR (op.cit.,p. 58) a decadência foi mais acentuada e rápida. As principais concentrações populacionais tinham ficado em torno de apenas dois núcleos: o de Cuiabá, o mais importante, e o de Mato Grosso (Vila Bela), a população, não chegava a 30.000 habitantes. O nordeste semiárido, cuja expansão populacional no território, dera-se através da prática da pecuária, irradiando da Bahia e Pernambuco, e com pequenas áreas de mineração no sul da Bahia (Jacobina e rio das Contas), de forma rala e muito irregular, concentrando-se mais junto aos rios perenes e às cacimbas (olho d'água), sofrera a concorrência das áreas do sul nos fins do século XVIII. No sul, o povoamento era mais escasso e rarefeito que aquele do nordeste. A

que ia se dando a decadência da atividade mineira, e diante da nova política de recuperação econômica, foi ocorrendo um movimento populacional centrífugo, ou seja, para as áreas de agricultura e pecuária, especialmente do rio das Velhas e bacia do rio Grande[331], visando o abastecimento do Rio de Janeiro.

A capitania de São Paulo começou a ganhar novo dinamismo nesse final de século XVIII, em torno de áreas de cultivo de cana-de-açúcar (Piracicaba, Mogi-Guaçu, Jundiaí e Porto Feliz), com a vinda de migrantes das áreas centrais e mesmo da Europa. Da mesma forma, o Rio de Janeiro, recebeu um forte contingente populacional oriundo das Minas Gerais, como também do exterior, principalmente por conter o principal porto de exportação[332].

3.1.2.1 Expansão da pecuária e extrativismo no Mato Grosso

As jazidas de mineração, principalmente as da capitania do Mato Grosso, esgotaram-se muito rapidamente[333], mergulhando tais áreas do interior do Brasil numa grande crise.

Além do ouro e diamante, os moradores remanescentes da capitania do Mato Grosso buscaram alternativas de sobrevivência. Mas as áreas de mineração no Brasil, dificilmente coincidiram com ambientes de solos férteis, dificultando a continuidade dos

---

população estava, concentrada nas estreitas faixas de campos junto às áreas litorâneas, embora separada do mar pelas formas de relevo elevadas: os campos de Curitiba, sertão de Lajes (Santa Catarina) e campos de vacaria (Rio Grande do Sul). Praticara-se também alguma agricultura e a exploração da erva-mate. Na Amazônia, tanto para efeito da colonização, como de comercialização, o rio Amazonas tornou-se o eixo principal. O povoamento tomou o aspecto linear, na forma de núcleos ribeirinhos, junto a entroncamentos da rede fluvial, emoldurados por um conjunto de fortificações fronteiriças. Chegara a concentrar, no entanto, cerca de 95.000 habitantes até o final do século, concentrados, sobretudo, junto à foz do rio Amazonas, em torno do porto de exportação. A prática de exploração de produtos tropicais novos (cacau, café, anil, algodão) permitiram algumas infiltrações pelos rios Negro e Branco, em clareiras da floresta (PRADO JR, 1996).

[331] Com o fim da mineração, as áreas agrícolas e de pecuária de Minas Gerais avançaram do vale do rio São Francisco, tanto ao norte dos centros mineradores, no rio das Velhas, como ao sul, na bacia do Rio Grande, constituindo a comarca do Rio das Mortes (incluindo a bacia do Rio Grande com os tributários: Mortes, Sapucaí e Verde) onde havia pequenos centros mineradores locais em decadência. Nessa região do sul de Minas, as condições locais foram bastante favoráveis ao progresso da pecuária e de alguma agricultura, tornando-se competitiva em relação àquelas do sul (Curitiba e Rio Grande do Sul), como abastecedora da população do Rio de Janeiro (PRADO JR, op.cit.).

[332] O campo dos Goitacazes tornou-se um dos principais centros de produção agrícola do Brasil-colônia. Esse deslocamento das áreas de mineração do interior para as áreas agrícolas litorâneas, favorecendo os portos de exportação, também atingiram outros núcleos de adensamento, como na Bahia, Pernambuco, Maranhão (PRADO Jr, ibidem).

[333] Segundo SIMONSEN (1969), as minas descobertas em Cuiabá em 1721, por exemplo, já apresentaram sintomas de esgotamento em 1732. A partir de 1734 e na década seguinte, novas jazidas foram encontradas (serra de Mato Grosso, São Francisco Xavier, Santana, Guaporé, Carambicuá, São José dos Cocais). Além do rápido esgotamento, as agressões dos índios paiguás e guaicuru, traziam perturbações à circulação dos produtos e pessoas no território, havendo necessidade de se buscar caminhos alternativos pelo norte (por Belém e depois por Goiás).

povoamentos instalados, de forma tão isolada, em territórios considerados ermos, os sertões brasileiros.

Mas, os incentivos do reino português na produção agrícola e o mercado de consumo das novas áreas adensadas de um lado, e as novas demandas oriundas da Inglaterra de outro, incentivaram a população remanescente da capitania de Mato Grosso, na extração da poaia para exportação, assim como na concretização e expansão de fazendas de pecuária e agricultura em áreas de sesmarias, como economia de substistência.

Estruturaram-se a partir desses novos ajustamentos da economia regional, portanto, dois circuitos comerciais, um para o mercado externo e outro para o interno. Da floresta amazônica, entre cercanias de Cáceres ao sudoeste de Cuiabá até as encostas da serra dos Parecis e vertentes do rio Guaporé, nas cabeceiras do rio Paraguai, área de ocorrência da "mata da poaia[334]", procedeu-se à coleta da ipecacuanha para a exportação[335]. Para o mercado externo, voltaram-se ainda, o couro de gado e alguns produtos obtidos da fauna natural (pele de onça e de veado). Mas, diferentemente do porto exportador do Rio de Janeiro, essa nova economia não conseguiu transcender a crise aurífera. A alta proporção de população escrava não garantiu o dinamismo de um comércio interno de fornecimento de bens.

Parte da população remanescente dos arredores de Cuiabá organizou fazendas de criação sobre áreas de sesmaria, segundo Correa Filho (1955) ao longo da estrada para Vila Bela e acompanhando os cursos d'água até o rio São Lourenço. À medida em que ocorria o despovoamento, as cabeças de gado que foram se multiplicando, ultrapassaram as necessidades regionais, induzindo os criadores a buscar escoadouros para novas áreas de consumo.

---

[334] Conforme IBGE (1975) e Mamigonian (1986, p. 56), "poaia" passou a ser o nome vulgar da ipecacuanha brasileira, uma planta de valor medicinal, de porte herbáceo, um pouco arbustiforme (30 a 50 centímetros de altura), de caule lenhificado, com raízes tuberosas de 20 a 40 centímetros de comprimento. De seus tubérculos são retirados alcalóides, principalmente emetina. É, portanto, considerada uma importante erva emética (provoca vômito) da flora brasileira, propriedade conhecida de longa data pelos indígenas. Pela sua importância como recurso medicinal, passou a dar nome à floresta de ocorrência. Na natureza, os frutos dessa planta são colhidos pelo "poaieiro", pequeno pássaro que os come, espalhando depois as sementes com as fezes. O pássaro tornou-se o principal indicador da presença da poaia na intrincada floresta. As propriedades dessa planta tornaram-se conhecidas entre cientistas europeus, durante os séculos XVII e XVIII, sendo primeiramente extraídas da mata Atlântica no litoral brasileiro. O emprego mais comum da emetina na Europa passou a ser contra a desinteria amebiana. Foram os povoadores de Diamantino, de lavras decadentes, os primeiros a se ocuparem da atividade extrativa da ipecacuanha ou poaia, colocando seus escravos nessa lida, expondo-os às altas periculosidades e a problemas de saúde. Abriam clareiras, derrubando árvores com machado, a partir das quais iam abrindo caminho com facão, em busca das plantas, sendo as mesmas retiradas com ajuda do saracuá (ponteiro de aço ou madeira).

[335] Fonseca (1881).

3.1.2.2 Povoações indígenas fortificadas na defesa territorial

O processo de fortificação fronteiriça do lado brasileiro tinha atingido o rio Miranda e forte Coimbra, ficando desabastecido, no entanto, daí até o Fecho dos Morros[336]. Mas a nova conjuntura econômica levava à valorização de novos recursos naturais do continente tropical, que ainda poderiam ser inventariados e comercializados para a metrópole industrial.

A partir de então, o território ganhou novo significado, passando a ser percebido como fonte de recursos naturais, de modo que as terras ao sul do caminho das monções também atraíram o interesse português. As novas estratégias de defesa militar sistematizada, adotadas pelos portugueses, com apoio de tribos indígenas reunidas através de missões religiosas franciscanas, num território praticamente vazio de colonos portugueses, foram fundamentais para dotar a colônia de uma primeira conformação territorial.

Em 1777, os reinos da Espanha e Portugal, numa nova tentativa de conciliação, assinaram o "Tratado de Santo Ildefonso", voltando a prevalecer os princípios do *uti possidetis,* estabelecidos no anterior Tratado de Madri[337]. Desse modo, o rio Paraguai e o Guaporé continuaram a ser as divisas entre a colônia espanhola e a capitania de Mato Grosso[338]. No entanto, os novos desentendimentos entre os dois reinos, quanto ao processo de demarcação dos limites a partir dos rios da bacia do Paraná e Paraguai, levaram à suspensão dos trabalhos[339].

---

[336] Essa foi a área destinada à segunda comissão mista de demarcação de limites. Essas comissões foram organizadas em divisões, sendo que cada divisão contava com um comissário, um geógrafo e um prático de cada reino. O seu trabalho constava da demarcação no terreno, dos limites definidos no artigo VI do Tratado de Madri de 1750. Em casos de dúvida, a instrução era a de conservar ao reino de origem, as terras já ocupadas.

[337] As delimitações do Tratado de Madri alteraram-se no Sul, ficando a colônia de Sacramento e os Sete Povos das Missões com a Espanha, o limite sul máximo em Chuí, no lugar de Castilhos; no oeste em vez do Ibicuí o limite passou a ser o rio Peperiguaçu (afluente do rio Uruguai); no norte, as modificações cobriram a área entre o rio Japurá e Negro. Foram criadas dessa vez, quatro comissões demarcadoras: a primeira operaria do Chuí ao Iguaçu; a segunda da foz do Igureí (afluente do rio Paraná, abaixo do rio Iguatemi) ao Jauru (afluente do rio Paraguai); a terceira daí até o rio Japurá; e a quarta de Japurá até o rio Branco.

[338] Os espanhóis entendiam que Coimbra e Albuquerque, por estar junto à margem ocidental do rio Paraguai, estavam foram dos domínios lusitanos, entendimento não aceito pelos portugueses (SOUZA, s.d.).

[339] Segundo Guimarães (1999), os componentes espanhóis da Comissão Demarcadora, especialmente o geógrafo Felix Azara, deixaram dúvidas com relação à posição ocupada pelo rio Igureí, afluente do rio Paraná. Segundo os termos do Tratado de Santo Ildefonso, as nascentes desse rio encontrariam as nascentes de um afluente do rio Paraguai, com o nome de Corrientes. Pelo entendimento espanhol, o rio Igureí poderia ser o rio Ivinhema e a contravertente o rio Miranda, com o qual não concordaram os portugueses. Diante do impasse, e da necessidade de realizar o acordo fronteiriço, os vice-reis do Brasil e do Prata, reconheceram condicionalmente as divisas pelo rio Iguatemi, onde já haviam sido construídas as fortificações das duas colônias, único marco de referência fronteiriça, até que fosse encontrado o rio Igurei. Segundo Guimarães (1999)**,** o rio Igureí teria sido reconhecido somente em 1783, pelo sertanista paranaense, coronel Cândido Xavier Almeida, embora continuasse a não ser aprovado pelos espanhóis. Do lado brasileiro, na Comissão Demarcadora, responsáveis pela partição que faria o

Por outro lado, nesse período de esvaziamento das pequenas povoações estabelecidas próximas às áreas de mineração, tornou-se fundamental, por parte da Coroa portuguesa, a vigilância das fronteiras da colônia, no combate às investidas dos espanhóis e ao contrabando inglês[340], especialmente junto às rotas comerciais, mantendo-se, portanto, o processo anterior de fortificações.

Junto à região de mineração, novas povoações foram organizadas, tanto junto às fortificações como simples aglomerados em torno de capelas, voltadas à criação de gado[341]. Mas, as tentativas de povoamento agrícola com mineradores cuiabanos, ao sul, não obtinham sucesso, em função da vigilante guarda indígena dessa área, feita especialmente pelos guaicuru e paiaguás. No entanto, o interesse pela busca de novos produtos tropicais para exportação e a necessidade de um porto fluvial de exportação, no final do século XVIII, foi fundamental para que os portugueses buscassem avançar a colonização ao sul da capitania, ultrapassando o caminho das monções.

Os conflitos entre a Inglaterra e a Espanha do final do século XVIII e início do XIX, só fizeram recrudescer as questões das fronteiras internas entre as duas colônias ibéricas, implicando no contínuo reforço das fortificações.

Diante das dificuldades de manutenção dos colonos nos pontos fortificados do rio Paraguai, ao sul de Cuiabá[342], buscou-se aplicar a experiência da colonização do litoral de Santa Catarina, com casais portugueses, na constituição da povoação de Albuquerque (Corumbá), em 1778. Os espanhóis, como antes, responderam com a guarda indígena a essa estruturação expansiva portuguesa, especialmente na defesa das terras ao sul do rio Miranda e rio Ivinhema.

---

levantamento de Assunção até as nascentes do rio Jauru estiveram o astrônomo português Francisco José Lacerda e Almeida e o tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra.

[341] Rio acima foi construído, em 1778 o Presídio de Vila Maria, na atual localidade de Cáceres e em 1782, o Presídio de São Pedro Del Rey, onde é hoje Poconé (RIBEIRO, 1993). Essa linha de fronteira fortificada em relação à colônia espanhola, no interior do continente, teve continuidade ao norte, guardando as nascentes dos rios amazônicos e áreas de jazidas auríferas e diamantíferas, onde se podem incluir as fortificações de Tabatinga, São Gabriel, São José de Marabitanas e São Joaquim (HOORNAERT, 1994).

[342] Junto ao rio Paraguai, no forte de Albuquerque, em 1776, no tempo do marquês de Pombal, o sertanista João Leme do Prado, recebeu incumbências estatais, através do governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, de dotá-lo de aglomeração, via incentivo à vinda de casais de Cuiabá, visando o cultivo agrícola em pequenas propriedades. Nesse sentido, o sertanista tentou encontrar, além de um lugar estratégico do ponto de vista militar para a instalação e um presídio, enviando um croqui cartográfico de seus levantamentos à Coroa portuguesa, também terras agricultáveis para a instalação da povoação de agricultores. A pequenina povoação dera-se sob a invocação da proteção de Nossa Senhora da Misericórdia. O ato oficial de fundação ocorreu, no entanto, em 1778, com a presença de um sargento-mor vindo de Portugal para assumir o comando da praça militar, Marcelino Rodrigues Camponês (SOUZA, s.d.).

Os insucessos com a colonização por casais, junto aos fortes fronteiriços do sul da capitania, foram decisivos para uma mudança de estratégia na defesa portuguesa, ou seja, a introdução de táticas militares sistematizadas, organizadas por altos oficiais portugueses e a divisão das forças indígenas, buscando índios aliados[343].

A primeira tentativa de aliança foi com os índios canoeiros guatós, ferrenhos inimigos dos paiaguazes. Mas, diante da defesa militar sistematizada, adotada pelos engenheiros militares, a resposta foi também o arrefecimento do ataque dos índios guaicuru e paiaguás, até o seu completo recuo. Desse modo, até 1790, os índios paiaguás já tinham abandonado a circulação pelos rios da bacia do Paraguai na capitania do Mato Grosso, e recuado para o sul do Fecho dos Morros, em áreas da província do Paraguai, até próximo de Assunção.

Em 1791, os oficiais dos Presídios de Coimbra e Albuquerque conseguiram um Tratado de Paz com os índios guaicuru , homenageando-os com atribuições de capitães militares de Portugal, estabelecendo com eles, possibilidade de trocas, com cavalos espanhóis. Dessa forma, conseguiram inverter a estratégia espanhola. Estes passaram, lentamente, a se organizar como criadores de cavalos e mesmo gado bovino apresados das antigas missões jesuíticas espanholas, estabelecendo-se no sul da capitania, entre o rio Branco e o Fecho dos Morros, assim como junto ao Presídio de Miranda. A partir de então, paiaguás e guaicuru tornaram-se tribos inimigas[344].

Em 1797, por recomendação do governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, foram apresentados os resultados dos levantamentos realizados pelo engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, com as condições existentes e as novas estratégias de defesa fronteiriça desse território[345], na condição de guarda avançada do sul da capitania, quando foram implantados mais dois presídios, Albuquerque e Miranda[346],

---

[343] Na realidade, pode-se concluir que os portugueses estavam recorrendo às experiências bem sucedidas, de tática de defesa com pouco contingente militar, utilizadas no litoral brasileiro, de suscitar inimizade entre tribos, atraindo para elas, os conflitos, de forma a liquidá-los mais facilmente.

[344] João Henrique Elliot, que acompanhou a expedição exploradora de Francisco Lopes, na metade do século seguinte, relatou a respeito do encontro com os índios guaicuru no Presídio de Miranda, em 1850, observando seu grau de independência e aliança com os brasileiros, ao mesmo tempo de inimizade com os paraguaios (ADONIAS ET ALII, 1993).

[345] Em 1789, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa havia enviado ao Brasil, vários planos de fortaleza. (ADONIAS et alii, 1993, p.43).

[346] Em 1778, foi implantado o Presídio de Albuquerque, e em 1779, o Presídio de Miranda, às margens desse rio, como forma de retaguarda ao Presídio de Nova Coimbra (GUIMARÃES, 1999).

ocupando locais de suporte anterior à ordem colonial espanhola[347].

Diante do fracasso estratégico de defesa fronteiriça apenas com a guarda indígena, no mesmo ano da aliança guaicuru e portuguesa, os espanhóis passaram a recorrer à tática portuguesa de instalação de fortificações, buscando defender como suas, as terras do Sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul, que não tinham sido guarnecidas militarmente pelos portugueses[348].

Do lado brasileiro, as dificuldades estavam ainda em atrair e manter colonizadores nas áreas fronteiriças. Aliando-se a tribos indígenas, os portugueses passaram a fazer uso da tática anterior dos espanhóis, ou seja, organizar povoados com população indígena já existente no lugar, junto aos pontos de fricção fronteiriça. Para esse fim, surgiram missões indígenas franciscanas, junto de fortificações, aplicados a Miranda e Albuquerque[349].

Os novos desentendimentos entre ingleses e franceses refletiram na retomada dos conflitos de fronteira entre as duas colônias ibéricas, resultando em ataque direto dos espanhóis ao forte Coimbra, em 1801[350].

---

[347] Além do presídio de Miranda ter ocupado a antiga Xerez espanhola (FONSECA, 1880), tudo indica, quando se analisa mapas da época, que A lbuquerque ocupou o antigo porto espanhol da Candelária.

[348]O território do sudoeste do atual Mato Grosso do Sul, ao sul do forte Coimbra, conhecida como Itatim, continuava sendo de forte interesse espanhol. Os espanhóis continuaram reivindicando para si, as antigas áreas missioneiras do Itatim e dos morros isolados do sudoeste da capitania, ao sul do rio Branco (ao sul do rio Miranda) e do rio Ivinhema, ocupadas por tribos de índios guaicuru, aliados dos portugueses. Em 1791, foi instalado o Forte Bourbon (depois Olimpo), à margem do rio Paraguai, junto à foz do rio Branco, à montante do Fecho dos Morros em 1792, fazendo guarda espanhola ao sul do forte Coimbra. No mesmo ano, implantou-se o forte de São Carlos à margem esquerda do rio Apa e, mais tarde, o fortim São José, fazendo frente ao forte Iguatemi, no extremo sul da capitania (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991). Em 1796, no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, após reconhecimento do rio Miranda (antigo Mondego), pelo sertanista Leme do Prado, foi fundado o Presídio de Miranda (homenagem ao nome do governador) pelo lado português, ao lado de uma antiga redução indígena jesuítica, Xerez. E, em 1797, o Brasil reforçou militarmente o Presídio de Coimbra, reestruturando-o para se constituir num forte militar, ao lado de uma redução indígena franciscana. Para essas informações consultar SOUZA (s.d.) e GUIMARÃES (1999).

[349] Para o forte de Miranda, erguido em 1797, tinha sido escolhido como sítio, uma antiga área de missão indígena espanhola. Foi estimulada a organização de aldeias indígenas nas redondezas do forte (GUIMARÃES, op.cit.). Por outro lado, a presença de um contingente importante de índios guanás e xamacocos, considerados pacíficos, junto do rio Paraguai, favoreceu a constituição uma missão religiosa próxima ao presídio de Albuquerque. Para esse fim, foi trazido o frei franciscano José Maria de Macerata, que criou a Missão Indígena de Nossa Senhora da Misericórdia em 1819, a 14 léguas à montante do Presídio de Albuquerque, mais tarde, conhecida como Missão de Albuquerque, devido à proximidade da primeira povoação. Em função da repetição do nome, o povoado foi sendo identificado, na colônia, como a Nova Albuquerque (SOUZA, s.d.).

[350] Em 1801, o forte Coimbra foi atacado por cerca de 800 espanhóis da fronteira, a mando de D. Lázaro Ribeira, governador de Assunção, sendo defendido através da utilização de estratégias militares sistematizadas, sob o comando do engenheiro militar português Ricardo Franco de Almeida Serra. Essas novas táticas mostraram resultados em favor da defesa brasileira, mesmo com apenas 100 homens ocupando o referido forte (SOUZA, s.d.).

3.2 Articulação comercial com a região cuiabana e primeiras correntes colonizadoras

3.2.1 Primeira fase depressiva do capitalismo industrial inglês (1815-1848)

A indústria têxtil iniciada na Inglaterra, que caracterizou a primeira fase da industrialização do sistema capitalista, entrou em crise, a partir da década de 20 do século XIX, e mais profundamente, na década de 30, caracterizando a primeira crise recessiva, entre 1815 e 1848.

Quando a indústria têxtil deixou de se expandir, a crise econômica foi profunda[351]. A forte concorrência entre os pequenos e médios produtores conduziu a uma forte queda dos preços dos produtos têxteis, comprometendo os custos de produção. O estado de fome e miséria, causadas pelo desemprego[352], a que se submeteram os trabalhadores, só fez piorar a situação.

Os países europeus relutavam em importar tecidos da Inglaterra, diante do protecionismo estabelecido por ela, emergindo uma onda de nacionalismo. Os países de além-mar não tinham mercado consumidor suficiente para absorver os excedentes (Hobsbawn, 1986). A profunda crise e miséria conduziu a Inglaterra a um período de grande conturbação social, de modo que as grandes massas tornaram-se revolucionárias, provocando grandes transformações sócio-econômicas e políticas.

A minoria rica era constituída de especuladores financeiros, proprietários rurais[353] e mercadores voltados ao comércio internacional.

---

[351] A pobreza a que chegaram os trabalhadores britânicos da época, em função dos baixos salários, contribuiu no estreitamento dos limites às dimensões e expansão do mercado interno para os produtos industrializados. Como a indústria têxtil inglesa tinha surgido, com base em pequenos e médios fabricantes altamente especializados (fio, tecelagem, tinturaria, acabamento, estamparia), a ligação entre eles dava-se através de uma complexa transação individual no mercado. Por outro lado, as unidades produtivas não se apresentavam muito homogêneas do ponto de vista técnico, entre a fase manufatureira e mecânica, criando defasagens produtivas entre um e outro ramo. Convivia com esse sistema produtivo, um conjunto ainda significativo de produtores artesanais domésticos (HOBSBAWN, 1969).

[352] Em 1824, a indústria têxtil de seda de Londres, que chegara a empregar cerca de 50.000 pessoas, nos anos trinta, chegou a desempregar cerca de 30.000 operários (BRESCIANI, 1982, p.32).

[353] A agricultura era o alicerce indispensável ao sistema capitalista industrial (matérias-primas e alimentos para as cidades). Portanto, mesmo, os preços dos produtos agrícolas eram elevados e, a proporção de famílias que se ocupavam da agricultura havia diminuído. Desse modo, os proprietários de terras dominavam a política e a vida social. Mas, com a crise e importação de cereais pelos industriais, essa classe também foi atingida. Ampliaram-se os cercamentos, de modo a predominar a propriedade particular, avançando sobre os antigos campos abertos comunitários, promovendo a expulsão de trabalhadores, piorando o Estado de pobreza e miséria da população. Mas, o fato de ocupar terras, antes não agricultáveis, exigiu métodos sistematizados, para aumentar a produtividade desses solos. A modernização dos métodos de cultivo ampliou a oferta de produtos da agricultura (HOBSBAWN, 1969).

Como as cidades tinham sido o *locus* da atividade industrial e comercial, haviam se transformado também nos principais locais de moradia da população. Desse modo, a cidade industrial do século XIX foi acometida de um exagerado gigantismo urbano, diante de um crescimento demográfico alimentado no forte êxodo rural.

Uma enorme população operária foi colocada nas cidades, sem que essas estivessem estruturadas para acolhê-la. Não foi possível instalar os equipamentos públicos básicos (o abastecimento de água, esgotos sanitários, espaços abertos), na mesma proporção do território ocupado pelas grandes concentrações humanas nas cidades, principalmente de miseráveis, oriundas do fluxo maciço de pessoas vindas do campo. Londres chegou a apresentar quase dois milhões e meio de habitantes[354], vivendo de forma promíscua[355], onde foi se definindo o fenômeno da suburbunização[356].

Foi necessário buscar uma nova ordem, no processo de adaptação da cidade à sociedade que nela habitava. A adaptação se dava agora, não às exigências específicas dos moradores (trabalhadores), mas sim como busca de solução para os homens de indústria e finanças, até então, os elementos mais dinâmicos da cidade.

Viviam-se também na Europa, os reflexos da Revolução Francesa, com a transferência da liderança histórica da aristocracia para a burguesia, apoiado por movimentos populares. As idéias predominantes no campo político passaram a ser a liberdade individual, no campo econômico o *laissez-faire, laissez-passer*, e no campo artístico, a quebra de regras a modelos estabelecidos.

Da razão intuitiva, novamente emergiram as idéias da inteletualidade e dos artistas, no sentido de busca de novos modelos de sobrevivência. Da França, portanto, irradiararam as idéias políticas do liberalismo individual e o gosto artístico romântico[357]. Na

---

[354] Em 1841, contava com 1.873.876 habitantes (CHOAY, 1965).

[355] Resultam em proliferação de cortiços, com as famílias operárias amontoando-se em locais estreitos e sem conforto, ou então em subsolos insalubres. As cidades, além de impregnadas de fumaça e imundície (poluição das águas), tornaram-se focos de epidemias de cólera, febre tifóide, doenças respiratórias e intestinais. Esse fenômeno era tão mais importante quanto importante fosse o nível de industrialização da cidade. Começou nas cidades da Inglaterra, passando depois para as da França e Alemanha (HAROUEL 1990).

[356] Esse fenômeno tornou-se mais sgnificativo, com a instalação de indústrias nos arrabaldes da cidade, que atraíam as classes médias e operárias. Antes os subúrbios eram locais de passeios campestres, onde a aristocracia e a burguesia possuíam castelos e casas. A partir de então, tornava-se um fenômeno de massa, sem conhecer limites (HAROUEL, op.cit.).

[357] Os adeptos do Romantismo voltaram-se para um novo tipo de consumidor de literatura, o burguês novo rico, ainda incapaz de assimilar a erudição clássica, ganhando uma conotação mais popular. Por outro lado, o nacionalismo levou-os à valorização da identidade nacional. A dura realidade urbana os fez voltar para os temas críticos da sociedade e para a valorização de tempos passados e da vida do campo, às vezes com temas de escape da realidade. O subjetivismo e a idéia de

Inglaterra surgiram basicamente duas correntes de idéias, entre os intelectuais, a dos chamados "economistas do bem-estar"[358] e a dos "reformadores sociais"[359], respectivamente das minorias capitalistas privilegiadas e daqueles envolvidos com os movimentos populares dos pobres e miseráveis. Com relação às cidades, emergiram os pensadores progressistas e culturalistas, influenciados respectivamente pelo racionalismo e pelo romantismo.

3.2.2 Movimento de independência nas vizinhas colônias espanholas

Embora a colônia americana espanhola também tivesse sido afetada pelo aparecimento da nova realidade política dos regimes liberais-burgueses, fundamentados nas idéias iluministas, assim como pelo novo pensamento econômico liberal, conheceu um processo diferenciado daquele vivenciado no Brasil, nos movimentos de independência.

A Espanha tinha se aliado à França, motivo que a levara isolar-se de sua colônia nesse período, em função da hegemonia naval dos ingleses nas áreas de além-mar. Como fosse impedida de abastecer suas colônias no final do século XVIII, a Coroa espanhola abriu os portos coloniais aos navios de países neutros em 1797, para continuar seus contatos comerciais através deles. Na realidade, os grandes beneficiários desse processo, foram os EUA e Inglaterra[360].

O isolamento metropolitano aumentou, quando Napoleão Bonaparte forçou a abdicação do rei espanhol Carlos IV e prendeu seu filho, de 1808 a 1815, com a derrota napoleônica. Foi infrutífera a tentativa posterior de restauração da dominação colonial, já que nesse período, as várias regiões coloniais tinham experimentado um processo de autogoverno, com a presença de elites locais.

---

liberdade, levaram os românticos a impor o próprio sentimento, emoção e imaginação, religiosidade, livrando-se das regras estabelecidas (GARDNER, 1995).

[358] Destacam-se entre esses pensadores, David Ricardo, enriquecido com a Bolsa de Valores, e Vilfredo Pareto. Ricardo tinha como preocupação o custo crescente do processo produtivo de alimentos em terra cada vez mais limitada e de solos pobres (terras marginais), emitindo a teoria do valor relativo da renda da terra (diferença de qualidades), excedente apropriado pelos donos da terra e, reconheceu o valor produzido pela força de trabalho. Paredo criou a teoria da otimização, partindo do pressuposto que, o bem estar social dependia da ampliação da satisfação de alguns indivíduos, sem diminuir a de outros (CAPRA, 1995).

[359] Esteve entre eles, segundo Capra (op. cit.) os ingleses, John Stuart Mill, que enfatizou a natureza política de toda forma de distribuição econômica. Karl Marx praticou uma filosofia de ação, de práticas voltadas à mudança da situação, enfatizando a visão de sociedade e da economia, a partir da luta de classes (capitalistas e operários), mas com idéias que permitiram o exame dos processos sociais de modo muito mais amplo.

[360] Os ingleses conseguiram assim, se inserir nos mercados locais mais importantes das colônias hispânicas.

A configuração administrativa colonial dos vice-reinos, com relações diretas com a Coroa e a quase ausência de fluxos comerciais articulando essas áreas administrativas entre si, dificultaram o processo de integração territorial, resultando na fragmentação em vários Estados independentes[361]. Prevaleceram os interesses das oligarquias regionais, fundamentadas na aristocracia rural, que pleitearam o federalismo. Mas, as disputas entre federalistas e os comerciantes unitaristas foram fundamentais na conformação territorial.

Outro fator a contribuir na conformação dos territórios independentes, foi a forma de ocupação colonial. A tendência à concentração em torno das anteriores áreas de mineração, tinha resultado na constituição de alguns raros núcleos urbanos adensados de povoamento, a partir dos quais se dispersavam linhas poucos e distantes de povoados. A partir daí, predominaram extensos territórios vazios até as áreas fronteiriças. Esse quadro de ocupação dificultou o estabelecimento preciso dos limites fronteiriços espanhóis, a não ser nas áreas de conflito com os povoados brasileiros de fronteira.

A Argentina teve sua independência em 1816, pouco depois do Paraguai e antes do Brasil, após a instalação da Junta de Governo, pela dinâmica classe de comerciantes do porto de Buenos Aires. Essa classe preferiu um modelo centralizado de governo, unitário, capaz de articular regiões entre si pelo comércio, mantendo a integridade territorial, interesse que se confrontou com aquele dos proprietários rurais, de tendência federalista. Os fortes conflitos entre unitários e federalistas impediram a manutenção da unificação do antigo vice-reino do Prata, fragmentando-se os territórios do Uruguai, Bolívia e Paraguai.

O Paraguai foi o primeiro a obter autonomia, antes mesmo do Brasil, ou seja, em 1810, sem passar por Guerra Civil[362]. O modelo econômico implantado foi a estatização do sistema administrativo das antigas missões[363]. Esse modelo fugiu ao novo

[361] A classe de comerciantes, dada a sua fraca atuação dentro do mercado interno, não teve força suficiente para realizar a soldadura entre as províncias. Portanto, esta classe não teve força suficiente para dar suporte a um projeto de governo central, na construção de um estado único.

[362] Como exportador de erva-mate, madeira e tabaco, diante da não adesão à Junta de governo implantada em Buenos Aires e do revanchismo argentino em obstaculizar o acesso ao mar, os paraguaios optaram pelo isolamento continental, numa busca de autossuficiência, mesmo porque o acesso a seu território pelos vizinhos também se tornou difícil (POMER, s.d.).

[363] O insulamento do Paraguai permitiu a consolidação de um tipo de economia remodelada a partir das práticas das missões jesuíticas durante o regime colonial. A transferência do monopólio da administração colonial da antiga província espanhola para o Estado garantiu um regime ditatorial liderado por D. José Gaspar Rodrigues Francia, que estatizou o sistema administrativo das missões jesuíticas. As antigas áreas missioneiras foram transformadas em 175 fazendas do Estado (*estâncias de la patria*), voltadas principalmente à exploração da erva-mate, madeira, tabaco, carne e couro. Para esse fim, anexou grande parte dos latifúndios, confiscando-os de particulares e procurando restabelecer as antigas técnicas agrícolas das missões guaranis. As unidades produtivas foram arrendadas aos camponeses ou diretamente exploradas pelo Estado, com mão de obra escrava e trabalho forçado de detentos. Estes receberam junto com a terra, os instrumentos de trabalho. Ver Bandeira (1995) e Pomer (s.d.).

padrão estabelecido pela nova ordem internacional,[364] ou seja, o da especialização da economia para o atendimento da metrópole industrial. Ocorreu crescimento agrícola e mesmo industrial até cerca de 1830, quando a economia começou a evidenciar sinais de estagnação, comprometida pelo regime autárcico, compelindo os paraguaios à busca de mercados externos para seus produtos e a preocupar-se com as velhas questões fronteiriças com a Argentina e Brasil[365].

Com relação à Bolívia, que o Estado argentino também tinha tentado em vão incorporar, demorou muito mais para afirmar-se como Estado, passando por vários conflitos internos e ameaças por parte dos Estados limítrofes em formação[366].Além de deter um território rico em minérios, a Bolívia constituía uma zona estrategicamente colocada entre as duas bacias mais importantes do continente (a bacia do Prata e a bacia Amazônica), e avançava até o litoral do oceano Pacífico[367].

Quanto ao Uruguai, embora os brasileiros tivessem insistido em ampliar sua influência no estuário do Prata, não só em função do controle do polo de comércio platino, o apoio dos ingleses nesse sentido. Eles também tinham fortes interesses no controle do comércio sobre as colônias hispano americanas, através da bacia do Prata. Para dar fim aos conflitos e continuar garantindo a sua influência no estuário do Prata, a Coroa Britânica como

---

[364] As estâncias paraguaias constituíram-se em unidades econômicas, voltadas às atividades agrícolas, criatórias e artesanato, além da manutenção tradicional da exploração da erva-mate, tabaco e madeira para os mercados dos vizinhos fronteiriços. Sua economia não se especializou na produção de matérias primas ou alimentos para a indústria, de forma que o novo modelo não permitiu o fortalecimento da classe dos detentores da terra e dos comerciantes, como nos países vizinhos, sendo fraca a presença de segmentos empresariais. Ao contrário, a economia apoiou-se nos pequenos e médios camponeses, além de artesãos. O Estado, portanto, transformou-se no principal agente de produção e comércio do Paraguai, fomentando e regulando as atividades econômicas tanto das propriedades estatais, como das poucas propriedades latifundiárias remanescentes, com os poucos recursos existentes dentro do país. Reduziram-se os impostos e se aboliu os dízimos eclesiásticos, promovendo-se a alfabetização. Embora a economia se mantivesse pré-monetária, com burguesia escassa, houve integração da totalidade do povo no trabalho, inexistindo o desemprego, com resposta positiva de relativo crescimento e desenvolvimento social. Ver Bandeira (1995) e Pomer (s.d.).

[365] Com a morte de Francia, em 1840, ascendeu ao cargo, o estancieiro bem sucedido D. Carlos Antônio Lopes, que buscou orientar a economia para o exterior, conseguindo a abertura da bacia do Paraguai à navegação internacional. Diante da estruturação estabelecida internamente, os contatos diretos obtidos com países do continente europeu e com os Estados Unidos, favoreceram os avanços tecnológicos dentro do país, financiado, segundo BANDEIRA (op.cit., p. 124) apenas com a receita do seu comércio exterior, baseado nas vendas de erva-mate, tabaco e madeira e com o arrendamento de terras do Estado.

[366] Pertencente ao antigo vice-reino do Peru, desde Bolívar, que tentou transformá-la numa confederação, teve esse processo interrompido em 1825, com a invasão de um ajudante de Bolívar, que proclamou sua independência, quando ganhou o nome de Bolívia. Em 1835 houve nova tentativa frustrada de confederação com o Peru, que só existiu até 1839 (BANDEIRA, 1995).

[367] Nessas disputas acirradas com os países vizinhos rivais, acabou perdendo para o Chile, o litoral de Antofogasta, rico em salitre, em 1879. As dificuldades em negociar a saída para o mar com o Paraguai pela bacia do Prata e, com o Brasil pela bacia Amazônica, foram transformando a Bolívia num país mediterrâneo (BANDEIRA, 1995).

para garantir os contatos com a província de Mato Grosso[368], não conseguiu contar com idealizou a transformação da Banda Oriental num Estado-tampão", independente tanto do Brasil, como do estado argentino em formação, transformando-a na República do Uruguai[369].

3.2.3 Inclusão de Mato Grosso do Sul no processo de autonomia política do Brasil

A partir de 1815, quando a economia inglesa entrou num processo depressivo, ao deparar-se com limites de mercado à sua produção dentro da Europa, o sistema colonial português acabou por desintegrar-se, no processo contínuo de ajustamento à nova ordem que se estabelecia. Foi criado, em 1815, o Reino Unido do Brasil ao de Portugal e Algarves, processo de autonomia política da colônia iniciado em 1815, que acabou sendo homologado com a declaração formal da independência, em 1822, acompanhado de um projeto de estado nacional.

A classe de comerciantes, emergente de dentro da estrutura colonial, num regime privado e concorrencial, embora não totalmente brasileira, contando com comerciantes de várias origens, tornara-se mais dinâmica que a tradicional classe burguesa ligada a antigos privilégios de monopólio do reino[370].

Diante do forte dinamismo apresentado pelos novos comerciantes do Brasil-colônia, com a Abertura dos Portos e do marasmo da economia portuguesa, as elites pensantes

---

[368] Conforme BANDEIRA (op.cit., p.56), o geógrafo paraguaio Felix de Azara, em suas memórias, já deixara a advertência sobre o controle comercial dos luso-brasileiros sobre o comércio de Misiones, além de parte do de Corrientes, Santa Fé e Paraguai. Esses comerciantes já tinham avançado até o leste do rio Uruguai (Banda Oriental), para se beneficiar do desenvolvimento da pecuária e seus derivados (couro e charque), buscando ampliar essa influência com a transferência da família real portuguesa para o Brasil. De fato, D. João teria chegado a elaborar um projeto ambicioso de fundar um poderoso império na América. As intenções brasileiras foram posteriomente desviadas pelos ingleses. Mas, posteriormente, diante das lutas revolucionárias comandadas pelo federalista Artigas, ameaçadoras da monarquia e escravidão brasileira, o príncipe regente D. Pedro I, abandonou a anterior atitude de neutralidade e passou a intervir no conflito. A intenção foi não só a de conter o processo revolucionário, como também de garantir o comércio de muares e, ligado à pecuária platina, com preços mais competitivos que os do lado brasileiro.

[369] Montevidéu já exercia historicamente essa função, já que tinha sido fundada para neutralizar a Colônia do Sacramento. Em 1828, finalmente, com a adesão do Brasil, a Inglaterra autorizou a assinatura da Convenção Preliminar da Paz, quando o país recuperou o território das Missões e a Banda Oriental ganhava independência, com o nome de República do Uruguai (BANDEIRA, op.cit.).

[370]Vinha surgindo desde a organização bandeirante do comércio continental de indígenas, conhecendo grande oportunidade de crescimento durante a fase da política de recuperação econômica, promovida pela metrópole no último quartel do século XVIII. Fortaleceu-se ainda mais com a Abertura dos Portos aos mercados externos ao sistema colonial em 1808, quando a colônia criou ajustamentos internos para aliar-se diretamente ao capitalismo industrial, na condição de exportadores e importadores.

e representantes dessas classes passaram a propor estratégias de maior controle político da Coroa, sobre a nova ordem econômica estabelecida dentro da colônia. O objetivo era o de fortalecer os canais de escoamento dos produtos com o comércio internacional, mantendo a expansão[371].

No entanto, as maiores vantagens oferecidas à Inglaterra, em detrimento de Portugal, provocaram rachaduras no pensamento da intelectualidade moradora da metrópole, com relação à conduta dos destinos do Reino. Em 1820, exigiram o retorno do monarca, enfraquecendo ainda mais as frágeis ligações econômicas já existentes entre colônia e metrópole[372].

A solução para a crise foi a homologação política para o processo de autonomia econômica já deflagrado no Brasil, em 1822. Foi proposta, no entanto, uma forma de Estado continuísta[373], monárquico, conciliador dos ideais iluministas, ligados, tanto aos interesses do liberalismo inglês, como àqueles da restauração do absolutismo. Impôs-se uma forma de poder superior, imperial, de natureza centralizadora, capaz de manter a unidade social, econômica e territorial, garantindo-lhe franca expansão, diante dos conflitos gerados pelas tensões externas.

A consolidação do poder imperial teve como suporte, tanto a representação dos interesses do centro do capitalismo industrial inglês, como da base social brasileira. Os conflitos internos da base social passaram a ter no imperador, a figura do grande juiz, capitalista internacional, a Inglaterra. Montou-se, portanto, uma forma de centralismo político, incorporador da vontade permanente oriunda das bases.

---

[371] A idéia de se estabelecer uma forma de maior controle político sobre a colônia brasileira, foi encabeçada, segundo Magnoli (op.cit.,p.82) pelo português Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, ligado aos interesses ingleses, para dar suporte a um projeto econômico de conferir ao Brasil, pela posição geográfica e condições de dinamismo em que se encontrava, a função de "Empório do Comércio de Entreposto entre a Europa e a Ásia", portanto um polo nodal numa estrutura de monarquia tricontinental (Europa, América e Ásia) incluído num vasto e geral sistema de comércio.

[372]Esse estado dicotômico do pensamento português, segundo Magnoli (1997, p. 83-84) levou a dois acontecimentos conflitantes entre si, precipitando as decisões da Coroa: a Revolução Pernambucana de 1817, um ensaio brasileiro de proclamação da República, buscando-se o reconhecimento da França e dos Estados Unidos; e a Revolução do Porto de 1820, segundo Nizza da Silva (*apud* MAGNOLI, ibidem, p. 84) uma tentativa de emancipação da antiga metrópole em relação ao governo imperial sediado na América.

[373] Segundo a Carta Constitucional do Império, todos os nascidos em Portugal e possessões que residissem no Brasil na época da Independência, poderiam aderir à cidadania brasileira, como se o novo império fosse a continuação do reino português. Várias estratégias foram utilizadas para tornar o novo império a continuação do reino português, de modo a se construir uma identidade nacional e um futuro com base em referências do passado colonial português, fortalecendo uma visão eurocêntrica de mundo (MAGNOLI, 1997).

representante da vontade do povo[374] diante dos impulsos oriundos do novo centro do sistema

O papel do Estado, como representante dos interesses dos comerciantes, foi o de continuar o processo de ajustamento das economias regionalizadas da colônia, com a finalidade de assegurar o crescimento da economia em processo e manter a unidade geral do império. Nesse sentido, a ação política passou a ser empreendida em função da integridade territorial, em detrimento da representação de espaços políticos regionais[375]. Assim, as províncias criadas desde a instituição do Reino Unido, no total de dezoito[376], tornaram-se simples dimensões administrativas, destituídas de conteúdo político[377].

Por outro lado, o poder econômico organizado na base produtiva do sistema, estava nas mãos da aristocracia rural, estruturada sob a forma de clãs rurais. A dispersão e isolamento desses clãs dentro do território nacional, principalmente nas áreas de dominância das atividades agrícolas e pecuárias[378], tinham favorecido o seu papel de representação de Estado junto às comunidades locais[379].

A conciliação de interesses entre as duas classes, de comerciantes e senhor de escravos agricultores, exigiram reformas mais profundas, para adoção de novos princípios

---

[374] Benjamin Constant, uma das expressões do romantismo, foi um dos mais importantes ideólogos do novo projeto de governo, na adaptação dos ideais iluministas ao contexto conservador, conciliando a velha e a nova ordem Embora de espírito progresssista era descrente no individualismo e no liberalismo tão presente nas idéias iluministas e como romântico inpirava-se na Idade Média, temendo a Revolução. Baseava-se nas idéias do intelectual inglês, Jeremy Bentham, de que o interesse da comunidade seria resultante da soma dos interesses de todos os membros que a integram, portanto, o imperador deveria concentrar as razões nacionais, tornando-se um executivo forte (poder moderador) para ser uma espécie de juiz do povo (MAGNOLI, op.cit.).

[375] A imposição do regime monarquista de tendência restauradora do absolutismo, deu-se, principalmente, sob a representação política dos interesses das elites estabelecidas no Brasil, ou seja, a tradicional classe dos senhores de escravos e a classe comerciante progressista com idéias iluministas, que emergira de dentro do sistema do Brasil-colônia, com idéias unitaristas do território nacional.

[376] Em 1826, foi criada mais uma província, a de Sergipe (MACHADO, 1980).

[377] Desse modo, estruturou-se no nível da macro-escala do sistema brasileiro, o centro de controle político também autônomo, tendo como referência as características da monarquia portuguesa e os ideais do constitucionalismo, sob a influência da Revolução Francesa de 1789 (MACHADO, 1980).

[378] O mando pessoal sobre a população livre e escrava local, com base nos fundamentos econômicos e sociais dos clãs da aristocracia rural, foi se definindo como força emergente, após a Independência e principalmente no período regencial. Os senhores rurais, não conseguindo ascender imediatamente aos postos burocráticos, ao se organizarem em partidos políticos, manifestaram-se com relação à autonomia provincial e municipal. Nas áreas de mineração, dada a forte intervenção e o rígido controle do Estado, essa tendência de prestígio econômico da aristocracia mineira transformar-se em político foi mais rara. Nesse caso, diante do despotismo de estado, as manifestações populares nativistas voltaram-se contra a opressão estatal e os comerciantes e companhias de comércio, que se constituíram em intermediários do sistema imperial (MACHADO, op.cit.).

[379]Os cargos eletivos junto às Câmaras Municipais, num sistema federal administrativamente centralizado. Esse poder de assumir cargos eletivos junto às Câmaras Municipais, num sistema federal administrativamente centralizado, foram ocorrendo principalmente nas áreas mais isoladas, aonde as ordens imperiais chegavam com maior dificuldade (MACHADO, ibidem).

controladores. Assim, em 1824, quando o Estado brasileiro ganhou institucionalidade política, pela outorga da primeira Carta Magna, iniciaram-se os primeiros passos no sentido de uma convivência política adequada às aspirações das duas classes dominantes, a de tendência unitaristas dos comerciantes e a dos interesses localistas da aristocracia rural. Os municípios foram transformados, em unidades básicas da administração, atribuindo-se às Câmaras das cidades e vilas, o papel de entidade representativa da comunidade, para exercer o governo econômico e municipal, tornando-se os únicos órgãos administrativos de representação popular[380].

No entanto, o teor da Carta Magna, ampliando os poderes do imperador e instituindo o senado vitalício, ao denunciar idéias conservadoras da restauração e marginalizar do poder a classe dos fazendeiros escravistas, implicou em fortes reações por parte das novas classes dominantes, resultando na abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831. Após esse ato e o retorno da aristocracia agrária ao poder político[381], o Brasil encerrou, de fato, o processo de autonomização política, iniciando-se a construção do Estado Nacional brasileiro.

A constituição do Reino Unido, em 1815, ao transformar a capitania de Mato Grosso em província (Figura 17), transferindo a capital para Cuiabá (1821) [382], incorporou politicamente as terras do atual Mato Grosso do Sul, embora sem solucionar a questão pendente dos limites fronteiriços. Esses problemas foram transferidos dos países ibéricos para o Império brasileiro e a República do Paraguai. Assim, os limites fronteiriços entre as nascentes do Apa e a foz do rio Iguatemi ainda eram provisórios.

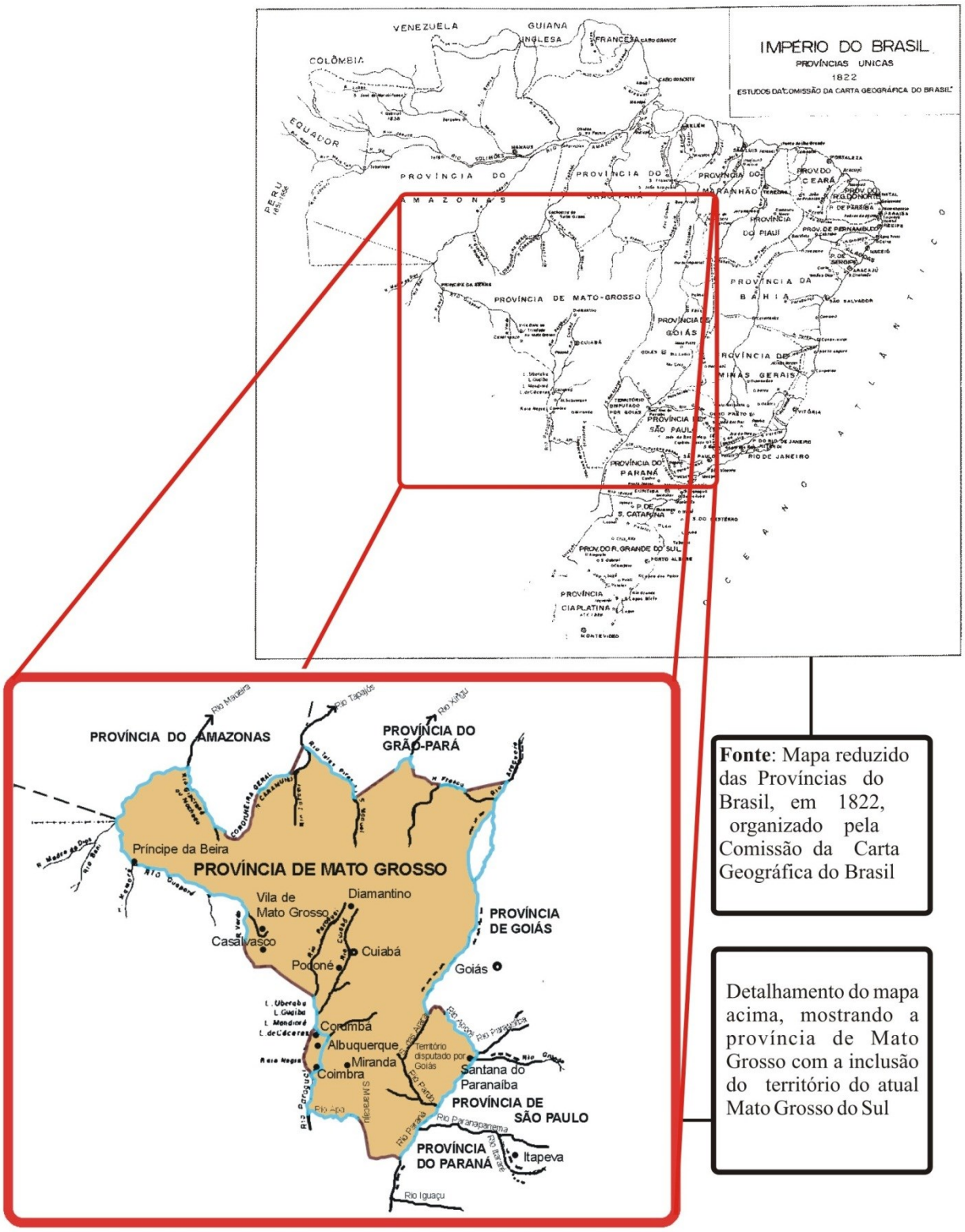
Por outro lado, a área localizada entre a "serra" das Araras, rio Pardo e rio Aporé, transformara-se em território de disputa com Goiás, de acordo com os novos estudos realizados pela Comissão da Carta Geográfica do Brasil, durante o novo Império.

---

[380] Compostos de vereadores, cargos eletivos, ganharam funções como a de constituir as posturas policiais, aplicar as rendas, entre outros. O Código do Processo Criminal, em 1832, também havia fortalecido o município e o poder dos senhores territoriais. A partir do Ato Adicional de 1834, que conteve o projeto de reforma constitucional e do Código do Processo Criminal, tentou-se enfraquecer a autonomia municipal, organizando-se antes a administração em nível provincial. Foram criadas as Assembléias Legislativas Provinciais, com amplos poderes sobre as Câmaras Municipais. Foi através das Assembléias Provinciais que o poder central passou a comandar a política nacional, sacrificando a buscada autonomia municipal no início do período regencial. Finalmente, essa autonomia foi abolida em 1841, quando o juiz de paz deixou de ser um cargo eletivo, para se tornar uma nomeação pelo poder central ou pelos presidentes provinciais. Em 1835, foi criada a Lei das Circunscrições Eleitorais, que determinava a divisão do Brasil em circunscrições, de onde a população elegeria o deputado, uma forma de aproximar mais o eleitor do seu representante (MACHADO, 1980).

[381] A consolidação da aliança entre a aristocriacia rural e a comerciante deu-se em torno do Partido Liberal, sob influência das idéias liberais originárias da Inglaterra (MACHADO, op.cit.).

[382] Vale dizer, que Cuiabá e Goiás (vila Boa) já tinham sido elevadas à categoria de cidade, para exercerem o papel de capital de suas respectivas províncias, desde 1818.



Fonte: Mapa reduzido das Províncias do Brasil, em 1822, organizado pela Comissão da Carta Geográfica do Brasil

Detalhamento do mapa acima, mostrando a província de Mato Grosso com a inclusão do território do atual Mato Grosso do Sul

FIGURA 17 – PROVÍNCIAS BRASILEIRAS EM 1822

3.2.4 Construção da identidade nacional e dissidência na classe dos comerciantes

Estruturado um modelo político de Estado, coube à força criativa da intelectualidade brasileira emergente, a constituição de um sistema de valores, delineadores da identidade nacional. Esse sistema teve como referência, as medidas anteriores de desempenho, guardadas na memória coletiva e sob influência de novos valores, que foram sendo emanados dos novos centros dinâmicos europeus, o movimento do Romantismo[383].

Essa nova força criativa foi buscada, no entanto, fora da realidade vivida[384], com inspirações religiosas, aprofundando-se no folclore, no exótico e pitoresco, na natureza e no índio[385], no fantástico e diferente, nos lugares solitários e primitivos[386].

Por outro lado, o racionalismo científico europeu, ligado às necessidades do capitalismo industrial, em inventariar recursos tropicais, havia resultado na presença de pesquisadores da classe aristocrática européia, que se faziam acompanhar por artistas, em

---

[383] O pensamento Romântico expandiu-se durante a fase depressiva da primeira onda longa do capitalismo industrial e com as condições vividas pelos franceses, pós-revolução, quando a burguesia busou no apoio popular, a derrocada da aristocracia feudal e do clero. A França de Napoleão Bonaparte, no entanto, tornara-se a principal irradiadora das idéias políticas liberais e do gosto artístico romântico, atingindo a península ibérica, pela chegada dos exércitos napoleônicos. Com a ascensão das classes médias e a valorização do povo francês, público-alvo do consumo literário, a arte romântica ganhou um cunho nacional e popular. No Brasil, as idéias do romantismo tornaram-se carregadas de emoção subjetiva, valorizadoras dos elementos nacionais, do passado medieval, mítico e lendário.

[384] Inadaptados à realidade, os românticos criaram imagens sem correspondência direta com a realidade do Brasil-colônia, muito mais identificados que estavam com a realidade européia. Por outro lado, uma das formas de escape ao mundo urbano passou a ser a valorização do rural, a natureza (MAGNOLI, 1997).

[385] Uma das primeiras características a serem incorporadas à narrativa histórica, percebida a partir da memória coletiva portuguesa, foi a imagem lendária e heróica do índio, numa perspectiva eurocêntrica de conciliação do primitivismo com os altos valores morais do cristianismo, mas numa atitude de denúncia ao gesto de ganância do europeu civilizado na exploração desses povos selvagens que viviam uma felicidade primitiva. O índio de Gonçalves Dias e José de Alencar foi inspirado no "bom selvagem" de Jean Jacques Rousseau, tendo como modelo o cavaleiro medieval (herói, nobre, guerreiro e fiel aos deveres tribais), imagem dos valores espirituais da cristandade e da nobreza, sendo-lhe ressaltado a beleza estética, o patriotismo e a atitude heróica, como forma de símbolo da autonomia americana e de afirmação nacional, num país emergente. Na realidade, a imagem do índio brasileiro, veio, aos poucos, contribuir na oposição de índole entre os dois mundos, o velho e o novo continente, constituindo o esboço da nacionalidade brasileira.

[386] De acordo com a Literatura Brasileira, no Brasil, a aristocracia portuguesa, que perdia poder, foi a classe que mais mergulhou no passado nesse período, buscando referências de desempenho (lendas de heroísmo) para reconstruir o futuro, sofrendo influências principalmente de Garret e Lamartine, além dos intelectuais portugueses. Vendo com desconfiança o progresso e a vida urbana de atuação da emergente classe burguesa comercial, passou a ser exaltadora da natureza, mas sem romper totalmente com o classicismo. A literatura indianista e nacionalista dos componentes do chamado "grupo fluminense", protegidos diretamente pelo imperador, e do "grupo maranhense", expressaram essas novas idéias. Gonçalves Dias (filho e português e cafusa), maranhense radicado no Rio de Janeiro, foi quem mais se identificou com o gosto poético nacional nessa primeira geração de literatos. Mais tarde, o ficcionista José de Alencar também cultivou esse espírito. Os institutos históricos e geográficos foram os principais congregadores dessa intelectualidade emergente e constituidora da identidade nacional. Os romances indigenistas tenderam à epopéia, na tentativa de criação de figuras míticas e lendárias, os "heróis nacionais", elementos formadores da nacionalidade.

missões científicas especialmente financiadas para esse fim[387].

As idéias radicais do liberalismo, republicanismo e os novos princípios políticos europeus, expandiram-se, principalmente a partir dos comerciantes e de um segmento da intelectualidade[388]. Foram idéias inspiradas no pensamento ilustrado, irradiado da Inglaterra e França para os Estados Unidos, América hispânica e Brasil.

As tensões de natureza estrutural, na superação das condições anteriores do regime colonial, foram sendo assimiladas por via dos novos padrões de comportamento nacional, com base nos valores que foram sendo estabelecidos pelo pensamento dos românticos. Nesse sentido, os conflitos sociais internos, favoreceram a expansão do sentimento anti-colonialista, transformado em sentimento nativista.

Assim, ao se acirrarem as contradições de dentro do novo regime político, fizeram emergir em todo território nacional, um forte impulso da vontade popular, com idéias liberais e anti-colonialistas, através de movimentos sociais nativistas, organizados sob forma de milícias, contando sempre com a jovem oficialidade militar do exército[389]. Nesses movimentos nativistas, de imposição militar e civil às forças portuguesas, incluiu-se a expulsão da classe dos comerciantes tradicionais, promovida pela sua dissidência, a classe comerciante emergente. Portanto, foi fundamental o papel das forças armadas nesse sentido, apoiando a base social, na conquista da autonomia nacional.

Com dificuldade para acalmar os freqüentes motins (rusgas)[390], com a participação desses jovens oficiais, e diante da preocupação em manter a unidade e

---

[387] O relatório dessas viagens também se tornou uma forma de literatura, tematizando a exuberância da natureza tropical, e revelando uma nova imagem do Brasil, exaltando-se nela o exótico, o pitoresco e o primitivo. Muitas dessas expedições tornaram-se conhecidas, como a do barão de Langsdorff e os quadros de Rugendas, a de Spix e Martius, a de Joseph Keller, entre outros (MAGNOLI, 1997).

[388] As idéias liberais e republicanas foram saindo das sociedades secretas maçônicas, para os clubes, para as ruas e até mesmo para os quartéis, atingindo os novos oficiais (MACHADO, 1980).

[389] Com o regresso da corte portuguesa, muitos oficiais portugueses permaneceram, levando o povo brasileiro a um sentimento de hostilidade a eles. No dia do "Fico" houve o confronto entre as forças militares brasileiras e portuguesas. Desse modo, após o evento do "fico", D. Pedro se sentiu coagido a expulsar as forças militares portuguesas que se mantiveram fiéis à metrópole, cerca de 14.000 soldados. Na primeira Carta Magna, a estrutura militar manteve a forma anterior, com três linhas (as tropas regulares ou exército, as milícias e as ordenanças ou guardas policiais). O exército destinava-se a defender as fronteiras, as milícias a manter a ordem pública nas comarcas e as guardas policiais a defenderem a segurança dos indivíduos. Mas os comandos das forças militares continuou nas mãos dos portugueses, em todas as províncias, inclusive com a presença de estrangeiros mercenários, que se mostraram eficazes na repressão política. Por isso, a luta dos jovens oficiais se iniciou contra eles. Ver Sodré (1979) e Machado (1980).

[390] As rusgas, movimentos nativistas, tiveram características específicas em cada província, conforme os interesses econômicos e políticos e a correlação das forças militares. Os motins mais sangrentos deram-se na Bahia, Pará e Maranhão, onde era predominante a tradição e os interesses metropolitanos. Ver Sodré (1979) e Machado (1980).

integridade territorial, o governo imperial buscou debilitar o Exército, reduzindo seus efetivos e soldos, organizando uma nova forma de força militar específica, a Guarda Nacional[391].

Os habitantes do Norte da província de Mato Grosso sofriam influências da animosidade de espírito dos vizinhos fronteiriços, frente aos movimentos de independência. A exemplo disso, na fase de transição de capitania para província, o Mato Grosso também estava sendo administrado por uma Junta governativa[392], constituída por revoltosos, difíceis de serem contidos.

Assim, também às vésperas da Independência, já havia manifestação de movimentos nativistas em Cuiabá, envolvendo jovens oficiais, intelectuais, clero e as classes da aristocracia rural e comercial. No ano da abdicação de D. Pedro I, esses movimentos tornaram-se mais fortes. A tentativa de contenção por parte do império, resultou no acirramento das lutas, que duraram três meses (maio a setembro de 1834), conhecida como "Rusga"[393].

A repressão a esse movimento teve importância, na dispersão territorial da elite de revoltosos. Aqueles que não foram presos, obrigados a fugir, internaram-se ao sul da província, buscando estabelecer novas estratégias de sobrevivência e, dessa forma, iniciando um pequeno povoamento, em direção ao sul do rio São Lourenço até o rio Miranda e a

[391]A Guarda Nacional foi implantada pelo regente Diogo Antônio Feijó, em 1831. Os seus componentes foram recrutados entre segmentos sociais de importância, com a finalidade política de contrapeso às ações da jovem oficialidade do Exército, colocando-os em um plano secundário e de desprestígio social. Assim, as repressões internas passaram a ser confiadas à Guarda Nacional, uma força de elite. A partir de 1835, houve a reforma da Academia Militar, dividindo-se as formações entre as da Escola Militar e Naval. Na escola Militar os oficiais de infantaria e cavalaria tinham uma formação em apenas dois anos, enquanto que os de artilharia e engenharia estudavam cinco anos. Aos últimos, oriundos das classes dominantes, eram destinadas as funções políticas mais importantes, em serviços públicos. Para os outros, originários das classes médias e da nobreza em declíneo, essas funções eram excepcionais. Na Marinha, a esmagadora maioria era oriunda da classe dominante. Ver Sodré (1979) e Machado (1980).

[392] Os moradores da capitania imitaram a atitude de seus países vizinhos, que desde a abdicação do rei espanhol Carlos IV e a prisão de seu filho em 1808, forçada por Napoleão Bonaparte, numa atitude de resistência, tinham buscado nas juntas de governo, , segundo Ribeiro (1993), uma espécie de autogoverno colonial, ocupado pela elite *criolla,* evoluindo daí para o processo de declaração de independência.

[393] O movimento dos jovens oficiais nativistas teve a contribuição de intelectuais (médico, juíz, promotor, professor etc.), além de representantes da classe dos comerciantes dissidentes e da aristocracia rural. O então presidente da província, tinha organizado anteriormente, o movimento nativista, sob o nome de "Zelosos da Independência", que ficou marcado pela chamada "Noite de São Bartolomeu", no dia 26 de maio de 1834, a rusga, na qual se tentara a expulsão dos não desejados portugueses, popularmente chamados de "bicudos". O movimento foi feito com o apoio popular e as forças armadas dos quartéis nas ruas de Cuiabá. No ano da abdicação de D. Pedro I, assumiu a presidência da província, um representante da aristocracia rural, Antônio Correa da Costa, que passou a ter como prioridade a contenção dos movimentos nativistas regionais, entregando o poder, em 1834 a um dos oficiais de espírito nativista, o coronel João Poupino Caldas, que organizou, em seguida (dois dias após a posse), um grande movimento de revoltosos contra a presença e interferência de portugueses monarquistas conservadores, cognominados "bicudos" Esse movimento, depois de cerca de três meses, só começou a ser contido com a vinda do novo presidente nomeado pelo imperador, Antônio Pedro de Alencastro (RIBEIRO, 1993).

fronteira de Albuquerque e Corumbá[394].

3.2.5 Crescimento econômico e populacional das fazendas escravistas do Norte de Mato Grosso

Paralelamente à estruturação político-administrativa e à emergência da identidade nacional, surgiam esforços no sentido de novos ajustamentos junto às unidades de produção, as fazendas de escravos. Era a resposta[395] do Brasil à fase depressiva emanada do centro dinâmico industrial, face às condições internas já acumuladas anteriormente.

A dificuldade de continuar exportando os produtos tropicais, repercutiu na impossibilidade de importar produtos industriais. Diante dessa nova situação, os proprietários rurais passaram a diversificar a produção no interior da fazenda de escravos, não só com atividades agrícolas, mas também com as "não agrícolas" (tecelagem, engenhos, construção, transformação de alimentos etc). Passaram a produzir internamente e no nível das forças produtivas existentes, aquilo que importavam, repetindo esforços já realizados anteriormente. Desse modo, as propriedades rurais brasileiras foram se tornando mais autárcicas e autossuficientes, crescendo independente do comércio exterior e em descompasso com ele.

Nesse momento, a importação de escravos não vinha do centro dinâmico, mas de outras áreas periféricas. Constava de um segundo tipo de comércio exterior que o Brasil mantinha paralelamente àquele da Inglaterra, e sob as pressões dessa ao fim do mesmo,

---

[394] Alguns casos de famílias notórias foram notificados pela historiografia regional. É o caso, por exemplo, de um dos herdeiros da fazenda Jacobina, José Alves Ribeiro, que fugiu para o Presídio de Miranda, ali se casando com uma viúva e procriando, vindo a instalar-se na fazenda Potreiro e mais tarde, na conhecida fazenda Taboco em 1845 aproximadamente, no atual município de Aquidauana. Descendentes da família de Estevão Alves Correia, ligada à família do primeiro também se se estabeleceram em Aquidauana e Miranda. Dessa mesma origem e na mesma região, teria surgido a família Arruda. A família Vaz Guimarães, repartiu-se, conforme relato de descendentes, em parte para o sul da província e outro ramo, foi para Concepción.

[395] As experiências bem sucedidas do passado histórico tornaram-se referência social na interpretação das condições materiais, diante das perturbações geradas no sistema, contribuindo na formulação de soluções criativas do mundo mental, voltadas aos reajustamentos a novas situações, apontando as novas regras de sobrevivência, nas relações entre si e com o sistema natural. Assim, tanto a substituição de importações da mão-de-obra escrava, adotada durante o período de hegemonia holandesa, como a diversificação e modernização da atividade produtiva introduzida por Portugal durante o período anterior, constituíram *feedback* para o estabelecimento do novo estado de desempenho econômico. Desse modo, os impulsos do centro dinâmico industrial, foram recolhidos e combinados com as informações já acumuladas e estruturadas historicamente no sistema, traduzindo-se em eficácia.

comprometia o fluxo comercial de escravos negros [396].

Ao mesmo tempo em que esse novo padrão de comportamento econômico, encontrou eficácia, proporcionando o crescimento endógeno da economia brasileira de dentro e para dentro, desdobrou-se em resultados positivos também para o crescimento demográfico da sociedade. Segundo Rangel (op.cit., p.20), entre 1823 e 1850, a população brasileira mais do que duplicou.

Esse crescimento econômico e demográfico da população, por outro lado, passou a viabilizar o crescimento das forças produtivas[397], dando origem a contradições internas em relação às relações de produção anteriormente estabelecidas, resultando em conflitos sociais de classes e na posterior emergência do movimento abolicionista.

O Mato Grosso, no entanto, tinha se transformado numa das províncias mais débeis do início do império, decorrente da crise da mineração, agravada pelo fechamento do rio da Prata, assim que Rosas assumiu o governo argentino em 1829[398]. As poucas fazendas agrícolas escravistas instaladas no Norte da Província, situavam-se desde o divisor de águas entre as bacias amazônica e Prata, vindo pelas bordas do planalto, até os rios São Lourenço e Piquiri e na extensão do caminho entre Cuiabá e Vila Maria (Cáceres) [399].

---

[396] Já em 1826, o Brasil tinha sido pressionado a assinar um tratado com a Inglaterra reconhecendo o tráfico como "pirataria", obrigando-se a cooperar na abolição do tráfico negreiro e atribuindo aos ingleses o "direito de visita". A partir de 1833, quando os ingleses aboliram a escravidão em todas as colônias britânicas, as pressões se recrudesceram. Até então, tinham sido fortes as resistências internas das classes produtivas brasileiras. Resultou numa atitude mais agressiva por parte dos ingleses, quando conceberam a lei inglesa do "Bill Aberdeen", de perseguição direta da marinha britânica, para apreensão e afundamento de navios sob mera suspeita de tráfico, inclusive em águas brasileiras, colocando o Brasil diante de um grande impasse, que feria a sua própria soberania. Como conseqüência, surgiu a lei brasileira de 1850, proibindo o tráfico de escravos (MAGNOLI, 1997).

[397] De fato, o crescimento vegetativo da população, significou a ampliação de segmentos sociais trabalhadores, com experiência no cultivo da terra. Diante da interrupção do tráfico escravo, foi se tornando estratégica a recomposição da família de agricultores experientes em torno da terra, para deles ser extraída a mais valia.

[398] A tendência da população da província foi a de diminuir, passando de 29.801 habitantes em 1817 para 26.659 em 1858, conforme os dados do Presidente da Província de Mato Grosso para a Assembléia Legislativa Provincial em 1860. Além da crise econômica oriunda da decadência da mineração, havia a dificuldade de acesso, agravada ainda mais com o fechamento do rio da Prata pelo governo argentino de Rosas. Os habitantes da província não conseguiam fazer circular para o exterior, as riquezas extraídas, como a remanescente da produção de ouro e diamantes, além de produtos como a baunilha, borracha e cacau. Essas exportações, que saíam por Cuiabá, tenderam a cair, durante todo esse período de depressão do centro dinâmico. Em 1845, Castelnau verificou as baixas quantidades dos produtos exportáveis, como os couros de boi (5.000 peças/ano), peles de onça e veado, ouro em pó e diamantes (200 oitavas/ano) e ipecacuanha (800 arrobas/ano).

[399] Emolduradas por uma cadeia de fortes, as sesmarias colonizadas puderam garantir seu bom desempenho. Valverde (1972, p.86) descreveu o cenário de ocupação dessas fazendas escravistas no norte da província de Mato Grosso, oriundas de sesmarias, concedidas desde 1797. Ele apontou as três sesmarias do vale do Aricá, das famílias de Angelo Fonseca Leitão, Agostinho Faria de Castro e Francisco Correa da Costa; as duas grandes sesmarias entre os rios Cuiabá e São Lourenço, pertencentes a Antônio Correa da Costa e Antônio José da Silva; as sesmarias de Jerônimo Joaquim Nunes entre os rios São Lourenço e Piquiri; as quatro sesmarias ao longo da estrada entre Cuiabá e Cáceres de André Alves da Cunha, José Gomes da Silva, Leonardo Soares de Souza (fazenda Jacobina) e João Pereira Leite; e entre os rios Cuiabá e Piquiri, a extensa sesmaria do Major Metelo (a segunda maior sesmaria da província).

No entanto, a fraqueza da ocupação em amplas sesmarias e os baixos custos de produção permitiu bom desempenho na busca da autossuficiência, com base na substituição de importações. A reprodução do gado, conforme nos explica Mamigonian (1986, p.45), por não requisitar quase mão-de-obra, deu-se naturalmente, em terras muito baratas e extensas, providas de salinas naturais, independente do mercado externo. Transformaram-se em fazendas agrícolas e artesanais. Resultou numa produção muito superior às necessidades de consumo interno e mesmo do mercado regional. O melhor exemplo foi a fazenda Jacobina[400], o maior dos latifúndios existentes.

No entanto, a fraca incorporação dos excedentes pelo mercado de consumo regional, dada a rarefação da ocupação regional, levou os fazendeiros à saída do isolamento, visando os crescentes mercados do Sudeste, especialmente para o gado. Já em 1818, a preocupação do primeiro governador da província, José de Saturnino da Costa Pereira, foi a de ligá-la aos mercados urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro[401], por um caminho mais curto que aquele de Goiás. Em 1825, detectado o caminho, foram contratados sertanistas para abrir a picada em direção à vila de Constituição (hoje Piracicaba), conhecida dentro da província por picada do Piquiri[402]. Do lado de São Paulo, ela também foi iniciada, sob o nome de "picadão" (Guimarães, 1999, p.68). O caminho aberto atravessava as terras em litígio com Goiás, o que requereu a definição de estratégias de defesa militar por parte do governador da província de Mato Grosso[403].

---

[400] As informações sobre essa fazenda foram trazidas inicialmente, pelo viajante europeu Hércules Florence, em 1825. A propriedade com mais de 60.000 reses, contava com cerca de 200 escravos e 60 crianças. Além do gado, cultivava cana-de-açucar, mandioca, feijão, cereais e café. Em 1880, quando por ali passou um novo viajante, F.A. Pimenta Bueno, nas mãos de herdeiros, o contingente de gado já tinha sido multiplicado por dez (600.000 cabeças). Produzia ainda, rapadura, açúcar bruto e aguardente. Cultivava algodão e com ele, fabricavam tecidos rústicos em rocas e teares domésticos. Além disso, possuíam seleiros, forjadores, alfaiates, carpinteiros. Vinha de fora da fazenda apenas o sal, ferramentas, bebidas e tecidos finos. Abasteciam gratuitamente o forte Coimbra, com a fartura de excedentes (VALVERDE, 1972).

[401] A tarefa de encontrar o caminho mais curto para o Sudeste tinha sido encomendado ao engenheiro militar Luís D'Alincourt (MAMIGONIAN, 1986).

[402] Dava-se através do rio Piquiri (hoje rio Itiquira), cabeceiras do rio Sucuriú até o rio Paranaíba, nas suas confluências com o rio Paraná[402], passando pelo atual porto Tabuado, para daí se chegar até Piracicaba. O traçado dessa picada corresponde grosseiramente ao traçado da rodovia MS-306 (GUIMARÃES, 1999).

[403] A saída da picada, junto às fazendas, foi protegida com a instalação de um destacamento militar. Ao longo do caminho, foi projetado um outro destacamento militar, ao lado de um povoado indígena, sob forma de fazenda pública, a exemplo de Albuquerque. Nesse caso, pretendia-se aglutinar índios caiapós, que haviam migrado recentemente de Goiás. Para auxiliar nos trabalhos públicos, a fazenda deveria receber ainda réus condenados, vadios e meretrizes (RIBEIRO, 1993). Esse comportamento que denotava a percepção que se tinha do novo lugar, como ermo, primitivo e perigoso, destinado aos selvagens e marginais da sociedade. Fundava-se, assim, a povoação de D. Pedro II. No entanto, segundo a autora acima,o projeto não interessou ao império. Os recursos com os quais se contara não permitiram a instalação dessa povoação.

A posição geográfica de Cuiabá em relação aos meios de comunicação, como ponto estratégico em relação aos caminhos fluviais e terrestres, assim como em relação às fortificações fronteiriças, transformou-a em principal polo de comercialização regional, aglutinando um contingente populacional da capitania em torno dela. Ali, passou a residir a classe mais importante de comerciantes da região, donos de tropas de cavalos, responsáveis não só pela exportação dos produtos tropicais, como da importação de produtos de consumo regional[404], como também tornara-se o lugar preferido dos governantes da província, como moradia[405].

3.2.6 Articulação comercial entre a região cuiabana e as terras do Sul

Já as terras situadas ao sul do rio São Lourenço e Piquiri, nesse primeiro

[404] Os comerciantes cuiabanos, segundo Mamigonian (1986, P.43-44), dispunham de 15 tropas de 50 a 200 animais cada uma para fazer circular esses produtos até o Rio de Janeiro, através do caminho de Goiás, sendo daí enviadas à Europa. As mesmas tropas traziam no retorno os produtos consumidos regionalmente pelas elites, tanto de alimentos (sal, manteiga, vinho, farinha de trigo) como de manufaturados (vidros, louças, móveis etc), instrumentos agrícolas (enxadas, machados, foices, máquinas destinadas aos engenhos etc) e provimentos militares (armas, pólvora, chumbo etc).

[405] Segundo Mamigonian (1986), havia ocorrido ali uma maior concentração urbana. Em 1800, pelo censo provincial, havia uma população de 19.731 habitantes, enquanto que Vila Bela, a capital da capitania e segundo centro de adensamento populacional, apresentava apenas 7.105 habitantes. Tornou-se estratégica, portanto, a transformação de Cuiabá em nova capital da província e sede do Arsenal de Guerra (depósito de armas e munições de abastecimento aos fortes fronteiriços) e do Arsenal da Marinha (local de reparo das flotilhas).

[405] A tarefa de encontrar o caminho mais curto para o Sudeste tinha sido encomendado ao engenheiro militar Luís D'Alincourt (MAMIGONIAN, 1986).

[405] Dava-se através do rio Piquiri (hoje rio Itiquira), cabeceiras do rio Sucuriú até o rio Paranaíba, nas suas confluências com o rio Paraná[405], passando pelo atual porto Tabuado, para daí se chegar até Piracicaba. O traçado dessa picada corresponde grosseiramente ao traçado da rodovia MS-306 (GUIMARÃES, 1999).

[405] A saída da picada, junto às fazendas, foi protegida com a instalação de um destacamento militar. Ao longo do caminho, foi projetado um outro destacamento militar, ao lado de um povoado indígena, sob forma de fazenda pública, a exemplo de Albuquerque. Nesse caso, pretendia-se aglutinar índios caiapós, que haviam migrado recentemente de Goiás. Para auxiliar nos trabalhos públicos, a fazenda deveria receber ainda réus condenados, vadios e meretrizes (RIBEIRO, 1993). Esse comportamento que denotava a percepção que se tinha do novo lugar, como ermo, primitivo e perigoso, destinado aos selvagens e marginais da sociedade. Fundava-se, assim, a povoação de D. Pedro II. No entanto, segundo a autora acima,o projeto não interessou ao império. Os recursos com os quais se contara não permitiram a instalação dessa povoação.

[405] Os comerciantes cuiabanos, segundo Mamigonian (1986, P.43-44) dispunham de 15 tropas de 50 a 200 animais cada uma para fazer circular esses produtos até o Rio de Janeiro, através do caminho de Goiás, sendo daí enviada à Europa. As mesmas tropas traziam no retorno os produtos consumidos regionalmente pelas elites, tanto de alimentos (sal, manteiga, vinho, farinha de trigo) como de manufaturados (vidros, louças, móveis etc), instrumentos agrícolas (enxadas, machados, foices, máquinas destinadas aos engenhos etc) e provimentos militares (armas, pólvora, chumbo etc).

[405] Segundo Mamigonian (1986), havia ocorrido ali uma maior concentração urbana. Em 1800, pelo censo provincial, havia uma população de 19.731 habitantes, enquanto que Vila Bela, a capital da capitania e segundo centro de adensamento populacional, apresentava apenas 7.105 habitantes. Tornou-se estratégica, portanto, a transformação de Cuiabá em nova capital da província e sede do Arsenal de Guerra (depósito de armas e munições de abastecimento aos fortes fronteiriços) e do Arsenal da Marinha (local de reparo das flotilhas).

quartel do século XIX, correspondentes ao atual Mato Grosso do Sul, constituíram o grande vazio ocupacional, disputadas pelos vizinhos paraguaios. Não houve avanço de colonização ao sul, diante das fortificações dos vizinhos paraguaios, inclusive, o Presídio e a povoação do Iguatemi tinham sido abandonados, mesmo diante da reconfirmação de sua posse pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777.

No entanto, haviam se mantido nelas, as pequenas povoações indígenas próximas a fortificações militares, implantadas anteriormente, sob a tutela de missionários, em Albuquerque e Miranda, além do forte Coimbra e da fazenda Camapuã[406]. Entre essas povoações indígenas fortificadas do Sul e as fazendas escravistas da região cuiabana do Norte, haviam sido estabelecidos vínculos comerciais, principalmente no tocante ao fornecimento de cavalos e muares. Essa articulação era realizada por comerciantes tropeiros, quase sempre da região de Cuiabá, chamados regionalmente, de "periquitos"[407] (GUIMARÃES,1999, p.68).

Na fronteira junto ao rio Paraguai, os guaicurus com apoio do forte Coimbra tornaram-se importantes fornecedores de cavalos aos fazendeiros cuiabanos. A aldeia dos índios guanás de Albuquerque, denominada Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, mantida por religiosos franciscanos, foi a povoação que melhor se desempenhou no sul da Província no tocante à produção agrícola. Tornou-se o principal polo de comunicações do sul da Província, tendo sido transformada, a partir de 1818, em fazenda pública de abastecimento dos presídios do rio Paraguai. Em 1827, a fortificação transformou-se em sede de comando militar das outras povoações e fortes regionais[408]. A missão de Albuquerque foi considerada "povoação" em 1826 e transformada em freguesia em 1835.

Junto ao rio Miranda, o Presídio de Miranda também se manteve junto à povoação de índios, principalmente terenas. O presídio, embora em relativo desuso, continha um pequeno contingente de militares (62), reproduzindo sua subsistência, na fazenda da

---

[406] No relatório de viagem feita em 1845, o francês Castelnau, mostrou serem essas as únicas presenças "civilizadas" da província, estando o resto do território povoado por tribos indígenas.

[407] A presença desses comerciantes era esporádica, em função das dificuldades de acesso e tempo de viagem à cavalo, que de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo caminho de Goiás levava até cinco meses (GUIMARÃES, 1999).

[408] Foi transformada, segundo Souza (s.d.), pelo governador da Província, após a visita do engenheiro D'Alincourt em 1818, em fazenda do Estado, atribuindo-se a ela a função de abastecimento dos fortes fronteiriços do rio Paraguai. Em 1827, dada a sua situação estratégica de comunicação com os outros presídios (Miranda e Coimbra) e os pequenos destacamentos militares de Corumbá e da fazenda Camapuã, também ali se estabeleceu a sede do "Comando do 5º Distrito Militar do Baixo Paraguai". Diante dessa prosperidade, foram atraídos para essa missão indígena, moradores do antigo povoado de Corumbá (considerada a Velha Albuquerque).

própria fortificação. Os habitantes indígenas do pequeno povoado junto ao presídio, além da pequena agricultura, tinham à sua disposição o gado selvagem (gado alçado) e muar, remanescente das missões indígenas de Xerez·.

A fazenda Camapuã, antiga paragem do caminho das monções, era a única unidade de produção escravista, em 1826. Estava também junto a um pequeno destacamento militar, com um contingente populacional similar ao da fazenda pública de Albuquerque[409]. Na tentativa da autosubsistência, houve esforços, a exemplo das fazendas escravistas do norte da Província, no sentido da substituição de importações, ocupando a mão-de-obra escrava em atividades agrícolas e artesanais.

Essas pequenas e dispersas nodalidades sociais instaladas, conseguiam manter entre si e mesmo com Cuiabá e São Paulo, ainda que de forma incipiente, uma articulação comercial complementar[410], através de tropas de mulas. No nível regional, destacavam-se o comércio entre Albuquerque e os fortes do rio Paraguai, de um lado, e de outro, a população de Miranda e Camapuã. Nesse último caso, os habitantes de Miranda também abasteciam Camapuã em gado e muares, em troca de tecidos feitos por escravos daquela fazenda.

No entanto, a freqüente necessidade de cavalos no manejo do gado, por parte dos fazendeiros de toda província, estimulou a troca desses animais, feitas com indígenas do sul da Província, especialmente os gauicuru e guanás. Para esse fim, não raro, os índios incursionavam para o outro lado da fronteira, em antigas áreas missioneiras, buscando cavalos, resultando, em conflitos fronteiriços. Essa situação se agravou, quando os cavalos da província foram acometidos de isooptia, a "doença das cadeiras", colocando os pecuaristas numa alta dependência de áreas além-fronteiras.

Os índios da povoação de Miranda também mantinham algum comércio de gado com os habitantes do norte da Província. Os comerciantes tropeiros que levavam o gado, eram os mesmos que traziam alguns produtos industrializados das cidades maiores (São Paulo e Rio de Janeiro) para o sul da província.

---

[409] Segundo Langsdorff essa fazenda contava com cerca de 300 habitantes, sendo 100 escravos, a metade do que existia na fazenda Jacobina (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991, p.33).

[410] Na aldeia de Albuquerque, onde tinha sido instalada a Missão Nossa Senhora da Misericórdia, estavam cerca de 300 guanás, criando pequenos animais e praticando agricultura, conforme deixou registrado o engenheiro militar Luís D'Alincourt em 1826 (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 1991, p. 32).

3.2.7 Correntes colonizadoras originárias das áreas vizinhas

As terras do atual Mato Grosso do Sul, situadas ao norte dos rios Miranda e Ivinhema, durante essa fase de crescimento interno do império, por substituição de importações, passaram a receber também, os primeiros fluxos de colonização, originárias das áreas vizinhas mais adensadas.

Os fazendeiros do Norte da província, especialmente depois do movimento nativista cuiabano de 1834 e diante da expansão da atividade pecuária, agrícola e artesanal, passaram, aos poucos, a avançar ao sul do rio São Lourenço, na região do Pantanal. Como áreas menos agricultáveis, do ponto de vista do solo, essas fazendas transformaram-se em grandes extensões latifundiárias voltadas à criação do gado bovino[411], e em moldes e estrutura fundiária diferenciados daquelas sesmarias escravistas.

Já do lado da bacia do Paraná, a expansão de pecuaristas veio da vizinha província de Minas Gerais, a mais povoada do Brasil. O grande adensamento populacional, nesse caso, dera-se, como fruto do bom desempenho das dinâmicas fazendas pecuaristas do sul daquela província, que se tornaram mais autárcicas.

De um lado, a pressão populacional sobre as áreas de agricultura e pecuária de Minas Gerais, oriunda desses anteriores movimentos migratória das áreas decadentes de mineração, e de outro, o forte aumento das cabeças de gado, levaram a um processo de expansão territorial, extravasando a própria província. O movimento de fazendeiros de Minas Gerais deu-se em direção, não só à província de São Paulo[412], como de Goiás e Mato Grosso do Sul[413], surgindo os problemas de litígio entre limites provinciais[414].

---

[411] Assim, a partir de descendentes dos fazendeiros de Jacobina, surgiram: a fazenda Potreira, à margem direita de rio Negro, de Antônio Alves Ribeiro; a fazenda Taboco, de José Alves Ribeiro, junto ao rio Aquidauana; a fazenda de Antônio Tomé Ribeiro, à margem do rio Taquari; a fazenda Santa Luzia de Antônio José da Silva, entre os rios Correntes e Piquiri; as fazendas Firme e Piraputanga de Joaquim José Gomes da Silva, o barão de Vila Maria, próximas a Corumbá. Também ali se expandiram os descendentes de outros representantes da aristocracia rural do norte da província, tais como de Estevão Alves Correia, Antônio Correa da Costa, Jerônimo Joaquim Nunes, famílias Metelo e Albuquerque (GUIMARÃES, 1999).

[412] Em direção a São Paulo, o movimento da população mineira deu-se através dos rios da bacia do rio Grande e daí pelas terras banhadas pelo rio Moji, Piracicaba e Tietê, povoando principalmente a área central da província de São Paulo, nas áreas de Mogi-Guaçu, Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Franca (PRADO JR., 1996).

[413] O avanço da colonização mineira sobre as áreas vazias do sul de Goiás deu origem à questão de limites entre Minas Gerais e Goiás. Os quatro irmãos Garcia Leal, foram ao governo de Goiás solicitar proteção e ajuda. Não obtendo êxito,o fizeram junto ao governo de Mato Grosso, tendo a resposta em 1838, assinando-se uma carta de anexação, sob orientação do delegado do governo de Mato Grosso, com a ereção do povoado de Santana de Paranaíba à freguesia (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991). Iniciou-se a guerra de limites entre as duas províncias. Houve novos entendimentos em 1919, num Congresso Brasileiro de Geografia e submetido a um Juizo Arbitral, com ganho de causa para Mato Grosso em 1920, surgindo a lei em 1921, não aceita pelos goianos. Houve nova tentativa em 1930, ainda sem solução.

Os sertanistas mineiros[415] contratados pelo governador José Saturnino Pereira da Costa, na abertura da picada do Piquiri, terminada em 1836, continuaram suas explorações, sob os incentivos da província, estabelecendo posses com os familiares, durante a década de 30 do século passado[416]. Avançaram, inicialmente, sobre o território contíguo da bacia do Paraná, incluindo as áreas em litígio com Goiás, até os rios Ivinhema e Vacaria. Nesse empreendimento, os sertanistas puderam contar com a participação de novas famílias de pecuaristas mineiros, que vinham se expandindo territorialmente pelo sul de Minas, rios

Paranaíba e Grande[417].

As famílias mineiras recém-chegadas, adensaram-se, estrategicamente, por orientação do governo de Mato Grosso, junto às áreas litigiosas desse estado com Goiás[418] e à margem direita do rio Ivinhema/Brilhante[419], hoje, municípios de Paranaíba e Maracaju.

---

[414] A expansão da colonização mineira também trouxe problemas de litígio com Goiás e São Paulo. Com Goiás, foram resolvidas em 1816, quando a região Sul passou para o território de Minas Gerais, essa conhecida hoje como Triângulo Mineiro. Já a corrente demográfica dirigida ao sul, em direção de São Paulo, também gerou litígios de limites, solucionados apenas em 1936.

[415] Note-se que a historiografia local reporta-se à origem dos sertanistas e primeiros colonizadores desse período, Joaquim Francisco Lopes e José Garcia Leal, como sendo Minas Gerais, vindos pelo Triângulo Mineiro e pelo rio Tietê em São Paulo. Pedrosa (1986, p.11), ao relatar as bravuras da família dos Barbosa, que acompanhou a família do sertanista Joaquim Francisco Lopes, nascido em Piumi, mostrou suas origens anteriores ligadas a Sabará e depois Uberaba e Franca, vindo em direção à província de Mato Grosso, através do rio Tietê. José Garcia Leal teria vindo de Monte Alto, Minas Gerais, que ficava à margem direita do rio Grande.

[416] A primeira caravana de reconhecimento das terras do sul da província, liderada pelo sertanista mineiro, Joaquim Francisco Lopes contratado pelo presidente da Província, deu-se em 1829 (GUIMARÃES, 1999).

[417] Deram-se nos anos de 1831, quando os mineiros atravessaram, com suas famílias, o rio Paranaíba, em direção à sua margem esquerda, e ao primeiro afluente da margem direita do rio Paraná (rio Verde), onde ocorreram as posses iniciais; em 1834 foram trazidas novas famílias. Em 1835, esses exploradores e colonizadores desceram o rio Paraná, criando novas posses junto ao rio Taquarussu e rio Verde. Em 1836, os sertanistas acabaram de abrir a picada do Piquiri, entre o destacamento militar do rio desse nome até o rio Paraná. No mesmo ano, Joaquim Francisco Lopes, a partir das nascentes do Sucuriú, chegou até o atual município de Costa Rica, atravessando o rio Jaurú e daí, mais ao sul, até a sua foz, no atual município de Coxim, avançando por terra até o atual município de Rio Verde. Daí atravessou as nascentes do rio Negrinho até chegar às nascentes do rio Taboco no atual município de Rio Negro, atingindo daí, o Presídio de Miranda. Atravessou o rio Aquidauana, até atingir a fazenda Camapuã, retornando para o Presídio de Miranda e daí, seguiu por rio até a capital da província, Cuiabá, relatando o resultado de suas explorações e posses (GUIMARÃES, op.cit.).

[418] Para essa área, veio o mineiro e sertanista José Garcia Leal, com familiares, em 1831, atraindo posteriormente novas famílias. Sob orientação provincial e com ajuda dos sertanistas, os moradores aglutinados no território em litígio com Goiás, enviaram ao presidente daquela província, uma solicitação de anexação da área desbravada, chamada então de "sertão dos Garcia", em 1838, reenviada ao governo imperial. No entanto, em 5 de agosto de 1849, o governador de Goiás ainda reconhecia como limite sul de sua capitania, o rio Pardo (PEDROSA, 1986).

[419] Em 1839, um dos grupos familiares mineiros dos Barbosa, que vinha acompanhando a família Lopes, veio para o atual município de Maracaju (fazenda Boa Vista), seguidos em 1844, pela família Sousa Antônio (fazenda Água Fria). Em 1845, quando o major Beaurepaire Rohan, esteve em viagem de inspeção pela província, deparou-se com um contingente de moradores na fazenda Boa Vista na Vacaria relativamente ampliado, levando-o a descrever o local como "povoado" de Vacaria (GUIMARÃES, op.cit.).

3.3 Incorporação política à província de Mato Grosso

3.3.1 Segunda ascensão da hegemonia inglesa no capitalismo internacional (1848-1873)

Sob a hegemonia da Inglaterra, surgiu a segunda onda de inovação tecnológica do capital no setor industrial, deslocada da anterior indústria de tecidos para o ramo da produção do ferro e do aço[420], impulsionando a construção de ferrovias e do barco a vapor[421]. A implantação das ferrovias na Inglaterra favoreceu a indústria de bens de capital. Conforme relata Hobsbawn (1986), a década de 1840, foi caracterizada pela "mania ferroviária", havendo a disseminação desse meio de transporte pelo mundo, com capital, materiais e equipamentos britânicos. Ao mesmo tempo, a industrialização inglesa e francesa passou a se expandir, atingindo a Alemanha, os Estados Unidos e a Bélgica.

Mas, a indústria britânica, continuou dependendo, para sua expansão, tanto de matérias-primas como de alimentos do mercado externo[422], procedendo à organização de uma rede de fornecedores em nível internacional, possibilitada pela abertura de mercados por parte de países de além-mar.

Embora o crescimento populacional do país tivesse sido grande, os industriais ingleses depararam-se com limites internos para o consumo de seus produtos oriundos da indústria têxtil, de modo que continuou sendo importante a organização de um mercado consumidor de produtos industriais. Nesse caso, os ingleses promoveram a expansão do comércio internacional, numa forma de acumulação extensiva, horizontal e geográfica (Mamigonian, 1989, p.21).

Desse modo, a Inglaterra, através do polo industrial, foi constituindo a

---

[420] O forte aumento da produção de ferro deu-se na inovação dos altos-fornos e a produção do aço foi altamente incrementada com a invenção do conversor Bessemer, em 1850 e a fornalha tipo Siemens-Martin, na década de 1860 (HOBSBAWN, 1986).

[421] Com a invenção da hélice, em 1840 e a utilização do casco de ferro nos navios a vapor, pôde-se vencer a resistência das águas, conferindo maior velocidade e ampliar a dimensão das embarcações e da tonelagem das cargas transportadas.

[422] Conforme Hobsbawn (1969, p.125), o comércio internacional era forçoso para a Inglaterra, cujos suprimentos internos de matérias-primas não eram muito grandes e, desde meados do século XIX, o país não pode mais garantir o seu abastecimento na produção agrícola interna. Furtado (1978, p. 50), lembra que o protecionismo de que viviam os produtos agrícolas ingleses, repercutindo na elevação dos preços internos desses produtos e criando barreiras alfandegárias, foi sendo abolido, com a ascensão da burguesia industrial de idéias livre-cambistas.

Divisão Internacional do Trabalho, cada vez mais facilitada pelo avanço e redução de custos dos transportes marítimos e fluviais. Assim, os produtos industriais que circularam no mundo, nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, de acordo com Furtado (1971, p.51), dois terços já eram de origem inglesa.

O novo fluxo de crescimento econômico oriundo do centro dinâmico industrial, sob a hegemonia inglesa, ao contrário do regime colonial, além de mais intenso, tomou a forma de dupla mão. A atividade comercial dos fornecedores com a metrópole passou a envolver fluxos de ida e volta de produtos, aprofundando as relações entre os dois sistemas, ao mesmo tempo favorecendo o processo de integração dialética, assim como a perificidade do sistema brasileiro em relação ao polo industrial inglês.

Quanto aos países fornecedores de produtos primários, Furtado (op.cit., pp. 55-57) classificou em três: (1)os exportadores de produtos agrícolas de clima temperado, com agricultura extensiva em terras de boa qualidade[423]; (2)os exportadores de produtos agrícolas de clima tropical[424], com mão de obra abundante sujeita a baixos salários; (3)os exportadores de produtos minerais, com produção altamente especializada e de baixos salários, controlada pelo capital europeu.

Essa fase de triunfo definitivo do capital industrial sobre o capital comercial, com a consolidação e fortalecimento da burguesia industrial européia, como classe detentora do poder, acompanhada da necessidade cada vez maior de um conhecimento sistemático do mundo em termos de recursos naturais (alimentos e matérias-primas), de fé no futuro, e de estabelecimento da ordem econômica em nível internacional, trouxe uma nova forma de pensar, oriunda do centro dinâmico internacional.

As idéias difundidas em rede, a partir da intelectualidade dos países industriais europeus, apontaram principalmente preocupações racionais com o método de sistematização do conhecimento, especialmente do ambiente natural. Portanto, a subjetividade do romantismo anterior foi sendo substituída por uma nova forma de pensamento, calcada na objetividade científica do empirismo materialista.

---

[423] No primeiro caso, onde se incluíram a Argentina e o Uruguai, as áreas agrícolas transformaram-se em verdadeiras fronteiras de avanço do cultivo europeu, concorrendo com ele e atraindo para si infraestrutura de transportes e técnicas do velho continente (FURTADO, op.cit.).

[424] No caso dos países de agricultura tropical de exportação, como o Brasil;, Colômbia, Equador, América Central e o Caribe, os cultivos abriram frentes de colonização, no quadro das economias tradicionais. Os preços dos produtos ganharam competitividade internacional, em função da abundante quantidade de força de trabalho barata incluída no processo produtivo. Com raras exceções, não constituíram fator de desenvolvimento para as áreas produtoras (FURTADO, ibidem).

A preocupação com a realidade do mundo natural, em termos do que podia oferecer como recurso para o setor econômico industrial resultou na exacerbação da importância conferida ao território a ser conquistado para a sobrevivência e acumulação. Isso explicou a origem dos pensamentos deterministas da natureza sobre o homem e as mentalidades geopolíticas por parte dos governantes de Estado. O reconhecimento e conquista de territórios, parte a parte, até atingir o todo, exigiram descrição e análise, de cunho cada vez mais positivista.

O apogeu causado pela segunda onda de inovação tecnológica do capitalismo industrial trouxe também o fenômeno europeu da explosão urbana e do novo modo de vida das populações concentradas nas cidades industriais do século XIX. O mundo interior de cada indivíduo, ao interagir com o novo ambiente de vida, foi se transformando, de modo a alterar a percepção do mundo exterior, resultando num novo nível de consciência coletiva, do tipo realista, expandindo-se em rede, do centro dessas transformações para a periferia[425].

3.3.2 Equilíbrio de forças entre os nascentes Estados nacionais da bacia do Rio da Prata

Terminado o conflito entre Brasil e Argentina (Questão do Prata), a classe já significativamente importante dos saladeristas (fabricantes de charque), concorrentes dos brasileiros, deflagrou a guerra civil argentina, sob o comando de Juan Manuel Rosas, um representante do caudilhismo[426], apoiado pelos *montoneros* e *farroupilhas.*[427] Rosas ao

[425] A preocupação em recriar artisticamente no mundo imaginário, a realidade baseada em impressões sensoriais e descrições objetivas, conferiu o momento da expressão da arte realista. De modo geral, houve uma forte preocupação em se precisar o real, o verdadeiro, baseado na observação e análise.

[426] Rosas, segundo Barbosa (1995: 134), teria sido o supercaudilho, por ter sido o mais centralizador de todos os chefes de governo da Argentina. Para essa autora, compreender Rosas é compreender a essência do caudilhismo, penetrando no âmago da cultura gaúcha, uma figura que emergiu dos pampas, como um chefe provinciano, em perfeita sintonia psíquica com seu povo, os gaúchos. Conseguiu representar os valores, tradições, costumes, comportamentos da cultura gaúcha (altivez, individualidade, independência, fanfarronismo passional). Em função disso, foi capaz de movimentar emoções, integrantes do sentimento nacional geral. Dominava, portanto, o subconsciente das massas.

[427] Os *montoneros* foram formas populares de manifestação armada, constituídos por estancieiros, comerciantes e a plebe em geral. Já os *farroupilhas* corresponderam à forma brasileira dos *montoneros.* Sob a influência de Rosas, Bento Gonçalves, no sul do Brasil tinha deflagrado o movimento separatista, proclamando a República de Piratini. Diante disso, o imperador apoiou o unitarista uruguaio Rivera a combater o federalista Oribe apoiado por Rosas. Mas a atitude competitiva de Rosas diante dos charqueadores brasileiros aproximou os farroupilhas de Rivera. Este, mais tarde, em desavença com o império brasileiro, passou a apoiar os rebeldes farroupilhas do Rio Grande. Perseguiu os monarquistas e aboliu a escravatura do país, ampliando os esforços do Império para conter os revoltosos (BANDEIRA, 1995).

assumir o governo argentino em 1829, buscou a unificação e organização do país, sob princípios federalistas, além de ter procurado fortalecer a condição exclusivista do comércio do porto de Buenos Aires, fechando o rio Paraguai à navegação estrangeira[428].

Desse modo, restabeleceu-se novo confronto entre Argentina e Brasil, e mais tarde com Oribe no Uruguai, aliado de Rosas. Oribe passou a ter conflitos com os charqueadores do Rio Grande do Sul, resultando em desvantagem competitiva com os argentinos. A conseqüência foi a decadência dos negócios do charque brasileiro em meados do século XIX, com a ascendência da participação argentina no fornecimento desse produto para os mercados consumidores do Brasil.[429]

Diante dos estremecimentos do governo inglês e brasileiro com relação ao fim do tráfico de escravos, culminando com a lei do Bill Aberdeen, os ingleses aproximaram-se da Argentina, procurando protegê-la do bloqueio comercial francês. Sob a proteção dos ingleses, Rosas aproximou-se dos comerciantes, buscando a unificação territorial[430]

No sul da província, os paraguaios, sob o comando de Francia, necessitando expandir-se territorialmente, para fazer frente ao crescimento autárcico, passaram a insistir na reivindicação das antigas missões jesuíticas do Itatim, do rio Branco ao rio Apa, levantando as questões fronteiriças não solucionadas anteriormente pela Comissão Demarcadora. Por outro lado, o império brasileiro continuou se defendendo, com base no princípio do *uti possidetis* .

Nesse sentido, foram tentadas soluções diplomáticas por parte do governo imperial brasileiro, já em 1826, visando negociar a livre navegação pelo rio Paraguai e a

---

[428] Rosas estava interessado em anexar o território uruguaio e paraguaio, de modo a restabelecer o vice-reinado do Prata. Nesse sentido, buscava nacionalizar a bacia do Rio da Prata, para consolidação do exclusivismo comercial do porto de Buenos Aires, exigindo que os melhores portos internos da bacia começassem a comercializar por intermédio de Buenos Aires e fechando o rio da Prata e seus afluentes à navegação estrangeira (BANDEIRA, op. cit.).

[429] Segundo Bandeira (op.cit., p. 102), nessa época, o Brasil já contava com aproximadamente 6 a 7 milhões de habitantes, sendo pelo menos a metade, constituída de escravos. O Rio Grande do Sul não chegava atender, mesmo a terça parte das necessidades do mercado de consumo. Muitos *saladeristas* gaúchos (estancieiros) ainda mantinham propriedades de engorda de gado no Uruguai, passando ao lado brasileiro, sob a forma de contrabando, mas que ficaram aprisionados pela perseguição de Oribe. Prejudicados, os estancieiros passaram a invadir o Uruguai, para obter o gado e trazer de volta os escravos foragidos e protegidos do governo uruguaio.

[430] Ao criar a Lei de Aduanas, em 1838, abandonou os princípios federalistas, buscando agir como homem unitário, com base nos privilégios do monopólio instituído no comercio portuário de Buenos Aires, aproximando-se dos comerciantes. Foi a sua derrocada, tornando-se vencido em 1852, na batalha de Caseros, rompendo-se o equilíbrio de forças na bacia do Rio da Prata, em favor do Brasil. Em 1853, uma nova Constituição foi promulgada, fortalecendo o poder executivo, uma pretensão dos unitaristas (BANDEIRA, 1995).

questão dos limites[431]. No entanto, o acordo foi dificultado, em função da solução exigida por Francia, com relação aos freqüentes ataques dos índios guaicurus às estâncias paraguaias[432].

A chave da defesa da livre navegação pela bacia do rio da Prata, diante do impedimento de internacionalização da bacia pela Argentina, passou a ser a garantia da independência do Uruguai e Paraguai. Em 1843, o governo brasileiro, com dificuldades nas lutas fronteiriças do sul, contra Oribe no Uruguai, buscando convencer os argentinos a não anexar a República do Uruguai[433], procurou nova aproximação diplomática com o governo paraguaio. Tentou novamente resolver as questões dos limites, de modo a garantir a livre navegação pelo rio Paraguai[434].

O governo do presidente Carlos Lopez, para evitar a consolidação dos planos de Rosas, também procurou aproximação do império brasileiro em 1846. Enviou ao Rio de Janeiro a "Missão Gelly", propondo um convênio com o Brasil contra as intenções de Rosas[435], e o fim das disputas fronteiriças, aceitando como terras brasileiras, aquelas localizadas entre a "serra de Amambaí" (ou Maracaju) e o rio Paraná, a partir da barra de Iguaçu ao salto de Sete Quedas, enquanto que o território localizado entre a "serra do Amambaí", rio Apa e rio Branco (afluente do rio Paraguai ao sul do rio Miranda) tornar-se-ia uma "Zona Neutra". Mas, o Brasil não aceitou a proposta paraguaia, insistindo sobre o

---

[431] A viagem flúvio-marítima até o Rio de Janeiro durava em média um mês, em contraponto à terrestre cujo tempo de viagem era quintuplicado.

[432] De fato, a dificuldade em encontrar cavalos, cada vez mais solicitados pelos produtores rurais, instigou os índios guaicurus a promoverem o contrabando fronteiriço, atacando e roubando cavalos das estâncias paraguaias. Conforme relatos históricos paraguaios de Juán Crisostomo Centurion (*apud* GUIMARÃES, 1999, p.69-70), os índios quase devastaram os estabelecimentos pastoris, para além do rio Apa, forçando grande parte dos moradores da vila de Concepción a migrarem, exigindo a presença de forças militares na fronteira. Portanto, Francia, havia exigido do imperador brasileiro, o pagamento dos prejuízos pelas depredações. Como o acordo não fora obtido, também não houve negociação com relação à livre navegação (BANDEIRA, 1995).

[433] Diante da possibilidade da ascensão de Oribe com ajuda argentina de Rosas, estaria consolidando o fechamento do rio da Prata, pelas duas bandas. E o governo imperial do Brasil, com suas forças concentradas na luta contra os *farrapos*, não se encontrava em condições de enfrentar os exércitos dos uruguaios e argentinos (BANDEIRA, op. cit.).

[434] Em 1843, portanto, o governo imperial brasileiro enviou o cônsul geral, com a finalidade de reconhecer a independência do Paraguai, negociando um "Tratado de Amizade, Comércio e Navegação", mesmo sob os protestos dos ingleses (Bandeira, ibidem). Mas,os ingleses, que estavam vivendo momentos de fortes conflitos com o Brasil, em função do fim do tráfico de escravos, tinham receio de que uma derrota de Rosas pudesse desarranjar a ordem interna estabelecida na Argentina. A estabilidade dessa estrutura de alianças entre os comerciantes e estancieiros interessava tanto aos ingleses como aos franceses (BANDEIRA, ibidem).

[435] O império brasileiro tinha problemas com a liderança de Rosas sobre os estancieiros gaúchos, nas áreas fronteiriças do sul do país. Esses haviam se insurgido contra a burguesia comercial ligada aos interesses europeus e contra o governo brasileiro, tentando proclamar a República de Piratini, sob a liderança de Bento Gonçalves. Como prolongamento desses conflitos entre estancieiros federalistas e comerciantes unitários, também havia surgido no Uruguai, os dois blocos políticos de *blancos* e *colorados*, ameaçando a monarquia centralizadora e escravista do Brasil (BANDEIRA, 1995).

princípio do *uti possidetis* na definição da linha fronteiriça.

3.3.3 Novos ajustamentos do Brasil pela integração ao capitalismo industrial em sua fase ascendente

O Brasil, no início da nova fase expansiva do capital industrial, sob a hegemonia inglesa (1848-1873), deu início ao segundo reinado. Viveu momentos de fortes atritos políticos com a metrópole industrial, dada a pressão dela originada, como forma de ajustamento dos dois sistemas, ou seja, à nova ordem que se pretendia estabelecer, onde se impunha o fim das relações escravistas. A não obediência brasileira aos novos comandos trouxe a lei inglesa do Bill Aberdeen, com a suspensão das relações diplomáticas e o fim dos tratados comerciais entre a Inglaterra e Brasil.

O café no Estado de São Paulo constituiu a exceção entre os produtos agrícolas tropicais de exportação, organizados pela rede dos países fornecedores ao mercado industrial europeu, na medida em que constituiu fator de desenvolvimento interno.

As extensas áreas do Oeste paulista, com solos apropriados, por onde avançou o cultivo cafeeiro, puderam contar com um forte contingente de mão-de-obra escrava, propiciando o surgimento de grandes plantações, atraindo para si uma infraestrutura moderna de transportes e acumulação. Resultou em acumulação para a classe de produtores rurais e na criação de um importante mercado interno, possibilitando a dinamização do setor econômico de subsistência[436].

As idéias que caracterizaram o pensamento realista e cientificista do racionalismo europeu foram desencadeadas no Brasil com certo descompasso em relação ao centro irradiador do velho continente. Na fase de expansão capitalista, as idéias do Romantismo ainda estavam presentes, na busca ainda não terminada da identidade nacional e

[436] A borracha, oriunda do látex da *hévea brasiliensis*, encontrada na floresta amazônica, recebeu estímulos de produção, especialmente a partir de 1845, quando surgiram os pneumáticos infláveis e a borracha sólida nas rodas. Entretanto, a extração do látex cresceu, especialmente, no final do século, quando os pneumáticos passaram a ser produzidos em larga escala comercial, mediante a invenção da borda côncava por C.K. Welch. O algodão brasileiro, principalmente do Maranhão, também passou receber forte procura internacional, com a Guerra de Secessão, ocorrida nos Estados Unidos entre 1860 e 1865.

na denúncia ao tráfico e à situação de vida dos escravos[437].

Com a ascensão de D. Pedro II ao poder, em 1840, restabeleceu-se o centralismo de Estado, com a habilidade em se alternar no governo, as duas classes sociais dominantes, a dos proprietários rurais e a dos comerciantes, representadas respectivamente, pelos partidos Conservador[438] e Liberal, uma forma de política de representação das elites, sem participação popular.

A partir da abdicação de D. Pedro I, emergiram os primeiros partidos políticos[439] (partido restaurador, partido conservador e partido liberal), incorporando as tendências dos projetos de Estado existentes na mentalidade coletiva das diferentes classes dominantes, mas ainda sem expressão nacional em caráter inicial. Por outro lado, esses partidos foram importantes, nesse período, na medida em que possibilitaram a mobilização da aristocracia rural dispersa, saindo do estágio de solidariedade intra-clânica, para avançar àquele da solidariedade entre os clãs.

Os governadores das províncias foram se transformando na expressão oligárquica dos fortalecidos e isolados clãs rurais, durante o processo anterior de substituição de importações na medida em que iam se incorporando à nova economia de exportação[440].

---

[437]Incluíram-se entre os pensadores e artistas, segundo a Literatura brasileira, aqueles que assumiram a atitude liberal-progressista, rebelando-se contra as instituições consideradas anacrônicas, engajando-se nas grandes causas sociais, como a escravidão, além de expressar a crença no progresso a partir de um ideal republicano. Assim vieram se juntar aos relatos e poesias indianistas, a poesia social para ser declamada em público e os romances escritos principalmente por Castro Alves. O negro passou a ser incorporado ideologicamente como raça brasileira, exatamente nesse momento em que se iniciava o movimento abolicionista entre as classes intelectuais. Também esse período foi caracterizado pelas idéias dos intelectuais que, ao expressar as característica do Romantismo Nacional, mostravam a preocupação com a identidade do povo brasileiro. Através de romances regionalistas, sertanejos, os intelectuais buscaram exaltar a cultura popular e a natureza, nutrida pelo senso da história, da geografia e dos problemas humanos, associando o olhar científico e artístico com o lado pitoresco. Tinham como suporte, a realidade vivida e observada pessoalmente, onde geralmente procuravam mostrar a comunhão entre a natureza e os sentimentos de nobreza dos personagens.

[438] O Partido Conservador incorporou os dois partidos anteriores, o Restaurador e o Conservador (MACHADO, 1980).

[439] O partido português, formado por aqueles que queriam a volta de D.Pedro I, sob a liderança dos irmãos Andrada, passou a ser denominado Partido Restaurador, também chamado pejorativamente de "Caramuru", no sentido de retrógrado, sendo constituído dos comerciantes portugueses tradicionais, dos altos burocratas do Estado e dos que ocupavam a altas patentes, além de alguns elementos conservadores da aristocracia rural e de pessoas ligadas ao palácio imperial. Os liberais moderados, constituídos dos grandes aristocratas rurais, alguns bacharéis, magistrados, altos burocratas, jornalistas, caracterizaram-se como conservadores com algumas propostas dos liberais, embora não quisessem a volta do imperador, e tendo como proposta o federalismo, formando em 1836, o Partido Conservador, sendo apelidados de "Chimango" no Rio Grande do Sul, pela sua pouca expressão. Finalmente, os liberais exaltados, constituídos principalmente pela classe dos comerciantes dissidentes, os mais dinâmicos e progressistas e de alguns aristocratas rurais, além de intelectuais e dos jovens oficiais, veiculando as idéias liberais através de sociedades secretas, e defendendo a idéia de uma república federativa, com províncias autônomas, constituíram o Partido Liberal, denominado no sul de Farroupilha (BARBOSA, 1995).

[440] Os senhores de terra buscaram ampliar seus poderes de chefe de clã para de chefe local, disputando postos de importância junto à Guarda Nacional e os títulos nobiliárquicos. Mas, os partidos políticos de representação dos interesses dessa classe, foram importantes, na medida em que conseguiram articulá-los em nível da província, dando suporte ao partido dos governadores. A fidelidade popular ao partido do "coronel", quando não por simpatia, passou a se dar como recurso de defesa

No entanto, a extinção do tráfico de escravos tornou-se ameaça à ordem produtiva interna da fazenda. De um lado, tinha repercutido na elevação dos preços, implicando no aumento dos custos de produção, tornando inevitável a abolição da escravatura[441]. De outro, passou a significar ameaça ao aparecimento de pequenas explorações agrícolas , pela nova geração de ex-escravos, que tentariam recompor sua família em áreas devolutas do estado, ainda existentes em grandes extensões.

Para que os problemas não se agravassem, segundo os interesses dessa classe, no mesmo ano da lei da suspensão do tráfico, foi assinada outra, prevendo uma política de imigração para estrangeiros, sobretudo europeus, visando estabelecer uma oferta de trabalhadores livres e experientes em atividades de produção agrícola.

No entanto, essa nova entrada de trabalhadores poderia não ser solução, na medida em que o país ainda contasse com tamanhas extensões de terras devolutas disponíveis para o cultivo e criação. Nesse caso, a estratégia de estado, foi a de também, no mesmo ano, tornar disponível a ocupação das terras apenas por meio de compra. Assim, somente aqueles que detivessem o capital, poderiam ter acesso a elas.

Nesse caso, conforme nos colocou Souza Martins (1986, p.59) a Lei de Terras de 1850, proporcionou as garantias legais para que se pudesse continuar submetendo a mão-de-obra do trabalhador aos interesses dos fazendeiros e comerciantes[442]. Assim, num regime de trabalho livre, a terra teve que ser cativa, tornando-se meio para submeter o trabalho.

Mas, por outro lado, as terras deixaram de se constituir em concessão do imperador ao senhor, desaparecendo as relações de vassalagem entre o fazendeiro e a Coroa.

---

pessoal diante das arbitrariedades a que poderia cada indivíduo ficar sujeito no âmbito do isolacionismo do seu local de vivência (BARBOSA, op.cit.).

[441] A mão-de-obra escrava, pela forma como foi arrebanhada e utilizada no sistema escravista, esfacelando a unidade familiar, nunca pode ser reproduzida biologicamente, tendo havido necessidade freqüente de se proceder ao afluxo de novos contingentes, pelo tráfico internacional (RANGEL, 1981). Com a interrupção do comércio escravista e, finalmente, a reserva mais importante de negros africanos existentes, estava nos quilombos, onde esse segmento social vivia em condições pré-escravistas de trabalho, portanto sem experiência adequada para os novos processos produtivos.

[442] Em 1873, o governo estendeu o crédito hipotecário à fazenda, com suas instalações e plantações, o que veio, segundo Souza Martins (*ibidem*.,p. 30) garantir a expansão do café em direção ao oeste de São Paulo, na região de Campinas, substituindo aí os anteriores cultivos de cana-de-açucar. No entanto, como tal solução pouco interessou aos agentes comissários, banqueiros e comerciantes, que não tinham interesse em ser fazendeiros, os mesmos transformaram hipoteca apenas os resultados do trabalho, ou seja, a produção das fazendas. Nesse caso, tornou-se estratégico por parte dos fazendeiros, permitir a fragmentação da propriedade, para uso dos imigrantes, como forma de valorização especulativa da terra. Nesse caso, criou-se condição de poupança à mão de obra imigrante na fazenda, visando a compra da futura propriedade, através do regime do colonato. Assim, o imigrante conquistaria a propriedade de sua terra, pelo trabalho anterior nas terras do fazendeiro.

Assim, pela apropriação das terras remanescentes e legitimação das posses existentes, o fazendeiro é quem passou a reproduzir relações de vassalagem dentro da unidade produtiva[443], ao conceder parte de suas terras a famílias produtoras, sob a forma de arrendamento e parceria[444].

Assim a fazenda foi tendendo, cada vez mais, a tornar-se internamente feudal e externamente uma empresa comercial, dando origem à classe progressista dos barões-comerciantes, os dissidentes da classe latifundiária, que posteriormente vieram caracterizar o período republicano.

Como o valor de mercado da fazenda passou a estar baseado no que a terra podia produzir, ou seja, no trabalho materializado nas plantações, o fazendeiro passou a se interessar pela constante abertura de novas fazendas de café, em terras férteis virgens recém-desmatadas, que propiciavam maior produtividade.

A fonte de lucro passou a estar na renda diferencial obtida pela maior fertilidade agrícola das terras. Com base nessa renda diferencial, os fazendeiros do oeste de São Paulo foram incentivados a constituir companhias ferroviárias, para estenderem os trilhos até as novas fazendas, sucessivamente abertas em direção ao Oeste[445].

O governo imperial, no entanto, ao continuar mantendo sua ação centralizadora e tuteladora da nação, interveio no momento da extinção do tráfico de escravos imposta pelos ingleses, representando também os interesses da classe comerciante. Incentivou a canalização do capital acumulado com esse comércio, para novos empreendimentos

---

[443] Os fazendeiros, detentores do poder de compra, buscaram absorver todas as terras devolutas agricultáveis, criando, segundo Rangel (1981, p. 22) a condição feudal do "*nulle terre sans seigneur*" (nenhuma terra sem proprietário). Assim, dentro da fazenda, as relações foram sendo cada vez mais feudais, enquanto que da porteira para fora, o fazendeiro foi sendo o próprio responsável pela colocação no mercado da mais valia obtida, comercializando a sua própria produção.

[444] Tornou-se oportunidade de reunir novamente a família do trabalhador agrícola, esfacelada no tempo da escravidão, tornando-o mais interessado no resultado do próprio trabalho, resultando em maior produtividade que a do regime escravista. A posse da terra dada ao trabalhador, mesmo ex-escravo, dentro da propriedade do fazendeiro, como oportunidade de reconstituir a família e retirar da terra o seu sustento, entregando ao senhor o trabalho excedente pelo uso da terra, tornou-se a fórmula adotada para fazer o trabalhador interessar-se pelo seu trabalho, contribuindo no aumento da produtividade (RANGEL, 1981).

[445]O barão de Mauá, com os incentivos governamentais, construiu a primeira ferrovia brasileira em 1854, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis (apenas 14 quilômetros). Depois, com capitais ingleses, construiu a ferrovia D. Pedro II, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Também foram com capitais ingleses que se construiu a São Paulo Railway, ligando o porto de Santos a Jundiaí.Com relação aos trilhos estendidos até as fazendas, por iniciativa dos próprios cultivadores de café, o lucro dessas companhias, segundo Martins (op.cit.,p. 34) tinha origem na renda diferencial, que elas incrementavam, na medida em que iam incluindo ao longo de seu roteiro, as novas terras antes inacessíveis, dentro de um circuito de rentabilidade que tinha o porto de Santos como ponto de referência.

favoráveis à economia de exportação e a uma possível industrialização interna[446].

As atividades de exportação e importação foram altamente dinamizadas pela classe comerciante, favorecendo o seu crescimento e consolidação. Da mesma forma, a implantação dos novos meios de transporte, ferrovia e navio a vapor permitiu a intensificação do fluxo por novas rotas, contribuindo na valorização de novas áreas.

O enriquecimento monetário da classe latifundiária, ligada à classe comerciante nessa fase favorável de exportação, tornou-se incentivo para grande parte desses fazendeiros a se mudarem para as cidades com seu clã familiar, carregando consigo boa parte de sua criadagem escrava e favorecendo o fenômeno da urbanização no Brasil[447].

3.3.4 Colônias militares na defesa fronteiriça contra o Paraguai

Nessa nova fase ascensiva do capital industrial, abriram-se oportunidades de mercado para a província de Mato Grosso, no tocante aos produtos naturais oriundos da flora e da fauna, assim como aos recursos minerais[448], gerando dependência do acesso à navegação pelo rio Paraguai, diante do surgimento do barco a vapor[449].

A ativação do setor de exportação, resultando em acumulação e ampliação do mercado interno do Brasil e países platinos (Uruguai e Argentina), no entanto, possibilitou também a dinamização do setor econômico de subsistência desses países, incluindo a criação

[446] Assim, durante a fase de atritos com os ingleses, surgiram tentativas protecionistas do governo, no sentido de favorecer a industrialização interna, a exemplo do decreto do ministro Alves Branco de 1844, aumentando as tarifas de importação aos produtos industriais com similar no mercado interno (PEREIRA, 1997). A relativa estabilidade obtida politicamente no início do segundo reinado com o ministério da conciliação, acomodando liberais e conservadores, e o fim do tráfico negreiro, os capitais do anterior comércio escravista puderam ser transferidos para as novas oportunidades oferecidas: indústrias, ferrovias, estaleiros, telégrafos e estradas.

[447]O Rio de Janeiro, a cidade mais importante, chegou a apresentar, em 1872, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, uma população de 274.972 habitantes, seguida por Salvador (129.109 habitantes) e Recife (116.171), sem dúvida. De porte menor, entre de pouco mais de 30 mil a 60 mil habitantes estavam mais sete cidades, por ordem de importância: Belém, Niterói, Porto Alegre, Fortaleza, Cuiabá, São Luís, São Paulo.

[448]Ao norte da província, foram valorizados principalmente recursos vegetais da Amazônia (ipecacuanha e borracha), segundo Mamigonian (1986), assim como animais (penas de garça, peles de veado e onça, couro de boi). Todos esses produtos extrativos ficaram muito dependentes da bacia do Prata, como via de circulação mais rápida

[449]A atividade extrativa dos seringais estimulou habitantes de Cuiabá e Diamantino a atuarem junto as nascentes do rio Tapajós e ao longo do rio Guaporé, chegando a atingir os afluentes do rio Madeira. A exploração da ipecacuanha, revitalizada nesse período, atingiu principalmente as matas a sudoeste de Cuiabá, junto a Cáceres, enquanto que os recursos animais vinham do Pantanal. A indústria da vulcanização abriu grandes possibilidades ao mercado do *látex* brasileiro, permitindo a quadruplicação do volume de exportações já da década de 1840 para a de 1850. No conjunto do mercado fornecedor amazônico, no entanto, a exportação mato-grossense foi pouco expressiva. Através das informações obtidas no Álbum Graphico (1914, p.34), no auge dos preços obtidos no mercado exportador (1910-12), a produção da província de Mato Grosso não representava mais que 5 a 6% do total das exportações brasileiras.

de gado e a erva-mate[450].

A cidade de Uberaba, situada no Triângulo Mineiro, tornou-se o centro de comercialização de gado mais importante da região, na metade do século passado, visando o abastecimento dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Atraiu para si, as rotas de circulação do gado da província de Mato Grosso, tanto das fazendas da região dos arredores de Cuiabá até o rio Taquari, como aquelas do Sertão dos Garcia e da Vacaria[451].

Incentivadas pelo Estado e pela ampliação de mercados, novas famílias de fazendeiros pecuaristas continuaram atravessando espontaneamente o Triângulo Mineiro (antes pertencente a Goiás), o Norte de São Paulo e o Nordeste das atuais terras sul-matogrossenses, interiorizando-se ao Sul, pela bacia do Paraná, ocupando a região da "Vacaria"[452].

No entanto, em 1845, foi feita uma inspeção pela Província, junto às isoladas áreas de colonização (Albuquerque, Miranda, fazenda Camapuã e Vacaria). A resposta foi uma população ainda incipiente, ou seja, de apenas 664 brancos e 3.834 índios[453]. Até então, apenas quatro povoações tinham sido elevados à categoria de freguesias, pela Divisão Eclesiástica e Civil da Província de Mato Grosso: Albuquerque, Miranda, Paranaíba e Piquiri. Não havia sido criada nenhuma vila.

A intenção em aprovar a lei de Terras, conduziu o governo a uma política de estímulo à obtenção de posse, para futura transformação em propriedade jurídica, nas terras em litígio do sul da Província de Mato Grosso, às novas famílias de pecuaristas mineiros. O objetivo foi o de direcionar o excedente populacional mineiro para ocupação das terras em litígio, ou seja, a antiga região missioneira do Itatim. Tratava-se de uma forma de garantir o *uti possidetis* nessa área, uma vez que a presença indígena não caracterizava esse instituto

---

[450]No tocante ao Brasil, a prosperidade da cultura cafeeira, constituiu um importante mercado interno no Sudeste, para a carne bovina, estimulando o comércio do gado em pé. E enquanto houve a utilização da mão-de-obra escrava, as fazendas produtoras de café favoreceram também os mercados fornecedores de charque, tanto do Rio Grande do Sul, como da Argentina e Uruguai. No caso desses dois últimos, o crescimento do setor de exportação dos produtos oriundos da pecuária e da agricultura de clima temperado, significou, entre outros, a ampliação do consumo da erva-mate.

[451].Nesse sentido, foram tomadas providências pelos governadores da província de Mato Grosso e São Paulo, na ligação da picada do Piquiri e o Picadão, viabilizando o contato direto com os mercados consumidores de carne de São Paulo, através da cidade de Piracicaba, Vila Constituição (GUIMARÃES, 1999).

[452] Guimarães (1999) refere-se a algumas das famílias que vindo do "Sertão dos Garcia" ou mesmo de Faxina (Itapeva) tomaram posses de terras na região da "Vacaria": Silva Pereira, Costa Lima, Pereira da Rosa, Pereira, Botelho, Arruda Fialho.

[453] Cf Relatório apresentado por Henrique Beaurepaire de Rohan ao governador (apud GUIMARÃES, 1999).

jurídico.

Desse modo, as expedições encomendadas pelo barão de Antonina[454] ao sertanista Joaquim Francisco Lopes[455] e os incentivos do Estado, chegaram a resultar na vinda de algumas outras famílias, principalmente de Itapeva (Faxina)[456]. Nesse sentido, o antigo caminho fluvial dos bandeirantes acabou sendo reativado, o do Paranapanema e depois o Tietê, por iniciativa dos governadores das províncias de Mato Grosso e São Paulo, desde 1849, restituindo-se o varadouro, que ligava o rio Brilhante da bacia do Paraná, ao rio Nioaque, na bacia do rio Paraguai[457] (Figura 18).

Mas, a tentativa do governador da Província de Mato Grosso, em 1850, de fortalecer militarmente a posse das terras próximas ao rio Apa, na antiga região missioneira do Itatim, com a construção de um forte junto ao Fecho dos Morros, foi frustrada, resultando nos primeiros conflitos fronteiriços[458].

Em 1853, com a abertura da bacia do Prata à navegação internacional, os benefícios tinham se tornado maiores. A antiga povoação de Albuquerque, porto de Corumbá, foi elevada à categoria de vila em 1850, para ter o porto habilitado ao comércio em 1853, com

---

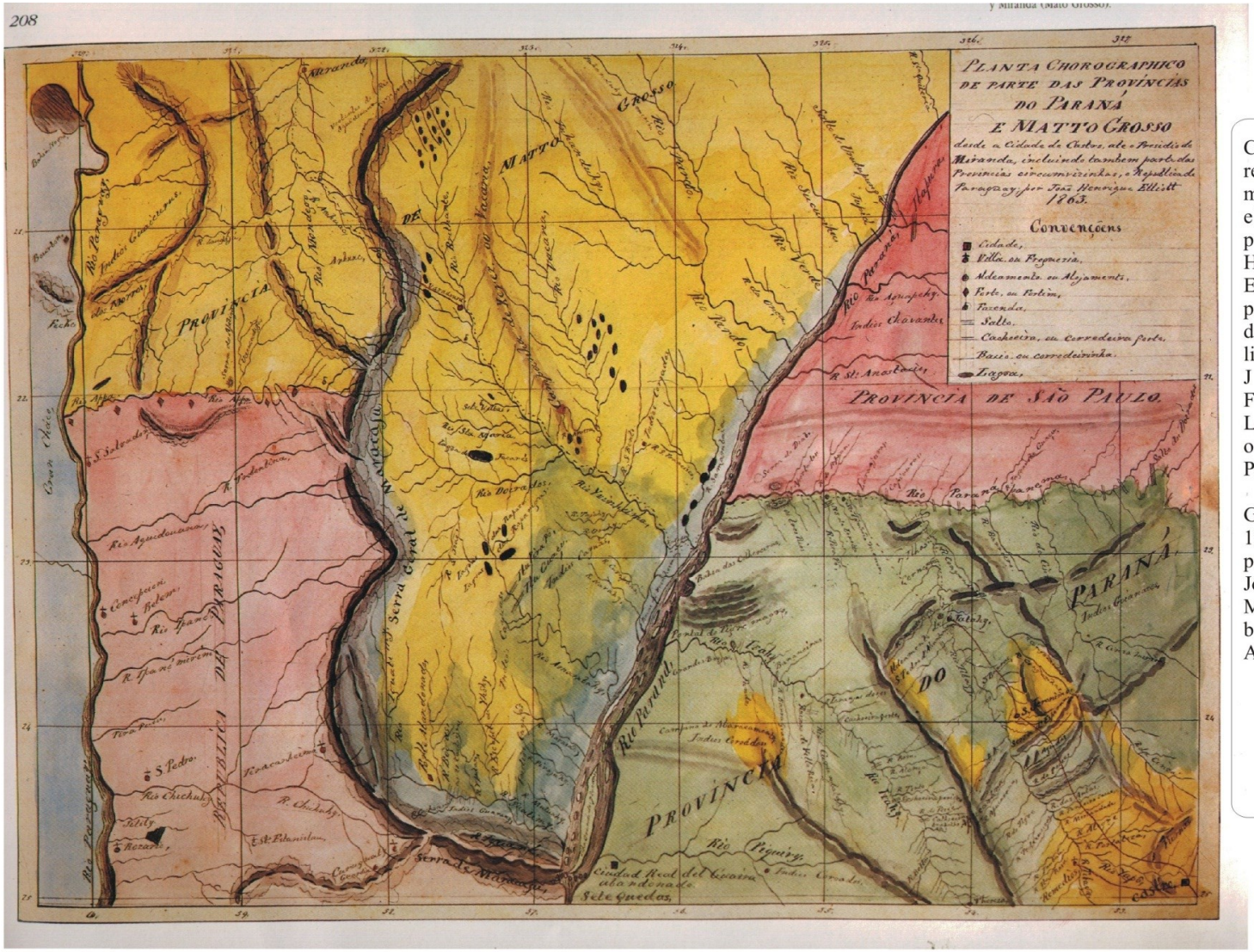
[454] Segundo Pedrosa (1986), que analisou os relatórios de viagem, liderados pelo sertanejo Joaquim Francisco Lopes e acompanhado pelo piloto e cartógrafo inglês, João Henrique Elliott, teriam sido ao todo 8 expedições entre 1845 e 1857. Só atingiram Mato Grosso em julho de 1847, através dos rios Tibagi, Paranapanema e Paraná. Depararam-se com índios caiuás às margens do rio Samamabaia, passando pela fazenda Campo Alegre e Boa Vista. Através de rastros de gado bravio e selvagem, chegaram aos campo de Vacaria até a fazenda Lageado.Atingiram os fortes de Miranda e Albuquerque, encontrando-se com índios layanas e guaicurus pelo caminho. Exploraram a serra de Marcajú e os rios da bacia do Paraná, além dos rios Apa, Miranda e Nioaque (bacia do Paraguai). Fundaram uma das posses de barão de Antonina, onde é hoje a cidade de Nioaque, sob o nome de povoação de São José de Antonina, em 8 de abril de 1849.

[455] Mineiro nascido em Piumi em 1805, ele faleceu em Jataí, Estado do Paraná em 1884 (PEDROSA, 1986). Foi um sertanista conhecido na época, por prestar serviços ao estado, no reconhecimento de áreas inexploradas. Irmão mais velho do "Guia Lopes", conhecido pelos relevantes serviços como guia durante a Guerra do Paraguai. Nas suas expedições feitas ao barão de Antonina, Joaquim Francisco Lopes foi acompanhado pelo o engenheiro João Henrique Elliot, no reconhecimento do roteiro de terras, ligando Jataí ao Mato Grosso, preparando os mapas, memoriais descritivos e reproduzindo lugares através de pinturas.

[456] Em 1846, já três famílias brasileiras tinham atravessado a "serra do Amambaí", no lado requerido por Lopez: as de Gabriel Francisco Lopez, José Carlos Botelho e Antônio Cândido de Oliveira. Gabriel Lopes foi se instalar à margem direita do rio Apa (GUIMARÃES, 1999).

[457] A viagem da Província de São Paulo à de Mato Grosso levavam cerca de quatro meses e pelo varadouro, mais quatro a cinco dias de viagem até chegar a Nioaque. Adequou-se a varação da bacia do Paraná para o Paraguai, para passagem de carretas de boi. Às margens do rio Brilhante, até onde chegavam as canoas, durante as cheias, foi instalado o porto Santa Rosa (GUIMARÃES, op.cit.).

[458] Houve a reação das tropas militares do Paraguai. O forte foi atacado, em outubro do mesmo ano, por cerca de 600 soldados paraguaios, cercando a construção em Estado inicial Teve como represália brasileira, a tomada do forte Olimpo, ao norte do Fecho dos Morros, sob o comando de capitães da tribo guaicuru, com posterior ataque da tribo à população do lado paraguaio. A resposta paraguaia à represália, veio em seguida, com o seqüestro de dona Senhorinha Barbosa e seus filhos, da família de Gabriel Lopes (já falecido), estabelecidos à margem direita do rio Apa. Foi libertada após entendimentos diplomáticos entre os dois países (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991). Em função do conflito, o novo presidente empossado da Província de Mato Grosso, foi um militar experiente da região, o francês naturalizado Augusto Leverger, que em 1851, transportou para o forte Coimbra quatro canhões de bronze vindos da fortificação do Pará (GUIMARÃES, 1999).



Cópia reduzida do mapa elaborado por João Henrique Elliott, participante da bandeira liderada por Joaquim Francisco Lopes,, para o sul da Província de Mato Grosso, entre 1844 e 1847 por ordem de João da Silva Machado, barão de Antonina.

'IGURA 18 - Sul da Província de Mato Grosso na metade do século XIX

a criação da Mesa de Rendas[459]. Mas, em 1854, Carlos Lopez, proibiu a navegação de navios de guerra e barcos mercantes brasileiros no rio Paraguai com destino a Albuquerque, enquanto não fossem resolvidas as questões limítrofes. Diante de uma reação militar brasileira[460], a Inglaterra interveio, apenas amenizando a decisão paraguaia, em acordos posteriores[461]. Na realidade, os paraguaios já tinham decidido armar-se militarmente para enfrentar o Brasil.

Informados desse interesse, o Império brasileiro também passou a implantar estratégias mais efetivas de militarização do território. Nesse sentido, ampliou inicialmente, as defesas junto ao forte Coimbra[462], para depois optar pelo desdobramento do mesmo modelo de militarização do território, aplicado antes no Pará[463], ou seja, as "colônias militares", nos pontos estratégicos junto às principais rotas de circulação e dos limites fronteiriços[464].

As colônias militares surgiram, para dar suporte ao *uti possidetis,* sendo instituídas formalmente em 1850. Tiveram a função, não só de guarnecer militarmente a fronteira, como também de povoá-la, com contingente militar e civil, oferecendo proteção aos colonos que nela se estabelecessem. Nelas, dever-se-ia distribuir terras aos militares voluntários que obtivessem baixa, promovendo o cultivo agrícola e a exploração dos recursos

---

[459] Passou a se chamar Santa Cruz de Corumbá (SOUZA, s.d.).

[460] O governo brasileiro enviou uma esquadra de 20 navios, 130 canhões e cerca de 2.000 soldados, exigindo satisfações dos paraguaios. A intervenção inglesa, no entanto, não foi suficiente para a retirada do decreto e nem pelo convencimento brasileiro de acordo, sem o princípio do *uti possidetis.* Lopez apenas concordou em conceder aos brasileiros o direito de transitar até dois navios de guerra, que não ultrapassassem a carga de 600 toneladas e nem transportassem mais de oito peças de armamento cada um (DORATIOTO, 1991).

[461] Em 1855, foi proposto um novo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, dando-se um ano para ratificarem cláusulas estabelecidas pelos paraguaios. Mas, foram dificultadas, pelo fato dos paraguaios, vinculavam a solução dos limites fronteiriços à liberação da navegação, não aceitas no governo imperial brasileiro. Diante da situação de manutenção do conflito, em 1856, o governo imperial do Brasil tentou nova negociação, que resultou num convênio, dilatando por mais seis anos a solução da questão dos limites. As negociações avançaram até 1858, com o Visconde de Rio Branco, quando ocorreu a franquia da bacia do rio Paraguai à livre navegação brasileira, com uma série de restrições. As embarcações brasileiras teriam que ser inspecionadas no forte Olimpo, já que elas não poderiam ultrapassar o teto de quantidade de tonelagens e de armas transportadas (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991).

[462] O presidente da Província, Augusto Leverger, transformou o Forte Coimbra, durante oito meses (entre 1855 e 1856), em sede provisória de governo. Em 1857, o governo imperial deslocou para o Forte mais um batalhão com 297 praças (GUIMARÃES, op.cit.).

[463] Já implantadas desde 1840, na Província do Pará, em função das pressões de internacionalização da bacia amazônica, por interesses norte-americanos, passavam a ser projetadas para as províncias de Mato Grosso e Goiás, quando se reascenderam os conflitos fronteiriços com o Paraguai (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 1972).

[464] A iniciativa do presidente da Província foi o de realizar um levantamento de engenharia militar, para detectar pontos estratégicos junto às fronteiras descobertas. Buscou-se garantir, a exemplo do que se fizera anteriormente ao norte da província, a circulação das mercadorias, junto às rotas fluviais selecionadas, com as povoações fortificadas (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 1972).

naturais, além de proteger a catequese dos índios[465]. Por outro lado, tiveram ainda a importante função de se transformar em ponto de apoio nas margens despovoadas dos rios, para garantir a navegação fluvial, que se intensificava a partir de Corumbá, garantindo a sua passagem entre a província do Mato Grosso, Paraná e São Paulo.

As colônias militares, projetadas desde 1855, foram se concretizando a partir de 1859, constituindo uma rede de povoados fortificados, em locais estrategicamente escolhidos, ao longo das vias fluviais, desde Itapura em São Paulo, até as áreas litigiosas do sul da província de Mato Grosso[466], ocupando de forma defensiva todo esse território. Nioaque, pela sua localização, ocupou o polo interno de comando e abastecimento dessa rede de colônias militares, integradas através de vias fluviais.

Na navegação pelo rio Tietê, feita por canoas, introduziu-se um barco a vapor, pertencente à Companhia Fluvial Paulista, visando o abastecimento das colônias militares e o Presídio de Miranda, utilizando-se de Nioaque como entreposto. Transferiu-se a sede de Comando do Distrito Militar de Miranda para Nioaque, para melhor retaguarda das colônias recém-implantadas [467].

Os fazendeiros foram se aglomerando em torno das colônias militares, articuladas entre si, através da polarização comercial e do comando militar de Nioaque. Com a ajuda da província, puderam implantar um novo caminho terrestre, em direção aos caminhos de Uberaba e de São Paulo (via Piquiri), para o escoamento do gado em pé[468].

O fluxo de gado originário de Miranda, em direção ao "sertão dos Garcia", cruzava com aquele de Nioaque, sobre as terras atuais do município de Campo Grande,

---

[465] Estado Maior do Exército Brasileiro (1972).

[466] Em 1859, foi dado início aos trabalhos da implantação da Colônia Militar de Miranda, recebendo o primeiro comandante em 1860. No ano seguinte (1861), efetivou-se a colônia militar dos Dourados, junto às nascentes desse rio, no alto da "serra" de Maracaju, contravertente do rio Miranda. No mesmo ano de 1859, foi construída a colônia militar de Itapura, na Província de São Paulo. A propósito, ver o Estado Maior do Exército Brasileiro (1972) e Guimarães (1999).

[467] Deslocou-se para aí o Corpo de Cavalaria, que antes estava sediado em São Luís de Cáceres (Vila Maria), com 226 praças, atribuindo-se a Nioaque a função de Comando do Distrito Militar, que estava antes em Miranda. Nioaque e Rio Brihante (porto Santa Rosa) tinham a função específica de auxiliar a navegação entre as províncias de Mato Grosso e Paraná. A colônia militar de Rio Brilhante, acabou não sendo construída (GUIMARÃES, op.cit.). Após a Guerra do Paraguai, o Barão de Melgaço recomendou o restabelecimento da rota Pardo-Anhandui até oponto navegável, daí abrindo caminho de carros (de boi) na direção de Vacrai e Nioaque (HOLANDA, 1990, p. 86 e 266).

[468] O traçado foi estabelecido, acompanhando os rebordos da cuesta do planalto de Maracaju. Tomou a direção do "sertão dos Garcia", passando pelo atual município de Campo Grande, daí seguindo para Coxim, fazenda Camapuã, até Santana de Paranaíba, de modo a atingir o caminho de Piquiri ou o de Uberaba. Ficou conhecido, durante muito tempo, como o "Caminho de Campo Grande" (GUIMARÃES, op.cit.).

conhecido como a região da "Campanha de Xerez ou de Vacaria"[469]. A nova ordem de fluxos permitiu, aos poucos, sem que fosse projetada, que Campo Grande ocupasse uma situação específica de cruzamento de rotas, favorecendo as atividades comerciais das mercadorias circuladas.

Por outro lado, com a franquia de navegação obtida em 1858, houve tentativa por parte do imperador Pedro II, do escoamento dos produtos do norte da Província e do Pantanal, aos portos do litoral Atlântico (Rio de Janeiro e Santos). Para esse fim, colocou em funcionamento navios a vapor, da Companhia Nacional de Navegação a Vapor[470], obtendo um relativo dinamismo do porto[471], de modo a ampliar a atração de fazendeiros da região de Cuiabá, Cáceres e Poconé para o sul do Pantanal.

Do mesmo modo que no sul, colônias militares foram instaladas no sul do Pantanal, visando a proteção da navegação através dos rios da bacia do Paraguai, ao longo dos quais se expandia a corrente de fazendeiros oriunda do norte da província. Assim, em 1859, foi criada a colônia militar De Lamare, junto ao rio São Lourenço. Em 1862, implantou-se junto ao rio Taquari, na antiga Beliago o Núcleo de Taquari[472] (Figura 19).

Os outros fortes fronteiriços estavam em estado de relativo abandono[473], implicando na necessidade de recursos para suas respectivas reformas, não obtidos, diante da escassez nacional de recursos, que há mais de uma década, estavam comprometidos contra a "Guerra dos Farrapos" no Rio Grande do Sul.

---

[469] Cf Planta chorographico de parte das províncias de Paraná e Mato Grosso, organizada por João Henrique Elliot, 1863. Essa região localizava-se entre o rio Pardo e rio Ivinhema (ADONIAS ET ALII, 1993).

[470] A partir de então, o porto de Corumbá foi reativado, com o comércio de importação e exportação, dando origem à freqüência de navios e comerciantes estrangeiros, com a participação de comerciantes portugueses deslocados de Cuiabá .A primeira embarcação a vapor teria chegado, segundo Correa (1997, p. 160), em 20 de fevereiro de 1857, o "Corça". O transporte deu-se inicialmente somente por embarcações estrangeiras. Em 1858, houve o primeiro contrato imperial com um empresário brasileiro, José Antonio Soares, numa concessão para 20 anos, quando se criou a primeira Companhia de Navegação a Vapor do Alto-Paraguai, para o transporte de cargas e de passageiros, atuando de Montevidéu a Corumba e daí a Cuiabá. Tinha escalas nos portos de Buenos Aires, Corrientes, Assunção e Coimbra (CORREA, op.cit.).

[471] Assim, Corumbá, em 1864, antes da Guerra do Paraguai, já contava com 1.315 moradores, incluídos 316 oficiais, 44 escravos e 84 estrangeiros, boa parte desses, estabelecidos como comerciantes (Relatório de Herculano Ferreira Penna *apud* CORREA, 1997). Miranda possuía 240 fogos, 720 indivíduos na população livre e 100 escravos (CORREA, 1997).

[472] Surgiu por iniciativa do presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, visando garantir a navegação por aquele rio. O nome inicial foi em homenagem ao presidente (Herculânea), transformando-se, mais tarde em Coxim (GUIMARÃES, op.cit.).

[473] Em 1825, o engenheiro militar Luís D'Alincourt inspecionou os fortes e povoados fronteiriços, por ordem do governador da província. A guarnição do Presídio de Miranda já havia sido reduzida em um terço, com 62 soldados. O forte Coimbra, como sede de Comando Geral de Fronteira contava com apenas 84 praças. Corumbá com a Mesa de Rendas e o quartel de tropa, também tinha um fraco contingente militar. Permanecia a ocupação indígena no entorno do forte Miranda e povoados das missões indígenas ao redor de Miranda e em Albuquerque (GUIMARÃES, ibidem).

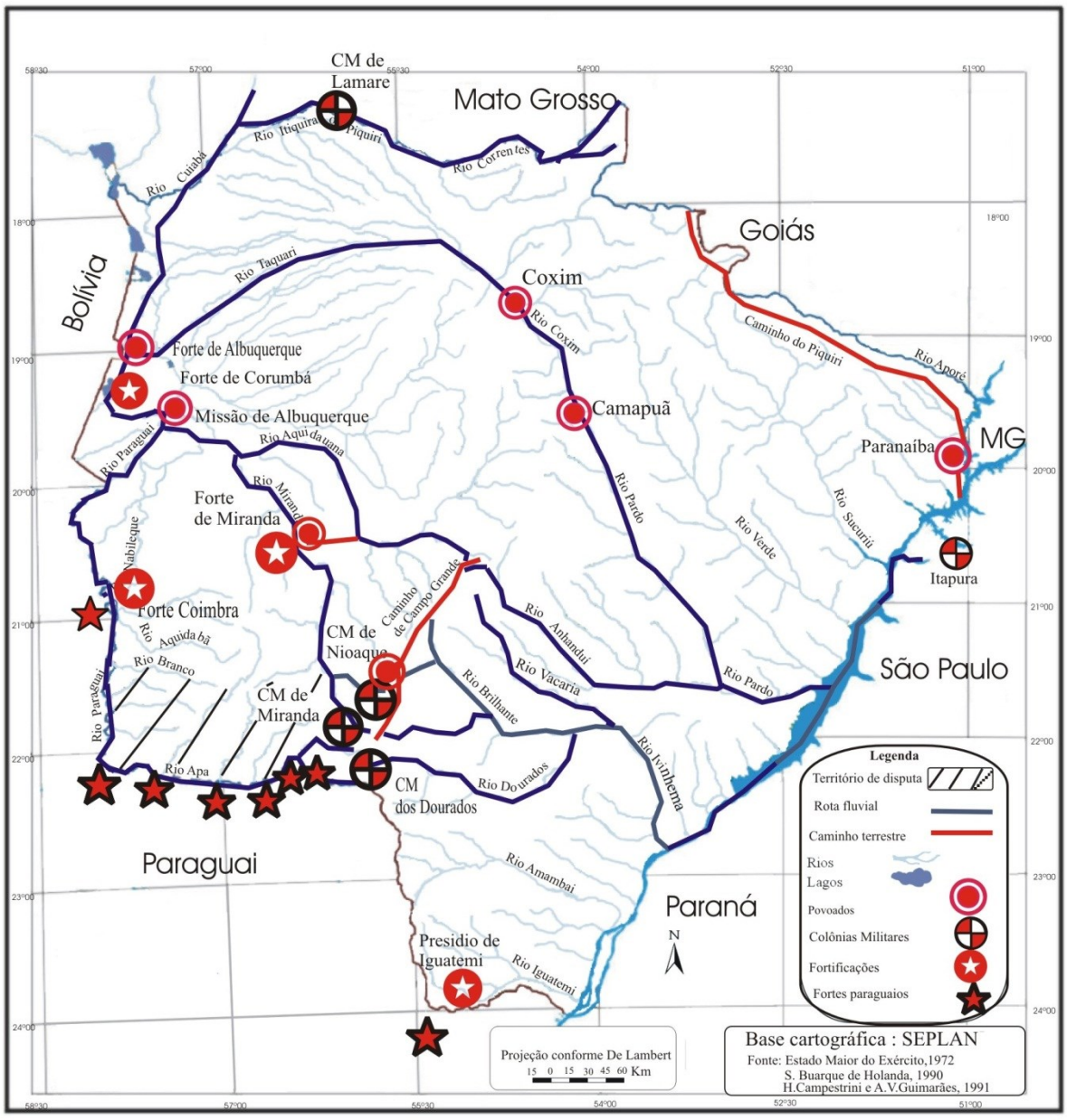


FIGURA 19 – NÚCLEOS FORTIFICADOS CONSTITUÍDOS ENTRE 1767 E 1863

3.3.5 Acirramento dos conflitos que geraram a Guerra do Paraguai e envolvimento dos países vizinhos

Em 1862, as crescentes exportações brasileiras e paraguaias de erva-mate para os mercados platinos, contribuíram para uma situação de superabundância de oferta, provocando a queda de preços do produto e afetando a economia dos dois países, especialmente do Paraguai[474]. Acuado do ponto de vista econômico, após a morte do pai, Solano Lopez ao assumir o comando do país, preparou-se para o ataque militar ao Brasil.
O pretexto ocorreu em 1865[475].

No entanto, foram surgindo incidentes, de modo a envolver a Argentina e Uruguai, através do Tratado da Tríplice Aliança[476] e até mesmo, a tentativa de mediação por parte das novas Repúblicas do Pacífico (Bolívia, Peru, Chile, Equador e Colômbia), por intervenção norte-americana[477], interessada na livre navegação dos rios amazônicos[478].

---

[474] O Paraguai tinha sido economicamente mais afetado por essas circunstâncias, pelo fato da erva-mate ter-se constituído no seu principal produto de exportação, sendo o próprio Francisco Solano Lopes um dos grandes produtores, e o Estado, o monopolizador do comércio de exportação. Os partidários dos *blancos*, no Uruguai, ao se verem ameaçados por uma aliança da Argentina e Brasil, buscaram a adesão paraguaia, propondo que o porto de Montevidéu fosse o porto paraguaio de exportação. O governo de Lopez não foi insensível a esse apelo, no entanto, não chegou a concretizar o acordo, em função da preparação militar para atacar o Brasil (BANDEIRA, 1995).

[475] O pretexto foi arranjado, quando do ataque de um destacamento brasileiro ao Uruguai, fruto da aliança com as forças argentinas e o exército de Flores para derrotar o partido dos *blancos*, em fevereiro de 1865. Lopez ordenou a captura do navio brasileiro "Marquês de Olinda", no rio Paraguai com destino a Mato Grosso[475], rompendo as relações diplomáticas com o Brasil. Movimentou em seguida, uma tropa de cerca de 7.000 soldados para ocupar o território entre o rio Apa e o rio Branco, tentando na mesma incursão, assegurar uma comunicação com o oceano Pacífico, através da Bolívia (BANDEIRA, 1995).

[476] No mês seguinte, quando o governo paraguaio foi interrompido pelo governo argentino, ao tentar fazer suas tropas atravessarem o território de Missiones, para atacar o Brasil no Rio Grande do Sul, como o fizera com o Brasil, teve como resposta de Lopez, a declaração de Guerra à Argentina. Desse modo, já no outro mês, as tropas paraguaias retornaram a Corrientes, conquistando-a e represando embarcações da Argentina. Esses incidentes levaram o Brasil a procurar os argentinos e os colorados uruguaios para assinar, em maio do mesmo ano, 1865, o "Tratado da Tríplice Aliança" contra as forças paraguaias, já bastante arrasadas nos meses seguintes e completamente derrotadas até 1870 (BANDEIRA, 1995).

[477]Os Estados Unidos, que emergiam como novo país industrial, com ostensivos interesses na América do Sul, causaram intervenção no conflito, não só pela tentativa de ajuda ao Paraguai, mas diante da influência que já passaram a ter sobre as novas Repúblicas do Pacífico (Peru, Chile, Bolívia, Equador e Colômbia). Através delas, tentou-se mediação no conflito, negado pelo imperador brasileiro, resultando em fortes protestos desses países contra a Tríplice Aliança. O fator de complicação vinha das questões fronteiriças que o Brasil vinha tendo em relação à navegação dos rios da Bacia Amazônica, por intervenção dos Estados Unidos. Informado da ajuda norte-americana aos paraguaios, o governo imperial brasileiro, em 1866, impediu o regresso do ministro norte-americano a Assunção, pelo rio Paraguai. De fato, com ajuda norte-americana, tinha sido construída a partir de Corumbá, uma estrada boliviana até Santo Corazón, no extremo norte da Província de Chiquitos, uma forma de saída do Paraguai, via Bolívia, para atingir os Estados Unidos e Europa (BANDEIRA, op.cit.).

[478] Estes, interessados na livre navegação pelos rios amazônicos, vinham se utilizando dessas repúblicas como instrumentos de pressão ao Brasil. Em 1851, o Brasil tinha obtido um Tratado de Limites e Navegação com o Peru. Nele, reconhecia o direito peruano sobre partes das terras em litígio com o Equador. Através deste tratado, buscou a adesão dos peruanos à doutrina brasileira de que a comercialização e transporte deveriam constituir privilégio exclusivo dos países ribeirinhos, visando neutralizar a ação norte-americana na bacia. Mas, o mesmo acordo não fora bem sucedido com a Bolívia. Esse país

O imperador teve que recorrer ao seu corpo diplomático, para acomodar toda a situação, solicitando para esse fim, ajuda financeira aos ingleses[479]. A partir de então, os capitais ingleses serviram aos aliados da Tríplice Aliança, através dos dois grandes grupos de banqueiros britânicos (casas Rothschild e Baring Brothers) e o Banco de Mauá (Bandeira, 1995). Por meio de empréstimos obtidos junto aos bancos ingleses, o Brasil pode garantir as alianças dos vizinhos[480]. No entanto, não conseguiu impedir a passagem das armas e munições norte-americanas, que entraram pelo seu território, destinadas ao Paraguai.

Ao final da Guerra, em 1870, as terras ao sul dos rios Branco e Ivinhema, foram efetivamente incorporadas ao território brasileiro, passando a pertencer à província de Mato Grosso. No entanto, Corumbá, Miranda, Coxim e Nioaque estavam destruídos, especialmente a última. Tinham sido saqueadas e incendiadas. Alguns prisioneiros, que foram para o Paraguai, não retornaram. Mas, a grande maioria das famílias, escondidas sobre morrarias e foragidas em direção ao "sertão dos Garcia" puderam retornar.

Por outro lado, o Brasil rompeu o Tratado da Tríplice Aliança com a Argentina, por sentir-se ameaçado no equilíbrio de forças, diante de suas reivindicações territoriais no Chaco. Os acordos foram obtidos somente mais tarde, com a mediação inglesa, exigindo novas estratégias da diplomacia brasileira com o Paraguai, evitando os interesses argentinos na bacia do Prata[481].

---

havia franqueado a livre navegação estrangeiras aos rios amazônicos e platinos de seu território em 1853, realizando um tratado com os Estados Unidos, como forma de contestação aos interesses brasileiros. Os bolivianos, já tinham em 1847, tentado invadir as terras de Guaporé, interrompidas pelas tropas de Augusto Leverger, com o auxílio de forças vindas de Goiás. Em função disso, o governo imperial liberou a navegação da bacia Amazônica à navegação internacional (BANDEIRA, ibidem).

[479] Uma missão foi enviada à Inglaterra, apesar do rompimento das relações diplomáticas, por ordem de D. Pedro II, buscar ajuda para a Guerra do Paraguai. Os ingleses encontravam-se em dificuldade no fornecimento de algodão, desde o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, com iminência de uma nova guerra entre esses dois países. Por outro lado, a causa da Tríplice Aliança pareceu simpática aos ingleses, como se referiu Bandeira (1995, p. 202). Identificava-se com o liberalismo e condicionava a consolidação do Estado Nacional argentino.

[480] O governo imperial do Brasil chegou a antecipar empréstimos à Argentina e Uruguai, para compra de armamentos. A missão diplomática na Bolívia, em 1867, junto ao presidente General Mariano Melgarejo, conseguiu neutralizar sua ação de ajuda ao Paraguai, mediante promessa de financiamento para uma estrada dentro do país. Através dos acordos, os diplomatas brasileiros obtiveram a assinatura de um tratado, pelo qual o território boliviano perdia a margem direita do rio Paraguai e uma larga faixa entre a foz do rio Beni e a do rio Javari (Idem, ibidem).

[481] No final da Guerra, a Argentina passou a reivindicar a posse de toda a região do Chaco, tomando a margem esquerda do rio Paraná até o rio Iguaçu e a margem direita do rio Paraguai até a Baía Negra em frente ao Forte Coimbra, ocupando a vila do porto de Concepción, que declarou ser capital da Província argentina do Chaco. Como o Brasil não concordasse com esse total de território ocupado, utilizando como estratégia o resguardo de interesses bolivianos, propôs que a fronteira norte chegasse apenas até o rio Pilcomayo. A não aceitação argentina levou o Brasil a assinar a paz com o Paraguai em separado, rompendo o anterior Tratado da Tríplice Aliança. O acordo de paz do Brasil e Argentina foi obtido apenas dois anos mais tarde (1872), com a mediação dos ingleses e a habilidade brasileira em sugerir ao Paraguai o rompimento de tratados anteriores com a Argentina, buscando a arbitragem dos Estados Unidos, aliados dos paraguaios. Assim a linha da fronteira foi fixada no rio Pilcomayo. O porto de Concepción, sob sugestão norte-americana, voltou ao Paraguai (BANDEIRA, 1999).

Os índios do território correspondente ao atual Estado do Mato Grosso do Sul, conforme nos relata Correa (1997, *passim*), foram os maiores prejudicados da Guerra do Paraguai. Muitos que lutaram ao lado de brasileiros, morreram em combate, sendo aprisionados por paraguaios. De modo geral, todos foram importunados e ficaram expostos às moléstias (varíola, cólera) que afetaram os soldados. Em alguns casos, segundo a autora, tribos inteiras foram extintas, vitimadas por epidemias.[482] Outros fugiram temporariamente de suas áreas originais, encontrando-as posteriormente ocupadas por posseiros e veteranos da Guerra do Paraguai, criando obstáculos para o seu retorno e reapropriação. Tomando-se os dados do relatório de Leverger de 1863, que acusava uma população de 24.000 índios e o censo estatístico de 1872, apontando 15.000 índios, a perda foi de 37,5% do total.

Como se pode avaliar, o processo de incorporação política das terras do atual Mato Grosso do Sul, ao território nacional foi longo. Só se efetivou após 370 anos do descobrimento do Brasil. As antigas paragens do caminho das monções, as povoações indígenas fortificadas e as colônias militares, unidades isoladas e pouco adensadas, com localizações e funções estrategicamente calculadas no território, vieram a constituir o esboço da nova ordem sócio-econômica e política sul-matogrossense, como território brasileiro, pós-guerra do Paraguai. Mesmo destruídas pela guerra, algumas foram reconstruídas e se transformaram em cidades, a exemplo de Nioaque, Corumbá e Miranda.

É interessante notar, no entanto, que Campo Grande emergiu dentro da rede organizada das relações sociais, sem ter sido projetada, mas como resultado do arranjo de fluxos dentro da ordem estabelecida no território. Surgiu numa encruzilhada de rotas, apresentando-se como ponto favorável à comercialização, da mesma forma que a fazenda Camapuã, tornou-se pouso de viajantes e apoio na travessia de varadouro, junto à principal rota de circulação fluvial.

---

[482] A aldeia de índios guanás de Albuquerque foi quase extinta, ficando os remanescentes, espalhados pelas fazendas, trabalhando como mão de obra. Ficaram em Estado errante, os remanescentes dos guaicuru e chamacocos. Os cavalos dos guaicuru foram acometidos do "mal de cadeiras". Também ficaram alguns remanescentes dos guatós, dizimados pela varíola, nas margens das lagoas Guaíba e Mandioré e rio São Lourenço. Os remanescentes dos índios terenas também se dispersaram pelas fazendas. Muitos índios fugiram para as morrarias e para o lado dos Estados do Paraná e de São Paulo, procurando retornar depois (CORREA, 1997).

CAPITULO 4

ARTICULAÇÃO COMERCIAL ATRAVÉS DA BACIA DO PRATA E CAPTURA ECONÔMICA REGIONAL PELOS PORTOS PLATINOS

4.1 Cidades comerciais na estruturação das rotas de circulação da bacia do Prata e origem de Campo Grande

4.1.1 Segunda recessão do sistema capitalista sob a hegemonia da Inglaterra (1873-1896)

O ideal dos termos de troca estabelecidos pela "oficina do mundo", conforme nos coloca Hobsbawn (1986, p. 126), quando foi organizada a Divisão Internacional Trabalho, teria sido a transformação do mundo num conjunto de economias dependentes e complementares àquela da Inglaterra, o que não foi possível acontecer. De fato, a Inglaterra não foi mais o único país industrial a se beneficiar dessa segunda onda tecnológica, contando com outros países com suas próprias órbitas de influência (França, Alemanha, Estados Unidos e Bélgica), embora seus concorrentes fossem parceiros comerciais e clientes importantes no consumo de seus produtos industriais.

Por outro lado, a própria evolução tecnológica contínua, foi sendo responsável pela expansão da produção e barateamento dos produtos industriais, até se atingir limites de mercado, deteriorando os termos de troca para toda economia industrial do mundo. Desse modo, o período de 1873 a 1896, ficou conhecido como a da "grande depressão" da economia industrial.

Com a impossibilidade de manter os mesmos níveis de exportação, esses países perderam a capacidade de importação, afetando as economias agrárias, tanto dos próprios países industriais, como dos fornecedores de outros países. Os produtores agrícolas

europeus, já altamente especializados e voltados ao atendimento da economia industrial, foram perdendo o poder econômico e político para impor o preço de seus produtos, afogados no livre-cambismo instaurado e sob a concorrência acirrada dos países novos. Buscaram renovar-se tecnologicamente, para aumentar a produção, submetendo-se cada vez mais ao capital industrial.

Diante da concorrência por mercados, em nível internacional, os países industriais, liderados pela Inglaterra, foram se conduzindo para a fase de imperialismo, com necessidade cada vez maior de delimitar formalmente as regiões de influência de cada país industrial. A Inglaterra, não conseguiu mais reagir de forma dinâmica à depressão, como ocorreu na Alemanha e Estados Unidos, mas permaneceu, através de seu poderio militar, ampliando a acumulação, de forma extensiva, horizontal, abrindo novos mercados na África, Ásia e América Latina.

A depressão européia resultou em movimentos de classes operárias das economias industriais, aliadas da população agrícola, gritando por reformas, dando origem aos partidos proletários (Hobsbawn, 1986). Mas, a depressão afetou também a agricultura dos novos países fornecedores, transformando-se numa crise agrária de caráter internacional, resultando em concorrência interimperialista e protecionismo econômico nacional. Os países, com dificuldade de exportar, procuraram contingenciar suas importações.

A cidade industrial da segunda metade do século XIX foi acometida de um exagerado crescimento urbano, diante de um crescimento demográfico que tinha origem no êxodo rural. A população operária continuou se concentrando nas cidades, numa proporção maior que a da implantação de infraestrutura urbana para acolhê-la. Resultou em proliferação de cortiços, com as famílias operárias amontoando-se em locais estreitos e sem conforto, ou então em subsolos insalubres. Esse fenômeno começou nas cidades da Inglaterra, passando depois para as da França e Alemanha. Paris, para se ter uma idéia, tinha passado de 600.000 habitantes em 1789 para 1.823.000 em 1871[483].

As inovações tecnológicas que acompanharam a fase de ascensão industrial, também se deram em descobertas científicas na medicina e higiene, como desafios aos

[483] Aos olhos dos contemporâneos, as cidades estavam "doentes", principalmente, diante das epidemias e delinqüências que apresentavam. Passaram a ser vistas como más, acusadas de corromper a raça humana, de destilar o vício e o crime. Na expressão de um intelectual inglês da época (Shelley), o inferno seria uma cidade semelhante a Londres, uma cidade esfumaçada e populosa. Existia aí todo tipo de pessoas arruinadas e pouca diversão, ou melhor, nenhuma, e muito pouca justiça e menos ainda compaixão. Buret mostrava os perigos de ameaça política que representava o domínio da miséria, da barbárie e do crime nas cidades industriais do século XIX. (BRESCIANI, 1994).

problemas sanitários e de segurança que surgiram nas cidades industriais. No entanto, a melhoria sanitária trouxe como resultado, um forte incremento populacional, redundando na ampliação do mercado interno, especialmente para alimentos.

Por outro lado, a introdução do barco a vapor e transportes ferroviários, com custos mais reduzidos, favoreceu o comércio a longa distância com países de preços mais competitivos. Desse modo, os primeiros países procurados para atender ao consumo de seus habitantes foram os cultivadores de produtos de clima temperado (Canadá, Argentina, Austrália, Nova Zelândia) (PRADO, 1983). Esses países foram estimulados, pelo centro industrial, a produzir, especialmente, o trigo a baixos preços de mercado, na tentativa de barateamento da mão de obra operária.

Mas, a crise também contribuiu para que houvesse progressivo desaparecimento do capitalismo concorrencial, dando origem a um capitalismo do tipo monopolista, que significou concentração de produção e de capital, com mecanismos capazes de avaliar com certa precisão a situação dos mercados de consumo e de incentivar a organização de mercados de produção. Os bancos foram se transformando no eixo principal do crescimento do capital monopolista, fundindo-se capital industrial com capital financeiro.

Essa fase depressiva foi acompanhada de um período de forte pessimismo e descrédito em relação à ciência e à técnica nos países industriais. Houve críticas aos pensamentos positivista, materialista, determinista e mecanicista. A ciência como "dona da verdade" passou a ser questionada, emergindo um pensamento coletivo de desencanto geral com relação ao racionalismo e à impotência do enquadramento freqüente que a ciência fazia da realidade nas relações de causalidade, diante das questões da vida, que se encontrava de novo ameaçada.

A criatividade e inspiração para novas soluções de sobrevivência coletiva, como já ocorrera em outros momentos da história, e por último, no romantismo, ocorreram através da intuição espiritual, seduzindo filósofos, artistas e outros segmentos da intelectualidade a esse fim[484]. Emergiram idéias simbolistas, retomando-se o pensamento de

[484] Henry Bergson lançou os fundamentos do intuicionismo para amparar filosoficamente a busca de novas realidades interiores, no "eu profundo". Surgiu como expressão desse pensamento, uma linguagem cifrada, indireta de artistas "simbolistas". Na Alemanha, as idéias de Kant foram retomadas pela filosofia de Schopenauer, sustentando que as formas reais não passavam de simples aparências, já que a essência seria alheia à razão. Aproximando-se da filosofia oriental esse filósofo pregava a salvação do homem na renúncia ao mundo, na mortificação dos instintos, na anulação da vontade e na fuga para o "nada" (o nirvana da filosofia oriental).

Kant na avaliação do mundo real a partir de suas complexidades[485].

4.1.2 Repercussões da crise do sistema capitalista no equilíbrio de forças na bacia do Prata

Na rede de países fornecedores de matérias-primas ao mercado industrial, ocorreram reações diferenciadas. De modo geral, a grande parte entrou em fase depressiva junto com o centro dinâmico, estagnando-se internamente. Outros, como o Brasil, a Argentina e Uruguai, diante de uma dada estrutura interna já obtida durante o processo de organização de seu sistema, puderam ressentir-se menos, apresentando respostas de crescimento endógeno (RANGEL, 1987).

Entre os países da Tríplice Aliança, terminada a Guerra do Paraguai, em 1870, às vésperas da crise econômica internacional, a Argentina e o Uruguai, apresentaram vantagens em seu favor[486], diferenciando-se dos problemas econômicos que afetaram a economia brasileira[487]. Por outro lado, os argentinos, ao final da guerra, conseguiram a sonhada unificação do Estado nacional[488]. Assistiu-se à hegemonia da Argentina, com a queda da influência do Brasil.

O domínio do mercado britânico aumentou muito na América Latina,

---

[485] Foi exatamente nesse momento do pensamento kantiano de ciência corológica e de manutenção da unidade da ciência, que a geografia do alemão Alfred Hettner demonstrou a primeira tentativa de saída da armadilha de relações causais entre homem e ambiente estabelecidas durante os debates do determinismo e possibilismo, chamando atenção para a singularidade dos lugares, diante das especificidades que o conjunto de variáveis ambientais e sociais assumia em um dado espaço. A proposta foi a de se trabalhar o real, a partir de suas complexidades.

[486] Buenos Aires e Montevidéu não tinham sido palcos da guerra do Paraguai. No lugar de prejuízo, a guerra trouxe favorecimentos ao comércio, permitindo investimentos, que resultaram em fortes lucros, levando comerciantes argentinos e uruguaios a acumularem grandes fortunas.

[487]O governo imperial brasileiro, ao contrário, na tentativa de obtenção de recursos para a guerra, teve que assumir compromissos, em termos de concessões alfandegárias, financeiras e políticas, que dificultaram o esforço de industrialização e permitiram pressões e manobras financeiras dos bancos ingleses, levando o banco Mauá, várias empresas e estaleiros à falência. O dinheiro gasto transformara-se em dívidas nacionais (BANDEIRA, 1995).

[488] A unidade nacional acabou sendo consolidada pela Guerra do Paraguai, na medida em que se venceram as dificuldades econômicas e políticas (BANDEIRA, op.cit.). No lugar de Mitre assumiu Domingo Faustino Sarmiento, que como embaixador da Argentina, tinha morado por quatro anos nos Estados Unidos, sendo afetado por idéias liberais e modernizadoras, introduzindo no país, políticas de expansão ferroviária e de incentivo à imigração e de favorecimento da entrada de capitais estrangeiros. Em 1874, essa política foi seguida, acrescentando-se o incentivo à criação de animais para o abate, em especial ovelhas, e à exportação de carnes congeladas. Em 1880, o novo presidente, ao ter que enfrentar e vencer rebeliões internas dos lideres locais, ex-caudilhos, separou o porto de Buenos Aires da Província, transformando-o em capital federal da República Argentina (BARBOSA, 1995).

especialmente após a década de 1870, na forma de acumulação extensiva de seu capital. Os investimentos ingleses deram-se especialmente na forma de empréstimos aos governos para empreendimentos ferroviários e serviços públicos, mas também mediante formas diretas na produção de matérias primas e alimentos, principalmente Argentina e Uruguai, fornecedores de produtos de clima temperado[489].

A Argentina foi se destacando como país exportador de cereais na América Latina, principalmente de trigo, além da carne, para atender basicamente ao consumo britânico. Os cultivadores argentinos de trigo, com um pequeno número de mão-de-obra, puderam importar tecnologias européias, em função da presença incentivada de colonização estrangeira[490], tendo suas culturas como se fossem prolongamentos das áreas agrícolas do velho continente.

As estradas de ferro, financiadas e administradas pelo capital inglês, visando a redução dos custos para o escoamento da produção, partiram do porto de Buenos Aires, em direção ao interior, atingindo a província do Chaco[491]. Serviram ao processo de expansão das áreas cultivadas no território[492].

Os anos de 1880, quando se atenuaram os conflitos políticos internos, ficaram conhecidos como o início da "era de ouro" da Argentina e, em menor grau, no Uruguai[493]. Ao que tudo indica, essa foi a fase em que as economias argentina e uruguaia

---

[489] Os mercados fornecedores de alimentos de clima temperado tornaram-se atraentes para o mercado europeu, nessa época de busca de barateamento da alimentação, visando a redução do valor da mão de obra. Por outro lado, a exportação da carne e do couro também foi novamente incentivada para o atendimento dos países industriais. Todos esses empreendimentos atraíram investimentos dos países industriais, além de serviços de transporte e de intermediação comercial, liderados pela Inglaterra, principalmente ente 1870 e 1880 (PRADO, 1983)..

[490] Segundo Prado (1983, p. 75) o contingente populacional do território argentino ainda era pequeno em 1869 (1.737.076 habitantes), tendo sido estimulada pelo estado uma política imigratório no período 1874-1880, atraindo levas, principalmente de italianos (70%) e espanhóis. (15%), de modo que em 1895, o país já contava como 3.954.911 habitantes e, em 1914, com 7.885.235 habitantes.

[491] De 1874 para 1900, as estradas de ferro passaram de 1.331 km para 16.563 km (PRADO, 1983).

[492] Esse crescimento implicou em avanços fronteiriços na área dos Pampas e do Chaco e no confinamento de populações indígenas ao extremo sul, na Patagônia. Os cultivos modernizados foram se dando do litoral para o interior, enquanto que o milho, que se manteve com cultivos na forma tradicional, de modo geral, foi ocupando as áreas das províncias mais interioranas (PRADO, op.cit).

[493] Um forte período de prosperidade, com investimentos estrangeiros, principalmente o britânico, e uma política sistemática de imigração e incentivos à atuação das empresas de colonização deflagrou-se na Argentina e, em menor grau, no Uruguai. Isso significou um forte avanço das estradas de ferro para o interior, passando de 1.331 km em 1874 para 5.836 km em 1885, chegando-se a 16.563 km em 1900. Mas significou um aumento de exportação também no ramo da carne congelada, visando o abastecimento das tropas britânicas durante a guerra dos "boers", incentivando empreendimentos frigoríficos, inicialmente com capitais nacionais. As primeiras remessas de carne foram de ovinos, logo suplantadas pela carne bovina (PRADO, 1983).

começaram a se mostrar mais dinâmicas que a brasileira, aliadas do capital inglês[494].

Os ressentimentos de guerra entre Brasil e Argentina, tiveram repercussão nas divergências existentes. Com o enfraquecimento da economia e a dependência crescente do novo setor de exportação - o café - e o interesse norte-americano pelo petróleo brasileiro, o Brasil foi caindo na órbita de influência dos Estados Unidos (RANGEL, 1987). Desse modo, as conexões econômicas que cada país passou a ter com suas metrópoles deram origem a animosidades, aprofundadas pelas competições interimperialistas.

4.1.3 Novos ajustamentos brasileiros para o crescimento interno

Diante da fase depressiva do capital internacional, o Brasil, com menores possibilidades de exportar, perdeu a capacidade de importar, agravada pelas circunstâncias financeiras deixadas pelas dívidas contraídas em função da Guerra do Paraguai. No entanto, a exemplo do que ocorrera outras vezes na história desse país, a estratégia de ajustamento a essa nova situação de entropia, foi promovendo substituição de importações.

Enquanto na Europa, a intelectualidade era pressionada a buscar na intuição, a criatividade interna para estruturar novas estratégias de vida, diante de um momento de entropia, a intelectualidade brasileira, passou a se preocupar com o novo estado de ordem interna emergente. Tratava-se de um momento, portanto, de organização, de arranjo e instalação de novos princípios de regulação do sistema, que exigiu muito mais do pensamento racional que do intuitivo[495].

As idéias positivistas expandiram-se na sociedade, atingindo também militares de formação técnica, atraídos pelo desenvolvimento industrial. Os positivistas

---

[494] Assim, conforme Mello (1996, p.28 e 29), até a Grande Depressão de 1930, o PIB argentino fora o dobro do brasileiro, com base na frigorificação de carnes e na exportação de trigo, triplicando sua área cultivada e sendo responsável por metade da capacidade econômica e por terça parte do comércio exterior da América Latina.

[495] Esse estado de coisas, explica o descompasso nas idéias que se expandiram no Brasil, em relação àquelas do centro dinâmico, assim como a fraca expressão que teve o pensamento simbolista no Brasil, vigente na Europa. Nessa fase, as idéias predominantes, vieram da proposta positivista de Auguste Comte, expressando-se sob a forma de "ciência, ordem e progresso". Para Carvalho (1997, p.24), a opção republicana da classe de ex-senhores de escravos, foi a substituição de uma forma de governo e a construção de uma nação, tendo como ideal, o modelo norte-americano, demonstrando-se preocupação com a nova ordem social e política. Mas, as idéias positivistas também tiveram como palavra de ordem a integração social, no sentido dos ricos protegerem os pobres, da abolição da escravatura e da defesa dos índios, pretendendo-se fazer do Estado um agente do bem-estar comum. Na idéia de integração estava também aquela do desenvolvimento da identidade nacional, ainda incipiente. Havia a unidade da língua e religião e a unidade política, além do que, a Guerra do Paraguai, até certo ponto, já tinha produzido um sentimento nacional.

combateram a monarquia e alguns propuseram a separação entre Igreja e Estado[496] e a república como forma de governo[497].

Através do comércio internacional, o comerciante brasileiro, até então, tinha conseguido se vincular à burguesia internacional e ao fazendeiro[498]. Esse segmento social ligado ao comércio, conforme nos coloca Rangel (1981, p. 24) já tinha, portanto, se consolidado, atingindo uma fase de amadurecimento político, pronta a assumir o comando administrativo do Estado. O típico representante dessa elite política atuava na Casa Comissária, atuando no comércio de exportação e importação.

O produtor rural, por sua vez, tinha se transformado no latifundiário-comerciante, o coronel latifundiário, com características mais dinâmicas e progressistas dentro do sistema. Tinha introduzido relações feudais dentro da fazenda, embora fosse um comerciante nas relações externas, ou seja, com a Casa Comercial da cidade.

A proclamação da República foi a homologação política dessas mudanças ocorridas na estrutura econômica e social dominante, quando as Províncias foram transformadas em Estados da Federação.

Nesse período, boa parte dos latifundiários já tinha escolhido a cidade como moradia, participando ativamente da circulação dos produtos oriundos de suas fazendas, fortalecendo o capital mercantil-urbano. Foram justamente esses moradores das novas cidades brasileiras, os consumidores potenciais dos produtos manufaturados, anteriormente importados dos países europeus.

Com a queda da rentabilidade agrícola, essa aristocracia rural, segundo Rangel[499] colocou grande parte da sua criadagem, a exercer atividades artesanais e manufatureiras, constituindo os chamados "negros de ganho". Desse modo, emergiu nas

---

[496] O estremecimento das relações Estado e Igreja ocorreram já em 1872, com a chamada "Questão religiosa"e, no ano seguinte à proclamação da República, 1890, foi abolido o padroado (CARVALHO, 1990, p. 24).

[497] Em São Paulo, passou a existir, desde 1873 o partido Republicano mais organizado do país, com idéias positivistas e federalistas, imitados pelos gaúchos e mineiros. A descentralização preconizada pelos republicanos teve repercussão maior com o fim da escravidão, e foi instituída na Constituição de 1891.

[498] O polo econômico sofreu alteração, ganhando um caráter feudal do seu lado interno e mercantil do seu lado externo. No âmago da antiga classe de senhores de escravos, surgiu o latifundiário feudal-mercantil, com características mais dinâmicas e progressistas, mas ainda imaturo para assumir o comando político do país. O polo externo da economia, por outro lado, continuou com o lado interno mercantil urbano no Brasil e o lado externo industrial nos países dinâmicos do sistema capitalista. Essa classe passou a ocupar o ápice da pirâmide social em cada subespaço brasileiro, relativamente isolado do conjunto, representando o lado interno do polo externo brasileiro, orientado para os mercados exteriores. Teve como sócio menor a classe do latifundiário-comerciante, o coronel, representante do polo interno (RANGEL, 1981).

[499] Ibidem, p. 24-25

cidades, a pequena produção de mercadorias, sob o comando do capitalismo mercantil.

Assim, sob a orientação e comando do capitalismo mercantil urbano, num processo de substituição de importações, desenvolveu-se a economia urbana da pequena produção de mercadorias, com atividades de transformação e construção civil, favorecendo o processo do crescimento das cidades brasileiras e da população em geral[500]. A substituição das importações deu-se, segundo Rangel (1981), ao nível das forças produtivas existentes.

Em nível local, foram sendo organizadas algumas redes de clãs latifundiários em torno de vários pequenos partidos políticos republicanos locais[501], com as mais diferentes características, mas importantes como forma de poder no âmbito da localidade, tendo como suporte forças militares próprias.

Essas diferentes facções de fazendeiros comerciantes buscaram representatividade junto aos governos dos Estados e estes junto ao governo federal, numa rede de compromissos[502], estabelecida com os comerciantes no governo federal.

A classe trabalhadora ficou sob o poder dos "coronéis locais", com base em favores e cobranças de lealdade. A desobediência, freqüentemente, era respondida com violência, sob a lei do "coronel", cargo mais alto da Guarda Nacional, além de exercer cargo político local (JANOTTI, 1981). Detentor desse título, atribuía cargos de importância dentro da força militar a outros chefes políticos. O "coronelismo" era a expressão do lado feudal do polo interno da economia, com a típica rivalidade armada entre os partidos dos fazendeiros.

No entanto, os militares que haviam participado da Guerra do Paraguai, passaram a ocupar espaços políticos na sociedade, ao ponto de se adiantarem no processo de alteração do regime monárquico para o republicano, representados pela figura de Marechal Deodoro da Fonseca (SODRÉ, 1979). Sentindo-se politicamente ameaçados, os latifundiários

---

[500] Os principais centros de comércio internacional tiveram crescimento urbano mais rápido. De 1872 a 1890, a população do Rio de Janeiro tinha triplicado (811.443 habitantes) e a de São Paulo tinha multiplicado quase oito vezes, embora ainda fosse menor do que a primeira (239.820 habitantes). A população total do Brasil, por outro lado, tinha passado quatro milhões de habitantes em 1820, para oito milhões em 1860 e quatorze milhões em 1890 (SANTOS, 1993)

[501] Os vários partidos políticos existentes eram de fato, facções do Partido Republicano.

[502] De acordo com os compromissos políticos estabelecidos, os governadores garantiriam a eleição de candidatos do presidente para o Congresso Nacional. Em troca, não teriam interferência em eleições estaduais e conseguiriam escolher seus próprios candidatos às Assembléias Estaduais, mantendo o situacionismo. Os poderes locais, junto ao eleitorado, tinham reconhecimento político das outras instâncias, pelo seu poder de arrebanhar os votos, através de compromissos mantidos com cada eleitor (BARBOSA, 1995).

buscaram destruir a estrutura militar vigente[503], para constituir em seu lugar a Guarda Nacional, um instrumento próprio de domínio.

4.1.4 Reordenamento interno sul-matogrossense na situação pós-guerra do Paraguai

A Província do Mato Grosso, logo após o término da Guerra do Paraguai, evidenciou uma situação de crise econômica, e um relativo esvaziamento demográfico, principalmente das terras que correspondem hoje ao Mato Grosso do Sul. Inicialmente, pouco pode participar do processo de expansão interna do país, via desenvolvimento do artesanato mercantil e da urbanização, já que a grande parte de seus pequenos povoados estavam destruídos[504].

A província tornou-se a mais estacionária e retrógrada do país. A única fonte de riqueza era a criação de gado, embora fosse ainda muito pequeno o número daqueles pecuaristas capazes de manter algum comércio com outras províncias[505]. Houve necessidade de recompor as unidades de produção, inclusive do ponto de vista da propriedade jurídica[506].

A pecuária tinha sido altamente prejudicada pelo avanço da epidemia[507] que abateu cavalos e mulas, fundamentais para o manejo e circulação do gado. Por outro lado, a redução quantitativa da população do território do sul da Província, tinha resultado numa sociedade polarizada de fazendeiros, de um lado, e de indígenas, de outro[508]. Além disso, os

---

[503] Como órgão de poder central, preferiram fortalecer a Marinha, estruturando-a para defender o país do exterior. A Marinha, ao contrário do Exército, tinha se transformado num reduto de brancos, no qual as classes dominantes, segundo SODRÉ (op.cit., p. 134) viam-se melhor representadas e menos ameaçadas pela ideologia das classes subalternas.

[504] Em 1877, a notícia que se tinha de Corumbá era sobre a sua vida insalubre, com muitos mendigos enfermos nas ruas e, uma mortalidade 5 a 6 vezes maior do que a anterior à guerra. A mesma situação de miséria, de fome, isolamento e desamparo, encontrava-se em Nioaque e Miranda (FONSECA, 1875).

[505] Fonseca (1875) ao viajar pela Província, em 1875, lamentou-se a respeito do forte atraso vivenciado por Mato Grosso na época, não sendo conhecido especialmente por nenhum produto no mercado, a não ser a poaia e o couro de onça, que também não tinham muita expressão.

[506] Os fazendeiros que tinham se tornado proprietários jurídicos de suas terras, a partir da "Lei de Terras" de 1850, tentaram recuperar seus documentos perdidos durante a Guerra. (CORREA, 1997).

[507] Doença que ficou regionalmente conhecida como "a peste das cadeiras" (epizootia), oriunda da Bolívia, desde antes da Guerra (CORREA, op.cit.).

[508]Os pecuaristas do sul da Província de Mato Grosso se depararam com abundância de terras, mas num grande vazio demográfico, onde os poucos habitantes existentes eram índios. Esses ficaram dispersos e com dificuldade de retornar às suas terras, em conflitos com os colonizadores de retorno. As suas terras tradicionais transformaram-se em terras de domínio público, devolutas, e foram se privatizando com a ajuda do próprio Estado, seja através de legitimação de posses requeridas

fazendeiros ainda contavam com uma grande quantidade de gado solto, em estado semisselvagem, remanescente das antigas missões jesuíticas, havendo a necessidade de arrebanhá-lo e amansá-lo.

Os índios eram os grandes conhecedores da região, como tradicionais ocupantes e traziam a experiência, apreendida durante as missões, de reproduzirem a subsistência com práticas agrícolas[509]e a destreza necessária para arrear o gado solto. Desse modo, aqueles índios pertencentes a tribos anteriormente melhor estruturadas, social e economicamente e, que já acumulavam experiência em atividades agrícolas tornaram-se alvo de interesse, como força de trabalho, por parte dos fazendeiros pecuaristas[510].

Já em 1878, os gentios passaram a estar sob a responsabilidade do Governo Provincial[511]. A convite do estado de Mato Grosso entraram, desde 1894, os missionários salesianos, instalando seminários e atuando junto aos índios do norte do Estado, os bororos e xavantes [512].

Na realidade, as áreas de aldeamentos indígenas organizadas pelo Estado[513],

---

por posteriores ocupantes, ou por solicitação de concessão de uso, por ocupantes de origem européia. Diante da crescente procura de terras para serem apropriadas, após a lei de Terras, num momento em que o princípio predominante passou a ser o feudal, ou seja, o de "nenhuma terra sem dono", foi surgindo disputas e conflitos armados. Os índios passaram a viver miseravelmente e de forma dependente das atividades econômicas desenvolvidas nas novas unidades econômicas instaladas.

[509] Embora guardassem características nômades, não sendo dados à fixação no lugar, grande parte do contingente indígena existente, historicamente, já tinha acumulado alguma experiência no trato com o gado e agricultura nos aldeamentos jesuíticos. Portanto, já tinha se tornado capaz de organizar a produção com excedentes, estando de certa forma, apto a produzir mais valia dentro da terra. Alguns poucos, como os guaicuru, dominavam principalmente as técnicas de pastoreio.

[510] O interesse pelos indígenas da área, que não se encontravam mais em estado totalmente "selvagem" e a necessidade de reagrupá-los, para garantir a sua reprodução, segundo Salsa Correa (1997), foram levantados tanto pelo frei franciscano Mariano Bagnaia, atuante nas anteriores missões indígenas de Miranda e Aquidauana, quando retornou do aprisionamento paraguaio, como por fazendeiros liderados por João Pedro Teixeira Ribeiro de Nioaque. O primeiro mostrava a importância em se promover a recuperação da catequese e da recomposição do antigo aldeamento. O segundo propunha a constituição de aldeamentos, visando "civilizar índios para o trabalho".

[511] Foi criado, para esse fim, a Diretoria Geral dos Índios, que solicitava ajuda material para recompor os aldeamentos. No entanto, a lei estadual número 24 de novembro de 1892, no Brasil República, quando foi criada a Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização do Mato Grosso, tornou-se a institucionalização da lei de Terras de 1850, que falava em vendas de terras devolutas, quando pela Constituição de 1891, tinha sido passado ao Estado, sob o poder da oligarquia latifundiária, a atribuição de cuidar do destino das mesmas.

[512] Nesse momento, o país se defrontava com a "Questão Religiosa" levantada durante o processo de transição para o regime republicano. Questionavam-se os altos custos considerados pelo Estado na manutenção de religiosos e ainda, a necessidade eminente de um trabalho junto aos índios, para viabilizar o processo de expansão do povoamento. Em 1890, estabeleceu-se o fim do "Padroado" e uma nova política de colonização, com a ajuda de congregações católicas. A experiência com os capuchinhos italianos desde 1848, junto aos índios, evidenciara a vantagem de se buscar ordens financeiramente autossustentáveis, apolíticas e conservadoras do ponto de vista religioso (GARDIN, 1999).

[513] É claro, que nem todas as tribos foram aldeadas e fixadas no território. Permaneceram também aquelas que não perderam a característica nômade anterior, para quem as fronteiras demarcadas pelos estados nacionais platinos não existiram em suas consciências, e o território de seu uso, tinha outra dimensão e limites. Eram chamados popularmente de "índios errantes". Serejo (1986, pp. 70-71) refere-se aos "índios errantes do Mato Grosso do Sul", quando analisa a economia ervateira, como sendo aqueles das tribos caiuás (te"yi) e guaranis. Gressler e Swensson (1988, pp.48-51) alude a respeito da origem do tronco

acabaram exercendo o papel de aglutinadoras da mão-de-obra dispersa e escassa para o fazendeiro-comerciante, especialmente os do sul do Estado. A partir de então, muitos dos índios passaram a conhecer um acelerado processo de perda dos elementos culturais e materiais indispensáveis à sua sobrevivência. Além dos índios, as fazendas foram, aos poucos, sendo o local de destino de trabalhadores paraguaios imigrantes, já bastante treinados como vaqueiros[514].

O controle da reduzida força de trabalho na produção de excedentes, não precisava mais se dar na forma de coerção direta do trabalhador. O regime de escravidão, tinha se apresentado apenas no norte do Estado, durante o período anterior. Através do domínio da terra agrícola[515], fator de produção, a classe de fazendeiros passou a submeter a reduzida força de trabalho existente no território[516].

A criação passou a ser realizada de modo extensivo, em pastagens naturais,

onde a intervenção direta do fazendeiro foi mínima[517]. A fazenda foi sendo entregue, de modo geral, aos cuidados dos "capatazes". A fartura de "barreiros" no Pantanal foi fundamental para a alimentação do gado com sal (MAMIGONIAN, 1986). Enquanto as fazendas de criação permaneceram abertas, sem cercamentos, a diferenciação do gado foi feita apenas com

---

linguístico dessas tribos ligado ao tupi-guarani, embora culturalmente e mesmo do ponto de vista linguístico apresentem distinções próprias. Segundo esses autores, os caiuás chamam atenção pela sua estrutura clânica, baseada na grande família ligada por laços consagüíneos, constituída em aldeias, em locomoção constante.

[514] Conforme nos coloca Correa Filho (1955, p.25), a cada revolução paraguaia, os vencidos e os insurrectos, passavam clandestinamente para o lado brasileiro.

[515] No governo de Campos Salles, em novembro de 1892, a lei federal número 20, permitiu ainda que os latifundiários transferissem maior quantidade de terras para o seu domínio particular, conforme atendesse exigências mínimas, contribuindo para o aparecimento de latifúndios com áreas "descomunais", como foi a fazenda Rio Branco de 384.292 hectares, a fazenda Taboco com 344.923 ha, a fazenda Firme com 176.853 ha, a fazenda Rio Negro com 118.905 hectares e a fazenda Palmeiras com 106.025 ha, quase todas na região pantaneira, área de expansão do norte da província (CORREA FILHO, 1981).

[516] A ordem estabelecida para se retomar o processo produtivo, deu-se, portanto, com base na servidão da terra, sob o princípio do "nulle terre sans seigneur". A produção de excedentes para a classe interessada foi possível, com a detenção da propriedade jurídica da terra, concedendo-se a posse para a classe trabalhadora reproduzir-se com a família (RANGEL, 1981).

[517] A grande quantidade de terras, as potencialidades naturais para a atividade criatória e a fraca quantidade de mão-de-obra, explica o caráter altamente nômade da mão-de-obra e dos proprietários das fazendas de gado do sul de Mato Grosso, com que se revestiu o início da colonização que caracterizou o período de antes da Guerra do Paraguai. Sodré (1941, p.86-93) mostra-nos o exemplo também da família de fazendeiros, como os dos Barbosa, dos Pereira, dos Lopes, dos Garcia, que no ato de sucessivas posses de glebas imensas, foram se deslocando no território, até a velhice, nada os ligando diretamente ao solo, nada deixando como marcas de grandeza dessa conquista atrás de si. Em nenhum momento, dessa época anterior à Guerra do Paraguai, se registrou conflitos por terras. O vaqueiro, nas lidas com o gado (conduzir, reunir, marcar, vender), vagueava solto pelo amplo território, de um lado para outro, não chegando a fixar residência por muito tempo. Esse trabalho, de pouco apego inicial à propriedade, amoldou-se ao trabalhador que já tivesse um modo de existência livre territorialmente, como o era o índio (SODRÉ, 1941, p. 86-93).

marcação na anca direita e sinal nas orelhas (Correa, 1997).

O enfeudamento da terra, como regra organizadora dominante do território do sul de Mato Grosso, teve como suporte a servidão da terra. Constituiu uma forma de regulação dentro da fazenda, com base no instituto do regime dominial[518]. Já nos contatos do fazendeiro com as áreas externas, a regulação passou a ocorrer com base no regime mercantil[519].

A atuação dessa elite dominante foi, no entanto, compondo verdadeiros arquipélagos econômicos, praticamente sem intercâmbio entre si. O isolacionismo foi propiciando sentimento de autonomia dos clãs de fazendeiros[520]. As trocas, envolvendo circulação monetária, só se deram fora da propriedade, no âmbito do atendimento das necessidades de fazendeiros.

No entanto, a distinta formação sócio-espacial que teve o sul e o norte do estado de Mato Grosso, revelou-se na estruturação dessa nova ordem. O incipiente processo de ocupação ocorrido na fase anterior, e desintegrado pelos acontecimentos da guerra, não permitiu no sul, a consolidação de estruturas econômicas, capazes de gerar oligarquias com o mesmo poder político daquelas do norte da província e, mesmo de Corumbá.

Por outro lado, as relações feudais no Sul do Estado, apresentaram-se mais moldadas às forças produtivas do lugar, que as do Norte[521]. Desse modo, os "camaradas" do

---

[518] As relações de trabalho praticadas dentro dos latifúndios, guardadas as especificidades da formação histórica de cada segmento territorial, foram do tipo feudal ou semifeudal. Embora as situações não fossem idênticas entre as várias atividades praticadas dentro do Estado, em todas elas estiveram preponderando algum tipo de relação daquela natureza. Assim, havia diferenças de especificidade entre o "barracão" praticado nos latifúndios de exploração de recursos da floresta Amazônica (ipecacuanha, borracha), apontados por Pereira (1975, p.54-56 e 489-492) e ANDRADE (1995, p.58 e 62), a "camaradagem" nas grandes fazendas de pecuária pantaneira em torno de Cuiabá até o rio São Lourenço, a "peonagem" nas fazendas de pecuária das áreas mais centrais (Pantanal e Vacaria), estas duas formas estudadas por Correa Filho (1956, p. 25-35), as "ranchadas ervateiras nas terras monopolizadas pela Mate-Laranjeira no sul (ARRUDA, 1986, p.232-233), mas em todas elas esteve o princípio "nenhuma terra sem dono", praticada pelo latifundiário, como forma de submissão do trabalhador.

[519] Das regulações feudais do lado interno da organização produtiva da fazenda, foram emergindo as instituições do "benefício", através da posse da terra concedida às famílias criadoras e, da "vassalagem", dependência civil com base em fidelidade e compromissos mútuos, próprias do regime coronelista. A nova ordem foi estabelecida, tendo como princípio o desdobramento interno da propriedade real da terra, em posse e propriedade jurídica.

[520]Os senhores da terra, foram estruturando suas próprias forças policiais, a Guarda Nacional, como instrumento da manutenção da ordem interna, de forma que a militarização passou a ser a tônica do processo (CORREA, 1995). Por outro lado, houve um relativo esforço no autoabastecimento, dando origem a uma pequena diversificação da produção interna, especialmente visando o atendimento da classe trabalhadora, como característica inicial dessa reestruturação das unidades econômicas.

[521] As condições oferecidas pelo sistema natural e a grande quantidade de território em relação à rarefeita população, com ociosidade de terras agricultáveis em relação ao espaço cultivável, também explicam a manutenção do sistema de rotação itinerante das terras como técnica produtiva, dentro de cada propriedade. As técnicas utilizadas ainda eram consideradas rudimentares para a época, sempre seguidas da queimada, uma forma de redução de esforços para apressar o ritmo do cultivo (SODRÉ, 1941).

norte do Estado[522] apresentaram-se mediante condições e relações sociais de trabalho diferenciadas dos "peões" do Sul[523]. O mesmo se pode apontar entre a aristocracia rural do norte do Estado[524] e a do Sul[525].

Repetiu-se no Mato Grosso, algo semelhante ao que os pecuaristas rio-grandenses vinham vivenciando anteriormente até a Revolução Federalista de 1893, ou seja, a tentativa de ruptura entre os estancieiros da Campanha, com tradição escravista e aqueles do planalto, onde as relações já nasceram do tipo feudalizada[526].

Os fazendeiros do Mato Grosso vinculados ao escravismo anterior, como aqueles do Rio Grande do Sul, politicamente mais ligados ao governo central, fizeram parte da classe que reivindicava autonomia, com o mínimo de alterações, adeptos da centralização política e da integração territorial. Mesmo em momentos de conflitos entre si, os coronéis do Norte, aliaram-se várias vezes, para combater os republicanos federalistas do Sul, quando a rebeldia significava ameaça à ruptura territorial dentro do Estado. Assim, a cada momento em que as disputas desencadearam tentativas de autonomia política do Sul, a oligarquia do Norte

---

[522] Os chamados "camaradas" das fazendas do norte do estado, geração de mestiços descendentes de trabalhadores do anterior regime escravista, haviam acumulado maior experiência, tanto com relação às atividades agrícolas como pecuárias. Por outro lado, a manutenção do anterior regime escravista, tinha dotado esse trabalhador de um modo de existência diverso, marcado por fortes dependências econômicas e vínculos com a terra. Essas variáveis, somadas à maior tradição das fazendas do norte do estado, pelo seu tempo de existência, levaram a uma maior consolidação econômica e política da classe de fazendeiros- comerciantes do norte em relação ao sul (CORREA FILHO, 1955).

[523] Os "peões" do sul apresentaram menor experiência com relação ao cultivo agrícola que os vaqueiros do norte. No entanto, mostraram-se altamente ágeis e aperfeiçoados no trato e manejo de menor quantidade de gado solto em grandes áreas, principalmente do gado bravio e "fujão". Apresentaram-se como melhores conhecedores de "segredos" na luta pela sobrevivência na região. Esses vaqueiros mostraram-se menos servis, mais livres e menos apegados ao solo (CORREA FILHO, 1955).

[524] Da aristocracia rural do norte, mesmo aquela que se dispersou para o sul, saíram os mais característicos coronéis desse momento histórico, controlando o comércio e os negócios da terra, assim como a política, fortalecendo as oligarquias cuiabanas. Esses novos e progressistas potentados locais de base agrária, do norte da Província, menos afetada pela Guerra do Paraguai, estavam alicerçados em cargos políticos locais e funções junto à Guarda Nacional. Rivais entre si, mas aliados da classe comerciante representada no governo federal, fizeram uso freqüente da força e violência, com tropas militares próprias, dando origem, conforme nos coloca Correa (1995, p.16) a um "coronelismo guerreiro", impondo à sociedade a condição de povo armado. Através da luta armada, a oligarquia cuiabana tentou subordinar o sul.

[525] Os "coronéis" constituídos no sul do Estado, que se identificaram com a política, no entanto, foram mais guerreiros que os do Norte (CORREA, 1995), com um manifestado espírito de autonomia. E nisso estava a origem das características da formação sócio-espacial do sul. Os fazendeiros do sul do estado em quase nada estiveram vinculados anteriormente ao sistema escravista. Por outro lado, a atividade pastoril sobre áreas naturais e indígenas, atribuiu-lhes, a exemplo das outras áreas de pecuária do país (nordeste e sul), uma vida mais marcada pelas condições naturais em áreas extensas, com a presença de mão de obra livre, a indígena, gerando relações feudais muito diferentes da européia, mais acomodadas à situação brasileira e à do sul do Estado de Mato Grosso. As relações feudais apresentaram-se no sul, de forma mais precoces que as do norte. No sul, as maiores dificuldades econômicas encontradas, tanto para os fazendeiros que retornaram da guerra para a legalização das antigas posses e os recém-chegados, implicaram em disputas pela terra.

[526] Esses últimos apresentaram idéias mais federalizantes, descentralizadas de governo, com um forte espírito de autonomia política, diante do isolacionismo a que ficaram submetidos no território, enquanto que os do norte, estiveram mais ligados a idéias positivistas, republicanas e unitaristas (PEREIRA, 1997, p.234-238).

se uniu para combater os coronéis revoltosos[527].

Terminada a Guerra do Paraguai, em 1870, o barão de Vila Maria, oriundo da geração da antiga fazenda Jacobina, interessou-se pela exploração das já conhecidas jazidas de ferro e manganês que ocorriam na sua propriedade de Piraputanga em Corumbá, embora sem ter sido bem sucedido nesse tipo de empreendimento[528].

O pequeno número de núcleos urbanos, organizados antes da Guerra do Paraguai, embora arrasados durante os conflitos, recuperaram-se rapidamente, com o retorno das famílias foragidas, o resgate dos prisioneiros e o restabelecimento das colônias agrícolas[529]. Diante da necessidade de recompor as unidades de produção, os proprietários de terras continuaram morando nas fazendas, escapando à regra geral de urbanização das outras regiões brasileiras.

Assim, conforme pode atestar a historiografia, alguns estudos de outra natureza e mesmo a literatura regional, para esses pequenos núcleos urbanos convergiam as instituições sociais e as atividades econômicas comerciais. As aglomerações urbanas e as fazendas do distrito ou município constituíam no seu todo uma unidade configurada como comunidade rural, havendo entre os moradores, uma identidade de pertencimento ao mesmo lugar comum e uma consciência de vizinhança[530].

Nas vários históricos sobre a origem das povoações e vilas, observa-se que nelas vieram habitar principalmente os comerciantes. A igreja e as festas coletivas desempenhavam papel importante de elo coletivo, atraindo a população rural, especialmente em fins de semana e em dias santos, para batizados, crismas e casamentos. As práticas sociais do casamento entre poucas famílias acabavam por determinar uma fraca diferenciação social e

---

[527] Nesse caso, recomenda-se a leitura da obra de Weingartner (1995) sobre o "Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul".

[528] A exploração só foi concedida pelo Império em 1876, à sua esposa já viúva, baronesa de Vila Maria, assim como a outros interessados em 1880, J.B Vieira de Carvalho e Vasconcelos e G. A. Gama e Francisco Couto Silva. Diante dos insucessos obtidos e diante da lei de 1894, passando ao estado a responsabilidade de conceder o uso do solo e subsolo, acabou ficando com a licença de exploração somente Francisco Couto e Silva para 20 anos. Novos insucessos levaram à passagem por mais duas empresas nacionais, Airosa & Cia e Sociedade Geral das Minas de Manganês até 1906 (IMPACTO, 1990).

[529] Para o Pantanal, ao sul do rio São Lourenço, conforme Souza (op.cit.,p. 71), desceram as famílias dos Barros e dos Gomes da Silva. Ocuparam os pantanais de Nhecolândia, Paiaguás, Nabilique, Jacadigo e Piraputanga.

[530] A consciência de vizinhança entre as famílias de propriedades rurais próximas dava-se através de algumas práticas de visitas, realização de eventos religiosos coletivos, auxílio mútuo em caso de necessidade do grupo, compadrios e relações de compromissos.

cultural[531].

A evolução da Guerra do Paraguai, tendo o sul do Estado como principal cenário, favoreceu o aparecimento de um grande número de veteranos, assim como sua maior admiração pelos feitos guerreiros anteriores. O Exército brasileiro tinha se fortalecido e se consolidado como instituição[532]. Muitos militares, heróis da Guerra do Paraguai, que optaram por permanecer no Estado, como fazendeiros ou em funções militares, tiveram um envolvimento em cargos políticos estaduais ou locais, entrando no cenário de conflitos. A exemplo do que ocorreu no país, os militares positivistas mostraram-se mais identificados com o feudalismo precoce e as idéias federalistas, descentralizadoras, o que significava contraposição às idéias dos comerciantes e coronéis nortistas do Partido Liberal[533], e maior ligação com os coronéis do sul da Província.

O governo de Campos Sales representou o momento da montagem do sistema oligárquico unitarista e da tentativa de liquidação do Exército, enaltecendo apenas a Marinha[534], que tinha ficado indiferente ao movimento da proclamação da República. Joaquim Murtinho, representante da oligarquia do Mato Grosso, tornou-se o braço direito de Campos Salles, como ministro da Fazenda, ao compor forças com o imperialismo.

O militar de mais alta patente, herói da Guerra do Paraguai e participante da Comissão Demarcadora de limites, Antônio Maria Coelho, aliado do presidente Marechal Deodoro, foi logo rechaçado pelos representantes do Partido Republicano (ex-Partido Liberal), quando indicado como primeiro governador do Estado. O fato deu origem a uma

---

[531] Nas fazendas, os casamentos entre elementos de um pequeno número de famílias e uma divisão de trabalho sem especializações proporcionavam uma fraca diversificação social, razão pela qual os padrões de comportamento se tornavam bastante uniformes dentro do grupo.

[532] O Exército ganhou vida própria, após a Guerra do Paraguai, segundo Sodré (op.cit.,p.138) uma força muito mais identificada com a classe média nascente, de onde saíram os novos oficiais. Parte da oficialidade, que tinha ascendido na carreira por serviços prestados, ao se recolher para a reserva, continuou atenta à vida pública. No entanto, descontentes com o papel secundário que a aristocracia agrária reservou ao Exército Nacional, surgiu a "Questão Militar", quando nasceu o Clube Militar, em 1887, liderado por Marechal Deodoro da Fonseca. Identificados com as causas populares e com o desenvolvimento, acabaram sendo eles os proclamadores da República, inaugurando, por dois governos, a era dos militares. Mas, a aristocracia rural ao se recompor com a burguesia e ligar-se aos interesses imperialistas, preferiu ligar a formação de seus filhos aos cursos de Direito, intelectuais considerados mais indispensáveis à manutenção da ordem vigente no Estado.

[533] Segundo a historiografia regional, atestada por Weingartner (1995), Correa (1995), entre outros, o Partido Liberal era constituído pela aliança entre os latifundiários-comerciantes mais abastados, que haviam se mudado para a cidade e os comerciantes ligados ao mercado internacional. Tinham como característica predominante a preocupação com integridade do território. Destacava-se entre os seus participantes, representantes das famílias comerciantes de Corumbá (Generoso Ponce) e da aristocracia rural de Cuiabá (irmãos Murtinho, Correa da Costa, Barros). Com a proclamação da República, o Partido Liberal transformou-se em Partido Republicano, fundado em Cuiabá por Generoso Ponce.

[534] Note-se que a Marinha fez-se representar no Mato Grosso, logo após a Guerra do Paraguai, em Ladário. Assim, em 1871, preparou-se o lugar para receber o Arsenal da Marinha, um novo elemento de defesa fronteiriça.

"Questão Militar" interna, com levante armado[535], só apaziguado com a interferência de forças federais de Floriano Peixoto em 1892[536]. A partir de então, passou-se a chamar de "forças legalistas", todo movimento armado da oligarquia cuiabana, na defesa da integridade territorial.

4.1.5 Conseqüências internas da navegação fluvial na bacia do Prata durante a "era de ouro" da Argentina

A reabertura da navegação pela bacia do Prata, revitalizou os portos do rio da Prata, incluindo o de Corumbá. A navegação a vapor conseguiu se estender a todo litoral brasileiro, infiltrando-se na Bacia do Prata, de modo a encurtar em pelo menos cinco vezes, o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso. Em 1878, a vila de Corumbá já tinha se transformado na primeira cidade do Mato Grosso do Sul, em tamanho de população.

A partir de 1880, no entanto, a Argentina passou a conhecer a chamada "era de ouro", que também afetou o Uruguai, criando interferências econômicas na então província do Mato Grosso, especialmente nas terras pertencentes à bacia do Paraguai. O surto de crescimento por que passaram esses países platinos, com os avanços tecnológicos nos meios de transporte de navegação, capturados comercialmente pelos portos de exportação, propagou-se até o Mato Grosso, através dos meios fluviais da bacia do Prata, dinamizando os portos dessas vias.

O adensamento da população imigrante recém-chegada junto à principal área de dinamismo comercial tinha transformado Buenos Aires, na maior cidade da América Latina e num importante centro de consumo, incluído a erva-mate.

A partir de 1880, muitos dos negociantes que operavam na Argentina e Uruguai, passaram a freqüentar o porto de Corumbá, realizando negócios com os fazendeiros locais, incluídos na rede internacional de comércio, muitos vinculados a bancos ingleses. Tornaram-se compradores dos produtos exportáveis e fornecedores de produtos industrializados.

---

[535] Os conflitos políticos tinham conteúdo econômico. Na realidade, as disputas se davam em torno da participação dos negócios da erva-mate no sul do estado.

[536] Esse conflito armado envolveu militares das fortificações, que buscaram proclamar a "República Transatlântica". A oligarquia do Norte, com auxílio de latifundiários aliados do sul, formaram as "Forças Patrióticas Legais", vencendo os militares com a ajuda do governo federal (WEINGARTNER, 1995).

Incluíram entre esses, muitos comerciantes judeus e árabes, que se apropriaram de terras, estabelecendo-se como comerciantes (ÁLBUM GRAPHICO, 1914). Logo após a Guerra do Paraguai, Corumbá com uma população de cerca de 5.000 habitantes, conheceu a duplicação de seu contingente, diante do dinamismo do comércio ali instalado, contando também com a presença de muitos paraguaios recém-imigrados[537]. Instalou-se junto à cidade, a Colônia Militar da Conceição.

A partir de 1880, a província passou a contar novamente, por iniciativa do Império, com duas linhas regulares de navegação a vapor, através da Companhia Nacional de Navegação a Vapor, ligando Cuiabá a Montevidéu e Rio de Janeiro e Cáceres a Assunção, além de três outras linhas pertencentes a comerciantes locais[538].

As mercadorias que chegavam ao porto de Corumbá passaram a ser redistribuídas por via fluvial ao interior do território, com a ajuda de lanchas. Daí os produtos circulavam por terra, via carretas de boi e lombo de burro. Conforme nos afirmou Fonseca (1875, *passim*), as chamadas estradas ou caminhos entre núcleos de povoamento, nada mais foram, naquela época, do que simples continuação de rumos conhecidos, direções que todos procuravam e sabiam. Muitos desses caminhos não estavam assinalados nem pelo mais ligeiro trilho, pelo menor indício de trânsito.

No entanto, os dois países platinos, Argentina e Uruguai, tinham se tornado os abastecedores mais importantes do charque de consumo brasileiro, por seus preços competitivos e maior produção, em relação aos gaúchos[539]. Além disso, os países que ainda mantinham relações escravistas de trabalho, como Cuba e Estados Unidos também adquiriram charque para alimentação dos escravos. Essa atividade tornava-se compensadora, na medida em que a ela se aliava outra atividade rendosa, a da exportação de couro para os países

---

[537] A entrada de imigrantes pelo rio Paraguai foi incentivada pelo estado, como política colonizadora. Em função disso, tinha sido instalada em Corumbá, uma Agência de Colonização, com o objetivo de selecionar e incentivar a entrada de estrangeiros dos portos platinos, com passagens gratuitas até o porto Corumbá. Eram trazidos de barco e nem sempre permaneceram no país, como nos coloca. Em 1872, logo após a guerra, o registro oficial de entrada de estrangeiros ainda era pequeno, cerca de 1%. No entanto, no final do século passado, essa proporção de estrangeiros já havia aumentado para mais de 10% em relação à população total do estado (CORREA, 1997).

[538] Essas embarcações pertenceram a empresários que aturam nos portos de Cáceres e Corumbá. O barco "Dona Constança" pertenceu ao proprietário da Casa Firmo de Mattos & Cia, o "Novo Triunpho" à empresa Cia União de Vila Maria e o "Rio Branco" ao fazendeiro e comerciante coronel Antônio Joaquim Malheiros (CORREA, op.cit.).

[539] Desde a metade do século XIX, a pecuária platina, segundo BANDEIRA, 1995, vinha se mostrando, pelo menos cinqüenta por cento mais rentáveis que a do Rio Grande do Sul. Essa situação tinha incentivado a passagem de muitos brasileiros para o lado uruguaio, ameaçando ainda mais a produção e exportação brasileira. O número de cabeças de gado do Rio Grande do Sul foi diminuindo, a ponto de não conseguir atender mais que a terça parte da demanda nacional.

industriais.

A expansão econômica dessa atividade, ocupando territórios argentinos e uruguaios, na integração de novos espaços econômicos, extravasou fronteiras, através das vias fluviais da bacia do Prata, invadindo a região do Pantanal de Mato Grosso. O forte estoque bovino de Mato Grosso, criado a baixo custo, em terras extensas, e os fretes relativamente baratos pela via fluvial, tornaram o empreendimento da pecuária e do charque atraente para os negócios platinos.

Assim, estancieiros e charqueadores uruguaios e argentinos avançaram bacia do Paraguai adentro, adquirindo gado, terras e estabelecendo saladeros, ao longo dos afluentes. Na realidade, havia começado a se consolidar os anseios expansionistas, manifestados desde o início da Guerra do Paraguai, tanto pelos estancieiros e charqueadores platinos com relação à terra e gado, como pelos seus aliados comerciantes portenhos.

As vantagens do crescimento econômico da Argentina sobre a brasileira, pós-guerra do Paraguai, havia facilitado o antigo sonho argentino hegemônico de restabelecer o comando sobre o antigo vice-reino da Prata. Já em 1880, estavam instalados em Descalvados. Até o final desse século, o charque já tinha respondido por mais da metade das exportações da província (Bandeira, 1995).

Nesse conjunto de circulação de mercadorias pela rota fluvial do Paraguai, a cidade de Corumbá funcionou como um verdadeiro porto-empório e um local de transbordo de embarcações de calado médio oriundas dos países platinos e do Rio de Janeiro, para pequenas embarcações com destino à capital do estado e arredores. Emergiu como cabeça de rede de um conjunto de povoados e sedes de fazendas, coletando a produção oriunda da área rural e se transformando na principal distribuidora dos produtos industriais, vindos pela bacia do Paraguai.

Economicamente, destacou-se junto ao porto, o desempenho da Casa Comercial. Segundo Alves (1984, p.37), esse tipo de negócio monopolizou o comércio de importação, além de haver controlado grande parte do comércio de exportação de mercadorias e navegação. Além de representar empresas seguradoras, intermediava bancos nacionais e estrangeiros, concedendo créditos para financiamento de expansão e abertura de atividades econômicas de interesse na órbita de influência. Também participava diretamente da produção, arrendando e comprando terras para explorar produtos naturais e desenvolver a pecuária extensiva. Nesse sentido, a distribuição e hierarquização das casas comerciais

(matriz e filial) foi, até certo ponto, definidora da hierarquia urbana e dos limites da hinterlândia do porto de Corumbá[540].

Com investimentos obtidos junto a comerciantes judeus argentinos ligados a bancos europeus, a partir de 1880, algumas antigas moendas de cana do norte da província puderam se transformar em modernas usinas de açucar, com engenho a vapor, a exemplo da usina de Itaici (Alves, op. cit.).

Por outro lado, o porto de Concepción, no Paraguai, também conheceu um processo de relativa dinamização, com os negócios da erva-mate. Thomaz Laranjeira, um dos componentes brasileiros da Comissão de Demarcadores de Limites, originário de uma área ervateira catarinense, teve oportunidade em se envolver com o comércio de erva-mate paraguaia para atender os mercados platinos, tomando contato com os extensos ervais do sul de Mato Grosso, considerados de melhor qualidade que os do Paraguai. Associou-se, para esse fim, ao comerciante português Francisco Mendes Gonçalves[541], na Argentina, montando a sede da extração em Concepción e unidade de beneficiamento em Buenos Aires[542], com a primeira concessão de terras no Brasil, junto ao governo imperial, em 1882[543]. A ligação com o porto de Concepción foi feita inicialmente, pela picada do Cirigüelo, conhecida durante a

[540]Corumbá, a cabeça de rede, passou a contar, desde 1858, com 5 matrizes e 1 filial da casa Comercial. O rio Paraguai, a exemplo do oceano Atlântico, limite natural e político, funcionou como barreira à expansão da influência de Corumbá par o oeste. A leste, no território brasileiro, Cuiabá, a partir de 1865 a 1870, tinha o segundo nível de importância, recebendo 3 matrizes. No quarto nível estiveram Cáceres, Nioaque, Porto Murtinho e Miranda até 1909, com 1 matriz cada uma. As áreas mais distantes tiveram importância em função da acessibilidade e de sua capacidade de se relacionar com áreas mais próximas. No norte do estado, Rosário foi quem possuiu mais filiais (2), enquanto Aquidauana, um pequeno centro nodal de vias de circulação, recebeu 3 filiais. Sob menor influência ficaram Diamantino, Campo Grande, Rio Guaporé e São Roque, nos limites da hinterlândia (CARDOSO, 1989).

[541] Francisco Mendes Gonçalves nasceu na ilha da Madeira, na pequena aldeia de Campanário, nome dado a uma das terras de exploração. Era filho de um médico português que prestava serviços nos navios que vinham ao Rio de Janeiro e sobrinho do bispo de São Paulo, Monsenhor Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade Viera. Mais tarde, junto com sua família, veio morar e ajudar o irmão mais velho, que trabalhava no Rio de Janeiro, com o tio, um próspero comerciante. O irmão havia acompanhado o Exército Brasileiro como fornecedor, através da bacia do Prata, tendo oportunidade de se relacionar com argentinos e uruguaios. Por conveniência do negócio montado com Thomás Laranjeira, Francisco Mendes Gonçalves foi morar em Buenos Aires, onde implantou a sociedade comercial "Francisco Mendes & Companhia", para comercialização dos produtos vindos do Paraguai e Brasil, principalmente erva-mate (GONÇALVES, 1941).

[542] Tendo morado no Rio Grande do Sul, Laranjeira foi voluntário da Guerra do Paraguai, tornando-se posteriormente o responsável pelo provisionamento da Comissão e, mais tarde, um dos componentes da Comissão de Demarcadores de Limites entre o Brasil e Paraguai, esta realizada entre 1870 e 1874. Deixou a Comissão para transformar-se exclusivamente em comerciante provedor de víveres aos demarcadores, instalando-se em Concepción. Essa função deu-lhe oportunidade em se aliar a um dos fornecedores do Rio de Janeiro, comerciante português Francisco Mendes Gonçalves ligado à rede internacional de comércio. A vinculação de interesses entre os dois, foi a de se organizar, em Buenos Aires, o beneficiamento e comercialização da erva-mate, oriunda da nova área brasileira e de terras paraguaias, cuja exploração já tinha sido reativada. Desse modo, o comerciante português foi fixar moradia em Buenos Aires, constituindo ali a empresa "Francisco Mendes & Companhia"(GONÇALVES, 1941).

[543]A concessão inicial foi obtida por 10 anos, em terras devolutas, próximas de Ponta Porã, junto às nascentes do rio Iguatemi e Amambai (ARRUDA, 1986).

Guerra do Paraguai[544], circulando-se o produto através de tropas e carretas de boi.

O sucesso inicial desse empreendimento atraiu imediatamente o interesse das elites mato-grossenses, na participação do negócio, dada a crise econômica que viviam naquela fase[545]. A Constituição de 1891, ao entregar aos estados as terras devolutas[546], tornou-se o principal instrumento de pressão do poder da província. Desse modo, foi exatamente o governante da época, Manoel Murtinho, representante da oligarquia mato-grossense, quem incluiu sua família diretamente no empreendimento ervateiro[547]. Assim, em 1895, não só as posses foram ampliadas até as cabeceiras do rio Brilhante, com mais de 5 milhões de hectares, como foi construído um porto particular da empresa ervateira, no sul da província, o Porto Murtinho, transferindo-se para ali a sede dos negócios[548]. Transformou-se no maior empreendimento do sul do estado (Arruda, 1986).

O extremo sul do novo Estado de Mato Grosso, após proclamada a República, também acabou se tornando área de penetração de populações gaúchas, foragidas da Revolução Federalista de 1893[549], que foram se apossando das terras devolutas

---

[544] A picada de Cirigüelo, tinha sido o caminho utilizado pelos soldados brasileiros, e onde se dera o cerco que matou o presidente Solano Lopez durante a Guerra do Paraguai (GUIMARÃES, 1992).

[545]Laranjeiras contou inicialmente, com a mediação do primeiro governador do estado republicano, Antônio Maria Coelho, militar herói da Guerra do Paraguai e antigo colega da Comissão Demarcadora de Limites, no primeiro pedido de prorrogação e ampliação de posse junto à Deodoro da Fonseca, livrando-o da concorrência da oligarquia em investir no mesmo negócio. Desse modo, a área de concessão ocupou quase todo extremo sul do Estado do Mato Grosso, do rio Ivinhema ao Iguatemi, entre o rio Paraná e a "serra de Amambai" (ARRUDA, 1986). A aliança entre os líderes da aristocracia rural e a dos comerciantes, permitiu a derrubada do governador representante do Partido Republicano Conservador, Antônio Maria Coelho. A ascensão ao governo, após várias turbulências políticas, de um dos representantes da aliança comércio-latifundio no novo governo Republicano, um dos irmãos Murtinho, coincidiu com o repasse aos estados federados, por parte do Estado Nacional, a responsabilidade sobre o destino das terras públicas (WEINGARTNER, 1995).

[546] O artigo 64 da Constituição Federal de 1891 rezava "*Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas nos seus respectivos territórios, cabendo à União, somente a porção do território indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais"*.

[547] Assim, em 1892, em pleno período Republicano, a Companhia Mate-Laranjeira já tinha sido induzida a se associar à oligarquia estadual, na pessoa do então governador do Estado de Mato Grosso, Manoel Murtinho e seus irmãos, Francisco e Joaquim Murtinho, segundo Mamigonian (1986). A política emissionista do ministro Rui Barbosa, o chamado encilhamento, num momento de entrada de empréstimos estrangeiros e alta safra do café, concedendo financiamentos a empreendimentos nacionais, gerou condições aos irmãos Murtinho, em constituir tanto o Banco Rio e Matto Grosso, como em criar a infra-estrutura requerida. A sociedade surgiu como condição à empresa de garantir e ampliar as concessões das áreas ervateiras, mas sob o controle acionário do Banco Rio e Matto Grosso (96,9% das ações), conforme Arruda (1986). A participação dos mato-grossenses não interrompeu a formação do monopólio, mas ao contrário, fortaleceu essa característica da exploração. Com esse aparelho financeiro e a política de empréstimos do governo federal, foi possível, portanto, investimentos na melhoria da infra-estrutura de circulação do produto, que se constituía no maior gargalo do negócio.

[548]Não só foi aparelhado o porto no rio Paraguai, como adquirido barcos a vapor e outros tipos mais modernos de pequenas embarcações. A empresa transferiu desse modo, o comando de Concepción, para Porto Murtinho, doando ao estado, 3600 hectares para ali se erigir o povoado com o mesmo. A propósito, consultar a obra "O Ciclo de erva-mate em Mato Grosso do Sul", uma coletânea de vários autores, publicado pelo IEL (1986).

[549] A fase recessiva, o fim da escravidão e a alta da inflação causada pelo encilhamento, implicaram na queda do consumo do charque e em conflitos de poder no Rio Grande do Sul entre os republicanos positivistas e aliados dos militares florianistas e

encontradas, envolvendo-se tanto com a prática da pecuária, da exploração e transporte da erva-mate, como em atividades comerciais, ligadas ao porto de Concepción[550].

No caso da atividade comercial, predominava o comércio clandestino transfronteiriço, cuja prática no sul do país, vinha de longos anos. A atividade ligou-se à rede comercial internacional, polarizada pelos portenhos europeus e seus descendentes, mediada pelos comerciantes da praça do porto de Concepción (paraguaios e estrangeiros).

Constituiu-se de um comércio de relativo dinamismo, por concretizar-se como mão dupla. Além do gado e da erva-mate para os portos platinos, incluiu também, o abastecimento em produtos industrializados, aos novos fazendeiros que foram se instalando no sul do novo Estado. Esse movimento cresceu ainda mais, com o empreendimento ervateiro, que concentrou pessoas e se tornou um centro consumidor de relativa importância. Desse modo, explica-se uma vez que parte dos coronéis-fazendeiros do sul do Estado, especialmente aqueles ligados ao comércio, aliou-se muito mais à classe de negociantes paraguaios de Concepción, do que àqueles do porto de Corumbá[551].

Esse tipo de comércio clandestino foi, em grande parte, facilitado, num momento de relativo desguarnecimento das colônias militares e descaso com o Exército. Nesse período, as questões relativas à fronteira passaram a ser resolvidas pelo corpo diplomático brasileiro. As denúncias de envolvimento em contrabando atingiram, até mesmo, a Companhia Mate-Laranjeira, enviando o seu produto diretamente ao Paraguai, com apoio de alguns militares de fronteira[552].

A prática do contrabando, a exemplo do que ocorria no sul do país, incentivou o banditismo[553], implicando, muitas vezes, em depredações, roubos e até mesmo

---

estancieiros federalistas, resultando na sangrenta Revolução Federalista, levando muitas famílias e líderes políticos a fugirem, passando pelo Paraguai, atingindo o sul de Mato Grosso (FIGUEIREDO, 1968).

[550] Note-se que o porto Murtinho era exclusivo da empresa ervateira. Desse modo, o porto mais próximo era aquele de Concepción do Paraguai.

[551] São comuns as referências na historiografia regional a respeito da ajuda que os "coronéis" revoltosos e separatistas receberam dos comerciantes do porto de Concepción e de bandoleiros comerciantes, durante os conflitos com os coronéis nortistas.

[552] Correa (1997, *passim*) faz referências à situação em que se encontrava o efetivo militar das colônias militares após a Guerra do Paraguai, facilitando a sua fuga e participação nessas atividades de comércio clandestino de fronteira e até mesmo no banditismo armado, tanto na forma de assalto à propriedade como roubo de gado em fazendas. Eram soldados desertores que passavam privações de todo tipo e não conseguiam constituir família, ou que se corrompiam em alianças com paraguaios contrabandistas.

[553] Santana de Paranaíba, segundo Weingartner (op.cit.,p.55), recebeu do governo de Cuiabá, no início desse século, um destacamento militar para fiscalizar o comércio e reprimir o contrabando na área.

assassinatos, por elementos envolvidos nessa rede de atividades comerciais.

Alguns poucos fazendeiros que se colocaram na intermediação dessa transação com o porto de Concepción, tornaram-se os comerciantes mais expressivos e dinâmicos do extremo sul do Estado. Destacaram-se, entre os fazendeiros-comerciantes, os três tipos característicos que surgiram no cenário sócio-econômico e político do extremo sul de Mato Grosso: João Ferreira Mascarenhas [554]em Nioaque e capitão João Caetano Teixeira Caracterizaram-se por liderar movimentos de autonomização político-territorial do sul do Mato Grosso em relação ao Norte, com apoio de comerciantes paraguaios do porto de Concepción.

Os polos de comercialização de maior importância no extremo sul do Estado, por se localizar em pontos estratégicos, junto às principais rotas de comercialização, foram a vila de Nioaque e o porto Santa Rosa (Maracaju), com um leque de ligações, via trilhas terrestres que atingiam o porto paraguaio. Mas, em função dos bons preços do gado nos mercados platinos, esse tipo de comércio foi sendo ampliado territorialmente, atingindo o "sertão dos Garcia" e até mesmo a região de Corumbá e Cáceres.

Desse modo, os portos fluviais de Corumbá e Concepción, foram as duas cabeças da rede com hinterlândia sobre o território do Mato Grosso do Sul, nesse período de pós-guerra do Paraguai até 1896. Conflitantes entre si, pois uma era a negação da outra, em termos de oficialidade e clandestinidade, com participantes de mentalidade, respectivamente, unitarista e federalista.

A rede comercial institucionalizada teve no comando o porto de Corumbá e Cuiabá, sob o controle dos detentores da casa comercial[555]. O suporte dessa rede no sul do Estado era Nioaque[556]. A hinterlândia do porto atingia as fazendas da região da Vacaria até a

---

[554] João Ferreira Mascarenhas, conforme relatos de vários historiadores regionais, tornou-se o fazendeiro-comerciante em Nioaque, cujos laços comerciais foram estabelecidos com o porto de Corumbá. Possuía, portanto, fortes alianças com a classe comerciante daquele porto, tendo sido um dos mais fortes líderes políticos locais, fundador do Partido Republicano Popular. Em função disso, auxiliou a oligarquia do estado (aristocracia rural e classe comerciante) na retirada do poder dos militares, como forma de se impor como classe, combatendo os heróis da Guerra do Paraguai, Antônio Maria Coelho e João Caetano Teixeira Muzzi. No entanto, envolveu-se mais tarde, como o comércio de Concepción. Convivendo com intelectuais gaúchos da Revolução Federalista, aderiu mais tarde, à idéia de autonomia territorial, própria dos fazendeiros-comerciantes progressistas da época. Foi combatido, vencido e morto em 1901, por uma aliança entre a classe de fazendeiros tradicionais e usineiros do norte do estado, embora auxiliado por fazendeiros gaúchos ligados à Companhia Mate-Laranjeira, por negócios comuns junto ao porto de exportação-importação de Concepción.

[555] Corumbá e Cuiabá tinham respectivamente duas casas comerciais. Três desses estabelecimentos tinham sido criados, logo após a abertura da navegação pelo rio Paraguai e até o final da Guerra. Somente a Casa Wanderley Baís, em Corumbá tinha sido criada em 1876 (ALBUM GRAPHICO, 1914).

[556] A casa comercial Vicente Anastácio, foi instalada em Nioaque, logo após o término da Guerra do Paraguai, ou seja, em 1871(ALBUM GRAPHICO, 1914).

vila de Paranaíba, no Sertão dos Garcia.

A rede comercial clandestina teve a vila de Nioaque, criada em 1890, como centro nevrálgico, com o apoio do porto Santa Rosa, com a hinterlândia abrangendo até a região da Vacaria e a do Sertão dos Garcia. Desse modo, havia pontos comerciais de fricção onde as duas redes se justapunham.

O combate do Estado ao tráfico contrabandista deu-se, tanto através de ataques armados por comerciantes ligados aos negócios do porto de Corumbá e da aristocracia rural do Norte, como através da implantação, em 1897, de um pequeno destacamento militar e de uma Agência Fiscal (Mesa de Rendas) junto às principais saídas de rota de circulação para o Paraguai, ou seja, em Ponta Porã, Bela Vista e Porto Murtinho[557].

4.1.6 Origem de Campo Grande no cruzamento de hinterlândias dos portos platinos

A circulação do comércio regional oriundo do extremo sul, inscreveu-se territorialmente, num circuito transverso à direção da maior parte dos rios das bacias do Paraná e Paraguai, de modo que os caminhos terrestres impuseram-se como os mais necessários e utilizados pelos comerciantes ambulantes oriundos do extremo sul, ligados ao comércio realizado através do porto de Concepción.

Nesse caso, para evitar travessia de rios, os roteiros terrestres mais estratégicos foram os construídos sobre espigões divisores de água. Já os comerciantes que atuaram na hinterlândia do porto de Corumbá, continuaram fazendo uso das vias fluviais da bacia do Paraguai, através de lanchas, atingindo os povoados do planalto, por vias terrestres.

As terras atuais de Campo Grande[558], na região da Vacaria, já ocupadas por alguns mineiros criadores de gado, desde o fim da Guerra do Paraguai, serviram de rota

---

[557] O objetivo foi o de proteger a saída e entrada de produtos da foz do rio Apa junto ao rio Paraguai até o salto de Sete Quedas no rio Paraná (SEREJO, 1986).

[558]As terras pertenceriam, segundo Ribeiro (1993, *passim*) a uma sesmaria concedida entre fins do século XVIII e início do XIX, cujo detentor da posse era um fazendeiro de Miranda. A sesmaria, com o nome de fazenda Lajeado, pertencia, junto a uma outra contígua, a fazenda São João Varadouro, a Joaquim Silvério Ornellas, segundo Figueiredo (op. cit., pp 246 a 256). As duas fazendas juntas compunham cerca de um milhão de hectares, indo da região do Varadouro do rio Anhanduí e Aquidauana até o atual município de Miranda. O responsável pela posse dessas terras era filho de um português, que entrara por Corumbá desde o final do século XVIII e início de XIX, tendo se casado com uma cuiabana. Possuía fazendas também em São Paulo. Casou-se pela segunda vez com uma índia kadweo, tendo o filho Joaquim. Teria doado as terras, segundo a autora citada, a pedido do mineiro pecuarista José Antônio Antônio Pereira.

obrigatória aos dois fluxos, tanto os oriundos do porto de Corumbá, como do porto de Concepción[559], especialmente a partir dos anos 80 do século passado, quando a circulação comercial foi se tornando mais dinâmica em relação aos mercados platinos. A partir das funções que o lugar foi ganhando no conjunto da circulação regional, como cruzamento de rotas originárias dos dois portos[560], um no extremo oeste do Estado e outro no extremo oeste, no Paraguai, atingindo o "sertão dos Garcia", foi se consolidando o povoado[561] (Figura 20).

Os produtos provenientes tanto dos portos de Corumbá como de Concepción, circulavam por Campo Grande, através de carretas, burros e carros de boi. Além de fazer parte da região de Vacaria, propícia para a criação de gado, a situação de encruzilhada condicionou o lugar a se tornar ponto de encontro e paragem de tropeiros e carreteiros[562]. Ao mesmo tempo, foi ganhando a função de distribuição e coleta de produtos na região, tornando-se um local preferido por comerciantes[563], assim como eventualmente, de confrontos, oriundos da disputa

[559]O caminho que bordejava o Planalto da Bacia do Paraná, no alto da "Cuesta de Maracajú", oriunda da Colônia dos Dourados, passando por Nioaque e indo atingir o Triângulo Mineiro, segundo Guimarães (1992), passava por Campo Grande. Daí chegava-se a Coxim, Camapuã e Santana de Paranaíba, por meio de trilhas. Desse modo, Campo Grande tornou-se rota obrigatória à passagem dos "mercadores ambulantes", originários do Porto de Concepción do Paraguai, para abastecer toda a região da Vacaria até o "sertão dos Garcia", em Santana de Paranaíba. Traziam alguns produtos industrializados europeus, trocando-os por gado, utilizando-se de estrada carroçável até Campo Grande. Por outro lado, o pequeno povoado de Campo Grande, como varadouro de curta distância entre as bacias do Paraguai e Paraná, encontrou-se numa posição favorável de rota comercial, com produtos que também chegavam e saíam pelo porto de Corumbá, atingindo a região da Vacaria e até o sertão dos Garcia. Em função da maior intensidade dessa circulação junto ao rio Aquidauana, surgiu o porto com o povoado do mesmo nome e relações de maior freqüência com Miranda. Frei Mariano de Bagnaia, em seu relatório de viagem de Coxim a Campo Grande, em 1882, fêz alusão a essas trilhas, conhecidas como "o caminho de Minas".

[560] Santo Antônio de Campo Grande teria crescido, tendo o boi como moeda de força e comercializando essa mercadoria com outras do Porto de Concepción. Daí viria, segundo ele, através de carretas de boi de paraguaios, após a Guerra do Paraguai, todo o abastecimento da Vacaria. Em função do dinamismo desse comércio, até 1886, as melhores terras de Campo Grande já tinham sido tomadas No entanto, com Corumbá também passou a ser estabelecido contatos comerciais, via lanchas, carretas, burros e carros de boi, no final do século passado. Posteriormente, o comércio oriundo do porto de Corumbá foi suplantando aquele do porto de Concepción (FIGUEIREDO,1994, p. 126).

[561] Segundo a historiografia local, em 1876, já se teve o registro da elevação da primeira capela em torno da qual, foram se amontoando alguns moradores, dando origem ao povoado. Atribui-se a ereção da capela, dedicada a Santo Antônio, como iniciativa do pecuarista mineiro José Antônio Pereira, que estivera em Campo Grande em 1872, retornando em 1875 com a família, para se instalar na confluência dos córregos formadores do Anhanduí (Segredo e Prosa). Consta oficialmente como fundador de Campo Grande. Há registro histórico de algumas outras famílias que também haviam se instalado no local na mesma época, o que justifica a elevação da capela, como um ato tradicional de cosmogonia para se dar origem a uma coletividade, manifestação do espírito religioso leigo dos mineiros. Em 1878, veio o padre Julião Urquia, pároco de Miranda, celebrar a primeira missa, constituindo o arraial de Santo Antônio de Campo Grande, que passou a pertencer à paróquia de Nioaque, criada um ano antes. Até então, a capelinha tinha estado sob a jurisdição de Miranda. Em 1897, retornou à jurisdição de Miranda (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 1991).

[562] Aquidauana também tinha se localizado num centro de recepção de gado regional, tanto do sul como do Pantanal ao norte, redistribuindo a circulação para Campo Grande. Em 1892, os fazendeiros da região já tinham tomado providências, no sentido de oficializar a criação do povoado (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 1991).

[563] No Relatório de Viagem do bispo Dom Carlos Luiz D'Amour, há referências a respeito de disputa por terrenos em Campo Grande, valendo a lei do mais forte ou mais astuto (*apud* GARDIN, 1999).

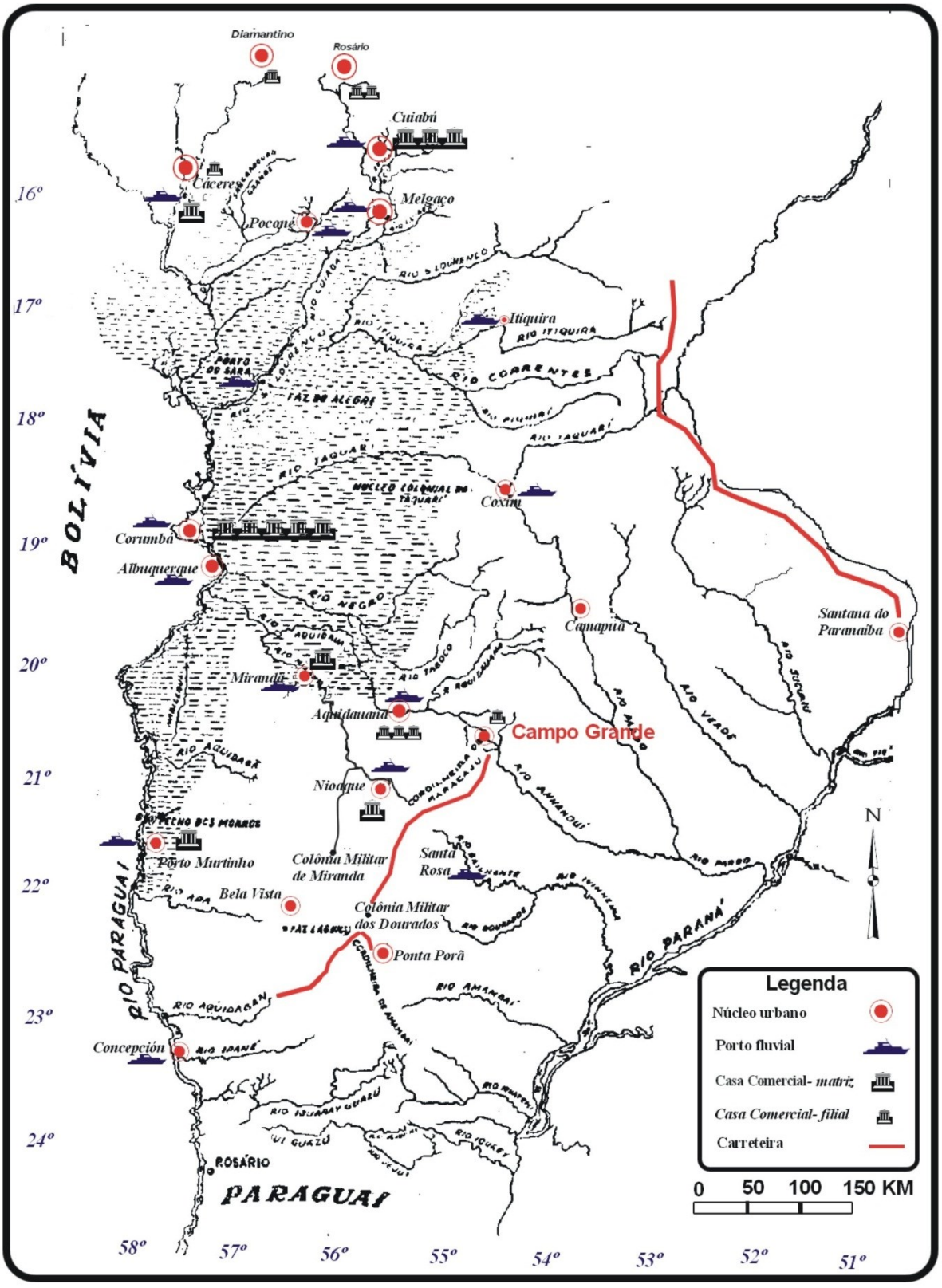


FIGURA 20 – CAMPO GRANDE NO CRUZAMENTO DAS HINTERLÂNDIAS DOS PORTOS DE CORUMBÁ E CONCEPCIÓN NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

entre os agentes ligados aos negócios do porto de Corumbá e Concepción[564].

Nesse sentido, não se torna estranho, ler nos relatórios de visitas eclesiásticas da época, referências ao dinamismo encontrado no lugar, como aquele da visita episcopal do frei Mariano Bagnaia em 1882[565], com a afirmação de que o povoado seria, em pouco tempo, o mais rico da Província, ou então do bispo de Cuiabá Dom Carlos Luís D'Amour, em 1886, indicando uma aglomeração ainda pequena, com apenas 86 casas e sem arruamento, mas que prometia um grande futuro, porque crescia espantosamente.

Na realidade, em quatro anos, o número de moradias já havia quadruplicado[566]. Em 1886, praticamente, as melhores terras do atual município já tinham sido apossadas[567], quando foi realizada a doação do patrimônio para oficializar a existência do povoado[568], sendo transformado em vila em apenas três anos, ou seja, em 1899, como sede do município de Campo Grande.

Em Campo Grande, os coronéis se fizeram representar junto ao Partido Republicano, através do "Clube Republicano", desde 1886, quando foi instituído o povoado[569].

---

[564] Já em 1889, o juiz da Comarca de Miranda, conforme Salsa Correa (op.cit.,p.268) enviava ao governo de Cuiabá, um ofício notificando a respeito das notícias sobre a falta de segurança reinante nas ruas de Campo Grande, com depredações, tropelias e assassinatos, em função da constante presença de bandidos, tanto paraguaios, como goianos e mato-grossenses.

[565] Oriundo de Corumbá, ao chegar em Campo Grande, deparou-se com um pequeno povoado de apenas 20 casas embora, já conseguisse captar o dinamismo presente, em função do comércio regional catalizado pelo lugar (MACHADO, 1990, p.43).

[566] Relatório de Viagem do Secretário do Bispo D. Carlos Luiz D'Amour, 1886 (1990, *apud* MACHADO, p.43)

[567] Campos (1939) refere-se a Campo Grande, em 1886, como centro de boiadeiros e mascates. A maior parte dos moradores ficava às margens do córrego Prosa, vindos principalmente de Minas Gerais, Coxim, Miranda e Nioaque. Para os viajantes, havia uma hospedaria de táboa. Cada novo morador, segundo ele, demarcava as lindes de seus terreiros, construindo um rego a 4 ou 5 léguas de sua morada, defendendo sua posse com seu prestígio e o de suas armas. O comércio, em 1886, era constituído, segundo o autor, de 2 ferreiros, 2 sapateiros, 2 olarias e um grande número de bolichos (pequenos armazéns). Nessa época, segundo Campos (1939), já não havia mais terra disponível junto ao povoado, para ocupar.

[568]Em setembro de 1886, quando da visita pastoral do bispo D.Carlos Luiz D'Amour, já foi significativo o número de pessoas reunidas no pequeno povoado, para as solenidades religiosas fato que deve explicar, em grande parte, segundo Ribeiro (1993, p.246 e 247) a decisão do fazendeiro Joaquim Silvério Ornellas, proprietário da antiga sesmaria de Lageado, onde se assentava Campo Grande e muitos dos novos fazendeiros, em realizar no mês seguinte, uma doação de meia légua de matas às margens do pontal formado pelos dois córregos à Santo Antônio, visando oficializar a existência do povoado já instalado. Só na condição de crismandos havia cerca de 420 pessoas (MACHADO, 1990, pp. 35-42). Em 1898, nos relatos do padre salesiano José Solari, sobre a primeira visita de reconhecimento do sul do Estado, encontra-se o registro de 90 casas e a presença de cerca de duas mil pessoas na missa campal, além de um cálculo aproximado de seis mil pessoas residindo na área rural das cercanias do povoado (BOLETIM INFORMATIVO SALESIANO, dezembro de 1974).

[569] Campos (1939) cita trechos da carta escrita em 1886, por João Honório Vieira de Almeida a seu irmão Joaquim, a serviço de quem viera conhecer as terras. Apontava uma população de 7.000 pessoas para o conjunto do povoado, sendo pela rápida concentração, chamada de Campo Grande. Mostrava-se impressionado com o forte movimento de carros (de boi) e de população na área urbana, assim como com a riqueza dos moradores, demonstrada pela forma luxuosa de se vestir e pela qualidade das casas construídas. Alegava o pequeno "sortimento"de mercadorias dos negociantes estabelecidos em relação à forte demanda local, razão que explicava a facilidade dos negócios por parte dos mascates enriquecidos originários do Paraguai, negociando gado, produtos manufaturados e praticando especulação e agiotagem.

Assim que o primeiro sub-delegado nomeado, Joaquim Vieira de Almeida, tomou posse, a primeira reivindicação feita à então província, foi com respeito ao restabelecimento da ordem (CAMPOS, 1993). Isso significava combater os boiadeiros ligados ao comércio clandestino de Concepción. Significava, ainda, reivindicar pela integração do território nacional, solicitando melhorias dos meios de comunicação (correio e jornais), assim como disciplina e saneamento urbano.

No entanto, em função do período de transição de regime de governo monárquico para republicano, a Câmara Municipal só conseguiu legislar, a partir de 1905, interrompendo-se novamente em 1906 e retornando em 1909 (GARDIN, 1999).

CAPÍTULO 5

PAPEL DE CAMPO GRANDE NA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DE MATO GROSSO DO SUL AO ESPAÇO NACIONAL

5.1 Primeiros esforços de integração econômica ao polo comercial nacional

5.1.1 Terceira fase ascensiva do sistema capitalista (1896-1921) e novas regulações do espaço-tempo

O capitalismo industrial internacional fortaleceu-se novamente, com a deflagração da Segunda Revolução Industrial, que ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, incorporando o método científico, próprio da consciência racional, dando origem a uma nova onda de crescimento do sistema.

Assim, a maior produtividade foi buscada, sob o impulso da energia mecânica dos motores a combustão, visando acelerar e controlar o movimento da produção, complementado com alterações das ações do processo produtivo no espaço interno da empresa. Fora dela, a lógica foi semelhante e baseada na ação mais rápida dos automotivos. A propriedade da terra foi deixando de ser a base da grande riqueza e perdendo a conotação política[570], em favor da indústria.

Desse modo, a Segunda Revolução Industrial surgiu, segundo Braverman (1980, p. 137) da transformação do trabalho, de uma base de especialidade, para uma base de ciência, ou seja, adotando-se uma maior sistematização e reflexão sobre os conhecimentos

[570]A agricultura dos países industriais europeus, especialmente da Inglaterra, deixou de ser o sustentáculo da economia, para se transformar num ramo de produção semelhante a uma indústria, embora ainda empregasse mais do que a indústria. A terra, como fonte de produção, que tanta importância política tivera na Inglaterra, em função da forte concentração da propriedade (os latifundiários eram os homens mais ricos e influentes da Inglaterra), perdeu essa condição. A terra agrícola foi sendo entregue a parceiros e arrendatários capitalistas pela classe de proprietários e, mais tarde, vendidas a eles (HOBSBAWN, 1986).

obtidos, com o uso do método científico[571].No entanto, a origem das inovações não se deram na Inglaterra, mas na Alemanha e Estados Unidos[572].

No que tange ao processo produtivo industrial, houve uma maior sistematização, com base em uma sucessão planejada de processos especializados, movidos a energia mecânica sobre uma esteira rolante, com a decomposição das tarefas humanas e mecânicas. Resultou desse processo, a produção em massa de bens de consumo duráveis.

Tratou-se de uma forma de fragmentação de tarefas distribuídas no espaço, com a finalidade de maximizar a eficiência do tempo de fabricação, uma organização espacial de aceleração do tempo. O resultado foi uma maior complexidade de especialidades dentro da fábrica e a homogeneização da produção. No lugar dos têxteis e alimentos, bens de consumo não duráveis, surgiram como produto industrial, as máquinas, ou seja, os bens de consumo duráveis (máquina de costura, máquina de escrever, revólver, automóvel, o torno mecânico, a fresa, entre outros).

O centro de controle administrativo da fábrica passou a ser o escritório central, apoiado pelo escritório de projeto técnico. Entre a autoridade central e os trabalhadores diretos, construiu-se uma hierarquia de trabalhadores indiretos, uma herança ainda medieval. Desse modo, o encarregado de seção, na área produtiva do chão da fábrica, cumpria o mesmo papel do capataz no campo.

A racionalidade imposta ao sistema produtivo industrial, baseada na redução dos custos, que ficou conhecido como *taylorismo*, resultou em maior produtividade[573]. Essa nova condição de trabalho, no entanto, ampliou a alienação e desmotivação do trabalhador em relação à sua atividade, já que ele deixou de participar da criação de sua obra[574].

---

[571] Um maior conhecimento científico a respeito das leis naturais, principalmente com ajuda da química e da física, trouxeram inovações na forma de obtenção de produtos e matérias-primas. As especialidades dos ofícios no setor manufatureiro foram ganhando características científicas, na medida em que foram incorporando o avanço desse tipo de conhecimento, alterando-se a técnica da especialidade pela técnica científica. Desse modo, a ciência transformou-se num auxiliar do capital industrial e referência aos novos modos de regulação da sociedade, constituindo-se como novo modelo de organização de forma de vida, para dar origem a um momento de progresso temporário, a partir de novos princípios de existência (BRAVERMAN, 1980).

[572] A primeira forma de vinculação entre ciência e indústria deu-se na Alemanha, como "*produto da fraqueza do capitalismo em seus estágios iniciais, junto com o Estado avançado da ciência teórica alemã*" (BRAVERMAN, op.cit., p. 140)[572].

[573] Foi possível, através do novo sistema produtivo, absorver mão-de-obra desqualificada vinda do campo, colocada numa intensa divisão interna do trabalho por padronização de gestos sucessivamente calculados, o "taylorismo".

[574] O trabalhador passou a se perceber separado da empresa e do produto final. Desse modo, a tendência da classe trabalhadora foi a de se organizar entre si e contra a empresa, para lutar pelo resultado percebido de seu trabalho, o salário, assim como pela redução da jornada (FROMM, 1982).

À medida que a capacidade produtiva foi ampliada, tornou-se mais eficiente as grandes e complexas unidades industriais concentradas no território[575]. O aumento da empresa na escala territorial favoreceu a concentração financeira, dando origem a trustes, monopólios e oligopólios. Os produtos padronizados "de massa" buscaram um consumidor padronizado, o homem-tipo[576].

Da mesma forma ocorrida dentro da fabrica, reproduziu-se fora dela, no espaço de relações entre as unidades industriais concentradas em metrópoles e a cidade que a sediava, a fragmentação das atividades econômicas no território, a espacialização do tempo, visando acelerar o ritmo das ações padronizadas, com o conseqüente aumento da produtividade e o correspondente aumento de consumo. A visão mecanicista newtoniana foi se expressando também no espaço da realidade vivida, que passou a ser percebida como um mecanismo de relógio, capaz de se mover por si mesma, pela sua forma de estruturação e funcionamento.

A produção e o consumo em massa alterou de modo mais profundo o modo "ser" para o modo "ter" como valor cultural de existência humana, ampliando o antagonismo entre indivíduos, classes e nações[577]. As ações individuais e coletivas foram sendo cada vez mais cronometradas pelas máquinas, tiranizando as pessoas a caminhar no seu ritmo e distribuídas nos fragmentos do espaço.

A expansão ampliada do capital, com base nos gigantismos dos empreendimentos, foi dando origem a maiores concentrações de pessoas no território, favorecendo o aparecimento de cidades cada vez maiores que as anteriores.

Nesse sentido, a exiguidade territorial das cidades em relação ao espaço ocupado pelo agrupamento cada vez maior de moradores e empreendimentos em área construída, permitiu a transferência da lógica interna da fábrica para a organização do espaço da cidade. Do desenvolvimento da nova ordem capitalista nos processos produtivos e de

---

[575] A produção industrial, diferentemente da agrícola, com base na energia motor de instrumentos criados, ocupou espaços menores e mais adensados que os da agricultura, o galpão da fábrica, interagindo com espaços externos para captação de insumos e distribuição dos produtos. Os industriais passaram a expandir o capital imobilizado e a mão de obra dentro da fábrica, na medida em que foi obtendo a ampliação do mercado de consumo, para a produção homogeneizada em massa, em consonância com a expansão dos meios de transporte.

[576] Buscou-se junto à massa de trabalhadores dos próprios países industriais um mercado potencial para os artigos industriais mais simples e padronizados de alimentos, habitação, vestuário e utensílios domésticos rudimentares.

[577]Assim, como nos coloca Fromm (1982: 131), o "aqui e agora", próprio da cultura do ser, foi sendo substituído pela preocupação com o passado, presente e futuro. O passado passou a significar "sou o que eu era", o futuro "as coisas que eu possa ter e controlar" e o presente "a junção entre os dois".

circulação das matérias primas e produtos industrializados, tendo o escritório como centro nervoso de decisão e controle, surgiu a cidade segmentada pelas novas funções (os bairros residenciais, as áreas de lazer e as áreas industriais), tendo como centro nevrálgico de poder decisório, o centro de comércio e serviços.

Nessa nova ordem configurada do espaço da cidade, a expansão, foi se dando por meio das grandes vias de transporte e comunicação, estas construídas sob os mesmos princípios de padronização e mecanização da indústria[578]. A agilidade do movimento dos bens e pessoas entre os vários segmentos especializados da cidade foi sendo facilitada pelos novos meios de transporte e comunicação[579], levando a novas formas de percepção do espaço[580].

Por outro lado, a expansão da rede ferroviária, da rede de navegação a vapor, da rede rodoviária, da rede de telégrafos e do advento do rádio, ligada à funcionalidade dos lugares, articulando e integrando fragmentos do território, em escalas cada vez mais extensas, mudou o sentido de espaço e de tempo absoluto para tempo e espaço relativo[581].

A unidade territorial da cidade industrial provinha, portanto, da articulação feita através da rede física de movimentação de bens, pessoas e idéias entre os diferentes lugares, que estivessem envolvidos com o papel urbano de coletar matérias–primas do campo e industrializar e comercializar os produtos, redistribuindo-os a todo o sistema de sua hinterlândia. O sentido de simultaneidade no espaço e no tempo foi dando origem a um novo grau de consciência coletiva de "tempo e espaço público", atribuindo um ritmo coletivo (o ritmo unitário que o relógio e o calendário foi dando a todos) e sentimento de unidade entre

---

[578] O uso dos meios de transporte de massa para os operários (trem e ônibus), implicou na abertura de grandes vias arteriais cortando a cidade, com a instalação de unidades industriais fora do perímetro inicial, atraindo para próximo de si e junto às paradas das linhas de transporte, os segmentos sociais ocupados com o trabalho industrial. A mesma racionalidade do movimento padronizado de coisas no espaço de aglomeração, também ocorreu no tocante ao abastecimento e a coleta de dejetos dos empreendimentos e moradias construídas na cidade, através dos dutos, que via de regra passaram a acompanhar as vias de transporte (água, esgoto, gás). Com o surgimento da luz elétrica, também se expandiram as linhas de iluminação pública (antes a gás ou querozene), atendendo as ruas e os lugares ocupados dentro da cidade (HAROUEL, 1990).

[579] Segundo Harouel (1990), o aparecimento dos automotores (carros, bondes, trem), exigiu a construção de grandes vias de transportes. As idéias também puderam ser mais bem articuladas através de novos meios de comunicação à distância (telégrafo, telefone).

[580] Os novos modos de conceber o espaço das cidades incluíram, portanto, o movimento mais acelerado das coisas, pessoas e mensagens, causados pela articulação mais ágil (muitas vezes motorizada) entre espaços funcionais segmentados e cada vez mais distantes entre si, tanto dentro da cidade, como entre ela e outras cidades.

[581] A certeza do espaço absoluto transformou-se, segundo Harvey (1989, p.238), na insegurança de um espaço relativo em constante mudança de papéis, já que os eventos de um lugar começaram a ter efeitos simultâneos sobre os outros, alterando suas funções e a forma de solidariedade organizacional.

pessoas antes isoladas pela distância e pela falta de comunicação.

Os intelectuais, pautados na racionalidade científica e na técnica, não perceberam a nova cidade como uma nova ordem, mas sim como uma desordem, para a qual se deveria buscar a sua antítese, a ordem, através de uma reflexão e sistematização racional, científica, criando regulações novas para a manutenção de sua existência[582].

Apesar da preocupação com a estética, a obsessão pelo mundo ordenado, passou a ser expressa com precisão e rigidez de detalhes (anéis concêntricos, vias de circulação, alinhamento das ruas e das casas, funções espaciais), voltado ao homem-padrão[583].

No entanto, as diferenças de classe e de rendimentos, estabelecidas em função da relações capitalistas de produção, repercutiram no usufruto dos serviços coletivos em expansão. As áreas sujeitas a regulações e normas urbanísticas, a cidade legal e planejada, coincidia com o território servido da rede de equipamentos públicos, instalados, de modo geral, do centro para a periferia.

Diante do crescimento populacional contínuo e da procura de terras na cidade, os lugares melhores servidos pelos novos equipamentos coletivos e pelos eixos de articulação ao centro de comando e de consumo, foram ganhando valor no mercado imobiliário das propriedades, permitindo a elas o acesso apenas dos segmentos sociais com maior poder aquisitivo.

Desse modo, as ações urbanísticas com base nas grandes vias de circulação, nos equipamentos públicos urbanos, na estética e higienização da área construída, e os empreendimentos industriais periféricos, favoreceram o processo de suburbunização, aprofundando a contradição entre cidade legal/extralegal, entre centro equipado e ordenado/periferia desassistida e caótica, expressão das diferenças sócio-econômicas dos moradores. A localização da moradia de cada indivíduo no espaço construído da cidade, passou a ser percebida coletivamente, como expressão da condição financeira e de prestígio

---

[582] As reflexões deram-se no sentido de solucionar os problemas causados pela industrialização, planejando a ordem na desordem da cidade, mas numa forma progressista, voltada para o futuro "controlado", pautado numa linha de raciocínio causal e determinista de previsão, de causas e efeitos. Na realidade, os urbanistas "progressistas", tendo como princípio que a cidade moldava as pessoas, tentaram aliar a teoria à prática de intervir nas formas espaciais, de modo a conceber um novo modelo de espaço global da cidade, assumindo a plenitude que a ciência e a técnica podiam oferecer, para despertar uma nova forma de sentir coletiva e individual e viabilizar a realização do processo industrial.

[583] A opção pelo traçado retilíneo e largo das ruas, num sistema quadriculado, deu-se como melhor recurso para vencer distâncias em menor tempo, através de veículos motorizados. Na pretensão de uma universalidade científica, buscou-se a definição exata de um modelo urbano perfeito, passível de se adequar a qualquer agrupamento humano, portanto, um padrão de cidade voltada ao homem-padrão, independente de todas as contingências e de diferenças de lugar e tempo. Da mesma forma, buscou-se racionalizar o habitat coletivo, definindo-se modelos padronizados de habitação (CHOAY, 1965).

social.

A mesma racionalidade que presidiu o espaço interno da indústria e das cidades industriais esteve presente na organização da cidade industrial e sua hinterlândia de ação. Entre a cidade-mãe (metrópole), de produção industrial e sua área de atuação, foram se estabelecendo laços de integração, através das vias de transporte e comunicação, ultrapassando as fronteiras nacionais. Através dessas vias, o centro de comando industrial (metrópole), que passou a manter contato, através de uma hierarquia de cidades comerciais intermediárias, para atingir as áreas especializadas de produção de matérias-primas e alimentos, também utilizava os mesmos meios para distribuir os produtos industriais. A regulação do novo sistema foi atribuindo um papel cada vez mais importante ao Estado-Nação, de intervir mais diretamente nos mecanismos do sistema, de modo a garantir a manutenção dos mecanismos instalados e a existência coletiva, enfraquecendo os anteriores princípios do "laissez-faire".

5.1.2 Supremacia econômica da Argentina na bacia do Prata

A tendência da economia inglesa, a partir de 1870, segundo Hobsbawn (op.cit.,p. 177), diante da concorrência internacional, tendeu a ser a de buscar abrigo no comércio e operações financeiras no exterior, chegando a representar entre 1911-13, mais que o dobro das operações realizadas no país. Foi se tornando, assim, uma economia com menor poder de competitividade industrial, vivendo do que sobrava de seu monopólio anterior junto aos países periféricos. A América Latina foi um dos mercados importantes de investimentos ingleses, durante a sua fase de acumulação extensiva, como também de recebimento de imigrantes europeus interessados nos negócios agrícolas e comerciais.

Na América Latina, a Argentina foi o país que mais se beneficiou da política de investimentos de capitais ingleses[584], continuando a se inserir fortemente na Divisão Internacional de Trabalho. Viveu um período de prosperidade[585], iniciado em 1880, com a

[584] Conforme Mello (1996), a Argentina nesse período, esteve muito mais inserida na órbita da hegemonia inglesa que o Brasil. No início do século, as ferrovias e frigoríficos estavam quase que totalmente controlados pelos capitais ingleses (80% de participação). Nas vésperas da Primeira Grande Guerra, os investimentos ingleses na Argentina eram mais de duas vezes maior que no Brasil (319 milhões de libras contra 148 milhões de libras).

[585] Entre 1886 a 1914, a Argentina conheceu um aumento do PIB em quinze vezes. Desse modo, conforme nos coloca o autor acima, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Argentina já respondia pela metade da capacidade econômica, assim como pela terça parte do comércio exterior de toda América Latina. O comércio exterior da Argentina, no início desse século era

oferta de trigo, lã e carnes congeladas[586] para a Europa e charque para o Brasil.

No entanto, a exportação de carne foi iniciada, com a barreira do mercado inglês à entrada do "gado em pé" da Argentina, sob suspeita de ter contraído epizootia, necessitando importar gado de fora. Por outro lado, a partir do século XX, especialmente entre 1904 e 1910, os frigoríficos foram deixando de ser argentinos, com a forte penetração de capitais ingleses[587], franceses, alemães e norte americanos.

Esse modelo de inserção da economia argentina na Divisão Internacional do Trabalho, como fornecedora de carne e trigo, só foi mostrar sintomas de esgotamento a partir da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. No entanto, no período aqui analisado, o PIB argentino já representava o dobro do brasileiro (Mello, op.cit.,p. 30).

A Argentina, conforme Barbosa (op.cit, p. 146), transformou-se num país de grandes cidades, tanto portuárias (Buenos Aires[588] e Baía Blanca), como aquelas ligadas ao porto de exportação via férrea (Santa Fé, Rosário, Córdoba) e via fluvial (portos de Santa Fé, Corrientes, Rosário), com forte presença de imigrantes estrangeiros.

A dinamização do setor agrícola para exportação, permitiu o forte crescimento do setor, com oportunidades econômicas para os próprios europeus[589]. O seu mercado consumidor interno tinha sido altamente ampliado, favorecendo a aumento do comércio de erva-mate por parte dos países platinos (Paraguai e Brasil).

Os rios da bacia do Prata ganharam importância, como meio de circulação de produtos, em função do barco a vapor, dinamizando os portos de exportação fluvial, junto às áreas com potencialidade em matérias-primas e/ou alimentos. Os portos fluviais, por sua

---

maior do que o Canadá. Tinha triplicado as áreas cultivadas (de 6,1 para 21,3 milhões de hectares) e quintuplicado suas exportações de cereais (MELLO, 1996).

[586] Outro ramo atingido pelos investimentos da época, segundo Prado (op.cit., p. 76) foi a produção da carne congelada, como decorrência de iniciativas dos tradicionais exportadores de couro e charque, favorecida pela necessidade de abastecimento às tropas inglesas durante a guerra dos *boers* e pela queda da produção de carne australiana causada por acentuada seca em 1901-1902. No final da primeira década do século XX foi introduzido o processo *chilled* de resfriamento de carne, que permitiu a manutenção da carne abatida durante 50 dias até a entrega no mercado de consumo.

[587] A entrada de capitais ingleses, no entanto foi muito maior, chegando a representar em 1910, cerca de 65% dos investimentos (PRADO,op.cit.,p. 77).

[588] Em 1900, Buenos Aires já tinha se transformado na maior cidade da América Latina, a segunda do continente americano, abrigando 1/7 da população do país e a maior classe média do continente latino-americano. Possuía uma renda "per capita" semelhante à da Alemanha, Países Baixos e superior a da Espanha, Itália, Suécia e Suiça. Era ainda o terceiro país maior importador *per capita* do mundo, no início do século (BARBOSA, 1995).

[589] Na primeira década do século XX, segundo Prado (op.cit.,p. 76) desenvolveu-se na Argentina um tipo de imigração estacional entre os colhedores de trigo e milho, ou "andorinhas". Vivia maior parte do ano na Europa, principalmente na Itália, retornando na época das colheitas.

vez, reproduziram dentro do continente os papéis de centros urbanos secundários de comercialização, portos-empório, em relação aos portos marítimos, organizando hinterlândia própria.

5.1.3 Novo dinamismo do polo mercantil exportador brasileiro e o avanço das "franjas pioneiras" de café.

Nessa nova fase ascensiva do capital industrial, entre 1896 a 1921, as exportações brasileiras também ganharam um novo vigor, dinamizando o lado interno mercantil do polo externo. Novamente, os chamados produtos tropicais foram reativados para serem comercializados no exterior, circulando principalmente por via aquática, dinamizando os portos de exportação marítimo e fluvial. O sucesso dos empreendimentos cafeeiros paulistas veio de uma forte demanda européia e norte-americana pelo produto[590]. Dessa forma, o país buscou ajustar-se a um novo estado de coisas, integrando-se novamente à Divisão Internacional do Trabalho, aprofundando sua aliança com o novo sistema econômico internacional.

As fazendas de café representaram a máxima manifestação do dinamismo do latifúndio brasileiro nessa fase progressiva do sistema capitalista internacional, dentro do polo interno[591]. Os empreendimentos ligados à produção de alimentos e matérias-primas atraíram o interesse de capitalistas estrangeiros, tanto na organização do comércio internacional do produto, como na implantação da infraestrutura de transportes. No lugar de casa comissárias, surgiram as sociedades anônimas, com a participação dos grandes capitais internacionais[592].

---

[590] Conforme nos coloca Monbeig (1984, p.105), o consumo do café tinha se generalizado na Europa e nos Estados Unidos. Só na França, as importações de café tinham crescido de 10 milhões de que quilos em 1832 a 70 milhões de quilos em 1870. No entanto, o consumo de café da América do Norte em 1875, já representavam o dobro da européia.

[591] O café, pela sua forte aceitação internacional, recebeu investimentos estrangeiros tanto para a produção, como para a instalação de infraestrutura de circulação (ferrovias principalmente), tomando a dianteira do processo de exportação e tornando o território mais fluído de vias de circulação até o porto de Santos (MONBEIG, op.cit.).

[592] Embora, em menor quantidade que na Argentina, logo após a abolição dos escravos, os ingleses constituíram-se nos mais importantes investidores no Brasil. Os investimentos cresceram de dois milhões de libras em 1852, para 60 milhões de libras em 1889 (MONBEIG, 1984, p.104). Investiram em construção de ferrovias, aparelhamento de portos de exportação e usinas de energia. Obtiveram também do governo brasileiro concessões de grandes latifúndios e de minas para exploração direta da produção. E mais tarde, interessaram-se também pelos frigoríficos de abate. Desse modo, tornou-se um período de dinamismo comercial também para os outros portos de exportação e importação do Brasil, favorecendo o processo de urbanização junto a eles. Desenvolveram-se cidades como Recife, Salvador, Belém, Manaus, Fortaleza, Porto Alegre.

O porto de Santos foi aparelhado com investimentos externos, ligando-se ao planalto, onde se expandiu o cultivo. Assim, São Paulo tornou-se o espaço mais importante de polarização comercial. A partir dos impulsos externos e, através da implantação das ferrovias, foram sendo organizados os cultivos de café sobre terras abundantes ocupadas por indígenas, com a instalação de uma rede de cidades ao longo das vias férreas.

O forte dinamismo manifestado no avanço da franja pioneira do café no Estado de São Paulo trouxe consigo o fenômeno da urbanização, caracterizada, tanto pela rápida construção e desenvolvimento de cidades comerciais junto às ferrovias, nas chamadas "bocas de sertão", como pela revitalização de cidades anteriormente existentes[593]. Paralelamente às vias de transporte, vieram os meios de comunicação, veiculando e organizando a rede coletiva de pensamento, sob os impulsos do centro dinâmico europeu.

Os coronéis, fazendeiros-comerciantes de café, o sócio menor e mais progressista das duas classes sociais politicamente dominantes do país, aliaram-se às casas comerciais e a empreendedores de ferrovias, assegurando seu prestígio político, incluindo iniciativas de embelezamento e criação de infraestrutura básica para suas cidades[594].

A abundância de solo agricultável e apropriado (terra-roxa), permitiu um processo de cultivo, baseado na rotatividade das terras, barateando custos, na medida em que descartou a utilização de insumos[595], e passou a contar com a força de trabalho imigrante[596]. A

[593] As pequenas cidades que foram emergindo e rapidamente se desenvolvendo junto às estações ferroviárias, já tinham suas plantas urbanas projetadas por engenheiros, portanto sendo idealizadas as formas, antes da construção, mantendo-se a geometria do traçado. Surgiram o que Monbeig (op.cit.,p.22) chamou de "cidades de tábuas", caracterizadas pela presença inicial de casas de madeira.

[594] A rua principal, com uma praça quadrada e a igreja matriz, definindo o centro, normalmente tinham conexão direta com a estação ferroviária. O traçado retilíneo, quase sempre em forma de tabuleiro de xadrez, e a presença de equipamentos urbanos (iluminação das vias públicas, pavimentação, às vezes o bonde), expressavam preocupações urbanísticas da época. Buscava-se tornar as cidades mais fluídas e os habitantes usufruidores das formas modernas de consumo coletivo urbano, ao estilo europeu.

[595] Assim, quando o solo se esgotava, novas fazendas eram adquiridas em terras ainda não cultivadas, abundantes e baratas. As inovações no processo produtivo deram-se apenas nos métodos de tratamento dos grãos já colhidos, frente à escassez de mão-de-obra, no fim das relações escravistas. Introduziu-se o motor para substituir a força humana, fazendo-se uso das máquinas de despolpar, secar e classificar grãos. Mais uma vez, a herança colonial se manifestou, com a adequação das inovações produtivas à realidade local, alterando-se apenas o que fosse preciso (MONBEIG, 1984).

[596] Com o fim das relações escravistas, os fazendeiros paulistas das áreas de café, como os estancieiros argentinos, sentiram-se incentivados a imitar os Estados Unidos, no aprofundamento da imigração européia (italianos, portugueses e espanhóis principalmente) e japonesa, com novas relações de trabalho. A imigração européia, seguindo um movimento internacional predominante entre 1880 a 1914, contou com os subsídios do Estado, posteriormente, atraindo o interesse de empresas particulares (MONBEIG, op.cit.)..

partir de então, iniciou-se um avanço rápido e sucessivo de abertura de fazendas[597] sobre o território rumo oeste, com áreas de cultivo de café, sobre terras no reverso da *cuesta*, ainda recobertas por matas, que Monbeig (1984, p. 21) chamou de "marcha pioneira". A "franja pioneira de café"[598], segundo Monbeig (1984, p.24) significou não só a ampliação de cultivos, como um surto demográfico no Estado de São Paulo[599].

Alguns subespaços brasileiros, verdadeiros arquipélagos evoluindo sob lógica própria, começaram a se articular ao polo dinâmico de comercialização constituído por São Paulo e porto de Santos, como foram os casos do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com base nas facilidades de fluidez dos modernos transportes e vias de comunicação e na presença do porto marítimo, ampliaram seus cultivos de exportação[600]. Mas, o restante do território nacional estava ainda por se articular.

O crescimento das cidades implicou no aparecimento da pequena burguesia comercial e de profissionais liberais, favorecendo a ampliação da "classe média" urbana.

As terras de cultivo foram sendo entregues aos cuidados de capatazes, enquanto os filhos de fazendeiros e de comerciantes abastados, moradores da cidade, tornaram-se preferencialmente advogados, médicos e engenheiros, os novos intelectuais do sistema social, sendo os primeiros a serem afetados, como os militares, pelas mentalidades européias, positivistas e liberais, com as quais mantinham contatos mais estreitos, adotando usos, costumes e comportamentos daquele continente (SODRÉ, 1978).

No entanto, emergiu uma mentalidade pré-modernista, do tipo regionalista, dotada de um realismo crítico em relação aos contrastes sociais e étnicos aflorantes na realidade brasileira, denunciando a miséria e os conflitos vividos nas relações sociais

---

[597] No Estado de São Paulo, os cafeicultores, foram constituídos por grandes famílias pioneiras de cultivadores de café, que avançaram em direção ao noroeste (região de Itu, Mococa e Campinas), atingindo a Depressão Periférica, misturando-se às áreas de cultivo de cana-de-açucar, entre o rio Tietê e o rio Piracicaba (MONBEIG, 1984).

[598] Denominação atribuída por Monbeig (1984), a "franja pioneira" seria constituída pelas "zonas novas" de cultivo de café, ocupadas pela frente de povoamento em áreas de florestas desbravadas do Estado de São Paulo.

[599] A população paulista praticamente quadruplicou, entre 1890 e a década de 20 desse século, chegando a 4.592.188 habitantes. Até o início do século, a produção de café já tinha ampliado em mais oito vezes em relação a 1830, tendo atingido o seu auge em 1927-28, significando mais que o dobro em relação a 1900. Seguindo os espigões entre bacias, já aparecia a tendência do avanço de pequenas "manchas de povoamento pioneiro" ao longo da bacia do rio Tietê (MONBEIG, 1984).

[600]Os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham se transformado nos principais territórios, e suas capitais, nos principais centros, de concentração do povoamento brasileiro, transformando-se num crescente mercado consumidor constituído pelos segmentos sociais enriquecidos pela economia cafeeira.

estabelecidas nos latifúndios[601] e seus desdobramentos na forma de fanatismo religioso[602].

Na instância política, fortaleceram-se os partidos de âmbito estadual, reflexo dos interesses dos grupos regionais economicamente dominantes, tendo como dirigentes políticos, a oligarquia estadual[603]. Somente quando interesses eram contrariados, surgiam as dissidências partidárias, sob forma de pequenos partidos de oposição, muitas vezes ligados a clãs familiares.

5.1.4 Expansão da economia de mercado no Mato Grosso sob interferência de investidores dos países platinos

Nessa fase, o Estado do Mato Grosso, embora já estivesse politicamente incorporado ao território nacional, ao receber os novos impulsos econômicos oriundos do centro dinâmico do sistema capitalista, através da bacia do Prata, ficou na área de influência do porto do Rio de Janeiro, porém com forte interferência de praças comerciais platinas (Argentina e Uruguai)[604].

Por outro lado, a dinamização da economia cafeeira paulista, através do comando da cidade de São Paulo vinculada ao porto de Santos, foi capaz de constituir uma

---

[601] As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo concentraram o maior contingente desse segmento social, dependente social e politicamente das elites políticas dominantes, herdando dessas os mesmos valores e de quem buscavam usufruir dos mesmos privilégios e prerrogativas de autoridade e mando. Sem questionar a ordem social, esses intelectuais urbanos, no entanto, denunciaram as condições de vida dos trabalhadores, legislando em favor das causas populares. Influenciados pela mentalidade e hábitos europeus, tornaram-se importantes consumidores de produtos estrangeiros (perfumes franceses, casimiras inglesas etc).

[602] Essa fase foi marcada por vários conflitos sociais de cunho regional, como o fanatismo religioso desencadeado pelo padre Cícero, ou por Antônio Conselheiro em Canudos, pelo fenômeno do "cangaço". Em nível nacional, destacou-se o movimento de revolta aos tipos de castigos aplicados aos soldados dentro do Exército brasileiro (Revolta da Chibata). Para os intelectuais, o nacionalismo oriundo do período da instalação da República passou a ser considerado ingênuo, diante da nova realidade de abertura do país aos capitais internacionais. As idéias passaram a ser expressas, refletindo as particularidades, fixando os tipos, costumes e linguagem do campo e das novas cidades emergentes do dinamismo comercial. Assim o fizeram, por exemplo, Euclides da Cunha no Nordeste, Monteiro Lobato em relação ao caboclo paulista (Jeca Tatu), Marechal Rondon entre os indígenas do Centro-Oeste.

[603] Embora sujeitos a um isolamento econômico interno, os coronéis-fazendeiros e coronéis comerciantes mantiveram uma forma de articulação entre si, em nível local, regional e nacional, que garantiu sua unificação política no poder com um partido único (Republicano), sob a hegemonia das classes ligadas às atividades econômicas mais dinâmicas, ou seja, o cultivo do café em São Paulo e a pecuária de Minas Gerais (política do café com leite). As eleições nacionais eram garantidas pelas máquinas eleitorais dos partidos republicanos de outros Estados, controladas por coronéis de influência local e regional (BARBOSA, 1995).

[604] No circuito estabelecido com os centros de dinamismo industrial através das vias fluviais da bacia do Prata, a maior proximidade do Mato Grosso aos portos da Argentina e Uruguai, e o maior dinamismo atribuído a esses dois países em relação ao Brasil, nessa fase, facilitaram a maior influência dos mesmos.

concentração populacional, oferecendo a oportunidade de formação de um crescente mercado interno, principalmente junto aos centros urbanos, impulsionando os pecuaristas mato-grossenses a se voltarem para esse Estado, no abastecimento do gado.

Em 1895, seguindo-se a política nacional de incentivo à imigração, criou-se a lei estadual nº 102, autorizando-se concessão gratuita de terras devolutas aos imigrantes nacionais e estrangeiros, na zona de 60 quilômetros, contígua aos limites com outros estados e às fronteiras, destinadas à lavoura (50 hectares) e criação de gado (200 hectares).

A atividade comercial mantida em Corumbá chegou ao seu auge até o final dessa fase, na década de 20, com a intensificação da exportação de recursos naturais (ipecacuanha e borracha)[605], o charque e o couro[606], além da entrada de produtos industriais.

As fazendas de pecuária do Mato Grosso conheceram, nesse período, uma forte valorização de seus produtos de exportação, especialmente nos preços do boi, dada a necessidade argentina do mesmo, face à não aceitação da carne de seu gado pelos mercados internacionais[607]. Mas, tanto as unidades de extração, como a pecuária contaram com investimentos externos[608].

Os empreendimentos de produção de charque levaram regionalmente a mesma denominação espanhola utilizada entre os argentinos e uruguaios ("saladeros") e se espalharam ao longo dos rios navegáveis da bacia do Paraguai, quase sempre junto do

---

[605] Através do porto de Corumbá também foram ampliados principalmente os escoamentos de ipecacuanha, penas de garça e borracha. Este momento significou, segundo Andrade (1995, p.62) uma expansão do povoamento do estado, vindo pelo norte de Cuiabá, através de exploradores do látex e da castanha, que subiram a margem direita do Amazonas, organizando a produção em bases latifundiárias. Ao adentrar o circuito do comércio internacional, também foram atraídos comerciantes e produtores estrangeiros para cidade de Corumbá e o entorno, oriundos dos portos platinos, integrando-se à rede de operações internacionais.

[606] O porto de Corumbá tornou-se um importante fornecedor de charque e couros para os países platinos da Argentina e Uruguai e o polo comercial mais dinâmico do Mato Grosso (CORREA, 1997) O preparo do charque e couro foi implementado, especificamente por iniciativa de argentinos e uruguaios, com forte participação de capitais europeus (BANDEIRA, 1995). Os couros foram destinados aos países industriais. Dessas indústrias saíram ainda sub-produtos, tais como: graxas, sebo, farinha de carne, línguas salgadas ou secas, ossos, peles de bezerros, unhas, vergalhas etc... Em valor de moeda exportada, os couros representaram, no início do século os principais produtos, seguidos do charque (CORREA, op.cit.).

[607] Correa (op.cit.,p. 231) fez uma avaliação evolutiva dos preços do boi de 1828 a 1918, demonstrando a valorização especialmente a partir de 1890.

[608] Ressalte-se a importância da fazenda Descalvados, em São Luiz de Cáceres, de propriedade do uruguaio Jaime Cibils y Buxareo, que fabricou extrato de carne e caldo concentrado para exportação, utilizando-se de máquinas a vapor e vários trabalhadores. Com altos investimentos europeus, acabou sendo adquirido por capitalistas belgas, que criaram ali a "Societé Industrielle e Agricole du Brésil", com sede em Bruxelas. A "Sociedade Anônima Fomento Argentino", que entrou no Pantanal em 1905 para criar gado, chegou a ocupar um milhão de hectares na região do Nabileque, ao sul de Corumbá, adquirindo terras invadidas sobre o território dos índios cadwéus. A propósito, consultar Alves (1985) e Dutra (1989).

porto[609], chegando aos consumidores brasileiros do Sudeste e Nordeste como charque platino.

Também as minas de Urucum e Morro Grande, que até então estiveram sob a reponsabilidade de uma empresa brasileira, tiveram as concessões transferidas a uma empresa belga, em 1906, à Compagnie Urucum, com sede em Ougrée, organizada para explorar o manganês, mas acabou abandonando a exploração em 1918, diante da crise deflagrada pela Primeira Guerra Mundial, embora continuasse com a concessão.

Já em 1897, a navegação do rio Paraguai tinha sido monopolizada pelos estrangeiros, embora o governo federal tenha passado a manter, desde a última década do século, a Empresa Nacional Loyd Brasileiro, atuando entre o Rio de Janeiro e Cuiabá[610]. Ao lado dessas, surgiram ainda várias pequenas empresas particulares de argentinos, paraguaios e brasileiros.[611] A partir de Corumbá, as cargas e passageiros eram baldeadas a embarcações a vapor de menor calado, com linhas pertencentes a particulares, em direção a Cuiabá (escala em Cáceres) e a Aquidauana (escala em Miranda).

Corumbá tornou-se, do início do século até a Primeira Guerra Mundial, a cidade mais importante e populosa do estado de Mato Grosso, depois de Cuiabá, a capital do estado. Ocupava a cabeça da rede comercial, como a mais importante cidade econômica do estado. Além disso, constituía junto com Cuiabá e região, o mais significativo mercado de consumo para os produtos industriais europeus dentro do estado. Essa rede comercial tinha se estendido ao norte do Mato Grosso, tendo como suporte, os núcleos comerciais secundários, constituídos por Cáceres, Rosário e Diamantino, onde estavam localizadas as filiais das casas comerciais de Corumbá e Cuiabá. Ao sul, tinha como base, Nioaque (Cardoso, 1989, *passim*).

Já no Sul e Sudoeste do atual Mato Grosso do Sul, os produtos mais importantes de exportação continuaram sendo a erva-mate, o boi em pé, além dos sub-produtos do gado abatido localmente (couros, ossos, sebos, crinas etc). O comércio institucionalizado da erva da "Mate-Laranjeira", até 1909, dava-se através de Porto

---

[609]Em 1920, Marques (1923, p. 162-164), mostrava a distribuição dos saladeros no espaço pantaneiro, sendo 5 no rio Paraguai (3 em Corumbá e 2 em Porto Murtinho), 2 junto ao rio Cuiabá (Poconé e Cuiabá) e 1 junto ao rio São Lourenço.

[610] A linha tinha escalas em Santos, Cananéia, Iguape, Paranaguá, Antonina, São Francisco, Florianópolis, Rio Grande e Montevidéu. Em Montevidéu, fazia-se o transbordo para navios de menor calado, com escalas em Assunção, Concepción, Porto Murtinho e Corumbá (CORREA, 1997).

[611] Essas pequenas empresas brasileiras, de proprietários de Corumbá e Rio de Janeiro, nos relatos de Annibal Amorim de 1917, em sua obra Viagens pelo Brazil, para fugir às exigências das leis de cabotagem, faziam uso da bandeira argentina ou uruguaia (CORREA, op.cit.).

Murtinho[612], de propriedade da empresa monopolista, ao mesmo tempo entrando por ele, algumas mercadorias destinadas ao consumo da população. Nesse caso, tratava-se de um circuito comercial muito reservado ao atendimento da grande companhia ervateira.

O capital argentino também tomou conta do grande empreendimento ervateiro. Em 1917, a empresa já estava sob o controle da empresa argentina de comercialização, sendo transformada em sociedade anônima argentina, com o nome de "Empresa Mate-Laranjeira", proprietária de todos os bens existentes na Argentina, Paraguai e Brasil[613].

Desse modo, a empresa Francisco Mendes & Companhia passou a controlar, não só a comercialização, como também a extração e transporte da erva, transferindo sua administração geral das áreas de exploração, do Paraguai para a fazenda Santo Tomaz no Brasil. O afastamento das áreas de exploração de Porto Murtinho, implicou em alteração de infraestrutura de exportação[614]. Daí até e durante a década de 20, ocorreu o auge produtivo da erva-mate, resultando num forte poderio econômico [615] e político da empresa argentina no Mato Grosso.

A empresa, além de deter a concessão de grandes extensões de terras, também havia construído e controlava estradas, pontes, portos, rede telefônica, ou seja, as vias de transporte e comunicação. A sua poderosa estrutura econômica e militar esteve a serviço da máquina eleitoral, garantindo a vitória dos coronéis aliados.

Ao governo brasileiro, a maior preocupação com relação ao poderio da empresa sob controle argentino, passou a ser o político-territorial, por se tratar de área fronteiriça, emergindo os primeiros conflitos com o governo de Cuiabá, na gestão de Pedro

---

[612] Para vencer as dificuldades de travessia das áreas pantaneiras, a partir da fazenda São Roque, em 1906 a empresa chegou a construir daí até Porto Murtinho, 22 quilômetros de ferrovia. As carretas de transporte passaram a ser fabricadas e mantidas em grandes oficinas dentro das propriedades ervateiras (GUIMARÃES, 1992).

[613] Após a falência do Banco Rio e Matto Grosso (1902) como conseqüência da crise nacional de escassez de crédito e a política financeira de Campos Salles, a empresa comercial de Buenos Aires, "Francisco Mendes & Cia" passou a ser a principal acionista, em 1904, junto com Thomaz Laranjeira, alterando a razão social para "Laranjeira Mendes & Cia". A respeito do assunto, consultar Arruda (1986) e Serejo (1986).

[614] A distância repercutiu no alto custo dos transportes terrestres, na medida em que a exploração da erva foi se dando em direção à leste, levando a empresa a optar pelas vias fluviais existentes na bacia do Paraná (rios Amambai, Iguatemi, Dourados, Brilhante e Ivinhema), alterando o fluxo da exportação para esse rio, com a construção do porto de Guaira (foz do rio Iguatemi), já em 1909. Para superar a passagem do Salto de Guaíra, foi construída uma ferrovia de 60 quilômetros até atingir o porto Mendes, rio abaixo. A administração ficou sendo feita a partir de Nhun Verá (AQUINO, 1986).

[615] Nesse período a Empresa Mate-Laranjeira chegou a ter uma receita financeira e um corpo policial maior do que o do Estado do Mato Grosso (ARRUDA, 1986).

Celestino Correa da Costa, representante do Partido Republicano de Cuiabá. Em 1914, através do Exército, promoveu-se a transferência, de Aquidauana para Campo Grande, por questão estratégico-militar, o 5º Regimento de Artilharia Montada.

Mas, nesse período, além da Mate-Laranjeira, outras empresas platinas de comercialização, passaram a atuar regionalmente no ramo ervateiro[616]. Adquiriam a produção dos vários pequenos extrativistas, cuja participação havia crescido sensivelmente, com a delimitação das terras de arrendamento da Mate-Laranjeira, a partir de 1915[617].

A circulação da erva contrabandeada em direção ao território paraguaio, através do porto de Concepción, era realizada, tanto pelos intermediários dos pequenos produtores como por prestadores de serviços de transporte à Empresa Mate-Laranjeira. Nesse comércio, entravam para o Mato Grosso, não só produtos manufaturados internacionais de consumo regional, como artefatos de produção paraguaia[618]. Por outro lado, com a erva-mate seguiam também outros produtos regionais de aceitação na bacia do Prata, como o couro de gado, a crina, chifres, charque e peles de animais selvagens.

Nas fronteiras, as portas de entrada, transformaram-se em principais pontos de troca, a exemplo dos povoados de São Carlos (destacamento militar), Ponta Porã, Nhum Verá (ligado a Amambai) e Ipehum[619]. No interior, o centro nevrálgico de distribuição e coleta, era Nioaque. Essa atividade chegou a atribuir dinamismo a algumas delas, a exemplo de Bela Vista, Amambai e, principalmente Ponta Porã.

Os pequenos empreendedores ervateiros, junto com outros pecuaristas gaúchos, na medida em que foram contrastando interesses em relação à grande empresa monopolista, depararam-se com situações de confrontos comerciais e de exploração da erva,

---

[616]Foram os casos da "Argentina Isnard Alves & Cia" e da "Industrial Paraguaia", incentivando a atividade de contrabando na fronteira, que oficialmente teria envolvido 23% da produção em 1913 (SEREJO, 1986, p.122).

[617] A precaução do Estado pela manutenção territorial fronteiriça, deu-se no sentido da limitação e demarcação da área de arrendamento, de pouco mais de 5 milhões de hectares para 1.440.000 ha. mas possibilitando que a empresa escolhesse e demarcasse as áreas de sua preferência para a exploração ervateira. As áreas remanescentes foram divididas em lotes de 3.600 ha cada um e colocadas à venda (ARRUDA, 1986).

[618] Assim como vinham pregos, dobradiças, puas, serrotes, pás, enxadas do exterior, vinhos e bebidas, muitos artefatos paraguaios eram consumidos pela população de trabalhadores paraguaios, como os ponchos, roupas de vaqueiros, fumo em folha e em rolo, charutos guarani, lenços, arreios, chales, roupas feitas de saco de farinha de trigo para o trabalho com a erva, além de produtos como sal e arroz (GUIMARÃES, 1992).

[619] Segundo Correa (1997, p. 229-230), teria ocorrido uma iniciativa, em 1907, de modernização da atividade pecuária e agrícola do sul do Estado, como reivindicação de proprietários rurais, com a criação da "Sociedade Mattogrossense de Agricultura", que buscavam o barateamento do frete e maiores facilidades de transportes.

lutando entre si no acesso aos recursos da terra[620].

A forte presença da mão-de-obra de origem paraguaia, a da empresa argentina e os vínculos econômicos com paraguaios e argentinos, no entanto, foram impedindo a emergência do sentimento de territorialidade brasileira junto à grande parte da população moradora daquele território, preocupando as autoridades brasileiras, em termos de constituição do Estado-nação.

Algumas pequenas cidades emergiram e se desenvolveram nos pontos de comercialização oficial e clandestina, no extremo sul do estado neste período[621], como Ponta Porã, Bela Vista, Porto Murtinho, Amambai[622], Rio Brilhante (Entre Rios). Algumas delas cresceram com a concentração de imigrantes gaúchos, como foram os casos de Ponta Porã, Bela Vista e Nioaque. As povoações de Porto Murtinho e Ponta Porã, respectivamente nos anos de 1911 e 1912, foram elevadas à categoria de vila, como sede de município.

Como se pode perceber, as oportunidades oferecidas pelo comércio internacional foram fundamentais para a ampliação e fortalecimento das duas redes comerciais estruturadas no Mato Grosso, a partir dos portos fluviais de Corumbá, Concepción e, em menor grau por Porto Murtinho, sob a interferência dos centros de dinamismo dos portos platinos do Atlântico.

5.1.5 Expansão das rotas de circulação na integração do Mato Grosso do Sul ao espaço nacional

Nessa fase ascensiva do sistema capitalista, na medida em que foram se estreitando os laços entre o Brasil e o mercado internacional, com a entrada de capitais norte-americanos e europeus, mais as elites brasileiras, especialmente as do Mato Grosso, passaram a se esforçar pela integração econômica territorial do país ao polo dinamizador nacional, de modo a garantir a unidade física do Estado-nação.

---

[620] As forças policiais da empresa, constituídas com permissão do estado brasileiro, no sentido inicial de proteção territorial, eram investidas contra os gaúchos posseiros, inclusive incendiando seus ervais (ARRUDA, 1986).

[621] Saliente-se que algumas das sedes administrativas de fazendas de erva-mate chegaram a receber equipamentos urbanos (luz elétrica, telefone, arruamento) como Campanário. Nessa sede se planejou o povoamento com arruamento e alguns equipamentos básicos, como grupo escolar, hospital, hotel, farmácia, armazém e campos esportivos. No entanto, delas não emergiram cidades (SEREJO, 1986).

[622] Esse núcleo populacional ligava-se à povoação de Nhum Verá (hoje Coronel Sapucaia), atingida pela picada paraguaia do mesmo nome (SEREJO, op.cit.).

Assim, a mesma oligarquia que antes lutara por se aliar economicamente aos negócios da erva-mate, entregando à empresa monopolista, a concessão de tão grandes extensões territoriais, agora tentava reduzir o território de concessão, com o apoio da União, deixando à empresa, exclusivamente as terras onde ocorria a presença da erva-mate[623]. Por outro lado, contrariamente ao período anterior, passou-se a apoiar a posse de terras, há tempo requerida pelos pecuaristas e ervateiros gaúchos, que ali vinham se instalando desde a Revolução Feralista de 1896.

A "questão do Acre" também tinha colocado os brasileiros em alerta com relação às fronteiras do país com a Bolívia em Corumbá[624]. Essa questão e a tentativa brasileira de tirar o sul de Mato Grosso da órbita econômica argentina e paraguaia, colocando-a no âmbito das relações estabelecidas dentro do território nacional, foram preocupações que novamente abateram as elites governamentais do Estado.

Enfim, as relações comerciais do sul de Mato Grosso constituíam ameaça à integridade territorial, na medida em que os seus integrantes tinham espíritos autonomistas. Por outro lado, estava incluída a pretensão em contrabalancear a influência argentina não só no sul do Estado, como também na Bolívia e Paraguai. A preocupação, conforme nos colocou Pereira (1997, p.193) também se deu no âmbito da correlação de forças na bacia do Prata, diante da possível tentativa argentina, em concretizar o antigo sonho do restabelecimento do território do vice-reinado do Prata, ameaçando a hegemonia brasileira.

---

[623] O coronel Pedro Celestino Correa da Costa, membro das oligarquias mais tradicionais do norte do Estado, herdeiro político de Joaquim Murtinho foi quem iniciou o combate ao monopólio de terras pela empresa ervateira, em 1912, após o fim da participação dos Murtinho no negócio ervateiro. Fez oposição, redundando em lutas armadas (a "caetanada") contra a empresa e os coronéis e políticos aliados do sul do Estado. Foi necessária a intervenção do governo federal e a eleição de um representante da igreja, da ordem dos salesianos, o bispo cuiabano, Dom Aquino Correa, para apaziguar os ânimos entre as facções coronelistas e proceder à demarcação das terras. A empresa sofreu a redução oficial da área concedida para 1.440.000 ha, embora continuassem ocupando de fato 1.880.000 ha, conforme Arruda (op.cit. p.260). O restante das terras foi demarcado em lotes de 3.600 hectares cada um, e vendido a partir de 1920 aos pequenos pecuaristas e ervateiros envolvidos nos conflitos pela sua posse. No entanto, a empresa, como grande credora do governo estadual, ainda teve força política para enfrentar a "questão do mate", como foi chamado, até que a própria atividade atingisse o período de crise econômica, frente ao cultivo da erva pelos próprios argentinos. A companhia utilizou-se dos pequenos proprietários, para adquirir toda a sua produção. Correa da Costa, após assumir o governo de Cuiabá, em 1924, reduziu ainda mais as terras arrendadas (para 1.000.000 ha), atitude que foi mantida pelo seu seguidor político, Estevão Alves Correa. Este reservou, loteou e vendeu terras a vários pequenos criadores e ervateiros. As maiores dificuldades do governo em se desvencilhar da empresa, deveu-se principalmente ao montante de dívidas governamentais à mesma. O fim do contrato de arrendamento só ocorreu de fato, em 1947, com a intervenção do presidente Vargas (AQUINO, 1986).

[624] Em 1903, tinha sido firmado entre o Brasil e a Bolívia, o Tratado de Petrópolis, ficando sob a responsabilidade brasileira a responsabilidade para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e o compromisso em ceder as terras brasileiras da margem direita do rio Paraguai à Bolívia, ou seja, 723 quilômetros quadrados junto à baía Negra, 116 quilômetros quadrados na lagoa Cáceres, 20,3 quilômetros quadrados na lagoa Mandioré e 8,2 quilômetros quadrados na lagoa Gaíba. Desse modo, foi garantido à Bolívia o acesso à navegação pelo rio Paraguai na região da baía Negra e junto a Corumbá. Tornava-se estratégico integrar essa área ao Brasil, por meios de comunicação e transporte mais ágeis (GUIMARÃES, 1999, p.240).

O objetivo foi o de integrar o sul do Mato Grosso ao espaço de relações do país, redirecionando os fluxos de comercialização ao centro dinâmico brasileiro, sem passar pela bacia do Prata. Desse modo, buscou-se um processo de integração com São Paulo, através do restabelecimento de rotas de comunicação e transporte terrestre.

A primeira tentativa de integração do Mato Grosso ao espaço nacional deu-se através da inovação nos meios de comunicação[625], com a implantação das linhas telegráficas[626], entre 1901 e 1905 (Figura 21). A tarefa coube a um representante da aristocracia rural do norte do Estado, Marechal Cândido Rondon[627].

Em 1912, o estado de Mato Grosso já era enquadrado como o quarto rebanho bovino do país[628]. Campo Grande tinha se tornado o município com maior contingente de cabeças de gado do território pertencente ao atual estado do Mato Grosso do Sul[629]. Por outro lado, as terras de matas do norte de São Paulo (Barretos), por iniciativa de pecuaristas mineiros, tinham se transformado em zona de engorda, nos fins do século XIX (MAMIGONIAN, 1976), visando receber o gado de Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Mato

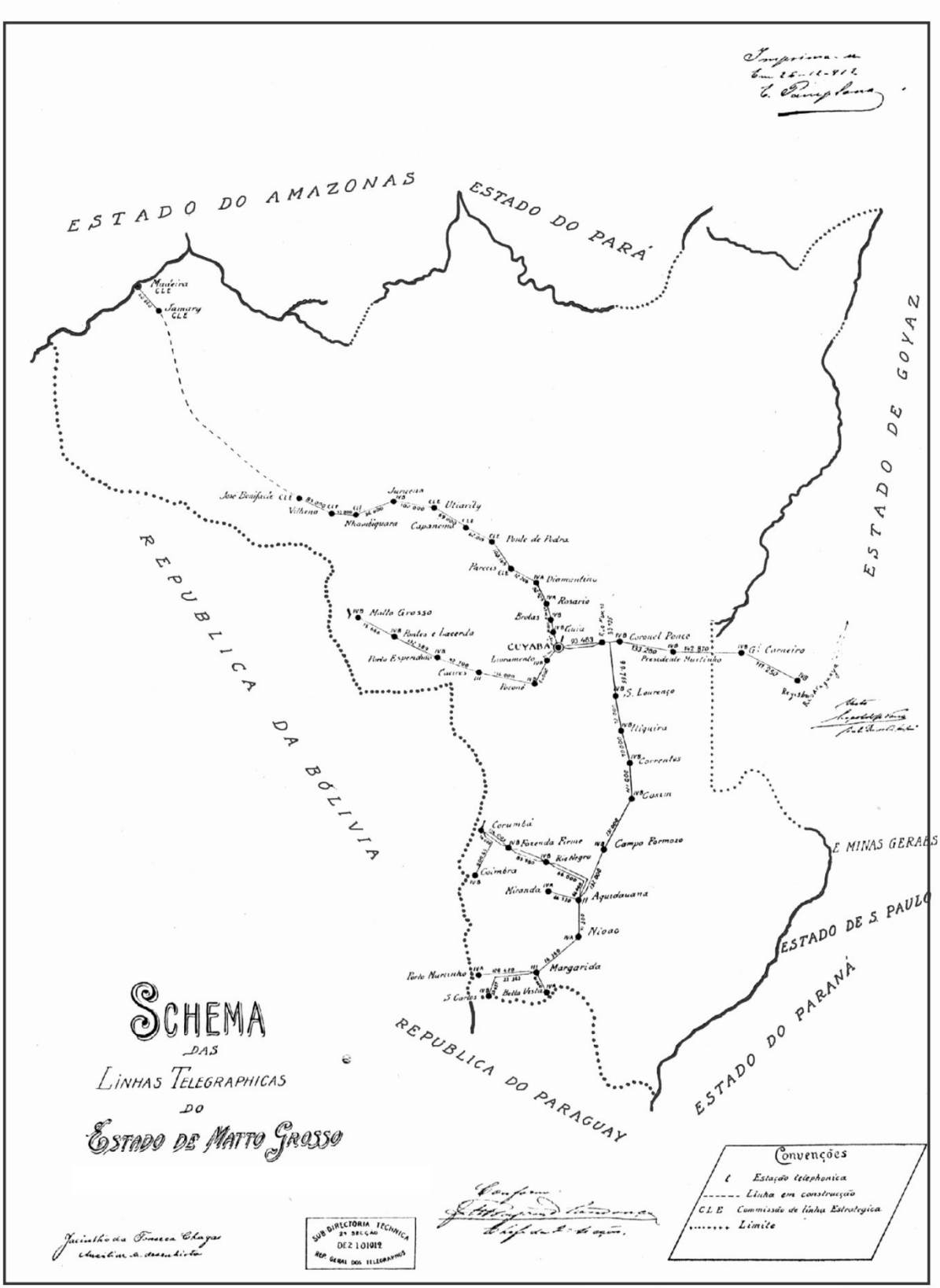
[625] Consideradas vias mais rápidas que as do serviços de entregas de correspondência pelo correio, a sua implantação deu-se após a criação do projeto da Comissão Nacional de Telégrafo no Mato Grosso e Amazonas. A estratégia foi a de interligar os principais polos de concentração humana existentes no território, aos mercados brasileiros do Atlântico.

[626] Já em 1901, inaugurou-se a primeira estação de linhas telegráficas em Itiquira, saindo daí em direção a Coxim, Rio Verde, fazenda Taboco e Aquidauana em 1902. Em 1904 construiu-se a linha de Corumbá - forte Coimbra. Em 1905, deu-se continuidade à linha telegráfica de Aquidauna em direção a Nioaque, fazenda Jardim, fazenda Margarida, com um ramal para Bela Vista e outro para Porto Murtinho. Outra linha saiu em seguida de Ponta Porã, passando pela fazenda São Tomás, Dourados, Rio Brilhante e Campo Grande (GUIMARÃES, 1999).

[627] Foi em 1892 que o militar, Cândido Mariano da Silva Rondon assumiu a chefia da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso e Amazonas, chamada de "Comissão Rondon". Com o lema positivista "morrer se preciso for, matar nunca", Rondon realizou os primeiros contatos pacíficos com os índios logo no início do século, e através de relatórios da Comissão, pode levantar e denunciar a verdadeira situação de subserviência e exploração em que viviam esses povos. Influiu na criação do Serviço de Proteção aos Índios em 1910, e na proposta de criação de reservas indígenas com inspetorias de fiscalização (DUTRA, 1996).

[628] De acordo com o *Album Graphico*, editado em 1914, o rebanho do Pantanal tinha se tornado o maior do atual estado de Mato Grosso do Sul, com dois milhões de cabeças, enquanto as áreas dos campos apresentavam apenas 1 milhão. O gado em pé que saía pelo porto de Corumbá em direção aos mercados brasileiros, no início do século, segundo o Album Graphico (1910) já representava 62 % do valor dos produtos exportados. Segundo LISBOA (op.cit.,p.167), em 1912, as terras do atual Mato Grosso do Sul, contavam com três importantes regiões de pecuária: (1) a dos campo cerrados (do rio Aporé ao Ivinhema); (2) a das campinas do oeste do planalto (campos de Vacaria e de Ponta Porã); (3) o do Pantanal. O gado pantaneiro era abatido no lugar, atendendo às demandas dos saladeros, enquanto e a dos campos e cerrados eram direcionados para o sudeste, através do Triângulo Mineiro.

[629] Costa Marques (1913, p. 78) tinha apontado em seu relatório o tamanho do rebanho dos municípios que se destacavam como criadores de gado na área do planalto em 1912. Campo Grande liderava todos os municípios do atual estado, com 500.000 cabeças, seguida de Bela Vista, com 220.000 cabeças, Ponta Porã com 160.000 cabeças e Nioaque com 90.000 cabeças. No Pantanal, o maior número de cabeças estava em Corumbá (240.000), seguido de Aquidauana (126.000), Porto Murtinho (120.000) e Miranda (94.100).



Fonte: Álbum Graphico - 1914

FIGURA 21 – LINHAS TELEGRÁFICAS DE MATO GROSSO - 1912

Grosso[630], para o abastecimento dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Desse modo, os pecuaristas da área da Vacaria foram incentivados a escoar gado excedente para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Isso explica o grande esforço em 1903-1906, por parte de um dos criadores campo-grandense, Manoel da Costa Lima[631], conforme nos afirmou Abreu (1976, p.197), em abrir pessoalmente um caminho terrestre, com a aquisição particular de uma balsa[632] para atravessar o rio Paraná[633]. Ao mesmo tempo, o governo paulista deu a concessão[634] para a abertura de outra estrada do lado de São Paulo[635], havendo a posterior junção das duas estradas e respectivos portos, sob o controle da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso.

Por iniciativa da União, elaboraram-se vários projetos, visando estender as ferrovias paulistas para o estado de Mato Grosso, sendo operacionalizado aquele do engenheiro Emílio Schnoor[636], propondo a rota de expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, oriunda de Bauru no estado de São Paulo, em direção a Corumbá, passando por Campo Grande[637]. Para

---

[630] Conforme Mamigonian (1976), até 1910, a área de engorda do norte de São Paulo e a do sul de Minas, havia a engorda de 300.000 cabeças/ano. O sul de Minas teria alcançado o seu auge durante a Primeira Guerra Mundial e Barretos na Segunda Guerra Mundial.

[631] Manoel da Costa Lima, conhecido regionalmente como o major Cecílio, possuía a posse da fazenda Ponte Nova na região de Vacaria a 120 km de Campo Grande (ABREU, 1976).

[632] O rebocador para empurrar as balsas, foi adquirido no Porto de Concepción, trazido em carretas de boi até o rio (GUIMARÃES, 1999).

[633] O objetivo foi o envio do "gado em pé e andando" para o mercado paulista. Obteve, por parte do governo de Mato Grosso, a concessão de abertura da estrada em 1902, e de exploração por 20 anos, da travessia de gado entre o porto XV de Novembro e o Estado de São Paulo.

[634] A concessão de abertura da estrada fora dada a Francisco Tibiriça em 1904, que se associou a um grande fazendeiro paulista de café, constituindo a empresa Diederichsen & Tibiriça, iniciando a estrada em 1906.Tibiriça havia obtido concessão para continuar a estrada do lado de Mato Grosso, no entanto, diante do acesso já obtido com a estrada boiadeira de Manoel da Costa Lima, a empresa paulista optou por adquirir a concessão do lado mato-grossense, constituindo a empresa Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, sob forma de sociedade anônima, incentivada pelo decreto Estadual nº 200 de 1907, para as empresas colonizadoras (ABREU, 1976).

[635] Essa estrada saía de Campos Novos do Paranapanema, indo até a margem esquerda do rio Paraná, em frente ao porto XV de Novembro (Porto Tibiriçá). No entanto, a situação deu oportunidade a novos negócios para a empresa concessionária como, navegação pela bacia do Paraná, exploração de pousos junto à estrada boiadeira, comercialização de gado magro para as áreas de engorda do estado de São Paulo, fornecimento de produtos artesanais e industriais em armazéns gerais, além de colonização de novas terras (ABREU, 1976).

[636] A construção da ferrovia iniciou-se em 1905, em Bauru, com destino a Cuiabá. No entanto, em 1907, pelo decreto federal nº 6463, estabeleceu-se o novo trajeto, com destino a Corumbá. Assim a construção da ferrovia em Porto Esperança, iniciou-se em 1908.

[637] Foi o projeto que mais respondeu às necessidades político-estratégicas e econômicas pretendidas pela União, já que procurava atingir as áreas mais significativas do ponto de vista econômico (pecuária e erva-mate), promovendo concorrência com os portos de exportação da bacia do Prata, de modo a redirecionar as mercadorias no sentido contrário. A ferrovia significava forte redução de tempo na circulação de bens e pessoas, em relação à navegação a vapor, portanto, com força suficiente para atrair para si esse movimento, em direção dos portos brasileiros do Atlântico.

capturar a área de influência econômica do porto de Concepción, foi necessário incluir um ramal saindo de Indu-Brasil (próximo a Campo Grande), em direção a Ponta Porã. Para que esses tentáculos de circulação pudessem promover a captura econômica da região, os mesmos não tocaram inicialmente as fronteiras[638].

No final de 1907, o decreto estadual nº 200[639], com a decisão sobre o novo trajeto ferroviário em direção a Corumbá, veio regulamentar o processo de colonização no Mato Grosso, incentivando a participação de empresas particulares (empresas de viação férrea, fluvial, ou associações), visando o estabelecimento de "núcleos coloniais", em terras agricultáveis, junto aos centros urbanos de consumo mais importantes e às principais rotas de circulação (vias fluviais navegáveis, estradas de ferro e estradas de rodagem)[640]. Foi criada, para esse fim, a "Repartição de Terras, Minas e Colonização" do Mato Grosso[641].

Nesse sentido, foi retomada pela Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, a ligação entre São Paulo e o Mato Grosso do Sul. A articulação era feita através da navegação pelos rios Pardo/Anhandui e Ivinhema/Rio Brilhante, com pequenos vapores, ativando alguns pequenos portos fluviais, como o Porto Alegre no primeiro e Entre Rios no segundo rio[642].

Por outro lado, a construção da ferrovia foi finalizada, exatamente no início da Primeira Guerra Mundial[643], quando se deu a valorização da carne no mercado

---

[638] Por questão estratégica, as rotas só foram conectar as fronteiras, muito mais tarde. A primeira rota construída, iniciou-se em Porto Esperança, para se juntar à outra parte oriunda de Bauru, terminada em 1914. A ligação Porto Esperança e Corumbá só se deu em no final de 1952 (38 anos mais tarde). A construção ocorreu, justamente, quando interessou ao Brasil, por questões geopolíticas, a extensão da ferrovia em direção à Bolívia, feita com capital brasileiro até Santa Cruz de La Sierra, tendo-se em vista a constituição de uma transcontinental, com o terminal no porto de Arica no Chile. Por outro lado, o ramal em direção a Ponta Porã, foi iniciado apenas em 1938, sendo terminado em 1953.

[639] Esse decreto estava em conformidade com os preceitos do decreto federal nº 6.455, do mesmo ano.

[640] O decreto rezava a respeito do transporte dos imigrantes, do porto do Atlântico até o porto de Corumbá, pago pela União. Na divisão dos lotes, uma das exigências foi o estabelecimento de um núcleo urbano.

[641] A idéia dos governantes era a de entregar à empresa de colonização 1 milhão de hectares de terras, em lotes de 50.000 hectares cada um, em diferentes zonas do estado. A condição era a empresa concessionária assentar em cada lote 500 famílias de imigrantes, so recebendo o próximo lote, após o assentamento das mesmas no primeiro. Assim, previam 20 colônias com 2.000 habitantes cada uma (ALBUM GRAPHICO, 1914, p.171).

[642] Nesses locais foram instaladas casas comerciais visando o abastecimento das áreas atingidas, com produtos industrializados e artefatos oriundos de São Paulo. Além disso, a empresa adquiriu várias fazendas de gado, ao longo da estrada boiadeira, totalizando uma área de mais de 280.000 hectares. A mesma companhia organizou no atual município de Indiana, no estado de São Paulo, uma área de engorda e de comercialização de gado magro (ABREU, 1976).

[643] A sociedade anônima Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi constituída em 1904, no Rio de Janeiro, com uma concessão ligando Uberaba – MG a Coxim no Mato Grosso. O traçado, no entanto, foi rediscutido dentro do Clube de Engenharia, sendo alterado para Bauru-SP/ Cuiabá-MT, dando-se início ao reconhecimento até Itapura-SP junto ao rio Paraná em 1904, e à construção em 1905. O reconhecimento dos terrenos e do Estado pelos engenheiros, no entanto, levaram à nova alteração, que resultou na rota construída hoje. Com a proposta de alteração foi iniciada a construção do trecho mato-

internacional. A nova via de transporte acabou atraindo, ao longo do trajeto, o interesse de investidores europeus, especialmente francesas e belgas, incentivados pela política de concessão e aquisição de terras devolutas. O objetivo foi o estabelecimento de fazendas de gado e exploração de jazidas minerais (ouro, diamante, ferro e manganês). Nesse período, juntas, essas empresas estrangeiras chegaram a deter, ao longo da ferrovia, mais de 5 milhões de hectares em terras rurais[644], correspondente ao que a empresa ervateira já tivera anteriormente no sul do Estado.

Os bons preços de gado junto aos mercados europeus, também resultaram na implantação de matadouros-frigoríficos[645], especialmente no estado de São Paulo, com investimentos norte-americanos e ingleses, utilizando-se de técnicas mais modernas[646] que a das charqueadas (MAMIGONIAN, 1976, p.31). Desse modo, houve incentivo à ampliação da atividade criatória, atraindo os fluxos de gado pelos melhores preços pagos ao boi[647].

Nessa época, segundo Marques (1923, p.169-171) o valor de exportação do gado bovino no Mato Grosso quase quadruplicou e a quantidade de gado exportado triplicou, de 1916 a 1919[648], figurando Campo Grande e Corumbá como os municípios líderes em

---

grossense em 1908, a partir de Porto Esperança, de forma a se encontrar com a linha oriunda de Bauru, somente em 1914, próximo a Campo Grande, numa pequena estação em propriedade rural de ingleses, conhecida hoje como fazenda Ligação. Os conflitos freqüentes entre a empresa arrendatária e a construtora dos dois trechos e o governo resultaram na intervenção direta deste no final da construção, através de uma comissão (ARRUDA, 1995).

644 No início do século, as empresas estrangeiras chegaram a deter 420.000 hectares de terras em São Paulo. No Mato Grosso do Sul, conforme informações de Benevides e Leonzo (1999), os empreendimentos pecuários mas mãos de estrangeiros, totalizavam exatamente 5.463.673 hectares.

645 Sob os estímulos do crescente mercado interno e em seguida, com a Primeira Guerra Mundial, do mercado externo, o governo federal incentivou, conforme Mamigonian (op.cit.,p. 9) os investimentos em frigoríficos, com a intenção de aumentar as exportações de carne, para compensar a queda do comércio de café. Os primeiros frigoríficos foram de iniciativa nacional, surgindo em 1913 (Barretos) e durante a Primeira Guerra (Santos e Barbacena). Mas esse mercado atraiu também capitais norte-americanos e europeus. Até 1920 já haviam sido instalados um frigorífico estrangeiro em São Paulo (Continental Products) e outro junto à Guanabara (Brazilian Meat-Anglo). Após 1923, foram criados novos frigoríficos com capital externo. O Rio Grande do Sul também recebeu investimentos em frigoríficos por iniciativa da Swift, Armour e Wilson. Os frigoríficos foram instalados com grande capacidade de abate. Produziam carne verde, resfriada e congelada, assim como carne industrializada (conservadas e enlatadas), sendo que a carne industrializada era exclusividade dos frigoríficos estrangeiros. A entrada dos frigoríficos norte-americanos e europeus foi provocando, no entanto, a internacionalização desse ramo de negócios no Brasil (MAMIGONIAN, 1976).

646 As técnicas de frigorificação permitiram um maior aproveitamento da carne e dos subprodutos do gado, garantindo um melhor preço pelo gado, fato que conduziu os pecuaristas a privilegiar os frigoríficos em relação às charqueadas.

647 Desse modo, os pecuaristas de Mato Grosso puderam se integrar à Divisão Internacional de Trabalho, ligados ao polo dinâmico brasileiro, incluídos numa nova divisão regional de trabalho, como fornecedores de gado magro às áreas de engorda do Estado de São Paulo, sem passar pela mediação dos negociantes de Minas Gerais.

648 O valor de exportação do gado bovino passou de 4082:720$ em 1916 para 15.372:372$ em 1919. Já o charque, que representava 3.755:310$ em 1916 foi mantido assim em 1919 (3.580:617$), passando a apenas 539390 $ em 1920 (CORREA, 1997).

número de cabeças de gado (300.000 cabeças em média cada um), seguidos de Miranda e Bela Vista[649].

Com o fim das relações escravistas, a demanda pelo charque caiu sensivelmente[650]. Assim, as "charqueadas" foram sendo relegadas ao atendimento de uma demanda interna específica de trabalhadores, com tendência de queda. Desse modo, explica-se, nesse período, a presença de "saladeros" no Mato Grosso, junto à ferrovia, já nas mãos de pequenos investidores regionais[651].

As novas condições dadas pelo mercado externo da carne trouxeram várias transformações junto às fazendas de pecuária no território correspondente ao atual Mato Grosso do Sul. A valorização das terras repercutiu em conflitos pela posse e legalização das propriedades. As fazendas passaram a ser cercadas, enquanto melhorias foram buscadas na criação. Ao mesmo tempo em que se introduziu zebu como reprodutor, a partir de meados da década de 20, procedeu-se à seleção e divisão de pastos. Representou um período de grande fortalecimento econômico dos pecuaristas do sul do Estado.

No caso do porto de Corumbá, a ferrovia significou retração no transporte de gado e carne. A estrada de ferro Noroeste do Brasil, iniciada em Porto Esperança, tornou-se um eixo de circulação concorrente, principalmente com relação ao transporte do gado em pé do Pantanal[652], além de ter redirecionado a implantação de novas "charqueadas" (saladeros)[653] ao longo do seu trajeto.

No entanto, esse porto continuou polarizando parte da movimentação dos fluxos, através das embarcações a vapor, na direção de Montevidéu e do porto de Rio de

---

[649] Além desses, destacaram-se por ordem de importância, Aquidauana, Nioaque, Ponta Porã, Porto Murtinho.

[650] Enquanto as fontes estatísticas apontaram um aumento da exportação do charque de Mato Grosso de 3.755.310 toneladas em 1916, para 7.366.399 toneladas em 1925, no Brasil (o pico de produção foi em1924-25), só estagnando a partir de então (CORREA, 1997).

[651] Destaque-se, no entanto, a manutenção da Charqueada Agachi, sob o controle dos ingleses da Miranda Estância, alugada de um proprietário regional, até o início da década de 30. Os produtos eram voltados à exportação (BENEVIDES e LEÔNCIO, 1999).

[652] O gado em pé pode ser escoado através de vagões específicos, dispensando o longo transporte de boiada feita por vaqueiros. Nesse caso, as vias fluviais da bacia do Paraguai tornaram-se alimentadoras da estrada de ferro, trazendo o gado em chatas com gaiolas até os embarcadouros, junto às estações do trem. No planalto, os caminhos terrestres boiadeiros cumpriram essa função.

[653] Em 1920, como nos demonstrou Marques (op.cit.,p.162-164) dos saladeros existentes em Mato Grosso, 9 estavam exclusivamente junto às vias fluviais da bacia do alto Paraguai (rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá), sendo 3 em Corumbá, e 1 em cada um dos municípios, Cuiabá, Cáceres, Poconé, Coxim e Porto Murtinho. No entanto, já havia 13 charqueadas junto à ferrovia, sendo 6 em Campo Grande, 5 em Três Lagoas, 1 em Aquidauana e 1 em Miranda.

Janeiro, ainda como importante entreposto comercial do Mato Grosso, até a década de 20, com relação aos negócios de exportação de couro bovino e recursos naturais e no fornecimento de sal aos fazendeiros do estado[654]. Os elos comerciais enfraqueceram-se, especialmente após a quebra da Bolsa de Nova York.

No tocante ao sul, a ferrovia não chegou a trazer fortes interferências no circuito comercial existente, mas reduziu a sua força, direcionando o gado da Vacaria para São Paulo. Quanto à erva-mate, o distanciamento das áreas de exploração em relação a Porto Murtinho, tinha levado a empresa a construir um novo porto junto à margem esquerda do rio Paraná, o porto Mendes, em 1915[655].

Esse período de euforia econômica repercutiu no crescimento da população regional. A população de Mato Grosso chegou a duplicar entre 1900 a 1919, passando de 118.000 a 240.521 habitantes. Esse aumento foi mais visível no território correspondente ao Mato Grosso do Sul. Passou de 74.000 habitantes em 1912 a 130.000 em 1920 (Arruda, 1995, p.32). Nesse mesmo período, a população indígena foi concebida do ponto de vista institucional como "*relativamente incapaz"*[656], passando ao regime de tutela governamental, papel que foi atribuído ao Serviço de Proteção ao Índio –SPI.

A ferrovia tornou-se o eixo de maior importância na aglutinação do povoamento em torno das estações e embarcadouros de gado das fazendas, dando origem e gerando forte dinamismo em algumas cidades, como Três Lagoas, Campo Grande, Aquidauana. Gradualmente, esse eixo foi atraindo o maior desenvolvimento do Estado para si, inclusive do sertão dos Garcia, inviabilizando o sistema de navegação e os portos fluviais do Estado. As vias carreteiras tornaram-se as principais alimentadoras desse sistema no planalto e as vias fluviais no Pantanal.

Novos adensamentos populacionais foram estimulados pela política estadual

---

[654]Continuou sendo abastecedor de sal aos fazendeiros do Estado, especialmente através de Coxim. Ligavam-se a ele cidades como as do norte do estado (Cáceres, Poconé, Cuiabá) e Coxim. Mas, para ele iam e chegavam produções diretamente nas sedes de fazendas, que tinham seus próprios ancoradouros.

[655]O novo porto começou a ativar a produção do lado oeste, permitindo a emergência também da cidade de Guaíra do lado paranaense. Nesse caso, as estradas carreteiras e as trilhas de modo geral, funcionaram como alimentadoras dos caminhos fluviais, ou atingiram diretamente o porto fluvial. No sul, a empresa ervateira argentina construiu uma ferrovia de ligação com o porto Mendes, na ultrapassagem de Sete Quedas (GONÇALVES, 1941).

[656] Essa afirmação passou a constar do artigo sexto do "Código Civil" de 1916.

de colonização, ao longo da ferrovia, como foi o caso do patrimônio de Ribas de Rio Pardo[657] e Xavantina[658] (hoje Santa Cruz do Rio Pardo).

O dinamismo comercial no tocante aos negócios do gado permitiu que dois povoados, Campo Grande e Aquidauana, também fossem elevados à categoria de vila, respectivamente em 1899 e 1907. Esse dinamismo foi reativado com a passagem da ferrovia, de modo, que no ano de 1918, as duas vilas foram elevadas à condição de cidade.

No entanto, em 1920, Ponta Porã ainda mantinha, a exemplo de Corumbá, certo dinamismo comercial em relação ao porto de Concepción, passando à categoria de cidade, em função do tamanho de sua população.

Desse modo, o Mato Grosso do Sul, até o final desse período, ou seja, 1921, contou com apenas quatro cidades (Corumbá, Campo Grande, Aquidauana e Ponta Porã)[659] e 6 vilas (Miranda, Paranaíba, Coxim, Nioaque, Bela Vista e Porto Murtinho).

Interessante notar que as atividades administrativas, a função residencial, as oficinas e unidades de transformação e armazenagem da erva, nas sedes de fazendas da empresa Mate-Laranjeira, deram-se com certo nível de urbanização, mas sem funções capazes de transformá-las em cidades[660]. O mesmo fato pode ser atribuído aos locais de atuação da empresa paulista Viação São Paulo-Matto Grosso, com relação às instalações de armazéns de distribuição de mercadorias.

A população do Estado, no entanto, continuou predominantemente rural. Os proprietários permaneciam morando com a família na fazenda, via de regra, mantendo casa na cidade, para fins de semana e festas religiosas, e os filhos estudando em regime de internato em escolas organizadas pela Igreja. Para esse fim, tanto os fazendeiros como os comerciantes do município de Corumbá, tinham conseguido, desde 1899, que os missionários da Ordem Salesiana, organizassem escolas de internos para seus filhos, ao estilo das já existentes em

---

[657] Em 1918, por determinação do governo estadual, foi demarcado o rocio do Patrimônio de Ribas do Rio Pardo, numa área de 3.487 hectares, escolhida pela abundância de mananciais e fertilidade das terras que margeiam o rio Pardo (RIBEIRO, op.cit.:266).

[658] O patrimônio de Xavantina (hoje Santa Cruz do Rio Pardo), situado dentro do município de Campo Grande fundado por Manoel da Costa Lima, na porta de abertura da estrada boiadeira (estrada da Lancha). Em 1918, teve o rocio demarcado, por ordem do governador Dom Aquino, em 1917. Segundo depoimento de Arnaldo Figueiredo, o engenheiro agrônomo responsável pela medição das terras, a população de índios vivia em regime de aldeamento (RIBEIRO, 1993).

[659] Por ordem de tamanho de população, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, estavam: Ponta Porã (25.518 habitantes); Campo Grande (21.360 habitantes); e Corumbá (19.574 habitantes).

[660] O melhor exemplo foi Campanário, a principal sede administrativa da empresa. Na época chegou a ser dotada de luz elétrica, telefone, além de alguns equipamentos básicos, como hospital e escola (SEREJO, 1986).

Cuiabá (MANFROI, 1997).

5.1.6 Crescimento urbano e ampliação dos papéis de Campo Grande

A posição de Campo Grande, de centro nevrálgico junto às principais rotas de comercialização, foi consolidada, com a passagem dos trilhos da estrada de ferro Noroeste do Brasil, projetando-a à condição de cidade.

Já detinha o maior rebanho do território correspondente ao Mato Grosso do Sul, além de tradição em negociação de gado. Após a passagem da ferrovia, transformou-se no maior entreposto comercial de gado do Estado, ligado aos mercados de São Paulo.

Acabou sendo a cidade escolhida, não só para sediar a diretoria da Estrada de ferro Noroeste do Brasil, como o Comando Militar do Mato Grosso, em 1921. Em 1910, tornou-se sede de comarca e em 1912, sede de paróquia, em 1914, sede do 5º Regimento de Artilharia Montada, sendo elevada à categoria de cidade em 1918.

Diante das novas funções de entreposto e comando, atribuídas dentro do território correspondente ao Mato Grosso do Sul, a vila de Campo Grande passou a ser assessorada no processo de estruturação urbanística, tanto pelos engenheiros responsáveis pelo projeto e execução da ferrovia[661], como pelo Ministério da Guerra, para ser a polarizadora do processo de captura econômica regional. O núcleo urbano precisava se distinguir nesse processo de integração nacional, como forma de recuperação do atraso e isolamento a que estava submetido o território, permitindo a sua integração.

Com ajuda do Exército, a Câmara Municipal atuou, no sentido de delimitar o rocio da vila de Campo Grande, providência ligada à criação da vila, que até então não tinha sido tomada[662].

Nesse mesmo sentido explica-se o motivo da contratação do engenheiro Nilo Javari Barém do plano de alinhamento das ruas[663] (Figura 22) e reformas no código de

[661] Note-se que houve uma visita do grupo de engenheiros responsáveis pela obra da ferrovia, assim que foi autorizada a sua construção, orientando a Câmara Municipal na condução do projeto urbanístico. Por outro lado, os militares, na pessoa de Themístocles Paes de Souza Brasil, auxiliado por Leonel Velasco, colocaram-se à disposição, realizando os levantamentos necessários e definindo o rocio de Campo Grande, em 1910 (GARDIN,1999).

[663] O plano de alinhamento tinha sido proposto em 1906, mas somente em 1909, foi aprovado, quando se contratou um engenheiro, Nilo Javari Barém, para executá-lo (RIBEIRO, 1993).

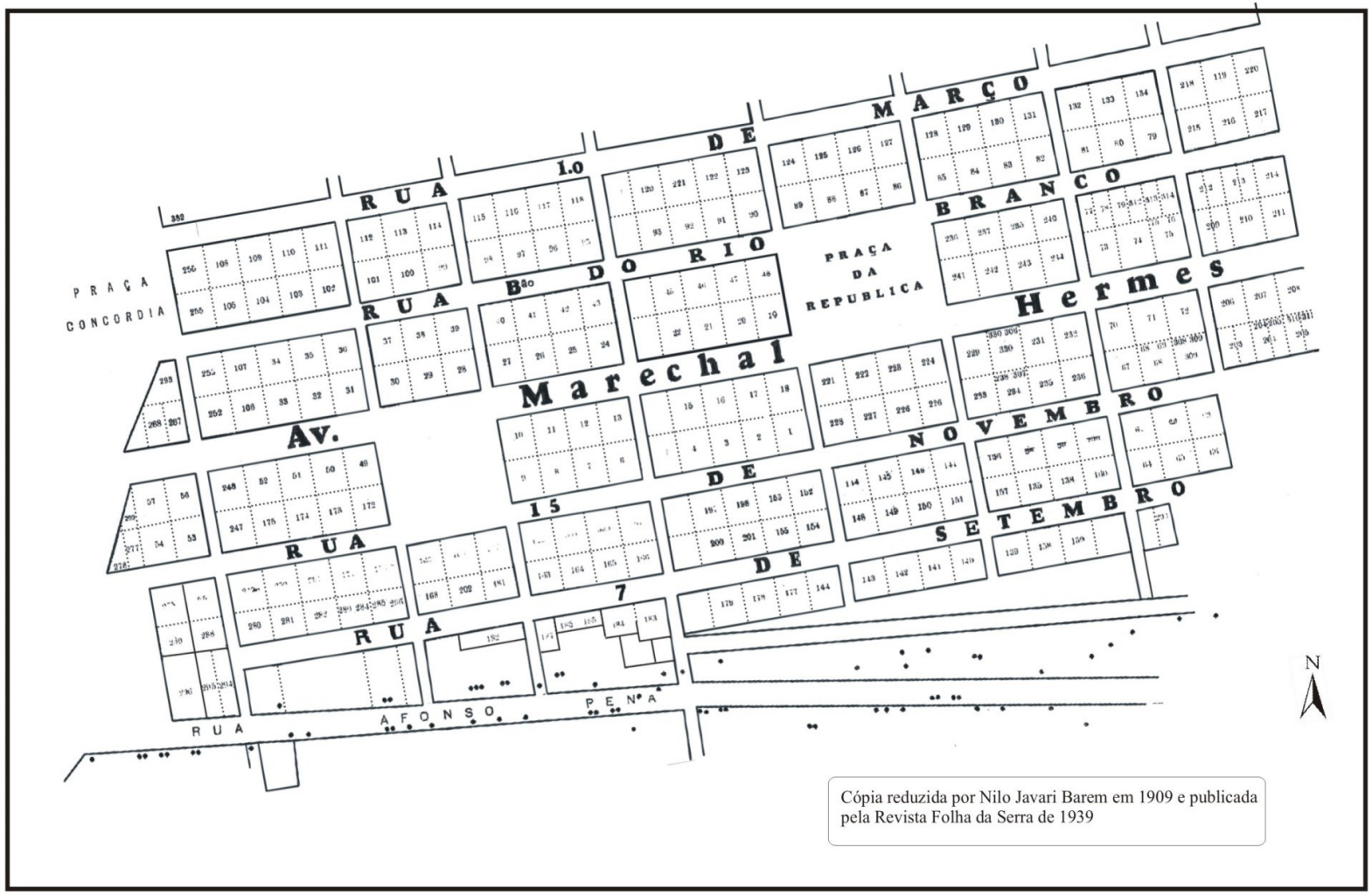


FIGURA 22 - Planta de alinhamento de ruas e praças de Campo Grande - 1909

posturas urbanas[664].

Esses foram os instrumentos básicos iniciais para dotar a paisagem da vila, de características da modernidade e, ao mesmo tempo, incutir na população, o espírito de urbanidade.

Repetiu-se, do ponto de vista urbanístico, as mesmas idéias manifestadas na grande reforma por que passou a cidade do Rio de Janeiro em 1903[665], espelhando também, em grande parte, a experiência do Plano Urbanístico de Belo Horizonte e Goiânia, realizado poucos anos antes.

O plano urbanístico Campo Grande expressou, portanto, a mentalidade nacional de ação racionalizadora do espaço[666] dos positivistas brasileiros[667]. Tratou-se de um plano voltado para o futuro, numa visão de progresso[668]. Nesse sentido, incorporou os princípios de intervenção do Pré-Urbanismo, utilizados na recuperação das metrópoles européias industriais da fase capitalista anterior, tanto os da reforma urbana de Eugene Haussmann em Paris, como as das legislações sanitaristas experimentadas nas cidades inglesas.

No entanto, a ordem simétrica e funcionalidade do traçado e edificações, baseada na racionalidade técnica, teve compromisso com os ideais republicanos, buscando

---

[664] O código de posturas proposto inicialmente (1905) tinha sido praticamente a cópia do existente em Corumbá (CAMPOS, 1939), Mas, foi necessário introduzir reformulações,segundo Gardin (1999), em 1909. As preocupações maiores deram-se com relação à institucionalização da medição de terras e cobrança de taxas dos lotes urbanos e suburbanos, assim como outras atribuições aos seus proprietários. Outras preocupações prioritárias foram com relação ao alinhamento das casas, controle do escoamento das águas nas vias públicas, educação[664] e saúde coletiva (vacinação).

[665] No Rio de Janeiro, o prefeito Francisco Pereira Passos, nomeado em 1903 pelo então presidente da república Rodrigues Alves, engenheiro entusiasta das obras urbanísticas européias, passou a construir a grande e larga avenida até o obelisco construído a beira-mar, ao mesmo tempo, ordenando em paralelas transversais, as ruelas e becos da zona portuária. Ao mesmo tempo, dotou a cidade de iluminação elétrica, entregando ao médico sanitarista Oswaldo Cruz, o saneamento urbano, instituindo em 1904, a vacinação obrigatória em massa, visando combater o maior problema de saúde do Brasil, a febre amarela (RIBEIRO E CARDOSO, 1996).

[666] O plano urbanístico no Brasil da Primeira República, tinha como meta a criação de uma nova imagem da cidade, das elites e da própria nação, uma forma de recuperação do atraso em relação às cidades industriais européias (RIBEIRO e CARDOSO, 1996, p. 58) .

[667] Tratou-se de uma proposta positivista de transformação da sociedade brasileira, intervindo na ordem espacial e no comportamento da população através de ação política, para proporcionar a evolução da sociedade. A sociedade desejada pelos positivistas deveria ser moderna, organizada, com funções definidas e espacialmente localizadas, agilmente articuladas entre si, através de um centro de comando. A ela deveria ser proposta os serviços de saúde, educação e segurança, por isso, administração municipal deveria ser sinônimo tanto de garantia de escolas e contingente policial, como de vacinação pública à população (RIBEIRO E CARDOSO, 1996).

[668] Foi lançado para resolver os problemas de uma vila com apenas 1.200 habitantes, mas com perspectivas de um forte crescimento futuro. A idéia de planejar o futuro também esteve presente no plano de alinhamento de Nilo Javari Barém, quando se procurou, através do plano, prever o prolongamento das ruas e avenidas, para um futuro processo de expansão, obedecendo-se ao mesmo padrão de largura.

simbolizar a monumentalidade e a grandiosidade do Brasil moderno, assim como a autoridade e o poder centralizado da República. Expressou, portanto, uma concepção ao mesmo tempo moderna, conservadora e autoritária.

A área do rocio atingiu 6.540 hectares, ou seja, 20% do atual perímetro urbano (Figura 23). Na delimitação do rocio, realizada quase concomitantemete ao plano de alinhamento e entregue em 1910, concebeu-se, como era tradição, a idéia das três zonas concêntricas (urbana, suburbana e rural)[669]. Na urbana, os lotes deveriam ser distribuídos pela Câmara (Figura 24) e na suburbana, na forma de chácaras (REIS, 1968).

Na zona urbana (Figura 25) estava incluída a planta de ocupação urbana (plano de alinhamento), com ruas e lotes[670]. Às doações corresponderiam as obrigações dos tributos (foros). A expectativa do crescimento populacional da zona urbana, levou a Câmara Municipal a decidir, em seguida, pela ampliação da área destinada ao rocio. A zona suburbana, fora do plano de alinhamento, mas incluída dentro dos limites do rocio, ficou sendo destinada às chacaras agrícolas, visando o futuro abastecimento urbano. Externamente às duas primeiras zonas, estava a zona rural, de domínio das fazendas.

Embora o povoado, originado no ponto de articulação entre as principais rotas de circulação (estradas carreteiras e picadas), mantivesse uma população aglutinada ao longo do córrego Prosa[671], em função dos resultados dos levantamentos topográficos, a planta do sítio da cidade foi projetada para ocupar as formas tabulares dos terrenos de interflúvio, entre os dois rios formadores do Anhanduí, os córregos Prosa e Segredo.

A cidade, portanto, à luz de princípios do pré-urbanismo, surgiu da concepção de cidade fechada e delimitada pelo desenho, com base em levantamentos técnicos e princípios definidos em lei. Resultou num desenho com plano ortogonal, em xadrez, avenidas e ruas largas[672], cruzadas por transversais, com a ordenação dos lotes e construções[673], destinado a

---

[669] Conforme o mapa do rocio, a zona urbana e suburbana juntas, dentro do rocio era de 6.504 hectares, 34 ares e 79 metros quadrados em 1911. A zona urbana correspondia grosseiramente à área definida hoje, como região central, sem incluir o córrego Cascudo (ao longo da Avenida Rachid Neder).

[670] O plano de alinhamento, definido dentro da zona urbana, de traçados regulares em tabuleiro de xadrez, com avenidas e ruas largas tendo a Estação Ferroviária no centro, onde é hoje a praça do Rádio Club.

[671] O adensamento de casas, segundo Oliveira Neto (1999), tinha ocorrido, onde é hoje a rua 26 de Agosto, chamada anteriormente de rua Afonso Pena, local do encontro das rotas de circulação de tropas e carretas oriundas de Nioaque (circuito econômico ligado ao porto de Concepción) e Aquidauana (hinterlândia do Porto de Corumbá).

[672] Foram propostas avenidas e ruas paralelas de 50 metros de caixa, com transversais de 30 metros de largura.

[673] Assim, a racionalidade do plano chegou à escala dos lotes, para o qual se estabeleceu o padrão de tamanho (30 m x 50 m) e disposição de alinhamento junto às calçadas, assim como a numeração exata de cada lote, para serem concedidos aos

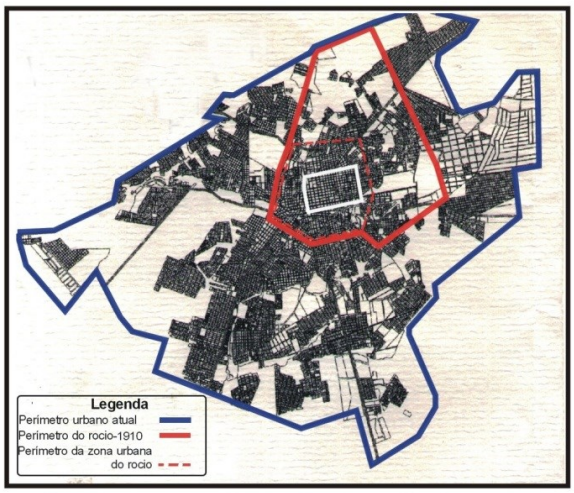


FIGURA 23 - Delimitação do rocio de Campo Grande dentro do perímetro urbano atual

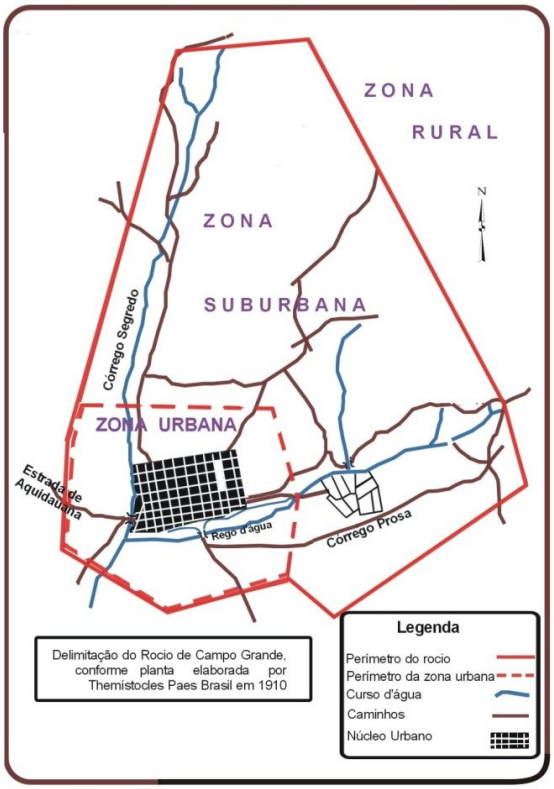


FIGURA 24 - Rocio de Campo Grande - 1910

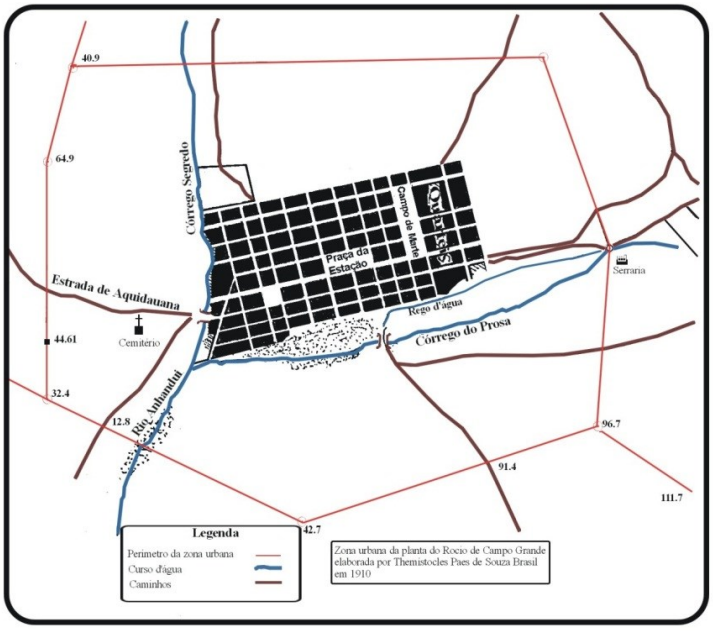


FIGURA 25 - Zona urbana do rocio de Campo Grande - 1910

uções e

FIGURA 24 – ROCIO DE CAMPO GRANDE – 1910

FIGURA 25 – ZONA URBANA DO ROCIO DE CAMPO GRANDE - 1910

favorecer o futuro tráfego de automóveis e pessoas.

A idéia européia de tornar público os equipamentos de uso coletivo[674], foi institucionalizada, em 1912. Deu possibilidade ao Município, de ceder terrenos urbanos e suburbanos para fins de utilidade pública. Nessa oportunidade, ocorreu a concessão de terras, tanto para a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como para o Ministério da Guerra abrigar as futuras instalações do Exército[675]. Concomitantemente, instituiu-se a arrecadação municipal de impostos, como forma de financiar obras públicas[676].

O *core* da cidade projetado no plano, foi destinada à Estação Ferroviária, o que denotava a implicação direta que tal ordenação espacial tinha com a expectativa da passagem da ferrovia, priorizada em relação aos ideais religiosos da coletividade[677]. Mas, a tendência da ferrovia, foi a de acompanhar o traçado das carreteiras e os pontos de comércio de gado, a oeste desse traçado urbano, sendo construída a Estação Ferroviária nessa direção[678].

Em função da alteração, a zona central de negócios acabou se concretizando em direção à ferrovia, na realidade, territorializando a centralidade, definida anteriormente pelo cruzamento das rotas de circulação, próxima à confluência dos dois córregos e, pela existência da tradicional capela de Santo Antônio.

Mas, com a construção da Estação Ferroviária a cerca de 1.300 metros ao norte, estabeleceu-se como eixo de comunicação entre essa e o centro, a rua João Pessoa (hoje

---

[674] Nessa concepção haussmaniana de elementos públicos e de higienismo, procurou-se dotar a vila, logo cedo, segundo Gardin (1999)também dos chamados equipamentos públicos, como o arruamento, a definição de áreas para exercerem o papel de praças, no sentido de local para passeio público, a iluminação pública a querosene (em 1918 a iluminação elétrica) e a implantação de um rego d'água (mais tarde, a construção de uma cisterna), visando o abastecimento coletivo dos moradores da zona urbana.

[675] Nesse caso, foram concedidas terras do município, entre a atual avenida Afonso Pena, rua Antônio Maria Coelho, rua Vinte e Cinco de Dezembro e rua Bahia (GARDIN, 1999).

[676] O código de posturas delegou à administração política local a atribuição de concessão de lotes urbanos e suburbanos, garantindo a si o direito sobre o laudêmio (imposto de transmissão de propriedade). Para as atividades comerciais, criou-se, uma taxação de imposto sobre as atividades crescentes dos mascates oriundos do porto de Corumbá. Em 1918, foram criados o imposto predial e imposto sobre patentes. As rendas internas geradas no Município passaram a vir, nessa época, de tributos sobre terrenos urbanos e suburbanos, de venda de terras devolutas, de décimas prediais e do laudêmio Gardin (op.cit.:109).

[677] A consolidação da cidade deu-se num momento de fim do Império e retirada dos franciscanos do estado. Embora se manifestasse a religiosidade leiga, conforme Gardin (1999), essa ausência administrativa da Igreja fêz-se notar, pela inobservância de um lugar central para receber o templo religioso.

[678] Assim, o local anterior destinado à Estação Ferroviária, de duas quadras foi reduzido a apenas uma, transformada na Praça da República (GARDIN, op.cit.).

Quatorze de Julho), definindo-se nela um forte dinamismo comercial, com estabecimentos de comércio atacadista, varejista e serviços.

Em 1912, a capela foi elevada à condição de sede de paróquia, vinculando-se à diocese de Corumbá, quando chegou o primeiro pároco[679]. A idéia da construção e enquadramento da Igreja Matriz ao plano de alinhamento urbano[680] colocou em cheque a questão do *core* do novo plano urbano[681].

No entanto, enquanto não se definiu a construção do novo templo, a administração do Município preparou a atual Praça Ari Coelho para tal fim. Assim, nessa área, deram-se início às primeiras obras de arruamento[682]. Também, para ela, foram tomadas iniciativas, com relação à obrigatoriedade de calçadas centrais, em 1916[683].

A exemplo das cidades modernas houve preocupação com a estética, higienização e segurança[684]. Incorporou-se às leis, o disciplinamento com relação à uniformidade das fachadas das construções nas ruas principais, o princípio hausmaniano da

---

[679] A área de influência da paróquia foi limitada pelos rios Pardo, Paraná, Ivinhema e as nascentes do Aquidauana,. Incluiu os atuais municípios de Terenos, São Gabriel do Oeste, Bandeirantes, Camapuã,, Jaraguari, Rochedo, Nova Andradina, Anaurilândia, Bataguassu, Rio Brilhante, Sidrolândia (GARDIN, 1999).

[680] A antiga capela não se enquadrou no alinhamento do novo desenho urbano. Na nova perspectiva de ocupação do espaço, estaria no meio de uma rua. O pensamento dos planejadores era o de que com a construção da Igreja matriz na praça planejada, a capela pudesse ser demolida (GARDIN, op.cit.).

[681] A lei sobre a concessão de terras para fins de utilidade pública, surgida nesse mesmo ano, destinou a então praça Dois de Novembro (atual praça Ari Coelho) para esse fim, no centro da nova quadra de negócios em formação, ao mesmo tempo em que definiu a quadra entre as ruas Vinte e Seis de Agosto, Anhanduí e Quinze de Novembro. Mas em 1915, o novo intendente preferiu alterar essa doação, destinando para a Igreja Matriz, o espaço central do plano urbano desenhado e antes determinado para ser a Estação Ferroviária. A nova igreja matriz ficou sem ser construída. Finalmente, após a visita do bispo de Corumbá, em 1920, foi constituída uma comissão para esse fim. Foi construída na praça localizada entre as ruas Anhanduí, 26 de Agosto e 7 de Setembro, terminando-se as obras em 1928, sendo a inauguração do novo templo em 1930 (GARDIN, 1999).

[682] Cf GARDIN (ibidem).

[683] Esse quadrilátero central constituído pelas ruas Calógeras (chamada de Santo Antônio), Rui Barbosa (ex- Vinte e Quatro de Fevereiro), Barão do Rio Branco e Sete de Setembro, tendo no centro, o espaço destinado à praça central, atual praça Ari Coelho. A obrigatoriedade do calçamento deu-se, através de um ofício do Intendente aos membros da câmara Municipal, em 9 de dezembro de 1916, solicitando medidas legislativas para embelezamento dessa área, dita como central (*apud* GARDIN, ibidem).

[684] A higiene sanitária esteve ligada à visão especializada e funcional da cidade. A funcionalidade dos lugares, com a localização e arranjo dos elementos urbanos, nos distintos espaços, deu-se não só em conformidade com as funções, como com os riscos à saúde e segurança dos moradores. No Código de Posturas incluiu-se o estudo para a localização específica de empreendimentos que pudessem prejudicar a saúde dos habitantes (matadouros, açougues, feiras, mercados, ou estabelecimento industrial). No tocante à segurança, procurou-se regular a localização das fábricas e depósitos de fogos inflamáveis. A concepção de saneamento levou ao disciplinamento sobre a questão do asseio e limpeza das ruas e praças, assim como a venda de gêneros deteriorados e falsificados e a vacinação coletiva. Em 1918, criou-se ainda o serviço veterinário para acompanhar o abate de gado no matadouro municipal (GARDIN, op.cit.).

arquitetura programada[685] e da arborização[686]. Além disso, foram introduzidas a iluminação pública (lampião à querosene) e a primeira distribuição coletiva de água (rego d'água), seguindo paralelamente ao córrego Prosa até as casas junto à rua 26 de Agosto. Como ostentação do poder e autoridade administrativa do período republicano e da modernidade, despontaram como edifícios monumentais, a Câmara Municipal e a Estação Ferroviária.

A resposta à passagem da ferrovia veio rapidamente. A vila cresceu 18 vezes, entre 1906 e 1920[687]. Foi notória a entrada de imigrantes estrangeiros, tanto na condição de trabalhadores da ferrovia, a exemplo dos japoneses[688], como de pequenos e grandes empreendedores[689]. Em 1916, a cidade já contava com 567 prédios, sendo 462 dentro do perímetro urbano[690].

Muitos dos imigrantes recém-chegados, principalmente os japoneses, estabeleceram-se como chacareiros, na área suburbana, visando o abastecimento do mercado interno constituído pela população concentrada na cidade, motivo que levou o intendente a solicitar a ampliação dessa zona, junto ao governo do estado, já em 1913[691]. Nesse mesmo

---

[685] Previram-se no Código de Posturas, regras para a reforma das fachadas, de modo a se manter o padrão estético de composição e de tamanho de janelas e portas (MACHADO, 1991).

[686] GARDIN (op.cit.:120) ressalta a presença de documentos do intendente municipal, em 1913, solicitando ao diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e ao Ministro da Agricultura, mudas de árvores européias (plátano, magnólia, carvalho), no sentido de melhoria da estética paisagística, durante a implementação do plano de arborização urbana.

[687] Saltou de 1.200 habitantes em 1906 (AZEVEDO, 1950) para 21.360 habitantes em 1920 (MARQUES, 1923).

[688] A maioria dos imigrantes japoneses que acompanharam as estradas de ferro como trabalhadores, tinha entrado pelo porto de Santos. Eram, em grande parte, famílias agricultoras insatisfeitas com as anteriores condições de trabalho oferecidas nas fazendas de café no estado de São Paulo. Mas havia também aqueles que já tinham experimentado viver em outros países da América Latina, principalmente no Peru. A remuneração pelos trabalhos na ferrovia apresentou-se como mais compensadora, oferecendo sonhadas perspectivas de acumulação e retorno ao Japão. Os primeiros chegaram a Porto Esperança, vindo de barco a vapor, fretado pela companhia construtora da ferrovia, por Montevidéu, entre 1909 e 1910. Eram originários principalmente da ilha de Okinawa e da província de Kagoshima. No término da ferrovia, foram principalmente os okinawanos que optaram por se estabelecer em Campo Grande, adquirindo a preços módicos, terrenos junto às nascentes do córrego Segredo, na chamada Mata do Segredo, tornando-se pequenos agricultores e horticultores, contribuindo no abastecimento do mercado urbano, através de carroças próprias e da feira livre. A esse propósito, consultar os vários artigos da Revista ARCA (2) de agosto de 1991.

[689] Alguns entraram através dos grandes empreendimentos internacionais em propriedades rurais (belgas, franceses, ingleses). Outros entraram como fornecedores de madeira serrada (os portugueses), pequenos comerciantes (sírios, libaneses, italianos, gregos) entre outros (espanhóis etc). Também houve os imigrantes que entraram na condição de trabalhadores, a exemplo dos japoneses na construção da estrada de ferro e dos paraguaios nas áreas rurais.Para esse assunto, é importante consultar os vários números da Revista do Arquivo Municipal de Campo Grande ARCA, atinentes aos imigrantes do município e as obras de Paulo Coelho Machado da coleção "Pelas ruas de Campo Grande".

[690] Balanço Estatístico da vila, realizado em dezembro de 1916, pelo intendente municipal in ARCA, caixa 10, livro 31-A, pp 71-72 (*apud* GARDIN, op.cit: 55). Segundo essas fontes, a média de construções registradas entre 1914 a 1916, após a chegada dos trilhos, tinha sido de 45 ao ano.

[691] Cf GARDIN, ibidem, p. 56.

período, Campo Grande chegou a contar com 121 estabelecimentos comerciais e 43 fabris[692]. Na área rural, continuou sendo a principal atividade econômica do município, a pecuária extensiva em bases latifundiárias[693].

O rápido crescimento populacional e o incentivo à ocupação do espaço urbano planejado, inclusive com redução da cobrança do aforamento (metade do preço em 1909), como forma incentivadora de política urbana de ocupação, gerou um processo especulativo, com relação ao acesso à terra urbana[694].

Na instância política, exprimiu-se em nível local, as disputas instestinas entre os coronéis representantes da oligarquia, com relação à concessão de terras da Mate-Laranjeira, ou seja, com a "questão do mate"[695]. Em 1918, pela lei estadual nº 772, de 16 de julho, Campo Grande foi elevada à categoria de cidade.

5.2 "Fronteira em expansão" em moldes não capitalistas

5.2.1 Terceira fase recessiva do sistema capitalista (1921-1948)

Embora a Grã Bretanha, no período que precedeu à Primeira Grande Guerra (1911-13), tenha investido duas vezes mais no exterior que dentro do próprio país, a formação do capital interno não foi suficiente para evitar a crise de superprodução que abalou a

[692] Entre os estabelecimentos fabris, destacaram-se 10 olarias, 4 serrarias, 01 fábrica de ladrilhos, 1 de bebidas, 27 engenhos de açúcar, entre outros (MACHADO, 1990). Segundo GARDIN (op.cit., p. 55), os livros de expediente de governo registram vários pedidos de abertura de empreendimentos nessa época, tanto comerciais, como de serviços (oficina de calçados, relojoaria, barbearia, hospedaria, açougues, padarias, confeitarias etc) e de manufatura (alfaiataria, oficina de calçados, fábrica de salame, fábrica de colchões, fábrica de sabão etc).

[693] Segundo Rosário Congro (*apud* MACHADO, op.cit.: 40-41), em 1919, os dez maiores fazendeiros por ordem decrescente eram: Domingos Barbosa Martins (360.000 ha), Catlle Land (162.000 ha), Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso (126.000 ha), Bernardo Franco Baís (90.000 ha), Coronel A. Reveilleau (54.000 ha), Lucindo Pereira da Rosa (54.000 ha), Joaquim da Mota Coelho (43.200 ha), Porfírio de Brito (43.200 ha), Companhia Frigorífica Pastoril (36.000 ha).

[694] Muitos viram nesse incentivo, oportunidade de auferir benefícios, concentrando concessões para transferência a terceiros. Em 1912, dois terços dos terrenos dentro da zona urbana já tinham sido alienados a particulares, sem que tivessem sido de fato ocupados (GARDIN, 1999).

[695] Sebastão Lima representava os interesses do Partido Republicano, chamado de conservador, por ainda estar comprometido com os negócios ervateiros, ligado ao senador Antônio Francisco Azeredo. Amando de Oliveira, por outro lado era aliado de Pedro Celestino Correa da Costa, do Partido Republicano Matogrossense, que se contrapunha ao tamanho das concessões. As eleições foram realizadas duas vezes, em clima de violência em 1914 e 1917 e anuladas, com nomeação de um interino para o cargo da intendência. Os conflitos continuaram, de modo a resultar na morte do primeiro pároco da cidade e, quando da instalação da cidade, em 1918, apresentarem-se dois poderes constituídos, com duas Intendências e duas Câmaras Municipais (MARTINS, 1972).

economia inglesa e dos outros países centrais do sistema economico capitalista (HOBSBAWN,1986, p.178), caracterizando mais uma fase de recessão internacional, no período entre 1921 a 1948, que foi a terceira fase recessiva do sistema produtivo industrial[696].

A queda no volume das exportações, quando novamente o parque produtivo industrial do centro dinâmico internacional do sistema deparou-se com limitações de mercado, significou também a queda da produção desses países[697], tendo como resultado, o desemprego massivo do operariado industrial e a retração do comércio internacional, que caiu para menos de um terço, após a crise de 1929.

Por outro lado, os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, manifestação do acirramento da concorrência entre os países industriais, tinham trazido dificuldades econômicas e esgotamento de recursos aos países, palco de guerra. Ao mesmo tempo, tornou-se a grande oportunidade para impulsionar o crescimento da economia norte-americana, como fornecedora de alimentos, bens materiais e financiamentos.

Terminada a guerra, os Estados Unidos não tinham onde colocar os produtos resultantes da imensa capacidade de produção gerada até então. O aumento da produtividade industrial não tinha sido acompanhado pelo aumento salarial da classe operária, o que deixava a grande capacidade produtiva sem procura interna, repercutindo numa forte acumulação de estoques (superprodução).

Ao mesmo tempo em que foi ganhando a hegemonia do sistema capitalista, inseriu-se profundamente na economia européia. Desse modo, a superprodução norte-americana da década de 30 repercutiu sobre as economias européias industriais, manifestando-se a crise em todo sistema.

Novamente, a recessão econômica significou ameaça à existência da vida da sociedade, sobretudo dos países centrais, levando as classes trabalhadoras, conscientes da

---

[696] Essa fase recessiva se expressa no momento da acumulação de capitais imobilizados ainda não depreciados, isto é, quando a classe empresarial diante de uma dada capacidade produtiva instalada, sob a forma de capitais fixos e, encontrou limites de mercado, teve que reduzir seus investimentos no ciclo produtivo, mas ainda resistiu à renovação até que houvesse compensação econômica para o sucateamento desse capital imobilizado. Nessa fase, a técnica novíssima tende a ficar sem aplicação, enquanto a economia mergulha num cone de sombra. O rompimento dessa instabilidade durante o momento de estagnação, só vai ocorrer mais tarde pelo efeito convergente de duas forças: (1) quando as novíssimas técnicas constantemente engendradas forem capazes de compensar o sucateamento dos capitais recém-criados; (2) quando os recursos comprometidos com a nova técnica tiverem sofrido tal processo de envelhecimento e desgaste, que colocam em evidência a sua obsolescência. Quando isso ocorre, desencadeia-se uma nova vaga geral de renovação do parque produtivo e da ascensão do sistema capitalista (RANGEL,1982, p.21-22)

[697] Na Grã Bretanha, até 1938 caíram significativamente os volumes de produção e de exportação dos tecidos de algodão, a produção do carvão, o volume de exportação da frota mercante e a construção de navios dos estaleiros (HOBSBAWN, 1986, p.193).

separação e nível de exploração a que tinham sido submetidas, a exigir melhorias e concessões, demonstrando sua força através de gigantescas ações de solidariedade, nos movimentos grevistas, resultando na melhoria dos seus níveis salariais.

Como reação defensiva das empresas à depressão, no sentido de manter os lucros pela eliminação da competição, e sob o esforço intervencionista dos governos, mediante um novo esforço da intelectualidade, foram estimuladas as fusões, associações e monopólios, resultando numa forte concentração econômica empresarial, orientada sobretudo para o mercado interno (HOBSBAWN, op.cit.).

A aceleração progressiva das ações humanas, num mundo percebido como máquina, influenciou a intelectualidade nesse novo momento de introspecção intuitiva, visando um novo esforço criativo oriundo do mundo interno. No sentido de solucionar a equação produção/consumo dentro do mercado interno, emergiu a teoria keynesiana, propondo a intervenção do Estado burguês na economia.

Foi nessa fase que o austríaco Sigmund Freud pesquisou as profundezas do subconsciente, criando a psicanálise, e o alemão Gustava Jung estudou os arquétipos do inconsciente coletivo. Também exerceram influência sobre a intelectualidade, as idéias do francês Henri Bergson, valorizando a intuição como o guia mais exato para o conhecimento na escavação do "eu mais profundo". De acordo com esse filósofo, o tempo não significava apenas o ontem, hoje e amanhã, mas deveria ser percebido como "duração", ou seja, como um fluxo constante do passado para o futuro, cada momento significando possibilidade de novas experiências.

A arte, como movimento de vanguarda, foi caracterizada pelo hermetismo, fruto do mergulho no mais recôndito da alma humana, pela busca de liberdade da forma, exprimindo o mundo interior[698]. Ganhou linhas, cores, volumes e composição. Manifestou-se de forma patética e alógica, através do cubismo (formas geométricas deformadas), expressionismo, futurismo e surrealismo.

O poderio das organizações sindicais dos trabalhadores e dos patrões, favorecido pelas grandes concentrações urbanas, deu origem às chamadas convenções

[698] A arte expressou-se através do modernismo, com novas linguagens para a representação realista do mundo e do sujeito, não mais através da figuração das coisas, mas da sua deformação, fragmentação, abstração, assimetria, incongruência (SANTOS, 1996, p.33). Houve um sentido de destruição da sociedade utilitária no movimento dadaísta. Ao mesmo tempo, a arte mostrou certo fascínio pela velocidade e pelo futurismo. No conjunto, buscou-se nova concepção do mundo nas profundezas do espírito humano.

nacionais coletivas, que junto com o Estado, passaram a responder pelas regulações dos rendimentos capitalistas.

Diante da força e resultados favoráveis dos movimentos sindicais, a classe do empresariado industrial respondeu, com a alteração da ordem produtiva dentro da fábrica, repassando às máquinas, as operações constituídas pelos gestos padronizados do operariado, no sistema de esteira rolante, dando origem à chamada "linha de montagem", o fordismo norte-americano[699], aprofundando a capacidade de "produção em série"[700].

Essa estrutura produtiva teve como base a automatização da produção, tendo em vista o princípio da cadeia contínua, submetida à cadência do conjunto do maquinário, resultando em produtos padronizados de menor preço, suscetíveis de serem vendidos em massa[701]. Liberou grande parte da força de trabalho braçal para os escritórios, propiciando a distinção entre os dois tipos de trabalhadores dentro da fábrica. Os melhores salários obtidos pelos trabalhadores de "escritório" em relação aos "braçais", por outro lado, favoreceu a ampliação do mercado consumidor[702].

Com a finalidade de resolver a equação produção/consumo nos países industriais, privilegiou-se a aplicação da teoria keynesiana[703], com a intervenção do Estado

---

[699] A preconização de Ford, da concessão de salários elevados para obtenção do consumo em massa, a partir da produção em massa, levou os adeptos da escola de regulação francesa, chamarem esse processo de "fordismo", um modo de regulação baseado no aumento da produtividade, favorecido pela política intervencionista da ampliação de demanda, levando ao crescimento da produção, no nível macro-econômico (BENKO,1996: p.236-237).

[700] Os motores elétricos, substituíndo o motor a combustão, permitiram realizar a produção, segundo o princípio da cadeia contínua, já que permitiram acionar várias máquinas ao mesmo tempo e em seqüência, além de manter o controle à distância (teletransmissão). Quando se tornou possível, a incorporação dessa inovação passou-se à fase seguinte de ascensão. Desse modo, a máquina tornou-se o mecanismo supremo de garantia de sobrevivência buscado pelas empresas.

[701] O motor a combustão deu lugar ao motor elétrico, mais eficiente para operar cargas pesadas e ajustar-se às diferenças de velocidades, durante a operação do sistema em cadeia de transmissão no conjunto sucessivo de operações dentro da fábrica. Diante da força dos sindicatos organizados no período do Entre-Guerras nos freqüentes conflitos com a classe patronal, essa pôde alterar a ordem produtiva dentro da fábrica, com o auxílio do motor elétrico, repassando às máquinas, as operações dos anteriores gestos padronizados, no sistema de esteira rolante, controlando tais operações por um sistema de teletransmissão. O motor elétrico ainda, com a propriedade de poder variar de dimensão, serviu para operar pequenas máquinas domésticas, permitindo um avanço no ramo da produção de eletrodomésticos.

[702] Esse novo sistema produtivo trouxe consigo trabalhadores melhor remunerados, assim como a redução do trabalho manual em favor dos trabalhos administrativos, burocráticos e técnicos dentro da empresa, aumentando a procura por trabalhadores qualificados e treinados por especialidade e com educação formal (OLIVEIRA, s.d..).

[703] A política de Estado keynesiana, voltada a estabelecer bases para um forte consumo de massa, como forma de absorção da produção industrial em massa, tentando evitar uma nova superprodução, buscou garantir também o mercado de fornecimento de alimentos e matérias-primas, em nível internacional, atribuindo para si, ainda, as despesas na oferta da infraestrutura de serviços sociais básicos aos trabalhadores (saúde, educação, habitação, seguridade social), criando normas de proteção ao trabalho.

burguês[704], tendo origem o chamado "Estado do Bem-Estar" (*Welfares State)*[705]. Tornou-se um Estado planejador do desenvolvimento nacional, tomando para si, inclusive a reorientação posterior dos investimentos para fora do país.

O desdobramento territorial de investimentos em novos setores e ramos de negócios passou a significar a coexistência de vários tipos de regiões econômicas com relativa autonomia em um mesmo espaço nacional, ocupando uma dada função, com base numa divisão inter-regional do trabalho, sendo que o Estado passou a exercer o papel de centro de regulação e dinamização inter-regional, via planejamento[706].

5.2.2 Industrialização brasileira e alteração no equilíbrio de forças dos países da bacia do Prata

A fase depressiva teve reflexos na maior parte dos países da bacia do Prata, promovendo o encolhimento de suas economias, num momento de redução dos fluxos de comercialização. A Argentina teve o seu processo de substituição de importações retardado

---

[704] Este passou a adotar uma política de arrecadação e redistributivismo, voltada a financiamentos e obras de infraestrutura física para dar suporte, tanto à ampliação e recuperação como à iniciativa a novos empreendimentos em setores, ramos de negócio e espaços ainda não industrializados, ao mesmo tempo buscando garantir o pleno emprego. A redistribuição deu-se através de regulações obtidas na forma de lei (nova legislação social), de convenções coletivas entre a classe trabalhadora e patronal e de ação do Estado-Providência (Estado do Bem-Estar).

[705] Baseado numa política de arrecadação fiscal, o Estado foi constituindo um aparato complexo e oneroso, assumindo as despesas sociais (escola, saúde, habitação etc.), de infraestrutura física (transportes e comunicações principalmente), de políticas agrícolas e industriais, de financiamento da pesquisa e desenvolvimento, inclusive de controle estratégico direto de alguns empreendimentos. Sobre esse sistema econômico e social, tendo como sustentáculo a estrutura das cidades, impôs-se o Estado, com base num racionalismo individualista e numa separação de público e privado, com os interesses particulares sendo identificados como de interesse público, emergindo fenômenos ligados ao patrimonialismo e ao fisiologismo. Nesse contexto, a cidadania passou a ser concebida como a prática de reivindicação de direitos de alguns segmentos ou de indivíduos da sociedade.

[706] Nesse sentido, aprimoraram-se as funções do planejamento e regulação do território, em nível nacional, destinando-se parte dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Coube ao Estado nacional induzir, controlar e articular o crescimento de novos setores e ramos da economia em territórios diferenciados, gerando um conceito funcional de "região", uma ordem com base no princípio da solidariedade organizacional. A região passou a significar, espaço subnacional com papel específico na divisão territorial de trabalho. O Estado, com o objetivo de incentivar a acumulação na lógica industrial, buscou a eficácia administrativa, incorporando os princípios de administração "científica" adotado nas empresas, com base na racionalização, padronização e normatização das ações, a partir de um comando centralizado e atribuidor de funções territoriais. Os instrumentos básicos de ação passaram a ser o planejamento estratégico (em longo prazo), tático (em médio prazo) e operacional (em curto prazo), com definição clara dos objetivos e planos para alcançá-los, dentro de programas e orçamentos.

em relação ao brasileiro[707], de forma que o Brasil passou a estar na vanguarda da modernização e novamente à frente, no equilíbrio de forças, dentro da bacia.

As dificuldades por que passou a Argentina, logo após a Primeira Guerra, retardaram a execução de seus propósitos, aliviando as tensões, de modo a permitir ao governo brasileiro a priorização do projeto nacional de integração territorial até a década de 40.

As idéias geopolíticas nascidas do conceito ratzeliano de "espaço vital" e posteriormente de "área pivô" de Halford Mackinder[708], tinham sido expandidas até a intelectualidade brasileira, entre 1926 e 1938, quando se destacaram Everardo Backheuser e Mário Travassos[709], levando os intelectuais[710] e líderes políticos do governo a se preocuparem com a neutralização do avanço das vias de transporte e comunicações da Argentina[711] sobre a Bolívia e Paraguai.

No caso do Brasil, interessou a integração da "área core" do continente, constituído pelo triângulo Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre, assim como a bacia

---

[707] Como a Argentina esteve muito mais inserida na Divisão Internacional do Trabalho na fase anterior, gerou internamente, um setor agro-exportador de abastecimento ao mercado inglês, muito mais poderoso que o interno. Desse modo, as resistências da classe agro-exportadora em manter a economia voltada para o mercado externo e a pressão dos movimentos operários internos, retardaram o processo de substituição de importações (MAMIGONIAN, 1989, p. 37-38).

[708] O geógrafo inglês passou a dar mais valor ao poder continental do que ao dos mares, diante de um sistema político já considerado globalizado por ele. Assim, o coração continental atuaria como polo de poder para quem o dominasse (MAGNOLI,1997).

[709]Segundo Everardo Backheuser, as novas unidades deveriam emanar de um planejamento central, definindo limites numa área de potencial similar, instalando um Estado Unitário, com a capital no centro geopolítico do território. Já Mário Travassos levantava a oposição ainda existente entre o Atlântico e Pacífico, assim como entre a bacia do Prata e a Amazônica, atribuindo um papel de centro geopolítico ao triângulo constituído pelas cidades de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre, sob influência de três regiões latino-americanas, Andina, platina e amazônica (MAGNOLI, 1997, p. 272-282). Para o militar Mário Travassos, o curso natural norte-sul dos principais formadores da Bacia do Prata subordinavam os países mediterrâneos, dependentes do sistema fluvial (Paraguai, Bolívia), nas suas comunicações externas, com o porto de Buenos Aires. A neutralização desse fatalismo geográfico platino, segundo esses estrategista, poderia se dar através da construção de um eixo rodo-ferroviário oeste-leste (MELLO, 1996, p.136), considerado mais eficaz que o fluvial, na época..

[710] As idéias geopolíticas de Mário Travassos sobre a importância de Mato Grosso, como superfície de contato com os problemas da fronteira Sudoeste do Brasil conduziam à transformação do território em plataforma de captura econômica para o porto de Santos. Tanto Travassos como os adeptos dessa idéia, a exemplo de Pandiá Calógeras, Everardo Bacheuser, Juarez Távora, estavam convencidos do papel geopolítico de Mato Grosso, da necessidade de implantar a ferrovia, assim como de se implantar o território federal na área de conflitos fronteiriços (MELO e SILVA, 1989). Um dos defensores dessa idéia, o juiz de direito José de Melo e Silva, veio exercer a profissão na área de conflito, residindo na zona fronteiriça (Bela Vista e Ponta Porã) por longos anos, deixando suas impressões registradas em algumas obras, onde se destaca "Canaã do Oeste", originalmente escrita em 1947 e reeditada em 1989. Outro intelectual de importância regional nesse sentido, de origem militar, foi Antônio Souza Júnior, que escreveu a obra "Fronteiras flutuantes", em 1954.

[711]Intelectuais, como Euclides da Cunha, alertavam sobre o risco da concretização, sob a liderança argentina, de uma confederação entre os países do Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai, constituindo os "Estados Unidos da América do Sul"(MAGNOLI, 1977).

Amazônica e a bacia do Prata ao centro dinâmico do sistema econômico nacional.

Essa soldadura política, de caráter estratégico-militar, tornou-se possível com a operacionalização dos compromissos assumidos pelo Brasil com a Bolívia desde o Tratado de Petrópolis em 1867, recomeçando-se pela terceira vez a construção da ferrovia da Madeira-Mamoré em 1907, para acessar a bacia Amazônica. Ao mesmo tempo expandiu-se a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em direção à Bolívia[712].

As mesmas preocupações afetaram a Argentina. Por problemas internos, suas primeiras ações de ampliação dos contatos com a Bolívia, deram-se efetivamente na década de 40. A disputa havia se configurado em torno da captura do polo de Santa Cruz, para suas respectivas órbitas de influência. Assim as negociações sobre a via férrea foram retomadas por ambos os países.

Já em 1941, o presidente Getúlio Vargas veio a Corumbá, para um encontro com o novo presidente boliviano, Enrique Peñaranda, para contatos, após a decisão pela expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até Corumbá e desta, a Santa Cruz de La Sierra, tomada em 1939[713], inaugurada em 1949, pelo presidente cuiabano Eurico Gaspar Dutra. Ao mesmo tempo, retomou-se o término do ramal ferroviário até Ponta-Porã[714]. Buscou-se desse modo, atrair para a órbita de influência do Brasil, não só as atividades econômicas da Bolívia, como também as do Paraguai[715]. Para completar essa estratégia, mais dois prolongamentos ferroviários foram projetados, embora não consolidados na época, ou seja, tanto em direção ao Porto Tabuado/Cuiabá/Porto Velho, como em direção a Dourados/Porto Murtinho.

---

[712] Conforme nos informa MAGNOLI (op.cit, p. 280), todas as estradas de ferro que se projetaram para o oeste após a Guerra do Paraguai tiveram objetivo de se estender estrategicamente até as fronteiras. No entanto, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estava sendo construída num momento em que a Bolívia mantinha contatos com a Argentina, no sentido de se integrar a ela através dos meios de comunicação.

[713] Em 1942, aquele presidente, assumiu também com a Argentina, o compromisso da construção da ferrovia Yacuiba-Santa Cruz. Em 1947, já no governo boliviano de Enrique Hertzog, foi firmado um tratado comercial entre a Argentina e Bolívia, envolvendo um empréstimo argentino para obras públicas, que acabou não se efetuando, mas que resultou na formação da Comissão Mixta Argentina-Bolívia para a construção da ferrovia Yacuiba-Sucre-Santa Cruz. No mesmo ano, o presidente Eurico Gaspar Dutra, ao visitar Corumbá para inaugurar a ponte sobre o rio Paraguai, encontrou-se com com Hertzog em San José de Chiquitos, para avançar sobre a questão da extensão da ferrovia em direção a Santa Cruz de La Sierra, que acabou sendo inaugurada em 1949 (GIEBEL, 1966).

[714] Tentou-se no Paraguai, em 1953, a mesma proposta de prolongamento da ferrovia, para atingir Pedro Juan Caballero e Concepción no Paraguai, fazendo a captura econômica dessa região, via Campo Grande e São Paulo. Ao mesmo tempo, um grupo de brasileiros e norte-americanos, tendo fundado a Companhia Americana de Fomento Econômico, iniciou um cultivo de café no nordeste do Paraguai, de 200.000 hectares (SOUZA JR, 1954, p. 206-207).

[715] Cf SOUZA JR, ibidem, p.209.

5.2.3 Integração econômica do espaço nacional em torno do novo polo industrial

O Brasil repetiu a experiência anterior do crescimento "para dentro", utilizando-se de capitais internos, apoiado na existência de um consumo interno. O atraso tecnológico relativo permitiu uma forma de desenvolvimento espontâneo, não planificado, pois já tinham sido criadas anteriormente, as pré-condições essenciais[716] e a capacidade de organização do acesso à tecnologia[717] de vanguarda (Rangel, 1982, p. 27). No balanço de forças dentro da bacia do Prata, o Brasil na anterior situação de retardatário ganhou posição de vanguarda.

As primeiras iniciativas com relação ao processo de industrialização nacional deram-se mediante políticas protecionistas do Estado, com as fábricas de algodão para vestir escravos e oficinas mecânicas e fundições que surgiram para atender às necessidades de consertos de máquinas, especialmente das usinas de açúcar e dos navios a vapor[718].

Mas, a liderança industrial no país coube a São Paulo, após a Primeira Guerra Mundial, quando houve a ascensão dos pequenos produtores mercantis, oriundos do

[716]O isolamento em relação ao mercado internacional transformou-se em estímulo à substituição de importações, induzido pela tentativa de superação do grau de atraso relativo ao centro industrial do sistema. E essa substituição foi perfeitamente possível, já que a transposição para o país, da tecnologia já amadurecida e aplicada antes nos países centrais, não dependeu de importantes descobertas científicas e técnicas. Como a capacidade produtiva instalada encontrava-se a apenas a um estágio atrás do desenvolvimento atingido pelos países centrais, bastou acomodar a tecnologia disponível, ao nível das forças produtivas internas existentes, criando-se condições institucionais adequadas para esse fim (RANGEL, 1982).

[717] O atraso tecnológico relativo, conforme Rangel (1982, p.47), é expresso pela comparação quantitativa entre o dividendo nacional efetivamente obtido e aquele a obter pela aplicação da tecnologia ao alcance, tendo em vista as pré-condições existentes, baseadas na qualificação de mão-de-obra, capacidade de formar capital e qualidade técnica disponível para esse fim. Desse modo, o Brasil vem se apoiando na utilização de uma tecnologia virtual, fruto do progresso da humanidade inteira, na medida em que vem apresentando condições para incorporá-la nos momentos recessivos da economia capitalista internacional.

[718] A industrialização brasileira iniciou na Bahia, pela substituição de importações por parte de grandes comerciantes portugueses, durante a crise açucareira, para ocupar a ociosidade de terras e braços. Atingiu depois, a cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa dos comerciantes atacadistas importadores de tecidos, no momento de crise comercial. Finalmente, emergiu em São Paulo, através dos fazendeiros de algodão. Criaram as primeiras tecelagens para vestir escravos, enquanto esses iam sendo absorvidos pelas lavouras de café. Importaram, para esse fim, equipamentos técnicos europeus e norte-americanos (MAMIGONIAN,1989)

colonato, à condição de empresários industriais[719], voltados ao abastecimento do mercado interno. Assim, um novo setor dinâmico foi surgindo no país, pelo processo de substituição de importações, permitindo a ascensão de uma nova classe social, a burguesia industrial.

O Brasil tinha aprofundado os laços com o mercado dos Estados Unidos, novo centro de vanguarda do sistema capitalista, baseado muito mais no capitalismo financeiro que industrial. Esse país já tinha se transformado no maior comprador de café do Brasil e fornecedor de derivados de petróleo, enquanto a Inglaterra continuou liderando o fornecimento de produtos industriais e de financiamentos ao Brasil[720].

Diante da contração do comércio internacional, nessa fase recessiva da economia capitalista, a oligarquia ligada ao setor agro-exportador, especialmente de café (São Paulo e Rio de Janeiro) e açúcar, entrou em crise. Em função disso, passou a buscar formas de sustentação da política de preços de seus produtos junto ao mercado, exigindo da União, empréstimos crescentes no estrangeiro, especialmente da Inglaterra. Por outro lado, forçou a abertura do mercado nacional aos produtos industriais, fruto de exigência dos financiadores ingleses. Nesse sentido, essa classe agro-exportadora contou com o apoio dos tradicionais comerciantes ligados à importação e exportação.

No entanto, tornaram-se atitudes contrárias aos interesses tanto dos empresários industriais emergentes, como dos latifundiários do setor de abastecimento do mercado interno, ambos voltados à valorização do mercado nacional[721], buscando "crescer para dentro"[722]. Estes contaram com adesão dos jovens oficiais militares dissidentes, de idéias

---

[719]Mais tarde, com a expansão das frentes pioneiras, os imigrantes foram submetidos à relações de trabalho, sob forma de colonato. Além de receber o salário e a casa para morar, foi permitido ao colono, o cultivo intercalar de cereais, para subsistência familiar, com a venda dos excedentes. A Primeira Guerra Mundial deflagrou a grande inversão econômico-social no estado de São Paulo. Ao mesmo tempo em que a queda das exportações de café foi empobrecendo fazendeiros, a alta dos cereais produzidos pelos colonos (arroz, feijão, entre outros) permitiu-lhes acumulação, com oportunidade de enriquecimento. Esses imigrantes puderam ascender à posição de pequenos proprietários rurais (sitiantes) e de pequenos empresários industriais. Já em 1935 as estatísticas oficiais apontavam 72,9% das indústrias brasileiras com origem não luso-brasileira (MAMIGONIAN, ibidem).

[720] A aliança com os Estados Unidos não trouxe grandes impecilhos ao processo industrial, visto que *"o poder no capitalismo americano era mantido pelo setor bancário, mais do que pelo industrial, ao contrário da Inglaterra onde os bancos subordinavam-se às indústrias"* (MAMIGONIAN, ibidem, p.37).

[721] Nesse contexto, a industrialização veio ao encontro ao interesse não só do dos industriais que puderam acelerar o processo, como da oligarquia rural regional voltada ao abastecimento do mercado interno. Foram as classes que lideraram a Aliança Liberal, apoiadas pelos oficiais militares (SKIDMORES, 1982, p.23) .

[722] O segmento industrial paulista, em franca expansão, viu-se na eminência de buscar autonomia em relação à classe de importadores comprometidos com os interesses do setor agro-exportador, dando origem à Federação Industrial do Estado de São Paulo- FIESP, em 1928. Esse segmento mostrava afinidades de interesses com a oligarquia ligada ao consumo interno (pecuaristas gaúchos, mineiros, nordestinos, cuiabanos), no sentido da valorização do mercado nacional (MAMIGONIAN, 1989). Defendiam uma forma centralizada de governo, na defesa dos interesses nacionais, valorizando a classe trabalhadora.

nacionalistas-desenvolvimentistas[723].

Desse modo, surgiu uma rachadura política dentro do Partido Republicano dos coronéis. Emergiu em São Paulo, em 1926, o Partido Democrático, rompendo com o hegemônico Partido Republicano Paulista-PRP[724], transformado, em 1945, em União Democrática Nacional-UDN. Esse congregou a oligarquia agro-exportadora em crise, apoiada pelos militares descontentes com os movimentos dos jovens tenentistas, e pela classe dos tradicionais comerciantes internacionais de importação.

A Federação de Indústrias de São Paulo- FIESP, por outro lado, em 1928, emergiu de dentro da antiga Associação Comercial e Industrial de São Paulo, rompendo com a classe de comerciantes importadores (Mamigonian, 1989), por quem os novos industriais se viram prejudicados. Junto dos aliados, constituíram, mais a tarde, o Partido Social Democrata-PSD.

Os coronéis pecuaristas do norte de Mato Grosso, interessados no abastecimento dos mercados paulistas, aliaram-se aos interesses dos novos industriais, adotando uma postura nacionalista-desenvolvimentista, com a intervenção do Estado e integração territorial[725].

Já as idéias da oligarquia exportadora, tiveram ressonâncias entre os latifundiários do sul do Mato Grosso, voltados basicamente ao atendimento do comércio de exportação, via bacia do Prata. As classes médias urbanas ligadas ao comércio, profissões liberais e burocracia também acabaram aderindo. Defenderam a reforma do sistema eleitoral, o livre-cambismo e as plenas liberdades civis. Esses segmentos sociais estiveram à frente do

---

Dentro das forças militares, emergiram os jovens oficiais, defensores de idéias similares às desses novos industriais e oligarcas.

[723] A principal preocupação desses segmentos da sociedade foi a "regeneração econômica" do país, a partir da modernização, via industrialização e integração nacional. De acordo com a ideologia desenvolvimentista, de sentimento anti-imperialista, a indústria aparecia como a via de superação do subdesenvolvimento nacional, e o Estado, o guardião dos interesses coletivos da nação e promotor da unificação nacional (BIELSCHOWSKI, 1996).

[724] O Partido Democrático, dos chamados constitucionalistas liberais, constituídos por cafeicultores decadentes, que chegaram a apoiar a Revolução de Outubro e se contrapor ao governo Júlio Prestes, rompeu com o governo provisório, em 1932, organizando a "Frente Única Paulista", que incluiu a "Liga de Defesa Paulista" e uma ala do PRP (SKIDMORES, 1982).

[725] Eram liderados, segundo a historiografia regional, por Antônio Francisco de Azeredo. Tiveram ainda expressão dessa coalisão, o presidente cuiabano General Dutra e Filinto Muller.

movimento constitucionalista, com ideais liberais clássicos, culminando com a Revolução de 32 em São Paulo[726].

Manifestou-se, na intelectualidade artística brasileira, um movimento de vanguarda, que culminou com a "Semana da Arte Moderna" em São Paulo, e no movimento de rebeldia promovido pelos jovens oficiais militares (tenentismo), ambos em 1922. Nesse rompimento, houve também a manifestação da arte inspirada nas profundezas do espírito, fertilizada principalmente pelo pensamento católico[727].

Em 1930, com o Estado Novo, ascendeu ao poder a segunda coalisão política, da linha desenvolvimentista, constituindo o "Pacto Populista" ligada aos bancos norte-americanos. Desse modo, assumiu o poder político, a já madura classe dos latifundiários, aliada da nova classe progressista e dissidente da classe dos comerciantes, a burguesia industrial (RANGEL, 1981).

Constituiu-se, a partir do novo pacto de poder, um Estado autoritário e controlador, tendo em vista os interesses globais[728] e, segundo Pereira (1998), um modelo de modernização pelo alto[729]. Com o avanço do processo industrial, as economias fortemente regionalizadas em torno de São Paulo, foram sendo integradas[730] ao novo polo industrial internalizado no Brasil[731].

---

[726] A liderança no sul de Mato Grosso foi iniciada pelo médico Vespasiano Martins (WEINGARTNER,1995), representante dos latifundiários do sul.

[727] O movimento antropofágico da chamada "corrente primitiva" do modernismo brasileiro, propôs a atitude brasileira de devoração ritual dos valores europeus e de superação da sociedade e regulações vigentes. Complementou esse movimento, aquele dos exaltadores do nacionalismo, numa visão ufanista em relação à nação brasileira, valorizando-se a terra, o homem, o folclore e os heróis da pátria. Também foi muito importante, a atuação dos grupos ligados à "corrente dinamista", em torno de Graça Aranha, inspirando suas teses no futurismo, no culto ao movimento, ao progresso material e à técnica.

[728] Iniciou-se um período populista de Estado, na forma do Estado Novo, segundo o qual a pobreza passou a ser concebida como obstáculo à modernização e à constituição da nacionalidade e o Estado Liberal como anacrônico, devendo a nação ser construída de forma racional, baseada no objetivismo tecnocrático. Isso significou a promoção da melhoria na capacidade produtiva, através da melhoria de suas condições de vida, com base num serviço de previdência e assistência social, além de uma política voltada à sua saúde, alimentação habitação e educação (GOMES, 1982, passim). As forças ligadas ao atraso foram identificadas como o domínio das oligarquias e a dominação estrangeira, que deveriam ser superadas.

[729] Esse modelo tem sido chamado por alguns teóricos de "via prussiana", por seguir o exemplo da Alemanha, Itália e Japão. Ocorreu, sob forte influência da oligarquia gaúcha, que esteve à frente dessa coligação (PEREIRA, 1997).

[730] Com um executivo fortalecido, fazendo uso freqüente de interventores militares em situação de rebeldia local, criando vários órgãos federais de intervenção, e ainda apelando para o sentimento mais alto do nacionalismo, o governo federal foi conseguindo superar as paixões regionais, de modo a minar os clãs políticos tradicionais. Em substituição, constituiu-se uma rede de alianças locais de orientação nacional (SKIDMORE, 1982, p. 60), sob o controle de uma administração centralizada na instância federal.

[731] O polo industrial, que estava do lado externo do Brasil, passou para o lado interno, fato que exigiu uma aproximação do polo financeiro norte-americano, novo centro dinâmico do sistema, para unir-se dialeticamente a ele, compondo uma nova dualidade, industrial/ financeiro (RANGEL, 1981, p.24).

A substituição de importações via industrialização foi colocada em marcha, já com um mínimo de planejamento, fazendo-se uso dos recursos nacionais e governamentais e de uma política protecionista de importação[732]. A União passou a atuar com intervenções diretas na economia, financiando a implantação de obras de infraestrutura (ferrovias, navegação, serviços públicos) e indústrias básicas, como o petróleo e o aço.

A partir de então, em São Paulo, a industrialização cresceu, expandindo-se para novos ramos da economia, de forma escalonada, gerando um ciclo interno próprio. Os ciclos internos passaram a ter duração média, praticamente decenal, comparados aos "ciclos de Juglar" (RANGEL, op.cit., p. 30). Os superlucros obtidos por grupos oligopolizados num setor passaram a ser reinvestidos no outro, através de medidas institucionais do Estado, quando o primeiro foi se deparando com limites de mercado. Os mecanismos criados para canalização de poupança para o outro setor exigido foram sendo operados por inércia até gerar novamente capacidade ociosa diante de novo limite de mercado.

Assim, conforme Rangel (1985), cada organização de um setor foi se dando através de um ciclo médio decenal, emergindo a crise nos momentos de transição de um setor para outro, construindo-se assim, todo o edifício industrial brasileiro, desde a indústria de bens de consumo não duráveis (têxtil, alimentar), passando pelos bens de consumo duráveis acabados (automóveis, eletrodomésticos), bens de equipamento (química e mecânica), até os bens de consumo duráveis intermédios (insumos industriais).

Vale esclarecer, que a industrialização brasileira, como se pode avaliar, ao contrário dos países europeus, não se deu por inovação agrícola numa situação de esgotamento de terras, mas com terras agrícolas ociosas ainda abundantes e um excedente de força de trabalho, promovendo a sua redistribuição[733]. Diante dessa nova realidade, as elites governantes, de visão nacionalista-desenvolvimentista, restringiram a entrada de imigrantes estrangeiros no país[734], para valorizar, o processo de colonização por brasileiros, conhecido

[732] A política de sustentação dos preços do café foi mantida, mas a renda auferida foi orientada para os interesses da economia nacional como um todo. Fêz-se mister criar ainda, uma espécie de segundo salário (encargos salariais), arrecadado pelo estado, retornando sob forma de subsídios ao empresário, visando baratear a aquisição dos bens de produção (equipamentos, máquinas), materiais que ainda necessitavam ser importados. O barateamento do capital a ser imobilizado tornou-se estratégico, no sentido de estimular a produção industrial do tipo intensiva (RANGEL, 1982).

[733] Assim, a ampliação da demanda de alimentos por parte da população urbana concentrada no Sudeste, a necessidade crescente de matéria-prima agrícola para o novo centro industrial e aquela de continuar exportando café para obtenção de divisas, tornaram fundamental a redistribuição regional da mão-de-obra disponível nas áreas antigas e sem dinamismo, para as terras agrícolas ociosas, de baixa densidade demográfica.

[734] A única presença imigrante que ainda foi significativa, na época, foi a dos japoneses (MONBEIG, 1984).

como a "Marcha para o Oeste".

A abertura de fronteiras de ocupação demográfica e econômica no território nacional, articulando-as ao centro dinâmico industrial dentro do país, deu-se, não só por ocupação de novas terras, como também através da intensificação e diversificação da ocupação no interior das fazendas de café já constituídas anteriormente[735]. Portanto, o avanço da faixa de cultivo e criação no território nacional, ou seja, da fronteira agrícola, significou não só a expansão sucessiva na incorporação de espaços novos, como também dos interstícios das áreas mais antigas[736], onde se promoveu a diversificação e inovação técnica da produção.

A "fronteira agrícola" [737] paulista, nessa fase, avançou sobre novas propriedades até o norte do Paraná. Deu-se por um processo de ocupação seletiva das terras, por iniciativa de empresas particulares e mediante incentivos governamentais.

Desse modo, passaram a redirecionar para esses novos territórios inexplorados ou pouco explorados, o excedente de trabalho, ao mesmo tempo, estabelecendo a sua ligação com o centro de dinamismo industrial, através dos canais de transporte e comunicação, anteriormente planejados. O processo de integração territorial revestiu-se, sobretudo, de um caráter de incorporação à uma divisão nacional de trabalho em processo, em

---

[735] Assim, tratou-se de um tipo de expansão, abrindo fronteiras de ocupação não só em terras novas, como dentro de regiões de povoamento mais antigo articuladas ao centro dinâmico industrial dentro do país. A abundância de terras e o excedente de trabalho permitiram o aumento da produção voltada ao mercado nacional, em novas áreas de produção, sem necessidade de se elevar a produtividade. Desse modo, o novo modelo industrial por substituição de importações, foi bem sucedido, sem necessitar de uma anterior Revolução Agrícola, ou mesmo reforma agrária, para se desenvolver, em sua forma clássica. As fazendas de café abertas na fase anterior, conforme nos coloca Monbeig (1984) foram parceladas em lotes menores e colocadas à venda pelos seus proprietários, ou nelas foram intensificadas a ocupação, com a participação de parceiros e rendeiros.

[736] Desse modo, a expansão das novas propriedades de cultivo de café em São Paulo continuou ainda nessa fase, avançando em direção às áreas de diabásio e do Arenito Botucatu (MONBEIG, 1984, p. 261) extrapolando os limites do Estado, em direção ao norte do Paraná. No entanto, duas alterações foram introduzidas no modelo de expansão: a fragmentação das grandes propriedades, por iniciativa dos próprios fazendeiros, complementada por empresas de especulação, durante a crise de preços do café, levando ao surgimento da pequena produção familiar, ao lado da tradicional fazenda e, a intensificação da ocupação interna da fazenda com diversificação da produção agrícola e a engorda de gado.

[737] Frederick Jackson Turner (1920), ao estudar desde o século XIX, a última fase do expansionismo americano em direção ao extremo-oeste, também percebeu uma fronteira em movimento através do povoamento e colonização, uma "fronteira pioneira" ou uma "frente pioneira", que ele chamou de *frontier*. Percebendo o Estado como um organismo, Turner concebeu para o Estado nacional americano, a existência de "espaços vazios" de densidade demográfica, com a função de serem povoados no sentido de permitir o avanço da fronteira. Assim, a fronteira pioneira seria um processo histórico de ocupação de terras, como fruto da expansão da economia nacional no espaço. Esse processo de avanço no espaço, ocupando as zonas fronteiriças "vazias", aparecia para Turner, como um "Estado de espírito", próprio de homens "pioneiros" que emergiam diante dessa situação. Esse avanço da fronteira sobre "terras livres" do Estado-nação de grandes dimensões territoriais, como foi concebido, implicava em alguns outros processos, como o da modernização, avançando sempre para um estágio mais avançado da evolução social, o da atração de um fluxo migratório e o do desenvolvimento da pequena propriedade autônoma. A expansão do povoamento brasileiro para o oeste e norte, foi estudada, nas suas várias fases por alguns autores, com base no conceito de "frente pioneira" de Turner.A esse propósito, ler a própria obra de Turner, publicada em 1985 "The frontier in American history".

função do novo polo industrial instalado e em fase de estruturação. Este se deu por meio de um processo de colonização orientada, em grande parte, pelas companhias privadas de colonização, mediante incentivos creditícios do Estado, com a participação principalmente de ex-colonos italianos, imigrantes japoneses e migrantes nordestinos (MONBEIG, 1984). Portanto, as novas áreas de cultivo funcionaram como atrativos para a mobilização expontânea do excedente de força de trabalho de áreas nacionais de antigo povoamento e cultivo, assim como de alguns novos imigrantes, em função do atendimento ao mercado nacional e internacional.

Por outro lado, a formação de um mercado nacional, resultante da lógica industrial predominante, requereu esforços de planejamento territorial, por parte do próprio Estado, no sentido do equipamento do território, com infraestrutura básica de circulação e serviços públicos próprios da modernidade (ferrovias, navegação), ou seja, ampliando e modernizando as rotas de circulação e integração territorial.

O impulso à vida de relações na nova rede de circulação teve como suporte, as cidades, dotadas de serviços urbanos considerados básicos (educação, saúde e casa própria) para a melhoria do padrão social da população. Nesse sentido, os planos surgiram, como forma de intervenção urbana, voltados à reprodução de morfologias progressistas, higiênicas e funcionais, eficazes para a circulação de automóveis, numa perspectiva da vida urbana moderna dos países industriais. Esse foi considerado um período de dinamização do processo de urbanização nacional[738]

5.2.4 "Fronteira em expansão" e a nacionalização da faixa fronteiriça

Sob ideais nacionalistas-desenvolvimentistas, tendo como suporte as idéias ratzelianas de "espaço vital"[739], disseminadas no Brasil, principalmente pelo professor

[738] Cf Santos (1993), se em 1920, a participação da população urbana no país era de apenas 10%, já nos anos de 1940 e 1950, tinha saltado respectivamente para 31% e 34%, surgindo as cidades médias, onde se incluíam as capitais de Estado. Nesse conjunto, destacavam-se, além do Sudeste (39%), o Norte e o Sul (28%), só então se destacando o Nordeste (23%) e o Centro Oeste (22%).

[739] Segundo as teorias de Ratzel, com base nas leis gerais da geopolítica (vontade ou força, equilíbrio dinâmico, fricção e pressão), a localização das fronteiras seria um ato de vontade de dois confrontantes ou de força de um só deles ou de terceiros, não sendo estável, mas exprimindo um equilíbrio dinâmico resultante dos confrontos. A faixa fronteiriça foi vista como zona de atritos (fricções) entre os confrontantes, sendo a pressão exercida na fronteira, função da vitalidade e dos elementos de força dos Estados confrontantes (SOUZA JÜNIOR, 1954, pp. 119-120).

Everardo Backheuser[740], os territórios fronteiriços passaram a ser percebidos como espaços suscetíveis de avanço de nações vizinhas com maior vitalidade e dinamismo. Diante disso, a mentalidade anterior de limites fronteiriços, como linha, foi sendo substituída por aquela de faixa fronteiriça[741], interpretando-se o território fronteiriço, como fonte de recursos econômicos e de confrontos. Essa nova percepção de fronteira foi institucionalizada nas constituições de 1934 e 1937 [742].

Assim, com objetivo de garantir a segurança nacional, na faixa fronteiriça federalizada, de 150 quilômetros, áreas ainda isoladas e fracamente povoadas, a União passou a nacionalizar as propriedades estrangeiras e intensificar a política de colonização proposta na fase anterior, mas desta vez, com a valorização do colono brasileiro (Figura 26).

A colonização foi sendo orientada para as principais vias de comunicação, obedecendo-se os critérios já estabelecidos na política colonizadora da fase anterior (Lei de colonização de 1907). Nas áreas de maior fricção fronteiriça, foram implantados os territórios federais[743], áreas de intervenção direta da União.

No tocante à segurança militar de fronteira, sob a égide de Calógeras, adepto das idéias de Travassos e Backheuser[744], inaugurou-se a era dos quartéis. A localização nodal

---

[740] O professor Backheuser chamava atenção para o abandono das fronteiras brasileiras, em relação à vitalidade da fronteira apresentada pelo lado boliviano, pelas questões relativas ao Acre. Além disso, suas vias de comunicação em direção ao mar, estavam se orientando para Arica no Chile e Buenos Aires. Alertava, portanto, para a possibilidade da captura dos fluxos bolivianos pelas terras do Brasil (ferrovias Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil). Também mostrava a menor vitalidade da fronteira, do lado brasileiro em relação ao paraguaio, a partir do forte Coimbra, depois de extinto o território de Ponta Porã, devido ao comércio de erva-mate enviado para a Argentina. Essa maior vitalidade podia ser evidenciada pela infiltração da língua castelhana e guarani do lado brasileiro. Portanto, Backheuser chamava a atenção, para a necessidade de vivicação da faixa fronteiriça brasileira junto à Bolívia e ao Paraguai. Ela seria possível com uma política de fronteiras. A vida à fronteira poderia ser dada pelo "povoamento produtivo", com núcleos industriais convenientemente espaçados e com o lançamento e intensificação das vias de comunicação terrestres e fluviais, principalmente aéreas. Desse modo, foi-se consolidando a "marcha para o oeste" (SOUZA JÚNIOR, ibidem, p.123-124).

[741] Os locais de instabilidade e de incertezas com relação às linhas de fronteira, foram chamadas pelos alemães de "região de fronteira" (MARTIN, 1994) e pelos espanhóis de "raya" (DIEGUES, 1997).

[742] O artigo 166 da CF de 1934 estabeleceu a faixa fronteiriça terrestre de 100 quilômetros para fins de contrôle da concessão de terras a estrangeiros. Já a CF de 1937, ampliou a extensão da faixa, no artigo 165, para 150 quilômetros, mantida pela CF de 1988, no artigo 20. Diante da guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia, as fronteiras fluviais foram guarnecidas de aviões de guerra e, em 1932, foi inaugurada a linha do correio aéreo para o estado (BENEVIDES e LEONZO, 1999, p. 4).

[743] Foram criados 5 territórios: Amapá, Roraima, Rondônia, Ponta Porã e Iguaçu.

[744] Parte do discurso de Calógeras, na época Ministro da Guerra, na Câmara Municipal de Campo Grande, em 1922 : "*Este extraordinário Planalto do Amambai, esta avançada do território pátrio para o Paraguai, para um mundo de influências platinas, constitui um importante problema nacional. Divisão de terras, navegação, abertura de portos, localização de estradas, assento de povoações, pecuárias, transportes, escolas, são problemas federais e cabe à União a direção de tudo,*

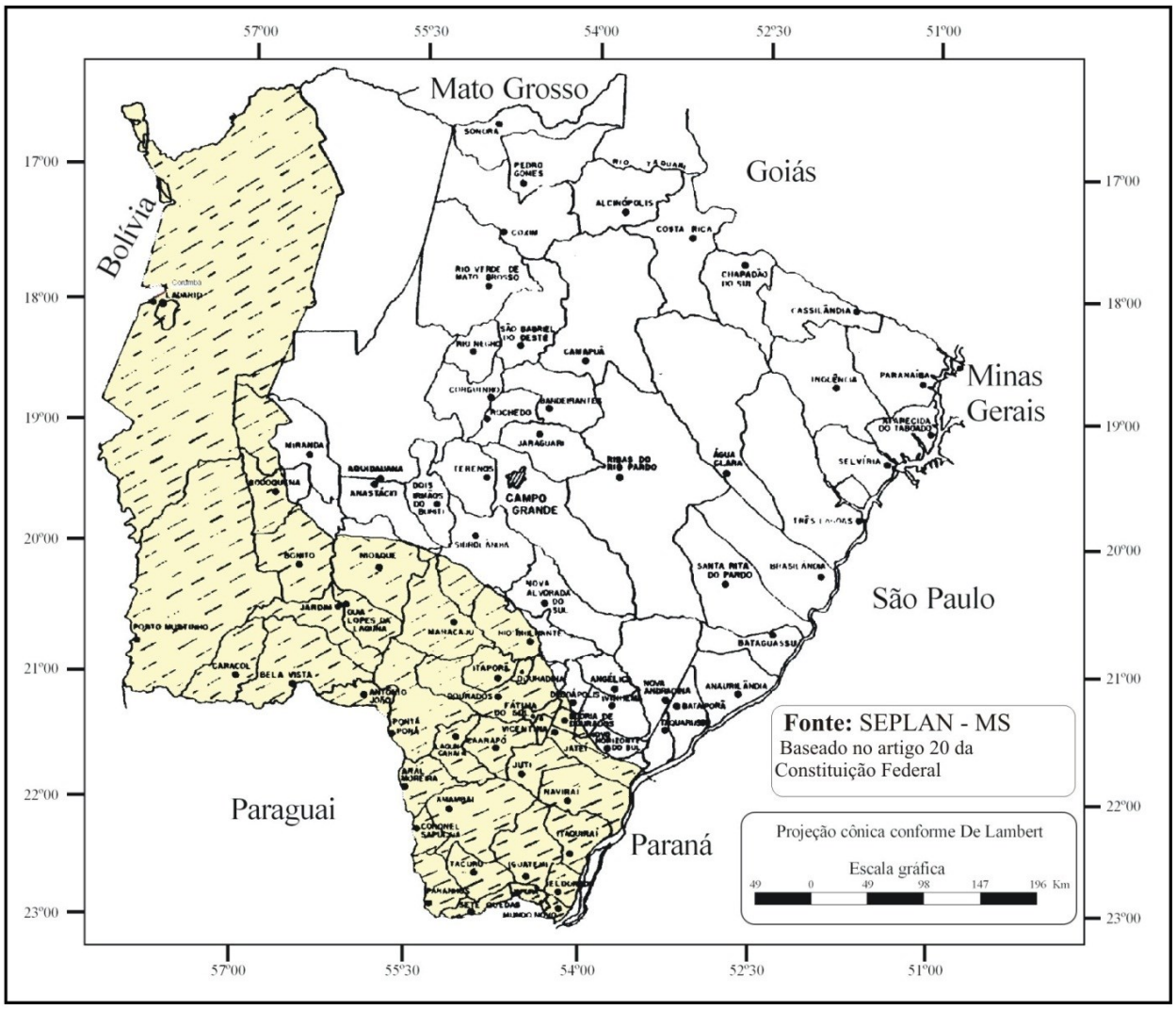


FIGURA 26 - FAIXA DE FRONTEIRA NO MATO GROSSO DO SUL

nesta parte do Brasil.À organização militar sucederão outras medidas assecuratórias, formando o verdadeiro domínio brasileiro nestas terras novas, encontrando-se a nossa influência moral com o impulso civilizador que sobe o grande vale do Prata (MELO E SILVA, 1989, p.111).

e estratégica de Campo Grande nas vias de circulação e a equidistância da cidade frentre às duas linhas de fronteira foram fundamentais para que a cidade fosse eleita, em 1921, para receber o Comando da 1º Circunscrição Militar do Exército[745], este deslocado de Corumbá, no contrôle das duas faixas de fronteira (Bolívia e Paraguai). A partir de então, iniciou-se a construção do quartel-general, enquanto vários outros quartéis hierarquicamente subordinados a Campo Grande, foram distribuídos nas áreas vizinhas, interligando-se pelas principais vias de circulação[746].

No Mato Grosso, a preocupação política com as áreas fronteiriças deu-se principalmente através de Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 1922, representante dos latifundiários do Norte do Estado, que fundara o Partido Republicano Matogrossense (depois PSD[747]), combatendo a presença do domínio argentino no extremo sul do Estado e defendendo o assentamento das famílias gaúchas ali instaladas[748]. Ela continuou através dos sucessivos políticos do PSD na liderança do governo[749].

No entanto, no sul do Estado, havia um grande número de adeptos às idéias liberais e descentralizadoras, entre a classe média emergente[750] e os fazendeiros e pequenos

---

[745] Com a passagem da ferrovia, Campo Grande, mantendo equidistância entre as duas fronteiras (Paraguai e Bolívia), ganhou situação estratégico-militar.

[746] Esse processo levou em conta a construção, além do "Quartel General" para o comando do sul do estado, do Regimento de Artilharia Mixta, do 18º Batalhão de Caçadores e do Hospital Militar. A partir de 1946, o Brasil passou a constituir também, as "Forças Armadas Brasileiras" do Exército, Marinha e Aeronáutica. Estas ganharam missões específicas e dotaram o país de uma nova estrutura em sua organização territorial, visando a segurança nacional. Além disso, foram construídos o Quartel do 6º Batalhão de Engenharia em Aquidauana, o Quartel do 11º Regimento de Cavalaria Independente de Ponta Porã. Também se deu na década de 20, a reforma e construção de novos pavilhões do quartel do 10º Regimento de Cavalaria Independente de Bela Vista (GUIMARÃES, 1999, p. 258-259).

[747] Transformou-se em PSD, em 1946, partido fundado por Eurico Gaspar Dutra, ficando sob a liderança regional de Filinto Múller.

[748] Buscou ainda intervir em alguns focos já existentes, de conflitos de terras entre coronéis, preparando e enviando agrimensores técnicos para demarcação das terras e, por outro lado, promovendo as primeiras iniciativas de colonização agrícola em áreas férteis junto à ferrovia e proximidades de Campo Grande (RIBEIRO, 1993).

[749] Para esse fim, em 1947, foi criado e sediado em Campo Grande, a "Delegacia Especial de Terras e Colonização" e em 1949, foi estabelecido um "Código de Terras", em nível estadual. Em 1948, através do serviços desse órgão, o governo estadual implantou a colônia agrícola da Bodoquena no município de Miranda (hoje Bodoquena), com 40.000 hectares, com 859 lotes de 35 hectares cada um. Em 1949, foi criada a colônia agrícola "Marechal Dutra" no município de Ponta Porã, hoje Aral Moreira, com 12.000 hectares (Idem, 1993).

[750] Destacaram-se aí a presença já significativa nas cidades, de filhos de fazendeiros e forasteiros com cursos universitários, exercendo profissões liberais, além de comerciantes ligados à importação e/ou exportação.

produtores gaúchos com interesses no mercado platino, irmanados com os interesses dos paulistas exportadores de café. Aglutinaram-se em torno da UDN, apoiando a Revolução Constitucionalista de 1932, de modo a tornar esse partido muito expressivo nas terras do Mato Grosso do Sul. Contrapunham-se às idéias da oligarquia cuiabana e lutavam pela autonomia territorial.

Os comandantes militares até a emergência do Estado Novo, foram, principalmente, aqueles remanescentes, de idéias autonomistas e comprometidos com a dívida dos quartéis em relação à empresa monopolista ervateira, ocupando-se, antes de tudo, da repressão às sublevações dos tenentes e aliando-se aos civis[751] componentes das forças legalistas da UDN. Em 1934, o poder de comando militar de Campo Grande foi ampliado, com a implantação da 9º Região Militar do Exército, cuja área de influência passou a abranger todo estado do Mato Grosso.

Durante a ditadura Vargas, de 1937 a 1945, foi o governo do interventor Julio Strubing Müller, do PSD cuiabano quem iniciou de fato, os princípios dominantes do Estado Novo[752]. O governo federal incentivou a presença de empresas colonizadoras nacionais, na implantação de colônias agrícolas e criou pressões sob forma de lei, no sentido de tornar os latifúndios existentes nacionalizados e mais produtivos[753].

A intervenção do governo do Mato Grosso deu-se no sentido da implantação de vias de circulação, ligando áreas de interesse estratégico e fortalecendo a acessibilidade a Cuiabá. Procurou incentivar a mobilização do excedente de trabalho de regiões de antigo povoamento, como do Nordeste do país, para as chamadas "colônias agrícolas", com base no

---

[751] Bertoldo Klinger, militar que liderou nacionalmente as forças de repressão ao tenentismo, era, na época, comandante da Circunscrição Militar do sul do estado. Nessa oportunidade, aliou-se aos segmentos legalistas do sul de Mato Grosso, sob a liderança de Vespasiano Martins, e aos paulistas constitucionalistas, proclamando a independência territorial em relação ao norte do estado, em 1932, sob o nome de estado de Maracaju, atendendo aos anseios de independência dos liberais constitucionalistas sul-matogrossenses (WEINGARTNER, 1995). Esse movimento, no entanto, foi sufocado pelas forças nortistas. Os movimentos tenentistas dentro dos quartéis e destacamentos militares do sul do estado foram, já no início (1922), energicamente reprimidos, com ajuda da guarda policial da Mate-Laranjeira (CARONE, 1978, p.42). A mesma companhia ficou encarregada de financiar as obras de construção dos quartéis de Ponta Porã e Campo Grande, fiscalizando, durante esse tempo, as ações dos militares. Assim, também o movimento de Isidoro Dias Lopes em 1924, continuado pela Coluna Prestes, passando por Dourados e as terras da Mate-Laranjeira em 1925 sofreu ataques das forças policiais dessa empresa, sendo controlado pelo major Bertoldo Klinger nas cabeceiras do rio Camapuã (WEINGARTNER, op.cit., p.76).

[752] Foi considerado, evidentemente, autocrático e impopular, junto ao segmento dos coronéis do sul do Estado. Procurou dar impulso à consolidação da rodovia Cuiabá/Campo Grande. Deu início a obras importantes com relação à educação popular e à política de implantação das colônias agrícolas com migrantes nacionais. A esse propósito ver Martins (1980) e Ribeiro (1993).

[753] A lei federal nº 336 de 6/12/1949 propôs uma política de parcelamento das terras não exploradas economicamente, tanto pela venda, como pelo arrendamento.

modelo das pequenas produções familiares de subsistência, agrupadas em pequenas comunidades[754]. Tratou-se, portanto, de um processo de colonização fronteiriça, com base na produção não-capitalista, caracterizando o desenvolvimento do que a literatura convencionou chamar de "fronteira em expansão"[755].

Em meados da década de 40, o processo da chamada "Marcha para o Oeste" adquiriu contornos, com a valorização das áreas interioranas, por incentivos do governo tanto na instância federal[756], como estadual e municipal[757].

No conjunto de transformações ligadas à infraestrutura, continuou tendo um papel importante, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como a principal catalizadora do crescimento econômico e populacional[758]. Tinha possibilitado uma forte expansão da atividade pecuária na sua área de influência, chegando a transformar o Mato Grosso no quarto estado brasileiro criador de bovinos.

Com o eixo econômico deslocado para o sul do Mato Grosso, o norte do Estado ficou num relativo estado de abandono até o final desse período, vivendo à base do

---

[754] Nesse caso, ao governo estadual e mesmo municipal foi permitido conceder terras nessa faixa, na forma de núcleos coloniais do estado, desde que não excedessem dois mil hectares. Esses atos deveriam ser revistos e ratificadas pela "Comissão Especial da Faixa de Fronteira", criada em 1939 e ligada ao Conselho Superior Nacional (RIBEIRO, 1993). Esse tipo de modelo, pela sua capacidade de auto-subsistência, de autarcia, ainda se mostrou como o mais eficaz em áreas periféricas ainda não integradas ao centro dinâmico da economia nacional, portanto sem mercado, e sem infraestrutura básica. No entanto, esse campesinato com suporte na posse da terra, foi orientado a se assentar próximo aos centros urbanos com maior adensamento, visando o seu abastecimento com os excedentes ocasionais.

[755] A "fronteira em expansão" foi caracterizada como um primeiro estádio de expansão da fronteira agrícola, explicada por alguns como o espaço onde a fronteira demográfica moveu-se adiante da fronteira econômica. No entanto, existe um outro segmento intelectual que interpreta esse modelo como "economia de excedentes". Os seus participantes viveriam de excedentes econômicos colocados no mercado, normalmente em terras devolutas. Aparece no momento em que o fator trabalho excede as necessidades de subsistência e há mercado ocasional para o comércio de produtos excedentes (FOWERAKER, 1982, p. 64).

[756] A ação federal deu-se através da "Fundação Brasil Central", órgão autárquico, criado em 1943. Promoveu expedições de reconhecimento e exploração tanto das terras matogrossenses como goianas, vindo se somar aos trabalhos do Serviço de Proteção ao Índio (DUTRA, 1996). Em 1940, elaborou-se o decreto-lei 2.436, nacionalizador das fronteiras. O artigo 129 da CF de 1934 rezava sobre o respeito à posse de terras dos silvícolas.

[757] A política de Estado foi, a de garantir maior acessibilidade territorial, por força das inovações introduzidas na técnica dos transportes e comunicações, tornando mais habitável os espaços percebidos como "vazios" fronteiriços, de modo a direcionar o movimento espontâneo do excedente de mão-de-obra nacional, de regiões de antigo povoamento para essa novas áreas, atribuindo significação agrícola em lugares de solos mais férteis e valorizando os recursos tradicionalmente já existentes (gado, a erva-mate e outros recursos naturais), também intervindo para garantir mercados consumidores a essas novas produções. Ao mesmo tempo, por considerar a faixa fronteiriça como área de segurança nacional, a presença do empreendimento estrangeiro passou a ser visto como ameaça.

[758] Dotada de simbolismos ligados à modernidade, tornou-se, de fato um tentáculo importante ligado ao centro dinâmico industrial instalado em São Paulo, promovendo a dinamização do sul do estado, que já passou a concentrar, segundo os censos do IBGE, em 1940, 55% da população total e 62,4% da população urbana de todo o estado de Mato Grosso.

extrativismo vegetal e mineral[759]. Desse modo, a sua ligação com o eixo ferroviário do sul do Estado passou a ser vital para a sobrevivência da população, tendo sido iniciada em 1926[760].

Foi exatamente ao longo da faixa marginal da ferrovia Noroeste do Brasil e da rodovia Campo Grande-Cuiabá, que o governo do Estado, propôs a política de estabelecimento de colônias agrícolas, selecionando áreas agricultáveis para esse fim, de modo a direcionar os excedentes agrícolas ocasionais para os núcleos urbanos implantados.

Ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, surgiram as colônias agrícolas de Terenos em 1924[761], de Barrinha do Rio Pardo em 1926[762]. Em 1938, o governador Júlio Müller também acompanhou e autorizou instalação da Colônia Agrícola de Piraputanga[763]. Também, ao longo da rodovia Campo Grande-Cuiabá, surgiu em 1926, a "Colônia Bandeirantes" e, em 1939, por iniciativa de um pequeno grupo de colonizadores nordestinos, foram demarcadas as terras para a criação do Patrimônio de Rio Verde, à margem direita do rio.

---

[759]Apesar da função administrativa, Cuiabá permanecia isolada territorialmente, tendo como principal via de acesso, o rio Cuiabá, aonde chegavam apenas embarcações de pequeno calado. Apenas a região do Alto-Araguaia mostrava algum dinamismo. No norte do Estado, a região do Alto-Araguaia mostrou certo dinamismo com a retomada da exploração diamantífera por migrantes deslocados especialmente do Nordeste, levando o governo estadual, com ajuda federal, a efetivar a ligação rodoviária dessas duas regiões com Cuiabá. A importância da rodovia ligando Cuiabá ao Alto Araguaia, foi o fato dessa abertura, ter permitido, ainda nessa fase, a sua continuação até a capital paulista, consolidando também a ligação da região cuiabana com o centro dinâmico nacional, passando por Goiás, Triângulo Mineiro, São José do Rio Preto, ou Barretos, e daí São Paulo, a BR-364 (RIBEIRO, 1993).

[760]As providências do Estado (União e governo do Mato Grosso), no sentido da ligação rodoviária entre Cuiabá e Campo Grande já havia, de certa forma, sido facilitadas, por iniciativas regionais anteriores, de interesses municipais, no sentido de integrar Coxim a Campo Grande. Em 1926, através de um convênio estabelecido entre as Prefeituras desses dois municípios, surgiu a primeira iniciativa oficial de construção da rodovia, anexando o circuito de mercadorias que acessavam Coxim ao eixo de circulação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Idem, ibidem).

[761]Ao longo da ferrovia, a prioridade foi dada inicialmente às terras férteis de Terenos (incluída no município de Campo Grande), visando estabelecer-se ali uma produção, voltada principalmente ao abastecimento do mercado urbano de Campo Grande, em ascensão. Assinou-se contrato com a Empresa colonizadora alemã H. Hacker, a quem foram doadas terras devolutas para constituir a Colônia de Terenos. O insucesso dessa empreitada levou o governo do estado a declarar sem efeito o contrato lavrado em 1924, iniciando ali um processo de colônia oficial, a primeira experiência desse tipo em Mato Grosso, com a direção confiada ao governo municipal de Campo Grande. Já em 1924, chegou o primeiro grupo de colonos alemães, seguidos dos búlgaros, poloneses, suíços, espanhóis e japoneses, recebendo auxílio financeiro do estado. Os excedentes agrícolas dos colonos foram planejados para serem escoados pelo trem, até Campo Grande e núcleos urbanos ao longo da ferrovia (COSTA, 1998). Em Campo Grande, o prefeito municipal institucionalizou a prática da "feira livre" e criou um "Horto Municipal" para o preparo das mudas de hortícolas, destinadas a dar suporte aos colonos (RIBEIRO, 1993).

[762] Aí foi incentivada a experiência do arroz irrigado, visando o consumo da população dos centros urbanos ao longo da ferrovia (RIBEIRO, 1993).

[763] A detecção de veios diamantíferos dos patamares existentes entre o Rebordo da Bacia do Paraná e o Pantanal, junto à serra de Maracaju e serra Aquidauana (Palmeiras, Camisão, Piraputanga), atraiu um grupo de nordestinos, que se organizaram para ocupar a antiga fazenda Palmar, que se encontrava abandonada pelos herdeiros, obtendo a desapropriação de 3.000 hectares para a instalação da "Colônia Agrícola de Piraputanga", oficializada em 1946, no governo Dutra (MARTINS, 1980).

Com o fim da ditadura Vargas e a volta do país à constitucionalidade, em 1946, a mesma política foi continuada[764] pelo governador eleito do PSD, Arnaldo Estevão de Figueiredo, discípulo político de Pedro Celestino Correa da Costa, junto à recém-implantada BR-163[765], com a implantação das colônias agrícolas de Bodoquena[766], Marechal Dutra[767], Rondonópolis e Jaciara[768], e na década de 50, por Fernando Correa da Costa[769], filho de Pedro Celestino.

Paralelamente à ação direta do governo estadual, surgiram, por incentivo do Estado, empreendimentos de empresas colonizadoras nacionais, criando os chamados "núcleos populacionais"[770].

A partir da década de 40, a ação da União ao longo da ferrovia, deu-se com relação à nacionalização dos grandes empreendimentos latifundiários ali existentes. De acordo com a Constituição Federal de 1946, as concessões do governo federal, só puderam ser autorizadas a brasileiros e sociedades organizadas no país[771].

---

[764] A partir de 1949, passou-se a contar com um importante instrumento jurídico nesse sentido, o Código de Terras. No governo Dutra (1947-50) iniciara-se a chamada "oposição cordial" da UDN ao governo federal, quando PSD e UDN formaram alianças, com a intenção de formar uma barreira conservadora à liberdade de movimentos dos trabalhadores. Estabeleceu-se, portanto, em 1947, o "pacto conservador de poder" (BIELCHOWSKI, 1996).

[765] Foi no período de 1947-50, durante a gestão de Arnaldo Figueiredo, com o cuiabano Eurico Dutra na presidência nacional, que se conseguiu, finalmente, dar início à construção da BR-163, de Rondonópolis a Campo Grande, da mesma maneira, incentivando-se a colonização ao longo da estrada, quando surgiram Rondonópolis e Jaciara.

[766] Foi iniciada em 1948, com um lote de 30.000 hectares, ampliado no mesmo ano para 40.000 hectares. Em 1960, ganhou mais 1.160 hectares (RIBEIRO, op. cit.).

[767] Foi criada em 1949, depois de vencido o contrato com a Empresa Mate-Laranjeira, fazendo parte do movimento de reincorporação e nacionalização das terras devolutas. Tratava-se de uma das áreas localizadas no então município fronteiriço de Ponta Porã, de grande importância na exploração da erva-mate, junto a uma das saídas para o porto de Concepción. Foram reservados 12.000 hectares, mas a colônia foi implantada em apenas 9.116 hectares. A área, hoje, pertence ao município de Aral Moreira (Idem, 1993).

[768] No primeiro caso, não se tratou de uma colônia formal, apenas foram reservadas pelo governo 10.000 hectares de terras devolutas no entorno da cidade, para assentar os sem-terra que afluíam para o estado, oriundos de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, identificados pela Companhia de Estrada de Rodagem. Já no caso de Jaciara, a colonização foi entregue a uma empresa particular paulista, que adquiriu terras devolutas do governo ao longo da estrada, revendendo-as aos interessados (Idem, ibidem).

[769] Filho de Pedro Celestino, Fernando Correa da Costa exerceu cargos durante a fase de coligação PSD-UDN. Foi adepto do Partido da UDN, mas apoiado pelo PSD, na sua primeira candidatura. Manteve muito da política nacionalista-desenvolvimentista nos seus dois governos, com posse em 1951 e 1961.

[770] Adquiriam áreas de até 200.000 hectares, realizando assentamentos, com prévia aprovação e sendo fiscalizadas pela Delegacia Especial de Terras e Colonização, criada em 1947, comprometendo-se a levar os serviços básicos de educação, saúde, segurança, encampando e conservando estradas de acesso aos núcleos de assentamento (RIBEIRO, 1993).

[771] Assim, as terras sul-matogrossenses dentro da faixa fronteiriça e ao longo da ferrovia, outrora entregues a empresas estrangeiras, foram sendo repassadas à "Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional". A firma inglesa *The Brazil Land Cattle and Packing Company* que contava com mais de dois milhões e oitocentos mil hectares passou pelo efeito da ação nacionalizadora do governo, sendo incorporada pela Superintendência das Empresas Incorporadas

No tocante, à área da faixa fronteiriça, consideradas mais críticas, do ponto de vista da presença estrangeira, houve uma intervenção direta da União, com a criação de territórios federais.

No caso do atual Mato Grosso do Sul, a área mais crítica da fronteira foi considerada aquela, onde se dava o monopólio da Mate-Laranjeira. Aí foi criado pelo governo federal, ainda na gestão estadual de Júlio Müller, o Território Federal de Ponta Porã, em 1943[772]. Nesse território e no mesmo ano, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados[773].

Cumprida sua função, o território federal foi extinto em 1946, sendo reincorporado ao estado do Mato Grosso em 1947, pelo presidente cuiabano Eurico Gaspar Dutra[774], dadas as pressões da oligarquia estadual do PSD, preocupadas com a reintegração territorial do sul[775].

5.2.5 Papel de Campo Grande na rede urbana em formação

Campo Grande, como centro aero-rodo-ferroviário e entreposto comercial de maior importância no estado do Mato Grosso, tornou-se o polo mais significativo em

---

ao Patrimônio Nacional e colocadas à venda. Desse modo, as terras foram fragmentadas entre vários compradores (DUTRA, 1996).

[772] A instalação do Território Federal de Ponta Porã, incluindo os municípios de Ponta Porã, Dourados, Maracaju, Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda e Nioaque, foi recebida no sul como a fase preparatória da autonomização política em relação norte, iniciando-se a luta pelo fim do território federal e transformação em estado independente. Por outro lado, a criação do território federal, até certo ponto, também veio esvaziar o movimento autonomista dos latifundiários do sul do Estado, na medida em que atendia às reivindicações colocadas no memorial da Liga Sul Matogrossense de 1934, ou seja, a de *"...pleitear a criação de um Território Federal, ou Estado Autônomo..."*.

[773] Foi reservada para esse fim, uma área de 300.000 hectares, com recursos federais, esta só demarcada em 1948 pelo governo estadual de Arnaldo Figueiredo. Com a extinção do território federal e a separação anterior de Dourados e Ponta Porã, no mesmo ano de 1946, três anos após a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, os 50.000 hectares entre os rios Brilhante e Panambi, já reservados pelo governo estadual de Pedro Celestino da Costa em 1923, para assentamentos dos gaúchos, transformou-se na Colônia Agrícola Municipal de Dourados (hoje município de Itaporã), por iniciativa do Município (RIBEIRO, op.cit.).

[774] O cuiabano Eurico Gaspar Dutra conhecia bem Ponta Porã, já que tinha sido isolado nessa área, durante a Revolução de 30, quando apoiou o presidente Washington Luís. No entanto, quando assumiu a presidência, era do PSD- Partido Social Democrata, sob a liderança de Vargas. Antes da presidência, esteve no Ministério da Guerra, desde 1936, portanto, acompanhando o processo de implantação dos quartéis e a política de Newton Cavalcanti, junto a Campo Grande.

[775] Terminado o contrato da empresa em 1947, foram anulados os seus direitos sobre o território, liberando-se as terras para o governo federal, sob forma de reincorporação ao patrimônio público (FOWERAKER, 1982).. A partir de então, a Mate-Laranjeira suspendeu os serviços de exportação e navegação fluvial nos rios da bacia do Paraná até o porto Guaíra (RIBEIRO, op.cit).

termos também de centro de comando militar[776], com maior adensamento populacional e infra-estrutura de comércio e serviços.

Até 1950, sua órbita de influência econômica já tinha atingido Cuiabá, Dourados e Nioaque. Segundo Cardoso (1989, p. 208), já exercia, nessa época, o papel de capital regional, capturando uma função que vinha sendo exercida, até então, por Corumbá.

Os centros urbanos mais significativos, expandidos em torno das vias principais de circulação, em especial da ferrovia, exercendo o papel de escoadouros de gado, acabaram sendo os mais relevantes, também na função de distribuição e consumo de produtos industrializados. Assim, tornaram-se pontos nevrálgicos ao longo da ferrovia, além de Campo Grande, exercendo o papel de cidades-estação, Aquidauana, Miranda e Três Lagoas[777], em relação a uma malha alimentadora de vias fluviais, estradas boiadeiras e carreteiras.

A função comercial de Corumbá, por outro lado, a partir da década de 20, foi perdendo projeção regional. A extração mineral (manganês e ferro) também não chegou a se efetivar, embora nesse sentido, recebesse a interferência da União[778]. Tendo em vista a concorrência direta da polarização de São Paulo, via trilhos da Estrada de ferro Noroeste do Brasil, sua centralidade foi de fato abalada, principalmente, porque nesse período, os mesmos

---

[776] Em 1920, o município contava com 21.360 habitantes, de acordo com Costa Marques, chegando a apresentar uma população urbana de cerca de 12.000 habitantes em 1930. Em 1940, pelo Censo do IBGE, essa população urbana tinha dobrado, apresentando 24.479 habitantes na área urbana, enquanto no nível municipal esse aumento tinha sido de 64% (35.170 habitantes). Em 1940, a cidade já concentrava 30,44% da população urbana do território correspondente ao Mato Grosso do Sul. A década seguinte foi marcada pelos acontecimentos da Segunda Guerra, de modo que o crescimento populacional do município mostrou-se menor, apresentando em 1950, segundo o IBGE, 39.164 habitantes, uma ampliação de apenas, 35%. No caso da cidade, houve um acréscimo ainda assim, mais significativo (37%), com um efetivo de 31.708 habitantes.

[777] A cidade de Miranda era possível de ser atingida por vias fluviais da bacia do rio Miranda e de algumas vias terrestres precárias, por habitantes das áreas rurais da Colônia Agrícola de Bodoquena, de reservas indígenas próximas e de algumas fazendas ao norte. Já a cidade de Aquidauana constituía um nó de ligações mais adensadas, oriundas de vias terrestres de maior fluxo do sul (região de Nioaque e Bonito) e do norte (Coxim, Rio Verde, Rio Negro, fazenda Taboco), assim como do rio Aquidauana, onde se instalara o seu porto, gerando um hinterland mais expandido que o de Miranda sobre o Pantanal ao norte. Três Lagoas também se tornara um centro de captação relativamente importante no extremo leste, sendo atingida através de vias fluviais, como aquelas do Sucuriú, doVerde, além do grande rio Paraná, alimentados por caminhos terrestres vicinais.

[778] A empresa belga Compagnie de l'Urucum, que ficara com as concessões de exploração do manganês do Urucum e Morro Grande, em 1906, e praticamente abandonado a atividade, com a crise motivada pela Primeira Guerra Mundial, embora sem querer entregar de novo a concessão ao estado, sofreu interferência da União, que criou uma lei federal, repassando ao estado de Mato Grosso, o gozo da concessão das lavras de Urucum. Desse modo, terminou a atuação belga, ao mesmo tempo em que o governo estadual fez um contrato de exploração com a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda- Sobramil ao grupo nacional Chamma em 1943, que passou a crescer baseada no mercado consumidor norte-americano. Quando a empresa United States Steel mostrou interesse em se associar à empresa brasileira, realizando um contrato de exploração, entrando com 49% das ações, a União interferiu em 1952, considerando essa modalidade lesiva à nação por se tratar de faixa fronteiriça, resultando na retirada do grande investimento norte-americano previsto. Passaram a atuar duas empresas nacionais a Sobramil e a Meridional (IMPACTO, 1990).

ainda não atingiam a cidade.

Ao longo da rodovia para Cuiabá, o porto de Coxim[779], sobre o rio Taquari, tornou-se um pequeno centro nevrálgico de captura regional de gado e sal, atuando como suporte à rede organizada ao longo da ferrovia, sob os influxos de Campo Grande.

Além do sistema viário troncal e suas vias de alimentação, havia as vias de penetração mais antigas e suplementares, reforçando a ligação com o polo industrial paulista. Era a estrada do Piquiri e a "estrada da lancha", essa aberta por Manoel da Costa Lima. Ao longo da primeira estava Paranaíba, surgindo depois Aparecida do Tabuado. Na ponta da estrada boiadeira de Manoel da Costa Lima, surgiu Xavantina.

No entanto, ao sul de Campo Grande, o sistema viário continuou fragmentado, em subespaços, em forma de precárias redes dendríticas[780], em função de organizações econômicas ainda isoladas entre si.

Assim, no extremo sul, mesmo após o arrefecimento da atuação da Mate-Laranjeira, com a perda das concessões do Estado[781], o circuito mais importante de comercialização de pequenos produtores de erva-mate[782], aglutinados em cooperativas e federações[783], teve a primazia de Ponta Porã. A precariedade em que se encontravam as

---

[779] Continuou polarizando via fluvial, os fluxos oriundos do Pantanal, ligando-os através da nova rodovia construída no sentido norte-sul a Campo Grande, como também a cidade deu suporte ao crescimento populacional verificado na colônia Agrícola de Rondonópolis, com base em atividades extrativas de madeira. Em 1940, a sede urbana contava com 1.590 habitantes (IBGE).

[780] Na realidade, coexistiam várias pequenas bacias urbanas de captação e distribuição de mercadorias, com cabeças de rede de níveis diferenciados, em termos de serviços urbanos e adensamento populacional. A precariedade do sistema viário existente, fora da ferrovia e da nova rodovia instalada, ligando Campo Grande a Rondonópolis, dotou de muita fragilidade as relações estabelecidas mesmo entre as cabeças de rede e suas hinterlândias.

[781] A Empresa do sul do Estado ficou independente da sociedade argentina, em 1929, ganhando uma sede no Rio de Janeiro, embora na Argentina continuassem a maioria de suas ações, constituindo-se uma nova sociedade anônima brasileira, a Companhia Mate-Laranjeira, de cujo ativo passaram a fazer parte todos os bens existentes em território brasileiro, buscando-se obedecer às novas determinações do estado. Nesse caso, continuaram como acionistas da empresa elementos brasileiros oriundos das famílias Murtinho, Mendes Gonçalves, Oliveira Castro, entre outros. Na Argentina, em 1935, houve também uma fusão da Empresa Mate-Laranjeira com a firma Francisco Mendes & Cia, constituindo-se a Empresa Mate-Laranjeira Mendes S.A, com capitais mixtos, argentinos e brasileiros (GONÇALVES, 1941).

[782] Houve incentivo aos pequenos produtores pelo governo federal, com a criação, em 1938, do Instituto Nacional do Mate e a organização dos mesmos em cooperativas aglutinadas em federações estaduais e estas na Confederação Brasileira de Federações do Mate. Esses pequenos produtores "mineiros" que se aglutinaram em cooperativas eram especialmente de origem gaúcha, que penetraram o sul do estado como pecuaristas, mas que acabaram se envolvendo com a atividade ervateira (SALDANHA, 1986). Mas, as novas levas de colonizadores que foram adentrando o estado pelo sudeste, fazendo parte da expansão da "fronteira agrícola" paranaense também chegaram a se envolver com a atividade. No entanto, o núcleo ervateiro mais importante, segundo Figueiredo (1968, p. 258) era Ponta Porã (incluído Amambai). A partir daí, a atividade ia se arrefecendo, aparecendo com certa significação em alguns pontos como Dourados, Bela Vista, Nioaque, Maracaju e os atuais municípios de Antônio João, Caarapó, Glória de Dourados, Iguatemi, Fátima do Sul.

[783] Além da política do preço mínimo estabelecido pelo INM, foi criado uma "Comissão de Organização Cooperativa do Mate", subordinado ao Ministério da Agricultura, com atribuições e verbas para constituição das cooperativas e federações. Surgiram, desse modo, quatro cooperativas no sul do estado (Dourados, Amambai, Iguatemi e Ponta Porã) e a Federação de Produtores de Mate Amambai Ltda. As cooperativas passaram a contar ainda com o apoio da "Coordenadoria da Mobilização Econômica", órgão

estradas de Iguatemi levou a Federação a contar com o apoio do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, substituta da Viação São Paulo-Mato Grosso e que herdara as anteriores instalações de infra-estrutura de transporte desapropriada da Mate-Laranjeira (porto e ferrovia). Mas a maior parte dos produtos oriundos das atividades ervateiras das pequenas propriedades especialmente de gaúchos eram transportados em carretas e cavalos.

No município de Ponta Porã (Amambai incluída), estava o principal núcleo de produção[784], fora das fazendas remanescentes da Mate-Laranjeira. O centro urbano, junto à picada de Ciriguelo, além de sediar a Federação de produtores de Mate Amambaí Ltda, também mantinha depósitos para o produto coletado, daí sendo escoado principalmente ao Porto de Concepción, atingindo o principal mercado de consumo, que continuou sendo a Argentina até 1967[785]. Ponta Porã, na década de 20, transformou-se no município mais populoso do Mato Grosso do Sul, com 25.518 habitantes (Marques, 1923) inclusive, chegou a ultrapassar aquele de Corumbá.

Bela Vista, junto a outro caminho da fronteira em direção ao porto paraguaio, aberto durante a Guerra do Paraguai, um município menos populoso, mas com um centro urbano quase comparável ao de Ponta Porã, com 5.866 habitantes (sétima cidade mais populosa do atual estado). A principal atividade desenvolvida na área passou a ser a pecuária, levada a efeito pelos colonizadores gaúchos que ali vinham se instalando desde 1893, expandindo-se em direção ao extremo Sudoeste e o Pantanal, ao Norte.

Em Porto Murtinho, os 3.586 habitantes do município, isolados pelas difíceis travessias da área pantaneira, além da atividade pastoril, passaram a se ocupar principalmente, a partir de 1936, com a presença da empresa "Quebracho do Brasil", de outra fonte de extração vegetal, comum dos bosques chaquenhos, o quebracho[786], para extração do

---

federal ligado ao Serviço de Economia Rural, que buscava assegurar o direito às cooperativas de venderem o mate no mercado interno e externo (SALDANHA, 1986).

[784] Este município, segundo os dados estatísticos do IBGE, teve um acréscimo acentuado de população (56,7%) entre 1920-40, chegando a apresentar neste último ano 39.996 habitantes. Como cidade, Ponta Porã, em 1940, ocupava a quarta classificação por tamanho de população no estado de Mato Grosso do Sul, com 6.784 habitantes, estando à sua frente Campo Grande, Corumbá e Aquidauana.

[785] Além do Cirigüelo até o Porto de Concepción, ainda havia algumas outras formas de escoamento de produtos menos importantes, como pelo porto Guaíra (via navegação fluvial e ferrovia até atingir o Porto Mendes), pelo caminho do Panadero (através da atual Coronel Sapucaia, chamado antes de Ipehum) até Posadas, por Porto Felicidade em Amambai (atingindo Presidente Epitácio e daí o porto de Santos) e ainda aos engenhos de beneficiamento local, destacando-se Campo Grande (voltado ao atendimento do consumo interno do Estado).

[786] O quebracho, *Schinopsis balansae,*que quer dizer em espanhol "quebra machado", é um elemento arbóreo da área inundável e solo argiloso rico em álcalis do bosque chaquenho, do qual se extrai o tanino. Tem 5 a 20 metros de altura, apresentando uma madeira escura, muito dura e pesada, com textura fina e transada, muito resistente à umidade. Como é difícil o seu apodrecimento, também é utilizada para poste, dormente, ponte, curral. O tanino é uma solução adstringente,

tanino. Fazia-se uso de vias precárias para atingir o porto Quebracho, construído pela empresa ao sul do Porto Murtinho, com ajuda principalmente da alça-prima[787], transporte utilizado nas picadas pantaneiras, até atingir as estradas carreteiras.

Mesmo com a precariedade das vias terrestres de comunicação, o patrimônio de Dourados[788], criado em 1915, também foi ganhando a função de coleta e expedição dos produtos oriundos do início do avanço da "fronteira agrícola" no Sudeste do estado. Houve, nessa região, uma forte densificação da população rural, ocupada com pequenas propriedades agrícolas mercantis e extração das madeiras de lei e essências da Mata dos Dourados. Essas atividades passaram a se ligar diretamente ao influxo de São Paulo, via Presidente Epitácio e Presidente Prudente, algumas vezes, também pela mediação de cidades do Paraná.

5.2.6 Urbanização de Campo Grande ao longo da ferrovia

O dinamismo de Campo Grande alimentou-se, nessa fase, da conjugação da ampliação de mercado, nas três escalas espaciais (nacional, regional e local), aprofundada ainda pela demanda internacional de carne durante a Primeira Guerra.

A demanda crescente pela carne por parte das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro[789], ao ser viabilizada pela instalação da ferrovia, foi propiciando um processo de acumulação de capital nas mãos de fazendeiros, resultando numa demanda regional por produtos fornecidos pela cidade[790]. A valorização das terras, por outro lado, foi gerando

---

extraída do tronco do quebracho como de outras espécies, por um processo de difusão, que resulta em pó tânico, utilizado sobretudo na indústria do couro, além da indústria farmacêutica (VIEIRA, 1975, p.454-456)..

[787] A exploração do quebracho deu-se de forma degradante e em difíceis condições, realizadas pelos "obrageiros", trabalhadores que se instalavam junto às áreas de ocorrência da árvore. Tratava-se de machadeiros que adentravam os bosques para derrubar as árvores, construindo picadas que alimentavam as estradas carreteiras. Essas "toras" eram arrastadas até as estradas, através da "alça-prima", uma espécie de carroça grosseira, construída de aroeira ou mesmo quebracho, construída com roda alta e puxada por um conjunto de bois (até 6), a mais apropriada para atravessar as inóspitas áreas inundáveis do Pantanal (VIEIRA, op.cit.).

[788] Embora o município já exibisse uma população de 14.985 habitantes em 1940, o 6º município mais populoso das terras correspondentes ao Mato Grosso do Sul, demonstrando uma tendência da expansão da fronteira agrícola vinda pelo Paraná, o pequeno patrimônio não apresentava mais do que 1.821 habitantes (GRESSLER E SWENSSON, 1988)..

[789] A intensificação do processo industrial que também foi ocorrendo em São Paulo e Rio de Janeiro, no período de Entre-Guerras, expandiu a demanda de carne, dinamizando ainda mais o mercado regional.

[790] Viabilizou o sucesso de muitos negócios urbanos, o fornecimento do sal, ferramentas agrícolas, armas, artigos de montaria, querosene, lubrificantes, alguns produtos veterinários, entre outros (MACHADO, 1991).

conflito entre os limites da propriedade, exigindo serviços especializados de demarcação, levando à ampliação dos cercamentos[791].

As oportunidades de negócio atraíram, via estrada de ferro, especialmente, os pequenos comerciantes e artesões, sobretudo estrangeiros, vindos de Corumbá, Nioaque, Cuiabá, ou diretamente de São Paulo. Destacaram-se entre eles, árabes (sírios e libaneses), gregos, turcos, armênios[792], italianos, portugueses[793] e espanhóis. O arrefecimento do dinamismo econômico de Corumbá facilitou a transferência desse segmento social para Campo Grande.

Mediante um crescimento populacional baseado em movimentos migratórios regionais, nacionais e mesmo internacional, Campo Grande mostrou uma vocação urbana precoce, se comparada com a região, o estado e o país[794]. Em 1940, chegou a ser a maior cidade de todo Centro Oeste, a única com mais de 20.000 habitantes[795], embora em

[791] As demarcações que levaram aos cercamentos iniciaram-se a partir de 1916, por iniciativa governamental, resultando em grande oportunidade de enriquecimento, a alguns comerciantes de arame importado para cerca (MACHADO, 1991). Custeado pelo governo de Cuiabá, com uma bolsa de estudos no Rio Grande do Sul, Arnaldo Figueiredo foi preparado por Pedro Celestino Correa da Costa, a ser um engenheiro agrônomo, com a missão de demarcar terras das áreas de conflito especialmente do sul do estado e para as coletividades que tomavam a iniciativa de implantar patrimônios, política continuada por Dom Aquino. Desse modo, as demarcações, com cercamentos iniciaram-se a partir de 1916, logo após a passagem da ferrovia (RIBEIRO, 1993).

[792]Parte dos árabes, turcos e armênios tinham atuado antes como "cometas", ou seja, comerciantes volantes, que trabalhavam por conta própria ou para empresa, no abastecimento do comércio urbano e mesmo rural (no atacado e varejo), utilizando-se principalmente da ferrovia. Estabeleceram seus negócios tanto no ramo comercial, como artesanal e mesmo manufatureiro. Para esse assunto, consultar Revista do Arquivo Municipal de Campo Grande- ARCA (3) de 1992.

[793] Os italianos vieram principalmente de Corumbá, onde já havia se instalado anteriormente uma colônia. Além do ramo comercial, como se pode exemplificar com o sucesso da família dos Baís no negócio originário da Casa Comercial de Corumbá, destacaram-se principalmente no ramo da construção civil. A experiência trazida de seu país no ramo da construção civil, levava os segmentos que detinham posse, a solicitar principalmente a eles a construção de seus pequenos "palacetes" residenciais e casas comerciais em Campo Grande. Grande parte dos portugueses e espanhóis chegaram como empreiteiros de obras para a implantação da Estrada de ferro Noroeste do Brasil, especializando-se, posteriomente no ramo comercial, da construção, artesanato e manufatura. Vale destacar o trabalho no ramo de estrebaria, principalmente fabricação de carroças e caleches, feito pelos portugueses. Até o aparecimento e expansão do uso do automóvel, esses meios de transportes foram muito usados dentro da cidade, para passageiros e cargas, puxados a cavalo**.** As mercadorias desembarcadas na estação ferroviária eram distribuídas, então, por carroças, assim como os verdureiros e outros comerciantes ambulantes utilizavam-se dela. Em 1929, já havia sido estabelecido o Centro Beneficiente Português, visando o atendimento à colônia existente. Os passageiros que chegavam à cidade pelo trem, também faziam uso de "caleches" (carruagem de quatro rodas e dois assentos, puxadas a cavalo). Essas informações t6em origem em vários trabalhos de iniciação científica orientados a alunos de graduação em Geografia na UCDB, desde a década de 80.

[794] O grau de urbanização, ou seja, o total de população urbana em relação ao total, segundo os dados dos censos do IBGE, deu-se numa proporção muito superior à brasileira e mesmo regional, favorecendo o desenvolvimento do mercado consumidor local. Se em 1930, o efetivo populacional urbano já significava 50% do total do município. Em 1940, respectivamente, essa participação passou para 49,3%, quando a média nacional era de 31,4%. Em 1950, saltou para 58,3%.

[795] Em 1920, enquanto o Nordeste e o estado de São Paulo apresentavam a maior quantidade de núcleos com mais de 20.000 habitantes, o Leste 18, o Sul 12 e o Norte 3, o Centro-Oeste só possuía a cidade de Campo Grande nessa ordem de grandeza. Em 1940, o número de cidades com mais de 20.000 reduziu no Nordeste (15), São Paulo (16), Leste (11)e Norte (2), ampliando no Sul (10), permanecendo a mesma situação no Centro-Oeste (SANTOS, 1993:22-23).

1950, já tivesse sido ultrapassada por Goiânia[796], mas continuando a ser a maior do estado do Mato Grosso. Essa concentração constituiu um importante mercado consumidor.

A passagem da condição de 1º Circunscrição Militar para 9º Região Militar em 1934[797], da Diretoria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a transferência, em 1938, da sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos[798], de Corumbá para Campo Grande e, com o processo de automização da Base Aérea em relação ao Exército[799], ampliaram não só a função de comando político e militar, como a demanda interna local por bens e serviços, tanto em quantidade, como em diversificação e qualidade. Por outro lado, o mercado local foi se tornando mais importante, na medida em que os fazendeiros e o segmento social ligado ao comércio e serviços e os pequenos produtores rurais, foram se enriquecendo.

Nesse sentido, a política federal de colonização fronteiriça e reestruturação fundiária[800], propiciou a organização de um abastecimento alimentar em escala regional e mesmo local da população concentrada na cidade[801].

---

[796] Goiânia, que passou a sediar o governo de Goiás no Estado Novo (desde 1937), foi uma capital planejada pelo estado e inaugurada oficialmente em 1942, apresentando em 1950, uma população de 39.871 habitantes, passando a ser a maior cidade do Centro-Oeste (CARDOSO, 1989).

[797] Essa condição ampliou a área de atuação do sul do estado, para todo o estado de Mato Grosso do Sul. Por outro lado, ficou subordinada a ela, a criação do Destacamento de Aviação Militar de Campo Grande, criado desde 1932. Em 1939, esse destacamento ganhou nova denominação, 2º Regimento de Aviação e, em 1940, transformou-se no 8º Corpo de Base Aérea (ALAMINO, 1999).

[798] Em 1934 também foi inaugurada a primeira linha do Correio Aéreo da Fronteira, atendendo o limite sul do estado de Mato Grosso, pelo Destacamento de Campo Grande (ALAMINO, 1999).

[799] Com a criação do Ministério da Aeronáutica em 1941, o 8º Corpo de Base desligou-se da 9º Região Militar, ganhando nova classe, ou seja, Base Aérea de 3º Classe, como uma das jurisdições das zonas aéreas criadas pelo Ministério (decreto-lei nº 3762 de 25/10/41). Tornou-se, portanto a sede da 5º Zona Aérea. Em 1944 foram desativados os corpos de base aérea do Brasil, tendo sido criada oficialmente a Base Aérea de Campo Grande, cuja sede foi inaugurada em 1945, com o nome provisório de Destacamento de Base Aérea de Campo Grande. Sua função era ser uma unidade de apoio às linhas do Correio Aéreo Nacional e a eventuais deslocamentos e manobras de unidades operacionasi da Força Aérea Brasileira (ALAMINO, ibidem).

[800] Essa política envolveu a venda de propriedades rurais aos pequenos produtores, oriundas de terras devolutas e desapropriadas pelo estado, a preços módicos, assim como o incentivo ao assentamento de japoneses na área suburbana da cidade. Muitos dos japoneses que haviam acompanhado a ferrovia desde Porto Esperança, como trabalhadores, foram estimulados a se assentarem junto às nascentes do córrego Segredo, do córrego Cascudo, córrego Ceroula e da Chacara Bandeira, áreas suburbanas da cidade, como pequenos horticultores, criadores de pequenos animais e produtores de ovos, visando o abastecimento urbano. Alguns poucos acabaram se tornando também, pequenos produtores de café, estimulados pelo Instituto Brasileiro do Café, dotando Campo Grande de autossuficiência nesse tipo de abastecimento local. Os quartéis, por outro lado, transformaram-se em importantes compradores de verduras e capim para os cavalos, dos japoneses. O abastecimento urbano passou a ser feito de carroça e mesmo a pé, inicialmente de casa em casa, para depois se aglutinarem nas feiras livres e no Mercado Municipal. Essas informações foram obtidas a partir de vários trabalhos de orientação de iniciação científica, a alunos do curso de Geografia, desde a década de 80.

[801] Para Campo Grande afluíram os excedentes produzidos pelos pequenos produtores da região, tanto na forma de produtos (arroz, feijão, milho, mandioca, aves, ovos), pequenos animais, como produtos artesanais (rapadura, queijo, manteiga, lingüiça, aguardente, farinha de mandioca), entre outros (*Ibidem*).

Os novos ricos passaram a enviar seus filhos para estudar em universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, retornando para exercer profissões liberais. Juntando-se a esses comerciantes enriquecidos e aos oficiais militares, passaram a constituir a classe média, não só a principal consumidora urbana de bens e serviços[802], como a intelectualidade pensante da cidade[803].

A substituição de importações via industrialização, no caso de Campo Grande, foi possível, por um lado, pela presença de mercado consumidor interno já significativo e, por outro, em função da presença de imigrantes dotados de experiência artesanal e formas inferiores de manufatura. Desse modo, o esforço substitutivo de importações, dando-se, ao nível das forças produtivas existentes[804], manifestou-se na forma ainda pré-industrial.

Os pequenos empreendimentos voltados ao abastecimento do mercado interno e regional ampliaram-se de modo mais significativo na década de 30, continuando no

---

[802] Machado (1991, p. 60) refere-se a esse assunto: *"A cidade sempre teve ares de cidade rica. A circulação do dinheiro proveniente dos negócios de gado, todos realizados aqui, ensejava certo padrão de vida que as demais cidades jamais tiveram.*" O autor lembra que só alfaiates na rua 14 de Julho, havia mais de 10 , além de 20 barbearias. Só nessa rua, considerada a principal, havia ainda sorveterias, farmácias, padarias e confeitarias, cafés, frutaria, cinemas (Alhamabra e Santa Helena), importadoras, charutaria, "bombonière", relojoaria, joalherias, óticas,camisaria, salão de bilhar, restaurantes, hotéis, consultório médico, dentista, casa de presentes, mercearia, casa de bicicletas, casas lotéricas, "ateliers" de costura, lojas de fazendas finas, roupas feitas e chapéus, lojas de calçados e armarinhos, artigos de couro, cartório, livrarias, entre outros.

[803] Foram surgindo, por iniciativa da intelectualidade local, vários jornais, de cunho econômico, social e político, expressando a sua forma de pensar, assim como suas reivindicações de cunho social, econômico e político. Esse período de efervescência intelectual foi pontuado de eventos culturais. Esses intelectuais costumavam se reunir no Rádio Club, Rotary Club (1939) e sobretudo nas lojas maçônicas, introduzidas, principalmente, por comerciantes tradicionais e profissionais liberais, oriundos de outras áreas. Os militares criaram um clube próprio, o "Círculo Militar", na vila militar. Os estrangeiros também foram se aglutinando em torno de Centros, clubes de recreação e assistência específica aos mesmos. Entre os militares e a elite urbana desenvolveu-se o gosto pelas corridas de cavalo, tanto no hipódromo da Bandeirantes e Vila Alba, como mais tarde, no Jóquei Club. Em 1929, foi instalado o primeiro salão de cinema da conhecida distribuidora nacional de filmes, Empresa Teatral Pedutti, seguidos de outros dois (Alhambra e Santa Helena). Em 1913 já tinha sido publicado o primeiro jornal, pelo juiz de direito Arlindo de Andrade, "O Estado de Mato Grosso". Mais tarde, surgiram muitos outros, como o "Jornal do Comércio" , "O Progresso" . Para esse assunto, é interessante analisar a coleção de Paulo Coelho Machado "Pelas ruas de Campo Grande", com várias obras publicadas sucessivamente na década de 90.

[804] A região, diante do anterior esvaziamento e destruição da organização de grande parte do sistema produtivo pela Guerra do Paraguai, submetida posteriomente à órbita de influência dos portos de países vizinhos, não tinha conhecido o processo de urbanização, como chegara a ocorrer no restante do país. Portanto, a substituição de importação dos produtos artesanais e manufaturados nas áreas urbanas ocorridas no país, na anterior fase recessiva do sistema capitalista, como se pode avaliar, não tinha afetado o Mato Grosso do Sul. A população local, portanto, não havia acumulado experiências manufatureiras para dar cabo do novo momento, em moldes industriais. A maioria das iniciativas nasceu desses estrangeiros, em grande parte oriunda do pequeno comércio. Embora muitos fossem de origem simples, as experiências de vida trazidas de seus países, os dotaram de maiores possibilidades em perceber as oportunidades de negócios. No entanto, as formas de ajustamento interno deram-se ao nível das forças produtivas existentes, nos quadros familiares, artesanais e manufatureiros.

período que se abriu na Segunda Guerra[805]. Houve oportunidade até para alguns negócios mais especializados[806]. Já em 1937, a cidade conheceu a primeira agência aérea para linhas comerciais, pertencente à Companhia Aérea Sindicato Condor[807], ligando-a a São Paulo e Cuiabá, através de aviões médios bimotores para cerca de quinze passageiros (MACHADO, op.cit., p. 53).

Nesse período, cresceu espantosamente a demanda local e regional pelos serviços de educação e saúde. Mas, a rivalidade por parte de alguns segmentos políticos cuiabanos, em função do crescimento e urbanização de Campo Grande, resultou no retardamento de algumas infraestruturas dependentes do governo estadual[808]. Nesse sentido, a infra-estrutura escolar passou a ser o principal gargalo em relação às perspectivas locais, atraindo iniciativas de particulares e dos salesianos.

O grande interesse dos fazendeiros deu-se, especificamente, pelo regime de internato para seus filhos, já que a grande maioria deles, ainda preservava moradia na propriedade rural[809]. A dificuldade encontrada para a instalação de escolas públicas, levou o segmento mais enriquecido a solicitar e incentivar a presença de escolas salesianas, a exemplo

---

[805] Os ramos de negócios mais dinamizados foram o da construção (construtores, olarias, fábrica de azulejos, carpintaria, serrarias, serralheria), do vestuário (confecções femininas, alfaiates, confecção de uniformes militares), de couro e selaria (calçados, botas, borzeguim para os quartéis, malas, material de selaria e outros artefatos), de transporte com estrebaria (carroças, carretas, ferraria, artefatos para cavalos), de móveis e uso doméstico (marcenarias, colchões, fogões,), alimentos (fábrica de bebidas, alambiques, fábrica de gelo), matadouro e curtume, tipografias. Na década de 30, a cidade chegou a contar com cerca de 200 estabelecimentos de comércio e serviços, além de 3 agências bancárias, um centro telefônico, agência de correio e os serviços do Correio Aéreo Militar, transformado em Correio Aéreo Nacional em 1941 (MACHADO, 1991).

[806] Foi o caso da fabricação de lentes para óculos, por iniciativa do alemão Augusto Wulfes, experiente empreendedor, que também aliou aos negócios, não só uma joalheria, como a agência da Companhia Aérea Sindicato Condor, presidindo mais tarde, a Associação Comercial. Wulfes teve um de seus negócios, a joalheria, continuado de uma forma independente pelo genro e ex-colaborador, Frederico Korndorfer. Ainda hoje a família Korndorfer se mantém nos negócios da joalheria, considerado um dos empreendimentos mais significativos no ramo, dentro da cidade de Campo Grande (MACHADO, op.cit.).

[807] O Sindicato Condor Ltda foi criado em 1927, junto com a VARIG (as duas únicas empresas aéreas comerciais existentes), transformando-se mais tarde nos "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A". Nessa época explorava ligações apenas entre algumas capitais do país (Idem, ibidem).

[808] Embora em 1912, o primeiro grupo escolar tivesse sido criado pelo governo estadual, o projeto de construção ficou no papel, só passando a funcionar porque o prefeito tomara a iniciativa de alugar um pequeno prédio particular. Nessa época, Campo Grande já tinha ultrapassado em população, cidades como Poconé e Cáceres, que já contavam com prédios modernos para fins escolares (CAMPOS, 1939).

[809]Muitos dos fazendeiros e comerciantes, segundo vários relatos de moradores antigos, já vinham mantendo filhos em regime de internato, em tradicionais escolas católicas de São Paulo, afamadas pela formação com base na cultura francesa (Licéu Pasteur e Sacré Coeur).

de Cuiabá e Corumbá[810]. Além da iniciativa religiosa dos salesianos no regime de internato e externato, separadamente, para meninas[811] e rapazes[812], desde 1924, foi também importante a iniciativa particular nesse sentido. Assim, a oportunidade criada pela demanda regional, acabou permitindo a organização dessa atividade, de modo a atribuir à cidade uma importante função educacional em relação às necessidades regionais dos fazendeiros.

Já os oficiais militares exerceram pressão junto ao governo, no sentido da criação das escolas públicas de qualidade e com cursos de segundo grau, ao estilo do Liceu Cuiabano[813]. No entanto, a população da área suburbana e da periferia, com menor poder de

[810] Até então, o Lyceu Salesiano de Cuyabá era a maior obra dos salesianos no estado, ocupando uma chácara espaçosa, onde havia sido estruturada a formação do ensino formal, da educação profissional (carpintaria, ferraria, sapataria, alfaiataria, impressão e encadernação) e das Artes (música e desenho). Também era conhecido o trabalho salesiano junto às reservas indígenas do norte do estado, organizadas na forma de colônias: Sagrado Coração de Jesus, Imaculada Conceição, São José do Sangradouro. Em Corumbá tinham organizado o Colégio Santa Tereza para os meninos e rapazes e o Ginásio Imaculada Conceição para a educação de moças (CORAZZA, 1995).

[811] Em 1926, já se instalava o Colégio das Irmãs salesianas, Nossa Senhora Auxiliadora, num velho casarão de tábua da rua Vinte e Seis de Agosto, estando no ano seguinte com 27 alunas internas e 250 externas, que na educação oferecida era incluída aulas de piano, costura e pintura (PENTEADO, 1996). Os padres salesianos, a partir da vinda do padre João Crippa, passaram a concentrar grande parte de suas ações religiosas e do oratório festivo na rua Sete de Setembro, até obter um local próprio, onde se encontra hoje a Igreja São José. Em 1927, foi construída a Capelinha (o novo oratório). Em 1929, a cidade foi visitada pelo inspetor salesiano, resultando num projeto de construção da Capela São José no local da Capelinha, no projeto de ampliação da pequena igreja matriz existente, ambas entregues ao italiano Camilo Boni. Foram inauguradas respectivamente, em 1929 e 1930, sendo, a Igreja Matriz novamente entregue aos redentoristas em 1939 (GARDIN, 1999).

[812] Um dos fatos importantes na vinda do inspetor salesiano a Campo Grande, em 1929, foi a aquisição do Instituto Pestalozzi, com 300 alunos, surgido por iniciativa local, onde foi instalado no ano seguinte o Ginásio Municipal Dom Bosco voltado para a formação dos jovens do sexo masculino (REVISTA FUCMT, 1987), como também o projeto de construção da sede própria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, inaugurada em 1931, voltado para a formação feminina, ambos atendendo sob forma de internato e externato (PENTEADO, 1995). Quatro anos depois, com ajuda da Diocese, os salesianos iniciaram a construção de um novo prédio para o Colégio Dom Bosco, na forma de internato e externato, projetado para 800 alunos (100 internos), terminado em 1936, tornando-se o colégio masculino mais importante da cidade, ampliando para 150 o número de internos nos anos 40, e o maior do estado do Mato Grosso nos anos 50 (REVISTA FUCMT, 1987). Entre 1938 a 1941, essas escolas passaram por grandes ampliações, transformando-se em colégios em regime de internato e externato, tornando-se os maiores e mais importantes do estado. Desse modo, a sede provincial dos salesianos transferiu-se, nesse período, de Cuiabá para Campo Grande, instalando mais tarde, em terrenos da diocese situados junto às nascentes do Segredo (Chacara São Vicente e Lagoa da Cruz), o Instituto de Pedagogia e Filosofia (GARDIN, 1999).

[813] Diante de muitas pressões, em 1922, foi inaugurado o primeiro colégio estadual, o Joaquim Murtinho. Oferecia, além do ginasial e científico, cursos profissionalizantes, como o propedêutico, contabilidade comercial, secretariado, visando o atendimento das necessidades de qualificação já exigidas para as novas atividades urbanas instaladas. Em 1939, ocorreu a instalação do " Liceu Campograndense", na avenida Afonso Pena, onde está hoje o Joaquim Murtinho, atraindo para o corpo docente, alguns profissionais liberais e intelectuais conhecidos da época. A escola recebeu em grande parte, filhos dos militares, obtendo o nível do segundo grau, apenas em 1953. O símbolo da modernidade, como perspectiva local, acabou se materializando sob forma construída, em 1954, quando a escola passou a funcionar com o nome de "Colégio Estadual de Campo Grande" no edifício escolar mais moderno da cidade, projetado por Oscar Niemeyer, feito em triplicata (Campo Grande, Corumbá e Cuiabá. A esse propósito, consultar GARDIN (1999) e as várias obras escritas por Paulo Coelho Machado.

reivindicação, teve maiores dificuldades na obtenção de escolas públicas[814].

Assim, como na educação, distinguiu-se a oferta dos serviços de saúde, para o atendimento dos militares e população em geral[815]. Mas, a iniciativa dos profissionais liberais foi muito importante no sentido do atendimento local e regional, em função da capacidade aquisitiva do segmento enriquecido[816].

No tocante à expansão da estrutura física da cidade, deu-se a ocupação do interflúvio situado entre os dois córregos de origem, Segredo e Prosa, mas orientada pelas principais vias de circulação com as áreas externas. Até a década de 20, em direção ao norte, a área urbanizada tinha atingido o córrego do Cascudo e a Estação Ferroviária e, em direção a leste, até os antigos quartéis, tendo, portanto, a rua 13 de Junho como limite (Figura 27).

A cidade conheceu um significativo processo de urbanificação, sobretudo, durante a construção dos novos quartéis e residência dos oficiais militares. Por outro lado, o exercício da função militar contribuiu na presença de incentivos governamentais, principalmente com a mediação do Exército, voltados à instalação de infraestrutura urbana física (arruamentos, loteamentos, canalizações de água e esgoto, luz elétrica) [817]. As grandes empresas do Sudeste, contratadas para a implantação dos quartéis, também se constituíram em importantes suportes

[814] Enquanto as escolas públicas voltaram-se ao atendimento do Primeiro Grau, aquelas de origem religiosa e particular atenderam basicamente os reclamos da classe média e de filhos de fazendeiros em relação ao ensino formal e profissional. As populações suburbanas não chegaram a ser atendidas pelas entidades governamentais. No caso da colônia japonesa, situada fora do rocio urbano, as iniciativas deram-se, principalmente, por parte das associações existentes entre eles, num sistema específico de auto-ajuda, segundo a qual a formação reproduzida baseava-se na cultura japonesa. Ainda alguns elementos da chamada SSCH- Sociedade Seleta Caritativa Humanitária fundada em Corumbá em 1921, ao se instalarem em Campo Grande, continuaram atuando no sentido de trabalhar para se construir escolas, que pudessem atender ao grande número de crianças de famílias de menor poder aquisitivo dos bairros mais periféricos, que começavam a se constituir em ameaça à convivência urbana. Em 1936, começou a funcionar a primeira escola dessa associação, levando o nome de Escola Vinte e Seis de Agosto, voltada a atender o bairro considerado o mais problemático em termos de violência nas ruas, ou seja, o Cascudo (hoje o bairro São Francisco). Em 1939, a associação ganhou um terreno para a escola na rua Dolor de Andrade. Em 1952, os salesianos também se voltaram ao atendimento da população de baixa renda, moradora do bairro periférico de Santo Antônio, inaugurando a Obra Social Paulo VI, com formação desde o nível pré-escolar até o colegial, além da educação profissional (MACHADO, 1991).

[815] Em 1919, deu-se o início à construção do pavilhão da Santa Casa de Misericóridia, por iniciativa local, com o auxílio das Irmãs salesianas. Em 1928, também um Hospital Militar foi construído junto aos quartéis, por iniciativa da União.

[816] A cidade passou a contar nessa fase, com vários consultórios médicos, inclusive especializados (oftalmologista, radiologista por exemplo), além de consultórios dentários (MACHADO, 1991).

[817] Alguns elementos marcaram a infraestrutura de Campo Grande nos anos 20, como a instalação do sistema de energia elétrica (e não mais a gás) e a pavimentação da rua 14 de Julho, em 1928 (GARDIN, op.cit.).

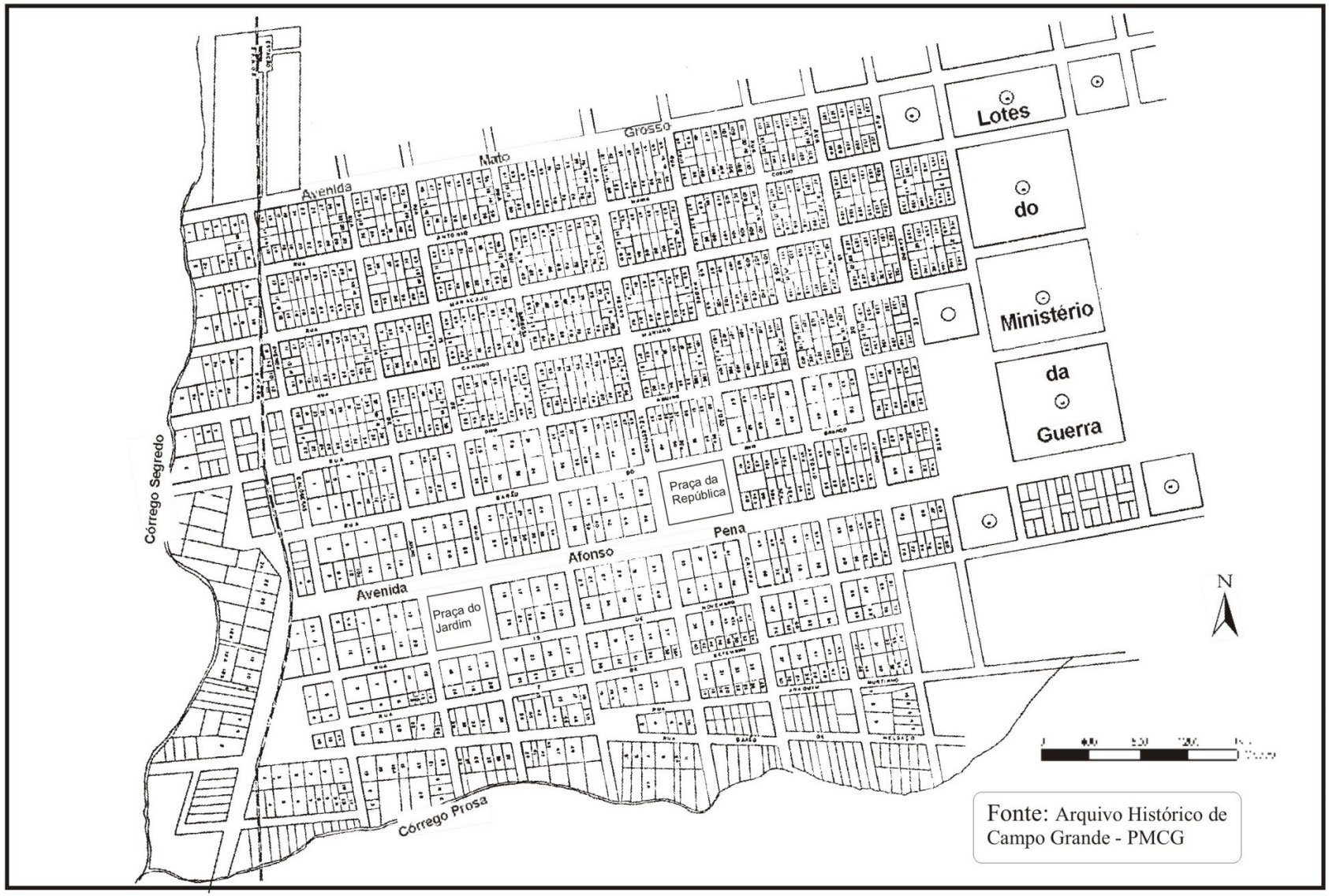


FIGURA 27 - Planta urbana de Campo Grande da década de 2o

para essas implantações[818], trazendo experiências higienistas e sanitaristas vivenciadas, principalmente na cidade de Santos[819].

Fizeram parte desse processo, as propostas urbanísticas de iniciativa dos militares, na área urbana de expansão dos trilhos até os quartéis, originárias do acordo realizado entre o Ministério da Guerra e o Município[820]. Destacaram-se, nesse sentido, a atuação dos comandantes comprometidos com o projeto nacionalista-desenvolvimentista[821], assim como dos técnicos da empresa contratada para os serviços de urbanificação[822].

As intervenções urbanísticas, nesse caso, caminharam mais no sentido do

[818] As obras de construção dos quartéis e da infraestrutura física exigida requereram a contratação de grandes construtoras do estado de São Paulo, principalmente de Santos. Em função das obras de construção dos quartéis, da infraestrutura sanitária considerada básica (água, fossa biológica), o Ministério da Guerra contratou duas grandes construtoras de obras urbanísticas de Santos, uma especializada em drenagem e aterro de áreas inundadas, a Companhia Construtora Santos e outra em exploração de brita, a Companhia Melhoramentos Santos. Grande parte das obras de infraestrutura, nessa época, foi realizada pelo Município, sob a orientação e com auxílio de técnicos trazidos pelas empresas contratadas pelo Ministério do Exército. Um destaque aqui deve ser dado ao técnico italiano da Empresa Construtora Santos, encarregado pela instalação dos serviços de encanamento, Cyríaco Maymone. Esse técnico chefiou os serviços de construção dos quartéis e de implantação da primeira rede de canalização urbana e construiu o coreto da praça principal. Outros técnicos também colaboraram em obras urbanísticas, como o português Domingos Lima, funcionário da mesma empresa, para serviços topográficos. Auxiliou a Prefeitura na abertura de ruas e, mais tarde, até mesmo na demarcação e planejamento de colônias agrícolas. Também o construtor Manoel Secco Thomé participou da implantação de obras de infraestrutura urbana. Para esse assunto, é importante consultar GARDIN (1999) e RIBEIRO (1993).

[819] Santos tinha sido o melhor exemplo de cidade brasileira, em termos de intervenção e controle estabelecidos pelo estado, em função do porto de exportação, onde estavam, portanto, as melhores experiências de vanguarda em termos de intervenção urbanística associada ao sanitarismo e engenharia. A própria cidade servia de modelo à essa racionalidade saneadora copiadadas experiências européias, consideradas as mais "civilizadas". Em 1913, Santos já tinha passado por essa forma de intervenção no porto e no controle de epidemias, transformando-se em referência brasileira para esse fim (LANNA, 1996)

[820] A construção dos Quartéis, em 1921, teve grande importância na remodelação da estrutura urbana inicial. Considerada imprópria a anterior área destinada pelo Plano Urbano, tanto em tamanho como localização, houve uma renegociação entre o Ministério da Guerra e a Prefeitura, no sentido, de uma nova localidade bem mais ampla e fora do perímetro urbano (rocio), deixando à disposição, também uma faixa territorial adjacente à nova área de construção, para moradia de oficiais. Esse novo local se iniciava próximo à atual praça conhecida como "Cabeça de Boi" até o Aeroporto Internacional, com 114 hectares, sendo cortado pelos trilhos da NOB. O Município também cedeu no centro, junto à Avenida Afonso Pena, terrenos para a construção do Quartel General e do hotel de oficiais. Em troca, o Ministério da Guerra entregou os terrenos anteriores, de porte bem menor, à Prefeitura Municipal, assumindo o plano geral de arruamento e urbanização, no espaço de ligação entre as obras militares e a área já urbanizada, assim como estendendo à área urbana o uso das sobras de água, oriunda de um grande empreendimento dos militares, envolvendo obras de construção civil, de captação no córrego Jacinto, com represa, linha adutora e reservatório (GARDIN 1997, p. 61). Captada no córrego do Jacinto, na área elevada da cidade, a canalização de água deveria atravessar obrigatoriamente o sítio urbano da cidade até atingir os quartéis. Coube à Prefeitura, as obras de canalização das ruas, visando a distribuição das águas cedidas pelos militares (RIBEIRO, 1993).

[821] Há que se destacar, nesse sentido, a atuação do comandante Newton Cavalcanti, no início do Estado Novo, comprometido com a nascente linha desenvolvimentista. Newton Cavalcanti tinha vindo substituir o comando de Bertold Klinger, o homem que havia comandado as forças legalistas contra Vargas em nível nacional, constituindo a Liga de Defesa Paulista. Portanto, Newton Cavalcanti, como homem de confiança do presidente Vargas, e comprometido com o Estado-Novo, tinha a missão de manter a ordem e criar na mentalidade da população local, um espírito desenvolvimentista, de caráter nacionalista. Chegou a ocupar o cargo de interventor do estado, de agosto a setembro de 1935, até o retorno da vida constitucional, com a eleição no novo governador, Mário Correa da Costa.

[822] Nesse caso, foi contratado, o escritório do mais afamado engenheiro sanitarista e urbanista do país, Saturnino de Brito, que já havia atuado em Santos, em várias cidades conhecidas e capitais brasileiras. O engenheiro sanitarista Saturnino de Brito já tinha realizado várias obras de saneamento, melhoramento e expansão de cidades brasileiras, como Belo Horizonte, Campinas, Santos, Recife, Curitiba, João Pessoa, entre outras (ANDRADE, 1996).

urbanismo culturalista, sob influência dos ideais de Saturnino Brito[823], inspirado nas propostas de Camillo Sitte[824]. No entanto, a monumentalidade e a exaltação aos heróis nacionais, via de regra, manifestaram-se como projeto dos oficiais do Exército[825]. Essa ligação entre as grandes obras de construção de edifícios militares e as de infraestrutura urbana, teve continuidade, também durante a implantação do Aeroporto de Campo Grande, após instituição da Base Aérea, em 1944[826]. Assim, quando a empresa construtora Camargo Correa, foi contratada para construção do aeroporto, seus serviços também se estenderam ao asfaltamento das principais ruas do centro da cidade, em 1950.

Nesse plano de expansão urbana, entre os trilhos e os quartéis militares, propostos em meados dos anos 20 e 30, surgiram os dois novos bairros, Amambaí e Boa Vista[827] (hoje Vila Planalto). Os novos princípios urbanísticos foram aplicados, tanto na projeção desses bairros, como na estrutura de arruamento urbano até o córrego do Prosa,

---

[823] Perito em drenagens e redes de esgoto, Saturnino de Brito, inspirava-se em parte, nas idéias de Camillo Sitte e Camille Martin, embora perseguisse o planejamento e expansão da cidade em bases racionalistas e progressistas, levando em consideração, o interesse público sobre o particular. Saturnino de Brito defendia a idéia de planos elaborados por administradores da cidade. Também se preocupava em fazer concordar o esquema do plano com a topografia do terreno, de modo a facilitar os projetos de esgotos e de construção. Tinha no urbanismo a noção de totalidade e de gestão do presente voltado para o futuro, associando a técnica a princípios estéticos, sendo contra os traçados rigorosamente geométricos, ou os retilíneos fechando em ângulos de noventa graus. Procurava matizar as linhas retas corbusianas com linhas curvas, priorizando a rua como principal local de encontro, preocupando-se em estabelecer espaços abertos, jardins e praças junto às áreas de circulação, levando em conta o entretenimento da população. Um elemento urbanístico valorizado por Saturnino de Brito em suas obras de expansão urbanística, foi, sem dúvida, a "avenida-parque", implantando entre as vias, grandes espaços ajardinados, gramados e arborizados. Tinha como ideal a criação de uma paisagem urbana por excelência, mas em conciliação com a natureza Saturnino de Brito faleceu em 1929.
(ANDRADE, 1996, *passim*).

[824] As idéias de Camillo Sitte, publicadas na Áustria em 1889, foram conhecidas por Saturnino Brito, através da tradução para o francês feita pelo suíço Camille Martin, publicada em 1902. As principais preocupações de Sitte, da escola culturalista, foram a de denunciar a mediocridade da cidade moderna, buscando inspiração nos princípios da cidade antiga, especialmente a barroca, tendo respeito à arte e se preocupando com a função e distribuição das praças públicas. Martin pessoalmente eliminou as referências ao barroco, introduzindo referências medievais e enfatizando mais as ruas que as praças como espaços significativos na cidade, como elementos de passagem e de relações interpessoais. Sugeria a rua suavemente curva de um plano de expansão urbana, no estilo das cidades-jardim, obedecendo a um plano diretor, e mantendo reservas de espaços para equipamentos comunitários (ANDRADE, 1996).

[825] Pode-se compreender a utilização dos recursos do Urbanismo Clássico, como os da perspectiva monumental, para ressaltar símbolos da modernidade, tais como o relógio-monumento, colocado no ângulo de intersecção da Avenida Afonso Pena com a rua 14 de Julho, e o obelisco, na junção da avenida Afonso Pena com a rua José Antônio, em 1933. Nessa época, muitos dos nomes de ruas e avenidas, foram atribuídos a eventos históricos e heróis nacionais. Também se demonstrou a intenção de ostentar, através dos monumentos, o poder político, os heróis da Guerra do Paraguai, ou os fundadores.

[826] A Base Aérea de Campo Grande foi criada pelo Decreto 6.814 de 21 de agosto de 1944, embora só implantada, de fato, em 1970 (ALAMINO, 1999).

[827] O bairro da Boa Vista, vista em planta urbana da época, foi projetado entre os trilhos da NOB, a avenida Tamandaré, Júlio de Castilho e a rua Santos Dumont. Esta rua caía diretamente na área reservada para ser o novo o campo da aviação, entre a avenida Tamandaré, Júlio de Castilho e rua dos Andradas.

prolongando-se através da avenida Afonso Pena[828]. Como resultado, houve um contraste na estética do traçado da cidade, em relação ao plano de alinhamento rigidamente ortogonal, feito anteriormente do outro lado da via férrea[829]. Mas, a mentalidade moderno-progressista, continuou se manifestando entre os moradores, sob diversas formas[830], inclusive, em combinação com a culturalista[831] (Figuras 28 e 29) .

No bojo das propostas urbanísticas da época, foram incluídos instrumentos legais de manutenção da continuidade da malha urbana, no processo de expansão da cidade[832]. No entanto, nessa fase, esse processo expansivo foi mais pronunciado, nas décadas de 1940-50, norteado pelas vias de circulação extramunicipal, avançando sobre a zona suburbana[833].

[828] Essa avenida perdeu a rigidez do traçado reto, após a passagem pelo córrego do Segredo, na expansão do plano urbano da cidade em direção ao oeste. Estendida até os quartéis pelos militares, tomou o aspecto de um típico "boulevard" francês, com o plano de arborização, ao estilo dos "boulevard" construídos em Santos (vide figura 28).

[829] A área antes destinada aos quartéis e aeroporto, devolvida à Prefeitura, também recebeu um plano urbanístico, com os mesmos princípios de Saturnino de Brito, atualmente correspondendo ao Jardim dos Estados (vide figura 28).

[830] Melo e Silva (1989, p.86) assim se expressou a respeito de Campo Grande , nessa fase: *"O mais impressionante, porém, é que não se mede Campo Grande pelo que ela é: todos vivem mergulhados no grande sonho do que ela vai ser*". Na década de 40, surgiu uma lei Municipal, colocando em execução um dos princípios da renovação, as demolições e destruições dos edifícios, no lugar da reforma (MACHADO, op.cit:, p. 64).

[831]: Assim, um outro valor incorporado pela elite local, foi o de se dar importância às fachadas dos edifícios, tanto de moradia, como comerciais e administrativos, reportando-se à estéticas das cidades européias da Idade Média e do Renascimento. Recorria-se aos construtores artesões de origem européia, moradores da cidade, tanto italianos, como espanhóis e portugueses, em alguns casos, solicitando-se a reprodução de modelos arquitetônicos de obras famosas, resultando em alguns pequenos palacetes de proprietários rurais e comerciantes enriquecidos. Já em 1919, segundo Machado (ibidem,, p. 41), destacavam-se na paisagem urbana alguns palacetes das famílias Correa da Costa, Franco Baís, Vieira Damas, Anffe, Soter França. Realçavam ainda alguns edifícios de estabelecimentos comerciais e serviços, como a Casa Vasquez, "A Moda", os hotéis Globo e Oeste, Casa Paulista, Farmácia Royal, Cândia & Moliterno. Entre os edifícios públicos, destacava-se a Câmara Municipal (ALBUM DE CAMPO GRANDE, 1939).

[832] Já na gestão de Arlindo de Andrade, em 1921, foi criado um novo Código de Posturas, normatizando a obediência às diretrizes estabelecidas pelo Município, com relação ao prolongamento das ruas e avenidas, mantendo-se as larguras propostas para cada tipo de eixo de circulação urbana. Em 1937, surgiu a "Lei de Loteamentos Urbanos", a primeira do país, exigindo-se do futuro proprietário a aprovação prévia pela Prefeitura Municipal do plano e planta do loteamento. Na lei de loteamentos, foi permitida a divisão de terrenos em lotes, nessas áreas mais pobres de expansão urbana periférica (CAMPOS, 1939).

[833] Extrapolou o córrego do Cascudo a noroeste (bairro do Cascudo, hoje Monte Castelo) e a vila militar a sudoeste (vila Taveirópolis e vila Bandeirantes). Foi além do córrego Prosa, ao sul (vila Glória), até o cemitério Santo Antônio. A leste, a cidade avançou um pouco menos, chegando até os arredores do Quartel de Polícia e do Campo de Marte (hoje Jardim dos Estados). Com exceção do Taveirópolis e vila Bandeirantes, a cidade não extrapolou, nessa fase, o polígono que constitui hoje, a chamada área central da cidade, definido pelo mini-anel rodoviário (EBNER, 1999).

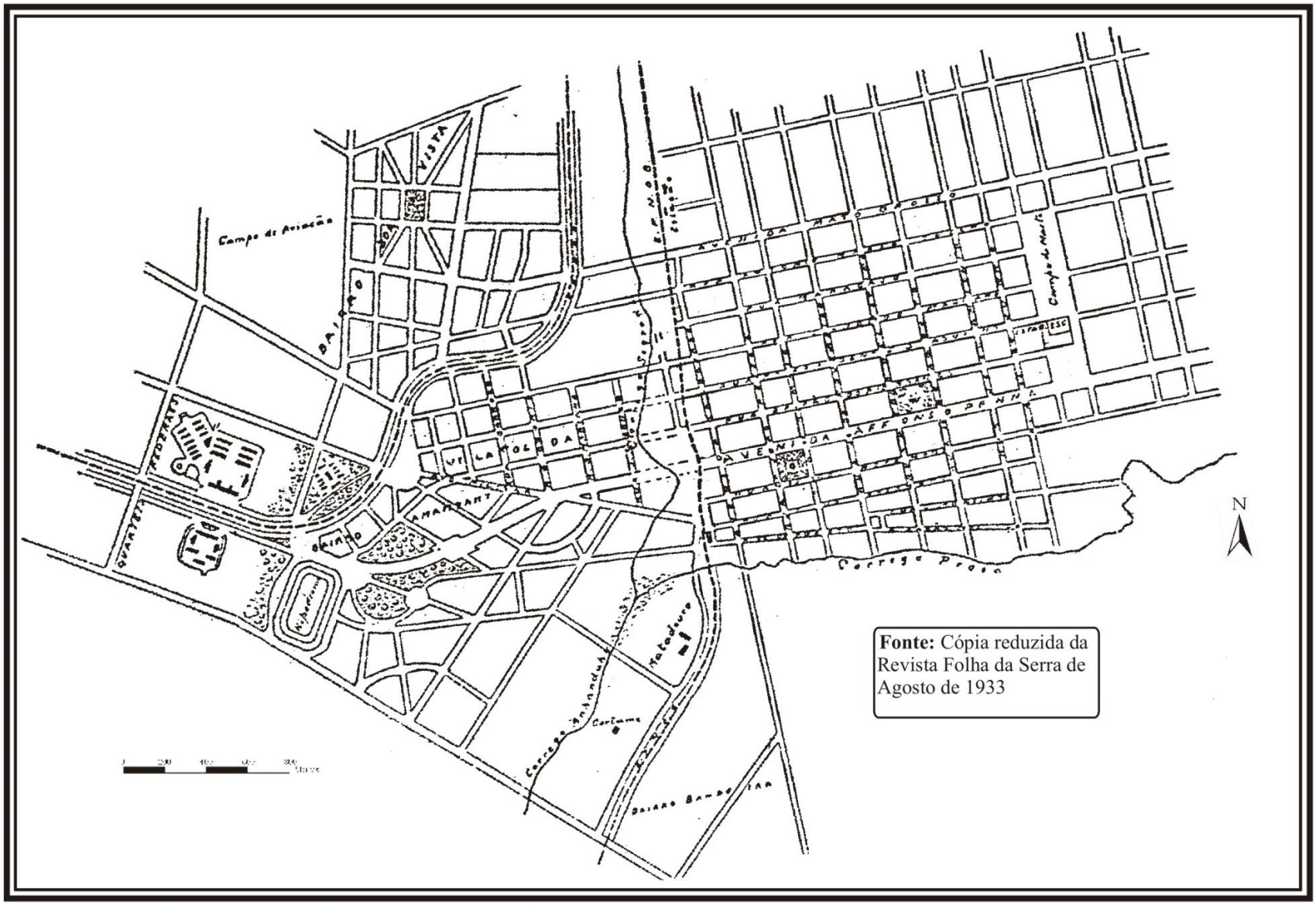


FIGURA 28 - Planta Urbana de Campo Grande - 1933

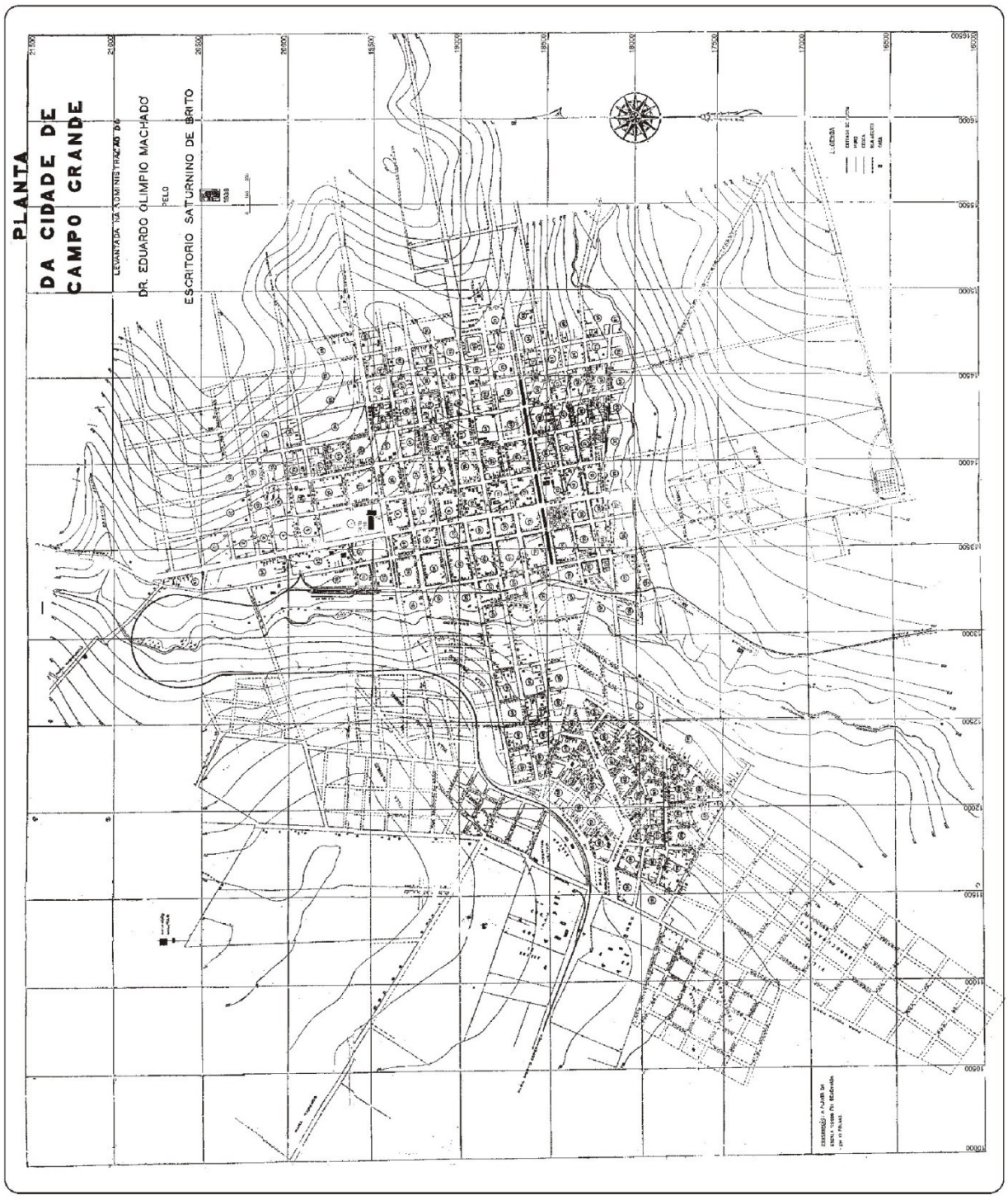


FIGURA 29 - PLANTA URBANA DE CAMPO GRANDE – 1938

Por outro lado, o adensamento dos negócios, na década de 40, já possibilitou definir com maior clareza, o "core" do dinamismo comercial, do ponto de vista da função e forma[834], assim como a área exclusivamente residencial[835] e a transição entre as duas[836].

O centro de comércio e serviços, depois de construída a Estação e a vila dos ferroviários, deslocou-se mais ao norte, entre as ruas Vinte e Seis de Agosto, avenida Mato Grosso, avenida Calógeras e rua José Antônio. O eixo básico da atividade comercial, a chamada "rua principal", ficou sendo a rua 14 de Julho[837].

Sob a influência de um contexto de tendência planejadora, oriunda do movimento municipalista dos anos 40 e 50[838], e do urbanismo humanista do padre Lebret, que valorizava a participação popular da comunidade no planejamento e o atendimento à periferia pobre em infra-estrutuura[839], foi criada a primeira comissão do Plano Diretor em 1948, buscando diretrizes para os novos loteamentos e assentamentos urbanos na zona suburbana[840]. Portanto, uma característica dessa fase, com a participação dos militares, continuou sendo a grande preocupação com a racionalização e disciplinamento do espaço construído.

---

[834] O eixo de maior fluxo comercial passou a ser o da rua 14 de Julho, entre a Estação Ferroviária e a rua 7 de Setembro, incluindo a rua Calógeras e a rua 13 de Maio (OLIVEIRA NETO, 1999).

[835] A zona paralela à comercial, que ainda se manteve exclusivamente residencial, esteve à leste da rua José Antônio até a rua Bahia. Entre as duas faixas ficou a zona de transição entre as duas, considerada "zona mista" (EBNER, 1999).

[836] Desse modo, em 1941, surgiu o "Código de Obras", criando regulações diferenciadas de loteamentos e planos de arruamento para cada zona de construção (EBNER, op.cit.).

[837] O comércio atacadista ficou mais próximo da Estação Ferroviária, especialmente entre a avenida Mato Grosso e o bairro São Francisco. Já o comércio varejista, permaneceu entre o córrego do Prosa até a rua Maracaju. O segmento localizado entre as ruas Barão do Rio Branco e Dom Aquino, passou a ser considerado o ponto de encontro dos moradores da cidade (MACHADO, 1991, pp. 56-63).

[838] A excessiva centralização de funções em determinados órgãos federais, debilitando financeiramente os municípios, tinha resultado no "movimento municipalista", nos anos 40, lançado por organizações de prestígio, como a "Sociedade de Amigos de Alberto Torres" e o "Círculo de Estudos Municipais". Desse movimento visando a valorização do município, surgiu, em 1946, a "Associação dos Municípios - ABM", que garantiu na nova Carta Constitucional desse ano, maior autonomia e participação financeira do Município no sistema de distribuição de receitas públicas. O resultado dessa política foi a adoção do planejamento e modernas técnicas de gestão, no sentido da obtenção de municípios mais fortes do ponto de vista técnico e administrativamente mais eficientes, respaldada pela tendência planejadora da União na busca do desenvolvimento, que acabou resultando na implantação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM, organismo nacional com objetivo de produzir, repassar informações técnicas e treinar pessoal das Prefeituras Municipais (OLIVEIRA, 1992).

[839] O planejamento municipal do final dos anos 40 e início dos anos 50 foi, por outro lado, influenciado pelos planos diretores aplicados em São Paulo e Porto Alegre, resultante da ação do movimento francês de "Economia e Humanismo" liderado pelo padre Lebret, com a participação dos urbanistas da FAU-USP, valorizando a participação popular e o suprimento da expandida periferia pobre das cidades, em serviços de infraestrutura social (Seção "DEBATE" na Revista Espaços e Debates, de dezembro de 1981).

[840] Buscaram-se junto ao segmento social, que compunha a elite pensante do lugar, os "cidadãos notáveis", o respaldo da comissão para o estabelecimento de diretrizes de ocupação e oferta de serviços urbanos à periferia em formação, diante da expansiva multiplicação

5.3 "Fronteira agrícola" em moldes pré-capitalistas

5.3.1 A fase ascensiva do quarto ciclo longo (1948-1973) sob a hegemonia norte-americana

O novo ciclo de expansão da economia capitalista ocorreu no pós-guerra,[841] com base em inovações ao modelo produtivo adotado na Segunda Revolução Industrial, resultando na "linha de montagem" fordista, desenvolvida no período de Entre-Guerras.

O Pós-Guerra significou ainda o domínio dos novos meios de comunicação, do avião a jato e rodovias pavimentadas, a partir de inovações oriundas e aperfeiçoadas durante e entre as duas Grandes Guerras, ampliando o nexo entre os lugares, em escala cada vez mais global[842]. Por outro lado, a unificação do território passou a se fortalecer, através da ampliação do raio de ação e poder de mercado das empresas monopolistas e oligopolistas. Grandes investimentos estatais foram direcionados na implantação de obras de infraestrutura, tanto no interior da cidade, como nas suas conexões com áreas externas, buscando-se viabilizar a maior fluidez nos processos de produção e circulação, em favor do crescimento dos grandes empreendimentos monopolistas.

Assim, esse modelo nucleado e oligopolizado, foi sendo transposto à escala internacional, com a hegemonia dos Estados Unidos[843], via multinacionais[844].

---

[841] Terminada a II Guerra e a fase recessiva do terceiro ciclo longo, encontrava-se amadurecido um imenso acervo de pré-condições técnicas e científicas para uma nova revolução tecnológica. Iniciou-se, nessa fase, a Revolução Técnico-Científica, como frutificação de descobertas e invenções ocorridas no período anterior, especialmente antes e durante os conflitos militares (RANGEL, 1982).

[842] Ocorreram inovações no sistema de radiodifusão (década de 20) e a teledifusão (década de 30). A partir da década de 60, com o aparecimento dos satélites comerciais de comunicação, através de uma organização sob a forma de consórcio internacional, o Intelsat, os sistemas de transmissão por rádio, telefone, televisão e outras comunicações eletrônicas puderam ser aperfeiçoados.

[843] A Segunda Guerra Mundial significou grande oportunidade de crescimento econômico para os Estados Unidos, de modo a organizar para si um espaço econômico internacional funcional e unificado, ocupando o centro do sistema. Fora do palco de conflitos, e tendo acumulado condições internas para incorporar o avanço tecnológico ocorrido nesse período, o país teve oportunidade de reestruturar seus parques produtivos, com base nas inovações tecnológicas amadurecidas, ampliando em 22% sua capacidade instalada. No final da Segunda Guerra, tanto a produção industrial estadunidense como a canadense tinham quase duplicado em apenas um decênio. Desse modo, puderam acumular superlucros, tendo necessidade de reaplicá-los, dando origem a uma política financeira de empréstimos e de descentralização industrial para fora do país. Diante da forte concentração de capitais acumulados, a política estadunidense de expansão econômica fora do país, deu-se através de empréstimos às nações aliadas, em forma de ajuda econômica, e de operações industriais multinacionais (RANGEL, op.cit.).

[844] A nova ordem territorial, em nível nacional e internacional, foi facilitada pela maior capacidade de contatos e fluidez entre os lugares, dada pelas inovações nas comunicações e transporte aéreo, aliada ao aperfeiçoamento dos transportes terrestres, incluindo-se o automóvel e as rodovias (nivelamento, pavimentação asfáltica). A reordenação do território sob controle do Estado e das multinacionais contribuiu, por outro lado, para o aumento dos trabalhadores ligados à circulação de mercadorias, ampliando o setor terciário.

Sucessivamente, a Europa[845] e Japão[846] também foram conhecendo um período de prosperidade econômica.

O sistema capitalista, sob a hegemonia norte-americana, no entanto, baseou-se numa acumulação do tipo extensiva[847], ou seja, na simples extensão territorial e setorial de tecnologias já obtidas anteriormente[848]. Outra característica dessa fase foi o fato da expansão do intercâmbio internacional ocorrer muito mais entre os próprios países desenvolvidos, fruto do esforço dispendido para suas autosuficiências[849].

Essa fase de ascensão capitalista, fêz-se acompanhar de uma mentalidade obssessiva pela técnica e pela racionalidade, via pesquisa e ciência. O espírito mecanicista e técnico conduziu as ações humanas no sentido de uma densificação técnica do espaço, em termos de área construída. Por outro lado, o monopólio favoreceu a forte concentração de

---

[845] Assim, se tanto para os Estados Unidos e Canadá, como para Austrália, Nova Zelândia e África do Sul o período de maior expansão industrial foi o decênio da Segunda Guerra, para os países europeus, a resposta veio alguns decênios mais tarde, com a utilização da capacidade ociosa recuperada, com ajuda do Plano Marshall. A Alemanha, dentro do continente, era o país a apresentar as melhores condições técnicas e humanas para serem utilizadas, resultando no "milagre alemão". Onde houve necessidade de reconstrução pós-guerra das instalações destruídas, o esforço acabou se desdobrando em reconstrução também das instalações obsoletas que puderam ser salvas do conflito, exigindo nova qualificação da mão de obra e novos equipamentos, que resultaram em uma forte prosperidade econômica (RANGEL, 1982)

[846] O Japão, também alvo do conflito da Segunda Guerra, teve um descompasso em relação aos Estados Unidos e Europa, para absorção das tecnologias amadurecidas. Nesse descompasso em relação aos milagres anteriores, é que se explica a sintetização de tecnologias mais novas, resultante das experiências norte-americanas e européias, permitindo-lhe a instalação da mais moderna indústria do mundo. Embora tivesse acumulado condições internas para absorção das novas tecnologias, sua empresas não participaram dos cartéis, porque ainda eram pequenas no momento do processo da cartelização. Foram obrigadas a resguardar o mercado interno, enfrentando agressivamente o mercado externo nas exportações, num regime de concorrência, exigindo delas constantes inovações tecnológicas, que aliadas à manutenção de mão-de-obra barata, conseguiram desbancar nos preços, os produtos dos cartéis nos mercados asiáticos. Na realidade, o Japão teve que optar por uma política de aceleração da importação de novas tecnologias. Essas inovações já se deram nas décadas de 1950-60, no ramo siderúrgico e nas décadas de 1960-70, no ramo dos computadores (MAMIGONIAN, 1982, p. 42-43). Na Segunda Guerra destacou-se na exportação de tecidos e, na década de 60, como maior exportador de aço e navios.

[847] O resultado da redução da concorrência, num capitalismo de caráter monopolista, foi o declínio na intensidade das inovações. Passou a ocorrer a transferência tecnológica dos empreendimentos dos países centrais a outros ramos e territórios, com a implantação de filiais em novos países, num crescente processo de cartelização dos grandes empreendimentos. A multinacionalização resultante, com base na atuação das grandes empresas monopolistas, teve como lógica de crescimento e maximização do lucro, conforme nos coloca Mamigonian (1982, p. 40-42), as campanhas de venda, administração de preços via cartéis, incluindo a obsolescência planejada.

[848] As médias e pequenas empresas de cada ramo, segundo Mamigonian (1982,op.cit.:41), passaram a apresentar apenas duas opções, ou seja, subordinarem-se às grandes empresas ou especializarem-se tecnologicamente. Diante dessa tendência, as inovações passaram a se manifestar na escala de algumas pequenas e médias empresas, transformadas, portanto, em "bancos de ensaio" do sistema.

[849]Os países centrais mantiveram, de modo geral, uma defesa ciumenta de seus mercados nacionais. Os países industriais mantiveram entre si, durante toda essa fase ascensiva um progressivo intercâmbio, não só de mercadorias, como de capitais e tecnologias, beneficiando, em momentos diferenciados, os países que sediavam os novos milagres econômicos (RANGEL, op.cit.).

pessoas e construções no espaço das cidades[850].

O anterior geometrismo dos planos superficiais foi ganhando volume em três dimensões[851] na superfície do território ocupado, com formas dotadas de uma relativa padronização[852]. Mesmo as áreas naturais, ao serem cultivadas ou destinadas à criação, passaram a sofrer interferências cada vez maiores da ciência e da técnica·.

Assim, o espaço tridimensional densificado, especialmente nas nodalidades dos sistemas de circulação, pode ser integrado, não só em função da maior circulação de bens, serviços e idéias pelos meios de transporte, mas também por cristalizar em si, a informação oriunda da ciência e da técnica[853].

Nesse conjunto programado de forte densificação técnica materializada no espaço, a localização transformou-se num recurso econômico de valor estratégico. A coesão entre as regiões passou a ser obtida, através da imposição planejada de arranjos organizacionais, sob forma de capitais fixos (meio técnico-científico-informacional), gerando nodalidades, ou pólos econômicos de desenvolvimento[854], sob forma de cidades, ligados através de rotas de comunicação, verdadeiros sistemas de engenharia.

Desse modo, a estratégia de integração de novos territórios produtivos ao centro de controle metropolitano, passou a ocorrer, lançando-se os tentáculos da malha organizacional, constituídos de centros urbanos e vias de circulação, impulsionados por

---

[850]As metrópoles expandiram-se na escala de região (regiões metropolitanas), às vezes por um processo de justaposição de cidades (conurbação). A expansão já atingia níveis insuportáveis, exibindo várias metrópoles com problemas de circulação, abastecimento, esgotamento nervosos dos habitantes, poluição.

[851] Surgiram arranha-céus cubistas, imóveis coletivos gigantes (portos, aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias), empreendimentos industriais gigantescos, pavimentações das vias.

[852] Desse modo, a homogeneidade foi preponderando sobre a diversidade anterior da paisagem e a ordem passou a ser cada vez mais orientada pelo maquinismo.

[853] Para Santos (1996, pp. 15-17) atingiu-se o que ele chamou de "período do capitalismo tecnológico", ou "período técnico-científico-informacional", também chamado por Rangel (1982: 138) de "revolução técnico-científica". Iniciou-se, portanto, um período caracterizado por descobertas de novas leis que governam a natureza e a sociedade e à base delas, engendram novas técnicas, capazes de elevar a produtividade do trabalho, de modo a ampliar fortemente a produção material. Resultou num desenvolvimento muito grande da "configuração territorial", ou seja, de um conjunto de sistemas de engenharia superposto à natureza (sistemas de transportes, telecomunicações, energia). Este aparecia como se fosse uma verdadeira prótese, voltada à viabilização das condições de trabalho. Também, foi possível inventar a natureza, em áreas não adequadas à intenção de uso, criando-se e se aperfeiçoando novas sementes, corrigindo-se quimicamente os solos, alterando-se a cobertura vegetal de áreas de pastagem, criando-se, alterando-se e se reproduzindo espécies animais, através de inseminação artificial.

[854] Os pólos econômicos de dinamização foram estudados pelo francês François Perroux, na obra clássica "A Economia do Século XX", sendo concebidos como unidades planejadas, na forma de espaço construído, reproduzindo o modelo do centro do sistema, com efeitos de expansão sobre outras unidades do entorno a elas relacionadas (periferia). Na malha organizacional, funcionariam como lugares privilegiados, interligando os circuitos nacionais e internacionais de fluxos do sistema capitalista.

cidades-polos[855], com funções de irrigação e drenagem territorial em favor do centro dinâmico principal. Através da multiplicação desse modelo espacial, foi possível o processo de tecnologia extensiva.

A concentração econômica e espacial das metrópoles, acionando as outras cidades na drenagem comercial dos alimentos e matérias-primas e na irrigação dos produtos industrializados, contribuiu ainda mais para a ampliação e aperfeiçoamento da anterior rede urbana hierarquizada, através da ampliação dos fluxos, da centralização do poder e do sistema produtivo nas metrópoles.

A obssessão empresarial pela técnica e racionalidade do espaço-tempo, com o predomínio das máquinas e do mecanicismo e da lógica fordista, na busca da eficácia, foi sendo repassada de dentro da fábrica para a organização das cidades, incorporando-se ao comportamento coletivo das populações urbanas.

A extrema concentração econômica das empresas industriais tinha dado origem à forte concentração também do comércio, serviços e moradias, emergindo o fenômeno do gigantismo urbano, com cidades expandidas na escala de região metropolitana, de níveis insuportáveis para a vida coletiva.

Os problemas de crescimento demográfico, condições de habitação da população operária de um lado, e o enriquecimento global da sociedade de outro, passou a se traduzir na solicitação de espaços individuais, num consumo desenfreado de objetos e de serviços novos. Significou maior disputa por terras, permitindo a organização da atividade especulativa de venda de terrenos e edificações[856]. O mercado atraente de terras, nas cidades em pleno processo de expansão e adensamento, foi se tornando oportunidade de negócios para investidores, como reserva para futuras ocupações e negociações, dando origem aos "vazios urbanos"[857].

---

[855] Áreas selecionadas para receber infraestrutura e incentivos programados (ANDRADE, 1974). Tornou-se fundamental, a promoção dessas cidades, visando sua integração hierárquica com outros núcleos urbanos, de modo a alimentar o sistema de rede hierarquizada, articuladas à metrópole industrial, constituindo um único sistema territorial, tecnicamente unificado.

[856] O valor fundiário foi sendo constituído, em função das preferências atribuídas a cada lugar (localização) pelos diferentes consumidores (morador, empresário, estado), no conjunto organizado da cidade, como também pela maior acessibilidade ao centro, aos serviços básicos de infraestrutura e ao trabalho. Os lugares selecionados como mais funcionais no processo de estruturação urbana, com maior procura no mercado imobiliário, foram se diferenciando de preço em relação a outros menos privilegiados (renda diferencial), dotados de ritmos e natureza diferenciados.

[857] O termo "vazio urbano" está sendo utilizado aqui, para aquelas áreas dentro da malha urbana, sob forma de lotes ou glebas, sem nenhuma utilização ou subutilizada para fins urbanos.

As cidades foram sendo dotadas de um sentido funcionalista[858], baseadas na extrema segmentação[859], caracterizadas por uma sociedade cada vez mais dividida do ponto de vista econômico e cultural. Esses segmentos de espaço foram sendo articulados, pelo centro nuclear, através das vias de circulação e dos meios de comunicação, reproduzindo-se de forma concêntrica e setorizada. Desse modo, o centro transformou-se no principal ponto nevrálgico de encontro, distribuição e comando dentro da cidade e da sua hinterlândia[860]. A vasta rede de grandes artérias cortando a cidade, por outro lado, favoreceu ainda mais a suburbunização.

Embora segmentada espacialmente, a homogeneidade arquitetônica da paisagem foi preponderando sobre as diferenças estabelecidas na cidade, ao mesmo tempo em que as pessoas foram se automatizando ao ritmo das máquinas, a exemplo das escadas rolantes, dos elevadores, dos horários dos transportes urbanos de massa, dos horários de funcionamento das fábricas. A cidade ganhou a estruturação e o funcionamento de uma máquina, acionada pela nova mentalidade de seus moradores[861].

A idéia de planejamento de Estado foi sendo repassada aos administradores das cidades, contando-se com a participação de especialistas do arranjo espacial, no sentido de otimizar o tempo de articulação entre os diferentes espaços funcionais, vencendo-se com o uso dos veículos automotores, distâncias cada vez maiores dentro das cidades expandidas[862]. A proposta planejada de ordenação administrativa constava, basicamente, de hierarquizações

---

[858] A partir de 1928, o modelo progressista encontrou como órgão de difusão, o "CIAM" (congressos internacionais de arquitetura moderna), de onde surgiram os princípios do urbanismo progressista, sob forte influência do francês Le Corbusier, concretizados principalmente pela "Carta de Atenas" de 1933, sintetizados nas quatro funções da cidade setorizada: habitar, trabalhar, recrear, circular (CHOAY, 1965).

[859] A funcionalidade do espaço e o poder aquisitivo dos usuários constituíram os principais elementos na definição da ocupação da cidade, resultando em espaços social e economicamente segmentados.

[860] Tornou-se o local das sedes dos escritórios das grandes empresas, do controle administrativo da cidade e do conjunto mais importante de comércio e serviços voltados ao consumo coletivo.

[861] A ciência colocada a serviço da força produtiva, ao resultar em novos inventos mecânicos (máquinas elétricas, trem, automóvel, avião), atribuindo maior velocidade e movimento às coisas, já tinham provocado alterações na maneira coletiva de se perceber e se relacionar com a realidade. A estrutura e o movimento das máquinas tinham sido transformados em referências anteriores de eficácia na ampliação da produtividade e da velocidade de articulação entre as pessoas situadas em espaços mais longínquos, para a reprodução da existência, portanto uma referência de espaço-tempo. Assim nesse momento de crise, quando a intelectualidade, novamente teve que buscar formas criativas, capazes de superar as dificuldades encontradas, os princípios da estrutura e funcionamento da máquina e a lógica taylorista ainda continuaram prevalecendo para as novas soluções.

[862] Os especialistas urbanos passaram, cada vez mais, a contar com os avanços técnicos da civilização industrial nos seus processos de intervenção espacial e o compromisso pela criação de uma cidade que, antes de ser moradia, deveria constituir, em termos de espaço-tempo, o locus da eficácia econômica do fenômeno industrial. Buscou-se a eficácia produtiva e da funcionalidade dos espaços relativos, baseados na solidariedade orgânica (CHOAY, op.cit.).

viárias e zoneamento.

No dogma modernista, a forma submetia-se à função, ou seja, primeiro a finalidade e depois a estética. Assim, o planejamento da estrutura urbana progressista e moderna[863] buscou no desenho do território e na forma construtiva dos edifícios, a eficácia econômica da produção capitalista industrial oligopolista[864].

O anterior geometrismo bidimensional racionalista dos desenhos das plantas urbanas, foi sendo repassado à tridimensionalidade das construções, sendo materializado na forma de edifícios e arranhas-céus cubistas de concreto, metal e vidro. Os grandes edifícios públicos e privados e os gigantescos conjuntos habitacionais nas cidades reproduziram a padronização praticada dentro da fábrica, visando o consumo de massa, numa conotação de cidade futurista. As novas construções, com base nos princípios dos urbanistas progressistas, foram sendo realizadas mediante o sacrifício do massacre das obras anteriores, num típico processo de renovação urbana.

Os espaços construídos, pela sua fixidez e volume, não só passaram a exercer influência na reprodução das mesmas condições sociais que lhes deram origem[865], reforçando o fenômeno da funcionalidade e da segregação social, como em alguns momentos, atuaram como forças resistentes a novas funções e à incorporação de novas materialidades[866].

---

[863] Os melhores representantes do planejamento urbano dessa época foram o urbanista francês Le Corbusier e os freqüentadores do CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), que priorizaram a eliminação das chamadas "deseconomias" urbanas, disfunções geradas pelas novas necessidades industriais, buscando adequar as cidades às quatro funções consideradas básicas: habitar, trabalhar, recrear e circular.

[864] Na escala do espaço densamente construído da cidade, a ação racionalizadora, padronizadora e normatizadora do Estado deram-se na instância administrativa local, através de instrumentos jurídicos (legislações urbanísticas) e planos diretores, operacionalizando e gerenciando o ideal de racionalização do espaço, reproduzido na escala da cidade, tentando assegurar, inclusive, o controle do seu futuro. Foram sendo construídas, portanto, sob a ingerência planejadora do estado, as chamadas "cidades corporativas", aquelas, cuja eficiência da forma deveria corresponder à viabilização da produção e circulação das grandes empresas oligopolistas. Caracterizou-se pelos traçados retilíneos com ruas largas, num sistema quadriculado, na obtenção da maior eficácia econômica da produção e circulação do sistema industrial, uma vez que esse setor produtivo teve na cidade o seu "locus" de desenvolvimento. As formas geométricas retilíneas e largas das ruas e avenidas, tornaram-se excelentes recursos para o vencimento das grandes distâncias entre os lugares distintos da cidade expandida, com o advento do automóvel. Essa nova estrutura da malha viária, foi sendo ordenada hierarquicamente, em função das modalidades de fluxos e de tipos de transporte.

[865] Assim, as áreas industriais passaram a viabilizar a continuidade do processo de incorporação de novas indústrias, as áreas residenciais passaram a reproduzir no lugar, a mesma classe ali segregada (CORREA, 1989).

[866] Esse fenômeno foi estudado por Milton Santos, que o chamou de "rugosidades do espaço" em várias de suas obras no estudo das cidades e do espaço, visto como formas construídas, heranças do passado. Calvino (1995:119-120) faz alusão ao que chama de "cidades ocultas". Assim, num processo de emergência de uma nova cidade que se abre em meio à primeira, pode-se perceber uma cidade do passado sob a nova cidade, através de remanescentes. Também Ignácio de Mourão Rangel, em suas várias obras, atribuiu forte importância a essas configurações territoriais, formando no conjunto, grandes parques produtivos e de circulação, atuando como fonte de resistência inicial à incorporação de inovações tecnológicas no tempo e no espaço.

Essas formas e objetos construídos, ao projetar um conjunto de símbolos, representando crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade[867], também passaram a ser significativos, na medida em que puderam provocar respostas à percepção do usuário da cidade[868].

5.3.2 Internacionalização da indústria brasileira e a redivisão do trabalho regional

O Brasil, inserido na periferia do sistema capitalista, mais uma vez mostrou-se sensível aos novos movimentos da economia internacional, integrando-se ao centro e buscando se ajustar à nova ordem, respondendo ativamente, mas dessa vez, muito mais para continuar a construção do edifício industrial iniciado na fase anterior[869], do que para dinamizar sua produção para o comércio exterior (RANGEL, 1985).

Portanto, a diferença no processo de industrialização brasileira, é que nessa fase, passou a ocorrer de forma internacionalizada[870], embora com relativa autonomia em relação aos impulsos partidos do centro, caracterizando-se como uma das economias mais dinâmicas do mundo capitalista (RANGEL, op.cit., p. 31)[871].

No entanto, de um lado o relativo atraso em que se encontrou em relação

---

[867] Cada imagem de um local edificado pode evocar o poder, o sagrado, a beleza estética, a sabedoria, a miséria, a prostituição, a riqueza, o patriotismo. Num primeiro olhar, o observador conseguirá distinguir os palácios dos templos sagrados e as áreas de lazer coletivo (TUAN, 1980).

[868] Passaram a atuar como estímulos, evocando a memória coletiva e mesmo individual, dizendo ao observador não só o que pensar e sentir, como também atuando como elementos-referência de orientação na totalidade construída da cidade (TUAN, op.cit.).

[869] Na fase anterior, havia sido desenvolvido industrialmente apenas o chamado Departamento II da economia, ou seja, a indústria de bens de consumo leve, tendo à frente a indústria têxtil. No entanto, o Departamento I tinha permanecido com o caráter pré-industrial ou artesanal, iniciada desde a fase recessiva do Segundo Ciclo de Kondratieff. Aparecia sob forma de oficinas mecânicas de manutenção (autônomas, anexas às indústrias e aos serviços públicos e militares), que não só davam manutenção aos equipamentos importados, como não raras vezes, copiavam-no, reconstruindo um outro em consonância com suas forças produtivas. Nessa fase, faltava, portanto, desenvolver em bases industriais esse conhecimento adquirido ao longo do tempo, criando um Departamento I industrializado (RANGEL, 1985).

[870] Entre 1950-65, a reativação do comércio internacional deu-se essencialmente entre os próprios países desenvolvidos, sendo grande parte dos empréstimos norte-amercanos via Plano Marshall, aqueles direcionados para a Europa e Japão (países destruídos pela Guerra). No caso brasileiro, embora o país recebesse as empresas industriais multinacionais, a produção continuou sendo para abastecer o mercado interno. Na realidade, segundo Rangel (1985:31), continuou-se o processo de substituição de importações iniciado na fase anterior, reduzindo o coeficiente de abertura da economia.

[871] Mesmo tendo perdido posição no conjunto do comércio internacional, segundo Rangel (op.cit.), o Brasil apresentou índices de crescimento industrial superiores aos dos países centrais nessa fase (7,4 contra 5,1%).

aos países centrais do sistema no final da Segunda Guerra, e de outro, a forma de sucessão das substituições de importações, não permitiram a absorção imediata das tecnologias amadurecidas dos países industriais. Essa incorporação só se deu quando a reconstrução do centro dinâmico atingiu o fim de sua trajetória[872].

Desse modo, assistiu-se no Brasil, a um modelo de renovação da estrutura industrial invertido em relação aos dos países centrais. Não só se partiu dos setores de coroamento do parque industrial dos países europeus, como também da unidade familiar, para depois atingir a fábrica, a cidade e o país (RANGEL, 1982, p 58-59) [873].

Não obstante se contasse com mão-de-obra abundante, em função de uma crise agrária em processo, criou-se uma política arrecadadora de Estado, via encargos salariais e subsídios governamentais para aquisição de bens de capital[874]. Os bens agrícolas continuaram na pauta de exportações, gerando receitas em moedas externas, equilibrando as compras de bens de capital destinadas ao setor industrial em estruturação.

O mercado de consumo para cada tipo de indústria foi despontando de forma escalonada, promovendo o surgimento de ciclos internos aproximados de dez anos (ciclos de Juglar)[875]. Desse modo, foi possível, sucessivamente, organizar cada componente do Departamento I, desde as indústrias de bens de consumo duráveis até as de bens de produção, com a intervenção do Estado, nos momentos de passagem de um grupo de

[872] As novas formas de substituição de importações brasileiras, visando continuar a construção do seu edifício industrial, deram-se, pelas atividades de coroamento dos países industriais (química e bens duráveis de consumo), num processo de absorção cultural e incorporação tecnológica. Os bens duráveis de consumo que passaram a ser industrializados no Brasil foram, na realidade, bens de equipamento voltados à unidade familiar de produção (automóveis e eletrodomésticos). O grande contingente de população técnica escolarizada solicitada durante o processo de modernização do território resultou na ampliação da classe média nas cidades. Por outro lado, a técnica mais avançada na faina doméstica, ao transferir para o mercado mão de obra feminina e ativa de modo geral, por unidade familiar, aumentou os padrões de renda familiar da classe trabalhadora e das camadas médias da sociedade A aplicação de técnicas mais avançada às lides domésticas, passou a repercutir na maior produtividade familiar, liberando grande parte da mão-de-obra feminina em idade ativa das atividades internas da casa, para o mercado de trabalho. Essa situação repercutiu, na elevação dos padrões finais de consumo da família, de modo a favorecer o consumo dos produtos industriais no mercado interno brasileiro (RANGEL, 1985).

[873] O novo impulso industrial brasileiro se iniciou com o programa de Metas do presidente Juscelino Kubstchek, herdeiro do pacto populista iniciado no governo Vargas, utilizando-se de empréstimos internacionais (RANGEL, 1982).

[874] Desse modo, conforme Rangel (1985), procedeu-se a um processo industrial com mão de obra cara (encargos salariais) e bens de capital barato (subsídios governamentais).

[875] Foi avançando da indústria de bens de consumo leve (não duráveis) para indústrias de bens de consumo mais pesadas e duráveis, até a indústria de bens de produção, completando o edifício industrial. A sucessão à indústria de bens de consumo não durável e leve (indústria têxtil) deu-se, portanto, para indústrias de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis, indústrias químicas e mecânicas pesadas (RANGEL, op.cit.).

atividades para outro[876], até atingir o mercado agrícola na década de 70.

Mas, nesse movimento de expansão das forças produtivas brasileiras, o modelo industrial do centro dinâmico do sistema capitalista, ao articular-se com a estrutura arcaica do tipo feudal, entrou em unidade dialética com ela, participando de sua natureza, e que puderam ser evidenciados por meio de alguns efeitos estruturais[877].

O excedente de mão-de-obra que saía do campo para a cidade e das regiões de velho povoamento em direção à metrópole industrial foi sendo, em grande parte, absorvido por aqueles ramos de atividades do Departamento I, remanescentes da fase pré-industrial[878] e pela agricultura, atividades baseadas no trabalho intensivo, especialmente nas fases ascensivas dos ciclos internos de Juglar. No primeiro caso, o redirecionamento do recurso força de trabalho significou um processo de urbanização e no segundo, a expansão das atividades agrícolas em novos territórios[879]. No entanto, a população rural até 1960, ainda foi mais representativa que a urbana[880].

A disseminação das culturas comerciais, na forma de expansão da fronteira

---

[876] Em cada momento em que um componente industrial do Departamento I ia encontrando limite de mercado, surgia o estrangulamento da economia em outro. As indústrias que haviam conseguido se desenvolver e oligopolizar o mercado, dispunham de superlucros, no momento da limitação de mercado atingido pelo grupo de atividades desenvolvidas. Desse modo, esses superlucros transformavam-se em poupança a serem aplicadas em novas substituições de importação. O papel do estado, nesses momentos de tensão passava a ser o de reorientar os capitais acumulados das atividades em crise para as de estrangulamento, ou seja, do polo de poupança para o polo de investimento, necessitando para isso, criar mudanças no aparelho de intermediação financeira do sistema. Desse modo, ia articulando sobras de caixa para as áreas de ociosidade. Também coube ao estado criar medidas institucionais facilitadoras, como o controle do câmbio, o confisco cambial do café, a criação de reservas de mercado interno, a política de priorização de importações a equipamentos não produzidos internamente, incentivos fiscais (RANGEL, 1985).

[877] Assim, a influência da classe latifundiária sobre a classe aliada da burguesia industrial brasileira redundou numa indústria desenvolvida, nas condições de um direito corporativo e num aparelho financeiro francamente usurário, do tipo medieval, o que parecia impróprio. Mas, de fato, tornou-se eficaz, já que estava em consonância com o estado efetivo das forças produtivas existentes, permitindo um mínimo de concordância entre essas forças produtivas e as relações de produção. Assim, a estrutura anterior, ao ser perturbada pelo aparecimento de estruturas moderna, pôde caminhar em direção da superação da estrutura anterior (RANGEL, 1985, p. 86).

[878] Como esses ramos ainda não estivessem industrializados, eles tinham no trabalho intensivo a sua principal função básica de produção e conseguiam absorver muita mão-de-obra (RANGEL, op.cit.).

[879] Desse modo, as sucessivas levas de contingentes em direção ao polo industrial, foram contribuindo para o fenômeno da macrocefalia urbana, resultando em duas grandes metrópoles, em 1950, São Paulo e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro era a capital política e São Paulo a capital econômica. Rio de Janeiro apresentava em 1950 2.377.451 habitantes e São Paulo 2.198.096 habitantes. O raio de área construída da cidade de São Paulo, que em 1872 não ultrapassava 1 quilômetro, em 1954 já chegara a alcançar 15 quilômetros (LEMES, *apud* Santos, 1990: 17). De 1950 até 1970, a população da cidade de São Paulo tinha quase triplicado, ultrapassando mesmo a cidade do Rio de Janeiro, que também quase duplicara. A cidade de São Paulo passou em 1960 para 3.781.446 habitantes e em 1970 para 5.924.615 habitantes. O Rio de Janeiro foi para 3.281.908 em 1960 para 4.251.918 habitantes em 1970 (SANTOS, 1993).

[880] Significou 63,8% do total em 1950 e 54,5% em 1960. A população tinha crescido significativamente em todo o país, após a Segunda Guerra Mundial, resultado de uma alta natalidade e de uma mortalidade em decréscimo, fruto do crescimento econômico do período anterior e dos progressos sanitários (SANTOS, 1993).

agrícola, na década de 50, facilitada pela intensificação da circulação pelas ferrovias e pelo surgimento da classe média, conforme nos coloca Petrone (1994, p. 81), foi resultando nos necessários nódulos urbanos de articulação do intercâmbio comercial[881].

No entanto, em meados da década de 50 e a década de 60, o Sudeste já passou a exibir uma só e expressiva rede urbana integrada[882], enquanto no restante do território, predominavam as cabeças de rede dendrítica[883]. Mesmo assim, ainda em 1970, final dessa fase ascensiva, o fato urbano foi um fenômeno mais significativo para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro[884]. Na seqüência, os outros estados mais urbanizados não chegaram sequer a alcançar a média nacional[885].

Nessa fase, a indústria brasileira tornou-se o setor de ponta, aumentando significativamente sua participação em relação à agricultura. O crescimento do parque industrial do Sudeste, ocorrido pelo processo industrial, com base num mercado interno importante em nível nacional, significou em termos de participação no mercado nacional, segundo Oliveira (1977), estagnação do processo industrial no Nordeste e Norte, pequeno crescimento no sul e a manutenção no Centro-Oeste (entre 1947-1968).

No conjunto, as relações da metrópole com as regiões funcionais, com base no arranjo organizacional da malha viária ligada e suporte numa rede urbana, favoreceram o processo de regionalização e da integração territorial, em favor da nova lógica industrial, permitindo o processo de acumulação. A tendência foi a do estabelecimento de relações cada

---

[881] Os nexos estabelecidos, entre o polo industrial e as regiões econômicas, até então, foram se dando mais intensivamente com as cidades internamente melhor estruturadas, e que se situaram nas posições nodais dessa malha. A malha urbana mais importante em termos de número e porte de cidades foi, sem dúvida, a do estado de São Paulo, incluindo o porto de Santos (PETRONE, 1994).

[882]Em menor território, a rede urbana também aparecia mais definida no centro, sul e Zona da Mata de Minas Gerais, sul do Espírito Santo, norte do Paraná, Rio Grande do Sul e zonas esparsas do litoral do Nordeste. Já foi possível identificar, em meados da década de 50, segundo Petrone (ibidem,pp. 91-92) uma "região geo-econômica paulista", com duas famílias de cidades, uma do "tipo paulista" e outra caracterizada como das "áreas pioneiras do oeste". Nesse último caso, as cidades se identificavam com a grande família de cidades do tipo americano, que já tinham atingido certa maturidade urbana. Tinham como características principais, a idade relativamente recente, o rápido crescimento, a atividade especulativa, o cosmopolitismo populacional e o dinamismo da vida urbana. Expressava a rápida renovação da "civilização material" e a extraordinária mobilidade populacional no espaço, ligadas aos fatos econômicos Nelas se incluíam cidades como Marília, Londrina, Rio Preto, Campina Grande, Uberaba e Campo Grande PETRONE, op.cit.).

[883] No Nordeste e Norte, destacaram-se, nessa fase, as principais cabeças de rede (Recife, Salvador, Fortaleza, Belém) e no sul, Porto Alegre. Recife e Salvador, as duas tradicionais cidades-porto e as maiores do Nordeste eram, no mínimo quatro vezes menor que as duas metrópoles do Sudeste (PETRONE, 1994).

[884] Já apresentavam índices de urbanização, segundo SANTOS (1993) respectivamente de 80% e 77%, muito superiores à média nacional (56%).

[885] Depois de São Paulo e Rio de Janeiro vinham, em ordem de importância, segundo os dados apresentados por SANTOS (1993), Pernambuco (54%), Rio Grande do Sul (53%), Minas Gerais (52%).

vez mais hierárquicas, entre as cidades comerciais alimentadoras da metrópole, com base na estrutura dos equipamentos de comércio e serviços existentes em cada uma.

Até 1964, havia proposições neoliberais, desenvolvimentistas antiliberais (intervenção estatal) não nacionalistas e nacionalistas e a corrente socialista[886]. A euforia do crescimento industrial, com base na presença cada vez mais importante das empresas multinacionais, no entanto, manteve a preponderância da anterior mentalidade desenvolvimentista, com a prática do planejamento (BIELCHOWSKI, op.cit., p.11)[887].

Nesse sentido, os militares, atribuiram a si o papel de "ponta de lança do progresso". Procuraram contribuir na aceleração do processo de industrialização e de integração nacional, promovendo não só a sustentação[888], como a vigilância do regime, pautados na filosofia sobre segurança nacional[889], e numa mentalidade de planejamento, programação e orçamentação. Nesse sentido, da ESG surgiram os estudos e propostas para uma nova divisão territorial militar com base em "Exércitos" e "Comandos", adotados pelo Ministério da Guerra unidades-base do sistema de guarda e vigilância em zonas com

[886] Destacaram-se como neoliberais as idéias defendidas por economistas aglutinados em torno da Fundação Getúlio Vargas, do Conselho Nacional de Economia, da Confederação Nacional do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio de São Paulo. Os desenvolvimentistas nacionalistas tiveram a representação da elite empresarial do setor privado, em torno da Confederação Nacional da Indústria, que vivenciava a experiência pioneira do planejamento. Mas surgiram desenvolvimentistas nacionalistas entre os intelectuais, que constituíram as equipes técnicas civis e militares das agências planejadoras desde a fase de centralização de poder comandada por Vargas. Reuniram-se em torno da Assessoria Econômica de Vargas, do BNDE, do Clube dos Economistas, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Destacou-se entre esses pensadores, pela forma mais independente de se expressar, o economista Ignácio de Mourão Rangel. O pensamento desenvolvimentista não nacionalista nasceu entre intelectuais do setor público, que tinham se aglutinado, desde o segundo governo Vargas, na criação do projeto que instituiu a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e BNDE, onde se destacaram as idéias de Roberto Campos. Entre os pensadores socialistas destacou-se Caio Prado Júnior (BIELSCHOWSKY, 1996).

[887] Tratava-se de uma proposição política de industrialização como meio de superar a pobreza dos países subdesenvolvidos, ou de reduzir a diferença em relação aos países ricos, um modo de se atingir a independência política e econômica, através do crescimento auto-sustentado. Com base no processo de difusão do progresso técnico (centro do sistema), o subdesenvolvimento passou a ser caracterizado como condição de periferia. Nessa corrente de idéias, emergiram aquelas dos intelectuais da Cepal, que enfatizaram a tese da deterioração dos termos de troca, com as regiões atrasadas transferindo seus ganhos para as desenvolvidas. Os desequilíbrios estruturais poderiam ser minorados, conforme os intelectuais cepalinos, com a prática do planejamento, introduzindo-se programas de desenvolvimento e projetos econômicos, junto de práticas protecionistas (BIELSCHOWSKY, 1996.

[888] Como ocorrera em tempos anteriores, ou seja, de Deodoro da Fonseca e Vargas, os militares foram chamados a assegurar a sustentação do regime na década de 60, quando este entrou em processo de desagregação, promovendo as mudanças necessárias nesse sentido (RANGEL, 1985).

[889] Essa filosofia tinha surgido sob a influência norte-americana, e divulgada, a partir de 1949, através da criação da "Escola Superior de Guerra- ESG". Passou-se a levar em consideração as armas psicológicas e nucleares, além das ideologias antagônicas ao sistema capitalista, como fatores que tirariam a "nitidez das fronteiras". Criou-se, em função dessas novas preocupações, o "Serviço Nacional de Informações". Essa escola esforçou-se em gerar uma elite politizada do exército, com a função de constituir, com base na nova mentalidade, uma nova elite na sociedade civil. Buscaram na integração com os civis, a vitalidade nacional para o enfrentamento de quaisquer problemas que atentassem contra a "segurança nacional". Surgiu dessa idéia, a criação da ADESG- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, civis diplomados em escolas de "doutrina militar" (MARTINS, 1986).

problemas de segurança interna e de colonização em territórios não desbravados ou não atingidos pelo "desenvolvimento". O País passou a contar com 4 Exércitos, sendo que o Mato Grosso (sem Amazônia) e o estado de São Paulo formaram a "zona militar do centro" (ou II Exército), desdobrada em duas "regiões militares", ligadas a cada Estado **(**Figura 30).

No nível das metrópoles e cidades maiores, o país já teve que enfrentar desafios, frente ao impasse que vinha sendo criado pelo congestionamento urbano e pela crescente especulação imobiliária, optando-se pelo planejamento urbano integrado[890].

O decréscimo da participação do setor agrícola no Brasil em favor do dinamismo da indústria no Sudeste, foi acompanhado de redivisões regionais, via planejamento, ampliando a participação das regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste no setor agrícola, em detrimento daquela do Sudeste (OLIVEIRA, 1977, p. 43). Nesse rearranjo funcional do território brasileiro, em que o polo industrial transferiu tarefas para outras regiões, transformando - as em regiões dependentes da região motora[891], foram criadas as superintendências de planejamento, específicas para cada região, responsáveis pela introdução de programas e projetos econômicos de desenvolvimento das funções pré-determinadas[892].

Até a década de 70, o Centro-Oeste brasileiro já tinha se transformado em periferia imediata do polo industrial do Sudeste e base para a conquista da integração da Amazônia no sentido sul-norte (Ajara, 1989, p. 123-124). Essa região mostrou uma modalidade de crescimento agrícola, distinta das demais, em função de sua constância evolutiva[893]. O que ocorreu, foi a continuidade da expansão da fronteira agrícola, originária do Sudeste, em direção a essa região, integrando-a ao polo industrial (Oliveira, op. Cit., p.52-53). A região Norte foi a única a permanecer inalterada nessa fase, permanecendo isolada do mercado interno.

---

[890] A experiência de planejamento integrado com equipe técnica interdisciplinar vivida em Recife, nos anos 60, servir de referência metodológica, para o governo militar, na adoção do planejamento urbano, como forma de intervenção no espaço das cidades (OLIVEIRA, 1992).

[891] Muito embora, o discurso da época fosse o da correção das disparidades regionais, Ignácio de Mourão Rangel já alertava sobre o equívoco, demonstrando que o que ocorria de fato, era a redefinição das relações regionais, em termos de funcionalidade (OLIVEIRA,1997, p. 41).

[892] A iniciativa da constituição da Sudene transformou-se em exemplo para a criação de outras agências nacionais de desenvolvimento regional, como Sudam, Sudesul e a Sudeco. A partir da Assessoria Econômica de Vargas, em 1957 e 1958, na qual haviam intelectuais preocupados com as condições de desemprego, pobreza e atraso cultural da população, além dos arcaísmos das instituições vigentes, emergiram propostas da criação da Sudene, viabilizadas no governo Juscelino Kubstchek, como forma de solução dos problemas sociais e dos desequilíbrios regionais (OLIVEIRA, 1997).

[893] A participação da produção agrícola no mercado nacional passou de 2,8% em 1947, para 6,7% em 1968 (OLIVEIRA, op.cit.:45).



FIGURA 30 - UNIDADES MILITARES NA FRONTEIRA – 1970

Na mentalidade dos militares do pós-guerra, com fortes laços norte-americanos[894], e de alguns teóricos brasileiros, deveria ser reforçado o "expansionismo demográfico" na fronteira, tanto sob o ponto de vista do crescimento demográfico, como da mobilidade do excedente de mão-de-obra em direção aos "espaços vazios"[895]. Significaria tanto uma forma de garantir a segurança e vitalidade nas faixas fronteiriças[896], como de ampliação do mercado interno de abastecimento e de consumo dos produtos industriais[897].

Incluiu-se na estratégia de integração e segurança nacional, a transferência da capital brasileira para o Planalto Central[898], contribuindo de forma significativa, para o deslocamento de expressivos contingentes migratórios para o Oeste brasileiro, ocorrendo a deflagração de uma rápida e profunda expansão da "fronteira demográfica" nas décadas de 50, 60 e 70.

A espinha dorsal para a integração das regiões ao mercado nacional foi, sem dúvida, o sistema de transportes rodoviários implantados. A implantação do novo plano de

---

[894] Após o término da Segunda Guerra, em 1946, os militares ganharam nova estruturação, sendo criadas as Forças Armadas do País (Exército, Marinha e Aeronática). Em 1952, o presidente da República realizou o "Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos", com o objetivo de fortalecer os compromissos assumidos pelo "Tratado Interamericano de Assistência Recíprocra", iniciando uma etapa de ampla modernização da instrução, equipamento e organização administrativa do Exército (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1972).

[895] Viam a possibilidade de um crescimento autossustentado somente em país de dimensões continentais, tanto do ponto de vista da superfície como da população. Desse modo, a industrialização brasileira, feita sob a forma de substituição de importações, dependeria, em última instância, da disponibilidade e tamanho de um mercado interno, construído com o aumento e ocupação de população sobre áreas vazias. A política de colonização, ocupando "espaços vazios", significaria também o reconhecimento e utilização dos recursos naturais, favorecendo o aumento da renda e da integração do mercado. Assim, os adeptos da "doutrina militar de segurança nacional" defenderam a necessidade de uma forte relação positiva entre o tamanho da população e a segurança nacional, para favorecer a defesa, influência e a potência nacional. Serviria para garantir a defesa contra possíveis agressões estrangeiras. Nesse caso, deveria haver um fluxo de população para ocupar os "espaços vazios", garantindo o controle das fronteiras (ROSSATO, 1981, *passim*).

[896] As faixas fronteiriças eram interpretadas como territórios de "cobiça estrangeira", estando neles incluídos, reconhecidamente a Amazônia e, depois de 60, o Oeste de Mato Grosso.

[897] O pensamento intelectual, em torno do qual se concretizou a conquista de novas terras, na conhecida "marcha para o oeste", segundo Waibel (op.cit., p. 309), na realidade, seguiu o exemplo norte-americano de deslocamento simultâneo para o Oeste, estudado por Turner, tanto da "fronteira demográfica" como da "fronteira econômica" até que as mesmas pudessem se superpor, alcançando a fronteira política.

[898] Essa ação, também teria sido fruto, da reinterpretação do discurso mítico do século XIX. Nessa época, predominavam duas ideologias míticas. Entre elas estava aquela do tempo do império joanino, que preconizava a idéia de uma capital central no interior do país, significando a criação de um novo mundo independente de Portugal, o Reino Unido do Brasil, proposta por Hipólito José da Costa no "Correio Brasiliense" em Londres de 1808 a 1822 e mais tarde, programada por José Bonifácio. A outra prevaleceu nos últimos anos do Império, com a célebre premonição de São João Bosco sobre o lugar com a terra prometida, onde jorraria leite e mel. A fonte dos rios (da vida) escolhida pela providência levou Varnhagen, em 1956 a identificar o Planalto Central como divisor natural de águas, que ligava todo o sistema de comunicações fluviais do território nacional (MAGNOLI, op.cit., p. 283).

estrutura viária[899] permitiu a multiplicação do rendimento dos caminhos terrestres, pela ampliação da velocidade dos fluxos e pela maior flexibilidade das rotas[900]. A rápida expansão da área cultivada e da população nessas áreas foi favorecida pelo aparecimento do caminhão e das estradas de rodagem, os alimentadores das ferrovias[901], substituindo os anteriores carros-de-boi e tropas de burro.

Na década de 50, a tendência do avanço das zonas pioneiras[902] passou a ser em direção à região Centro-Oeste, nas áreas de reservas florestais, praticando-se principalmente o desmatamento e a exploração de essências florestais. Como as regiões de matas possuíam os melhores solos agrícolas, estas não foram consideradas impecilhos, mas ao contrário, fator de avanço das zonas pioneiras[903], sendo que o caminhão transportador de madeiras-de-lei permitiu ainda mais sua valorização[904].

Já nas décadas de 60, houve um avanço mais rápido do povoamento, na forma de "fronteiras agrícolas" nas áreas férteis de florestas desmatadas. Nessa fase de internacionalização do capital, assistiu-se novamente à presença de colonos estrangeiros, embora esse processo tenha sido mais intenso, no Paraná[905].

No entanto, a especificidade de Mato Grosso do Sul em relação ao Paraná,

---

[899] A ação dos militares foi importante, na década de 60, com relação à implantação, sobretudo a partir de 70, da rede de rodovias-tronco, visando ampliar a captação de alimentos e ocupar também a Amazônia (estado MAIOR DO EXÉRCITO, 1972).

[900] O modelo rodoviário mostrou-se o mais eficaz para quebrar os isolamentos regionais, incompatíveis com a fase de expansão da indústria nacional, na medida em que permitiu substituir os veículos de tração animal e as estradas carroçáveis pré-existentes. Ao mesmo tempo, tornou-se um instrumento eficaz para a produção industrial, ao colocar automóveis e ônibus nas cidades e caminhões nas estradas (RANGEL, 1982).

[901] O transporte a grandes distâncias ainda dependia das ferrovias, ao longo das quais apareciam os armazéns atacadistas e grandes depósitos, e mesmo cidades, mas as rodovias permitiam o afastamento do povoamento das vias férreas (RANGEL, 1982). Nessa fase, as estradas, muitas vezes, não passavam de trilhas barrentas e poeirentas, cheias de atoleiros em tempo de chuvas (WAIBEL, 1979). Com um ousado programa em infraestrutura viária, especialmente, após 1964, durante o governo dos militares, construiram-se estradas de rodagem, conectando-as às ferrovias já instaladas, de modo a promover uma melhor integração da malha viária.

[902] A fronteira agrícola, na década de 50, tinha atingido o Norte e o Sudoeste do Paraná, Noroeste de Santa Catarina e o Norte do rio Doce, nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais (WAIBEL, 1979, p.295).

[903] Waibel (*ibidem*) mostrou a origem norte-americana do significado de "pioneiro". O termo era empregado no sentido econômico, referindo-se ao primeiro homem a penetrar na mata. Esse conceito atribuía à "fronteira" a conotação de zona mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região "civilizada". Daí o termo "zona pioneira".

[904] Desse modo, as empresas madeireiras e serrarias acabavam penetrando na mata, antes do colono. Além desses empreendimentos, as zonas pioneiras eram, quase sempre antecipadas pela presença de companhias de terras, que adquiriram grandes latifúndios, para loteá-los e revende-los sob forma de várias pequenas propriedades (WAIBEL, op.cit.).

[905] Na década de 50, o Oeste do Paraná ainda passava pela fase pré-pioneira, com o predomínio de empresas colonizadoras, na realidade atuando na extração e beneficiamento do pinho. (FOWERAKER, 1982, p. 65).

foi o fato das matas não ocuparem extensa áreas, mas apenas manchas separadas por imensas extensões de campos, resultando num povoamento do tipo mais denso e aglomerado Foweraker (1982). Outra característica da fronteira agrícola, ao adentrar o Mato Grosso do Sul, foi a de deixar de ser monocultora de café, para se transformar em zona de pequenas propriedades policultoras[906], tornando-se, segundo Foweraker (ibidem), progressivamente capitalistas[907], com uma divisão social do trabalho cada vez mais complexa. Os proprietários rurais foram de modo geral, ex-colonos oriundos de zonas cafeeiras de São Paulo, ou imigrantes[908].

Entre as décadas de 40 e 70, a população urbana do Centro-Oeste praticamente decuplicou, passando de 270.837 para 2.493.011 habitantes, principalmente em função da construção de Brasília. No caso do Mato Grosso do Sul, a ampliação foi mais modesta, mesmo assim, quintuplicou, passando de 80.417 para 452.117 habitantes[909].

5.3.3 Colonização e avanço da fronteira agrícola pré-capitalista no sul do Estado.

A necessidade de abertura ao mercado internacional e de, ao mesmo tempo, dar continuidade ao projeto desenvolvimentista industrial voltado ao mercado interno, tinha levado Vargas a adotar a chamada política mista, voltada tanto à busca de recursos financeiros e importação de produtos básicos no exterior, como ao desenvolvimento industrial interno de bases nacionalistas. Conseguiu a adesão principalmente, de parte do segmento da classe média que se identificava com a industrialização e a modernização (SKIDMORE, 1982, *passim*).

---

[906] A crise do café levou os pequenos proprietários a cultivá-lo, apenas quando as condições de solo e clima o permitissem. Assim, no lugar da monocultura cafeeira, surgiu uma policultura comercial (algodão, café, entre outros), buscando o abastecimento do mercado interno, ditado pelos preços mais compensadores, exigindo o emprego relativamente pequeno de capital (WAIBEL, ibidem, p. 297).

[907] Enquanto o movimento de ocupação da fronteira agrícola paranaense, a partir da década de 40, havia tomado características do afluxo de pequenos proprietários com atividades predominantemente extrativas e relações do tipo pré-capitalistas, no caso do Mato Grosso, deu-se a expansão de pequenos produtores agrícolas, nos anos 60-70, com relações do tipo pré-capitalista em transição para a capitalista (FOWERAKER, 1982).

[908] Entre os imigrantes predominaram os japoneses, italianos, espanhóis e portugueses (WAIBEL, op. cit.).

[909] Na realidade, a taxa de incremento, segundo os dados do IBGE, foi sendo progressivamente aumentada da década 1950-60 para 1960-70, respectivamente de 36,7% para 41,7%, tanto pelo processo de concentração urbana como pela emergência das cidades pioneiras.

Os esforços dos administradores do Mato Grosso deram-se no sentido do estreitamento do vínculo com a área industrial, através da implantação de obras de infraestrutura, especialmente o transporte rodoviário e a energia elétrica. Esse momento foi caracterizado principalmente pelas ações empreendidas nos governos de Fernando Correa da Costa[910] a Pedro Pedrossian.

O objetivo era o de se criar um vetor de expansão da indústria paulista em direção a Campo Grande e Cuiabá, aprofundando os laços já existentes entre essa área e São Paulo[911], através de obras de transportes, energia e produção de combustíveis. De outro lado, buscava-se promover a colonização agrícola das áreas férteis do sul do Estado, incentivando-se o avanço interno da fronteira agrícola, com a entrada das empresas privadas de colonização[912], atuantes no Paraná e oeste de São Paulo.

A área já incluída na região geo-econômica de São Paulo, através da estrada de ferro Noroeste do Brasil, "estrada da lancha" e do Piquiri, foi a primeira a sofrer os efeitos de políticas governamentais de desenvolvimento integrado, com base na expansão de obras de infraestrutura, estreitando-se os laços de subordinação com as cidades do oeste de São Paulo.

Por iniciativa da oligarquia cuiabana, na pessoa do governador Fernando Correa da Costa, em 1951, antes mesmo da Sudeco, surgiu a CIBPU- Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, buscando o desenvolvimento integrado dessa região e a de Cuiabá, como integrante da região geo-econômica de São Paulo[913]. Nesse sentido, as obras de maior importância foram a hidrelétrica de Urubupungá, as linhas de transmissão de energia elétrica

---

[910] Filho de Pedro Celestino Correa da Costa, o médico Fernando Correa da Costa, embora da UDN, representava esse segmento da classe média intelectualizada, identificado com os ideais desenvolvimentistas-nacionalistas e industrializantes. Subiu ao poder, segundo Ribeiro (1993), com o apoio do PSD.

[911] Os projetos rodoviários e ferroviários que brotaram nessa época demonstravam uma nítida intenção em avançar os tentáculos de circulação em direção à Amazônia.

[912] O governo do Estado concedia terras devolutas, fazendo com a empresa um contrato de colonização, no qual a empresa se via obrigada a entregar as terras loteadas, com serviços básicos de infraestrutura física (meios de transporte) e social (escolas, hospital, farmácia), além de oferecer assistência ao colono.

[913] Já em 1951, por iniciativa do governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, cuiabano da linha desenvolvimentista, os governadores dos estados componentes da região geo-econômica de São Paulo, na reunião dos governadores, constituíram a "Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai- CIBPU", com sede em São Paulo. A partir desse evento, os representantes distribuíram-se em comissões especializadas de transporte, energia elétrica e combustível, zoneamento geo-econômico e povoamento, financiamento e crédito. Tinham como objetivo analisar os problemas regionais e propor soluções apropriadas. O objetivo da comissão foi o de propor estudos de potencialidades, visando o planejamento do desenvolvimento integrado para a bacia Paraná-Paraguai, dos setores de transportes, energia elétrica, combustíveis, população. Para esse fim, foi proposto um zoneamento econômico, no território da bacia do Paraná-Uruguai. Buscou-se planejar a interligação da navegação interior, energia elétrica e industrialização dos sete estados, com a finalidade de acelerar o desenvolvimento regional em processo e de forma integrada (CORREA FILHO, 1969, p. 20). O governador pretendia expandir o eixo de desenvolvimento em direção a Cuiabá.

até Corumbá e Ponta Porã[914] e a construção da usina de Mimoso em Campo Grande[915].

Visando o abastecimento do mercado consumidor interno de Campo Grande, também surgiram, na década de 50[916], o assentamento de famílias de pequenos produtores imigrantes japoneses[917], em loteamentos agrícolas[918], continuidade do processo anterior de "fronteira em expansão".

A década de 60 e especialmente 70 foi importante, não só para o Mato Grosso, como para todo o Centro-Oeste, em termos de implantações rodoviárias pavimentadas, como iniciativa da União, especialmente, durante os governos militares[919], através do Prodoeste. O objetivo do governo federal no Mato Grosso do Sul era o de constituir corredores de transporte, para escoamento da produção em direção ao Sudeste, ampliando a conexão com o centro dinâmico industrial[920]. O governo estadual, em 1966, criou o

---

[914] Dessa iniciativa surgiram as propostas e operacionalização do aproveitamento hidrelétrico e hidroviário dos rios Paraná-Tietê construção de pequenas usinas hidrelétricas e termoelétricas (a diesel) em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, ampliando até 1965, em pelo menos três vezes, a capacidade geradora da energia elétrica de Mato Grosso (CORREA FILHO,op.cit., p. 19). Nesse sentido, foi importante o financiamento obtido junto aos norte-americanos pelas Centrais Elétricas Matogrossenses, em 1964, no Programa Aliança Para o Progresso Também surgiu, dessa iniciativa, a proposta de elaboração da Companhia Siderúrgica de Mato Grosso – Cosima para o aproveitamento regional de ferro, manganês e calcário, a Usina Jaciara e cultivo de cana-de-açúcar, financiados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool. No entanto, a atuação da CIBPU foi sendo reduzida, pela emergência dos órgãos regionais subordinados diretamente à União, criados em 1967 (Sudene, Sudeco, Sudesul, Sudam).O aproveitamento deu-se entre os saltos de Itapura e de Urubupungá (com as usinas de Jupiá e Ilha Solteira) e da interligação hidroviária, visando assegurar a navegação através desses obstáculos, com construção de eclusas. Foi criada para esse fim a Celusa - Centrais Elétricas de Urubupungá S.A (CAMPOS, 1960).

[915] Em 1958, foi dada a concessão de serviços de eletricidade à Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT (CAMPOS, 1960).

[916] Surgiu por iniciativa da colonizadora Jamic – Japan Management Imigration Company (KELLER E MAGNANINI, 1977).

[917] Estabeleceram-se nos municípios de Terenos (Várzea Alegre), Sidrolândia (Quebra-Coco), Aquidauana (Dois Irmãos), Campo Grande (Yamato, Três Barras, Mata do Segredo, Córrego da Cachoeirinha e Ribeirão do Prosa). Já a colônia japonesa da Mata do Jacinto, em Campo Grande, foi iniciativa municipal (KELLER e MAGNANINI, 1977, p. 173).

[918] As pequenas propriedades japonesas, de 25 ha em média, do tipo familiar, passaram a ter no arroz o principal produto de comercialização, escoados através da ferrovia até Corumbá e municípios paulistas da Alta Noroeste. No entanto, na década de 60, tanto esses produtores, como daqueles da Colônia Agrícola de Terenos, passaram a se ressentir da concorrência das lavouras comerciais modernizadas de São Paulo. A colônia japonesa de Salobra organizou-se em forma de cooperativa, aos poucos optando pela granjicultura (aves e ovos). O caráter de cooperativa especializada e sua posição junto à ferrovia permitiu sua sobrevivência até os dias atuais enquanto as outras foram passando por um processo de pauperização e abandono das terras em favor da cidade de Campo Grande (INNOCENCIO, 1977)

[919] No Mato Grosso do Sul, o governo central implantou no estado 4.597 km de rodovias asfaltadas do tipo radial (ligando à Brasília), transversal (integrando aos centros consumidores do sul, sudeste e às fronteiras da Bolívia e Paraguai) e longitudinal (ligando o sul do estado com a Amazônia/Santarém), tendo no ponto de intersecção dessas rotas, a cidade de Campo Grande (INNOCENCIO, op.cit.).

[920] A BR-262 e a BR-267 foram programadas, dentro do Plano Rodoviário Nacional, a se transformarem em "corredores de transporte", destinados a escoar a produção regional ao Sudeste, desde as fronteiras da Bolívia e Paraguai. A BR-163 cruzou as duas, atingindo o norte até a Amazônia. Esses dois eixos cruzaram o estado em sentido sul/norte e leste/oeste, constituindo a base estrutural de apoio ao sistema regional, junto da ferrovia. As rodovias estaduais e municipais implantadas transformaram-se em alimentadoras desse sistema, complementadas pelas ações da navegação fluvial (INNOCENCIO, op.cit.).

Departamento de Estradas de Rodagem, vinculado ao DNER, para implantação e melhoramento de uma rede de estradas vicinais ligando as zonas produtoras às rodovias-tronco da União.

O processo de colonização que caracterizou o avanço da fronteira agrícola para o sudeste de Mato Grosso, nas décadas de 50 e meados de 60, deu-se com o esgotamento da frente paulista, nos moldes predominantemente pré-capitalistas. Foi direcionado principalmente pelas companhias privadas de colonização da região da Alta Sorocabana, com a presença de colonos migrantes nordestinos dispensados de terras paulistas, em função da expansão da pecuária.

Essa frente estabeleceu contato com aquela mais antiga, originária do Rio Grande do Sul, dedicada à pecuária e erva-mate. Vieram se juntar a elas, também paranaenses e novas levas de gaúchos, adensando a população no sul de Mato Grosso[921].

Na medida em que o setor pecuário foi sendo novamente reativado para enfrentar um mercado competitivo, ampliaram-se as áreas de engorda no planalto, com inovação nos métodos de criação, aprimoramento genético dos animais através da introdução do gado zebu para cruzamento com o gado pantaneiro. Os invernistas foram incentivados pelo governo federal, com linhas de financiamento, de modo a se obter animais com peso elevado em idade precoce[922].

Em 1970, mesmo com alguns frigoríficos, o Mato Grosso, terceiro produtor brasileiro de bovino (IBGE), ainda teve a maior parte do efetivo destinado ao abastecimento das indústrias frigoríficas do oeste de São Paulo. O aperfeiçoamento das empresas de transporte rodoviário para o boi em pé, especialmente do oeste de São Paulo, favoreceu a substituição da ferrovia pela rodovia, na circulação extra-regional do gado para o abate. Por

---

[921] Já na década de 50, o grupo "Bata" (antiga Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso) criou Bataguassu, Bataiporã, e mais tarde Anaurilândia. Em 1953, a Companhia Vera Cruz, com sede em Marília, colocou à venda lotes rurais, para implantação de cafezais, dando origem ao município de Naviraí. Em 1956, a companhia colonizadora do empresário paulista, latifundiário, comerciante e industrial Antônio Joaquim de Moura Andrade, adquiriu terras às margens do rio Ivinhema, loteando mais de 6.000 propriedades, vendendo-as especialmente a nordestinos, dando origem ao município de Nova Andradina em 1958. Em 1957, instalou-se a Colônia de Curupaí, nas terras do atual município de Caarapó, atraindo produtores paulistas e mineiros (KELLER E MAGNANINI, 1977).

[922]Desse modo, procedeu-se à melhoria genética dos rebanhos, cruzando o gado existente com reprodutores de melhor linhagem, oriundos do Triângulo Mineiro. Passou-se à introdução de pastos plantados, com seleção de espécies de capim e progressivamente, os serviços técnicos da ciência veterinária foram sendo solicitados (vacinas, antibióticos). Algumas áreas de engorda foram sendo implantadas nos "Campos de Vacaria", ampliando a necessidade de cercamento das terras com arame farpado, principalmente junto às áreas de pequenos produtores agrícolas do sul do estado. As exposições de gado promovidas por associações de criadores foram fundamentais nesse sentido (CAMPOS, 1960).

outro lado, a produção do charque começou a decair[923].

Em meados da década de 60, já no governo militar e por incentivo deste, foram surgindo movimentos espontâneos de fazendeiros capitalistas[924], tanto pecuaristas paulistas e mineiros, como agricultores de café do Paraná[925], adquirirndo terras de pequenos produtores e alterando o modelo agrícola adotado. Além de fazer concorrência à pequena produção, esses novos proprietários facilitaram a transição do modelo produtivo mercantil (pré-capitalista) para os moldes capitalistas de produção, fazendo concorrência ao modelo anterior.

Diante dos insucessos da pequena produção frente à concorrência da produção capitalista[926], algumas das empresas colonizadoras chegaram a propor alterações no processo de ocupação agrícola, incluindo assistência técnica para formas produtivas mais modernas[927].

O extremo sul do Estado transformou-se em ponto de fricção e fragilidade estratégica, diante das tensões provocadas por conflitos de terra, na ocasião do retorno de "brasiguaios" mal sucedidos. A União interferiu diretamente na área de faixa, criando o Projeto Integrado de Iguatemi, no final da década de 60 (1969), através do INCRA - Instituto

---

[923] A produção de charque, ainda mantida em Corumbá, Aquidauana e Porto Murtinho, enfrentava dificuldades diante da concorrência da carne refrigerada, com melhores preços de mercado, tornando-se inviável do ponto de vista econômico, diante do cumprimento das rigorosas normas higiênico-sanitárias-industriais que tinham sido aprovadas pelo Ministério da Agricultura em 1952, sem poder se beneficiar das mesmas linhas de crédito destinadas aos frigoríficos (BENITES, 1995, p. 317).

[924] Destacaram-se, nesse caso, os municípios de Iguatemi e Naviraí, com gaúchos e paranaenses, adquirindo grandes áreas para implantação de pastagens artificiais para o gado (KELLER E MAGNANINI, op.cit.).

[925] Atraiu, por exemplo, o principal plantador de café, Geremias Lunardelli, instalando 200.000 pés no município de Caarapó. Desse modo, o modelo de grandes propriedades começou a ser implantado ao lado ou até superpondo o modelo anterior (CAMPOS, 1960)

[926] A intensificação do processo de ocupação das terras nas manchas florestais, pelas pequenas propriedades familiares, necessária para retirar os produtos de subsistência e os comerciais, sem técnicas de recuperação ou de aumento de produtividade, levaram ao rápido esgotamento das terras e à contínua mobilidade regional da população agrícola, não conseguindo fazer frente às propriedades médias e grandes, com estrutura produtiva mais moderna, ameaçando de falência, o modelo agrícola anterior (KELLER E MAGNANINI, 1977).

[927] Em 1962, por exemplo, a Sociedade de Melhoramentos e Colonização S.A - Someco investiu na área, adotando um modelo mais moderno de colonização, incluindo o loteamento rural e urbano, abertura de estradas e prestação de assistência técnica aos agricultores, resultando em maior êxito que as anteriores, e numa área de forte atração populacional. Adquiriu 80.000 alqueires junto ao rio Ivinhema, e parte da "mata de Dourados"(Glória de Dourados e Fátima do Sul), dando origem aos atuais município de Ivinhema e Glória de Dourados (5 e 20 hectares), cultivando café e algodão. Ivinhema foi o município do sudeste do estado que mais recebeu incremento de população rural no decênio 60-70 (6.182%), sobretudo paranaenses, paulistas e nordestinos, transformando-se em importante zona de produção agrícola (*Idem, ibidem*).

Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com base em pequenas propriedades[928].

Até o final da década de 60 e início de 70, o Centro-Oeste já tinha se transformado na segunda região brasileira abastecedora do Sudeste em produtos primários ao mercado urbano-industrial e, São Paulo no seu principal fornecedor de produtos industrializados (IBGE, 1977).

A atuação das empresas colonizadoras também teve efeito urbanizador, já que o centro urbano de serviços (educação e saúde) fazia parte do contrato dos empreendimentos de colonização com o Estado[929].

Dourados, diante da presença das novas áreas colonias e na condição de sede da Colônia Agrícola Nacional[930], sofreu um grande impulso de crescimento, ultrapassando em tamanho de população a cidade de Ponta Porã, em 1960[931]. Por outro lado, as fortes ligações com a área pioneira matogrossense da Alta Sorocabana, suscitou, segundo Figueiredo (op.cit: 243), a disputa entre Presidente Prudente e Campo Grande, pela capitania de sua rede urbana[932].

5.3.4 Centralidade de Campo Grande na rede urbana

Campo Grande, no centro do Mato Grosso do Sul, ficou no ponto de cruzamento das duas rodovias federais estruturais (BR-163 e BR-262), fortalecendo ainda mais a anterior situação de entroncamento junto ao sistema aero-rodo-ferroviário de Mato

[928] Essa faixa de fronteira, vizinha do Paraguai, tornou-se área de tensão social e conflitos de terra, em função o retorno de brasiguaios mal sucedidos (*Idem, ibidem*).

[929] Desse modo, até meados da década de 1960, nas áreas do Sudeste e Sul do estado tinham ocorrido não só a fragmentação da grande propriedade, a fragmentação municipal, com emergência de novos núcleos urbanos, tais como Fátima do Sul e Glória de Dourados (*Idem, ibidem*).

[930] Em função do confronto direto entre o governo federal e empresa privada estrangeira monopolista ervateira, a "Colônia Agrícola Nacional de Dourados" passou às mãos da União, através do "Instituto Nacional de Imigração e Colonização", criado em 1954, alterando o seu nome para Núcleo Colonial de Dourados. Esse Núcleo passou, então, a receber boa parte do fluxo migratório, composto especialmente por nordestinos plantadores de café e algodão. Nesse processo de ocupação, a antiga área de colonização do atual município de Itaporã também acabou sendo transformada em colônia agrícola por iniciativa da Prefeitura Municipal (GRESSLER E SWENSSON, 1988).

[931] De acordo com os dados do Censo do IBGE, a cidade de Ponta Porã estava com 12.107 habitantes e Dourados com 16.468 habitantes.

[932] Figueiredo (1968), citado acima mostra uma série de evidências, nessa fase, da integração da área pioneira matogrossense à cidade de Presidente Prudente: a vida comercial balizada pelas atividades paulistas; a navegação mais voltada ao lado leste da Bacia do Paraná; o forte consumo de produtos oriundos de Presidente Prudente e a grande quantidade de proprietários de terras e veículos oriundos daquela cidade paulista. Também alude ao grande número de rádio-amadores ligado a São Paulo e a importância de Presidente Prudente no atendimento à saúde da população, através de seus hospitais.

Grosso do Sul, assim como do sistema de comunicações[933]. Desse modo, continuou sendo o espaço mais fluído, não só para canalizar e exportar a produção do Estado para São Paulo, como para distribuir regionalmente os produtos oriundos daquele polo industrial, transformando-se na praça comercial mais dinâmica do Estado.

Nessa fase, foi deflagrado o processo de integração das anteriores bacias urbanas isoladas, de modo geral com intermediação dos núcleos urbanos "cabeças de rede", ou daqueles mais integrados à infraestrutura regional, com capacidade de absorver com maior intensidade os reflexos do crescimento das atividades agro-pecuárias do Estado. As vias de circulação, com base na ferrovia e/ou rodovias pavimentadas, foram fundamentais na subordinação maior ou menor das várias zonas de organização econômica e urbana, à cidade de Campo Grande.

Na década de 50, ao longo da ferrovia, ocorreu urbanização, oriundo de perdas de população rural nas fazendas de gado em modernização, assim como em colônias agrícolas e áreas de mineração em decadência, beneficiando principalmente Campo Grande, Aquidauana, Corumbá e Ribas do Rio Pardo[934].

A cidade foi equipada de estrutura de comércio e serviços, capaz de atrair para si a maior parte da população urbana do Mato Grosso do Sul, capturando economicamente, em maior ou menor grau, as micro-regiões existentes.

Tornou-se, segundo o IBGE, o principal centro de drenagem e distribuição de produtos[935], com o movimento bancário[936] mais intenso de Mato Grosso. Por outro lado,

---

[933] Era a sede da Diretoria regional dos Correios e telégrafos, com 01 agência postal no bairro Amabaí. Apoiava-se nos serviços telegráficos e telefônicos da ferrovia da NOB, assim como nas estações telegráficas e radiofônicas da 9º Região Militar, do Destacamento da Base Aérea e das empresas aéreas existentes. Também passou a contar com 2.000 aparelhos de telefones da Companhia Telefônica Campo-grandense (FERREIRA, 1958).

[934] A micro-região constituída por Anastácio, Miranda, Nioaque, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Caracol, Bonito era polarizada por Aquidauana, o segundo entroncamento rodo-aero-ferroviário em importância no estado. Nela estava a produção granjeira e frutífera mais importante do estado (colônias de japoneses), importantes áreas de pastagens de gado na transição entre o alto pantanal com as serras de Maracaju e Bodoquena e os solos férteis do planalto da Bodoquena (compostos de arenito-calcário), além da presença de madeiras-de-lei em áreas florestadas não aproveitadas (CAMPOS, 1960). A modernização da pecuária e a concorrência comercial sobre os produtos tradicionais das colônias agrícolas favoreceram um forte êxodo rural em favor de Campo Grande. Permaneceram mais fortalecidas apenas as colônias japonesas cooperativadas e especializadas em ovos e frutas (Várzea Alegre e Dois Irmãos).

[935] Em 1958 a cidade já continha, segundo a Agência Municpal de Estatística do IBGE, 65 casas atacadistas, 21 empresas de passageiros rodoviários, 04 empresas de transporte aéreo, 03 empresas de táxi-aéreo, 326 caminhões de carga, 6 caminhões-tanque, além de outros fechados. A estrada de ferro Noroeste do Brasil contava com 9 estações de coleta e distribuição dentro do próprio município. Para o alojamento de viajantes, a cidade era servida de 39 hotéis e 19 pensões (FERREIRA, 1958).

[936] Em 1958, segundo o IBGE, a cidade contava com 8 estabelecimentos bancários, sendo um deles matriz (Banco Agropecuário de Campo Grande com 07 agências), além de 01 agência da Caixa Econômica Federal. O movimento bancário de Campo Grande, nesse ano, já era duas vezes maior que Cuiabá, concentrando 29,5% de todo o movimento estadual (FERREIRA, op. cit.).

foi ganhando a função de beneficiamento da produção regional[937]. No atendimento do consumo da população, Campo Grande passou a apresentar o maior e melhor estruturado equipamento de comércio e serviços[938] da região.

Diante do processo de modernização agrícola e, dada a maior facilidade de circulação dentro do território, proprietários e empreendedores rurais enriquecidos passaram a residir nas cidades, buscando se beneficiar-se de seus serviços. O mesmo passou a ocorrer com o contingente de trabalhadores, excluídos do modelo agrícola capitalista, e os recém-chegados, atraídos pelas oportunidades do dinamismo econômico regional. Em 1950, através do censo, pode-se evidenciar a concentração de 29,3% da população urbana de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande.

Nesse período, Campo Grande foi centro de convergência, sobretudo, de sua própria população rural[939], especialmente das áreas decadentes de pequena produção agrícola. Nas décadas seguintes, a área de influência sobre o êxodo rural foi sendo ampliada, abrangendo os municípios mais próximos[940], para se estender, através da ferrovia e ramal, especialmente a Oeste, atingindo as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, mas também a BR-163, em direção a Cuiabá.

Assim, a região diretamente encabeçada por ela, abrangeu os municípios do entorno, desmembrados de seu território[941]. Também, o norte do atual estado de Mato Grosso do Sul, área de povoamento antigo, de fraca densidade populacional e quase desprovido de

---

[937] Em 1950, foi implantada, por iniciativa de pecuaristas da região, uma unidade de abate bovino, com capacidade de 300 cabeças/dia, representando 41% do valor industrial do município. Além dele, até o final da década de 50, surgiram várias máquinas de beneficiamento de arroz, café e erva-mate (Idem, 1958).

[938] Em 1958, havia 885 casas de comércio, sendo 820 voltadas ao serviço do varejo. Os internatos religiosos e particulares, prestaram serviços à população residente na cidade e aos proprietários que ainda permaneceram nas sedes de suas fazendas. Foi implantada uma faculdade de Odontologia e Farmácia. Quanto à assistência médica, a população moradora e regional passou a contar com 65 clínicos, 44 dentistas e 14 farmacêuticos. Além disso, segundo FERREIRA (1958), havia 15 drogarias e farmácias, 02 hospitais gerais e um específico para o atendimento de pessoas acometidas pelo pênfigo, 01 casa de saúde, 06 ambulatórios médicos, 03 postos médicos, 01 centro de saúde, 01 clínica médica, 01 dispensário escolar, 01 dispensário de profilaxia de lepra, 02 asilos (01 para velhos e outro para leprosos).

[939] Na década 50-60, segundo os dados dos censos do IBGE, Campo Grande registrou a maior perda de população rural entre os municípios do estado (60,8% da população do campo), seguida por Nioaque (45,5% de perda), Rio Brilhante (39,9%) e Rochedo (38,5%). Na década seguinte, os municípios mais afetados por perdas de população rural foram por ordem de importância, Bandeirantes, Corguinho, Jaraguari, Rochedo e Ribas do Rio Pardo.

[940] Entre 1960 e 70, observando-se os dados dos censos do IBGE, constata-se que Aquidauana e Ribas do Rio Pardo, passaram a perder população em favor da cidade de Campo Grande, junto com a sua micro-região de influência direta.

[941] Nesse caso, incluiram-se os municípios de Terenos, Rochedo, Corguinho, Rio Negro, Bandeirantes, Jaraguari e Ribas do Rio Pardo.

centros urbanos[942] e voltado à pecuária extensiva e extrativismo, teve sua anterior captura através de Coxim, fortalecida em relação a Campo Grande, com influência sobre um segmento territorial do Pantanal[943].

Em função de seu dinamismo social e econômico, já em 1963, Campo Grande cidade foi o Município selecionado pelos técnicos do CIBPU, com base nos conceitos de "Pólo de Desenvolvimento Regional", para abrigar em escala macro-regional, a implantação do primeiro distrito industrial no Estado[944]. Mas esse processo que só ocorreu no início da fase seguinte.

As áreas fronteiriças do extremo oeste, junto aos mais extensos e despovoados latifúndios de pecuária do Mato Grosso do Sul, transformaram-se no conjunto mais isolado do espaço capturado por São Paulo, através de Campo Grande. Nelas, apenas os portos de Corumbá, Ladário e Porto Murtinho, tinham se constituído em cidades. Corumbá foi perdendo importância junto à população urbana do Estado, embora em 1970, ainda fosse a segunda cidade em tamanho populacional, alimentando-se do êxodo rural pantaneiro. Manteve, durante essa fase, a liderança comercial sobre os outros dois núcleos urbanos, ou seja, Ladário e Porto Murtinho [945].

Foi na zona de expansão da fronteira agrícola situada no Sudeste e extremo Sul do Estado que emergiram as cidades pioneiras. Esta se apresentou entre 1950 e 1960,

---

[942] Além de Coxim, destacavam-se apenas Rio Verde Mato Grosso e Camapuã (CAMPOS, 1960).

[943] Coxim ligava-se a Campo Grande, através da BR-163, a Corumbá através do rio Taquari, a Aquidauana através de rodovia estadual e, a Goiás, através da BR-060. Com uma economia predominantemente pecuária em moldes extensivos, a rede alimentadora principal dos principais eixos viários foram os tributários da bacia do Paraguai, especialmente através do rio Taquari (CAMPOS, 1960).

[944] No projeto, segundo Correa (1969), houve intenção em se incentivar a dinamização desse polo regional, dotando-o de estrutura agro-industrial, para beneficiamento dos produtos regionais, visando a recepção de incentivos governamentais, e interligando-o aos circuitos nacionais e internacionais, através dos fluxos já existentes. Ainda dentro da mesma política do CIBPU, dez anos depois, a nível micro-regional, foram implantados mais três distritos industriais nas cidades mais importantes do ponto de vista econômico, depois de Campo Grande: Corumbá (junto à área de mineração de ferro e manganês), Três Lagoas (junto ao complexo hidrelétrico de Urubupungá) e Dourados (junto à principal área agrícola do estado).

[945] A expectativa sobre a micro-região dava-se em torno da industrialização, em face da posição ocupada junto à bacia do Prata e a ferrovia, das riquezas minerais (ferro e manganês em Corumbá) e vegetais (quebracho e carandá em Porto Murtinho) e por constituir-se ainda no grande "vazio" populacional do Estado. Por outro lado, conhecia-se o potencial petrolífero e de gás natural nos vizinhos territórios bolivianos, tendo sido feito acordo entre os dois países, desde 1958, visando a construção de um gasoduto, como meio de possibilitar a industrialização ao longo do eixo ferroviário (CAMPOS,1969:83-84). Havia ainda possibilidade de se capitanear o mercado consumidor naquele país. A região já contava com a única indústria de cimento do estado, próspera em função das obras de Urubupungá. Além das indústrias de ferro gusa e da empresa de mineração no maciço do Urucum, havia o Moinho beneficiando trigo oriundo da Argentina. Mesmo assim, no final da década de 60 e início de 70, ocupava o quinto lugar no estado, em valor de produção industrial, destacando-se, no entanto, por reunir o maior número de cabeças de gado, direcionados para o planalto e São Paulo (ALMEIDA et alii, 1977: 316).

como sendo a região mais densamente povoada, com a rede de transporte mais adensada, maior intensidade de tráfego, e que mais havia se urbanizado. Destacaram-se, nesse processo de urbanização, por ordem de importância, Dourados (248%)[946] e Ponta Porã (105%)[947]. Essa zona de organização, sob a primazia de Dourados, distinguiu-se, não só pelo maior número de núcleos urbanos, como pela organização de mais um nível hierárquico entre as cidades. Assim, dois núcleos urbanos constituíram zona de influência própria, Ponta Porã e Fátima do Sul[948].

A influência de Campo Grande também atingiu essa microrregião, através do ramal ferroviário e de rodovias federais orientadas até a fronteira sul Campo Grande, alimentadas pelas rodovias estaduais, municipais e mesmo vias fluviais. No entanto, o asfaltamento da BR-267, favoreceu sua inclusão na hinterlândia da Alta Sorocabana em São Paulo, especialmente de Presidente Prudente. Desse modo, a sua vinculação a São Paulo deu-se tanto diretamente, como através de Campo Grande, além ainda de algumas cidades paranaenses.

Os municípios de Rio Brilhante, Maracaju, Sidrolândia, dos "Campos de Vacaria" na serra de Maracaju, cuja atividade predominante era a pecuária, estavam nessa época sob o influxo de Campo Grande. No entanto, não deixaram de receber influência do dinamismo comercial de Dourados e Ponta Porã. O mesmo ocorreu com Bonito, Guia Lopes da Laguna e Jardim, beneficiando-se de afluxos populacionais no sul do Estado.

No entanto, a população urbana e mesmo rural de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Tabuado no Nordeste do Estado integrava-se diretamente ao Oeste de São Paulo (KELLER e MAGNANINI, 1977). Tradicional área de pecuária, na rota do Triângulo Mineiro, cuja função comercial era auxiliada pelo núcleo urbano de Paranaíba, essa micro-região passou a conhecer acréscimos populacionais, em função da oportunidade econômica oferecida pelas grandes obras civis de construção da usina de Jupiá e depois Ilha Solteira. O

---

[946] Favorecido por ligações com a fronteira paraguaia, com São Paulo e Campo Grande, a pequena cidade de Dourados em 1950 quadruplicou o seu contingente populacional até 1960 e duplicou até 1970, chegando a contar aí com 31.599 habitantes, conforme os dados dos censos do IBGE.

[947] A micro-região do Planalto de Amambai era constituída por Amambaí, Iguatemi, Navirai, Caarapó, Dourados, Jateí, Fátima do Sul, Itaporã, Glória de Dourados, Ivinhema, Bataiporã, Anaurilândia, Nova Andradina, Bataguassu e Antônio João (CAMPOS, 1960).

[948] Fátima do Sul voltou-se ao atendimento específico dos núcleos de povoamento, vinculados à produção dos pequenos agricultores da Mata dos Dourados. Ponta Porã continuou atendendendo a antiga área de povoamento do planalto de Amambaí (CAMPOS, 1960).

adensamento populacional acabou se transformando em mercado local capaz de incentivar a produção agrícola de abastecimento urbano em áreas mais férteis. Essa micro-região junto aos limites do estado de São Paulo foi sendo incluída na órbita de influência de cidades paulistas de maior porte (São José do Rio Preto, Araçatuba, Andradina), numa continuidade da malha urbana que vinha sendo tecida do polo industrial de São Paulo para o oeste. A cidade de Três Lagoas e em segundo lugar a de Paranaíba tinham primazia sobre os núcleos urbanos do Nordeste do Estado. Sua área de influência atingia Brasilândia, Aparecida do Tabuado, Cassilândia, Água Clara e Inocência[949].

5.3.5 Urbanização de Campo Grande como polo rodo-ferroviário

A cidade de Campo Grande, do ponto de vista das rotas de circulação, teve sua localização junto ao nodal viário ainda mais consolidada, na medida em que a cidade se transformou no local de cruzamento das principais rodovias federais que atravessaram o Estado, no governo dos militares.

Em 1949 foi criada a 4º Divisão de Cavalaria, inaugurando a fase contemporânea dos quartéis. Em 1965, o Exército teve o seu poder de comando ampliado, com a inclusão na 9º Região Militar, do Destacamento da Base Aérea de Campo Grande, operando com a Esquadrilha de Reconhecimento e Ataque - ERA-42 para missões de cooperação e segurança interna, até 1970[950]. Em 1957, foi criada a diocese de Campo Grande, desmembrada da de Corumbá, ampliando o poder de decisão eclesiástico e sua área de influência.

Por outro lado, em 1950, a cidade já se apresentava bem equipada em termos de comércio e serviços para o consumo urbano, evidenciando uma estrutura para o

[949] A vizinhança do complexo hidrelétrico, o crescimento populacional e a maior proximidade e acessibilidade aos mercados do Sudeste pela ferrovia e rios da bacia do Paraná, transformaram-se em expectativas industriais para a região.

[950] Em 1970, a ERA-42 passou a ser incorporada pelo 2º Esquadrão de Reconhecimento e Ataque- 2º ERA, sendo transferido para a Base Aérea de São Paulo. A função da Base Aérea de Campo Grande passou a ser o apoio ao do Esquadrão Onça, voltado às missões de transporte aéreo e lançamento de para-quedistas (ALAMINO, 1999).

atendimento regional[951].

O incremento das disponibilidades energéticas, oriundas do complexo Urubupungá, significou oportunidade para o surgimento de unidades manufatureiras, principalmente no ramo alimentício, voltadas tanto ao mercado de abastecimento interno[952], como ao Sudeste (carnes refrigeradas)[953]. Desse modo, o esforço substitutivo de importações, dando-se, ao nível das forças produtivas existentes, manifestou-se na forma de pequenas indústrias manufatureiras.

Em 1958, segundo o IBGE, em Campo Grande já existia 155 empreendimentos manufatureiros, representando 24,5% do valor da produção industrial do estado de Mato Grosso. Os produtos alimentares representavam 76,2% do valor produzido por esse total de empreendimentos de transformação, em 1955, sendo que 41% desse total de empreendimentos alimentícios, vinha da carne para exportação. A carne refrigerada, charque, derivados de bovino e gado em pé significaram 75,7% do valor da exportação do município em 1956[954].

---

[951]Conforme dados do IBGE de 1950, nessa época o comércio de Campo Grande tornara-se maior empório do estado, exibindo 885 estabelecimentos, dos quais 65 eram atacadistas. No tocante aos serviços, além das escolas acima, o setor educacional estava equipado com 73 estabelecimentos de ensino, dos quais 29 estaduais, 26 municipais e 18 particulares, ocupando 262 professores. Contava-se com 04 bibliotecas públicas e 05 pertencentes a colégios. Continuavam a ser editados os 4 jornais, implantados entre 1913 e 1917, além de 4 tablóides editados por estudantes colegiais. Havia duas estações de rádio, 3 cinemas e 15 clubes esportivos. Na saúde, os serviços também tinham sido bastante ampliados na década de 50, existindo, segundo o IBGE, em 1950, 65 médicos, 46 dentistas, 14 farmacêuticos e 15 farmácias. O atendimento hospitalar era feito pelo Hospital Geral da 9ª Região Militar, Hospital Sociedade Beneficente de Campo Grande, Casa de Saúde Santa Maria, Asilo Colônia São Julião, Educandário Getúlio Vargas. Entre os profissionais liberais, já se destacavam nessa época, 40 advogados, 21 engenheiros, 12 agrônomos e agrimensores e 06 veterinários. Já existiam 08 estabelecimentos bancários. O desempenho das funções ligadas ao comércio e outras atividades, tinha exigido instalação de escolas profissionalizantes, como o SENAI e a escola 26 de Agosto preparando profissionais para indústrias. Além disso, havia 06 escolas de corte e costura e 04 de datilografia, 03 escolas de música, 01 de motorista, 01 de pilotagem e 01 de ensino agrícola (FERREIRA, 1958).

[952] Em 1955, de acordo com o Departamento Estadual de Estatística, no ramo da indústria de transformação, havia 53 unidades de produção, distribuídas entre máquinas de beneficiamento de arroz, café, mate, e unidades de produção de pão, macarrão, farinha de mandioca, rapadura, charque, mortadela, salame, linguiça, laticínios, vinagre, gordura suína e bovina, e mel de abelha. Até o final da década de 60, a cidade contava com 29 usinas de arroz (a maior capacidade de beneficiamento do estado), três torrefadoras de café (IBGE), uma refinaria de óleo de amendoim e algodão (fabricante ainda de sabão, velas e detergentes) e um cotonifício. A máquina de beneficiamento de algodão foi instalada em 1951 pelo governo estadual e arrendada à Anderson Clayton & Cia, para em 1960 repassar o contrato com a Mc Fadden & Cia (FERREIRA, 1958).

[953] O mercado de consumo para carnes refrigeradas nos mercados urbanos do Sudeste tornou-se estímulo regional para o abate, incluindo aquisição de câmaras e vagões frigoríficos. A reação ao domínio dos frigoríficos estrangeiros na fase anterior, tinha resultado numa política de concessão de empréstimos e isenções aos invernistas e açougueiros por parte da União, desde 1950. Em 1950, foi criado o Matadouro Industrial de Campo Grande S.A, que se converteu rapidamente no Frima- Frigorífico Matogrossense S.A, e mais tarde, passado às mãos do Frigorífico Bordon. Até o final a década de 60, Campo Grande chegou a contar com dois frigoríficos, Matel e Campo Grande. O Frima, ainda nessa década, construiu na cidade de São Paulo (Jaguaré) um entreposto de carne, considerado um dos maiores da América do Sul. Mas, além de Campo Grande, mais dois municípios montaram frigoríficos, Jardim e Aquidauana (FERREIRA, 1958).

[954] Apenas o charque seguia para Recife. O restante tinha como destino a cidade de São Paulo (FERREIRA, op.cit.).

Por iniciativa do governo de Mato Grosso, na década de 60, a cidade também foi se transformando em palco de construção de equipamentos públicos e de novos serviços, especialmente aqueles ligados à educação e saúde. Destaque-se aqui, além das várias unidades escolares de primeiro e segundo graus, a criação da Faculdade Dom Aquino de Filosofia e Letras, Faculdade de Odontologia e Farmácia, seguidas das grandes obras relativas ao "campus" da Universidade Estadual junto ao Estádio de futebol do "Morenão".

O contingente populacional urbano, segundo o IGE, dobrou entre 1950[955] e 1960, sendo novamente duplicado até 1970, quando chegou a apresentar uma população urbana de 131.110 habitantes[956]. Tornou-se a terceira cidade em importância no Centro-Oeste, ultrapassada apenas por Goiânia (1º lugar) e Brasília e, a primeira cidade do Mato Grosso[957].

O forte crescimento populacional gerando procura crescente por terrenos, na década de 60[958] deu origem a um fenômeno de especulação imobiliária de tal monta, que a oferta de novos loteamentos, foi superando de longe a necessidade de uso dos novos moradores. Desse modo, a oferta e procura passou a se dar também, em função da expectativa de aumento de renda fundiária, diante do acelerado crescimento da cidade.

Com um sítio favorável, do ponto de vista topográfico, houve amplo espraiamento da malha urbana em várias direções, orientada pelos eixos de circulação extra-regional. Além de preencher a área anteriormente destinada à zona urbana, estipulada no rocio, cujo raio máximo do centro, não chegava a 2,5 km, extrapolou-a num perímetro, com raio de 10 km, embora a malha de loteamentos tivesse apenas dobrado [959].

A exemplo do que ocorria em outras cidades capitalistas de acelerado crescimento e com solvabilidade da população para adquirir terra, alguns loteamentos foram

---

[955] Contava com 33.254 habitantes (IBGE).

[956] Nos anos de 50 e 60, conforme os censos do IBGE, Campo Grande tinha conhecido a duplicação de sua população, principalmente em função do processo migratório, assim como, a um índice de urbanização sem precedentes, chegando a representar 99% do total municipal. De 1960 a 70, a cidade apresentou um dos índices de crescimento populacional mais elevado do país (7,28%).

[957] Cuiabá, a capital, pelos dados do IBGE, ligando-se fragilmente ao sul do estado, pela BR-163, era a quinta cidade em tamanho populacional, tendo à frente ainda a cidade goiana de Anápolis.

[958] Entre 1960-70 mudaram-se para a cidade 66.176 pessoas. Este mointante significou praticamente o mesmo contingente que já havia antes, portanto implicando em sua duplicação. O número de domícilios urbanos também duplicou nesse período (IBGE).

[959] De 2.463 ha de área loteada em 1960 (PLANURB), a cidade passou a contar com 5.800 ha em 1970. Nos anos 60, a expansão dos loteamentos deu-se de forma contígua, em direção ao sul (orientada pela saída de São Paulo) e à nordeste (orientada pela saída de Cuiabá). Nos anos 70, houve continuidade da malha urbana ao sul, até um raio de 3 km, especialmente norteada pelos corredores de transporte que levavam à São Paulo e Sidrolândia.

estabelecidos em pontos bastante periféricos ao centro, acessíveis apenas através dos eixos de circulação extra-municipal[960]. Adotava-se essa estratégia, visando a valorização dos lotes intermediários entre o centro e a extrema periferia, desse modo permitindo a organização do setor imobiliário, com relação ao preço da terra. A interrupção da malha deu-se, em parte também, pela presença de áreas proibitivas à urbanização[961].

Diante do amplo espraiamento da cidade e do predomínio de residências unifamiliares, o resultado foi uma baixa densidade de ocupação territorial, mesmo com forte crescimento populacional. Assim, o anterior crescimento radial e concêntrico, foi até certo ponto interrompido pelos vazios urbanos de loteamentos, embora a cidade não tivesse perdido a estrutura radial. Em 1969, o perímetro urbano oficial chegou a englobar uma área de 26.223 hectares para abrigar apenas 131.110 habitantes, ou seja, 5 habitantes na área do perímetro, e 22,5 habitantes por hectare na mancha urbana loteada.

Os administradores do Município não conseguiram manter o controle sobre a materialidade desse forte crescimento populacional no território, diante da intervenção da iniciativa privada nos negócios imobiliários. No final dos anos 50, a maior preocupação dos administradores do Município, passou a ser o controle e ordenamento da segurança pública e do abastecimento urbano para o grande contingente de população urbana do Estado, concentrada em Campo Grande[962]. Na década de 60, a oferta municipal de serviços de infraestrutura física (água e esgoto), tornou-se incompatível com as necessidades dos usuários, em função do espraiamento e dispersão dos assentamentos urbanos[963].

Mediante orientação da SERPHAU, criada em 1967 e recursos do governo

---

[960] Surgiram nessa década, loteamentos como o da Nova Campo Grande, Jardim Itália e Vila Entroncamento (extremo Oeste e saída para Aquidauana), Vila Nasser e Santa Luzia (Nordeste e saída de Rocheo), Nova Lima (Noroeste e saída para Cuiabá), Jardim Noroeste (Leste e saída para Três Lagoas), São Jorge da Lagoa (Sudoeste e saida para Sidrolândia) e Jardim Santa Felicidade, Vila Albuquerque, bairro Universitário (extremo Sul e saída para São Paulo). Eram todos destinados às camadas de baixa renda recém-chegadas. Grande parte desse contingente era constituído de pequenos produtores mercantis arruinados, que haviam vendido sua propriedade a capitalistas (EBNER, 1999).

[961] À leste e sudoeste, o bloqueio para a continuidade da malha urbana deu-se em função das extensas áreas dos militares, ao norte, das terras da Igreja. No processo seletivo de localizações, as nascentes dos córregos Prosa e Segredo, os fundos de vale brejosos e os terrenos de maior declividade foram em grande parte preservados. Ao sul, os vazios de loteamentos foram constituídos da área destinada ao campus universitário e ao longo do córrego Três Barras (EBNER, 1999).

[962] Pela lei nº 663 de 30/12/59, foram criados os serviços municipais de segurança pública e de fomento e abastecimento. O primeiro zelava pela Guarda Noturna e Polícia Municipal e o segundo pelas feiras, mercado municipal e o fomento ao horto municipal.

[963] Em 1966, foi incluído um órgão dentro da Secretaria Municipal de Obras, responsável especificamente, pela implantação desses serviços, inaugurando a era das canalizações urbanas. A Prefeitura Municipal, em 1966, chegou a implantar para seu próprio uso, uma fábrica de tubulações.

federal para implantação de infraestrutura básica[964] e moradias populares[965], formalizou-se a criação de um órgão de representação local da sociedade civil[966], como consultor do Município em ações planejadas de disciplinamento físico-territorial da cidade e proposição de novas posturas urbanas[967].

A nova mentalidade planejadora de nível técnico, foi incentivada pela União, através do SERPHAU[968]. A criação de órgãos municipais de planejamento, foi se tornando exigência federal[969], para obtenção dos recursos financeiros à habitação e infra-estrutura básica.

Em 1969, foi contratado para elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado-PDDI, um dos escritórios de consultoria mais conhecidos em nível nacional, a

[964] Em 1968, por incentivo da União, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento- DNOS, implantou-se em Campo Grande, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campo Grande- SAEE (RIBEIRO, 1993).

[965]Em 1967, seguindo regulações federais com a criação do Banco Nacional de Habitação, foi criada a Companhia Habitacional de Mato Grosso- Cohab-MT, em Cuiabá, que em convênio com o BNH, elaborou a primeira fase de trabalho, prevendo a construção de 200 casas populares em Campo Grande . Além de Campo Grande, foram previstas 565 casas em Cuiabá, 276 em Corumbá, 150 em Aquidauana, 100 em Dourados e 150 em Três Lagoas (CAMPOS, 1960).

[966]As representações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado eram ligadas aos setores mais ativos da economia local (Associação Comercial, Associação dos Criadores e a Associação das Indústrias), ao ramo imobiliário (Associação dos Proprietários de Imóveis), às profissões técnicas liberais predominantes (associações dos engenheiros, advogados e médicos) e aos os clubes de serviços que ainda aglutinavam as personalidades locais (o Lyons Club, o Rotary Club). No âmbito do Município, além do prefeito, participavam 3 elementos da Secretaria de Obras e Viação (o secretário, o chefe do setor de Obras e Urbanismo e o chefe do setor de Estradas de Rodagem. A propósito desses assunto, as informações estão em vários documentos administrativos e leis municipais.

[967] Em 1965, implantou-se um novo Código de Obras, que propunha o zoneamento urbano, uso do solo, loteamento e posturas municipais. Mediante influência do SERPHAU- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, em 1966, surgiu uma reestruturação no corpo da Administração Municipal, visando uma gestão mais programada com a participação da sociedade civil organizada. A anterior comissão , pela lei municpal 663/59, foi transformada em "Conselho de Planejamento e Urbanismo", atuando junto da Secretaria de Obras Públicas, organizada para atuar na implantação e manutenção dos logradouros (aspecto infra-estrutural) e cemitérios, obras públicas e estradas municipais (OLIVEIRA, 1992).

[968] De fato, em 1964, o governo federal criou a Serphau- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, como instrumento de intervenção no setor habitacional, regulamentado em 1966, mas que acabou se transformando no órgão central do sistema nacional de planejamento local integrado. Para se beneficiarem dos recursos financeiros federais à habitação, os municípios se obrigavam a criar órgãos permanentes de planejamento. Para esse fim, passaram a contar com o Fiplan- Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado. Assim, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado- PDLI, transformou-se, desde 1967, em um dos objetivos centrais da política de desenvolvimento urbano adotado pelo Ministério do Interior. Os primeiros municípios a aderirem ao programa nacional do PDLI, promovido pela Serphau, foram conscientizados por escritórios privados, interessados na perspectiva de mercado. Os planos de desenvolvimento local integrado tinham como princípio, a integração em níveis escalares (local, regional, nacional, internacional), entre rural e urbano, entre ambiente físico e social e entre o planejador e a comunidade-alvo do planejamento. Nesse último tipo de integração, não se dava oportunidade à participação popular, mas apenas aquela do técnico ouvir as aspirações e os condicionantes psicosociais da coletividade diretamente envolvida pela ação do plano. Os planos incluíam estudos a respeito dos polos industriais, como projeto de descentralização industrial e integração territorial, preconizado pelos órgãos regionais de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1992).

[969] A estrutura administrativa municipal, pós-64, foi incorporando ao planejamento, as idéias de desenvolvimento sócio-econômico, oriundas dos movimentos humanistas e do novo modelo de Estado, atribuindo também a si o papel de ofertante dos serviços de saúde, educação e moradia (Seção "DEBATE"na Revista Espaços e Debates, 1981).

.

Hidroservice. Com base num diagnóstico técnico, o corpo de planejadores, apontou como um dos maiores problemas de ordenação da cidade, a extensão exagerada do tecido urbano, assim como os assentamentos dispersos e desintegrados da malha principal. Com efeito, com a quantidade de lotes oferecidos, a densidade de moradores na malha urbana tinha baixado, entre 1960 e 1970, passando de 26,2% para 22,5% habitantes por hectare (EBNER,1999).

Por outro lado, através de instrumentos legais, buscou-se ampliar a capacidade tributária do Município e modernizar o aparelho administrativo, de forma a adequá-lo à nova realidade urbana.

5.4 "Fronteira agrícola" em moldes capitalistas e a modernização agrícola

5.4.1 Fase recessiva do quarto ciclo longo

A reconstrução da economia dos países centrais, com os sucessivos milagres, ocorrida até a década de 70, deu-se sucessivamente de "baixo para cima", ou seja, da metalurgia pesada, para energética básica, infraestrutura, produtos intermédios, indústria química e indústria leve (RANGEL, 1982:57). No entanto, a partir dessa década, mesmo as indústrias de coroamento, no final do período, acabaram sendo incluídas no movimento geral de desaceleração, esgotando as possibilidades de crescimento em outros setores.

Essa fase recessiva do quarto ciclo longo, evidenciado com a crise da matriz energética do petróleo, na qual o sistema vinha se apoiando, significou, na realidade, os novos limites de tecnologia e de mercado encontrados pelo sistema capitalista. Provocou novamente contração no mercado internacional e defesa marcante dos mercados nacionais. Essa fase foi aberta em 1973, com a crise do petróleo, não só a mais importante fonte de energia do momento, como a matéria prima da indústria mais dinâmica do sistema capitalista da época, a química.

Com a crise[970], foi colocado em cheque no centro dinâmico do sistema, tanto o modelo anterior do Estado keynesiano do "bem estar", como o sistema fordista.

Por outro lado, a partir do desenvolvimento e expansão dos meios de comunicação e transportes, iniciados anteriormente, conseguiu-se promover uma importante conexão entre os vários lugares do mundo, emergindo o processo de globalização. Os nexos estabelecidos no nível planetário, ao favorecerem o processo de circulação da informação, da comunicação, permitiram maior presença corpórea e realidade virtual nos mais diferentes lugares do globo.

Não só passou a haver possibilidade do encontro simultâneo de diferentes lugares e tempos do mundo, como maior mobilidade dentro dele[971], podendo-se acelerar o giro relativo à produção, circulação e consumo. Assim, cada lugar estando em conexão com o mundo, o mundo pode estar em toda parte.

O avanço da cibernética, com o uso de computadores, ampliou a ação comunicativa dentro das empresas[972], favorecendo um trabalho cooperativo e totalizante. Ao mesmo tempo, permitiu a dispersão territorial das diferentes unidades produtivas da empresa, exigindo uma nova visão gerencial, de natureza sistêmica, para a perfeita coordenação da diacronia e sincronia das ações[973].

Assim, diante da necessidade de descobrir novos "nichos de mercado", o manejo de sinergias dentro da empresa, a produção foi sendo diversificada. Nesse processo, as longas linhas de montagem de produto de massa foram se transformando em várias curtas linhas de montagem, como unidades produtivas específicas para cada novo produto lançado

---

[970] As exportações do mundo capitalista deixaram de crescer especialmente entre 1979 e 1982, elevando os preços dos produtos no mercado internacional, redundando em um processo inflacionário entre 1973 e 1980, de alcance mundial, como fruto do desaquecimento comercial. Como forma de compensação da inflação, houve aumento da taxa de juros, agravada pelos descomunais déficits de orçamento do governo norte-americano, que tiveram seus títulos públicos depreciados. A situação criada levou à necessidade urgente de aplicação de capitais dos banqueiros internacionais, para fugir da erodibilidade inflacionária, tendo no Brasil um dos mais importantes destinos, em função de sua franca prosperidade na estruturação do parque industrial (RANGEL, 1982).

[971] O segmento de trabalho bem pago e treinado tornou-se, cada vez mais disposto, a acompanhar as decisões capitalistas sobre novas localizações, tornando-se tão móvel quanto o capital (GOTTIDIENER, 1993, pp. 90-91).

[972] As redes internas de comunicação dentro da empresa, com ajuda de computadores, chamadas de Intranet, tornaram-se poderosos instrumentos de gestão empresarial, permitindo a velocidade de atividades interativas dentro da empresa.

[973] O controle da diacronia e sincronia das ações no espaço e a necessidade de readaptação constante dos empreendimentos passaram a exigir dos trabalhadores, maior desempenho, motivação, criatividade e engajamento, de modo a se constituírem em verdadeiras organizações inteligentes, em freqüente processo de reciclagem. O maior engajamento dos trabalhadores significou o fim da anterior hierarquia de trabalhadores indiretos ligados à supervisão e comando, com a administração mais transparente, descendo junto com o setor de pesquisa e desenvolvimento para o "chão da fábrica" (CASTRO, 1995).

em direção a mercados preferenciais[974].

Com a forte integração dos fluxos de transportes e comunicações[975], a logística[976], transformou-se na racionalidade de sobrevivência, da nova realidade. A acessibilidade simultânea aos diversos lugares criou possibilidades de direcionamento da produção a segmentos específicos de consumidores (os nichos de mercado), selecionados dentro do circuito da rede.

Assim o princípio dessa racionalidade passou estar na pontualidade das ações para o encadeamento do fluxo entre os lugares envolvidos da rede, ou seja, o tempo certo (*just in time*) no lugar certo (*just in place*)[977]. A participação de cada lugar, na rede organizacional, passou a depender cada vez mais das potencialidades oferecidas pelos mesmos, seja como fornecedor ou como consumidor, em função do interesse dos diferentes empreendedores.

Desse modo, as empresas passaram a se articular com um número cada vez maior de terminais no espaço, controladas por centrais, de modo a constituir redes superpostas a diferentes regiões, países, culturas, permitindo as mais diferentes conexões e interações entre os indivíduos dentro e fora das empresas, de diferentes lugares do mundo.

A fluidez transformou-se no instrumento de possibilidades de estruturação e ampliação de circuitos espaciais com base em organizações solidárias, na medida em que se pode selecionar os indivíduos, empresas ou lugares que irão participar da nova ordem

---

[974] Desse modo, a lógica de lucro de cada empreendimento, implicou em converter matérias-primas dos fornecedores em produtos finais, colocados às mãos dos consumidores dentro de um prazo mínimo de tempo, com menor custo e maior qualidade, exigindo o menor estoque possível e reduzindo o tamanho dos lotes produzidos. Cada sistema montado passou a requerer administração dos fluxos de materiais e produtos, assim como o perfeito ajustamento das ações, evitando desperdícios e elevando a qualidade do nível de serviço aos clientes. Além disso, há necessidade de perfeita sincronia das ações empreendidas, com flexibilidade para se adequar às constantes mudanças do produto demandado e tecnologias de produção e circulação. Trata-se, portanto, de administrar cadeias de suprimento e distribuição cada vez mais complexas (NAJAR, 1995).

[975]No caso, dos transportes, emergiu uma nova racionalidade, ou seja, a da logística, partindo da integração entre os diferentes modais de transporte, ou seja, a multimodalidade.

[976] Logística é um termo tomado da arte militar referente ao transporte e suprimento das tropas em operações. A eficácia do processo depende não só da sucessão, como da simultaneidade dessas operações em relação ao território, objetivo da ação militar.

[977] Para esse fim, a organização da produção passou a se dar em função da demanda de mercado (necessidades reais), empurrando a ordem produtiva, de modo a se obter em cada estágio, somente os ítens necessários, quantidades necessárias, no momento necessário, num dado lugar (sistema kanban). Com a busca dos nichos de mercado e a diversificação da produção, apareceram dentro de cada empreendimento, vários circuitos de produção/circulação e consumo, operando em cadências próprias, com sincronia de ações tanto no estágio da produção, como da circulação, resultando em sinergia positiva em um dado lugar estudado, o do consumo (TESSARO, 1995).

estabelecida, em distâncias cada vez maiores[978].

Os eventos, ou as ações transformadoras dos agentes num dado lugar, as matrizes do espaço-tempo, passaram a se constituir, por meio das redes de transporte e comunicação existentes, em organizações solidárias de natureza sistêmica, em várias escalas espaciais[979]. Em cada organização passaram a ser criadas situações de probabilidades ao conjunto ordenado, segundo os mesmos princípios e regras.

Assim, a nova ordem sistêmica veio substituir a anterior hierarquização das ações e lugares, atribuindo a cada lugar a sua especificidade em função da solidariedade organizacional estabelecida[980]. As organizações solidárias romperam as fronteiras do Estado-nação, ganhando um novo arranjo na divisão do trabalho, com base em lugares selecionados.

Com a perda das referências da Modernidade na reorganização da existência, diante da entropia, emergiu entre os intelectuais e artistas, novamente a necessidade de criação intuitiva do espírito, num ambiente de coexistências de mundos particulares. O movimento intelectual dessa fase recessiva foi caracterizado como "pós-modernismo"[981]. Passou-se a negar os valores supremos da modernidade, como idéia de progresso caminhando para um fim, a da supremacia da razão no conhecimento da

[978] O sujeito da ação transformadora do lugar, percebedor de totalidades estruturadas, que conta com os recursos da locomoção e comunicação, pode dotar tais totalidades de sentido e significação, atuando sobre elas de forma intencional, selecionando e unindo lugares, para criar situações regidas por uma mesma lógica e segundo seus interesses.

[979] No setor econômico, redes organizadas por iniciativas particulares, foram dotadas de coesão, com base nos arranjos organizacionais e normativos, em busca dos nichos de mercado. O planejamento estratégico das organizações solidárias passou a se basear na maior optimização racional do uso do espaço-tempo, a partir de um centro de comando. Desse modo, no mercado competitivo do sistema capitalista, buscou-se a redução dos custos de produção e a melhoria da qualidade dos processos produtivos, através de uma melhor coordenação das cadeias dos fluxos gerados entre lugares selecionados para compor a rede de interconexões (sincronia), buscando-se a redução de desperdícios de matéria transformada e de tempo de duração das seqüências de operação (diacronia), combinadas numa mesma cadência rítmica, capaz de resultar em perfeita sincronia das ações em espaços cada vez mais ampliados. Essa racionalidade só foi possível de ser efetivada com a rede de informação estabelecida nesse campo de fluxos, viabilizada pelo avanço da computação.

[980] Nesse caso, a terceirização tem sido uma estratégia para a grande empresa se livrar do imenso capital fixo anterior e das ações que não agregam ou agregam pouco valor ao produto, reduzindo o tamanho das plantas de seus negócios no espaço. No lugar, passaram a investir mais em capital variável (inteligência intensiva), selecionando para si atividades ligadas à pesquisa, concepção, *marketing* e o controle da gestão, constituindo empresas cúpulas, com mão de obra restrita e multifuncional (PRETECEILLE, 1994).

[981] Com os meios tecnológicos de informação e comunicação intermediando a sociedade e a realidade, a reprodução técnica do real (simulacro), criando o hiper-real, passou a ser a linguagem mais utilizada na comunicação social. Esses meios tecnológicos de comunicação, através dos simulacros, passaram a refazer o mundo, de forma hiper-realista, transformando-o num espetáculo (SANTOS, 1996, passim).

realidade[982]. A arte transformou-se numa forma de intervenção para desestabilizar a realidade, de modo a modificá-la e reinventá-la de modo criativo.

Os eventos, percebidos por cada indivíduo de acordo com a estrutura relativa de sua consciência particular, constituída a partir da história pessoal e cultura na qual se insere, resultaram em mundos particulares e cada vez mais interconectados entre si[983]. As realidades espaço-temporais diferentes puderam, portanto, coexistir uma ao lado da outra, combinando ou interpenetrando uma na outra, rompendo a ordem temporal das coisas[984] e levando a uma operação de síntese[985].

Ao mesmo tempo, a interdependência cada vez maior dos fenômenos num mundo globalmente interligado, permitiu emergir a consciência intuitiva da unicidade, manisfestando-se segundo Capra (1995: 403) na forma de visão ecológica, norteadora da abordagem sistêmica[986]. A nova realidade foi, portanto, substituindo a anterior consciência

---

[982] Passou a ocorrer a desconstrução dos princípios e concepções dos discursos filosófico ocidental da Modernidade, buscando revelar, atrás deles, falsidades e responsabilidades sobre os problemas atuais. Os novos discursos e obras artísticas começaram a expressar a colagem de fragmentos (imagens, textos) de várias origens, do presente e do passado, num ecletismo, sem preocupação com a ordem e valores sólidos. Preponderou a filosofia niilista, especialmente aquela com fundamentos nas idéias de Nieetzsche. Destacaram-se entre os filósofos pós-modernos, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, François Lyotard, Jean Baudrillard (HARVEY, 1989).

[983] Os fenômenos da convergência e coexistência dotaram os lugares incluídos nas redes organizadas, de maior complexidade. Ficaram mais adensados pelo número e freqüência de eventos, com ambientes de vida comum (espaço do cotidiano), resultantes de práticas de sujeitos com idéias e percepções próprias, regidos por normas de interdependência e solidariedade. A partir da relação dinâmica entre o mundo interior e o exterior, com o indívíduo captando totalidades estruturadas, atribuindo sentido (qualidade, valor, sentimento) ao lugar, emergiram diversidades de representações da realidade, consideradas verdades (essências) de cada consciência particular. A coexistência de um grande número de mundos possíveis e fragmentários num dado lugar, é que Foucault chamou de "heterotopia" (*Apud* SOJA, 1993*)*..

[984] As distinções individuais, configurando um mundo plural nos lugares de convergência, não se contrapõem entre si, mas se integram, numa ação comunicativa voltada à compreensão recíproca e elaboradora de regras de convivência, resultando em processos de colagem, complementaridade, ecletismo e/ou entrelaçamento (HABERMAS, 1990).

[985] Na coexistência, as diferentes tendências já não têm caráter próprio, suscitando indiferença e conduzindo a consciência a uma operação de síntese, que supera as polaridades. Como conseqüência da falta de contradição, surge a incerteza, onde cada elemento segue seu próprio movimento pela lei do acaso. Assim, a idéia de progresso e continuidade linear da história não existe mais, embora ele continue indefinidamente acontecendo (BAUDRILLARD, 1990, *passim*). Cada lugar do espaço organizacional, resultado de uma sucessão particular de períodos históricos, transformou-se também no eixo da coexistência de eventos concomitantes de diferentes temporalidades. As experiências particulares de cada lugar passaram a agir sobre a totalidade do espaço organizado e a situação criada nesse todo sobre cada lugar (SANTOS, 1996).

[986] A maneira como os elementos estão integrados passou a ser mais importante do que cada elemento em si mesmo (CAPRA, 1995). Para a realidade vista em sua integridade, SANTOS (1996:94) chamou de totalidade, considerada por ele um misto de realidade e ideologia.

expansionista, pela consciência integral do globo, de caráter sistêmico[987].

Nessa visão integradora, lugar e ação, houve fusão espaço-tempo, ou seja, o tempo (ação) passou a existir cada vez mais em função do espaço (lugar) e o espaço da mesma forma, em função do tempo[988].

A percepção integral da realidade tem levado a humanidade a reconhecer, não só os limites sistêmicos da natureza, como o comportamento ético de respeito à convivência e manutenção da pluralidade de modelos possíveis, levando em conta tanto a diversidade biológica como a diversidade cultural[989], percebidas como componentes do patrimônio da humanidade[990]. A nova lógica que prepondera na organização da realidade substitui o planejamento centralizado de Estado, pela gestão descentralizada do território, baseada na parceria entre os atores do desenvolvimento. Busca-se estabelecer normas e ações, definindo-se responsabilidades e competências a partir de discussão direta (BECKER, 1995: 296)[991].

O viver em sociedade, numa realidade de coexistências, passou a requerer,

---

[987] No lugar da conquista de novos territórios desconhecidos, a tendência passou a ser a de como integrar-se ao novo mundo conhecido, mapeado e interligado, numa ação comunicativa, que exige maior mobilidade da informação, dos objetos e do próprio corpo. A maior vivência do mundo conhecido passou a favorecer a construção de um conhecimento da realidade por inteiro. Esse processo de "inteiração", conforme aponta Koellreutter (1987) é realizada num *continuum* espaço-tempo, que permite unificar as partes em um todo, pois penetra no âmago das coisas e vai até sua origem. Ele se origina da ação, interpretada como o tempo (a quarta dimensão), combinada á terceira dimensão do espaço. Esse fenômeno da conexão entre o espaço e o tempo transcende e amplia a medição.

[988] O evento, portador da ação e promotor de mudança, realizada por um determinado agente em um dado lugar (matriz do espaço-tempo), pode se reunir a outros eventos distantes, num conjunto sistêmico, através da rede de comunicação e transportes, gerando um tipo de solidariedade organizacional, que cria uma situação de probabilidades, dando um conjunto de oportunidades cada vez maiores aos participantes (SANTOS, 1996).

[989] Reconhece o valor de existência da biodiversidade na natureza como estoque de vida, de meios de vida, e o valor das diferentes culturas, tanto no nível ideológico como do espaço construído, como forma de resgate e valorização da memória coletiva e distinção individual. Os estoques remanescentes de biodiversidade e de sócio-diversidade ganham o sentido de patrimônios de interesse da coletividade, bens considerados de todos e para todos, mediante condição de garantia de bem-estar coletivo (PEREIRA, 1997).

[990] Nos anos 90, a manutenção do patrimônio natural, como estoque de vida, diante da degradação ambiental, tornou-se a tônica das preocupações, emergindo a noção de desenvolvimento sustentável, pela aproximação de várias vertentes ideológicas e no contexto político da procura de uma "terceira via"[990], além do capitalismo e socialismo. Mas, a sustentabilidade que se coloca ainda é apenas ecológica e não social. Nele estão incluídos os territórios apropriados individualmente e os públicos, que podem continuar assim, desde que a forma de uso e de ocupação não se transforme em ameaça coletiva (PEREIRA, op.cit.).

[991] Aumentam organizações como os conselhos, comitês, associações e vários tipos de organizações não governamentais, na defesa de territórios comuns ou de questões econômicas, sociais, culturais e políticas de mesmo interesse. A valorização dos indivíduos e lugares não se dá apenas pela lógica instrumental, mas origina-se de decisões políticas e de estratégias organizacionais.

portanto, processos de gestão coletiva[992] e, em cada situação criada, passaram a existir os bens de interesse coletivos, sejam eles públicos ou particulares[993]. Essa nova visão de mundo transforma as normas e regras do Direito em instrumentos de cidadania, sob o prisma dos chamados interesses difusos, ou seja, interesses que se difundem para toda a coletividade.

Afetado em suas funções anteriores, o Estado redefine seu papel, amparando-se na crescente participação da sociedade civil organizada, nas decisões e ações descentralizadas e na desburocratização.

A ampliação da velocidade na dinâmica de auto-organização passou a se constituir em ameaça constante de entropia[994], exigindo maior flexibilidade dos sistemas constituídos, de modo a ampliar o número de opções para adaptação às novas situações de interconexões. Assim, a visão anterior de mundo, baseada na mecânica newtoniana, foi sendo substituída pelas leis da termodinâmica[995], conhecida como lei da complexidade, onde os processos caminham no sentido da desordem.

Os eventos, na medida em que foram sendo acelerados, criaram mais pontos de convergência de matéria, população e idéias com maior densificação técnico-científica e informacional, exigindo dos usuários, maior capacidade de decodificação dos instrumentos nos distintos ambientes (dos locais de produção, consumo e das vias de circulação), nas várias escalas de organização sócio-econômica (Santos, 1996).

As redes de transporte e comunicação foram tendo nos fluxos estabelecidos, os grandes definidores da estrutura urbana. Nesse arranjo, as cidades mundiais têm sido aquelas capazes de concentrar as funções mais centrais da rede mundial de atividades

---

[992] A gestão coletiva é fruto de decisões dos indivíduos integrados às diversas formas de solidariedade organizacional, na forma de conselhos, comissões, organizações não governamentais, entre outros, transformando as normas e regras em instrumentos de cidadania.

[993] Trata-se dos bens considerados de todos e para todos, seja por constituir estoques, meios de vida, ou memória coletiva. Aparecem na forma de patrimônio ambiental, histórico-cultural ou econômico. Podem continuar sendo particulares, desde que sua ocupação ou uso não ameacem o bem estar de todos (PEREIRA, ibidem).

[994] A ameaça de entropia, na lei do acaso, ao afetar cada mundo particular, exige reestrutração constante dos distintos micro-mundos de existência no viver cotidiano (indivíduo, família, grupos distintos, coletividades) tanto do ponto de vista material como espiritual, numa constante busca de oportunidades para se auto-organizar e se estabilizar na dinâmica acelerada do movimento social (CAPRA, op.cit.).

[995] As transformações da realidade tiveram profunda influência sobre as novas reflexões dos intelectuais, no momento da crise do sistema capitalista. O universo foi deixando de ser visto como máquina, para emergir a concepção do mundo material de uma teia interligada de relações. Nela, os processos espontâneos de fluxos cada vez mais acelerados, oriundos das situações baseadas na solidariedade organizacional vão ficando sujeitos à fugacidade e transitoriedade em cada momento dessas sincronias.

produtivas e comerciais dentro da divisão internacional de trabalho[996].

As cidades, nós de redes com conexões cada vez mais ampliadas, tendem a apresentar especializações mais diversas, para tornar mais complexa a interdependência entre elas, enquanto o anterior modelo hierarquizado tende a desaparecer.

A mundialização passou a instigar e reforçar a diferença entre os lugares, atribuindo a cada um deles a sua singularidade e especificidade. No conjunto, começou a se constituir redes de cidades de especializações complementares, formando circuitos espaciais (SANTOS, 1996), e buscando sinergias[997], com base nas diversas modalidades de solidariedade organizacional e incorporação freqüente de tecnologia de ponta.

As cidades, por se constituírem em principais espaços de convergência dos fluxos das redes constituídas, são por excelência, o lugar da coexistência e que apresentam maior densidade do meio científico-técnico e informacional. Tornaram-se centros das nodalidades estabelecidas pelas diversas redes implantadas, os eixos das interconexões sócio-econômicas. Assim, constituem os principais espaços de coexistência e de controle das atividades humanas, como também os locais privilegiados da criação e transmissão do conhecimento[998]. Nelas estão os principais estoques de serviços de educação, saúde, lazer e segurança, exigidos pelo consumo das populações (SANTOS, op.cit.).

Na escala do espaço urbano, desdobra-se a mesma lógica que prepondera na escala do globo, na escala da rede urbana, do espaço interno da empresa e nas suas relações com as áreas externas, determinada pela diacronia e sincronia de ações ligadas por laços de solidariedade, com suporte em redes, regras e normas. Como espaço de convergência e de coexistência, nelas passou a se estruturar redes justapostas de transportes, comunicações e outros serviços públicos (esgoto, água, luz, asfalto).

Essa estrutura em rede dentro da cidade, cada vez mais densa de ciência, técnica e informação, vem permitindo o aparecimento de circuitos espaciais de diversos tipos e justapostos (espacializações) em distâncias cada vez maiores. Desse modo, vem avançando

---

[996] Constituem lugares pouco numerosos e privilegiados no mundo que conseguem concentrar o poder financeiro, apresentar custos menores para transações e vínculos necessários entre os serviços e seus mercados para produção de inovações (PRËTECEILLE, 1994, pp. 65-89).

[997] No radical grego, a palavra sinergia significa, cooperação, ação conjunta, esforço simultâneo de ações na execução de determinadas funções. Em fisiologia quer dizer colaboração de vários órgãos em uma mesma função. Trata-se de um processo que permite a potencialização da ação de elementos associados.

[998] Nela se dá a maior concentração de população intelectual, e tem sido o local de convergência dos fluxos de transportes e comunicações.

também sobre os campos. No espaço da cidade, assiste-se, portanto, ao surgimento de nodalidades, novos tipos de centralidades e de localizações, superpondo-se à antiga estrutura de centro e periferia.

As novas centralidades[999] dão origem a novas formas de cidades, marcadas pela ciência, tecnologia e informação, suporte do saber hegemônico, do capital financeiro e polo das regulações das organizações solidárias e do trabalho agrícola. Nesse caso, as relações dessas áreas distintas não se dão exatamente com as parcelas territoriais que a cercam[1000], ou seja, com o território contíguo, mas com outros pontos de um território mais amplo (SALGUEIRO, 1998:40-41).

Ao mesmo tempo em que cada unidade ou indivíduo, isola-se horizontalmente no território vivenciado[1001], amplia a verticalidade de suas relações em territórios cada vez mais amplos, organizadas em diversos laços de solidariedade, favorecendo a intensidade e densidade de fluxos espaciais, constituindo teias visíveis e invisíveis de organização[1002].

A tridimensionalidade do espaço construído passou a ganhar densidade, com diversidade de formas e significados, fruto da coexistência de formas construtivas[1003], assim como de povos e culturas de diversas identidades. Podem aparecer como formas urbanas dispersas e desconcentradas, carregadas de ciência, técnica e informação, interligadas através das redes de transporte e comunicação.

Essa nova paisagem urbana, que permite o convívio com a diversidade e a

---

[999] Os pontos ou novas centralidades no tecido da cidade podem aparecer, do ponto de vista das formas, como destaques ou enclaves, instalados sobre áreas vazias ou periféricas da cidade, ou ainda, no campo. Pode ser um centro comercial, um condomínio residencial de luxo, um centro de lazer, isolados fisicamente do entorno, por muros.

[1000] As relações com os moradores do entorno estarão relacionadas com o seu grau de mobilidade territorial e nível de renda (SPÓSITO,1999, p.18-19).

[1001] O automóvel, como meio de transporte, é um instrumento de locomoção exaltador do individualismo, anárquico e rebelde a qualquer planejamento (RANGEL, 1982, p.120). As unidades de produção, consumo e moradia, assim como indivíduos, também tendem a se isolar fisicamente e socialmente do seu entorno, seja por muros ou simplesmente pela ausência de comunicação entre os distintos usuários do território contíguo, do mesmo edifício. Só se unem para defender questões que ameacem o bem estar comum, ou de domínio comum (condomínio).

[1002] Assim, cada indivíduo e cada lugar constituem elementos de convergência de ações solidárias, incluído em diversos circuitos solidários, ou espacialidades, buscando sinergias em torno de interesses comuns. A universalidade das ações no espaço, está exatamente na sua imbricação, nas tramas de cada padrão, nas quais os fatos se produzem conjuntamente, unidos por laços internos e a presença de cada um modifica a natureza dos demais pela intermediação da totalidade (SANTOS, 1996, p.129).

[1003] Formas arquitetônicas do passado passaram a coexistir ao lado de formas modernas e futuristas, misturas diferenciadas que se colidem (ecletismo), se justapõem (colagem) ou se interpenetram (desconstrução), muitas vezes, fruto de criatividade artística voltada à integração e à expressão da estética da diversidade (HARVEY, 1992).

complexidade não só dos atores, mas também do espaço construído, é rica de simbolismos. Cada indivíduo vivencia a paisagem, integrando-se aos objetos urbanos nela construídos, elaborando suas próprias representações do espaço, em acordo com as significações e sentidos atribuídos à essa diversidade. Manipula signos e símbolos da realidade vivida e percebida no cotidiano, decodificando imagens expressas na paisagem[1004]. Nesse caso, tanto do ponto de vista físico-territorial como sócio-econômico e das representações sociais, não se evidencia apenas um território urbano, mas vários territórios urbanos (SPÓSITO, op.cit., p.19).

Na cidade, o espaço da organização solidária em rede superpõe-se e se distingue dos anteriores espaços de modelos de vida em espaço contíguo (espaço banal), pela maior velocidade de suas ações[1005]. O espaço das redes caracteriza-se pelo desdobramento em sub-circuitos espaciais de produção, circulação e consumo muitas vezes entrelaçados pelo território comum. Ele se sobrepõe ao espaço da contiguidade, ou espaço banal (Santos, 1996, op.cit.,p. 258)[1006], considerado o espaço dos lentos, onde se comunga fisicamente o mesmo território. Caracteriza-se pela presença de outras racionalidades, fruto de tempos remanescentes, convivendo, divergindo ou convergindo com a racionalidade sistêmica.

5.4.2 Mercosul

Os países da bacia do Prata, diante da maior competitividade no mercado internacional, retraído e protecionista, a exemplo do que passou a ocorrer em outras partes do mundo, tenderam à busca de maior integração de seus mercados. Nesse sentido, surgiram os acordos preferenciais de livre mercado, criando e concretizando o Mercosul. O objetivo foi o

[1004] Trata-se de um nível de consciência, resultante da ampliação da imagem do mundo concreto, agora percebido de forma integral, exigindo maior participação. Isso significa penetrar no seu âmago, não só pela visão integral do tipo horizontal, mas também vertical, retrocedendo no tempo, na quarta dimensão. Desse modo, o tempo deixa de ser uma ordem física para se transformar numa percepção pessoal e diferenciada, em que o passado serve para ampliar e enriquecer o presente (KOELLREUTER, 1987).

[1005] A instrumentalização do espaço em rede, ao tornar-se condição para as ações intencionais de agentes do saber, que selecionam entre os participantes do circuito aqueles que têm acesso a ela para criar novos modelos de vida, também deixa de lado, aqueles que a ela não tem acesso. A malha expandida e superposta à ordem anterior do território e os atores que dela participam, constituem, portanto um espaço onde pode ocorrer a convivência de forma distinta, paralela, em colisão ou combinação à ordem espacial sobre a qual se impõe (HARVEY, 1992).

[1006] No espaço da contiguidade, constituído pelos interstícios da rede, em áreas consideradas desvalorizadas para os usuários pelos agentes da nova racionalidade instrumental, vivem os pobres e excluídos. Desses fazem parte principalmente os segmentos sociais que se ocupam de atividades marginais, tradicionais ou recentemente marginalizadas. Quando sobrevivem à pobreza e miséria, isto se dá graças aos laços mais profundos e emocionais de solidariedade, de ajuda mútua, estabelecida em cada coletividade de origens comuns (social, étnica), do tipo horizontal, própria dos territórios contíguos (SANTOS, ibidem, *passim*).

de buscar juntos mercados para dentro e para fora do continente. Nesse sentido, tornou-se fundamental a construção de corredores de exportação em nível continental, visando a ligação entre os países[1007] e desses, com os portos de exportação dos dois oceanos: Atlântico e Pacífico[1008].

No entanto, países do Mercosul, como o Brasil e a Argentina ainda apresentam no interior do continente, territórios relativamente vazios do ponto de vista populacional e de ocupação produtiva, pouco integrados ao modelo vigente da economia nacional. Como o processo de ocupação deu-se do litoral para o interior, esses "vazios" ficaram exatamente no interior do continente, abrangendo regiões como o Chaco, o Pantanal, além do oeste amazonense. Nesse caso, não só o processo de articulação econômica dessas regiões, como a captação de mercados transfronteiriços, a exemplo do paraguaio e boliviano, ainda constituem estratégia política de integração territorial para esses países, colocando-os em confronto e competição.

Sujeitas ao avanço de fronteiras agrícolas e à presença atual de multinacionais em empreendimentos agroindustriais (Cargill, ADM, Bunge, por exemplo), essas áreas do interior do continente, passaram a sofrer pressão por parte de novos empreendedores internacionais, no cenário de esmagamento de soja e fabricação de óleos vegetais. Operam com a racionalidade da logística, necessitando não só de maior fluidez e barateamento de custos de transporte, pelo rio da Prata, como de maiores garantias para fazerem funcionar suas modernas unidades modernas, de grande capacidade de suporte.

5.4.3.Industrialização da agricultura

Diante da dimensão e do grau de diversificação do parque industrial já implantado e o contingente considerável de população técnico-científica de alto nível, o Brasil

[1007] No tocante aos transportes, no entanto, a integração ainda não se concretizou, dada a falta ou ineficiência de alguns modais (o Paraguai só tem o rodoviário e fluvial), o problema de suporte de cargas de algumas pontes (do Uruguai, por exemplo) e a concentração do sistema ferroviário apontando apenas para os portos do Atlântico.

[1008]Sendo assim, a partir da década de 70, já começaram a surgir acordos de transporte interregional, dando suporte à nova divisão de trabalho promovida pela atual infraestrutura industrial desse sul do continente. A idéia sobre corredores de transporte interregional no continente, especialmente os do cone sul, surgiram ideologicamente para reduzir os fretes e tornar mais eficiente a fluidez da circulação das mercadorias para dentro e para fora do continente. Em 1996, a III Reunião Ordinária da Conferência de Ministros de Obras Públicas e Transportes de 10 países latino americanos, (os do Mercosul, Perú, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela) já aprovaram um acordo de transporte multimodal (resolução 23), buscando-se atualmente, a operacionalização do sistema para sua gestão e regulamentação.

passou a apresentar, nessa quarta fase depressiva, maiores condições de importar tecnologia em estado puro. Desse modo, passou a ser capaz de incorporar grande parte dos conhecimentos científicos e técnicos, mediante simples forma de documentação ou de informação[1009].

O movimento de substituição industrial de importações no Brasil, como foi visto na fase anterior, não se interrompeu na fase expansiva do quarto ciclo longo. Tinha sido desenvolvido o Departamento I, desde os bens de consumo duráveis até as de bens de produção. Desse modo, quando o Brasil entrou nessa fase recessiva do sistema capitalista, com limite de mercado junto à população urbana, os empresários das indústrias do Departamento I, procuraram difundir o consumo junto aos setores agrícola e mineral, transferindo tecnologia para os mesmos. Portanto, ao mesmo tempo em que se tornaram consumidores, estes setores sucessivamente foram tomando feições industriais[1010], efetivando-se o processo de industrialização da agricultura e, mais atualmente, da mineração.

Evidentemente, enquanto a capacidade de produção industrial instalada encontrou mercado para o novo modelo de produção rural, a industrialização da produção agrícola tornou-se a atividade mais dinâmica do país..

Nessa recriação da ordem, através de substituição de importações, o pós-modernismo, como movimento cultural, manifestou-se com pouca força no Brasil, apenas através de "*traços superficiais*" (SANTOS, 1996, p. 65)[1011].

No entanto, a modernização da estrutura do parque industrial brasileiro, quando avançou para a agricultura, significou para o país, desemprego tecnológico no campo e na cidade, típico dos países industriais cêntricos. Desse modo, mesmo havendo território pouco povoado, estava quase todo apropriado e com estrutura produtiva muito mais tecnificada, dificultando o engajamento do imenso contingente de trabalhadores excedentes, tanto os deslocados das áreas rurais tradicionais e menos dinâmicas, como daquelas

---

[1009] Antes era feita apenas através de reprodução adaptada aos níveis das forças produtivas existentes de bens de produção importados (importação de tecnologia palpável). Seriam essas as pré-condições culturais e materiais que o Brasil passou a apresentar, para enfrentar uma nova fase econômica no sistema capitalista, prenunciado por Rangel (1982, *passim*), e que evidenciam a redução de nosso atraso relativo.

[1010] Na agricultura, significou a produção de insumos agrícolas modernos (indústria química), de máquinas e equipamentos agrícolas, de equipamentos de armazenagem e conservação de bens agrícolas (incluídas aí a frigorificação).

[1011] O autor acima se refere a alguns intelectuais brasileiros participantes do movimento pós-modernista, a exemplo de Osmar Lins (Avalovara), Ivan Ângelo (A festa), Rubem Fonseca (O cobrador), mas que ainda se acham demasiados presos ao realismo e ao compromisso social, fruto de um movimento cultural anterior muito mais forte que o atual. (SANTOS, 1996).

modernizadas e em franco processo de crescimento.

Com autonomia em relação ao local de trabalho, exigido pela modernidade do campo, os trabalhadores assalariados, braçais[1012] e técnicos, passaram a manter moradia na cidade. Os latifundiários e o empresariado agrícola emergente, também fizeram da cidade o principal local de residência.

Como conseqüência, ocorreu aprofundamento do fenômeno da redistribuição da população entre o campo e a cidade[1013], repercutindo numa enérgica urbanização em todo território nacional, colocando o Brasil entre os países mais urbanizados do mundo até os anos 80[1014]. Nesse sentido, conforme nos coloca Santos (1993, pp. 33-34), entre 1960 e 1980, ocorreu um crescimento da população agrícola, em detrimento da população rural, que permaneceu estacionária.

Por outro lado, com a concentração de mais de 2/3 da população nas cidades, essas foram se transformando em espaços ingovernáveis. Passaram a exigir um formidável esforço econômico por parte do Estado, no sentido de suprir as condições mínimas de vida urbana, em termos de capital fixo, ou seja, de infraestrutura física e de serviços sociais[1015].

Diante dos investimentos crescentes nesse setor, nos últimos anos, um segmento importante de população brasileira, passou a apresentar padrões de saúde e

---

[1012] A conseqüente elevação da produtividade agrícola, pela aplicação de técnicas modernas, exigindo menor número de trabalhadores agrícolas e menor número de horas trabalhadas, resultou, por outro lado, numa nova característica de trabalhador, o bóia-fria, atuando sob forma de semi-salariato (RANGEL,1987). Embora as relações sociais em que esse trabalhador rural se insere, seja do tipo assalariado, não lhe é assegurada a condição do pleno emprego. Desse modo, o assalariamento é sasonal ou apenas eventual, ocorrendo apenas, em alguns dos momentos do ciclo produtivo. No restante do tempo ele vive a condição do "desemprego disfarçado", do subemprego ou do desemprego na cidade.

[1013] O empresariado agrícola, municiado de equipamentos e máquinas modernas, além de oferecer trabalhos assalariados sasonais, passou a ocupar apenas parte da mão de obra disponível da família, lançando a outra parte no mercado de trabalho já congestionado pelo excesso de mão-de-obra. Por outro lado, a perda da estabilidade no trabalho e de um pedaço de terra para morar no campo, princípios feudais que estavam ligados ao latifúndio anterior, levou à dramática situação dos bóias-frias (RANGEL, 1987, p. 89-90).

[1014] O excedente de mão-de-obra das áreas menos dinâmicas da agricultura brasileira, já não podendo ser absorvido como anteriormente pelas áreas agrícolas em fase de modernização, foi ocupando o espaço das cidades. Durante os governos militares, cerca de 50 milhões de pessoas transformarem-se em citadinos, dependentes do emprego e da ampliação dos serviços públicos urbanos (RANGEL, 1968).

[1015] Na realidade, essa situação transformou-se num gargalo, apresentando-se como nova capacidade de crescimento da economia, para onde estão acudindo os novos investimentos do país. Em maio de 1999, a Associação Brasileira de Infra Estrutura e Indústrias de Base –Abdib já divulgou na Gazeta Mercantil que os investimentos no setor de 1994 a 1998, segundo dados do IBGE, haviam crescido numa ordem de 316%, onde havia destaque para a energia elétrica, petróleo, gás, transporte, portos, saneamento, papel, celulose, cimento, siderurgia e mineração. Em setembro de 1999, as multinacionais vencedoras no processo de abertura e desregulamentação desse setor na América Latina, conforme informações da Cepal, estavam em primeiro lugar no *ranking* das maiores empresas desse continente, com 47,2% de participação.

educação mais elevados do que antes, ampliando a potencialidade de trabalho em termos qualitativos[1016].

A necessidade de sustentar o grande esforço de formação de capital junto ao parque industrial, assim como junto às novas áreas agrícolas modernizadas industrialmente e, por outro lado, de socorrer as empresas públicas concessionárias de serviços públicos, levou o país a recorrer à grande quantidade de capital ofertado pelos bancos internacionais, com reflexo num forte endividamento de Estado.

A integração do território entre as regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste, ao polo industrial do Sudeste, já estavam num estágio mais avançado. Na interpretação de Golbery (1981), intelectual do governo dos militares, na década de 80 os anteriores arquipélagos econômicos do espaço nacional haviam se transformado em penínsulas, dadas as ligações estabelecidas com o centro dinâmico industrial[1017].

Para garantir a integração e a valorização do território nacional, havia necessidade, segundo essa visão, de se impulsionar maior dinamismo à periferia, a partir do coração central, ampliando e solidificando a articulação entre si. No entanto, a Amazônia ainda permanecia, segundo ele, como uma "vasta ilha perdida", para onde dever-se-ia consolidar o avanço do eixo de penetração e conquista, já esboçada.

Com base nessa visão, houve incentivo da União ao avanço das fronteiras agrícolas em direção ao Norte do país. Com o esgotamento das terras férteis e os conflitos pelo acesso a esse bem, no final dos anos 70 e início dos 80, foi necessário a apropriação dos novos conhecimentos agronômicos e de biotecnologia, acumulados pelos órgão de pesquisa, implantados durante o governo militar (Embrapa, Empaer), para tornar agrícolas, terras antes não agricultáveis. Desse modo, a expansão da fronteira agrícola passou a se dar sobre a área dos cerrados do Centro-Oeste, tornando novamente abundante o elemento de discórdia, a terra.

Através da tecnologia, buscou-se criar a natureza fértil, disputada em mercado. No entanto, a acessibilidade, a partir de então, só foi possível, a quem pode deter a capacidade de acessar o novo conhecimento, a técnica e os recursos financeiros necessários

[1016] Desse modo, embora os últimos censos tenham evidenciado certa estabilidade no crescimento da população brasileira, a potencialidade de trabalho não passou a ser medido apenas por esse aumento quantitativo e pela função da estrutura etária, mas desse contingente qualificado tecnicamente, que inclui tanto homens, como mulheres e em faixas etárias mais avançadas.

[1017] Cf. SILVA, Golbery do Couto e (1981, p.43-45).

para promover o cultivo. Por outro lado, para se livrar da erosão da moeda, em função da inflação galopante, parte do capital nacional e internacional passou a ser aplicado na terra valorizada, resultando em especulação imobiliária. Esse fenômeno transformou-se num processo dificultador de acesso também à terra, por parte do campesinato.

Por outro lado, a cidade foi-se mostrando cada vez mais insuficiente na capacidade de absorver, do ponto de vista do trabalho, a crescente aglomeração de pessoas recém-chegadas. Nem mesmo a indústria de construção civil, ao incorporar o processo de modernização[1018], conseguiu mais absorver a mesma proporção de mão-de-obra de antes[1019]. A miséria foi se transformando na característica dominante das paisagens urbanas.

A situação do endividamento brasileiro atingido até 1984 e os limites de consumo encontrados no mercado interno para os produtos industrializados nas áreas agrícolas do Centro-Oeste agravaram a crise interna do país, potencializada pela depressão do sistema capitalista como um todo. Caracterizou-se, no Brasil, a chamada década perdida, especialmente entre 1981-84, quando a fase depressiva do ciclo longo coincidiu com aquela do ciclo médio interno (de Juglar). Nesse período, deu-se o fim dos governos militares e o início da Nova República.

Como reação, houve um esforço dos empreendedores industriais do país, em recorrer ao mercado externo, produzindo saldos de exportação. Assim, além das exportações agrícolas, buscou-se utilizar, da capacidade produtiva ociosa do parque industrial para exportar, ao mesmo tempo em que se praticou uma política de redução de importações.

Interessante observar que, até 1985, a nova infraestrututra de telecomunicações, iniciada desde os anos 70, como instrumento complementar de integração territorial, estava implantada[1020]. A rede técnica de base já havia integrado todos os municípios brasileiros, ao mesmo tempo em que a Embratel - Empresa Brasileira de

---

[1018] Surgiu na indústria da construção brasileira, a partir da década de 70, a era dos pré-moldados, das gruas de montagem, do transporte mecanizado de concreto, atribuindo a esse setor uma função de produção diversa da anterior (RANGEL, 1985, p. 60).

[1019] Mesmo assim, as gigantescas obras de infraestrutura subsidiadas pelo Estado e entregues a empresas privadas (hidrelétricas, estradas), durante os governos militares, tornaram-se foco de atração para grande parte da mão-de-obra excedente, que pela natureza móvel do trabalho, também conferiu o mesmo caráter de mobilidade a esse contingente desterritorializado de sua área de origem e disponível para trabalhos eventuais ou sasonais do campo. Chamam-se a si mesmos de "trecheiros", estando sujeitos a um processo gradativo de pauperização e perda de identidade (MARTINS, 1995, *passim*).

[1020] A partir dos anos 70, de uma forma programada e com base na incorporação de tecnologia dos países centrais, passou a ser ampliada, por iniciativa, dos governos militares, a rede de telecomunicações, como novo instrumento de integração do território (DIAS, 1995).

Telecomunicações, oferecia os serviços de transmissão de dados, pela RENPAC [1021]e TRANSDATA[1022] (DIAS, 1995, *passim*).

Na configuração territorial do país, pode-se evidenciar um conjunto de sistemas de engenharia, superpostos à natureza, constituído de sistemas com base em redes de transportes, correios, telecomunicações e energia, consolidando a integração do território nacional, e ao mesmo tempo, atribuindo uma maior fluidez aos fatores de produção (trabalho, mercadorias, capital, idéias).

Fazendo uso dessas redes de integração, muitas empresas da metrópole industrial puderam transferir suas plantas industriais para locais previamente selecionados, adotando a logística como forma de gerenciamento da produção e circulação dos produtos, e a articulação com outros empreendimentos[1023], visando a otimização dos custos de produção. A partir de então, a economia voltou a crescer, caracterizando a nova fase ascensiva do ciclo médio (1985-89).

Passou-se a assistir, então, a uma redistribuição das atividades produtivas industriais das metrópoles para as cidades médias do Sudeste e a uma expansão de unidades industriais nos estados do Sul do país, diminuindo o peso relativo da concentração de atividades no polo industrial anterior. Nesse rearranjo, a articulação entre unidades dispersas, passou a exigir um controle central, nos pontos nodulares mais significativos da rede de transporte e comunicação. A metrópole foi se tornando, assim, o principal centro de comando de ações, assim como de criação e transmissão de conhecimento, com características de "metrópole informacional" (SANTOS, 1996).

No campo, a partir de 1985, as áreas agrícolas colonizadas do Centro-Oeste perderam os incentivos e subsídios da União, resultando em fenômeno de crise agrária. Foi necessário fazer frente a ela, com aumento de produtividade por hectare. As políticas governamentais de incentivo, no entanto, voltaram-se basicamente para apoiar o avanço da

---

[1021] Rede Nacional de Transmissão de Dados por Pacote, cujo acesso pode ser feito pela infovia, rede telefônica ou rede de telex, funcionando desde 1985. Tornou-se mais voltada às necessidades dos pequenos e médios usuários, cuja demanda não justifique a locação de um circuito privado (DIAS, 1995).

[1022] Essa rede foi colocada à disposição, pela Embratel, desde 1981. Baseia-se em ligações ponto a ponto ou multiponto. É apropriado às empresas que exigem um serviço contínuo de transmissão de uma grande quantidade de dados, com um circuito privado. Ex. os bancos e grandes empresas (DIAS, op.cit.).

[1023] As empresas passaram a buscar sinergias positivas, na conexão com locais por ela selecionados (mão de obra barata, matéria-prima abundante, entre outros) e unidades parceiras, constituindo circuitos espaciais, sob forma de organizações solidárias.

fronteira agrícola nas áreas de cerrados, também do Norte do país.

Como a materialização do meio técnico-científico e informacional[1024] nos processos de remodelação do território nacional não foi homogênea[1025], e ocorreu em áreas diversas do ponto de vista funcional e de densidade populacional, foi possível evidenciar na estruturação do espaço brasileiro, nos anos 80, segundo Santos (1993, passim) a diferenciação entre um Brasil urbano[1026] e outro agrícola[1027]. O Brasil urbano passou a se caracterizar por um grande número de cidades médias e cidades milionárias, caracterizando o fenômeno da macro-urbanização brasileira[1028]. Nele, a tendência é a da constituição de um sistema urbano, onde cidades próximas entre si e com funções especializadas mantém intercâmbio do tipo complementar.

Nas áreas pioneiras, incluídas no Brasil agrícola, a materialidade técnica científica e informacional foi agregada a um território de forte dinamismo econômico, onde os investimentos fixos foram implantados sobre um território relativamente vazio. Essa condição, ligada à residência de novos imigrantes nas cidades, levou à manifestação, na

---

[1024] Esse meio técnico-científico e informacional foi caracterizado pela maior densidade de área construída, em termos de infraestrutura (sistema de transportes, telecomunicações e energia) e maior incorporação da composição orgânica ao território, graças à cibernética, biotecnologia, novas químicas, informática e eletrônica. O território e seus sistemas de engenharia tornam-se carregados de informação, havendo necessidade de população intelectualizada para decodificar os conhecimentos neles embutidos (SANTOS, 1993, p.36-38) .

[1025] Nos anos 80, foi possível evidenciar três diferentes situações: onde esse meio se impôs fortemente sobre um fenômeno anterior de densidade e com contingente populacional mais numeroso e de maior nível de renda; onde a modernidade materializada instalou-se sobre áreas relativamente mais vazias de densidade instrumental anterior e de população, embora essa tenha um nível de renda a se considerar; e finalmente, onde esse meio era praticamente inexistente e a população, embora numerosa, tinha um baixo nível de renda. Nas duas primeiras situações, manifestaram-se as áreas mais dinâmicas, sendo a segunda, um fenômeno específico das "regiões pioneiras" do Centro-Oeste. A última caracterizou as regiões deprimidas, de economias mais antigas, que perderam dinamismo ou que ainda estavam mais fragilmente integradas à economia industrial (SANTOS, 1993, p.66).

[1026] O Brasil urbano constituiu-se nas áreas mais desenvolvidas, de população mais densa e com maior nível de renda, que recebeu forte densidade do meio técnico-científico e informacional. Nesse caso, houve uma interação mais significativa entre as cidades, permitindo o avanço dos índices de urbanização, numa malha urbana muito mais integrada que o restante do território nacional, atribuindo relevância à atuação das cidades de porte médio (idem, 1993, p. 66). A principal capacidade produtiva desse Brasil urbano está no setor secundário e terciário das cidades. A unidade desse espaço ocorre em função das relações entre núcleos urbanos, de produtos industriais e serviços. Assim, a principal área de exportação para áreas distantes, passou a ser a cidade. Ampliou-se não só o número de cidades médias, como de metrópoles, cidades milionárias (SANTOS, 1993).

[1027] O Brasil agrícola incluiu as áreas pioneiras e regiões deprimidas. Nelas, a estrutura produtiva foi mais expressiva no campo. A área de produção voltada a mercados distantes, portanto, é rural. É antes de tudo, uma "região agrícola", onde o campo comanda a vida econômica e social do sistema urbano Nesse caso, as cidades dependem do campo para o exercício de diversas atividades. As relações econômicas mais importantes dão-se entre campo e a cidade. A unidade dessa região provém da divisão de trabalho entre cidade e campo. (idem, 1993, passim).

[1028] A área de manifestação contínua de instrumentalização técnico-científico e informacional do território, com a incorporação mais densa das redes de infraestrutura, extrapolou os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, atingindo os estados do sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e parcelas territoriais do Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo (SANTOS,1993, p.39).

região, das mais altas taxas de crescimento econômico e de urbanização do país.

Nessa região concentrada, a modernização tornou-se generalizada, enquanto no resto do país, esse processo tornou-se seletivo, aparecendo na forma de manchas e pontos, cada vez mais numerosos e de importância desigual. Nesse caso, cada cidade e seu *hinterland* rural respondem por relações específicas. Quando a divisão de trabalho é menor, acumulam-se funções numa mesma cidade, manifestando-se o fenômeno da rede urbana hierarquizada, sendo que os centros urbanos ficam mais distantes uns dos outros.

Cada vez os fluxos estão se tornando mais numerosos e qualititavamente diferentes, aprofundando a divisão territorial do trabalho (ibidem, 1993, p.39-41). A maior especialização dos territórios passou a trazer uma ampliação quantitativa e qualitiativa da urbanização, permitindo a emergência de sistemas de formas cada vez melhor elaboradas de cooperação, em espaços cada vez mais amplos.

Nesse processo, ao mesmo tempo em que houve a redução da população rural e concentração de população e pobreza nas cidades, ocorreu dispersão de camadas de renda média para as cidades médias. A presença dessas últimas, constituídas por populações qualificadas do ponto de vista do trabalho para o atendimento das chamadas atividades modernas, por solicitação dos empreendedores ligados a novos modelos produtivos da indústria e do campo, tornaram-se fermento interno para novos serviços e bens ligados ao modo de vida urbano.

5.4.4 Expansão da fronteira agrícola em moldes capitalistas

Nessa fase depressiva do ciclo longo e de fim das substituição de importações, via industrialização nacional, o Mato Grosso do Sul conheceu dois momentos da modernização agrícola, o de intervenção programada dos governos militares, do início dos anos 70 até 1985 e a do esforço de diversificação e aumento de produtividade, fruto da crise agrária pós1985.

A intervenção mais efetiva do Estado na área rural, via planejamento, deu-se, sobretudo, a partir da década de 70, através dos governos militares, especialmente com o II PND, entre 1975-79, quando ocorreu a expansão da fronteira agrícola em moldes capitalistas, de forma consolidada, com forte integração econômica das áreas modernizadas ao mercado nacional.

O projeto de desenvolvimento do Centro-Oeste apoiou-se nas alterações ocorridas na agricultura da fase anterior, no sentido de ampliar a capacidade produtiva regional. A grande meta foi a de transformar as áreas-destino dos programas, em agricultura industrializada, com base em insumos industriais e, fornecedoras de grãos para a exportação.

Desse modo, ao mesmo tempo em que deveria permitir o avanço da industrialização para o setor agrícola, contribuiria na ampliação do consumo interno de bens de equipamento e produtos químicos do parque industrial do Sudeste, em crise[1029]. Por outro lado, a exportação geraria divisas para o equilíbrio da balança comercial brasileira, diante da necessidade de importação de bens de equipamento para a indústria nacional.

Passou-se a aplicar uma política planejada, de incentivos e subsídios do Estado[1030], voltada à modernização dos produtos agrícolas de exportação (soja e pecuária) [1031]. Resultou em aperfeiçoamento técnico-científico, com avanços na biotecnologia[1032], tanto na produção agrícola[1033], como na pecuária[1034], consolidando-se o desenvolvimento capitalista delineado na fase anterior.

Desse modo, os bens duráveis de consumo rural[1035] só foram possíveis de

---

[1029] A forte expansão da indústria brasileira no setor da mecânica pesada, voltada à produção dos bens duráveis de consumo e da indústria química, atingiu limite junto ao mercado urbano, havendo necessidade de ruralizar o consumo. Diante de ameaça de desagregação, o pacto de poder entre a classe latifundiária e industrial, realizado na década de 30, foi novamente sustentado, através da intervenção militar no governo, a partir de 1964. A burguesia nacional, procurou se aliar aos interesses da burguesia internacional e ao Estado, criando um grande projeto de governo de reabertura de mercado interno na área rural (RANGEL, 1985).

[1030] Assim, o Estado do Mato Grosso passou a ser objeto de superintendências, programas e planos direcionados à região Centro-Oeste, tais como: Sudeco Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste , Prodoeste – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Pladesco Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Polocentro, Prodegran Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados, Prodepan- Programa de Desenvolvimento do Pantanal (HEES, 1987).

[1031] A nova atividade industrial, baseada em eletrodomésticos e automóveis, voltada ao mercado interno, passara a ser grande importadora de bens de produção e de financiamentos. Essa necessidade impunha o aumento das exportações de produtos agrícolas, como forma de equilíbrio da balança comercial brasileira.

[1032]Para esse fim, contou-se com a participação dos órgãos de pesquisa e assistência técnica, criados pelo Estado (Instituto Agronômico de Campinas- IAC, cursos de Agronomia, Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Oeste- IPEAO, Acarmat, como estadual Empaer etc), resultando no surgimento de espécies novas, adaptáveis aos climas e solos desse bioma.

[1033]Deram-se tanto sob forma de correção química dos solos ácidos e pouco férteis dos cerrados, como o melhoramento genético de sementes, realizado em laboratório, de modo a tornar as espécies adaptáveis aos solos e climas dos cerrados (trigo) do Centro-Oeste.

[1034] Nesse caso o avanço foi, sob forma principalmente de inseminação artificial, de novas espécies de pastagens cultivadas e de suplemento alimentar nas estações de seca, como de formas de ampliação da capacidade de suporte (divisão de pastos), foi possível ser concretizado também o processo de modernização da atividade pecuária.

[1035] Apareceram como bens de equipamento na produção agrícola e os químicos e farmacêuticos como insumos agrícolas (fertilizantes, inseticidas, herbicidas) e de melhoramento da produção animal (inseminação artificial) e defesa sanitária (vacinas, medicamentos veterinários).

serem obtidos, na medida em que foram sendo institucionalizados os órgãos de planejamento regional, os programas de incentivos e subsídios e o aparelho de intermediação financeira do Estado[1036].

A difusão do processo de expansão da pecuária e da agricultura mecanizada da soja desse período impulsionou o grande dinamismo econômico regional, responsável pela atração de um intenso fluxo migratório vindo de outras regiões. Na realidade, esteve novamente em pauta, a estratégia nacional, de atrair população excedente de outras regiões brasileiras, visando a ocupação e segurança das áreas de fronteiras. A diferença das fases anteriores é que, embora a população deslocada procurasse oportunidades econômicas no setor agrícola, ela acabou indo buscar moradia diretamente nas cidades.

A expansão desse novo modelo de ocupação deu-se de Sul para o Norte do estado, já que estava no Sul, a área de maior relevância agrícola e no Norte os cerrados.

Dentro do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento- I PND surgiu o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste PRODOESTE. A partir dele, a Sudeco elaborou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste-PLADESCO, previsto para o período de 1973-74. Propôs a integração do Mato Grosso do Sul ao mercado nacional, através da implantação de corredores de exportação, para fornecimento de grãos. Esse plano privilegiou as áreas agrícolas, que já vinham sendo modernizadas no do sul de Mato Grosso do Sul[1037], dotando-as de infraestrutura básica de tranportes e armazenagem.

Com a maior densificação da materialidade do território em redes de transporte e comunicação, viabilizou-se a acessibilidade das terras sul-matogrossenses ao Sudeste, especialmente a São Paulo, inserindo-as ao complexo agro-industrial e integrando-as

[1036] Tornou-se o aparelho captador da poupança interna de capital gerada no setor econômico em crise e viabilizador da nova demanda de investimentos oriunda no campo, através da criação de fundos especiais (Banco Central em 1951 e BNDE em 1952), complementados, mais tarde, por empréstimos internacionais (via PNUD, BIRD, entre outros).

[1037] Do ponto de vista natural, o sul do Mato Grosso do Sul dispunha de melhores variáveis em termos de potencialidade agrícola, tanto do ponto de vista de solos, como do clima. Por outro lado, o sul trazia a experiência anterior da expansão da fronteira agrícola. Desde a década de 60, a região tinha conhecido a entrada bem sucedida de agricultores capitalistas nas áreas de solos mais férteis da Mata dos Dourados, áreas de latossolos dos cerrados e de algumas manchas de florestas semi-deciduais em rochas de origem basáltica. Além disso, nessa mesma década, as áreas de campos passaram a ser valorizadas, com o afluxo de produtores rurais sulistas no cultivo de arroz de sequeiro, resultando na chegada espontânea de novos "granjeiros" (MESQUITA, 1977). Nesse conjunto, destacaram-se como áreas de incorporação técnica aquelas posicionadas ao sul do Trópico de Capricórnio, que cultivaram soja em alternância com o trigo. Nestas, a utilização dos equipamentos mecânicos e dos insumos intensificaram-se durante o ano inteiro. Assim, a expansão da produção de soja deu-se inicialmente nas áreas de solos agrícolas férteis, para depois avançar sobre as áreas de campos, antigas pastagens de gado, arrendadas pelos latifundiários aos novos agricultores (MESQUITA, 1989).

mais profundamente àquela região. Auxiliado pelo PRODOESTE, esta área agrícola do sul do Mato Grosso do Sul passou, não só a concentrar a maior produção e produtividade do estado, como a infraestrutura de apoio, principalmente com relação à armazenagem.

Na década de 70, o sul do Estado foi a área de maior relevância, em termos de produção agrícola[1038]. Até 1978, nesta região, já havia sido dobrado a área plantada e quadruplicado a produção. Em 1980, essa região tinha conseguido elevar o Mato Grosso do Sul à condição de terceiro produtor nacional de soja, ultrapassado apenas pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Surgiram, nessa área, três modelos de ocupação agrícola[1039], conectados com os portos de exportação, tanto com Santos através de Campo Grande e São Paulo, como com Paranaguá, passando pelo noroeste do Paraná e Curitiba.

Mas, esse modelo de expansão horizontal, no sentido de ocupação territorial das terras agricultáveis, praticamente se esgotou até o final dos anos 70. As terras férteis, selecionadas para o cultivo estavam praticamente ocupadas. Assim, no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado para os anos de 1975-1979, o objetivo definido para o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste foi, não só o de fortalecer os programas anteriores, como também o de ampliar as áreas de produção para terras consideradas antes, não agricultáveis.

Desse modo, de meados de 70 até 1985, as novas políticas agrícolas foram direcionadas para a incorporação das terras de campos e cerrados ao norte da área da região de Dourados[1040]. Portanto, os grandes avanços do capitalismo industrial, nessa fase, deram-se,

---

[1038] Atingiu principalmente Dourados, Ponta Porã, Fátima do Sul, Itaporã, Caarapó, Rio Brilhante, Maracaju, Sidrolândia (MESQUITA, 1977)

[1039] Dentro desse conjunto de áreas agrícolas modernizadas, Teixeira (1989, *passim*) reconheceu três áreas "cores" com modelos diferentes de ocupação. Havia a área do município de Maracajú, constituída de médios proprietários sulistas, organizados em torno de uma Cooperativa (Cotrijuí); a da "Fazenda Itamaraty", uma grande propriedade de 50.000 ha, considerada a maior área contínua de cultivo de soja do mundo, pertencente a uma única empresa agrícola, em terras adquiridas da Fazenda Virgínia, propriedade da Cia Mate-Laranjeira; e a da Colônia Agrícola de Dourados e adjacências, constituída de pequenos proprietários agrícolas.

[1040] Incluíram-se tanto terras de solos mais ricos e tradicionalmente agrícolas, como foram os casos de Jaraguari e Bandeirantes, como áreas de solos menos ricos, mas planos o suficiente para permitirem a mecanização. Nesse caso, as áreas selecionadas foram principalmente aquelas dos solos planos de rochas detrítico-lateríticas dos cerrados, situadas nos chapadões residuais da Bacia do Paraná, que servem de divisores entre as bacias do Paraná, Paraguai e Araguaia. Também sofreram esse processo de expansão, embora em menor expressão, parte do Pantanal (Miranda e Aquidauana) e Bodoquena. Mas, a intensidade das inovações esteve ligada, antes de tudo, à incorporação de terras de cerrados com topografia plana, num processo de transformação dos solos naturalmente ácidos e com deficiências de nutrientes, em solos agricultáveis. Incluíram-se, portanto, nessas áreas os municípios localizados no Chapadão de São Gabriel e Chapadão das Emas (este conhecido também como Chapadão do Sul). Nesse sentido, a modernização tomou forma de mecanização e correção dos solos com insumos químicos, abrindo às indústrias mecânicas e químicas, o setor dominante da economia nacional, um amplo mercado consumidor (MESQUITA, 1989).

no sentido de equipar as unidades de produção e incorporar novos elementos químicos aos solos, reiventando uma nova natureza. Em 1984, como fruto dessas intervenções no cerrado, o município de São Gabriel já havia se transformado no maior produtor de soja de Mato Grosso do Sul (DUARTE, 1989:255).

Esse aproveitamento dos cerrados também se deu para do desenvolvimento da pecuária, a atividade mais importante desse bioma. A associação das práticas de cultivo agrícola à formação de pastos plantados ampliou a capacidade de sustentação do rebanho de bovinos, incluindo essas áreas na expansão horizontal dos pastos de engorda do oeste paulista[1041]. Até 1985, a agropecuária como atividade mais importante do Estado e, ocupando 66% de seu território (23 milhões de hectares), conseguiu colocar o Mato Grosso do Sul, na década de 80, entre os estados de maior renda *per capita* do país, passando em segundo lugar em 1992 (U$ 3.689), ficando entre os dez mais ricos do Brasil.

Concorreu decisivamente para este modelo de desenvolvimento e estruturação do espaço, a intervenção do governo federal, através das estratégias espaciais dos planos de desenvolvimento econômico regional articulado aos planos nacionais de desenvolvimento, com políticas de incentivo fiscal e financeiro, e mediação de instituições governamentais de pesquisa e assistência técnica[1042].

Foram criados programas específicos, com política de concessão de créditos agrícolas, isenção de impostos e subsídios estimuladores[1043], permitindo a incorporação de forte materialidade técnico-científica ao território[1044]. Nesse sentido, por iniciativa do governo

---

[1041] As vacinas e medicamentos veterinários, incorporados ao processo de melhoria dos rebanhos, ampliaram o mercado de consumo das indústrias químicas e farmacêuticas. Além disso, também se introduziu a inseminação artificial e outros métodos mais modernos, não só na tentativa de melhoria da qualidade do rebanho, como também de redução do tempo de abate.

[1042] Deve-se destacar, nesse sentido, a atuação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados-CPAC da Embrapa, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural- Embrater, além das cooperativas oriundas do Rio Grande do Sul, como a Cotrisa e a Cotrijuí. A Embrapa e Embrater foram criadas pelo governo federal em 1971, buscando promover a orientação técnica, com vistas à maior produção e produtividade da área. A Embrapa, criada pelo governo federal em 1971, colocou algumas unidades de pesquisa e experimentação em funcionamento no estado, tanto para apoiar a agricultura em Dourados, como a pecuária em Corumbá e Campo Grande. Teixeira (op.cit.) também considerou importante a atuação das cooperativas nas mudanças ocorridas nesse período em relação ao campo, na criação de infraestrutura, orientação técnica e de mercado. A Embrater tinha o objetivo de articular as mesmas organizações em nível estadual, visando a extensão rural. No Mato Grosso do Sul, esse órgão surgiu de iniciativas anteriores: a Acarmat, criada em 1964, transformada em Emater em 1975 e Empaer em 1979.

[1043] Incorporaram-se ao espaço rural maciços investimentos em infraestrutura para produção, beneficiamento, armazenamento e circulação dos produtos agrícolas (MESQUITA, 1989), portanto, alterando a composição técnica e orgânica anterior do território de produção agrícola.

[1044] A condição anterior de território praticamente "vazio" em infraestrutura e outros investimentos fixos, foi altamente favorável à incorporação da forte densidade em materialidade instrumental científico-técnica, não exigindo sucateamentos, mas ao contrário, permitindo a inclusão de inovações com maior velocidade e rentabilidade (SANTOS, 1993).

federal, surgiram os programas especiais PRODEGRAN[1045] e POLOCENTRO[1046] e o PRODEPAN[1047], além do fortalecimento de alguns órgãos governamentais de pesquisa e extensão[1048].

Desse modo, houve um segundo momento do avanço da fronteira em moldes capitalistas, de sul para o norte do Estado entre 1975-84, com aprofundamento das inovações técnicas[1049]. Deu-se das áreas de campos, savanas e florestas de solos mais agricultáveis do sul (terra-roxa, principalmente) para as savanas de solos mais arenosos do centro e norte do estado de Mato Grosso do Sul. .

Trouxe consigo uma nova configuração ao território, com base na materialidade técnica, resultando no aparecimento de modernas paisagens agrícolas, tendo como suporte a rede urbana instalada[1050]. O Mato Grosso do Sul e o Centro-Oeste apresentaram, nessa fase, taxas de crescimento econômico e de urbanização superiores à média brasileira[1051]. Destacou-se pela taxa de crescimento entre todas as outras regiões,

---

[1045] O Prodegran Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados teve como objetivo, suprir a tradicional área agrícola da Grande Dourados para o desenvolvimento da agricultura. Através desse programa, buscou-se, a implantação de infraestrutura em energia elétrica, estradas e armazéns, além de incentivos creditícios e assistência técnica para o desenvolvimento agrícola na antiga Colônia Agrícola de Dourados. Tratou-se, em realidade, da sustentação do Prodoeste (MESQUITA, 1977)

[1046] O Polocentro teve como meta a incorporação de 3,6 milhões de hectares no cerrado do Centro-Oeste à atividade agrícola,incorporando-as ao processo produtivo, com emprego de alta tecnologia. Essas áreas foram divididas em 9 pólos, sendo o Mato Grosso do Sul, contemplado com o Pólo Campo Grande-Três Lagoas, abrangendo a área da Vacaria (ao norte do Ivinhema), a microrregião de Campo Grande, estendendo-se ao longo da ferrovia até Três Lagoas e ao longo da BR-163 até os limites com Mato Grosso. Foi um importante instrumento governamental, incluindo concessão de crédito rural subsidiado, instituições de pesquisa e assistência técnica, infraestrutura de armazenagem, estradas rurais e energia elétrica. No conjunto, as novas terras integradas ao novo modelo de desenvolvimento adotado, não representaram mais do que 19% do total modernizado. Na realidade, o forte da reestruturação deu-se sobre áreas já anteriormente ocupadas (DUARTE, 1989).

[1047] Para o Pantanal, também houve um programa de intervenção do Estado, o Programa de Desenvolvimento do Pantanal-PRODEPAN. Ocupando a faixa fronteiriça dos 150 quilômetros, ainda predominava nessa região, as características do isolamento e rarefação demográfica, com predomínio dos maiores latifúndios do estado e problemas ambientais sérios. A prioridade foi dada à construção da rodovia Transpantaneira, que atingiu apenas o atual estado de Mato Grosso e obras de controle de enchentes. No entanto, na região continuou sendo praticada a pecuária em moldes extensivos, voltada apenas para a cria e recria (DUARTE, 1989).

[1048] Destacaram-se, nesse sentido, a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e da EMPAER - Empresa Agrícola de Extensão Rural.

[1049] Assim, em 1985, Mato Grosso do Sul já estava entre os grandes produtores do Brasil (quarto lugar), em volume de grãos colhidos de soja, com uma produtividade variando entre 2.000 a 2.900 kg por hectare, superando índices obtidos em território norte-americano (MESQUITA, 1989).

[1050] Essas paisagens agrícolas passaram a constituir, no conjunto do estado do atual Mato Grosso do Sul, o que SANTOS (1993:65) cognominou "regiões agrícolas" que contém cidades adaptadas às suas demandas.

[1051] Esse crescimento foi atribuído a uma somatória de variáveis. A densificação da materialidade científico-técnica incorporada ao espaço somou-se à presença da mão-de-obra técnica deslocada, para acionar os novos instrumentos de produção, circulação e consumo, amparada por investimentos e subsídios governamentais na dinamização das novas atividades econômicas. Os altos preços alcançados pela soja no mercado internacional propiciaram a expansão de seu cultivo.

inclusive a do Sudeste[1052].

A política de incentivos fiscais e financeiros do Estado voltou-se também ao cultivo de cana-de-açúcar, para a produção de álcool, através do Programa "Pró-Álcool", num momento em que o país tentava alternativas diante da crise internacional do petróleo[1053]. A cana-de-açúcar foi introduzida no Mato Grosso do Sul, desde 1975, ocupando alguns interstícios vazios do cerrado. Apresentou-se, como em todo Brasil, com uma estrutura produtiva de unidades industriais dispersas.

Embora a pecuária tenha sido atingida pela tecnificação, a maior incidência da inovação tecnológica nos processos produtivos do Mato Grosso do Sul deu-se nas áreas agrícolas, com lavouras temporárias de grãos, em especial a soja. Mas, se a agricultura incorporou as novas técnicas científicas com maior intensidade, a pecuária continuou dominando o processo de ocupação territorial, somadas às áreas tradicionais do Pantanal e as modernas junto às áreas mais acessíveis do planalto[1054].

Com a modernização agrícola, vem emergindo e se consolidando a classe de empresários agrícolas, constituída, em grande parte, por imigrantes de outros estados[1055], introdutores das relações assalariadas no campo. O outro segmento dessa classe empresarial

---

[1052] Enquanto o Brasil mostrou um crescimento médio do PIB na década de 80, especificamente no período de 1981/90, de apenas, 1,57% ao ano (a "década perdida"), o Mato Grosso do Sul cresceu à média de 5,48 % ao ano. No período de 1982 a 1985, mais especialmente, a economia desse estado entrou numa fase de franca prosperidade, chegando a atingir uma média anual de 7,7%, com todos os setores da economia tendo um resultado positivo. A cultura mecanizada da soja atingiu, nesse intervalo de tempo, um crescimento anual de 17,5%. Em menores níveis, deu-se nesse período, a expansão da pecuária, cuja taxa média anual foi de 8,9%, e os serviços, com média anual de 8,0%. Na década de 90, o estado do Mato Grosso do Sul, em função da materialidade contemporânea a serviço de uma economia moderna e da baixa densidade demográfica, esteve classificado entre os estados mais ricos do país, em termos de "PIB *per capita"*. Em 1995, o seu "PIB *per capita*" de Mato Grosso do Sul era 24% maior do que o do Brasil, 33% acima do Paraná, 15,8% mais do que o Rio Grande do Sul e comparável ao do Rio de Janeiro, embora ainda 1,6% acima deste estado (SEFOP/SUPLAN, 1997).

[1053] O Pró-Álcool foi lançado em novembro de 1975, pelo governo federal, visando ampliar e dinamizar a produção do álcool no Brasil, como formas complementar de combustível, e uma forma de criação de oportunidade de empregos à força de trabalho excedente. Para esse fim, delineou-se uma política de financiamentos para implantação e ampliação de destilarias.

[1054] Essa atividade permaneceu preponderante no Estado, ocupando em 1985, conforme o IBGE, 85% da área total destinada à agropecuária. O efetivo bovino chegou a triplicar entre as décadas de 70 e 90, de modo que o Mato Grosso do Sul acabou sendo o responsável pelo maior rebanho bovino do país, com 21,8 milhões de cabeças em 1993 (IBGE), quase 13 vezes a população do Estado. A modernização nos métodos de criação conseguiu, por outro lado, reduzir o tempo de desfrute, ampliando essa taxa, no período 1970-85, de 9,7% para 13% (SEFOP/SUPLAN, 1996).

[1055] Essa classe foi sendo constituída, principalmente pela presença de agricultores de espírito empresarial, via de regra, egressos de áreas agrícolas mais antigas da região geo-econômica de São Paulo (rio-grandenses, catarinenses, paulistas, paranaenses, mineiros, cariocas), que vieram em busca de terras consideradas mais baratas sujeitas à valorização e estimulados pelos incentivos, subsídios e financiamentos governamentais. Muitos migraram com um mínimo de capital, arrendando terras de latifundiários pecuaristas interessados em renovar suas pastagens para o gado, de forma a adquirir posteriormente suas próprias "fazendas", com base nos financiamentos agrícolas e políticas públicas de incentivo e subsídio à atividade agrícola.

agrícola emergiu no âmago da tradicional classe de latifundiários pecuaristas da região[1056]. Destacaram-se, nesse sentido, aqueles latifundiários que buscaram arrendar suas terras ou entregá-las em parceria a empreendores agrícolas[1057].

Diferente do latifundiário tradicional, o empresário capitalista do campo, de mentalidade progressista, tornou-se o responsável direto pelo processo produtivo e pelas inovações tecnológicas introduzidas no campo. Adquiria ele próprio os meios de produção e contratava a mão-de-obra assalariada, com uso de capital adiantado (crédito bancário). Mesmo diante de adversidades, o setor agropecuário foi responsável pela maior parte dos empregos do Estado em 1999 (23,8%), especialmente a cana de açúcar, já que tanto o cultivo como a colheita ainda são manuais.

A divisão do Mato Grosso, em 1977, dando origem ao estado do Mato Grosso do Sul[1058], através da lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, fez parte do planejamento da União, nessa fase, tendo como base a visão geopolítica, definida por Golbery[1059]. Foi um dos assuntos incluídos entre os estudos da equipe técnica da Sudeco, por solicitação da União. Afinal, a maior ocupação, dinamização e integração econômica ao Sudeste, da área correspondente ao Mato Grosso do Sul, obtida no fim do I PND, através do corredor agrícola de exportação e dos polos econômicos estabelecidos, exigia política e

[1056] Nesse caso, foi constituída justamente pelos latifundiários que passaram a entregar terras aos novos capitalistas agricultores, na forma de arrendamento ou parceria. Buscando a substituição das áreas de pastagens naturais por artificiais, de modo a aumentar a capacidade de suporte para o gado, esses latifundiários foram, ao mesmo tempo, incorporando outras modalidades de modernização, beneficiando-se das políticas governamentais.

[1057] Os contratos de arrendamento ou parceria tinham, em média, a durabilidade de três a cinco anos. Inicialmente, por recomendação técnica, cultivava-se o arroz, visando a homogeneização dos solos, para nos anos seguintes, cultivar-se a soja, ou a "dobradinha", soja e trigo, no sul do estado. A entrega das terras ao proprietário era feita, via de regra, semeada de pastagens artificiais. Desse modo, o arroz expandiu-se como característica cultura mecanizada de desbravamento precedendo a formação de pastos, predominando como cultivo, especialmente em meados da década de 60 e avançando sobre a década de 70. Após o término desses contratos, muitos desses latifundiários foram adotando relações assalariadas no campo, ainda que associadas às relações praticadas anteriormente e, eventualmente, contratando diaristas (reforma de pastagem, concerto de cercas etc.), mobilizados na cidade por "gatos".

[1058] A linha divisória foi feita com auxílio dos técnicos do IBGE, de modo a evitar divisões de municípios e microrregiões. Em 1970, o Norte contava com 601 mil habitantes e o sul com cerca de um milhão de habitantes. A instalação da Assembléia Constituinte e a posse do primeiro governador de Mato Grosso do Sul, deu-se em 1º de janeiro de 1979 (ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977).

[1059] Manifestava-se, a intenção planejada, segundo a visão geopolítica dos militares, com base nas idéias de Golbery do Couto e Silva, de um lado, ampliar o dinamismo das regiões já conetadas com o centro industrial paulista e de outro, estender o avanço da penetração para o Noroeste do país, na tentativa de integrá-lo.

administração distinta daquela do Norte[1060].

Mato Grosso do Sul, com a modernização agrícola mais sedimentada que o Mato Grosso, apresentava-se muito mais integrado ao Sudeste (São Paulo e Paraná) do que o território polarizado por Cuiabá. Por outro lado, as principais rotas de ligação entre os dois estados e o polo dinâmico do país, eram distintas[1061]. Em realidade, a União apenas concretizou politicamente, uma separação, que na prática já havia ocorrido, em função tanto de diferenciações físicas, como aquelas sócio-econômicas, que vinham se acentuando ao longo da história, sendo que, naquele momento, dificultava a ação planejadora de Estado.

5.4.5. Crise agrária

Mas, entre 1985-88, os agricultores vivenciaram um maior aprofundamento da crise agrária, causado pelo fim da isenção dos tributos à exportação[1062] e altos juros bancários[1063]. Desse modo, a produtividade não conseguiu mais, fazer frente aos custos de produção e aos preços internacionais da soja, em constante baixa[1064].

O modelo de desenvolvimento de cultivo agrícola adotado para o Mato Grosso do Sul, durante os governos militares, entrou em crise, a partir de 1985. A forte demanda de insumos industriais para a produção agrícola e manutenção do rebanho alterou a estrutura de custos, tendo efeitos diretos sobre a estrutura fundiária, no sentido de reforçar o

---

[1060] O Mato Grosso apresentava uma densidade demográfica muito mais baixa (0,68 hab/km²) que a do Mato Grosso do Sul (2,85 hab/km²). Graças às potencialidades apresentadas pelo dinamismo já estabelecido no sul, através da modernização da agropecuária e das vantagens de sua localização, o Mato Grosso do Sul mostrava condições de acelerar em curto prazo, o seu processo de desenvolvimento. O Mato Grosso reunia potencialidades, cujas atividades deveriam ainda ser incentivadas e integradas à economia nacional. Havia necessidade de outro tipo de política de incentivo, inclusive para ali se prolongar o eixo de integração e desenvolvimento, de modo a poder imprimir maior dinamismo à economia da área (ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977).

[1061] As vias mais importantes de ligação de Mato Grosso com São Paulo eram a BR-070 (via Brasília), a BR-364 e a BR-158. Já as ligações de Mato Grosso do Sul eram feitas basicamente, pela BR-267 e pela estrada de ferro (INNOCENCIO, 1977).

[1062] A partir de 1988, a situação dos custos de produção na agricultura agravou-se ainda mais, após o fim da isenção dos tributos à exportação, ao mesmo tempo em que o agricultor passou a ser duplamente tributado, tanto nos insumos como no produto final.

[1063] A política da queda da inflação do governo federal trouxe ainda maior prejuízo ao agricultor, na medida em que os juros bancários pagos pelos financiamentos aos investimentos e custeio da produção, não puderam mais ser enfrentados, levando-o a uma situação de alto de endividamento.

[1064] Diante dessa situação, o custo de transporte aos portos exportadores começou a pesar, constituindo junto com os tributos, o "custo Brasil" da soja no Mato Grosso do Sul, elemento dificultador na competitividade do produto em relação aos preços internacionais.

modelo de médias e grandes propriedades, em detrimento das menores[1065].

Ao mesmo tempo em que pequenas propriedades foram aglutinadas, a lógica de otimização de custos desse modelo de desenvolvimento e a valorização das terras modernizadas, levaram à fragmentação de latifúndios muito extensos, sob forma de venda ou arrendamento.

Por outro lado, a ampla incorporação do capital constante na instrumentalização do território, pelo uso da ciência e da técnica, exigindo mudanças no capital variável, significou ainda, a adoção gradativa de relações assalariadas de trabalho, em detrimento das formas indiretas de exploração (arrendamento e parceria)[1066], mas sob condição de reduzida capacidade de emprego.

O caráter excludente que esse modelo atribuiu aos pequenos produtores familiares, a redução da capacidade de absorção de mão-de-obra e a valorização fundiária impedindo o acesso às terras, trouxeram como contrapartida, o agravamento da questão da terra no estado[1067].

A partir de 1985, o forte endividamento do governo federal no exterior e o fim dos governos militares resultaram no fim dos incentivos e subsídios do governo federal ao setor agrícola e o enfraquecimento das instituições de pesquisa e assistência técnica, voltadas à produção rural. Praticamente se esgotou o modelo agrícola proposto sobre as áreas dos cerrados, com a ocupação do Chapadão do Sul, no Alto Taquari. Diante desses novos direcionamentos do Estado e, num momento de nova retração dos mercados internacionais, a economia do Mato Grosso do Sul começou a conhecer algumas modificações, a partir de 1985, mas com maior intensidade no final dessa década e início de 1990. A partir de então, e

---

[1065] Com efeito, a nova racionalidade técnica, mediante ações incentivadoras do Estado, envolveu principalmente a privatização de terras por empresários oriundos de áreas de estruturação mais antiga do Sul e Sudeste, em detrimento dos pequenos estabelecimentos agropecuários anteriores. Assim a concentração de terras deu-se pela aquisição de pequenas propriedades e conseqüente eliminação dos pequenos proprietários, especialmente da anterior colônia agrícola de Dourados. Desse modo, esse período evidenciou, portanto, a expansão, principalmente, dos estabelecimentos de tamanho médio, entre 200 a 2.000 hectares, chegando a representar 61,5% do crescimento da área dos estabelecimentos e um terço das áreas de produção agrícola, na década de 70 (MESQUITA, 1989, op.cit., p.162). As grandes propriedades, nessa década, continuaram quase intactas nas áreas não atingidas pela modernização no Pantanal, incluídas principalmente nos municípios de Corumbá, Aquidauana, Porto Murtinho e Miranda. No entanto, no conjunto das unidades de produção rural, na década de 70, ainda representaram 71,9% da área total.

[1066] Segundo dados do censo agrícola do IBGE, as formas de arrendamento e parceria que abrangiam 31% dos produtores na década de 70 passou para 18,4% em 1980, enquanto que a participação das relações assalariadas entre a mão-de-obra ocupada passaram de 18% em 70 para 31,6% em 1980.

[1067] Como resultado desse processo, foi emergindo dentro do estado, uma mão-de-obra excedente, que passou a se movimentar entre as propriedades e a cidade, sendo mobilizadas por pequenos empreendedores especializados em ofertar mão-de-obra (os "gatos"), solicitadas eventualmente ou sazonalmente pelos proprietários de terras (MARTINS, 1995).

até a data presente a área de cultivo agrícola do estado parou de se expandir em área plantada.

A queda dos subsídios agrícolas, a partir de 1985, colocou em evidência o alto custo de produção da soja regional, por conta da intensidade de tecnologia incorporada, emergindo o fenômeno da crise agrária, aprofundada por pressões e intervenções dos concorrentes norte-americanos[1068].

A partir de então, os esforços deram-se no sentido da melhoria da produtividade agrícola[1069], incluindo a diversificação da produção[1070],. Desse modo, os índices foram se tornando cada vez mais elevados, chegando mesmo a ser superiores aos das áreas de cultivo norte-americanas[1071].

Além disso, em 1994, já havia 58 mil hectares de cultivo de cana-de-açúcar, distribuídos em manchas nos municípios de Brasilândia, Sonora, Rio Brilhante, Naviraí, Nova Andradina, Maracajú, Itaquiraí e Sidrolândia.

No tocante à pecuária, a substituição de pastagens nas áreas de campos e cerrados, ampliou consideravelmente a capacidade de suporte para o gado, contribuindo sobremaneira para o crescimento do rebanho no estado, ganhando a posição atual de primeiro produtor de gado bovino do país[1072].

Os métodos de criação não chegaram a sofrer níveis de incorporação tecnológica com a mesma intensidade da agricultura. O rápido crescimento do rebanho por hectare e os preços crescentes no mercado garantiram vantagens de rentabilidade. Além do

---

[1068] Por pressões competitivas dos norte-americanos no mercado internacional, os preços internacionais da soja na Bolsa de Chicago sofreram quedas, enquanto os preços dos insumos agrícolas, nas mãos de oligopólios internacionais e/ou dependentes de importações, conheceram aumentos abusivos, aprofundando a crise. Os Estados Unidos estão dispostos a recuperar o que perderam no mercado internacional de soja para os seus maiores adversários no mercado, o Brasil e a Argentina. Para a safra de 1999, por exemplo, conforme noticiou a imprensa (GAZETA MERCANTIL), o governo norte-americano garantiu para os produtores de soja um preço 20% acima das cotações de mercado, estimulando o cultivo nos EUA e forçando a queda do preço em nível internacional, visando o efeito contrário, ou seja, o de desestimular o cultivo no Brasil e Argentina.

[1069] O "Programa Terra Viva", a partir de 1992, surgiu com o intuito de premiar, com redução de ICMS, os produtores com média de produção acima da estadual (SEFOP/SUPLAN, 1996).

[1070] Com a monocultura comprometendo a produtividade, introduziu-se, nos últimos anos, a rotação anual com o milho. Dessa rotação, resultou uma produção do milho em moldes modernos e comerciais, transformando Mato Grosso do Sul, em 1995, no sétimo produtor nacional, respondendo com bons níveis de produtividade, ultrapassando até mesmo a média nacional. No entanto, a sua introdução significou maior produtividade e, ao mesmo tempo, redução de área plantada de soja (FIEMS, 1998).

[1071] No Mato Grosso do Sul, a quantidade de produção de soja por hectare oscila em média, de 1.900 kg por hectare no Alto Taquari a 3.200 hectares em alguns pontos da região de Dourados (FIEMS, 1998).

[1072] O efetivo de bovinos de corte mais que duplicou em apenas duas décadas (1975-1995). A fraca densidade demográfica permite o contraste com essa rápida evolução do rebanho, quando se depara com uma população de gado cinco vezes superior a de seres humanos (5 bois para cada habitante), conforme SEFOP/SUPLAN (1996).

aumento da capacidade de suporte, a preocupação do pecuarista sul-matogrossense, foi apenas a de realizar alguma melhoria genética (novas raças e inseminação artificial) e do estado sanitário do gado.

Esse tipo de atividade continuou permanecendo nas mãos dos antigos latifundiários da região, de mentalidade mais resistente à modernização. As modificações maiores vêm sendo sentidas nas novas gerações da classe latifundiária, mas sem os mesmos arrojos dos empreendedores do setor agrícola.

A situação do setor da pecuária de corte foi altamente favorável, nessas condições, enquanto os preços de mercado foram atraentes, mantendo-se em alta constante. Num momento dominado pelo processo inflacionário, a abertura de novas pastagens plantadas dentro da fazenda ia garantindo a ampliação do rebanho.

No entanto, a redução do mercado consumidor em momentos recessivos internos da economia e a queda da inflação a partir de 1995, causando estabilização dos preços da carne, colocaram em cheque a continuidade desse modelo. A multiplicação do rebanho não pode mais ser buscada apenas na melhoria alimentar, ou seja, do cultivo de pastagens.

Uma das formas de superação dos limites da artificialização das pastagens, ampliando a produtividade, pela redução do tempo de abate, estaria no controle do fator climático[1073], uma forma de aumento da taxa de desfrute por área de criação[1074]. A partir de 1992, surgiram programas governamentais do Mato Grosso do Sul, voltados à melhoria da qualidade do rebanho, das pastagens e visando a reduçãoda idade do abate[1075].

Outras tecnologias para enfrentar a competitividade do mercado, utilizadas

[1073] Com efeito, nas áreas de cerrados e campos do Planalto Arenítico Basáltico a sazonalidade do clima, ao alterar as condições de pastagens no inverno, causa ruptura do processo de crescimento e engorda do animal, resultando num tempo de abate de até 4 anos. A necessidade que passou a se fazer prevalente agora, foi a da superação das oscilações climáticas na alimentação do gado, com técnicas de complementação alimentar no período das secas, como forma de redução do tempo de abate, já que esse procedimento implica na ampliação da taxa de desfrute, o que significa nova forma de aumento da produtividade por área. Nesse caso, a capacidade de suporte espacial se amplia no tempo, em função da rotatividade maior da possibilidade de descarte. Essa preocupação fica evidenciada nos novos programas propostos como políticas públicas proposta atualmente no Estado.

[1074] A taxa de desfrute do gado de corte, obtida até recentemente, ainda é bastante reduzida (13%), se comparada aos padrões europeus, onde o abate é obtido em apenas dois anos, atingindo-se os níveis de desfrute de até 50% do rebanho (ADMS,1997). Esse atraso se verifica hoje, até mesmo em relação à Argentina, onde a taxa de desfrute chega em torno de 28 a 30% (SEFOP/SUPLAN, 1996).

[1075] Em nível estadual, surgiram a partir de 1992: o "Programa Fronteiras do Futuro" voltado à recuperação de pastagens degradadas: os Programas "Novilho Precoce" e "Leilão de Ouro", visando a redução do tempo de abate dos bovinos, assim como a melhoria da qualidade genética do gado e da carne exportada (SEFOP/SUPLAN, 1996).

nos países norte-americanos principalmente, vêm sendo vislumbradas entre os brasileiros, embora entrando de forma mais tímida no país, ainda através das regiões Sudeste e Sul.

As novas forças produtivas e a competição no mercado globalizado vêm exigindo, por outro lado, métodos gerenciais baseados nas novas racionalidades de espaço-tempo, implicando também em novas relações de produção. O atraso atual da incorporação dessa técnica e o poder de acesso a ela, de forma pura, em função da quantidade já existente no Mato Grosso do Sul de profissionais intelectuais nesse setor, dá uma dimensão da potencialidade que esse Estado apresenta em crescer nesse novo modelo tecnológico, fazendo emergir o empresário agrícola também na pecuária.

A pecuária, portanto, continuou sendo a principal atividade econômica do setor agropecuário no estado, tanto por área ocupada, como pelo valor de produção e tributos gerados. No tocante à área, a predominância da pecuária é indiscutível[1076].

É possível evidenciar no estado, no entanto, uma divisão territorial do trabalho, no que concerne à atividade da pecuária de gado bovino de corte. Os latifundiários criadores e recriadores de gado ficaram concentrados à oeste, na planície pantaneira, enquanto os capitalistas invernistas permaneceram a leste, no planalto Arenítico- Basáltico.

Os criadores pantaneiros passaram a conhecer uma situação mais crítica do que os invernistas, após a estabilização da moeda, tendo que enfrentar ameaças econômicas muito maiores. O modelo extensivo de criação sobre pastagens predominantemente naturais, tradicionalmente implantado na região, ficou mais comprometido com a divisão das grandes propriedades, por hereditariedade[1077]. Os proprietários dessa região estão, atualmente, buscando novos mecanismos de sobrevivência.

[1076] Com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995, pode-se avaliar que dos 30.942.772 hectares de área rural existentes no estado, 70,5% eram utilizadas para pastagens naturais e artificiais e apenas 4,5% com lavouras permanentes e temporárias, apresentando-se a área de pecuária quinze vezes maior que a agrícola. Com relação ao valor da produção animal e vegetal, o IBGE registrou em 1996, uma participação de 63% do gado bovino (animal de grande porte) em relação a 31,6% da lavoura, ou seja, a pecuária representando duas vezes o valor da agricultura. As análises realizadas permitem apreciar também que, dentro do estado, essa atividade apresenta maiores potencialidades de crescimento que a agrícola nos próximos anos. No restante estavam incluídas áreas de lavoura em descanso e produtivas não utilizadas (1,7%), matas naturais e plantadas (19%) e outros (4.3%).

[1077] A redução do tamanho da propriedade deixou de comportar a viabilização do modelo adotado até então. A questão que vem sendo colocada atualmente nas reuniões técnicas de iniciativa pública e privada é principalmente, a da possibilidade de se horizontalizar a expansão do modelo mais intensivo adotado no planalto, numa planície alagável, com os vários ecossistemas ali convergentes, ou acoplar à pecuária existente novas atividades, como o turismo já em fase de organização ou outras, como o manejo racional de algumas espécies animais e vegetais existentes.

5.4.6 Industrialização do Mato Grosso do Sul

5.4.6.1 Surgimento das agroindústrias

Essa fase foi caracterizada também pela entrada das grandes indústrias do setor alimentar, as agroindústrias. Iniciada, na década de 70, com as usinas de álcool, na realidade a concretização da entrada das agroindústrias foi ocorrer, de fato, a partir de 1985. No entanto, a partir da década de 90, nesse setor já se manifestava a organização dos grandes complexos integrados, tendo como base operacional, a logística. Portanto, o Estado incluía-se nas redes organizacionais desses complexos, sob comandos externos.

No tocante à cana-de-açucar, a organização do beneficimanento industrial deu-se praticamente junto com a iniciativa do cultivo, na década de 70. Foram construídas no Mato Grosso do Sul, dez usinas de produção de álcool carburante, com uma capacidade atual instalada de 300 milhões de litros/ano. Mas, na segunda metade da década de 90, as unidades existentes passaram a exibir, uma capacidade instalada de produção maior que as necessidades de consumo. Isso ocorreu, principalmente com o sucateamento da frota de veículos leves movidos a álcool, e forte depressão dos preços, afetando toda cadeia produtiva.

Mas, a desvalorização do real estimulou as exportações de açúcar no Brasil, dando a essa usinas oportunidade de reduzir a ociosidade do parque produtivo implantado, com a transformação da cana em açúcar. A alta dos juros bancários tem levado os usineiros endividados a ampliar o refinamento do açúcar visando pagamento de empréstimos.

A forte oferta do produto no mercado internacional, no entanto, já elevou o Brasil à condição de primeiro colocado, superando as necessidades de consumo mundial e comprometendo o setor. No Mato Grosso do Sul, o açúcar de cana aumentou a participação no valor dos produtos exportados para 5,8% em 1996. Enquanto o Brasil insiste em colocar o produto na pauta de comercialização com o Mercosul, no Mato Grosso do Sul, os esforços tem sido no sentido de reativar o porto Murtinho para operar no transporte desse produto, através da bacia do Prata.

Com relação à soja, nos constantes desafios enfrentados no competitivo comércio mundial, nessa etapa recessiva do sistema capitalista, alguns fatos ocorridos interna e internacionalmente, constituíram-se em estímulos regionais, pela substituição da exportação

dos grãos "in natura" pelo farelo e óleo [1078].

A partir de 1985, surgiram incentivos fiscais e de financiamento, em nível federal e estadual[1079], para a indústria, voltados especialmente à instalação de unidades de beneficiamento da soja no estado, como forma de agregar valor ao produto e exportar derivados de soja.

No Mato Grosso do Sul, a quase inexistência de unidade industrial anterior[1080], possibilitou a prevalência de modernas unidades de esmagamento (farelo e farinha de soja)[1081] e beneficiamento de óleo[1082]. Os grãos exportáveis foram apenas os excedentes à capacidade instalada de esmagamento, já que o farelo ganhou incentivos para a exportação[1083].

Diante dos incentivos estaduais, surgiram investimentos, tanto de comerciantes regionais enriquecidos nos negócios de comercialização da soja[1084], como dos

[1078] Através dos modernos métodos de cultivo e limpeza dos grãos, do clima favorável, a soja apresentou-se qualitativamente melhor que a americana, em termos de teor de proteína e de óleo. Por outro lado, em 1988, o comércio internacional respondeu com altas dos preços do farelo e do óleo, quando houve a quebra da safra de soja norte-americana. Dada as vantagens da qualidade da soja brasileira, o produto beneficiado, com valor agregado, teria maiores benefícios em termos de preço e rentabilidade de lucros no mercado internacional (OLIVEIRA, 1993).

[1079] Surgiu em 1984, a Lei Pró-Indústria, concedendo benefícios fiscais aos novos empreendimentos industriais no Estado. Em 1987, foi implantado o Programa de Desenvolvimento Industrial – PDDI, concedendo isenções de até 67 % do ICMS durante cinco anos. Pela Constituição de 1988, foi criado o FCO- Fundo Constitucional do Centro Oeste (1988), voltado a desenvolver as atividades rurais e industriais do Centro-Oeste.

[1080] A única esmagadora de soja existente até 1984, era a Indústria de Óleos Pacaembu. Tinha surgido em 1973, já possuindo esmagadoras em Cascavel e Paranavaí no Paraná e no estado de São Paulo. Montou uma empresa com maquinário já ultrapassado e com poucas condições de competir no mercado (OLIVEIRA, 1993:92).

[1081] Nessa fase, a competitividade interna brasileira, durante a crise, já tinha depurado as pequenas e velhas unidades de beneficiamento de soja em favor de grandes e modernas usinas altamente produtivas no Brasil, ampliando o interesse pela implantação de mercados regionais (OLIVEIRA, 1993).

[1082] A única exceção foi a Olvesul (ex- Ismal e Cerealista Júnior) em Ponta Porã, iniciativa regional, implantada a partir da aquisição de equipamentos de usinas anteriores, portanto, obsoletos. Somou-se, portanto, à situação da Óleos Pacaembu, de quem também hoje arrenda as instalações (OLIVEIRA, op.cit.).

[1083] A primeira fase de industrialização de soja e outros grãos tinha se dado anteriormente, sobretudo com a participação de empresas multinacionais que atuavam no setor de beneficiamento de produtos agrícolas do sudeste (Sanbra, Cargill etc), principalmente visando o mercado interno de óleo e de margarina. Ainda, a crise de 80 e os melhores padrões tecnológicos das unidades de esmagamento dos estados sulistas, voltadas ao mercado externo, levaram à expansão dessas empresas no território brasileiro, adquirindo as unidades locais das áreas produtoras, construindo verdadeiras regiões organizacionais, sob o seu controle (Ceval e Sadia por exemplo), extrapolando até mesmo as fronteiras nacionais .

[1084]A intermediação na circulação da soja, entre o produtor e as grandes empresas exportadoras, tornou-se um dos melhores negócios regionais, especialmente por iniciativa de comerciantes sulistas recém-chegados e experientes nesse tipo de negócio, permitindo um processo de acumulação regional. A partir de 1985, o preço da soja no mercado internacional veio abaixo do preço mínimo, levando o governo federal a garantir a compra da produção, implicando no credenciamento de particulares para armazenagem dos imensos estoques existentes (Oliveira, *idem*: 94). Muitos dos empreendedores, com estrutura de armazenagem própria, tiveram grande oportunidade de se firmarem nos negócios, acumulando capital Alguns deles, avançaram nas práticas comerciais, chegando a participar diretamente da exportação junto ao mercado internacional. Nesse tipo de empreendimento entraram comerciantes atacadistas de soja, como Jovir Perondi, Gandi Jamil, Oscar Goldoni, Vivaldino Zamboni. Com exceção de Gandi Jamil, todos eram oriundos do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 1993).

grandes esmagadores de projeção nacional e do maior grupo econômico regional, o grupo Zahran[1085]. Entre 1985 e 1990 já tinham sido instaladas 6 unidades de esmagamento[1086], que vieram se somar à Oleos Pacaembu, existente desde 1973.

Com a velocidade do crescimento desse setor industrial, a quase totalidade dos grãos dentro do Mato Grosso do Sul passou a ser esmagada internamente. Desse modo, em 1990, a capacidade produtiva das unidades de beneficiamento já havia praticamente se iguulado à totalidade da soja produzida no estado.

Mas, a partir dessa década, a presença regional do farelo de soja e da cultura do milho, constituiu atrativo para os complexos agro-industriais, que procuraram na logística e na agregação de valor aos produtos, formas de otimização dos lucros. Essa atração foi facilitada pela maior integração das modernas regiões agrícolas ligadas à influência de Campo Grande e Dourados aos portos do Sudeste e Sul do país, através da atual malha de transportes e comunicações. As grandes organizações passaram a buscar o controle do mercado, em nível nacional.

Desse modo, a partir de 1990, passaram a atuar no Mato Grosso do Sul, os grandes complexos agro-industriais, integrando-se ao complexo produtivo do farelo de soja, acoplado à cadeia produtiva da carne de frango e suíno.

A partir de meados da década de 90, algumas unidades foram se integrando a importantes empreendimentos do setor agroindustrial brasileiro[1087], incluindo-se nos circuitos organizacionais das redes constituídas por esses complexos integrados. O centro de comando de cada rede passou a articular os agentes de produção agrícola, comercialização e

---

[1085] O grupo Zahran, oriundo de tradicional família campo-grandense, já era nessa época, o maior grupo econômico do Centro Oeste, cujos alicerces principais estavam na comercialização do gás e comunicação (rede de televisão). Embora tenha sido o maior investidor nesse negócio, implantando duas grandes unidades de beneficiamento, a falta de experiência anterior o levou a retirar-se mais cedo dele (OLIVEIRA, op.cit.).

[1086] Instalaram-se a Copasa de Campo Grande (depois Frigobrás e hoje ADM), Ismal (depois Cerealista Júnior e Olvesul), Ceval (hoje Bunge), Copasa Dourados (hoje Fatisul), Matosul (hoje Cargill) e Soceppar (OLIVEIRA, ibidem).

[1087] Um empreendimento agroindustrial desse tipo, normalmente conta em sua estrutura de comercialização com uma rede de armazéns sobre a região de cultivo, rede de unidades de esmagamento de soja em nível nacional e até mesmo continental, fabricação de ração e de abate de animais (aves, suínos e mesmo bovinos), transporte multimodal, terminais portuários, frota de navios, além de uma estrutura de escritórios nas áreas de produção, escritório central e de comercialização, como também escritórios de venda nos países consumidores. Articulam-se os pontos nodais da rede, onde se organiza o circuito, através de teias materiais formadas pela integração viária e, imateriais constituídas pelos meios de comunicação (correio, telefone, fax, internet) e um *link* de comunicação global (NEVES E SPERS, 1996).

industrialização, em vários pontos do espaço[1088], tendo como princípio, o domínio dos nós estratégicos da rede que compõe o sistema organizacional[1089].

Também o crescimento da população urbana resultou em ampliação de mercado para os produtos da soja, em particular para o óleo de cozinha[1090]. Com a ampliação do mercado regional[1091], a produção de farelo e óleo cresceu mais de cinco vezes de 1986 para 1992 (OLIVEIRA, op. cit.:124). Entraram ainda nesse circuito da cadeia produtiva, unidades produtoras de ração e de embutidos de carne[1092]. Com a entrada da Ceval em 1988 e o arrendamento da Copasa pela Sadia (Frigobrás) em 1991, essas unidades entraram no circuito organizacional, sob contrôle administrativo de Santa Catarina[1093].

Em 1995, o farelo de soja, a soja em grãos, o óleo de soja e as carnes de

---

[1088] Grandes organizações coordenam, de forma estratégica, e com acesso a tecnologias avançadas, um sistema integrado (vertical e horizontal), entre os diversos agentes interdependentes e complementares distribuídos no espaço, compondo uma ou várias cadeias produtivas. A integração da cadeia agroindustrial surge, desde as atividades de pesquisa, insumos, produção, industrialização, até a distribuição e consumo (estudos de *marketing*). A cadeia vincula-se ainda a atividades terciárias (bancos, publicidade, engenharia, transporte) e a cadeias auxiliares (produção de insumos e embalagens). Com base na logística, a coordenação das cadeias, pode levar a um desempenho superior ao da estratégia individual de cada agente. As organizações usufruem dos lucros obtidos, a partir da otimização da integração das operações no sistema, adquação dos fluxos, redução de estoques e de perdas de materiais, agregação de valor aos produtos comercializados e de manutenção de mercados cativos. A principal estratégia é o domínio de nós das redes que compõem o sistema. Quando organizada, a cadeia produtiva torna-se um importante grupo de pressão sobre o Estado, com impactos à montante e à jusante da produção agrícola (NEVES E SPERS, 1996).

[1089] A partir da década de 90, foram atraídos para o Estado, vários empreendimentos agroindustriais integrados ao campo, no abate de aves e suínos, com empreendedores principalmente sediados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Ceval, Acauã, Frangosul, Coagri, Sadia, Aurora), entre outros. O clima regional apresentou-se mais favorável do que o sul na redução do tempo de abate de aves. Em 1996, o Mato Grosso do Sul já contava com 7 dessas usinas, com uma capacidade instalada para abater cerca de 650.000 aves/dia. Os resíduos orgânicos gerados pela avicultura e a suinocultura, por sua vez, chegaram a estimular também a expansão de outras atividades, tais como a psicultura e a fruticultura integrada à produção de sucos naturais e polpas congeladas. A atração das unidades de abate para a área, promove a redução dos custos de transporte das matéria-primas da ração, em função do baixo valor, especialmente do milho. Nesse sentido, torna-se racional o transporte do produto com valor agregado (ADMS, 1997).

[1090] A produção brasileira cresceu utilizando métodos industriais, conseguindo elevar o Brasil nos anos 90, a segundo produtor mundial, ampliando sua área de produção em mais de 50 vezes. No Mato Grosso do Sul, essa indústria teve impulso, especialmente a partir de 1991, atingindo os maiores índices da capacidade instalada por unidade. No entanto, praticamente 90% da produção de óleo de soja é voltado ao atendimento do mercado regional (OLIVEIRA, 1993).

[1091] Além dos abatedouros de aves e suínos que absorvem o farelo na produção de rações para animais, existem outros negócios que se incluem entre os consumidores tanto de farelo como de óleo, tais como fábricas de rações autônomas, unidades de abate de novilhos precoces, laticínios (gado de leite), criação de gado confinado, fábricas de velas e sabões (ADMS, 1997).

[1092] Nesses complexos empresariais procura-se agregar valor ao produto, segundo a racionalidade da redução do espaço-tempo no processo produtivo e de distribuição, incluindo a redução de perdas em relação à matéria transformada e evitando a manutenção de estoques, promovendo-se um circuito de reaproveitamento contínuo dos sub-produtos e rejeitos e acrescentando transformações ao produto final, de modo a se obter maior valor agregado ao produto, como forma de enfrentar os custos do transporte distante do porto.

[1093] A maior fluidez das ações no espaço, em função do meio científifico-técnico instalado sob forma de redes de transporte e comunicação, ampliada com o avanço da informática nos últimos anos, integrando o Mato Grosso do Sul ao chamado Centro-Sul do país, permitiu a emergência de redes de organizações solidárias no ramo da agroindústria, cada vez mais complexas, integrando a produção agrícola e diferentes unidades industriais, envolvendo horizontalidades de produção e verticalidades de organização administrativa e armazenagem, em diferentes escalas de ação (SANTOS, 1993).

aves já significaram juntas, segundo a Cacex, cerca de 80% das exportações do Mato Grosso do Sul[1094]. Os principais compradores internacionais dos produtos do Mato Grosso do Sul, em 1996 (MICT/CACEX) foram a União Européia, o Mercosul e para as carnes de aves os países orientais (Japão e Tigres Asiáticos).Em 1999 (janeiro a novembro), apenas o complexo soja (grãos, farelo, óleo vegetal) contribuiu com 46% das exportações do Estado (Siscomex).

Mas, diante do aprofundamento da crise agrária, a União retornou com a política de isenção de tributos para exportação (a lei Kandir de 1996), estimulando novamente a exportação de soja sob forma de grãos. Mas essa intervenção criou dificuldades para o parque produtivo de esmagamento já instalado, ao mesmo tempo em que a queda da receita tributária também piorou a situação de endividamento do Estado do Mato Grosso do Sul junto à União.

Houve aumento da capacidade ociosa das agroindústrias, exigindo a ampliação da área de captação para fora do estado. Além de soja de menor qualidade, essa operação interestadual passou a encarecer os custos de esmagamento[1095], tornando-se insuportável aos empreendedores industriais. Esse tipo de negócio só se tornou suportável aos grandes conglomerados que operam com economia de escala, e têm acesso a linhas de crédito mais baratas, em bancos internacionais[1096]. Só eles mostraram-se em condições de poder manter grandes estoques, inclusive na entressafra. Como conseqüência, assistiu-se, em 1998 (ou início de 1999?), à venda de três grandes unidades esmagadoras de soja (Frigobrás do grupo Sadia, Ceval e Matosul), aos maiores conglomerados internacionais no ramo de soja e

---

[1094] Em 1997, essa participação passou para 78,48%. A soja e derivados representou 73,2% das exportações do estado (ADMS, 1997 e SEFOP/SUPLAN, 1996).

[1095] Implicou em pagamento de ICMS, PIS e taxa de classificação, na passagem de um Estado para outro. A oscilação das margens de lucro causou endividamentos ao setor.

[1096] A dívida pública tem transformado o governo no maior usuário de capital bancário, de forma que atualmente o Brasil é líder em taxa de juros financeiros do mundo. Para se ter um exemplo, segundo informações oferecidas pelo Grupo Dreyfus, em agosto de 1999 (GAZETA MERCANTIL DE AGOSTO DE 1999), enquanto a taxa brasileira chegou a atingir 25,9%, os Estados Unidos operaram com juros bancários em torno de 3%, a Áustria e o Canadá 2,7%, e a Suécia com 2,6%. Essa variável vem dificultando à empresa nacional se envolver em projetos de longo prazo, que exijam muito capital investido, dando espaço às multinacionais.

derivados[1097], ADM, Cargill e Bunge[1098].

Por outro lado, na década de 90, a expansão da agricultura em áreas de solos férteis no território, por iniciativa de brasileiros, extrapolou as fronteiras, atingindo as áreas férteis do Paraguai e da Bolívia. A partir de então, tornou-se fundamental, a captura da soja cultivada nas áreas transfronteiriças. O governo de Mato Grosso do Sul, já obteve recursos do FONPLATA-Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata[1099], realizando esforços no sentido de facilitar o fluxo do transporte rodoviário até às áreas agrícolas, tanto do lado da Bolívia[1100], como do Paraguai[1101].

No entanto, as mesmas empresas multinacionais do setor do beneficiamento da soja, estão se implantando na Argentina, com uma grande capacidade produtiva ociosa em

[1097] Esses três conglomerados são considerados os maiores no setor, respondendo atualmente por 60% da capacidade de esmagamento de soja no mundo. Junto com o conglomerado francês Coinbra/Dreyfus, esmagam essa mesma percentagem no Brasil, denunciando um processo de concentração avançada nesse setor (GAZETA MERCANTIL DE 31/05/1999).

[1098] Neste conjunto de incorporações, entraram também a unidade de abate de frangos da Seara Alimentos e o Moinho Santista (GAZETA MERCANTIL DE 03/02/1999). Nessas reestruturações, o território foi incorporado no circuito organizacional dessas empresas. A Bunge Limitada, por exemplo, única que tinha sede no Brasil, mudou seu endereço para os arredores de Nova Iorque, a partir de maio de 1999 (GAZETA MERCANTIL DE 17/05/ 1999).

[1099] Foi criado em 1977, por iniciativa dos países que fazem parte da Bacia do Prata, com o objetivo de financiar o desenvolvimento dos mesmos, especialmente daqueles países de menor porte (Uruguai e Paraguai). Como a Argentina comecasse a fazer uso desses recursos, o Brasil passou a fazer o mesmo. Os recursos são obtidos a juros de 7% ao ano, com 15 anos para pagar e 4 anos de carência (CORREIO DO ESTADO de 23/ 12/ 1999).

[1100]No caso da Bolívia, as terras férteis, junto à Santa Cruz, receberam uma forte leva de empreendores agrícolas brasileiros, como resultado do avanço da fronteira agrícola, para fora do país. No intuito da captura dessas produções, através do BNDES, recentemente foi aprovado um empréstimo para o asfaltamento da rodovia, ligando Santa Cruz de La Sierra a Corumbá, ao mesmo tempo em que se investiu na construção da ponte no eixo da BR-262 sobre o rio Paraguai, atingindo São Paulo, via Campo Grande. Os recursos foram captados junto ao Fonplata, aguardando-se a conclusão das obras para junho do ano 2.000 Por esta rodovia estariam reunindo produtos agrícolas (soja principalmente) cultivados principalmente por empreendedores capitalistas brasileiros no entorno de Santa Cruz de La Sierra (CORREIO DO ESTADO de 23/12/1999)..

[1101] Também, o atual governo, vem demonstrando intenção em recorrer ao Fonplata, para construir uma ponte sobre o rio Paraguai, ligando Porto Murtinho ao Paraguai (CORREIO DO estado de 23/12/1999). Do lado paraguaio, a estrada que liga Porto Murtinho a Filadélfia, local amplamente dinamizado com produções em moldes modernos, por uma importante colônia de menonitas, já está praticamente asfaltada, incluindo a ponte metálica construída na passagem do rio Paraguai, junto ao porto de Concepción. No mesmo sentido, surgiram investimentos federais no término do asfalto da rodovia (BR-267) que liga Porto Murtinho diretamente com o Estado de São Paulo, através de Jardim, Rio Brilhante e Bataguassu, na divisa com São Paulo. Do lado paraguaio, a partir de Ponta Porã, a estrada foi asfaltada nessa última década, chegando a Assunción. Nessa área, também é significativa a presença de brasileiros na agricultura. Ainda, com os recursos do Fonplata, o governo estadual está pavimentando uma rodovia fronteiriça, a MS-384, ligando Antônio João, Bela Vista e Caracol à BR-267. Os recursos federais também foram acionados para terminar a BR-060 (radial em direção à Brasília), no trecho de Bela Vista-Sidrolândia e Camapuã-Chapadão do Sul (CORREIO DO ESTADO de 23/12/1999).

relação à produção existente[1102]. Desse modo, os argentinos vêm forçando a viabilização da hidrovia do Paraguai, também visando a captura econômica da soja cultivada no Paraguai e Bolívia[1103].

No ramo da pecuária, também passou a ocorrer o processo de industrialização, embora os mecanismos não tenham sido iguais ao da agricultura. Os custos elevados do transporte rodoviário brasileiro estão tornando mais racional, a aproximação da unidade de abate das áreas de engorda[1104]. Por outro lado, os incentivos fiscais estaduais voltados à industrialização, iniciados em 1986, também reforçaram essa tendência, tornando-se mais acentuada a partir da década de 90. Nesse sentido, o porte do rebanho e a concentração de boi gordo no planalto, tornaram-se atrativos para frigoríficos, especialmente, junto à área de criação e vias de escoamento. A carne refrigerada e congelada passou a ser transportada, para ser desossada em São Paulo.

Grande parte dessas unidades de abate ficou mais aglomerada nas microrregiões de Campo Grande, Dourados e Iguatemi, em função da concentração da pecuária. Mas, de modo geral, espalharam-se por toda a bacia do rio Paraná, buscando proximidade das áreas de engorda e das vias de circulação em direção aos mercados de São Paulo. Já avançaram sobre a microrregião de Aquidauana e Bodoquena, totalizando 36 unidades de abate em 1997, em todo o estado [1105].

Em 1994, a Superintendência de Planejamento do governo de Mato Grosso do Sul acusou uma capacidade instalada para 68% do gado destinado ao abate, tendo ainda sofrido um acréscimo de 37,8% (Mict/Cacex) em 1997, continuando a crescer, depois dessa

---

[1102] Os argentinos incentivaram a industrialização da soja para exportação (95% da produção é exportada), oriunda da modernização agrícola, especialmente na região de Rosário (80% da produção de soja argentina). Nos últimos quatro anos, dobraram as exportações de farelo e óleo da Argentina, tomando o lugar do Brasil no mercado mundial. A Argentina tornou-se o segundo produtor mundial de óleo e o primeiro de farinha de soja. Os fortes incentivos governamentais (reembolsos fiscais) na estrutura produtiva industrial para o óleo de soja, com a presença de multinacionais, fazendo frente às tendências protecionistas dos concorrentes, resultou numa capacidade produtiva (27 milhões de toneladas) maior que a produção de soja argentina (cerca de 20 milhões de toneladas). Desse modo, a região de Rosário possui a estrutura do complexo soja mais importante do páis e do cone sul. No entanto, já existe ociosidade para o beneficiamento de 7 milhões de toneladas de soja. Por outro lado, diante da queda dos preços do óleo no mercado internacional, os empreeendimentos do setor passaram a atravessar um momento crítico, na segunda metade de 1999, em função da redução da margem de lucros (GAZETA MERCANTIL de 12/09/1999).

[1103] Através do transporte hidroviário, a soja pode ser captada a baixo custo, segundo dados técnicos apresentados pelo GEIPOT (1999).

[1104] Além do valor agregado, a carne ocupa menor volume nas carretas que o gado em pé. Por outro lado, com a tecnologia de transporte da carne refrigerada, aumenta a segurança aos riscos de perda do produto, por morte do animal transportado.

[1105] Entre essas unidades, 29 eram apenas de abate de bovinos e 7 mistas (bovinos e suínos), 31 estavam sob de inspeção federal e o restante sob inspeção estadual (SEPLAN, 1998).

data. Em 1997, o estado já tinha se evidenciado como líder nacional no número de cabeças abatidas (3,7 milhões).

No entanto, a grande ameaça aos negócios pecuários do Mato Grosso do Sul à comercialização, a partir de meados da década de 90, foi sua classificação dentro das zonas e circuitos, definidos para fins de controle sanitário, após a recente detecção de focos de febre aftosa em Porto Murtinho e Naviraí[1106]. A medida sanitarista de fechamento de fronteiras, reduziu as possibilidades de exportação do gado em pé e de carne com osso[1107]. Por outro lado, favoreceu ainda mais a instalação de modernos frigoríficos com desossa no estado[1108], com capacidade para atender praticamente todo o mercado paulista. Os pecuaristas, no entanto, enquanto esse ramo da indústria não se consolida no Estado, sentem-se ameaçados pela redução do mercado de destino do gado em pé, diante da perda de possibilidade de negociação com os grandes frigoríficos de São Paulo

De acordo com o Siscomex Sistema Integrado de Comércio Exterior, as exportações do Mato Grosso do Sul apresentaram, em 1999, um aumento de 12% em relação ao ano anterior. Os produtos do complexo soja (grãos, óleo, farelo, resíduos) responderam

---

[1106] O maior desafio diz respeito à superação da manifestação dos focos internos para poder melhorar sua classificação sanitária nas zonas hoje estabelecidas no país, sob critérios internacionais. Para efeito de controle sanitário, o território nacional foi dividido, no início da década de 90, em zonas, obedecendo o Código Zoossanitário Internacional da OIE-Organização Internacional de Epizootias, de modo a se evitar restrições de comercialização do gado em âmbito internacional para todo o país. De acordo com o código, existem cinco categorias de zonas: as livres sem vacinação, livres com vacinação, de vigilância, tampão e infectada. O Brasil incluiu-se em três delas: a zona livre com vacinação (Rio Grande do Sul e Paraná), a zona tampão (Paraná) e a zona infectada (o restante). A última, na qual o Mato Grosso do Sul está incluído, é apontada para aqueles Estados com a existência ou potencial possibilidade da existência da atividade viral. Na tentativa de melhoria de classificação dos Estados dentro dessas zonas, a única possibilidade que por ora se apresenta ao Mato Grosso do Sul, em função de novos focos detectados (o exemplo de Naviraí mais recentemente), segundo Moraes (1999: 40), é o de se passar à condição de zona tampão. Isso quer dizer que no ano 2001, quando os Estados componentes do Circuito Agropecuário Centro-Oeste forem solicitar enquadramento na Zona Livre com Vacinação, a exemplo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estarão excluindo o Mato Grosso do Sul e Tocantins dessa possibilidade, dificultando a exportação da carne nesses dois Estados (MORAES, 1999).

[1107] Em nível de Brasil, o Ministério da Agricultura e Abastecimento, com auxílio do Serviço de Defesa Sanitária Animal dos vários Estados, segmentos da iniciativa privada e representantes do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, desde 1992, definiram uma nova política estratégica para o combate à febre aftosa, implantando o "Projeto de Controle de Doenças dos Animais", com a metodologia dos circuitos pecuários. Esses circuitos representam territórios de ciclo completo de produção animal (nascimento,cria, recria, engorda, abate), com indicadores específicos da produção, fluxo de comercialização, movimentação das espécies animais, de seus produtos e sub-produtos de importância na cadeia epidemiológica da febre aftosa, assim como de indicadores de expressão da doença no tempo e no espaço. Nesse caso, o Mato Grosso do Sul ficou incluído no Circuito Pecuário do Centro-Oeste, onde estão incluídos ainda o Mato Grosso, Goiás, São Paulo e parte de Minas Gerais, Paraná, Tocantins e o Distrito Federal. Em 1996, a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura e Abastecimento estabeleceu a classificação qualitativa de risco para a febre aftosa, ficando o Circuito Agropecuário Centro-Oeste, como BR-2, ou seja, baixo risco. Mas, em 1998, o Mato Grosso do Sul, em função de focos detectados em Porto Murtinho, regrediu para BR-3, ou seja, médio risco, o que significa perder a permissão de enviar gado em pé e carne osso para fora do estado (MORAES, 1999).

[1108] Segundo informações da Bolsa de Mercadorias e Futuros de Mato Grosso do Sul, em janeiro de 2.000, o Estado já contava com 19 frigoríficos com sala de desossa, com capacidade suficiente para atender todo o mercado paulista.

pela maior parte das exportações (46%), tendo crescido 46% em relação ao ano anterior[1109]. A exportação de carnes vinha, até então, mostrando acréscimos nos últimos anos, em relação ao total de produtos comercializados. Passou de 0,15% em 1990, para 4,06% em 1996 e 5,66% em 1997.

Mas, mesmo diante das atuais dificuldades de exportação apresentadas à carne bovina[1110], o futuro se apresenta promissor no Estado, tanto para a carne bovina, como para a carne de aves (75 milhões de cabeças abatidas) e de suínos (500.000 cabeças abatidas). Em 1999, a carne desossada foi a segunda no *ranking* do valor das exportações do Mato Grosso do Sul (SISCOMEX)[1111], fruto da recém-instalação de grandes empreendimentos frigoríficos no estado.

5.4.6.2 Tendências de industrialização no setor da mineração

A década de 90, por outro lado, vem se mostrando promissora também para o setor da mineração, na medida em que as oportunidades passaram a ser criadas pelo crescimento do consumo internacional de ferro e aço. A partir de 1994, a ampliação de demanda por produtos da índústria mineral no mercado internacional, tornou os preços atrativos para o setor. Desse modo, até 1999, a indústria da mineração transformou-se no setor que mais vem crescendo no Brasil[1112].

Mas, a desvalorização cambial vem afetando os preços internacionais, comprometendo os custos de produção da extração, embora a demanda do produto no mercado mundial não esteja em baixa. Isso tem levado as unidades industriais a buscar

---

[1109] Em 1998, o Estado negociou junto ao mercado internacional 367, 2 mil toneladas desses produtos e em 1999 538,8 mil toneladas, ou U$ 80,7 milhões (SISCOMEX).

[1110] No caso da carne bovina, embora a exportação nacional tenha demonstrado uma reação positiva entre 1997/98, com uma ampliação de 25% (68% para carne *in natura*), as possibilidades de exportação estão mais reduzidas para o Mato Grosso do Sul, tendo em vista o padrão de exigência com relação ao Estado sanitário, estabelecidos por parte de alguns importantes importadores, como os Estados Unidos, Comunidade Européia, Canadá e Japão.Mesmo os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na zona livre com vacinação, estão enfrentando dificuldades de penetrar o mercado consumidor norte-americano, japonês e canadense, frente ao Uruguai e Argentina, estabelecido na zona livre sem vacinação (MORAES, 1999).

[1111] Em 1998 o valor da exportação tinha sido US$ 25,8 milhões ou 4,1 mil toneladas de carne desossada. Em 1999, esses números cresceram para US$ 35,8 milhões e 8,1 mil toneladas de carne desossada (SISCOMEX).

[1112] Em 1998, a capacidade nacional instalada de produção na indústria de mineração atingiu 79%, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral –DNPM. O Brasil aparece como o maior exportador no mercado mundial em minério de ferro e concentrados e o oitavo na produção de aço bruto. Em 1999, o minério de ferro e seus concentrados foi também o principal produto de exportação do país (6,1%) em valor de comercialização, de acordo com o Mict/Secex. A indústria extrativa mineral brasileira apresentou uma taxa real de crescimento de 4,8% em 1994, mostrando acréscimos gradativos, até atingir em 1998, uma ampliação de 12,4% e 14,5% em abril de 1999 (IBGE), o ramo que mais tem crescido no setor industrial brasileiro, nos últimos anos. A produção de manganês no Brasil, cresceu 22% de 1997 para 1998 e ainda pode crescer, tendo em vista que, em 1998, a utilização média da capacidade instalada no país esteve em torno de 67% (DNPM-DEM).

compensações com ampliação da produtividade, via investimento em tecnologia, da qualidade dos produtos, assim como na agregação de valor[1113]. Tudo indica que esse setor será o próximo a passar pela modernização industrial, nos próximos anos.

Em Mato Grosso do Sul, desde 1974, novos empreendimentos surgiram em Corumbá[1114]. A partir de 1988, através do II PSN- Plano Siderúrgico Nacional do governo federal, tentou-se nortear o desenvolvimento do setor siderúrgico para o Estado, projetando-se três polos siderúrgicos ao longo da ferrovia (Corumbá, Campo Grande e Ribas do Rio Pardo), vinculando-os aos outros recursos já existentes no estado, calcário (Bodoquena) e carvão vegetal.

O objetivo era o de especializar o Mato Grosso do Sul na divisão territorial do trabalho nacional, no setor da mineração, para cumprir o primeiro estágio da produção siderúrgica. Dever-se-ia contar, para isso, com a energia a ser adquirida da Bolívia (via gasoduto). Esta seria solucionada com a passagem do gasoduto, vindo da Bolívia, em 1999. Os maiores problemas encontrados, no entanto, foram e continuam sendo, o escoamento desses produtos de pouco valor agregado[1115], às distantes áreas de consumo, só viabilizada com o beneficiamento industrial da matéria-prima no lugar. Nesse sentido, vem havendo um grande esforço estadual, tanto para obtenção do preço diferencial do gás natural boliviano, em relação ao mercado do Sudeste, como para instalação da termoelétrica, movida a gás natural em Corumbá.

Diante da decisão recente da Companhia Vale do Rio Doce em ampliar investimentos e modernizar as instalações na área[1116] e da atração que a Urucum vem

---

[1113] Tem-se o exemplo dos *pellets* (minério superfino aglomerado em forma de pelotas). No Mato Grosso do Sul, a Mineração Corumbaense, adquirida pelo grupo inglês Rio Tinto, em 1991, foi a primeira do Estado e a segunda da região Centro-Oeste a obter Certificação ISO 14001. Dessa data até hoje, a extração de minério de ferro já foi triplicada, crescendo de 300.000 toneladas para 1 milhão (DNPM, 1999).

[1114] Em 1974, 7 concessionários locais haviam se associado a um grupo argentino, para exploração de ferro e manganês no maciço de Urucum, em Corumbá, buscando saída pela Bacia do Prata. Em 1976, o governo estadual buscou aliança com um grupo local e a Vale do Rio Doce para explorar o manganês da mesma área (atualmente sob o total controle dessa última), ao mesmo tempo em que se estabeleceu, a Companhia Paulista de Ferro Ligas a partir de um consórcio de investidores nacionais do Sudeste, para processar o manganês em ferro-sílico-manganês, transformando-o em em ferro-ligas (IMPACTO, 1990).

[1115] Em 1995, conforme os dados da Cacex, a hematita representou 4,56% do valor de exportação do Estado, enquanto o manganês foi de apenas 1,05%. Mas, o valor produzido pela soma do ferro e manganês no Mato Grosso do Sul, não chega a atingir 1% em relação à produção mineral brasileira como um todo. Examinando cada caso específico, o manganês, em 1996, representou 6% do valor da produção nacional e o minério de ferro apenas 1%.

[1116] Os empresários da Companhia Vale do Rio Doce anunciaram a retomada das atividades dos 3 fornos da Companhia Paulista de Ferro ligas de Corumbá (estavam fechadas desde 1998, por endividamento), para março de 2.000, devendo investir na sua modernização (CORREIO DO ESTADO do DIA 30/01/2000).

exercendo sobre as multinacionais do setor, a União deverá inaugurar, ainda no ano 2.000, a implantação de um polo minero-siderúrgico em Corumbá[1117], podendo dar novos rumos ao extremo Oeste de Mato Grosso do Sul.

Além desses empreendimentos industriais, após 1985, surgiram alguns outros de grande porte, como a indústria de cimento da empresa nacional Camargo Correa, junto às jazidas de calcário do maciço da Bodoquena. Poderá continuar crescendo, com ao lado da indústria da construção. Também deverá entrar em funcionamento em breve, a indústria da multinacional norte-americana Champion Papel e Celulose, em Três Lagoas, junto ao maciço florestal. Além disso, foram implantados três moinhos de trigo pertencentes a grupos nacionais (Santista) e regionais[1118].

5.4.7 Novas variáveis conjunturais e o novo modelo de colonização da "faixa fronteiriça".

Pode-se observar, atualmente, como já foi demonstrado antes, no território do Mato Grosso do Sul, faixas territoriais sucessivas, de Leste para Oeste, com níveis diferenciados de integração econômica, em relação ao Centro-Sul. Desse modo, a faixa fronteiriça, situada no extremo-Oeste do Estado, continua sendo a mais fracamente colonizada, menos modernizada e com vínculos mais frágeis em relação à região brasileira de modernização concentrada.

No entanto, nessa última etapa, a faixa de fronteira não só foi atravessada por novos eixos de circulação, como por novas e modernas vias de comunicação, inclusive com ampla disseminação da telefonia celular, atingindo áreas rurais.

Nesse sentido, devem-se destacar seis importantes corredores agrícolas de exportação, ou seja, eixos de integração regional e de captura econômica das áreas

---

[1117] Em novembro de 1999, o vice-presidente do grupo americano "Global Resources" e diretores de bancos norte-americanos internacionais e de outras empresas, reuniram-se com o governador e outros políticos de Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro. Manifestaram interesse em realizar investimento no Estado, de até 1 bilhão de dólares, num polo mínero-siderúrgico em Corumbá, utilizando gás. Ao mesmo tempo, esses agentes pretendem fazer parceria para implantar um polo petroquímico, visando a exploração de subprodutos do gás, como amônia, uréia, metanol (CORREIO DO ESTADO de 26/11/1999).

[1118] O Moinho Santista passou recentemente ao grupo internacional Bunge, que a partir de 1999, transferiu seu escritório central do Brasil para os Estados Unidos. Em outubro de 1999, a Bunge fechou as portas, alegando dívidas junto a bancos (GAZETA MERCANTIL DE 03/02/ 1999).

transfronteiriças, constituídos por rodovias federais e ferrovia[1119]. As rotas viárias avançaram tanto para o Oeste e Sudoeste do estado, atingindo o Paraguai e Bolívia, como para o Norte do país[1120]. Por outro lado, estão sendo construídas rodovias de acesso, diagonais e vicinais, no sentido de facilitar a integração da rede rodoviária entre si e com outros modais (ferroviário e hidroviário). A articulação inter-regional veio sendo estimulada pelo Estado, através do Plano "Brasil em Ação", no sentido tanto de se recuperar as vias já existentes, como de expandir os eixos de circulação regional de caráter integrador, ao mesmo tempo concedendo a prática desses serviços ao setor privado[1121].

O impasse continua sendo a escassez de energia elétrica, tanto para a fronteira como para todo Estado, já que as pequenas fontes geradoras mal cobrem 20% da demanda atual, havendo necessidade de se importar a maior parte da energia consumida junto ao sistema interligado da região Centro-Sul.

No entanto, após a passagem do gasoduto, em 1999, os novos projetos da União começaram a apontar para a eletrificação do Estado, com base na nova matriz energética. Só a instalação de mais duas usinas termoeltéricas (Corumbá e Campo Grande)

[1119] A BR-262 e a ferrovia Novoeste, aparecem como eixo central no sentido leste-oeste, conectando-se com ferrovia e rodovia bolivianas (ligam Corumbá a Três Lagoas e daí a Vitória no Espírito Santo); a BR-267, mais ao sul e no mesmo sentido, deve se conectar com a rodovia paraguaia em direção ao porto de Concepción e Filadéfia (liga Porto Murtinho a Bataguassu e daí com a cidade de São Paulo); o ramal ferroviário da Novoeste e a BR-463, que se conectam à rodovia asfaltada em direção à Assunción (saem de Ponta Porã, atingindo São Paulo, através de Campo Grande e de Dourados); a BR-163 que se conecta a uma outra rodovia (ainda não asfaltada) em direção a Assunción (no sentido sul-norte, sai de Porto Renato, permitindo acessos ao Paraná e São Paulo, através de várias rodovias transversais) e vai até a Amazônia; a BR-060, radial ligando Bela Vista a Brasília; e finalmente a Ferronorte, eixo em construção (pronto o trecho sul matogrossense), para ligar as várias áreas de agricultura moderna do norte e nordeste do Mato Grosso do Sul, sul de Goiás, Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Amazônia com os portos do Atlântico (DERSUL, 1999).

[1120] Em 1996, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento apontou, através de um estudo, no documento "Corredores de Transporte Multimodais", a viabilização de quatro corredores multimodais de escoamento agrícola, tornando acessível 47 milhões de hectares de áreas agrícolas modernizadas em cerrados do Brasil. Originar-se-iam do norte de Mato Grosso e Rondônia (Corredor Noroeste), da região do norte de Goiás e sul do Maranhão (Corredor Centro-Norte), da região do noroeste de Minas Gerais e proximidades do Distrito Federal (Corredor Centro-Leste) e do norte de Minas Gerais e Nordeste (Corredor Nordeste). Ao mesmo tempo, estariam disponibilizando um potencial de terras a serem cultivadas de mais de 50 milhões de hectares.

[1121] A antiga Ferrovia Noroeste do Brasil, transformada em Rede Ferroviária Federal S.A desde 1957, foi a primeira do Brasil a ser incluída no Programa Nacional de Desestatização- PND, como Malha Centro-Oeste em 5 de março de 1996. Foi arrematada em leilão pela Novoeste S.A, empresa originária do consórcio norte-americano Noel Brazil Incorporation, Brasil Rail Partners Lic e Western Rail Investors, liderado pelo primeiro grupo. A partir de maio de 1998, a Ferronorte Ferrovias Norte Brasil e a Novoeste passaram a ser subsidiárias integrais de uma mesma sociedade por ações de capital, a Ferropasa – Ferronorte Participações S.A . No mês de novembro do mesmo ano, o último conjunto ferroviário privatizado no Brasil, a Fepasa (unidade formada pelo conjunto das ferrovias paulistas), sob o nome de Ferroban- Ferrovias Bandeirantes S.A, também passou a pertencer ao mesmo consórcio, controlado pelo Fundo de Pensões do Banco do Brasil, Funcef, União de Comércio e Participações Ltda, Chase Latin, Capmelissa e Logística Bandeirante. Por outro lado, o Programa Brasil em Ação, tem como um dos empreendimentos, a Recuperação Descentralizada de Rodovias, para até 2001 restaurar rodovias federais, transferindo-as aos Estados para concessão da exploração ao setor privado, criando dessa maneira, o Novo Sistema Nacional de Viação. A respeito desse assunto, as informações foram obtidas no "site"do Governo do Brasil, via Internet, ao acessar o Ministério dos Transportes.

previstas até 2.003, poderá produzir sobras de energia[1122]. Por outro lado, já foi criado o programa de eletrificação rural pela União, prevendo-se uma cobertura para 73% das áreas rurais do Mato Grosso do Sul.

Através do plano "Avança Brasil", sucedâneo do plano plurianual anterior, previsto para os anos 2000 a 2003, propõe-se para a região Centro-Oeste, entre outros, a ampliaçao da integração ao Estado Nacional, através dos corredores de exportação e do "linhão-norte-sul" (linha de energia) [1123], o desenvolvimento do Pantanal[1124], assim como a incorporação dos estados mais ao Norte de Mato Grosso do Sul[1125].

No entanto, o modelo de modernização agrícola, como foi mostrado antes, favoreceu a concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários. A percepção da terra, como reserva de valor, num período recessivo, serviu também de estímulo à grilagem de terras públicas[1126], tituladas de forma fraudulenta.

De posse de novos instrumentos de informação, desde a metade da atual década, o governo federal[1127], pode constatar a existência de quase 100 milhões de hectares empossados de forma ilegal no Brasil, abrangendo especialmente as novas áreas de

---

[1122] A instalação de duas usinas termelétricas, uma em Corumbá de 250 megawatts e outra Campo Grande, de 240 megawatts (podendo ser ampliada para 450 MW), tem origem no Plano Emergencial de Térmicas do governo federal, que previu a construção de 30 termeléticas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país (CORREIO DO ESTADO de 25/02/ 2000).

[1123] Tornou-se estratégica a integração dos vários modais de transporte, com os meios de comunicação e linhas energéticas, possibilitando a constituição de corredores de exportação, ao mesmo, tempo, integrações sinérgicas entre os vários segmentos de território. Desse modo, além de ampliar a acessibilidade, pretende-se obter maior fluidez das mercadorias e idéias em rede, dentro do território nacional, potencializando sistemicamente a economia do país, de modo a torná-la mais competitiva diante do mundo globalizado.

[1124] No caso do Pantanal, as principais verbas previstas têm sido para o desenvolvimento do Turismo. Esses esforços vêm sendo combinados com os do governo do Estado, que vem mantendo contatos com o Banco Mundial, no sentido de obtenção de verbas para o chamado "Projeto Pantanal", elaborado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, voltado à solução de problemas ambientais e ao desenvolvimento de atividades turísticas no Pantanal, assim como de problemas sanitários em cidades do planalto, junto a bacias hidrográficas que afetam o Pantanal.

[1125] As verbas continuarão sendo disponibilizadas através do FCO- Fundo Constitucional do Centro-Oeste, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. A produção agropecuária a ser obtida, será continuará sendo direcionadas prioritariamente para exportações, sob os incentivos governamentais estabelecidos no PROEX – Programa de Financiamento às Exportações (SEPLANCT, 1999).

[1126] Grilagem de terras é entendida pelo INCRA como transferência ilegal de terras públicas para patrimônio de terceiros, através da fraude, consolidando-se em posse ilegal de terras devolutas. Ocorre, normalmente, através de falsificações de documentos, não raro, com a conivência de serventuários de órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio público (cartórios). Através do estabelecimento de um cadastro único, resultante da reunião de informações dos outros órgãos, o INCRA, passou a realizar um monitoramento dos imóveis rurais.

[1127] Através do Serviço Federal de Procesamento de Dados – SERPRO, estão sendo cruzadas informações cadastrais dos imóveis rurais, existentes em vários órgãos governamentais (INCRA, IBAMA, e Receita Federal), apoiadas por dados oferecidos por de uma Rede de Estações Receptoras de GPS (46 estações fixas), que localiza, demarca a topografia e avalia o uso da terra.

colonização, como o Mato Grosso, Pará, Amazonas[1128] e Mato Grosso do Sul[1129].

Por outro lado, o modelo de modernização adotado dificultou a incorporação dos trabalhadores e pequenos produtores rurais, resultando na presença de um forte contingente de força de trabalho excedente, e num dramático quadro social de pobreza e miséria.

A meta governamental, demonstrada no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, de assentar 1,4 milhões de famílias até 1989, não foi bem sucedida[1130]. Nas áreas rurais do Mato Grosso do Sul, consideradas prioritárias para o PNMA[1131], a meta até 1989, foi a de assentar 41.200 famílias em 1,4 milhão de hectares, tendo como fonte as terras devolutas e a desapropriação por interesse social[1132].

Mas, os conflitos por acesso à terra estão cada vez mais acirrados, atingindo o segmento indígena[1133]. Para disponibilizar terras devolutas, a União (INCRA) e o Estado de Mato Grosso do Sul (Terrasul) buscaram, junto à faixa de fronteira, ratificar as titulações de concessão e alienação ali praticadas pelo Estado, com a finalidade de incorporá-las ao domínio da União.

No entanto, diante do novo quadro de variáveis que ora se apresenta, o modelo proposto para colonização da faixa de fronteira também se modificou. Tendo em vista a presença de grandes complexos agroindustriais, como principal força impulsionadora das mudanças regionais, a integração econômica que se busca é a da inclusão dos pequenos

---

[1128] Cf. INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1999.

[1129] Somente no Mato Grosso do Sul, conforme os dados do INCRA, de 1995 até os dias atuais, 363 imóveis, ocupando pouco mais de 7 milhões de hectares, tiveram seus cadastros cancelados, por posse ilegal.

[1130] Até 1999, tinha sido apenas 590.000 o número oficial de famílias assentadas pelo INCRA. O PNRA frustrou-se, principalmente, em função da agressiva resistência dos grandes proprietários, evidenciada, principalmente, pela UDR – União Democrática Ruralista, já que a terra tinha ganhado significativo valor especulativo como imóvel, durante a fase recessiva (INCRA, 1999).

[1131] Pelo Decreto nº 92.621 de 2 de maio de 1986, o Presidente da República declarou a área rural do Estado do Mato Grosso do Sul, zona prioritária para efeito de execução e administração da reforma agrária.

[1132] Em janeiro do ano 2000, a Superintendência de Agricultura do Estado, acusou a existência de cerca de 40.000 famílias, vivendo da pequena agricultura em Mato Grosso do Sul.

[1133] Os indígenas vinham sendo explorados como mão-de-obra barata e sob manipulação dos "gatos" atravessadores, principalmente para os trabalhos junto às zonas canavieiras. Em 2 de fevereiro de 2.000, os proprietários de usinas de açucar e álcool foram chamados a assinar um acordo com a Funai, de não admitir mão-de-obra idígena sem carteira de trabalho, para tentar minorizar a figura do atravessador e permitir que os mesmos possam gozar de direitos trabalhistas (CORREIO DO ESTADO de 02/02/2000).

produtores rurais ou até mesmo de empresas que explorem produtivamente as terras[1134], na logística das cadeias produtivas. Assim, pode-se compreender porque as propostas governamentais apresentadas no projeto de lei do Plano Plurianual de 2000-2003 são muito mais voltadas à modernização da estrutura produtiva da pequena produção, com sua integração às cadeias produtivas.[1135].

O maior empenho na consolidação de rotas bioceânicas, tem se dado principalmente, por parte dos empreendedores portuários do Chile e Peru, visando a dinamização de seus negócios, como dos paraguaios e argentinos[1136].

Por outro lado, o turismo também vem sendo incentivado na faixa de fronteira, desde a década de 80, com ênfase ao ecoturismo, não só para dinamizar estas áreas, como para ampliar as opções de acessibilidade a elas. Destacam-se como atrativos o Pantanal, as áreas cársticas de Bonito e o comércio transfronteiriço de Ponta Porã e Corumbá[1137]. Embora incipiente, quando comparada em nível nacional[1138], essa atividade vem crescendo,

---

[1134] O conteúdo do decreto-lei 1.414 de 18/08/75 que dispõe sobre as terras devolutas em faixa de fronteira (150 km) e a lei 6.634 de 02/05/79 que dispoõe sobre a forma de ocupação da mesma, vedando várias atividades que não tenham o assentimento do Conselho de Segurança Nacional, foram retomadas, pela lei 9.871 de 23/11/99, que buscou estabelecer um prazo até janeiro de 2001, para os ocupantes da faixa de domínio ratificarem as concessões e alienações de terras obtidas, seja junto à União, como ao Estado.

[1135] Em 1999, o governo federal iniciou no Estado, 25 projetos para agricultura familiar, nas áreas de crédito rural, leite, agroindústria e organização, treinamento e desenvolvimento humano (Superintendência da Agricultura). Para o primeiro semestre do ano 2.000, estão previstos mais 6 projetos, entre eles, o de psicultura, horticultura, fruticultura. Em 5 de janeiro de 2000, o governo estadual implantou o "Programa Estadual de Fortalecimento da Agricultura Familiar PAF/M, com o objetivo de fomentar e estimular a agricultura familiar e, o "Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária-Prove Pantanal", visando implantar o beneficiamento agrícola entre os pequenos produtores familiares (proprietários, renderios, parceiros, posseiros) fazendo parcerias com a Prefeitura Municipal. Uma nova modalidade apresentada é a unidade de beneficiamento móvel, com 3,20m x 9 m. A principal fonte de recursos para esses projetos deverão vir do PRONAF Programa Nacional de Agricultura Familiar, previsto no plano plurianual da União. O governo do Estado, particularmente, mostra intenção de implantar 350 agroindústrias familiares até 2.004.

[1136] A integração viária das redes existentes, visando o escoamento das produções, seja via portos do Atlântico e do Pacífico (rota bioceânica), começou a atrair o interesse de alguns empresários e políticos dessas áreas mais centrais do continente sul-americano. Nesse sentido, vem sendo ampliados esforços na construção, melhoria e integração dos modais, como forma de atribuir maior velocidade aos fluxos e reduzir o preço dos fretes do transporte, para torná-los mais competitivos no mercado internacional (CAPOBIANCO, 1997).

[1137] A pesca e a contemplação da natureza no Pantanal, por um lado, e as compras de produtos importados em Ponta Porã, de outro, têm sido os principais atrativos regionais para os viajantes vindos de outros Estados do país. Essas áreas, conforme as estatísticas fornecidas pela Sub-Secretaria Especial de Turismo do Mato Grosso do Sul (hoje Superintendência), em 1995, são responsáveis pela captação de mais de ¾ desse contingente, sendo que só Corumbá participa com 38,4 % e Ponta Porã 35,3%.

[1138] Se tomarmos os dados estatísticos oferecidos pelo IBT - Instituto Brasileiro de Turismo, para 1992, podemos verificar, no caso do fluxo internacional, que enquanto o Brasil recebeu 1,47 milhões de turistas estrangeiros, o Mato Grosso do Sul ficou com uma parcela de apenas 1,8% desse total, ou seja, 26.892 turistas vindos do exterior. Nesse sentido, o destaque dos valores comercializados pelas agências de viagem no chamado mercado doméstico em 1992, como vimos acima, no caso de Campo Grande, deu-se principalmente com relação à captação de fluxos nacionais (87%) sobre os regionais (13%).

especialmente no que toca ao fluxo de turistas em nível internacional[1139] e regional[1140].

5.4.8 Urbanização do Estado

O rápido processo de interiorização dos eixos de circulação (Figuras 31 e 32**)** e de modernização agrícola do território resultou em altas taxas de crescimento econômico e urbanização no estado.

As anteriores áreas "vazias" de Mato Grosso do Sul facilitaram a incorporação da nova materialidade, em termos de infra-estrutura de circulação e de produção, acelerando o processo de modernização do território, amparado por uma rede de cidades.

As taxas de crescimento econômico entre 1970-91 foram superiores à média brasileira, especialmente na primeira metade da década de 80[1141]. Na década de 90, o estado do Mato Grosso do Sul estava incluído entre os mais ricos do país, com a renda *per capita*

[1139] As taxas apresentadas com relação à entrada de estrangeiros têm sido superior àquelas de âmbito nacional. Ao se tomar os dados da Infraero sobre os passageiros desembarcados de vôos internacionais de 1992 a 1995, enquanto o índice nacional aumentou em 40%, o do Mato Grosso do Sul atingiu 78%, um desempenho melhor até mesmo que o baiano (60%), o carioca (6%) e também o paulista (62%) e quase similar ao do Rio Grande do Sul (81%). De 1998 a 1999, aumentou em cerca de 40% o número de turistas no Estado (Cade- Coordenadoria de Ações Delegadas da Embratur), sendo que cerca de 25% desse contingente, foi constituído de turista estrangeiro (Codems). Mas, embora mostre esse ritmo de crescimento, a participação do estrangeiro no contingente turístico do Mato Grosso do Sul ainda é pouco expressivo. Entretanto, o ecoturismo no Pantanal tem-se constituído no principal atrativo para esse segmento internacional, motivo que levou a Embratur, em 1996, a incluir o Estado no chamado projeto "Corredor Ecoturístico Brasileiro", prevendo a união do Pantanal com a Amazônia e a Mata Atlântica.

[1140] A quantidade de turistas se movimentando regionalmente está praticamente na mesma proporção que a dos turistas internos vindos de outros Estados, segundo os dados da Superintendência do Turismo do Mato Grosso do Sul de 1995. Embora ainda não se possa contar com dados de pesquisa mais apurados, a não ser a partir de uma amostragem ainda pequena de empresas hoteleiras, os mesmos apontam para essa preponderância da ampliação do turismo regional paralelamente ao do internacional. Fica difícil evidenciar melhor essa realidade, tendo em vista que boa parte desse contingente turístico não se utiliza dos serviços de agenciamento, o que dificulta ainda mais a precisão de sua quantidade. Nesse caso, o turismo com atividades aquáticas (mergulho, canoagem, *rafting,* passeio de barco, natação, *canyoning*) e outros, como trilha, rapel, vôo livre, passeio em grutas, além das compras na fronteira, constituem as mais importantes atrações para o turismo regional. Envolvem principalmente os municípios turísticos de Bonito, Aquidauana, Rio Verde, Ponta Porã, além de Coxim e Miranda.

[1141] Desta feita, enquanto o Brasil mostrou um crescimento médio do PIB na década de 80, especificamente no período de 1981/90, de apenas, 1,57% (a "década perdida" para alguns economistas), o Mato Grosso do Sul crescia à de 5,48 %. No período de 1982 a 1985, mais especialmente, a economia desse estado entrou numa fase de franca prosperidade, chegando a atingir uma média anual de 7,7%, com todos os setores da economia tendo um resultado positivo. Esse desempenho coincidia com a expansão da cultura mecanizada da soja (que sozinha atingiu nesse intervalo de tempo, um crescimento anual de 17,5%) e, em menores níveis, o da modernização da pecuária, que se expandiu a uma taxa média anual de 8,9%, enquanto os serviços chegavam à média anual de 8,0% (SEFOP/SUPLAN, 1996).



Fonte: Atlas Nacional do Brasil - IBGE -1992

FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS FERROVIAS NO CENTRO-SUL DO BRASIL ATÉ 1985



Fonte: Atlas Nacional do Brasil- IBGE- 1992

FIGURA 32 – EVOLUÇÃO DAS RODOVIAS NO CENTRO-SUL DO BRASIL ATÉ 1988

superior à média brasileira[1142] e, entre os 5 primeiros estados classificados pela ONU como de melhor índice de desenvolvimento humano-IDH[1143].

Na medida em que foram sendo instaladas as novas obras de infraestrutura e áreas rurais foram sendo modernizadas, emergiram núcleos urbanos ao longo dos eixos viários, como instrumentos de regulação e moradia dos novos colonizadores e de população vinda do campo, assim como de comercialização e beneficiamento dos produtos rurais. Desse modo, entre 1960 e 1999, triplicou o número de núcleos urbanos, sedes de municípios.

Como a modernização agrícola, levada a efeito nos anos 70/80 foi marcada pela rarefação da população rural e aumento da população agrícola, favoreceu sobremaneira, o processo de crescimento da população urbana. Houve êxodo tanto do trabalhador, como do proprietário rural, em direção à cidade, especialmente a partir da década de 80[1144]. Por outro lado, a entrada de imigrantes, fixando moradia nas cidades, também foi importante nesse sentido[1145].

Assim, os índices de crescimento da população urbana entre 1970 a 1991, também superaram as médias nacionais[1146], transformando o Mato Grosso do Sul num estado de população predominantemente citadina. As cidades chegaram a concentrar 83,2% do total estadual, em 1996, índice de urbanização superior ao do país (78,3%)[1147].

De modo geral, todos os municípios apresentaram aumento das taxas de urbanização, nas últimas três décadas. O processo de urbanização, desse modo, apresentou-se

---

[1142] Em 1990 a renda *per capita* do Estado era US$ 3. 674, enquanto a média brasileira era de US$ 3.044,9. Em 1995, o Mato Grosso do Sul apresentou uma renda *per capita* de US$ 6.128,5 sendo a média do país de US$ 4.632,8 (SEFOP/SUPLAN,1996).

[1143] De acordo com o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano apresentado no último Relatório da ONU de 1991, o Mato Grosso do Sul, ficou incluído entre os 5 primeiros Estados brasileiros, considerados de alto desenvolvimento humano. Formou com os Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o bloco dos estados que compuseram os índices superiores a 0,8, considerados de "alto desenvolvimento humano", em função do desempenho à esperança de vida ao nascer ou ao nível educacional. Através desses indicadores, o Mato Grosso foi apontado entre os estado com equilíbrio entre a renda *per capita* e o nível de desenvolvimento humano registrado.

[1144] A exceção foi a microrregião de Campo Grande. Além da perda de população ter sido menor, as cidades-sede também mostraram taxas mais significativas de urbanização, ou seja, de ampliação da população urbana sobre a rural (Censos demográficos-IBGE).

[1145] Em 1980, a população vinda de fora do estado representou 17,6% do total estadual (Censos demográficos – IBGE).

[1146] De 1970-80, segundo os censos demográficos do IBGE, o crescimento anual da população do Mato Grosso do Sul foi de 3,08%, enquanto a do páis foi de 2,48%. De 1980-91, foram respectivamente, de 2,40 e 1,89% e de 1991, a população estadual cresceu apenas 1,63%.

[1147] Vale ainda lembrar que Mato Grosso do Sul, neste último Censo de 1991, esteve entre os seis estados brasileiros, com índice de urbanização mais elevado do que o país, ou seja de79,4% (71% no país). Vale destacar, que 6 municípios desse estado apresentam índice superior a 90%.

amplo e difuso em todo o território do Mato Grosso do Sul, embora atingindo mais intensamente o Sul do Estado.

Com a fraca divisão territorial do trabalho no Estado, ocorre um pequeno número de direções nos fluxos a algumas poucas e esparsas cidades centrais, de modo a consolidar ainda mais suas anteriores funções e reproduzir o típico fenômeno da macrocefalia[1148].

O processo de concentração da população urbana, deu-se em um pequeno número de cidades melhor estruturadas do ponto de vista do comércio e serviços. Em 1996, as 6 principais cidades[1149] concentravam 58% da população urbana estadual. Somente Campo Grande e Dourados, aglutinavam quase metade (45%). Das 77 cidades existentes, no entanto, apenas 19 (24,6%) apresentaram mais de 15.000 habitantes em 1996.

No quadro situacional dos novos territórios articulados ao espaço nacional, a nodalidade, fruto de convergência de eixos viários e de fluxos imateriais (comunicações) tornou-se importante condição para dotar a cidade de funções de regulação e beneficiamento da economia do campo e de influência sobre outras cidades[1150].

O processo de implantação de unidades industriais ainda é pouco expressivo e difuso no território, não permitindo evidenciar especialização territorial. De modo geral, as unidades de beneficiamento localizam-se próximas da matéria-prima e das vias de melhor acesso à região Centro-Sul do país. Nesse caso, as localizações privilegiadas têm sido aquelas, onde se consegue aliar as duas variáveis.

[1148] Campo Grande, Cuiabá e Porto Velho, em 1991, observados por meio dos resultados dos censos demográficos do IBGE, permitem verificar que eles chegaram a concentrar cada um em torno de 37% da população urbana de seus respectivos Estados e os seus municípios mais de 20% da população estadual. Neste último caso, essa regra tem sido para quase todas as capitais brasileiras.

[1149] Cf IBGE, Campo Grande (592.007 habitantes), Dourados (139.695 habitantes), Corumbá (76.302 habitantes), Três Lagoas (69.030 habitantes), Ponta Porã (53.015 habitantes).

[1150] Destaquem-se aí, as posições que vem ganhando, após Campo Grande e Dourados, as cidades de Naviraí e Nova Andradina, que nos dois últimos censos, demonstraram uma maior capacidade de concentração urbana dentro do Estado. Jardim/Guia Lopes e Nioaque, também tendem a receber importantes contingentes da área rural da região Sudoeste de Mato Grosso do Sul, especialmente após o asfaltamento da BR-70 e BR-267 até as linhas de fronteira. O mesmo se pode prever para Chapadão do Sul, Inocência e Aparecida do Tabuado, com a passagem da Ferronorte. Três Lagoas, localizada nos limites do Estado, também se beneficia da situação de entroncamento, frente à BR-262, ferrovia Novoeste e hidrovia Paraná-Tietê. Em 1999, a arrecadação da atividade comercial (29,7% do total municipal) já derrubou a tradicional liderança do setor pecuário, além de vir recebendo vários empreendimentos do setor industrial (SEPLANCT – Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia).

5.4.9 Fortalecimento da centralidade de Campo Grande na ordenação da rede urbana

5.4.9.1 Fortalecimento da centralidade urbana de Campo Grande

No conjunto do estado, Campo Grande foi, sem dúvida, a cidade que mais catalizou o crescimento urbano e econômico, além de ter-se transformado em capital político-administrativa, nessa última fase recessiva do quarto ciclo longo.

A modernização das áreas de cerrados, especialmente do Norte do Estado, estabelecendo fluxos com Campo Grande e a transformação em capital político-adminstrativa, só fizeram ampliar a centralidade de suas funções, de modo que na década de 90, a cidade se tornou o maior centro de serviços do Estado.

Transformou-se no local de moradia, não só, da maior parte dos proprietários rurais, como das camadas sociais de renda média[1151] que se aglutinaram no Estado. Ao mesmo tempo, passou a abrigar grande parte da força de trabalho desempregada do campo perambulante pelo corredor de exportação do Centro-Oeste, permeando, inclusive, cidades de porte médio e a metrópole do sistema urbano paulista. Nela se fixou também um forte contingente de trabalhadores eventuais e desempregados, especialmente após 1985[1152].

Não só 31,8% da população ativa estadual já havia se aglutinado no município até 1991 (IBGE), como a cidade foi ganhando expressividade em relação aos outros municípios, no tocante à arrecadação de ICMS, especialmente na década de 90[1153], chegando a representar 59,8% do total estadual (1998).

Entre a década de 60 até 1985, com as crescentes demandas de produtos

---

[1151] Preferiu-se chamar aqui de "camadas sociais de renda média", no lugar de "classe média", pelas controvérsias que ainda causam esse conceito. Incluiu-se, nessa categoria de morador da cidade com rendimentos médios, tanto os segmentos sociais que se ocuparam do comércio e serviços especializados, como o contingente de população técnica e letrada que adentrou o Estado, para se ocupar de tarefas ligadas à modernização do campo (tais como, topógrafos, engenheiros, contabilistas, administradores, agrimensores, agrônomos, veterinários) e de atendimento às necessidades desses novos moradores (arquitetos, engenheiros, advogados, médicos, professores, farmacêuticos, administradores, entre outros), como da administração governamental. Estão incluídos aí também, aqueles profissionais que ocupam cargos gerenciais nos empreendimentos de médio e grande porte e os oficiais militares.Os dados foram coletados junto aos Conselhos Profissionais, IBGE e Junta Comercial de Mato Grosso do Sul.

[1152] A pobreza da cidade se expressa através dos assalariados braçais do comércio, serviços e indústria e das pessoas ligadas a cargos subalternos da administração pública. Já os socialmente "marginalizados", que constituem a base da pirâmide social, ligam-se principalmente a trabalhos eventuais ou sazonais do campo e a pequenos serviços urbanos.

[1153] Apenas de 1994 a 1998, a arrecadação geral do Município cresceu 141% e sua representação no Estado, saltou de 38% em 1989, para 59,8% em 1998 (SEPLANCT).

industriais, resultantes da modernização agrícola, estruturaram-se na cidade as atividades de criação de estoques de bens e serviços, voltadas às necessidades do campo[1154]. Mas, diante da forte concentração populacional e dos hábitos de consumo introduzidos pelas novas camadas sociais de renda média, que mantém contatos facilitados com outras áreas do país e do exterior[1155] e, por outro lado, das crises que afetaram o setor agrícola, as demandas urbanas foram se tornando mais significativas que as do campo.

De 1985 até o final da década, quando se abriu mais uma fase expansiva dos ciclos internos, com o esforço de tecnificação da agricultura para exportação, frente à crise agrária estabelecida e a instalação das agroindústrias de soja, houve maior injeção de dinamismo ao setor comercial e bancário[1156].

Por outro lado, a crise agrária contribuiu, sobremaneira, na geração de mão-de-obra excedente, braçal e técnica. De modo geral, passou a ocorrer um empobrecimento da camada social de renda média e uma ampliação do contingente de desempregados na cidade, paralelamente a um processo de concentração de renda[1157].

Já na primeira metade da década seguinte, durante a fase recessiva do ciclo médio brasileiro e diante dos limites encontrados pelo modelo agrícola implantado no Estado, o setor terciário foi afetado, resultando em fechamento de estabelecimentos comerciais e redução de agências bancárias[1158]. Por outro lado, o crescimento do setor comercial do Estado, embora mais lento, foi se dando em favor, da cidade de Campo Grande[1159].

[1154] Nesse período, o setor primário foi o que apresentou o maior crescimento na economia do Estado, chegando a representar 47,1% do PIB estadual, em 1980 (SEFOP?SUPLAN, 1996)

[1155] Valores e hábitos externos ligados à "modernidade" adentraram a cidade, principalmente através dos meios de comunicação (televisão, TV a cabo, Internet, jornais e revistas), do *shopping center*, dos grandes supermercados e através das viagens, visto pelo sensível aumento das agências de turismo de caráter emissivo, registrados pelo SINDETUR.. Também, grande parte do contingente de mão-de-obra técnica e intelectualizada, segundo os vários conselhos profissionais pesquisados, veio de fora, trazendo os novos habitos de consumo massificado, reforçando a desvinculação com a identidade cultural local.

[1156] Campo Grande chegou a contar com 96 agências bancárias em 1991 (PLANURB).

[1157] Quando se analisa a renda familiar obtida em 1988 (Censo do Município) e em 1991 (Censo do IBGE), pode-se avaliar a alteração já significativa, ocorrida em apenas 4 anos. A proporção de famílias na faixa de renda de até 3 salários cresceu de 39, 9% para 63% , a faixa correspondente a mais de 3 a 10 salários reduziu de 46% para 31,3%, enquanto que situada acima de 10 salários sofreu uma redução de 14% para 5,2%.

[1158] De 1991, o ramo bancário de Campo Grande sofreu retração no número de agências, reduzindo de 96 em 1991, para 87 agências em 1992 e 71 em 1997 (Cf Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul e Sindicato dos Bancários).

[1159] De 1992 a 1996, o número de estabelecimentos comerciais em Campo Grande, cresceu de 7.908 unidades (54,4 % do ICMS arrecadado) para 8.920 (55,6% do ICMS). Mas, em 19987 o número já havia baixado para 7.710 e, em 1998 para 7.442 (38,4% do ICMS arrecadado). A participação do Município na arrecadação estadual do ICMS cresceu de 38,1% em 1989, para 59,8% em 1998.

A partir da segunda metade da década, especificamente, a partir de 1996, os serviços ganharam maior significação econômica em todo o estado[1160], mas concentrados sobretudo em Campo Grande. A sua participação, nesse setor, em relação ao estado, em 1997, chegou a 94% do ICMS arrecadado (SEFOP/ SUPLAN)[1161]. Em 1991, os serviços em Campo Grande já ocupavam 54,2% da população ativa municipal (IBGE), respondendo, em 1999, por 45,7% da arrecadação de ICMS do Município (SEPLANCT), tendo superado a liderança anterior da atividade comercial (38,4%).

O setor terciário foi o principal responsável por essa concentração[1162]. Em Campo Grande, por exemplo, o ICMS representou 84,1% da arrecadação no Município em 1998, enquanto o setor de comércio e serviços já utilizava 75,8% da população ocupada (IBGE,1991)[1163]. Há que se observar, no entanto, que em função da significativa presença de mão-de-obra excedente[1164], o circuito inferior da economia estruturado por esse segmento, na forma de empreendimentos informais também ganhou relevância[1165].

Ocorreu, portanto, nessa fase, uma forte consolidação de funções regionais político-administrativas e econômicas, amparada pela melhor estruturação, recuperação e pavimentação da malha viária e pelos avanços na área de telecomunicações, fortalecendo ainda mais sua centralidade junto à rede urbana, ainda em formação.

As funções de comando do setor público e religiosos foram amplamente

---

[1160] A participação do setor terciário no PIB do Estado, segundo a SEFOP/SUPLAN (1996), em 1995, já era de 71,6%, enquanto o primário respondeu por apenas 16,5%. O comércio e serviços representaram 62,8% da arrecadação estadual de ICMS em 1996, com superioridade do comércio (51,2% sobre o total do Estado).

[1161] Em 1992, havia em Campo Grande 1641 estabelecimentos de serviços (20,86% na arrecadação de ICMS do Município). Em 1997 essa participação aumentou para 24% , e em 1998, para 45,7% , totalizando 4.162 empreendimentos (um crescimento de 153%). Em nível estadual, em 1995, os serviços representaram 11,5% da arrecadação (SEFOP/SUPLAN).

[1162] Além disso, em 1997, o ICMS dos serviços arrecadados no Município significou 94% da arrecadação estadual. O do comércio foi um pouco menor, ou seja, 37,3%. Mas também teve destaque a atividade industrial (49,5%). A agricultura representou 30% e a pecuária apenas 11% (SEPLANCT).

[1163] Em 1998, havia em Campo Grande 4.162 estabelecimentos de serviços (formais e informais) e 7.442 casas comerciais (SEBRAE, 1999).

[1164] Os dados do Censo do IBGE (1991) demonstraram a existência de 19,7% da mão-de-obra ocupada trabalhando por conta própria. Foram detectados 25% dos trabalhadores ocupados fora de empresas e propriedades agropecuárias. Entre esses, 68% trabalhavam na casa dos patrões ou do cliente, 15% no próprio domicílio e 16% na via pública.

[1165] Por meio do serviço de cadastramento *in loco* dos empreendimentos existentes na cidade, feitos em 1998 pelo SEBRAE, foi constatada que os empreendimentos informais" representavam 33% do total, o que totalizava 4.343 empreendimentos.

fortalecidas em Campo Grande, com a sua transformação em capital de Estado . Não só o Município foi elevado à condição de arquidiocese em 1978, como a 9º Região Militar do Exército foi transformada em Comando Militar do Oeste em 1985[1166], ampliando a área de comando para toda região Centro-Oeste. A Base Aérea também ganhou novas funções em 1980[1167].

Além dos órgãos administrativos do Estado e do próprio Município, a capital possui, hoje, 83 órgãos da administração pública federal de decisão, entre delegacias, escritórios e outras representações estaduais e regionais de ministérios, autarquias, fundações e empresas estatais. Nela abrigaram-se também, sedes regionais de várias organizações sociais, associações de classe, federações, conselhos profissionais[1168].

Pretendendo intensificar o planejamento em todos os níveis, a União montou uma estrutura governamental inicial, enxuta e racional, com reduzidos centros de decisão, supervisão e coordenação e pouco departamentalizada, para absorver basicamente mão de obra técnica[1169]. No entanto, esse modelo não se sustentou[1170].

A autonomia política de Mato Grosso do Sul, trouxe à tona velhas divergências entre a oligarquia cuiabana e os latifundiários do sul, respectivamente herdeiros do PSD e UDN, levando o presidente a se decidir por um representante do primeiro segmento[1171]. A partir de então e até as eleições de 1998, no estado do Mato Grosso do Sul

---

[1166] A partir de então, o comando militar passou a abranger toda região Centro-Oeste. Além disso, a 9º Região Militar desmembrou-se do Comando Militar do Oeste, em 1990, para voltar-se especialmente para as atividades logísticas, de mobilização e serviço militar, fruto da necesidade de aperfeiçoamento da estrutura logística e operacional do Exército. Em 1999, o Exército contava com 16 organizações militares e um efetivo de 3.400 homens atuando em Campo Grande (BERNARDI, 1999).

[1167] Em 1979, a Base Aérea passou a apoiar o Destacamento de Proteção ao Vôo, criado em 1979, com operações voltadas à proteção do vôo e controle do tráfego aéreo regional. Em 1980, foi constituído o esquadrão Pelicano, voltado às missões especializadas de busca e salvamento, em âmbito nacional. Em 25 de março de 1980, a BACG passou a se subordinar ao IV Comando Aéreo Regional- IV COMAR, sediado na cidade de São Paulo (ALAMINO, 1999).

[1168] Somente na lista de endereços telefônicos foram detectadas 57 associações de classe que atuam em nível estadual e federal , 26 federações de classe e esportivas, além de 11 sedes regionais de conselho de classe (Listel, 1999).

[1169] A execução deveria se dar através de Administração Indireta e Fundações instituídas pelo Poder Público, e pela ação delegada aos Municípios. Adotou-se o planejamento participativo, com a implantação de ramificações administrativas e colegiados regionais, buscando-se a adesão plena dos municípios e mais estímulo à iniciativa privada (BITTAR, 1997).

[1170] O primeiro governador técnico, dr. Harry Amorim Costa, foi derrubado por uma trama de políticos locais, em 13 de junho de 1979, sem ter completado nem mesmo o primeiro semestre de governo, um dia após a promulgação da primeira Constituição do Estado. Representavam a composição de forças da elite dominante (BITTAR, op.cit).

[1171] Diante do impasse político, o presidente da República nomeou um técnico, resultando em crise institucional, provocando a sua queda. Nomeado um novo governador pelo governo federal, Marcelo Miranda Soares, foi novamente derrubado no ano seguinte, em setembro de 1980. Em outubro de 1980, o presidente João Batista Figueiredo, acabou tendo que nomear um político local para ocupar o cargo de governador. Era um representante da oligarquia cuiabana, Pedro Pedrossian, que permaneceu até 1983 (BITTAR, *ibidem*).

passou-se a se assistir à velha disputa e alternância no poder político, de dois chefes políticos, representantes daquelas facções[1172], mesmo quando ocupado por terceiros.

Terminada a gestão do primeiro governador político em 1983, houve o retorno da tradicional prática do clientelismo. O número de servidores públicos no Estado foi ampliado de 14.000 para 35.000, em 1984[1173] e, quase 60.000, em 1999. Em 1991 (IBGE), a cidade de Campo Grande abrigava 66% dos trabalhadores de órgãos públicos e estatais em Mato Grosso do Sul[1174], representando 17,7 % da população ativa do município e 23,4% da força de trabalho remunerada.

A redução da arrecadação tributária, com a lei Kandir, colocou à mostra uma estrutura administrativa estadual "pesada" e altamente endividada, com a folha de pagamento. Sob pressões da União, iniciou-se o programa estadual de privatização, incluindo-se aí as maiores empresas estatais de Mato Grosso do Sul, ou seja, a Empresa de Energia de Mato Grosso do Sul-Enersul (1997) e a Telecomunicações de Mato Grosso do Sul S.S Telems (1998)[1175].

Somente em 1998, quando venceu a eleição o candidato do Partido dos Trabalhadores, acompanhado de um vice do PDT, representante do empresariado agrícola, teve-se o indicativo do possível início do rompimento da representatividade da classe latifundiária no poder político de Mato Grosso do Sul.

Os comandos da iniciativa privada também se solidificaram. Em Campo Grande, passaram a se instalar, nos últimos anos, escritórios regionais de decisão, pertencentes, tanto a organizações gestoras de cadeias produtivas, como de grandes empreendimentos de comércio, indústria e serviços, cuja produção e atendimento estão fora

---

[1172] Wilson Barbosa Martins apresentou-se como sucessor de Vespasiano Martins e Fernando Correa da Costa (UDN), representando os grandes latifundiários do Mato Grosso do Sul, enquanto Pedro Pedrossian apareceu como sucessor político do cuiabano Filinto Muller (PSD), representante das oligarquias do Mato Grosso *(Idem, ibidem*).

[1173] Cf Jornal "Folha de São Paulo" de 13/10/84.

[1174] A cidade, segundo o Censo de 1991 (IBGE) contava com 33.552 servidores públicos (37,5% do total do Estado) trabalhando em órgãos públicos e 5.569 em empresas estatais (47,7% do total existente em Mato Grosso do Sul).

[1175] A Enersul passou às mãos da Escelsa, em novembro de 1997, controlada pela Ivens S.A (depois EDP- Eletricidade de Portugal S.A) e GTD Participações. A Telems foi privatizada em julho do ano seguinte, como componente da Tele Centro Sul Participações S.A, vendida ao Consórcio Solpart Participações, constituído pelo Grupo Telecom Itália, Banco Opportunity, além de outros investidores internacionais e fundos de pensão nacionais (ENERSUL).

ou ultrapassam o município[1176]. Por outro lado, a cidade sedia um número mais significativo de agências ou superintendências regionais de bancos, com filiais no Estado[1177].

Também se deve lembrar, que como residência de grande parte dos proprietários rurais do Estado, é na cidade que instalam seus escritórios administrativos e de contabilidade, tomando decisões sobre os negócios agropecuários, fato evidenciado pelo grande número de escritórios dessa natureza já existentes na cidade (JUCEMS).

De modo geral, as relações estabelecidas pelas sedes de empresas ali implantadas, têm sido de nível nacional e mesmo internacional. Elas atribuem centralidade a Campo Grande, por terem sob seu controle, a decisão sobre os vários negócios estabelecidos entre os agentes econômicos distribuídos territorialmente no estado, articulados pelas mesmas. Por exercerem influência junto aos administradores do Município e Estado e, dotadas de uma forte capacidade de dinamismo e inovação tecnológica, seus gerentes e administradores, têm poder suficiente para alterar o sistema de relações no território, promovendo tensões e rápidas mudanças.

A combinação dos dois tipos de consumo (urbano e rural) contribuiu, em grande parte, para que as atividades comerciais e de serviços, fossem não só ampliadas, como passassem a ser acionadas por especialistas e técnicos. Por outro lado, a crescente população citadina transformou-se no mercado consumidor interno em potencial, especialmente para os serviços básicos de educação e saúde e outras formas de consumo "não materiais", ou seja, os serviços ligados à cultura e lazer.

Em 1995, o destino de 72,6% das mercadorias e bens fornecidas pela atividade comercial no Mato Grosso do Sul, já se voltava ao consumo da população moradora da cidade (SEFOP/SUPLAN [1178]. O consumo do campo vinha em segundo lugar

---

[1176] Campo Grande sedia os escritórios de decisão regional, de grandes empreendimentos privados, a exemplo das agroindústrias do setor da soja e frangos (ADM, Bunge, Cargill), do álcool e acúcar (grupo Passatempo), do grupo Zahran (rede de televisão), entre outros. A Junta Comercial de Mato Grosso do Sul tem em seus registros de abertura de empresas entre 1980 a 1997, 88 empreendimentos ligados à gestão de *holdings* e 82 registrados apenas como sede de empresa.

[1177] Como exemplo, pode-se citar o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco HSBC Bamerindus, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Real.

[1178] A análise da abertura dos empreendimentos em Campo Grande, entre 1980-97 (JUCEMS), permitiu avaliar, não só o maior dinamismo desse setor na segunda metade da década passada, como o destaque dado aos bens de consumo da população urbana. Destacaram-se os negócios ligados à venda de alimentos, vestuário, calçados, móveis, utilidades domésticas, artigos farmacêuticos e médicos.

(máquinas, equipamentos e insumos)[1179].

A potencialização desses mercados de consumo e a estruturação das ofertas urbanas, incluíram a cidade numa trama de relações, envolvendo espaços cada vez mais amplos, estendendo a sua área de influência no Estado.

Diante da incapacidade do Estado em suprir a crescente população urbana de serviços de educação e saúde, a demanda reprimida transformou-se em oportunidade econômica para a iniciativa privada[1180] . No que tange à educação, as atividades educacionais de nível superior, que atribuem centralidade à cidade[1181], estão de forma preponderante, sob a responsabilidade da iniciativa privada[1182] .

Houve um aumento explosivo de profissionais ligados à saúde, nessa fase[1183], ofertando serviços com níveis de raridade, suficientes para transformar a cidade no centro médico-hospitalar mais importante do Estado. Em 1999, foram detectadas na cidade, 39 tipos de especialidades médicas entre 524 profissionais estabelecidos com consultórios próprios[1184], além das outras especialidades apresentadas pelos serviços de hospitais, clínicas médicas e laboratórios[1185].

Mas, a ampliação da população empobrecida, após 1985, também exigiu maior esforço, por parte da Administração Municipal, no sentido de criação de infra-estrutura

---

[1179] Nesse caso, vale lembrar que a estrutura urbana teve que se adpatar à demanda de indústrias agrícolas no campo.

[1180] O número de escolas, entre 1991 e 1997, cresceu em 28%, sendo que aquelas de iniciativa particular conheceram um aumento muito mais significativo (72%), passando a responder por 48% da oferta do ensino regular e por 92% das especializadas (PLANURB, 1998).

[1181]Para a maioria dos cursos de graduação, aflui um movimento pendular diário de estudantes, através de ônibus cedidos pelos respectivos Municípios, numo raio não superior a 150 quilômetros. A expansão maior da influência educacional de Campo Grande dá-se com a busca do curso de Medicina (extrapola os limites estaduais) e a Pós-Graduação (em nível estadual), segundo resultado de pesquisas de iniciação científica realizadas por acadêmicos do curso de Geografia da UCDB.

[1182] Das três universidades e quatro faculdades existentes pesquisadas, só uma é pública. Além dos cursos de graduação, com 36 opções profissionais, surgiram, especialmente na segunda metade dessa década, aqueles de pós graduacão, tanto em nível de especialização (anualmente são oferecidos cerca de 25 a 30 cursos), como de mestrado (13 cursos) e doutorado (2 cursos).

[1183] Assim, por exemplo, o número de médicos e odontólogos, respectivamente 65 e 16 em 1950, passou para 1114 e 757 em 1992. A ampliação registrada daí até 1997 (em cinco anos) foi de 82% para os médicos e 49% para os odontólogos. Além desse profissionais da saúde, pode-se referir a uma forte concentração de outras categorias, entre 1992 e 1994, como os farmacêuticos cresceram de 372 para 474 profissionais, os psicólogos de 550 para 685, os assistentes sociais de 430 para 622, os veterinários de de 520 para 596 (SESAU e Conselho de Classes).

[1184] Guia de Campo Grande 98/99- Telems/Listel.

[1185] Em 1999, havia 20 hospitais e 17 clínicas, sendo que as especializações apareceram em 10 hospitais e 12 clínicas. Através do Guia de Campo Grande, em 1999, foram detectados ainda 54 laboratórios médicos, 23 clínicas de fisioterapia, 06 de ultrassonografia, 227 farmácias (LISTEL). Em 1996, o Serviço de Fiscalização do Município catalogou a existência de 104 clínicas odontológicas particulares na cidade.

médico-hospitalar voltado a esse segmento[1186].

No tocante à cultura e lazer, a estruturação dos serviços voltou-se principalmente ao consumidor doméstico, dados os avanços dos meios de comunicação[1187]. Por outro lado, houve uma grande ampliação dos equipamentos culturais[1188], espaços abertos (parques e praças)[1189] e desportivos[1190], especialmente a partir da década de 80.

Chamou atenção, em Campo Grande, o número de empresas abertas, entre 1980 a 1997, incluídas no chamado "novo terciário" (6% do total). Destacaram-se, entre elas, as empresas de informática (24,5%), seguidas dos serviços de arquitetura e engenharia (14%), atividades jurídicas (13%), serviços de análise de qualidade (10,5%), assessoria e gestão empresarial (9%), pesquisa de mercado e opinião pública (8%), consultoria (7,5%), publicidade (7%), agenciamento de mão de obra (6, 4%) e pesquisa e desenvolvimento (0,5%).

A grande fluidez nas relações regionais, oriunda dos fatos de localização junto às principais rotas viárias e de comunicação e a centralidade de comando, por outro lado, atribuíram forte peso às funções de coleta, beneficiamento e expedição de produtos de Campo Grande.

A função de coleta e expedição é exercida principalmente pelas cerealistas, grandes atacadistas, compradores de gado e empresas de transporte.

No ramo das cerealistas, atuam tanto as grandes empresas de capital internacional e nacional, como aquelas de iniciativa regional[1191]. Antes da instalação das

---

[1186] Com a implantação do Sistema Único de Saúde SUS, em 1992, foi possível a ampliação do atendimento médico pela Rede Municipal. Acabou dando origem a 33 centros de saúde distribuídos no perímetro da cidade e 3 no campo, 01 Centro de Especialidades Médicas, 01 Laboratório Municipal e 01 Centro de Zoonose (1997), visando oferecer, não só a consulta médica, como o atendimento laboratorial e odontológico, e maternidade municipal na periferia. Trata-se de um tipo de serviço, em plena expansão, embora não atribua centralidade urbana, por atender basicamente a população municipal (PLANURB, 1998).

[1187] Os serviços de locação de filmes e fitas de vídeo, por exemplo, cresceram assustadoramente nesses últimos anos. Em 1996, foram detectados 701 empreendimentos desse tipo na cidade (Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal). Por via cabo telefônico, ampliaram-se os serviços de TV a cabo e Internet.

[1188] Já existem 3 museus, 4 locais de exposição artística e cultural, 01 Centro Cultural, 2 espaços destinados ao acervo de documentos históricos, 07 casas de teatro , 35 auditórios, 20 salas de cinema, 15 galerias de arte, 02 pavilhões de exposição de negócios e 01 centro de convenções, além de 17 bibliotecas (PLANURB, 1998).

[1189] Em 1998, a cidade contava com 05 parques verdes e 85 praças, além da área verde da Universidade Federal (PLANURB-PMCG).

[1190] Foram registrados, em 1998 (PLANURB), 02 estádios de futebol e 17 ginásios de esportes (públicos e privados).

[1191] Entre as empresas de maior investimento de capital e dinamismo, destacam-se os grupos que também possuem unidades industriais de esmagamento de soja e esvazamento de óleo (Bunge, Cargill, ADM). Entre as cerealistas de capital nacional estão a Cutrale Quintella e a Socepar. Já em nível regional, prevalecem principalmente atacadistas mais tradicionais, como

agroindústrias, foram esses empreendimentos comerciais os mais dinâmicos da economia regional, tendo redirecionado parte do capital acumulado em empreendimentos industriais, de comércio e serviços urbanos.

Em 1996, a cidade contou com 750 atacadistas (IBGE), um número significativo, se tomado como referência, por exemplo, o ano de 1958, com 65 estabelecimentos. Desse total, 51,2% destinava-se ao comércio de alimentos e bebidas.

Embora as atividades industrais não tenham ganhado muita representatividade dentro do Município, em termos de arrecadação fiscal (5,1%)[1192], em nível estadual, sua participação vem ganhando significação, desde a década passada[1193], chegando a atingir 49,5% da economia industrial do Estado, em 1998. Por outro lado, a indústria é o segundo setor econômico que mais empregou mão-de-obra no Município em 1991, ou seja, 19,4% da população ocupada (IBGE)[1194].

Em 1991, 58,8% da mão de obra ocupada no setor secundário esteve ocupada com a indústria da construção civil[1195], envolvendo cerca de 40% dos estabelecimentos, fato atribuído, em grande parte, ao adensamento demográfico e forte crescimento das edificações residenciais e das vias de transporte, dos anos 80. Da mesma maneira, entende-se porque os negócios relacionados com a indústria de transformação[1196], estiveram mais voltados para o consumo da população urbana[1197], em segundo lugar ao setor

---

Zamboni , Jovir Perondi, Kasper, Kiko Goldoni, além de outros, como Sucolotti, Edison Monteiro, Comercial Agrícola MS, Granosul. Na maioria desses empreendimentos estão incluídos armazéns de compra e estocagem por todo Estado e, até mesmo fora dele (SEBRAE).

[1192] Esteve atrás dos serviços, comércio e pecuária, só ultrapasando a agricultura. Essa situação do setor industrial frente à tributação fiscal vem sendo praticamente mantida desde 1992, ampliada um pouco mais em 1995 e 1996 (respectivamente 7,2% e 6,5%), mas caindo novamente (SEFOP/SUPLAN).

[1193] Saltou de 18,2% em 1992, para 49,5% em 1998 (SEFOP/SUPLAN).

[1194] Está bem acima do setor primário, que ocupou no mesmo ano, apenas 4,8% (Censo 1991, IBGE).

[1195] Entre as empresas abertas de1980-97 (JUCEMS) o ramo da construção civil representou 50,2% do setor secundário. Nesse ramo, 67% dos empreendimentos vincularam-se, tanto à preparação de terrenos para a construção civil, como a extração e beneficiamento de brita e areia, obtenção de produtos cerâmicos, preparação de materiais (artefatos de concreto, cimento e gesso), os empreendimentos propriamente voltados à edificação, os estabelecimentos de obras auxiliares (instalações elétricas e hidráulicas, estruturas e esquadrias metálicas, serralherias) e acabamento (pintura, reboco, impermeabilização). Em segundo lugar, destacarm-se os empreendimentos voltados às obras viárias e obras de arte, instalações de rede de energia, telefonia e comunicação.

[1196] Representou 48% do setor secundário, em número de estabelecimentos abertos de 1980 a 1997 (JUCEMS).

[1197] No tocante ao consumo da população urbana, em 1998 (FIEMS) constituiram 58% dos estabelecimentos da indústria de transformação, os empreendimentos de têxteis, vestuário, couro e calçados (16%), alimentos e bebidas (25%), de móveis (14%) e gráfica e reprodução (13%). No setor de alimentos, 75% dos negócios voltaram-se ao beneficiamento da produção rural , destacando-se aí o beneficiamento do arroz, milho e mandioca (representam 35% dos estabelecimentos existentes).

de transportes e ao consumo dos produtores e beneficiamento da produção do campo.

Com relação ao porte dos empreendimentos, sem dúvida destacaram-se os investimentos multinacionais, tanto no esmagamento de soja e envasamento de óleo para o mercado nacional e internacional (2 unidades, uma da ADM e outra da Cargill), como na indústria de bebidas de consumo regional (Coca-Cola). Além delas, destacaram-se, como unidades industriais de grande porte, os frigoríficos Bordon (Swift Armour), Boi Grande e Matel. No entanto, é significativo o número de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, assim como de pequenas indústrias de produtos alimentícios.

No que tange aos transportes, em 1997, os empreendimentos representaram 13% do comércio varejista e 26% das empresas de serviços existentes na cidade (SEFOP/ SUPLAN), ênfase atribuída também ao alto volume de automóveis já existentes entre os moradores[1198].

Entre eles, foi possível observar, por ordem de importância, os estabelecimentos ligados ao comércio e reparo de veículos e peças (59%), serviços de transporte e agências de viagem (31%)[1199], aluguel de veículos (10%)[1200]. A venda de veículos, acessórios e combustíveis representaram 12,6% das casas de comércio e 10,6% dos negócios do setor terciário (SEFOP/SUPLAN) .

A localização e a estrutura de comércio e serviços também vêm permitindo que para a cidade começasse a afluir a maior parte do fluxo turístico do país e mesmo internacional com destino ao Estado, sendo daí, redistribuído para os locais de atrativos.Em função dessa nova função, explica-se o grande número de hotéis, restaurantes e locadoras de veículos, abertos nos últimos anos.

5.4.9.2 Estruturação interna do espaço de organização interna e da rede urbana

Nessa fase, o espaço de organização do Mato Grosso do Sul ficou sob forte influência da metrópole paulista, com Campo Grande, na condição de sub-metrópole

---

[1198] Na década de 1980, Campo Grande chegou a apresentar o maior índice *per capita* de automóvel, entre as cidades brasileiras. Em 1996, foi registrada a proporção de 1 veículo para cada 4,67 habitantes (SEFOP-MS).

[1199] Em 1991, de acordo com o SINDETUR, em Campo Grande já existiam 71 empreendimentos promovendo excursões e viagens e 11 específicos para locação de veículos.

[1200] Cf Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul – JUCEMS , no levantamento de empresas abertas de 1980 a 1997.

regional[1201], polarizando, em especial, as áreas modernizadas sob interferência direta de políticas de Estado, além daquelas do Pantanal e Sudoeste do Mato Grosso do Sul.

A análise da atual estrutura espacial do Estado, em termos de eixos de circulação (Figura 33), divisão territorial de trabalho e rede urbana estabelecida (Figura 34**)** permite reconhecer grosseiramente, três grandes faixas espaciais sucessivas, no sentido leste-oeste, de integração a São Paulo. A faixa Leste, diretamente integrada, aparece como espaço de expansão capitalista e influência direta de São Paulo. A faixa central, aparece como espaço de modernização recente sob a forte intervenção de políticas governamentais da União. Por último, a faixa Oeste, aparece como espaço tradicional ainda fracamente integrado ao Sudeste (Figura 34).

As duas últimas estão organizadas, por meio de uma rede urbana hierarquizada, mediante influência direta da cidade de Campo Grande. A hierarquia urbana ocorre devido ao número de funções acumuladas e do porte e raridade do equipamento urbano para oferta de bens e serviços. Esse processo de modernização foi decorrente da modernização agrícola do campo e do adensamento de população. Assim, Dourados aparece, no nível abaixo, como capital regional, Aquidauana, Ponta Porã e Corumbá, como centros sub-regionais, Coxim, Rio Verde, Bonito e Jardim, como centros de zona.

O espaço de expansão territorial e de influência direta de São Paulo constitui a faixa Norte-Sul, ao longo dos limites leste do Estado. Do ponto de vista econômico, constituiu o território de expansão das invernadas do Oeste paulista e hoje, com tendência a receber empreendimentos industriais, ligados ao abastecimento do Sudeste[1202].

Esse território da faixa Leste, por outro lado, é mais beneficiado pela proximidade de usinas hidrelétricas de grande significação em termos de geração de energia elétrica no Estado. Inclui-se na área de influência de cidades paulistas de porte médio, como São José do Rio Preto e Araçatuba ao norte e Presidente Prudente no centro, e de algumas cidades dos Estados vizinhos de Mato Grosso e Goiás ao norte e Paraná ao Sul.

[1201] Os centros sub-metropolitanos, definidos pela metodologia utilizada pelo IBGE, com base na teoria das localidades centrais de Christaller, ocupam uma situação intermediária entre os níveis de capital regional e metrópole. Caracterizam-se por extrapolar as funções de uma capital regional, mas não apresentarm uma área de influência de mesma magnitude de uma metrópole regional.

[1202] Nesse caso, as cidades localizadas junto aos eixos de circulação viária direcionados para São Paulo e nos limites desse Estado, tem se transformado em lugares selecionados para abrigar unidades industriais, tanto por parte de empreendedores estimulados por incentivos fiscais existentes no Mato Grosso do Sul e recursos financeiros previstos pelo Fundo do Centro-Oeste, como por empreendimentos de beneficiamento agrícola que procuram se aproximar da matéria-prima e das saídas para a metrópole.

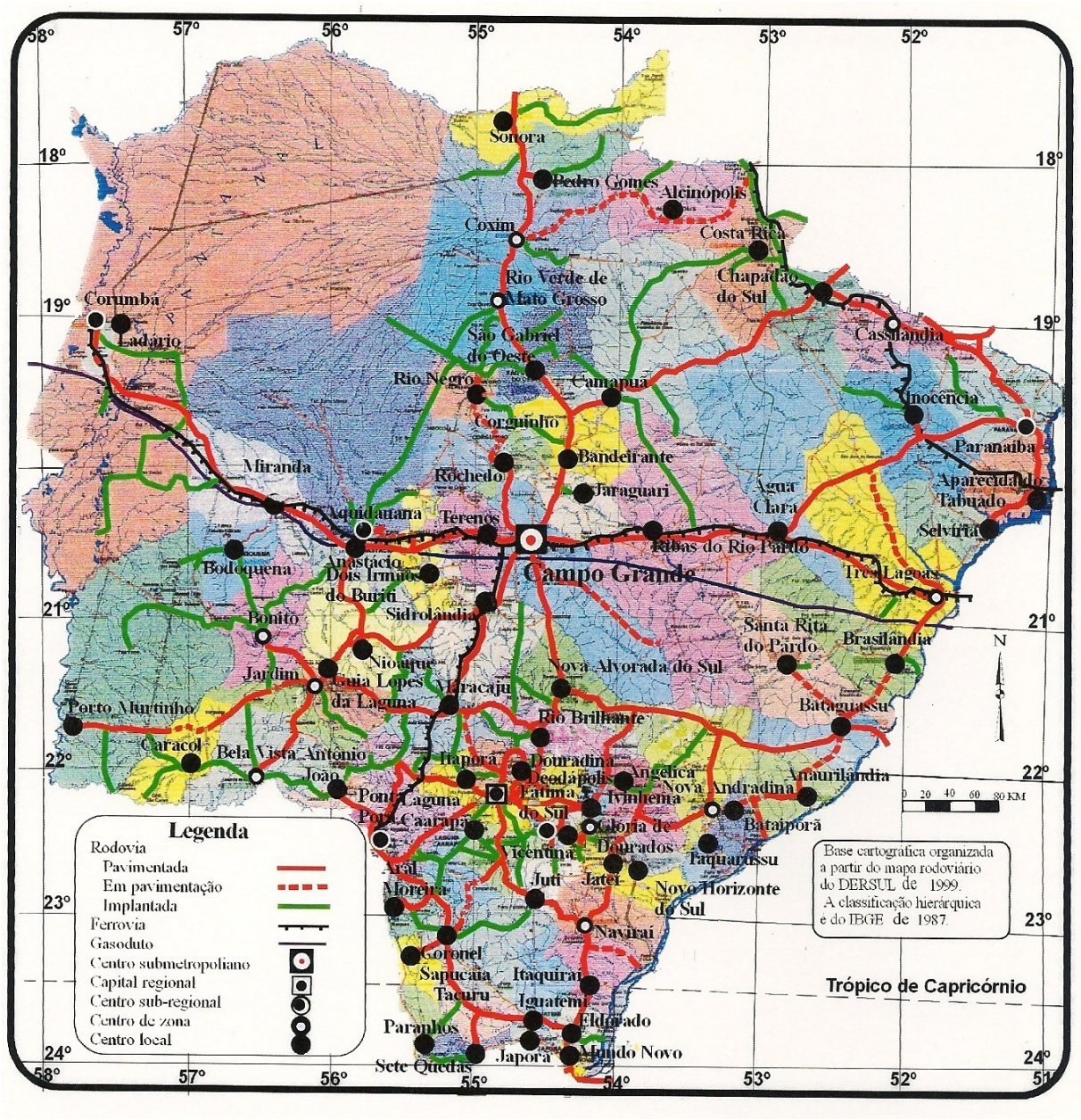


FIGURA 33 – TRANSPORTES E HIERARQUIA URBANA DE MATO GROSSO DO SUL NA DÉCADA DE 90

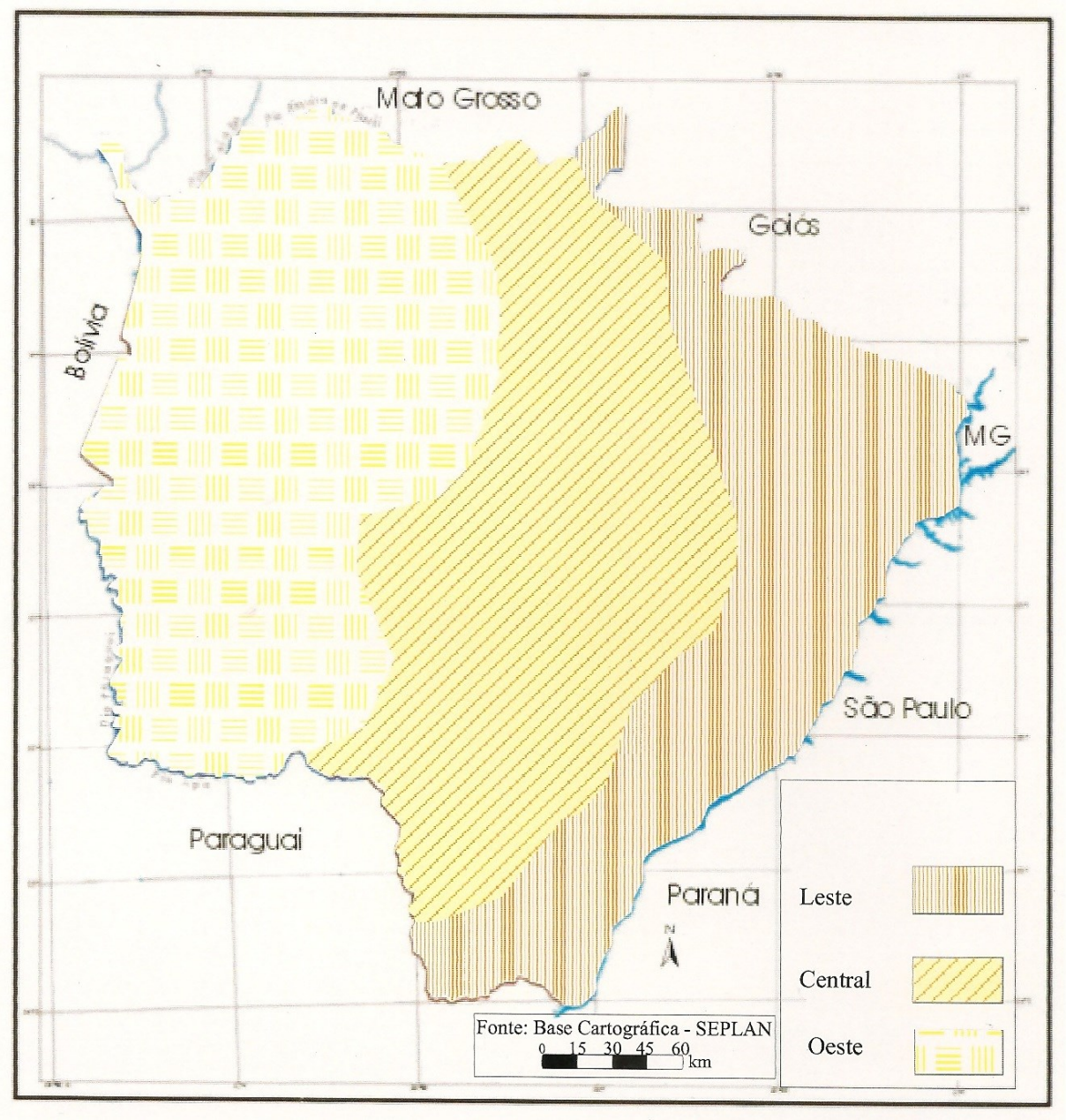


FIGURA 34 – FAIXAS TERRITORIAIS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA A SÃO PAULO - 1999

Nessa faixa espacial, podem-se reconhecer quatro microrregiões, cada uma sob a influência de cidades específicas de São Paulo e Noroeste do Paraná[1203] apoiadas por um centro sub-regional (Paranaíba), além de quatro centros de zona (Cassilândia, Três Lagoas, Nova Andradina, Aparecida do Taboado). As áreas mais ao Norte e Nordeste relacionam-se também com cidades de redes urbanas dos Estados vizinhos de Mato Grosso e Goiás (Rio Verde e Jataí), através da BR-163, BR-060 e da Ferronorte.

A faixa central, espaço de modernização agropecuária, ocorrida neste último ciclo, sob intervenção direta de políticas governamentais da União e posteriormente do Estado, constitui na seqüência, a segunda faixa de estruturação. Emergiu do ponto de vista meio técnico e científico implantado, como extensão da primeira faixa. Possui uma rede urbana melhor estruturada e capitaneada por Campo Grande, esta sob a influência direta da metrópole paulistana. Neste caso, como a modernização desse espaço deu-se no sentido sul-norte, também a maior densidade da malha viária e a estruturação da rede urbana ocorre no mesmo sentido. Nesse conjunto, é possível evidenciar uma região sob influência mais significativa de Campo Grande e outra, mais ao Sul, subordinada a Dourados. Essa última também goza da influência de Campo Grande, mas com a concorrência da influência paulista e paranaense[1204].

A área de influência mais significativa de Campo Grande inclui duas microrregiões, uma sob sua influência direta (microrregião de Campo Grande) e outra (Alto Taquari), com apoio em dois centros de zona. A rede urbana dessa área de estruturação moderna, alvo das políticas do Polocentro, voltado ao desenvolvimento dos cerrados, especialmente após a década de 80, destaca-se principalmente pela área destinada à pecuária e pela alta produtividade agrícola, capitaneada diretamente por Campo Grande.

A microrregião de Campo Grande[1205] é a mais importante do Mato Grosso do Sul, em quantidade de população e densidade demográfica (23,66 hab/km²)[1206]. Nesse

[1203] As duas microrregiões, mais ao norte da faixa (Cassilândia e Três Lagoas) são as áreas de pecuária, de ocupação mais antiga do Estado. A microrregião de Cassilândia, à nordeste, está sob influência da cidade paulista de São José do Rio Preto, enquanto que a de Três Lagoas, à leste, sob o influxo de Araçatuba. A microrregião de nova Andradina, área de pecuária à sudeste do Estado, organizada por iniciativa de empresas colonizadoras, está diretamente subordinada a Presidente Prudente, no Estado de São Paulo. Finalmente, no extremo sul, a microrregião de Iguatemi, área de pequenos produtores, colonizada pelo INCRA, está sob influência de Umuarama e Cascavel no Estado do Paraná (IBGE, 1987).

[1204] Em São Paulo, a maior influência é a da cidade de Presidente Prudente e no Paraná, as cidades de Umuarama e Cascavel (IBGE, 1987).

[1205] Essa microrregião inclui os municípios de Terenos, Bandeirantes, Corguinho, Rio Negro, Jaraguari e Rochedo (IBGE).

[1206] A média do Estado em 1991 foi de 5,48 hab/km2.

sentido, essa microrregião, pela sua forte ligação com São Paulo, foi privilegiada em termos de densidade do meio técnico-científico, com a população preenchendo interstícios ainda vazios dos campos de Vacaria, resultantes do processo de ocupação anterior[1207]. A tradicional área de pecuária, ao receber os novos empreendedores agrícolas da região Centro-Sul do país, teve parte de suas antigas áreas de pastagens reestruturadas, para receber os cultivos mecanizados de arroz e soja, transformando-se, atualmente, na região agrícola mais importante do Estado[1208]. A importância da cidade anula o desenvolvimento dos núcleos urbanos locais vizinhos que dela dependem diretamente, não existindo intermediação hierárquica entre Campo Grande e os centros urbanos dependentes.

A microrregião do Alto Taquari, ao Norte, com fraca densidade populacional e de malha viária, é a segunda produtora de soja (área com maior produtividade) e suínos, e terceira área em criação de gado do Mato Grosso do Sul. Os núcleos urbanos de maior expressão possuem funções de centro de zona (IBGE), subordinados a Campo Grande (Coxim e Rio Verde). Embora com processo de povoamento mais antigo, essa microrregião apresenta menor número de centros urbanos e mais distanciados um do outro e com fraca estruturação hierárquica.

A região Sul desses espaços modernizados, sob influência de Dourados, foi alvo das políticas emanadas do Prodegran. É considerada a mais importante do ponto de vista da produção agrícola[1209] e a segunda mais densamente povoada do Estado, além de abrigar unidades agroindustriais de porte significativo. Conta com uma rede urbana melhor estruturada em termos de hierarquia e vias pavimentadas ligando cidades entre si, com um número maior de municípios e cidades. Dourados, nó rodoviário mais importante, segundo o IBGE, exerce a função de capital regional subordinada a Campo Grande, apoiando-se nos centro sub-regionais de Ponta Porã e Fátima do Sul, e dois centros de zona (Naviraí e Glória

---

[1207]A ocupação do solo com base em inovações tecnológicas de ponta, levou a uma ampliação acelerada, especialmente da capacidade de suporte para o gado de corte em áreas de cerrados, incluído aí os campos de Vacaria (FIEMS, 1998).

[1208] O cultivo agrícola moderno permitiu a tecnificação da pecuária, na medida em que ia ocorrendo a introdução de pastos plantados em áreas arrendadas para o cultivo agrícola, transformando a região sob influência de Campo Grande, como a mais importante do Estado na atividade de criação e engorda de gado bovino. Por outro lado, a presença de arrendatários capitalistas empreendendo produção em terras de diferentes proprietários e mesmo descontínuas, permitiu, nessa região uma maior concentração da produção nas mãos de um número menor de produtores agrícolas (Censo Agrícola-IBGE).Os contratos de arrendamento feitos entre os novos capitalistas da produção agrícola e os proprietários dos latifúndios de pecuária, incluíam a devolução das terras, no término do compromisso (de 3 a 5 anos) com pastos plantados (KELLER E MAGNANINI, 1977).

[1209] Em 1998, conforme os dados da SUPLAN-MS, essa microrregião era a primeira produtora de soja, milho, trigo, cana-de-açucar, arroz e feijão do Estado, primeira criadora de aves, além de segunda em cabeças de gado bovino e suíno.

de Dourados).

Finalmente, a faixa do extremo Oeste do Estado, contitui o espaço de estrutura tradicional remanescente. Sofreu menor intervenção territorial por parte de políticas de governo, a não ser de caráter linear, sendo mais fracamente integrada ao território paulista. Nesse caso, entre os projetos governamentais de intervenção federal na área, destacaram-se os os eixos viários (ferrovia e BR-262) e atualmente o gasoduto. Trata-se, sobretudo, da área correspondente à planície pantaneira e aos terrenos de mineração (calcáreo, ferro, manganês e locais de antigos garimpos).

O Pantanal caracteriza-se como a área mais tradicional do ponto de vista econômico e cultural, com a menor densidade demográfica(1,3 hab/km²). Alí prevalecem os latifúndios de criação de gado de corte do tipo extensivo, sobre pastagens naturais. Corumbá é a cidade fronteiriça de apoio às atividades desenvolvidas nessa imensa planície, na condição de centro sub-regional, situada junto ao porto do rio Paraguai e no fim da linha ferroviária e rodoviária do Estado, sob a influência direta de Campo Grande.

Embora o Pantanal sul-matogrossense represente cerca de ¼ do território do Estado, possui apenas três municípios, sendo as três cidades-sede, portos fluviais junto ao rio Paraguai (Corumbá, Ladário e Porto Murtinho). Apenas Porto Murtinho está sob o influxo de Campo Grande, através da intermediação de Bonito. As outras duas subordinan-se diretamente à capital do Estado.

Já a região ao sul, localizada entre o Pantanal e a faixa central de áreas modernizadas, onde se incluem as microrregiões de Aquidauana e Bodoquena, aparecem como transição entre as duas. Está sob a influência de Campo Grande, com o apoio de centros intermediários, tais como Aquidauana (centro sub-regional) Bonito e Jardim (centros de zona). Trata-se de antigas áreas de mineração (garimpo, calcáreo, granito), com atividades agropecuárias em fase de transição para os moldes mais modernos.

5.4.10 Ampliação dos papéis urbanos de Campo Grande como polo aero-rodo-ferroviário e de comunicações

O contingente de população que adentrou a cidade de Campo Grande para estabelecer moradia, entre 1970 e 1996, foi de 461.392 pessoas. Representou 40% do total dos habitantes que vieram habitar os núcleos urbanos do Estado nesse período. Nesse caso, o número de moradores nesse período de 26 anos foi multiplicado quatro vezes e meia.

De 1970 a 1980, a população urbana foi duplicada, significando a entrada de 152.274 pessoas (32,6% do novo contingente urbano de Mato Grosso do Sul). Em termos relativos, Campo Grande apresentou uma das maiores taxas nacionais de incremento populacional ao ano (8%), chegando a apresentar, em 1980, 282.889 habitantes.

A década de 1980 foi uma das mais marcantes com relação à entrada de novos moradores. Esse fenômeno foi atribuído principalmente ao processo de modernização dos cerrados no Norte do estado. Entre 1980 e 1991, mudaram-se para Campo Grande 235.144 habitantes, ou seja, 47,4% do total dos novos moradores das cidades do Mato Grosso do Sul desse período. Esse período evidenciou uma concentração muito maior que a da década anterior, embora em termos relativos, a taxa de incremento anual tenha sido um pouco menor (5,6%). Em 1991, na área urbana de Campo Grande já havia 518.033 habitantes, quase duas vezes o montante apresentado na década anterior.

Desde 1960, Campo Grande passou a apresentar a maior taxa de urbanização[1210] dentro do Estado (87,4%), chegando em 1996 a 98,5%. Esse fenômeno foi acompanhado de uma significativa rarefação da população rural[1211]. Por outro lado, entre 1970 e 1990, já como capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande apresentou taxas de

urbanização superiores às nacionais e à região metropolitana[1212].

Desse modo, o índice de concentração da população urbana do Estado residindo em Campo Grande cresceu ainda mais nessa fase, indo de 29% em 1970 a 36,9% em 1996[1213], fortalecendo o fenômeno de macrocefalia urbana. O município de Campo Grande, em função disso, foi o que apresentou a maior densidade populacional do Mato

---

[1210] Entenda-se como taxa de urbanização, o total de população urbana sobre o total de população do Município.

[1211] De 1950-60, houve uma significativa perda de população rural dentro do Município (60,8%) , amenizada nas décadas seguintes, sucessivamente 2% na década de 60-70, 10,9% na década de 70-80 e 8,43% na década de 80-90. Somente a partir do primeiro quinqüênio da década de 90 (Contagem de População do IBGE de 1996), que o Município deu mostras de uma pequena recuperação, com um aumento de 8,3% da população rural.

[1212] A partir dos dados dos Censos do IBGE, pode-se observar que enquanto o Brasil apresentava entre os anos 1970/1980 e 1980/1991, acréscimos anuais médios de população urbana de 2,48% e 1,89% e a Região Metropolitana de São Paulo de 4,46% e 1,76%, os municípios de Cuiabá, Porto Velho e Campo Grande no Centro Oeste já apresentavam taxas muito superiores. Cuiabá atingira nestes períodos um crescimento de 7,76% e 5,92%; Campo Grande 7,69% e 5,50%; enquanto que Porto Velho cresceu 4,77% e 7,16%. Nesse sentido, há que se destacar também os casos de Goiânia e Brasília, especialmente no período 1970/1980. Brasília atingiu o maior índice de crescimento de todo o Brasil nesse período, ou seja, 8,15%, mas reduzindo bastante entre 1980/1991 (2,81%), o mesmo fato tendo ocorrido com Goiânia (6,54% e 2,29%). Isto significou, que entre as décadas de 50 e 80 na região, a população residente nas áreas urbanas, mais do que duplicou a cada dez anos.

[1213] Depois de Campo Grande, com base nos Censos (IBGE) a maior taxa de concentração está em Dourados (8,71 % em 1996), taxa que veio sofrendo decréscimos a partir da década de 1990.

Grosso do Sul (73,91 hab/km²) em 1996[1214].

Com o forte dinamismo econômico impregnado na cidade, em função da modernização do campo, grande parte dos empreendedores organizados para o atendimento das necessidades dos produtores rurais e pecuaristas, procuraram se localizar junto às principais vias de circulação, que colocavam a cidade em contato com as fazendas. Destacaram-se, nesse aspecto, os eixos viários em direção à saída de Sidrolândia, Dourados e São Paulo e Cuiabá. Em 1972, foi criada a Universidade Estadual em direção à saída para São Paulo, contribuindo tanto na ampliação da expansão urbana como do desdobramento das atividades de comércio e serviços nesse sentido.

Em 1973, iniciou-se a implantação de um minianel rodoviário[1215], para desviar o tráfego pesado do centro da cidade, mas rapidamente incorporado e ultrapassado pela malha urbana[1216]. Resultou também, por outro lado, na ligação das saídas da cidade entre si, articulando melhor a circulação interna da cidade, atraindo empreendimentos residenciais e comerciais para situações mais periféricas (Figura 35).

A consolidação desse desdobramento da centralidade, em termos de comércio e serviços, nos principais eixos de circulação radiais e da perimetral, deu-se principalmente a partir da implementação do Plano de Estrutura Urbana do Município. Este foi elaborado em 1978, pela equipe do arquiteto Jaime Lerner. Por meio desse instrumento, surgiu uma política municipal de fortalecimento dessa tendência (EBNER, 1999).

Por outro lado esses corredores de comércio e serviços transformaram-se nos principais eixos de expansão urbana, norteando o aparecimento de novos loteamentos (EBNER, 1999). Desse modo, nessa década, a tendência da malha urbana foi a de se estender na direção Sul (saída para Dourados e São Paulo), Sudoeste (saída para Sidrolândia) e Noroeste (saída para São Gabriel do Oeste e Cuiabá), assim como para o preenchimento de alguns interstícios internos (Figura 36).

[1214] A densidade média do Estado era de 5,38 hab/km2 em 1996 (SEPLAN, 1997).

[1215] O mini-anel rodoviário serve de limites à atual zona central. Constitui-se das avenidas Salgado Filho, Tamandaré, Mascarenhas de Moraes, Coronel Antonino / Ceará, Eduardo Elias Zahran (PLANURB).

[1216] Desse modo, essas vias passaram a ganhar nova função, ou seja, a de distribuir o tráfego local, desafogando a região central e facilitando ligações com bairros (PLANURB, 1999).



Foto: MS - Imagens

FIGURA 35 - Vista parcial de Campo Grande - 1997

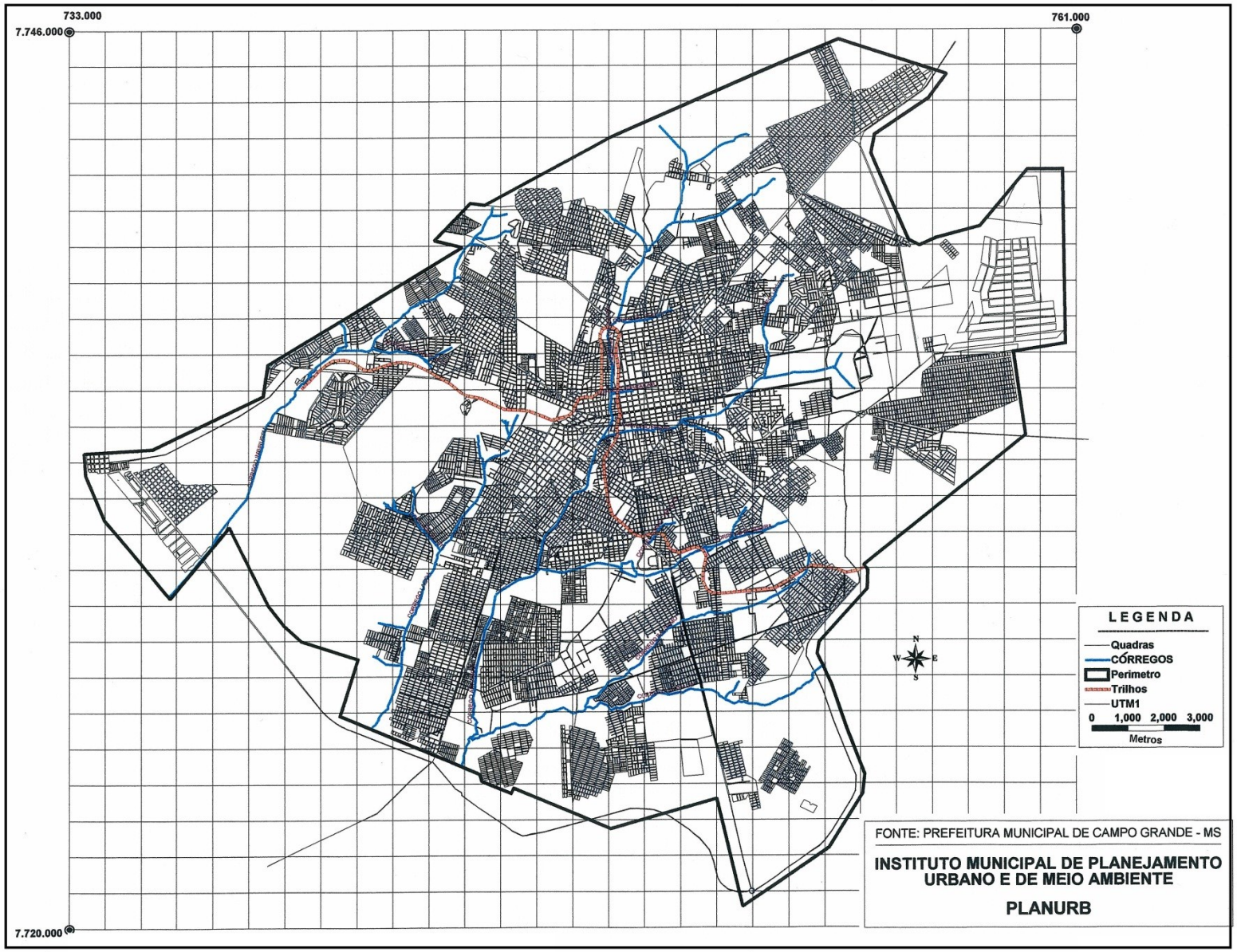


FIGURA 36 Tecido urbano de Campo Grande em 1998

A divisão de Mato Grosso em 1977, e a escolha de Campo Grande para exercer a função de capital político-administrativa, gerou espectativas no setor imobiliário. A instalação da capital em 1979 deu-se no início de uma fase recessiva do ciclo médio. Potencializada pelos efeitos da recessão do ciclo longo, foi considerada em nível nacional, a pior crise do século, fazendo parte da década perdida.

Essa situação favoreceu a aquisição de terras, também como forma de proteção da moeda contra a inflação, incentivando a atividade especulativa na cidade e a expansão de áreas loteadas numa proporção muito maior às necessidades de moradia daquele momento. Desse modo, a primeira metade da década de 80 foi bastante significativa, em termos de oferta de área loteada. A partir da instalação da capital até 1985 (em 7 anos), a expansão da malha urbana foi de quase duas vezes e meia, em relação à constatada de 1970 a 1979**.**

Este espraiamento do tecido urbano contribuiu para a presença de grandes vazios internos de área construída, embora muitos loteamentos tenham aparecido nos interstícios valorizados, deixados na fase anterior, de modo que o perímetro urbano não se estendeu na mesma proporção da década de 60[1217].

A preparação da cidade, com verbas da União, para abrigar o novo aparelho administrativo do Estado e a esperada multiplicação de novos moradores, caracterizaram a década de 80 por uma forte intervenção do Estado na construção do espaço urbano. Esse processo ocorreu, tanto por meio do financiamento de conjuntos habitacionais, como de construção de grandes obras de equipamentos públicos, destacando-se nesse caso a construção do "Parque dos Poderes"[1218] e do Núcleo Industrial.

A cidade foi incluída no Programa Cidades de Porte Médio, com recursos financeiros para a concretização do primeiro anel viário e canalização de córregos (Maracaju e Segredo). A posição periférica que foram ganhando essas novas áreas construídas, só veio contribuir para a ampliação do espraiamento da malha urbana, fortalecendo a organização da especulação do ramo imobiliário. O raio de ação das áreas de loteamento chegou a 15 km (Figura 37).

[1217] Isto quer dizer, que surgiram vazios de edificação ou edificações mínimas (em terras parceladas e não parceladas) dentro da malha urbana, considerando-se os terrenos de até 1.000 m2. Em 1982, o perímetro urbano foi ampliado para para 28.500 hectares, pela Lei nº 2052, de modo a incluir alguns conjuntos habitacionais feitos em zona rural e o Núcleo Industrial.

[1218] Local reservado para abrigar o aparelho administrativo do Estado.

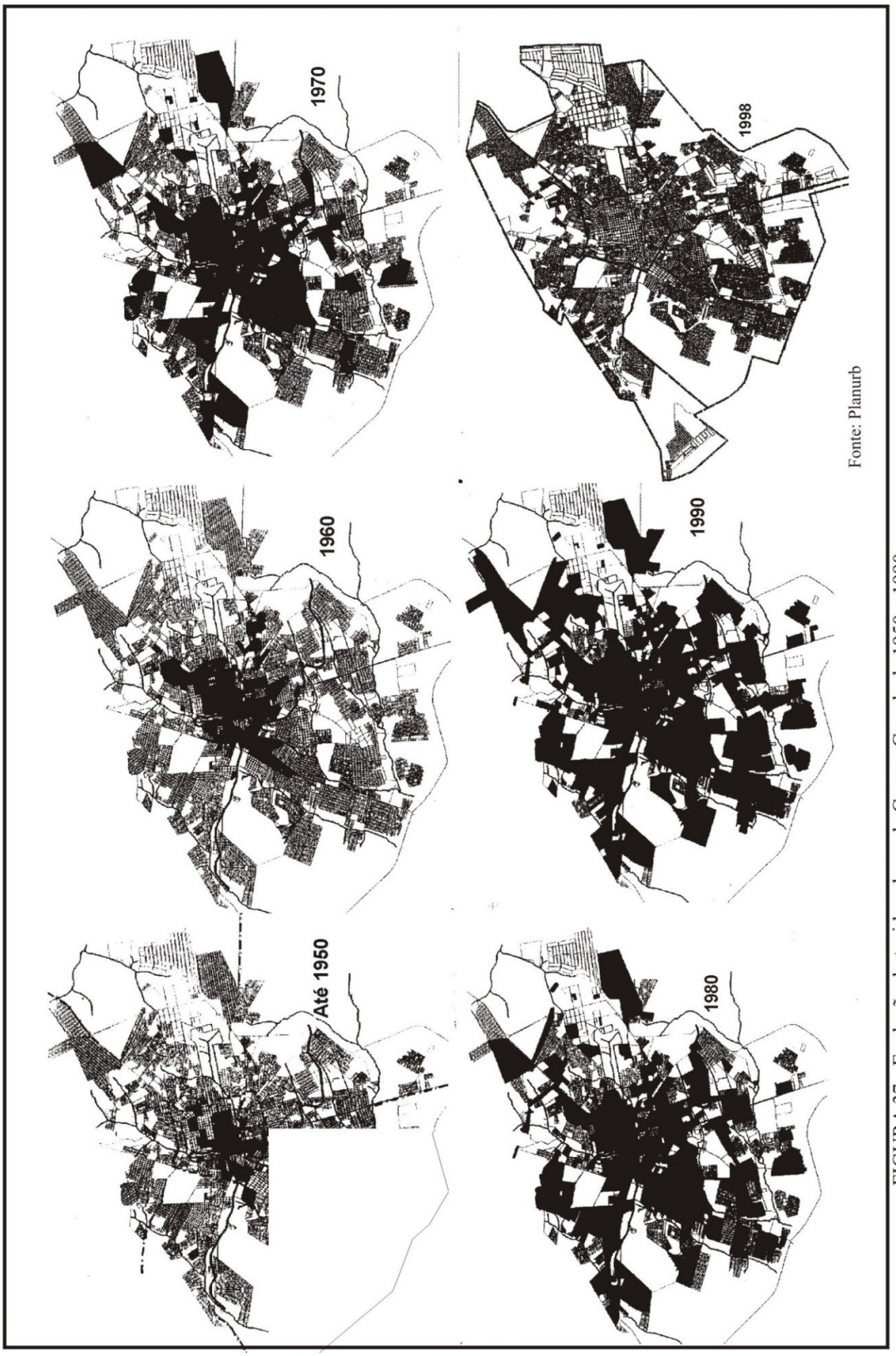


FIGURA 37 - Evolução do tecido urbano de Campo Grande de 1950 a 1990

Na segunda metade da década de 80, em plena curva de ascensão do ciclo interno juglariano em escala nacional, Campo Grande caracterizou-se muito mais pela aceleração da área construída. Esse processo teve maior destaque no período entre 1984-88 (Planurb)[1219]. A densidade de habitante por hectare em área loteada, segundo dados da Planurb, chegou a crescer de 33,3% em 1980 para 43,10% em 1991[1220].

A intervenção do Poder Municipal, em 1988, por meio da criação de uma lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo[1221] emergiu nessa época. Ela tentava coibir o avanço do tecido urbano para além de um perímetro urbano estabelecido. Ao mesmo tempo, trazia uma política voltada à ocupação dos interstícios e vazios não loteados. Padrões menores de loteamento foram constituídos (EBNER, 1999), visando o barateamento dos mesmos, para abrigar o já expressivo contingente de trabalhadores excedentes do campo, que vinha se acumulando na cidade.

No entanto, o estabelecimeno de zonas de uso residencial, comercial, industrial, institucional e de preservação[1222] com níveis diferenciados de restrições no tocante ao uso e ocupação do solo, só fez fortalecer a segmentação do território em processo. Acabou por favorecer também a organização do setor imobiliário no tocante aos preços de terrenos, consolidando processos de segregação social.

No final dessa década e início de 1990, tornou-se expressiva a verticalização na área central, deflagrada desde a década anterior (Figura 38). De acordo com estudos feitos pelos técnicos da Planurb, o órgão de planejamento urbano surgido em 1987, no período de 1980 a 1992[1223] a casa residencial foi a que mais se expandiu nesse período de análise (64% da área construída), seguida do apartamento residencial (12%). Depois da zona

[1219] De 1984 para 1985, registrou-se o maior índice de incremento de construções (72,5%), coincidindo justamente, com o fim dos subsídios governamentais ao campo (PLANURB, 1998).

[1220] Em 1992, a Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMUR apontava um número de 298.189 imóveis, sendo que os imóveis prediais representavam 48,7% do total, uma taxa já satisfatória em relação às décadas anteriores, quando os lotes vazios chegaram a representar o dobro dos construídos .

[1221] Lei 2567 de 08/12/88.

[1222] A preservação das áreas chamadas especiais, na Lei 2567/88, tinham vários destinos: ambiental, cultural, sócio-ambiental e para programas específicos do planejamento.

[1223] Cf PLANURB, 1995.

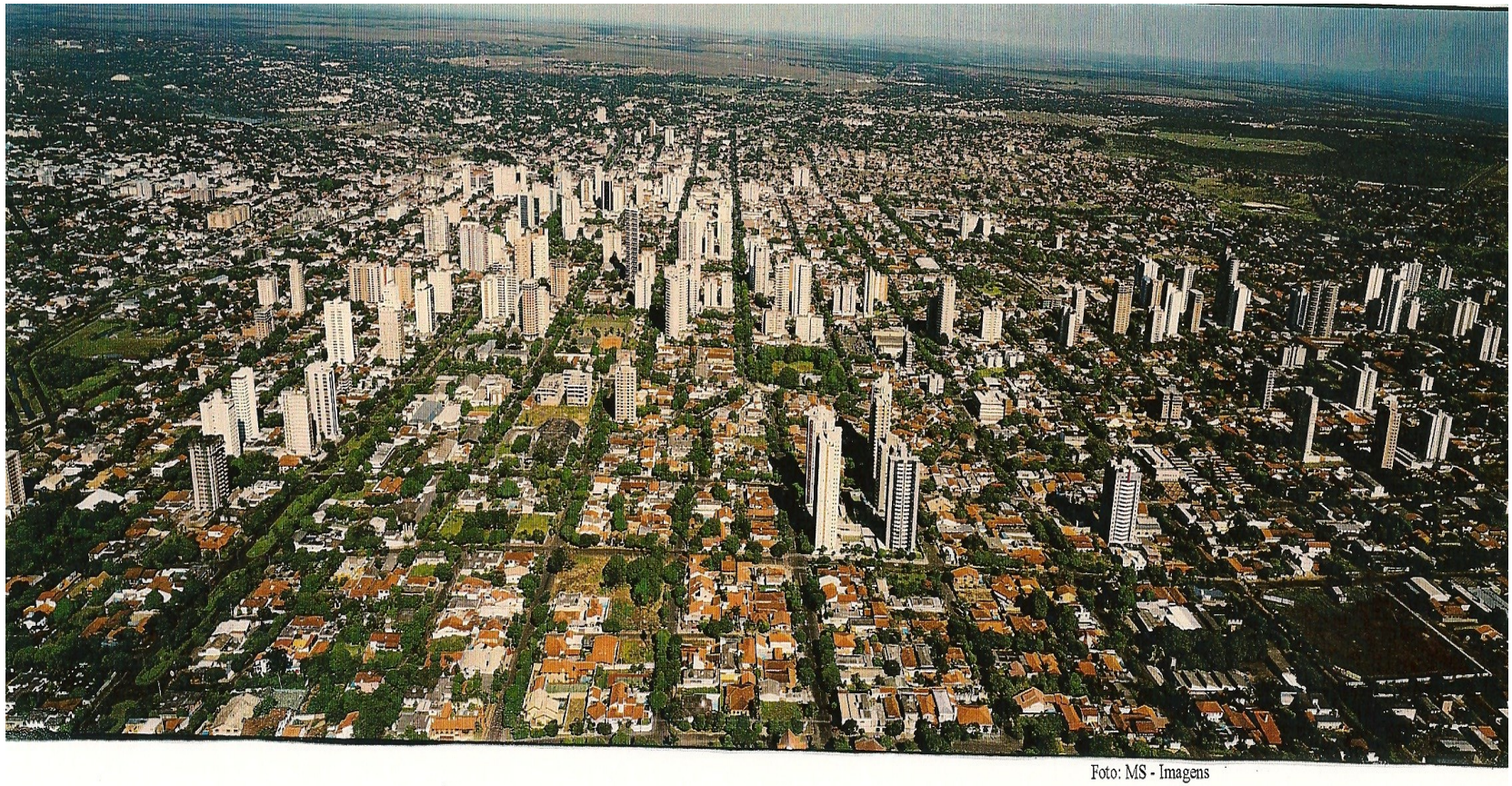


Foto: MS - Imagens

FIGURA 38 - Vista da área central de Campo Grande - 1997

central[1224] (34,6%), a zona Sul da cidade passou a ser contemplada com o maior número de construções. As participações das zonas Oeste e Leste foram similares (15%). Já a zona Norte foi a que menos recebeu construções (6,4%) nesse período, caracterizando-se até o final da década de 80, por uma paisagem de características ruro-urbanas.

No final dessa década (1989), o consumo da população concentrada na área urbana atraiu a presença de um *shoppping center* na zona Leste. Ficou mais próximo das modernas construções do Parque dos Poderes e ajudou a contribuir para a maior ocupação e forte valorização dessa área. Foi também a década caracterizada pela implantação na cidade, das grandes unidades de esmagamento de soja, com envasamento de óleo (Ceval, Zahran).

Mas com o aprofundamento da crise agrária (agricultura e pecuária) e a capacidade ociosa das agroindústrias, na década de 90, o ritmo de crescimento da população de Campo Grande foi menor, assistindo-se até mesmo à saída de população estadual em direção às novas áreas de fronteiras agrícolas. Por outro lado, tornou-se mais expressiva, em Campo Grande, a presença de mão-de-obra excedente do campo e da cidade, inclusive de índios desaldeados[1225]. Estes ficaram sujeitos a atividades informais e/ou assalariamentos sasonais e eventuais**,** ampliando a demanda por moradias (loteamentos sociais e conjuntos habitacionais) e, contribuindo para a maior suburbunização da periferia (Figura 39). Cresceu muito o número de famílias faveladas[1226].

Surgiu nesse período nova onda de loteamentos, inclusive de "loteamentos sociais" promovidos pelo Poder Municipal. Estes exerceram pressão para fora do perímetro

---

[1224] Para efeito de planejamento, a cidade foi dividida em zonas e setores, com base na Lei Complementar nº 5 de 22/11/95.

[1225] Através do Censo de 1991, constatou-se a presença de 1.336 índios desaldeados em Campo Grande, especialmente de terenas, além de alguns guaranis. Uma pesquisa feita pela presidência da Associação de Moradores do loteamento Marçal de Souza em 2.000, levou à constação que 80% dos adultos das 135 famílias índias assentadas, estavam sem emprego, portanto inadimplentes com relação ao pagamento de R$ 36,00 pela mensalidade do lote e moradia.

[1226] Em 1997, a cidade já continha 16.638 famílias vivendo em favelas, segundo a Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários- SEHAF, significando 12,7% das famílias campo-grandenses. A nova realidade tem exigido um maior esforço por parte dos administradores do Município, no sentido do suprimento de loteamentos sociais e conjuntos habitacionais. De 1988 a 1998, conforme levantamento feito por um dos relatores do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização, a participação do Estado na oferta de loteamentos, especialmente às camadas de baixa renda, foi de 33%. Nesse período, entre 37.920 lotes aprovados, 48,5% foram "loteamentos sociais" e 6,5% os loteamentos do tipo L4, destinados à população de baixa renda. Foi criado, no Município, desde..... a Empresa Municipal de Habitação- EHMA, responsável pela construção de conjuntos habitacionais em áreas de loteamento social. Até 1997, já havia atendido 6.432 famílias. Em 1999, destinou um conjunto especialmente para abrigar 135 famílias de ïndios desaldeados, no bairro Tiradentes. Importante lembrar, que a COHAB/CDHU chegou a implantar na periferia de Campo Grande, ainda na década de 80, os maiores conjuntos habitacionais do Estado, ou seja as Moreninhas (3 conjuntos contíguos) e o Aero Rancho, respectivamente com 3.996 e 2.735 habitações (6.731 unidades), destinando-as aos segmentos sociais de baixa renda. Existem 10.000 famílias incritas para novas moradias.

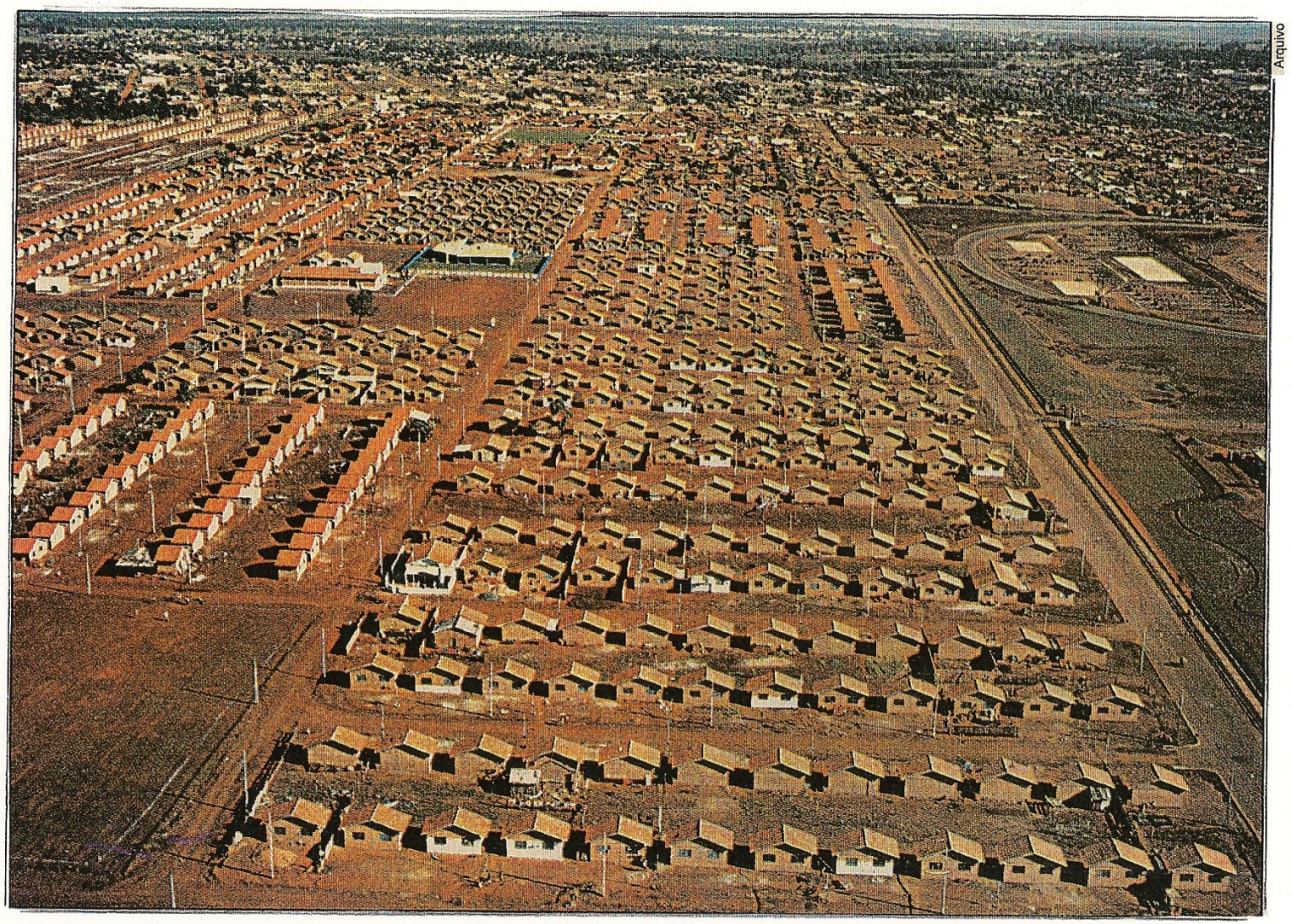


Foto: Jornal Correio do Estado

FIGURA 39 - Conjunto habitacional Aero Rancho – um dos aspectos da periferia urbana - 1999

urbano, induzindo a modificação da lei anterior[1227] . Os empreendimentos de construtoras na edificação de prédios de apartamentos voltaram-se principalmente para as camadas socias de renda média e alta. Tiveram melhor resposta junto ao segmento que buscou se proteger da alta desvalorização da moeda, num momento de excessiva inflação.

Do ponto de vista de sua estruturação, a situação de nó viário da cidade de Campo Grande foi definitiva. As vias de circulação extra-municipais, irradiadas do centro ajudaram a definir a configuração espacial e a vida de relações na cidade. Atribuiu-lhes um aspecto radial, com território espalhado e várias interrupções no tecido urbano, apontando maior acentuação de crescimento e adensamento ao Sul, Sudoeste e Noroeste (Figura 40).

O anterior mini-anel e o macro-anel rodoviário em construção e mais periférico, ao ligarem as vias estruturais entre si, constituídas pelas várias saídas da cidade[1228], atribuíram maior fluidez ao tecido urbano constituído. Nesse sentido, é importante lembrar ainda, que o macro-anel deverá extrapolar o perímetro urbano atual, principalmente ao Norte da cidade, para onde a mancha urbana não se expandiu, avançando num raio de mais de 5 km (Figura 41).

A pavimentação asfáltica, além de atingir toda região do centro, avançando ainda num raio de até 600 metros a Oeste e Sudoeste, atinge todas as vias estruturais, mini e macro-anel e trajetos de coletivos urbanos, além de várias áreas residenciais e de serviços isoladas do centro.

Se a rede viária implantada dentro da cidade é capaz de constituir meios fluídos de circulação, os meios de transporte existentes também vem contribuindo no mesmo sentido. A implantação de um sistema integrado de transporte coletivo, ainda em processo, vem sendo um desses fatores. No entanto, mesmo que o sistema coletivo de transportes, já consiga responder pelo movimento diário de quase metade da população da cidade (Planurb),

[1227] Desse modo, em 1994, a Lei nº 3.107 ampliou o per/imetro para 33.419 há e 7.661, 5746 m2.

[1228] Os principais eixos de transporte, que constituem as saídas da cidade são as avenidas Costa e Silva, Duque de Caxias, Júlio de Castilho, Tamandaré, Coronel Antonino, Tiradentes / Marechal Deodoro e Euler de Azevedo.

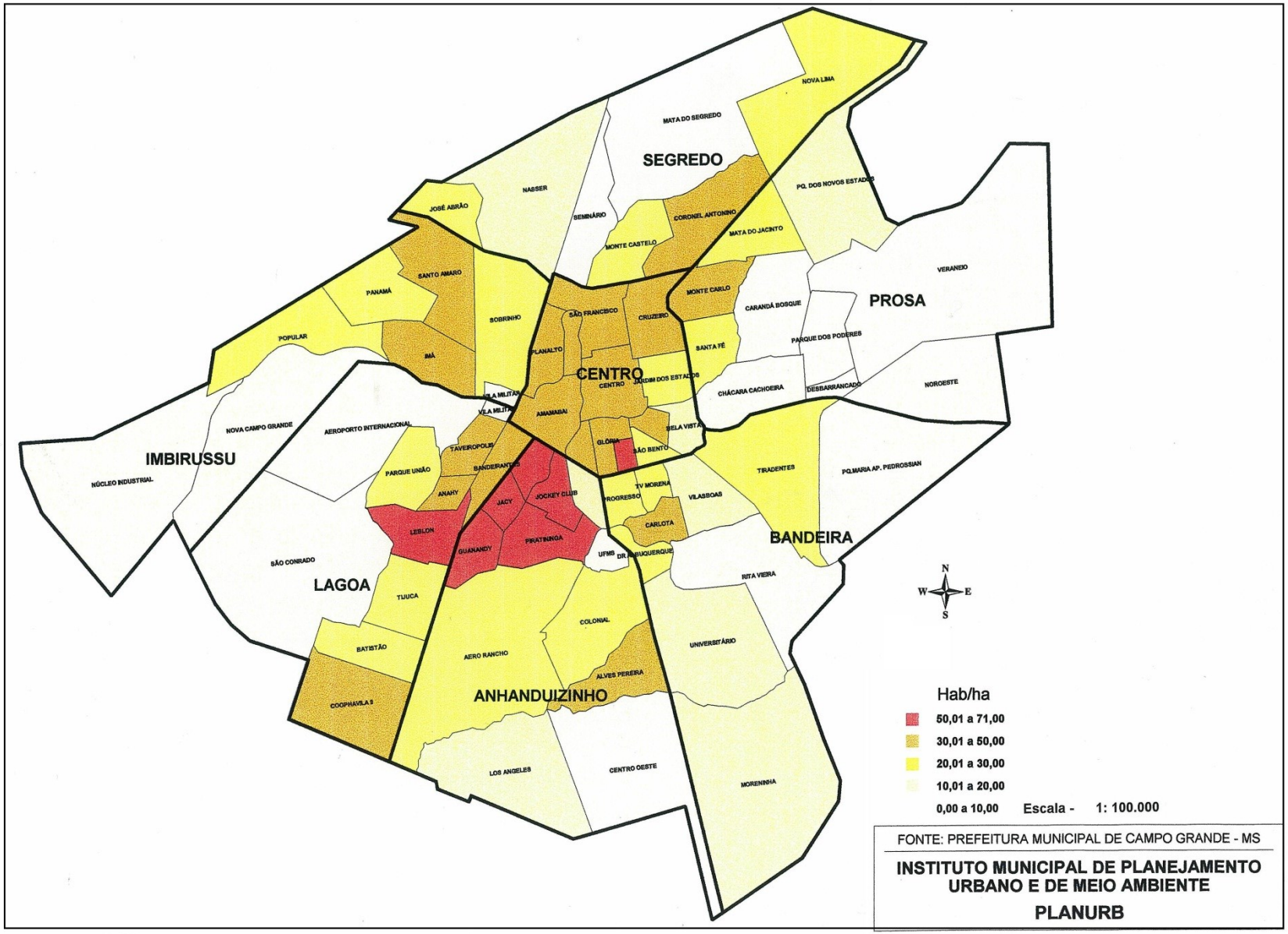


FIGURA 40 **Densidade demográfica de Campo Grande - 1996**

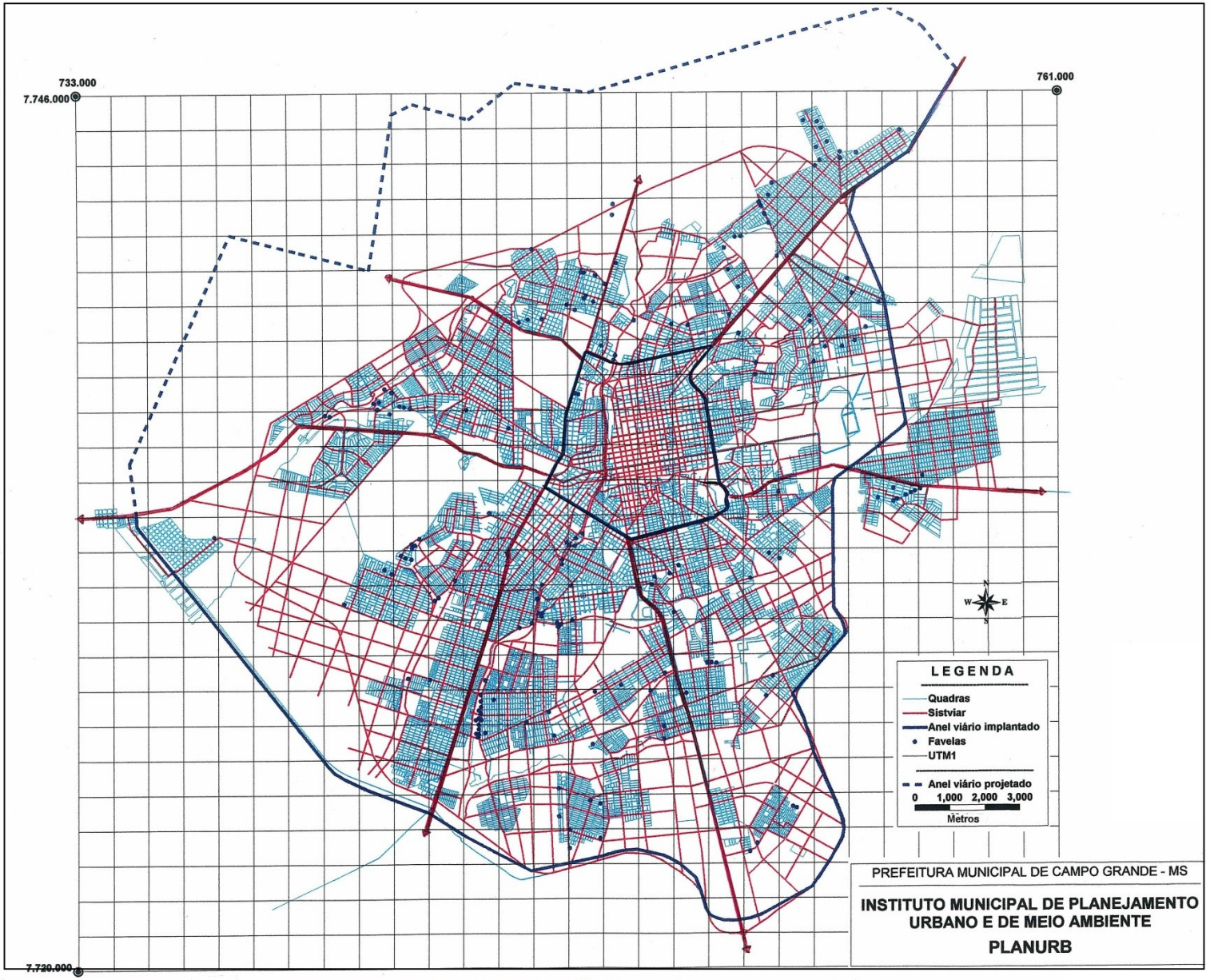


FIGURA 41 Sistema viário e favelas de Campo Grande - 1998

está apenas em parte integrado[1229]. Desse modo, 75% dele ainda inclui articulação direta entre centro e bairro (Planurb), de modo a favorecer a dependência da população usuária de baixa renda, ao tradicional centro de comércio e serviços (Figura 42).

Outro aspecto importante diz respeito à quantidade de meios de transportes individuas circulando pela cidade. Em 1996, segundo o IBGE, havia 140.502 motoristas com veículos, significando quase ¼ da população total (1 veículo para cada 4,67 habitantes).

A fluidez da informação também foi ampliada com a expansão dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo em que o número de telefones residenciais sofreu duplicação entre 1991-97, a possibilidade de ligação foi complementada com mais 32.091 celulares introduzidos até esse ano. Por outro lado, a cidade já conta com 6 provedores de *internet* na cidade, com um número significativo de usuários.

Os empreendimentos dispersos, quando conectados à trama constituída pelas redes de transporte e comunicação, frutos da ciência e tecnologia, passam a exercer papéis específicos no espaço funcional da cidade[1230].

Por outro lado, quanto mais os indivíduos se incorporam às redes implantadas e aceleram suas ações no espaço, mais ativam os pontos de encontro,

Quanto mais esses indívíduos vivem a urbanidade, menos vivenciam o espaço de vizinhança e mais ativam os pontos de encontro e de consumo. Para esses, a cidade foi se tornando muito mais um lugar de passar, do que de conviver.

Os nós dessas redes tornaram-se expressão de novas centralidades (*shopping centers*, centros de exposição, centros especializados), pontos de encontro, locais de produção e mesmo de moradias (condomínios fechados, centros residenciais).

A partir de 1995, foi instituída a Política de Desenvolvimento para o Município e cidade[1231], criando-se o Sistema Municipal de Planejamento[1232] com ampla

---

[1229] O sistema urbano de coletivos em Campo Grande, conta atualmente, com 420 ônibus circulando em horários de pico, pertencentes a 5 empresas, cumprindo 144 itinerários, sendo que 35% dos mesmos já estão integrados através de 4 terminais de transbordo e 1 de integração. Essa integração deverá até março de 2.000, atingir 55%, com o término de mais três terminais e reforma dos primeiros. Mesmo havendo articulação entre os terminais, o centro e os bairros, ainda são mantidas 111 linhas convencionais que fazem trajetos diretamente entre bairro e centro. Além dos ônibus, operam 20 microônibus, padrão executivo, operando com 5 linhas especiais, também estabelecendo contato entre o bairro e centro.

[1230] Destaque-se aqui, alguns empreendimentos, que em 1999, serviram para indicar a existência de segmentos sociais interagindo entre si e com pessoas de fora de Campo Grande via *Internet* (06 provedores) ou se utilizando da rede telefônica para solicitar serviços ou bens com entrega rápida a domicílio (14 serviços de disque-pizza, 17 de serviços de entrega domiciliar rápida de alimentos prontos, 25 empreendimentos de confecção e entrega de cestas de manhã).

[1231] A finalidade da política de desenvolvimento apontada na lei complementar n° 5 de 22/11/95, era voltada ao desenvolvimento das potencialidades econômicas, redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços públicos essenciais e a melhoria da qualidade de vida e do ambiente.



Foto: Retrato de Campo Grande - Executivo Publicações Ltda

FIGURA 42 - Rua 14 de julho - tradicional centro de comércio e serviços - 1999

participação da comunidade[1233] e o Plano Diretor de Campo Grande[1234]. Foram propostas, através do plano diretor, diretrizes básicas de desenvolvimento e a divisão da cidade em regiões de planejamento (Figura 43). A assessoria técnica coube ao Instituto Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, Planurb, criada em 1987[1235].

Começa a emergir na realidade urbana a sociedade inserida na rede de fluxos, com suporte em linhas e pontos, um espaço formado por um conjunto de localizações interconectadas, cada rede com uma regra própria de gestão.

Por outro lado, persiste a sociedade que ainda vive apenas o espaço contínuo, constituíndo unidades de vizinhança (Figura 44).

De um modo geral, fazem parte da realidade vivida no espaço contíguo, as camadas sociais de baixa renda, usuárias dos transportes coletivos, fato que explica seu maior relacionamento com o centro, como local de abastecimento. A forte presença desse tipo de consumidor no centro, explica o recente surgimento de um grande número de atividades voltadas à oferta de bens e serviços, visando o atendimento a esse tipo de demanda.

Já as redes são vivenciadas, tanto pelas camadas sociais de renda média e alta, como pelos indivíduos com carro particular. Alimentam os fluxos das redes, de modo a constituir novas modalidades de centros, intensificando as suas especialidades, criando novas divisões territoriais de trabalho, acelerando a circulação dentro da cidade (Figura 45).

Desse modo, as modernas obras de infraestrutura de transporte e comunicação, vêm impondo um sistema de conexões em rede, entre empreendimentos, pessoas e lugares, dando origem a uma teia de linhas e pontos, por onde fluem pessoas, mercadorias, dinheiro, serviços e idéias. Quanto mais avançam as redes, maior o aumento das conexões, já que novos pontos e linhas são ativados.

[1233] O canal de participação das comunidades passou a ser o "conselho", órgão consultivo e proponente. Desse modo, além do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização-CMDU, que discute a política de desenvolvimento do Município e da cidade, existem os conselhos municipais para discussões e proposições de resolução a vários temas que afetam a vida do Município e da cidade (ambiente, turismo, agricultura e pecuária, criança, entre outros) e os conselhos regionais que atuam no âmbito de cada Região Urbana de planejamento, acompanhando a elaboração dos planos locais. Os Conselhos Municipais e os Conselhos Regionais trazem subsídios ao CMDU (PLANURB).

[1234] O Plano Diretor faz parte da mesma lei que instituiu a política de desenvolvimento do Município e da cidade. Além de definir a função social da propriedade para a cidade, estabeleceu na forma de diretrizes, os critérios e instrumentos jurídicos para a gestão dessa política, assim como os instrumentos para descentralizar a administração e as ações do planejamento urbano. Nesse sentido, ficou definido no Plano Diretor, para efeito de planejamento, 6 regiões urbanas (dentro da cidade) e duas regiões ligadas a áreas urbanas de dois distritos: Rochedinho e Anhanduí. Cada região foi alvo de um plano local específico, elaborado a partir da consulta feita ao conselho regional respectivo (PLANURB).

[1235] A PLANURB foi criada como uma unidade de planejamento vinculada à Secretaria Municpal de Planejamento e assessorada pelo CMDU, instituído ao mesmo tempo, pela lei complementar n° 5. Em 1997, transformou-se no Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, responsável pela coordenação da política urbana e ambiental do Município.

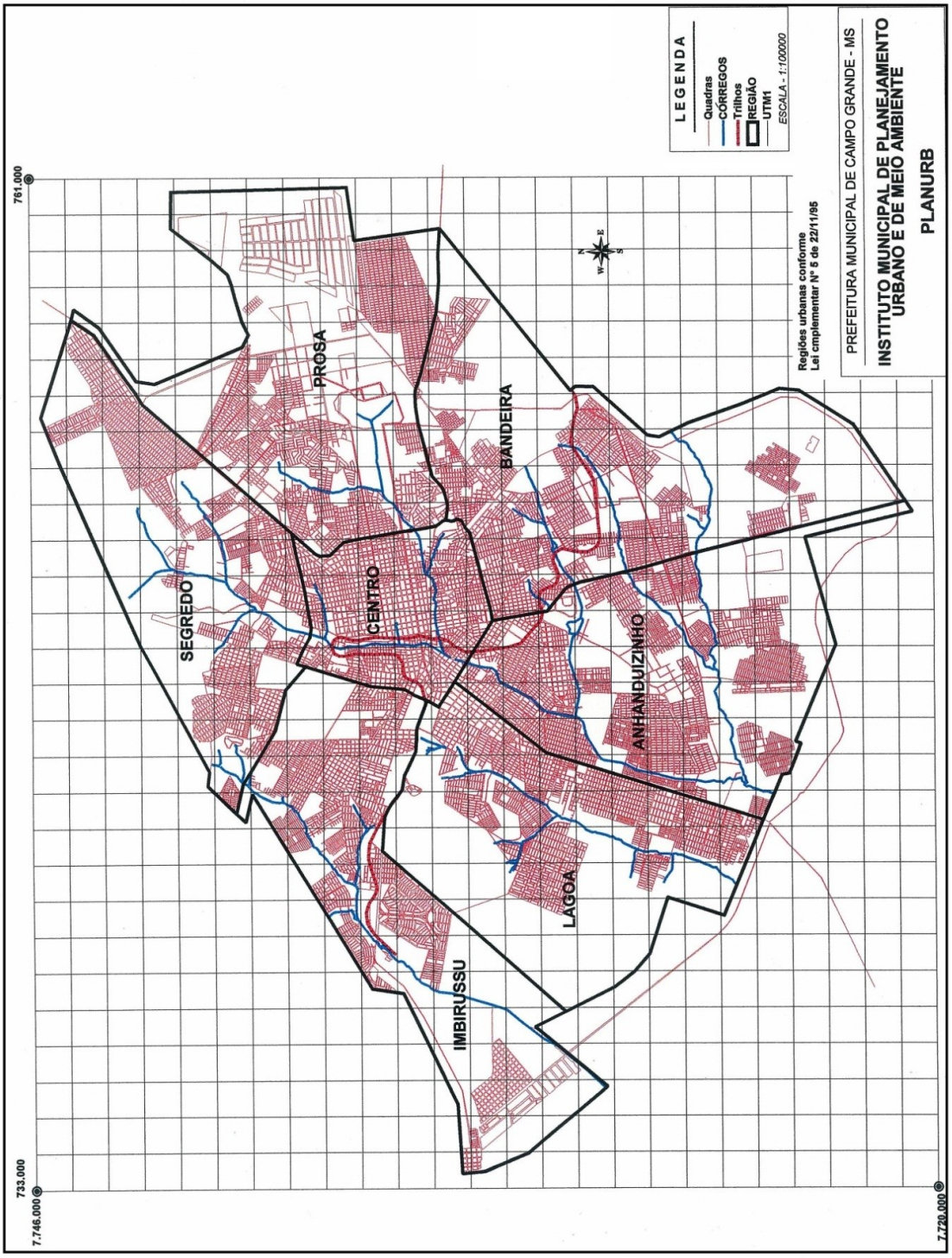


FIGURA 43 Regiões urbanas de planejamento de Campo Grande - 1998

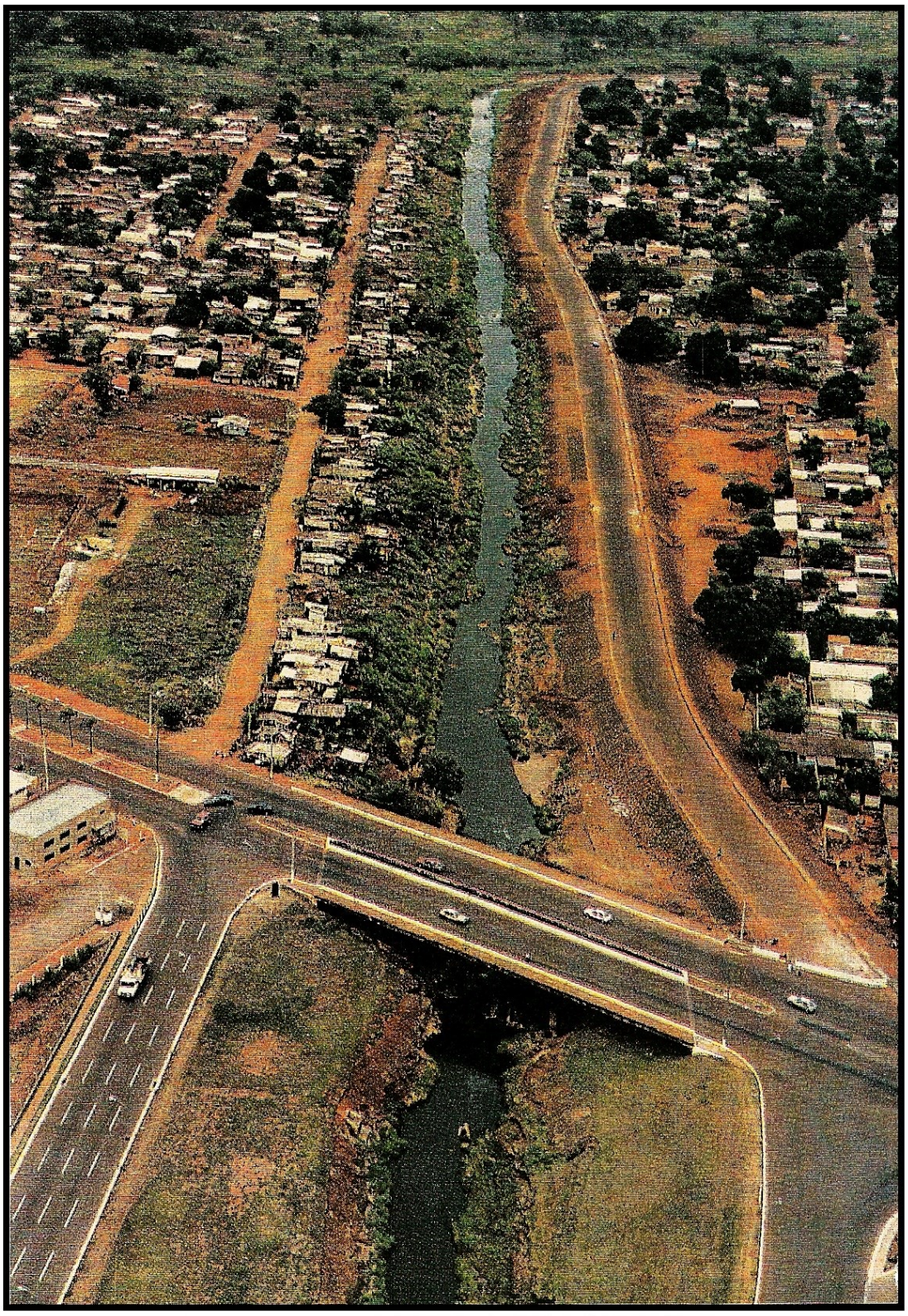


Foto: Jornal Correio do Estado

FIGURA 44 – MODERNOS EIXOS VIÁRIOS PASSANDO PRÓXIMOS DA FAVELA LOCALIZADA AO LONGO DA MARGEM DO CÓRREGO ANHANDUIZINHO – 1999



Foto: MS - Imagens

FIGURA 45 – AVENIDA AFONSO PENA – EIXO VIÁRIO PRINCIPAL DA "REGIÃO CENTRO" DE CAMPO GRANDE - 1997

CONCLUSÃO

As relações espaciais sincrônicas foram fundamentais ao entendimento das articulações das duas unidades de análise aqui selecionadas (Mato Grosso do Sul e Campo Grande) tanto com escalas superiores, como inferiores do sistema capitalista. As propriedades de cada unidade hierárquica foram compreendidas através das relações mútuas internas e entre si, revelando, a estrutura do sistema e as particularidades das unidades de análise.

No entanto, a análise diacrônica, dos sistema capitalista, buscando detectar intervalos de tempo que pudessem conduzir a compreensão, foi revelador da dinâmica dos processos que caracterizaram essa mobilidade temporal. Tendo como referência o estado primitivo, pode-se avaliar o grau de desenvolvimento temporal dos estados conseqüentes, aperfeiçoando-se a análise.

Assim, a compreensão das condições específicas em que se constituiu a formação sócio-espacial do Mato Grosso do Sul, como se pode constatar, remeteu às articulações, ocorridas desde o período colonial, até os dias atuais.

A condição de relativo isolamento que o Estado ainda usufrui na formação sócio-espacial brasileira e os traços culturais característicos dos países platinos, presentes especialmente entre as coletividades menos afetadas pelo processo de modernização, podem ser melhor compreendidas, quando se atenta para as condições territoriais e sócio econômicas de Mato Grosso do Sul, frente à combinação dialética com as sociedades ibéricas, durante o período colonial.

De fato, reportando-se ao período colonial, pode-se avaliar não só a importância dada à bacia do Prata, como rota de interiorização ao continente pelo Sul, como a situação de Mato Grosso do Sul no limiar de duas ordens coloniais, portuguesa e espanhola e o significado distinto atribuído por cada uma dessas sociedades, na dinâmica do processo que caracterizou o período colonial.

Foi possível verificar ainda, no decorrer do processo da formação sócio-espacial sul-matogrossense, que os modelos de auto-organização ocorreram também nos níveis da consciência coletiva, como uma outra dimensão da ordem social. A consciência de mundo, como se pode perceber, esteve estreitamente relacionada às percepções e valorações do ambiente natural e social.

No entanto, as ações sociais sobre o ambiente natural e social não se deram apenas pela forma de percepção. As várias formas de valoração que a sociedade foi atribuindo, ao longo do tempo, aos diversos componentes do território, tanto de origem natural como social, deram-se, também, em função de mercados constituídos, das forças produtivas locais e das condições existentes e/ou criadas de acessibilidade aos lugares. Portanto, na dimensão do econômico é que se definiu o que deveria ser aproveitado e, do político, as decisões sobre as ações engendradas.

Mas, as articulações entre formações sociais, no sentido da integração dialética, alterando as estruturas produtivas e afetando as superestruturas sociais, dependeram, em última instância, da profundidade do nível de relações estabelecidas entre elas.

O valor atribuído ao lugar, seja pelos espanhóis ou portugueses foram fundamentais no efeito desse movimento dialético de formações sócio-espaciais, sob forma de combinações ou conflitos sociais, como também de maior ou menor integração econômica e política entre lugares.

Desse modo, a partir do momento em que os espanhóis, sob regulações do padroado, atribuíram ao lugar, a função de Missões indígenas, sob a responsabilidade da Igreja, tanto a sua organização como sua vida de relações ganhou um sentido diferenciado daquelas outras áreas da colônia, cujo interesse básico era a exploração de recursos minerais.

Nas Missões, preponderaram os interesses da Contra-Reforma e os valores da Igreja, resultando em organizações autárcicas, com excedentes voltados para necessidades eventuais da própria coletividade missioneira, portanto em sistemas relativamente fechados e isolados. As unidades produtivas missioneiras de auto-subsistência, tiveram como característica, o relativo isolamento, ou seja, não foram articuladas nas suas origens, a outros lugares, por práticas comerciais. Nesse caso, a interação dialética entre duas formações sociais, a comunidade tribal indígena e a sociedade feudal-mercatilista espanhola, possibilitou mais combinações do que conflitos, tanto no nível das estruturas produtivas, como das superestruturas, preponderando a visão teocêntrica e intuitiva de mundo..

No entanto, as condições criadas pela ordem espanhola, ao favorecer o maior preparo da força de trabalho indígena para produção de excedentes, no espaço das Missões, dotou-as de novo significado em termos de potencialidade de mão-de-obra para a economia mercantil, praticada na colônia portuguesa. Mas, os movimentos apresadores dos portugueses bandeirantes em direção às Missões Jesuíticas, além de ocorrer sob condições de

confrontos e conflitos, provocou desequilíbrio na dinâmica das Missões, sem entrar propriamente em unidade dialética com elas. Ao mesmo tempo em que a prática do apresamento indígena significou realimentação positiva ao sistema escravista brasileiro ameaçado de entropia, foi de caráter dizimador/desestruturador das coletividades missioneiras do Mato Grosso do Sul. Esse processo somado aos efeitos da Guerra do Paraguai, contribuíram no forte caráter anecumênico da área.

As primeiras formas de integração dessa formação sócio-espacial ao território brasileiro só foram ocorrer, de fato, no contexto das relações estabelecidas pelo sistema capitalista industrial, em sua primeira fase depressiva, quando o Brasil demonstrou também, o primeiro esforço de crescimento interno, via substituição de importações.

A existência de cavalos e muares, remanescentes das Missões, foram novas condições a dotar o lugar de valor, pelos criadores de gado da região cuiabana, onde se processou a substituição de importações, nessa fase. Mas, o novo tipo de relações estabelecidas entre criadores de gado do Norte e comunidades indígenas ao sul do rio Piquiri, embora envolvessem pactos de amizade, também não favoreceram a unidade dialética entre as duas formações sócio-espaciais. De um lado, as coletividades indígenas abertas à troca, nesse estágio, foram aquelas reorganizadas por novos contatos com ordens religiosas européias. De outro, as únicas formas de organização materializadas no território, por interferência das sociedades externas, foram as fortificações militares, visando garantir a política do território brasileiro.

Durante a segunda fase ascensiva do capitalismo industrial, quando o Brasil buscou aprofundar sua participação na Divisão Internacional do Trabalho, o Mato Grosso do Sul ganhou significado, em termos de potencialidades naturais (erva-mate e pastagens naturais) e pelo gado remanescente das Missões.

Entretanto, se a vitória militar sobre a disputa da área com os paraguaios, através das colônias militares permitiu a incorporação política definitiva no território brasileiro, o mesmo não ocorreu do ponto de vista das relações econômicas. Com a abertura do rio Paraguai à navegação, houve o redirecionamento de tais relações para os portos platinos.

Nos contatos comerciais com formações sócio-espaciais platinas ocorreram relações capazes de promover modificações, na estrutura econômica, como a organização de saladeiros, dos latifúndios feudais de criação de gado e extração de erva-mate. O índio foi

sendo novamente valorizado como força de trabalho, submetido a relações do tipo feudal. A percepção do índio como força de trabalho nessa condição tornou-se um traço ainda característico da mentalidade das atuais gerações, mesmo sendo muito pequena a sua representatividade no conjunto da população[1236].

Mas as relações estabelecidas naquela época, por meio dos portos platinos, foram foram especialmente para troca de mercadorias. A não ser no caso dos paraguaios, os movimentos populacionais oriundo dos países de contato foram pouco significativos. Além disso, grande parte da população migrada pela bacia do Prata se evadiu, quando as relações comerciais se enfraqueceram. Portanto, foram superficiais os efeitos da integração cultural com os argentinos e uruguaios.

Os efeitos de integração entre formações sócio-espaciais internas, como se pode apreciar, passaram a ocorrer efetivamente, com a internalização brasileira do polo industrial, transformando o Mato Grosso do Sul em sua periferia, por força do raio de ação de suas perturbações, causando a mudança do polo comercial do porto platino (Corumbá) para Campo Grande.

Quando houve a internalização do polo industrial no país, o mesmo se apresentou como um imenso território desigualmente ocupado[1237], com formações econômicas regionais de diversas temporalidades. O grau de desenvolvimento dessas economias relacionava-se estreitamente com o estado geral de intercâmbio com as áreas externas[1238].

O Mato Grosso do Sul, além de um anecúmeno de recente incorporação política ao território nacional, estava numa forte condição de isolamento, não só em relação às outras regiões brasileiras, como ao espaço nacional, em termos de relações sócio-econômicas.

[1236] Em 1994, segundo estimativa do IBGE, contava-se com apenas 31.067 indígenas no Mato Grosso do Sul.

[1237] A situação brasileira, no momento da industrialização foi muito diversa da Inglaterra. Na Inglaterra, as inovações nos métodos produtivos, emergiram no campo (Revolução Agrícola), numa condição de indisponibilidade de terras frente a um grande contingente populacional, gerando disputas, cercamentos e expropriaçào de mão-de-obra do campo. As inovações avançaram posteriormente para o setor manufatureiro, propiciando a industrialização. No caso brasileiro, a industrialização deu-se pelo processo de incorporação tecnológica e numa situação de abundância de terras ainda pouco acessíveis e habitadas. A estruturação da produção agrícola deu-se em áreas novas, remanejando-se para elas, o excedente de mão-de-obra de algumas áreas tradicionais (RANGEL, 1968).

[1238] O comportamento regional frente à emanação de inovações emanadas do centro interno da economia e do centro dinâmico do sistema internacional, ao ampliar conexões entre si, não foi o mesmo. Cada região procurou ajustar-se às mudanças conjunturais e estruturais, seja por efeito das alterações emanadas do polo industrial interno da economia ou do centro do sistema capitalista, em função de suas particularidades internas e da magnitude do impacto sobre si, oriundo das áreas externas (RANGEL, 1968).

Por outro lado, a conexão das áreas produtivas aos portos platinos (brasileiro e paraguaio)[1239], além do forte isolamento em relação ao restante do corpo do país, propiciou um pronunciado espírito de autonomia econômica e territorial por parte dos latifundiários-comerciantes[1240].

Como se pode evidenciar, as conexões estabelecidas entre formações sócio-espaciais do mundo capitalista foram muito mais amplas e profundas no período de dominância do capitalismo industrial[1241]. As perturbações causadas pelas inovações do centro dinâmico no processo produtivo foram dotadas de uma dada constância e uniformidade, com ondas mais freqüentes e cadenciadas, atingindo raios de ação mais amplos no território.

As grandes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais na formação social brasileira, resultantes desse movimento no tempo, também foram dotadas da mesma simetria de ritmo. Do mesmo modo, pode-se percebê-las também nos efeitos sócio-econômicos da emanação dos ciclos médios, a partir do polo industrial interno.

As relações estabelecidas entre o Mato Grosso do Sul e o polo industrial paulista também tiveram mão dupla (ida e vinda de mercadorias), acompanhadas de vagas rítmicas de movimento migratório, tanto sob forma de mão-de-obra excedente, como de empreendedores. A volta para o centro dinâmico industrial paulista, transformou-se em uma das particularidades do caminho estabelecido pela sociedade local na busca do desenvolvimento.

Na medida em que as relações foram se aprofundando, a situação de atraso relativo ao centro dinâmico foi sendo percebido como inaceitável, necessitando de nova superação. Desse modo, os processos de manifestação de mudanças no Mato Grosso do Sul, ao ser atingido pela industrialização no campo, mostrou tendências em exibir a mesma cadência rítmica.

[1239] O polo comercial da região estava nos portos, com atuação de comerciantes regionais e internacionais.

[1240] O capitalismo industrial do século passado, ao propiciar oportunidades de ligações entre a burguesia internacional e o fazendeiro, mediadas por comerciantes, ao mesmo tempo em que permitiu o enfeudamento das unidades produtivas rurais brasileiras, dando origem à classe do latifundiário-comerciante, possibilitou um maior isolamento entre as unidades e regiões produtivas entre si, ao mesmo tempo ligando-as, por rotas de circulação comercial aos portos de exportação. Do ponto de vista da organização do espaço, o Brasil passou a se constituir de verdadeiras ilhas econômicas internas (RANGEL, 1968).

[1241] No mercantilismo, os fluxos de conexão entre os sistemas sociais foram praticamente unidirecionais, implicando em movimentos predominantes de produtos da colônia para a metrópole. Durante a vigência do sistema capitalista industrial, além da ampliação do número de lugares conectados no globo terrestre, os fluxos foram se tornando cada vez mais densos, freqüentes e acelerados, com ida e volta de produtos (produtos primários e produtos industriais), sendo ampliadas também as comunicações. Portanto, os resultados da unidade dialética foi mais marcante entre duas formações sociais, não só porque as conexões foram mais profundas, como foi maior o nível de interferência de um sistema sobre o outro.

Em cada estágio do crescimento da economia brasileira, nas fases ascensivas e recessivas do ciclo do sistema capitalista, passaram a ocorrer avanços da fronteira agrícola. A cada alteração da força produtiva, sob os avanços da fronteira agrícola, houve adequação das relações de produção no campo, sucessivamente, não capitalistas, pré-capitalistas e capitalistas, até internalizar o polo industrial.

Quando a modernização agrícola foi atingida pelos processos industriais de produção, em meados da década de 70, os movimentos dos ciclos de Juglar também passaram a se expressar no arranjo das atividades econômicas, permitindo evidenciar a emergência da agroindústria de capital regional e nacional, no ramo da soja. Por outro lado, a internalização do pólo industrial, no Estado, traz consigo relacionamentos cada vez mais estreitos entre a classe industrial e a empresarial agrícola, ao mesmo tempo em que a classe latifundiária tende a se desagregar.

O esforço posterior de substituição de importações no Mato Grosso do Sul esteve não só, muito relacionado com a magnitude das perturbações externas sobre suas economias, como também com a condição de território "vazio" de população e meios materializados em termos de infraestrutura e estrutura produtiva próprios da Modernidade.

Nesse sentido, os efeitos das intervenções da União, desde a extensão da ferrovia, e durante os governos militares, no processo de modernização agrícola do Estado, visando ampliar exportações, antecedido pela implantação da infra-estrutura de transporte, armazenagem e comunicação, foram de grande impacto. Os novos recursos materiais introduzidos, sem necessidade de sucateamento dos capitais imobilizados, puderam ocorrer de forma acelerada, com efeito de grande magnitude sobre o Estado. Esse processo manifestou-se pelas altas taxas de crescimento econômico e urbanização, chegando a superar as médias nacionais. Esse processo de crescimento acelerado ainda é marca característica do Estado.

No entanto, não só se materializou no espaço de intervenção, um moderno meio técnico-científico e informacional, com acesso a novas tecnologias de produção agrícola e agroindustrial, às quais se buscou ajustar as relações capitalistas de produção, como o Estado recebeu um importante contingente de população técnica e intelectual, paralelamente ao crescimento das universidades e instituições de pesquisa. Levando-se em consideração a diferença de dividendo obtido com a estrutura vigente e a tecnologia colocada ao alcance

pelos centros mais dinâmicos, pode-se concluir a existência de capacidades internas, até certo ponto significativas, para incorporação de tecnologias cada vez mais puras[1242].

As condições internas criadas pela intervenção da União, como se pode constar, já foram suficientes para que os fazendeiros, com incentivos do governo estadual e apoio dos órgãos de pesquisa, após o fim dos subsídios federais, pudessem aprimorar e diversificar a produção interna no campo, e os comerciantes atacadistas pudessem deflagrar o processo agroindustrial.

O isolamento relativo de Mato Grosso do Sul foi sendo, portanto, minorizado, na medida em que a integração social e econômica foi rapidamente se aprofundando, atingindo faixas sucessivas do território, de Leste para Oeste. Da mesma forma, os traços culturais anteriores sofreram alterações sucessivas, por efeito das combinações entre formações sociais. A mentalidade de autonomia dos agentes econômicos alterou-se, na medida em que seus interesses se voltaram para o polo industrial de São Paulo e o Mato Grosso do Sul ganhou autonomia política, como Estado da federação. Os laços com a região Centro-Sul só tem mostrado tendências ao aprofundamento.

No entanto, é preciso atentar para o fato de que a condição de atraso relativo em relação ao centro dinâmico, assume na mentalidade coletiva a forma de "crise" e consciência de "atraso", a cada momento em que o Estado é atingido por novas influências daquele centro inovador. Isso passa a significar o abandono de atividades tradicionais, com introdução e aceitação de novos padrões de valores, enquanto o espaço estadual vai ganhando outras funções na Divisão Nacional do Trabalho.

Nesse novo processo de implantação de infraestruturas (energia, telecomunicações e transportes) e de industrialização, prestes a se deflagrar, com a presença de capital nacional e multinacional, o Estado se apresenta ainda como território de fraca densidade demográfica, mantendo ainda o caráter anecumênico. Entretanto, as terras rurais estão quase totalmente apropriadas, enquanto um contingente já expressivo de mão-de-obra excedente veio habitar as cidades.

[1242] Atente-se para os institutos de pesquisa existentes, com intelectuais já amadurecidos com experiência de pesquisa regional (Embrapa, Empaer) e do conjunto de universidades novas que apareceram na ultima década, investindo em cursos de pós-graduação, novos cursos de graduação e convênios com instituições de pesquisa nacional e internacional. Além disso, não se deve menosprezar a infraestrutura produtiva já incorporada ao campo e a experiência adquirida pelos agricultores, com relação à produtividade agrícola nos cerrados, após 1985, com índices chegando a superar os obtidos pelos norte-americanos.

As terras da faixa ocidental ainda são as menos acessíveis, habitadas e valorizadas, até que surja, por efeito de relação, um novo mercado pronto, quando se possa atribuir maior significado para os produtos dessa área, como apontam as tendências em relação aos minérios, ao ecoturismo, aos chamados produtos ecológicos, além daqueles integrados aos interesses de complexos agrícolas industriais.

Se assim ocorrer, a região estará sujeita a novas mudanças quantitativas e qualitativas, por efeito da redistribuição de recursos materiais e mão-de-obra para si, podendo significar uma nova onda de crescimento econômico regional, como efeito de ampliação do raio de ação da economia nacional, aproximando o que parecia longínquo.

Os núcleos de povoamento implantados durante o processo colonial, tiveram mais importância na defesa territorial, que nas trocas mercantis. Apresentaram-se, sobretudo, sob forma de núcleos fortificados (fortes ao lado de povoações autárcicas). A partir da dinamização dos portos platinos, visando mercados externos, alguns núcleos de povoamento, puderam usufruir de maior importância comercial. No entanto, foi no processo de integração ao centro dinâmico do país, especialmente, quando este se transformou em polo industrial, que os pequenos núcleos urbanos ampliaram seus papéis de troca, ao mesmo tempo em que foram se transformando em locais de beneficiamento agrícola.

Desse modo, a integração do território sul-matogrossense ao espaço nacional, tendo como suporte os meios técnicos e científicos sob forma de infraestrutura de produção, armazenagem e circulação, ocorrendo em faixas sucessivas, teve as cidades como principais centros de regulação das atividades do campo. Estas passaram a atuar, tanto como centro de coleta e expedição, como também de beneficiamento dos produtos do campo. Por outro lado, transformaram-se em distribuidoras dos produtos industrializados.

Os produtos do campo e os industrializados passaram a fluir através da rede urbana, sob o comando da metrópole paulistana. Desse modo, a rede e a hierarquia urbana constituída até o presente momento, ainda tem como característica predominante as relações cidade e campo. Os sistemas organizacionais, que ora vem se implantando no Estado, colocam-se, na realidade, sobre essa estrutura urbana, promovendo a maior integração não só entre campo-cidade, como cidade-cidade, sob os comandos oriundos do Centro-Sul do país, portanto, semente de futuras transformações na rede urbana implantada.

A faixa central do Estado foi a que recebeu maiores investimentos agrícolas, com incentivos da União e onde se encontram as cidades com maior centralidade econômica

(Campo Grande e Dourados). Essas realizam a captura econômica dos campos, em nível regional, principalmente em favor de São Paulo.

Campo Grande, ao longo da ferrovia e mais tarde, na mais importante encruzilhada de rotas de transportes e comunicações do Estado teve e tem, não só importante papel na integração econômica de Mato Grosso do Sul ao pólo comercial e industrial de São Paulo, como ainda continua atraindo para si os detentores dos comandos econômicos e políticos do Estado.

Embora seja o local de maior concentração de população e serviços do Estado, inclusive alguns raros e de vanguarda, não chegou a se constituir em metrópole regional, devido ao raio de alcance de sua influência, em disputa com cidades de porte médio de São Paulo, além de algumas do Paraná e Goiás. Assim, ainda que apresente funções definidoras do nível metropolitano, sua área de atuação não tem magnitude de região de influência, característica de metrópole regional no Brasil[1243]. O Estado do Mato Grosso do Sul está, portanto, sob o influxo da capital paulista, tendo sob sua influência direta, o centro sub-metropolitano de Campo Grande, numa situação intermediária entre as capitais regionais e a metrópole nacional.

Campo Grande, ao materializar internamente, parte importante e nodal do meio técnico-científico e informacional agregado ao Estado, tornou-se o espaço regional mais fluído para a circulação de bens e idéias. A combinação dessa materialidade com o meio natural, as rugosidades apresentadas pelas fases anteriores (áreas do Exército e do conjunto da ferrovia), diante da aceleração do crescimento demográfico baseado na presença significativa do automóvel, atribuiu o aspecto de cidade espraiada, de fraca densidade demográfica, e segregada.

Ao mesmo tempo, vai se impondo uma nova ordem urbana, estabelecida em rede, que amplia os fluxos internos na cidade, dotando-a de novas centralidades, ao mesmo tempo em que vai colocando em cheque a ordem segregacionista do espaço marcado por descontinuidades.

A mentalidade presente na origem e construção da cidade sempre foi a de usufruir do progresso emanado do centro dinâmico nacional, com o qual estreita cada vez mais os laços. Predomina entre seus habitantes a mentalidade do voltar-se para o futuro e para o centro dinâmico nacional, com poucos compromissos em relação à memória coletiva do

[1243] Essa avaliação feita pelos técnicos do IBGE, em 1987, ainda é válida para o funcionamento do arranjo urbano atual.

passado, mesmo porque cerca de metade da população residente, veio de outros Estados do país.

Campo Grande, como as outras cidades do Estado, ainda mantém relações muito estreitas com o campo. Desse modo, ao lado da urbanidade, em termos de consumo e modo de vida levada na cidade, via de regra, os citadinos mostram um gosto pela vida do campo, misturando hábitos rurais aos urbanos, no modo de vestir, agir e se expressar.

O presente estudo permitiu avaliar os diferentes significados que foram ganhando a fronteira, ao longo da constituição da formação sócio-espacial. As alterações deram-se, não só em função das novas mentalidades emanadas do centro dinâmico do sistema capitalista, como das condições objetivas apresentadas pelas fronteiras em cada momento de conjuntura. Desse modo, se ela foi percebida inicialmente, como linha fronteiriça ou moldura territorial, evoluiu, como se pode apreciar, para idéia de faixa fronteiriça.

Do mesmo modo, as alterações se deram no tocante à forma de defesa e de ocupação. As fortificações iniciais ao lado de povoados nos pontos estratégicos da linha fronteiriça, coincidentes com a rota fluvial de maior circulação, constituiram a primeira idéia de fronteira militar. No entanto, essa modalidade foi sofrendo alterações ao longo do tempo, ganhando maior sistematização na forma construtiva dos fortes, passando pela forma de presídios e colônias militares.

A ocupação demográfica e econômica de faixas fronteiriças, criando vínculos econômicos do território com o centro dinâmico da economia nacional, ao lado da distribuição racional de quartéis, foi ganhando maior significado estratégico que a defesa militar linear. Nesse sentido, a fronteira demográfica, apoiada na pequena produção familiar de subsistência, foi sendo estimulada como forma de ocupação de vanguarda, para as áreas ainda não integradas economicamente aos espaços de modernização. Assim, a fronteira econômica passou a avançar no sentido do polo para a periferia, buscando superpor-se à fronteira demográfica, até coincidir limites econômicos com limites políticos.

No entanto, somente nos dias atuais, surge a proposição de ocupar a faixa fronteiriça do Mato Grosso do Sul como fronteira econômica, conectando-a a sistemas organizacionais, modelo econômico que começa a ganhar relevância no Estado, colocando-o em maior conexão com o Sudeste do Brasil.

Outro ponto conclusivo, diz respeito ao efeito entrópico do descompasso entre a vitalidade do ritmo das ações sociais em relação ao meio natural. Levando-se em conta

Os efeitos da aceleração do ritmo, intensidade e efetividade das ações, quando passaram a entrar espacialmente no sistema e ganharam materialidade, tiveram efeitos mais ameaçadores à existência.

Assim como o apresamento dos habitantes nativos, pelos bandeirantes, significou a desagregação das Missões, o uso de componentes naturais, valorizados como recursos econômicos, também foi trazendo efeitos ameaçadores, na medida em que a ações humanas foram se acelerando e se ampliando de forma areolar, e mentalidade predominante passou a ser a da extração dos recursos até os seus limites.

Desse modo, pode-se afirmar que o uso dos rios pelos bandeirantes e monçoneiros, como meios de navegação e mais tarde, pelos comerciantes em barco a vapor, teve efeitos de alteração ambiental, sobretudo lineares, afetando o leito dos rios e a vegetação de suas margens. No entanto, os desmatamentos e extração de recursos vegetais e animais, assim como o uso dos solos, resultantes do processo de expansão da fronteira agrícola foram processos areolares e acelerados. No caso das práticas agrícolas modernas, os instrumentos e insumos utilizados, já foram capazes de comprometer o equilíbrio dinâmico do ambiente, colocando em risco a qualidade de vida também das sociedades.

Os indicadores de desequilíbrio na dinâmica do ambiente natural são hoje, altamente perceptíveis e indesejáveis à reprodução da vida, tanto em termos de cobertura vegetal, como de espécies em extinção[1244], além de danos resultantes da intervenção, tais como erosão, enchentes, compactação dos solos, contaminação dos solos, rios e lençois freáticos.

No ambiente urbano de crescimento altamente acelerado, a prática do desmatamento antecedendo a urbanização, a retirada de recursos minerais usados para construção (areia, argila, brita), a preferência da pavimentação sobre áreas antes permeáveis, e a dificuldade em acompanhar o crescimento populacional com serviços de água e esgoto, somadas à algumas dificuldades relacionadas ao sítio urbano, também tem resultado em transtornos à manutenção da qualidade de vida urbana.

Finalmente, pode-se concluir que as particularidades do lugar, fruto da convergência de variáveis sociais e naturais no tempo, visto no movimento da sociedade capitalista, articulado em diferentes escalas espaciais, e em sucessivos períodos de tempo,

[1244] Em 1994, o Estado contava com apenas 56 % da vegetação original, sendo as florestas, as mais afetadas, ou seja, restando apenas 3,23% da mata original. Existem muitas espécies vegetais e animais ameacadas de extinção (SEFOP/SUPLAN, 1996).

agiram em sincronia com os eventos cada vez mais interrelacionados em nível global, como efeito e condição desse movimento.

Por outro lado, verificou-se que, sob os efeitos de integração dialética entre diferentes formações sócio-espaciais e, nas diferentes escalas, cada unidade do sistema passou a conter e estar contida em cada uma delas. Todas as unidades hierárquicas passaram a participar do mesmo tempo coletivo no sistema capitalista, embora seus sub-sistemas continuassem a manter temporalidades distintas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Dióres Santos. *Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo: o comércio de gado.* Separata da Revista de História (105), vol.53., p. 191-214, 1976.

AB'SABER, Aziz Nacib. O Pantanal mato-grossense e a teoria dos refúgios. *Revista Brasileira de Geografia,* número especial, t.2, p. 9-57, 1988.

_____Províncias e domínios morfoclimáticos. Revista do Instituto de Geografia da USP, nº 20 (Geomorfologia), p. 18- 26, 1970.

ADONIAS, Isac et alii.*Imagens da formação territorial brasileira*.Rio de Janeiro: Fundação E. Odebrecht, 1993. 399 p.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO DO SUL-ADMS- Alternativas Dinamizadoras de Investimentos não institucionais para o Desenvolvimento Sustentado de Mato Grosso do Sul**.** Campo Grande: ADMS, 1997. 19 p.

ALAMINO, Aparecido C. Base Aérea. In *Campo Grande:* 100 anos de construção. Campo Grande: Ed. Matriz, p. 392-395, 1999.

ALBUM GRÁPHICO DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. S.C. Ayala e F. Simon. Corumbá- Hamburgo, 1914. 433 p.

ALMEIDA, Fernando Flávio de. Geologia do sudoeste mato-grossense. In *Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia.* Rio de Janeiro (116), p.1-118, 1945.

ALMEIDA, M. Thereza et alii. Indústria. In *Geografia do Brasil: região Centro-Oeste.* Rio de Jan:IBGE, p.299-327, 1977.

ALVES, Gilberto L. Mato Grosso e a história: 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. In *Boletim Paulista de Geografia* (61) p. 5-82, 2º semestre de 1984.

ALINCOURT, Luiz d', *Memória sobre a Viagem de Porto de Santos à Cidade de Cuiabá.* Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1775. 207 p.

ANDRADE, Carlos. R. Monteiro de. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In *Cidade, povo e nação:* g6enese do urbanismo moderno. Queiroz e Pechman (orgs). Rio de Jan; Civilização Brasileira, p.287-310, 1996.

.

ANDRADE, Manuel Correia de. *As Raízes do Separatismo no Brasil***.** Recife: Ed. Universitária, 1997.249 p.

_____. *A questão do território no Brasil.* São Paulo- Recife: Hucitec/ Ipesp, 1995. 135 p.

_____*.A agro indústria canavieira e a organização do espaço.* Natal: Cooperativa Cultural/ UFRN, 1990. 84 p.

_____. *Geopolítica do Brasil***.** São Paulo: Ática, 1989.64 p.

_____*Cidade e campo no Brasil. São Paulo:* Brasiliense, 1974. 223 p.

AQUINO, Rubens. Tereré. In *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: IEL, p. 311-386, 1986.

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS DA PETROBRÁS. *Gasoduto Brasil-Bolívia*. Rio de Janeiro: AEPET. (relatório de viabilidade), s/d..

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Parcelamento do solo urbano em Campo Grande:* visão crítica e roteiro legal. Campo Grande: FAU/ Uniderp, 1997. 59 p.

ARRUDA, Gilmar. *A ferrovia Noroeste do Brasil:* o último trem para o sertão. Campo Grande: Planurb/ PMCG. (Caderno de Estudos Urbanos nº 3), 1995. 48 p.

_____.Heródoto. In: Vários autores. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, *Ciclo da erva-mate.* Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 195-310.

ARRUDA, José Jobson de A. *A Revolução inglesa.* 3. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1988 (col. Tudo é História,n. 82). 100 p.

ATAÍDES, Jézus M. *Sob o signo da violência: colonizadores e kaiapó do sul no Brasil central.* Goiânia: Ed. UCG, 1998. 187 p.

AUBERTIN, Catherine (org.).*Fronteiras***.** Brasília: Ed. UNB/ Orstom, 1988.250 p.

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil colonial. In *Geografia* (10), p. 23-78, 1994.

AZEVEDO, Fernando. *Um Trem Corre para o Oeste*: estudos sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional**.** São Paulo: ED. Melhoramentos, 1950.

BANDEIRA, L. A . Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata.* 2º ed.. São Paulo/ Brasília : Editora Globo/UNB, 1995. 247 p.

BARBOSA, Emílio Garcia. *Esboço Histórico e Divagação sobre Campo Grande***.** Campo Grande: Pindorama, 1964.

_____*Panorama do Sul de Mato Grosso***.** Campo Grande: Correio do Estado, 1963.

BARBOSA, Maria Lúcia V. *América Latina*: em busca do paraíso perdido. São Paulo: Saraiva, 1995. 443 p.

BARDET, Gaston. *O urbanismo.* Campinas: Papirus, 1990. 141 pp.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. Iná Elias de Castro et alii (Orgs). *Geografia:* conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 271-307.

_____ Fronteira e urbanização repensadas. In *Revista Brasileira de Geografia* (3/4), p. 357-371, julho-dezembro de 1985.

BENEVIDES, Cezar e LEÔNCIO, Nanci. *Miranda Estância*: ingleses, peões e caçadores no Pantanal matogrossense. Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1999. 172 p.

BENITES, Miguel Gimenez. *Brasil Central Pecuário:* interesses e conflitos**.** São Paulo: 1995. 528 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

_____Notas sobre os frigoríficos do Sul de Mato Grosso. In I SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEMT. 1977, Corumbá. *Anais*... Corumbá: CPC-UEMT, 1977. p. 134-138.

BEOZZO, José Oscar et alii. *História da Igreja no Brasil***.** 2º ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985. vol.2

BERTRAND, B. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra- USP*, vol.13, p. 1-27, 1972.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro:* o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3º ed.. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 480 p.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul:* do estado sonhado ao estado construído (1892-1997*)*. São Paulo, 1997. 538 p. Tese (Doutorado) - FFLCH da USP.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil.* 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994. 77 p.

BRASIL. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *A divisão de Mato Grosso.* Brasília: Palácio do Planalto, outubro de 1977.

BRASIL. Estado Maior do Exército Brasileiro / Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. *História do Exército Brasileiro*: perfil militar de um pov*o*. Brasília/Rio de Janeiro: (3 vol.) IBGE, 1972.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *A influência das cidades*: Revisão atualizada do estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio De Janeiro, 1987. 183 p.

_____. *Tipos e aspectos do Brasil.* Rio De Janeiro, 1975.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. Fiems/ Senai/ Dampi. *Panorama 2.000*. Campo Grande, 1998. 120 p.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia – SEPLAN. *Referencial Hidrográfico de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, 1993. 171p.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLAN. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado- FIPLAN. *Atlas multirreferencial.*Campo Grande, 1990.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLAN. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado- FIPLAN. *Macrozoneamento geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, 1989. 242 p.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Finanças, Orçamento e Planejamento-SEFOP/ Superintendência de Planejamento-SUPLAN/ Diretoria de Planejamento. *Diagnóstico sócio-econômico de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, 1996.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. SEFOP/SUPLAN. *Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul- 1991/94.* Campo Grande, 1995. 583 p.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. SEFOP/ SUPLAN. *Dados Sócio- Econômicos Municipais – Mato Grosso do Sul- 1990/96.* Campo Grande, 1996. 317 p.

BRASIL. Governo de Mato Grosso do Sul. SEFOP/ SUPLAN. *Diagnóstico Sócio-Econômico de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, 1996. 61 p.

BRASIL. Governo de Estado do MS. SEFOP/SUPLAN. *Informações Básicas de Campo Grande***.** Campo Grande, 1997.

BRASIL. Governo de Estado do MS. *Macrocenários e Tendências Mundiais Nacionais e de Mato Grosso do Sul; 1996/2010***.** Campo Grande, 1996. 69 p.

BRASIL. Governo de Estado do Mato Grosso do Sul. SEFOP/SUPLAN. *Mato Grosso do Sul: Informações Básicas***.** Campo Grande, 1998.

BRASIL. Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. SEFOP/ SUPLAN. *Produto Interno Bruto –PIB/MS 1980/95***.** Campo Grande, 1996.

BRASIL.Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *PCBAP- Plano de conservação da bacia do Alto Paraguai (Pantanal)*. Brasília: PNMA,1997. 3 vol.em 7 t.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.. *Projeto de conservação da sub-bacia do rio Aporé*. Brasília: PNMA/PED, 1996. 69 p. (inédito)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.. *Projeto de conservação da sub-bacia do rio Coxim*. Brasília: PNMA/PED, 1996. 69 p. (inédito).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Projeto de conservação da sub-bacia do rio Ivinhema*. Brasília: PNMA/PED, 1996. 69 p. (inédito).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Projeto de conservação da sub-bacia do Médio Miranda-Aquidauana*. Brasília: PNMA/PED, 1996. 69 p. (inédito).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.*Projeto de conservação da sub-bacia do Alto Miranda*-.Brasília: PNMA/PED, 1996. 69p. (inédito).

BRASIL. Ministério do Interior – Superintendência do Desenvolvimento do Centro- Oeste – SUDECO. *Centro-Oeste:* convite ao investidor. Brasília: 1986. 224 p.

BRASIL. Ministério de Agricultura e Abastecimento. *Corredores de transporte multimodais*.Brasília, 1996 (texto).

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvovolvimento da Região Centro-Oeste SUDECO. *Plano de desenvolvimento da região Centro-Oeste-PLADESCO*.Brasília, 1986. 210 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Plurianual 2.000-2003 (projeto de lei)*. Brasília: Secretaria de Planejamento e Avaliação, 1999.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. *Plano Regional de Reforma Agrária –PRRA- Mato Grosso do Sul.* Brasília: INCRA, 1986.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Campo Grande/ Instituto Municipal de PlanejamentoUrbano de Campo Grande. *Perfil Sócio-Econômico***.** Campo Grande, 1996.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Campo Grande/ SEPLAN/PLANURB. *A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão***.** Caderno de Estudos Urbanos (3). Campo Grande,1995. 48 p.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *O Município e a gestão do saneamento e do meio ambiente.*(relatório final referente à consulta nacional instaurada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM realizado por um grupo de

representantes de órgãos governamentais e não governamentais do Município). Campo Grande, 1994.34p. mapas.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Campo Grande. Secretaria Municipal do Planejamento. Unidade de Planejamento Urbano-Planurb. *Carta Geotécnica de Campo Grande.* Campo Grande, 1991. 22 p. mapa.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral-MT. *Mato Grosso é assim.* Goiânia: Rosana Artes Gráficas Ltda, 1973.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Região Centro-Oeste.* Rio de Janeiro: 1989. Vol.1. 267 p.

BRAUDEL, Fernand. *Una Lección de Historia de Fernand Braudel***.** Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1989. 318 p.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. 379 p.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX:* o espetáculo da pobreza. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 127 p.

BRITO, Peri Alves. Do 1ª rancho à locomotiva 44. IN *Album de Campo Grande.* Campo Grande, 1939. (s.p.).

BRUIT, Hector. *Acumulação capitalista na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1982.70p.

BUCHER, Enrique H. et al. *Hidrovia:* uma análise ambiental inicial da via fluvial Paraguai-Paraná. Massachussets/Buenos Aires: Wetlands for the Americas/ NUPAUB/USP, 1994. 73p.

CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul.* 3º ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e Academia Sul- Matogrossense de Letras.

CAMPOS, Fausto Vieira**.** *Retrato de Mato Grosso***.** São Paulo: Brasil Oeste Ed. Ltda, 1969.223 p.

CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de história colonial (1500-1880).* .....Livraria Briguet, 1954.

CAPOBIANCO, R. *Bolívia:* ruta central de América del Sur**.** La Paz: Ed. Bolívia Dos Mil, 1997. 44 p.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação:* a ciência, a sociedade e a cultura emergente.. 14º ed. São Paulo: Cultrix, 1995.447p.

CARDOSO, Maria Francisca T. C. Organização urbana. In: *Geografia do Brasil:* região Centro Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p.189-239.

CARONE, Edgard. *Tenentismo.* São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas:* o imaginário da República no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997. 166 p.

CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades medievais portuguesas.* Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

CASALECCHI, José Enio**.** *A Proclamação da República***.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense (Col. Tudo é História), 1982.

CASTELNAU, F. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul***.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1949.

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913***.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 142 p.

CASTRO, Durval M. Organizações inteligentes. In *Revista Controle de Qualidade* (34). SP: Banas, p.34-45, 1995.

CASTRO, Maria Inês M. e ALEIXO, Lúcia H.G. *Memória Histórica da Indústria de Mato Grosso***.** Cuiabá: FIEMT/ UFMT, 1987.

CASTRO, M.Henrique M. e BIELSCHOWSKY, R. Contribuições de Ignácio Rangel ao Pensamento Econômico Brasileiro. In *Literatura Econômica***.** Rio de Janeiro, (81): p.63-, 1986.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia***.** 5.ed. S.Paulo: Ed. Ática, 1995. 440 p.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1965. 3. ed. 350 p.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In *Boletim Geográfico* (179), p. 140-145, 1964.

_____. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In *Boletim Geográfico* (180), p. 268-275, 1964.

CORAZZA, Padre José. *Esboço Histórico da Missão Salesiana de Mato Grosso* – histórias de vidas missionárias**.** Campo Grande: Ed. Missão Salesiana de Mato Grosso, 1995.

CORREA, Lúcia Salsa. *A fronteira na história regional:* o sul de Mato Grosso*:1870-1920.* São Paulo, 1997. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 327 p.

CORREA, Lúcia Salsa. *Corumbá:* um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso. *(1870-1920)***.** São Paulo.1980. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso-1889-1943.* Campo Grande: Ed.UFMS, 1995. 189 p.

_____*Corumbá:* um esboço histórico**.** Corumbá: UEMT, 1973. 35 p.

CORREA, Roberto Lobato. Corporação e espaço- uma nota. In *Revista Brasileira de Geografia* (1), p.137-145. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____ *O espaço urbano.* São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. Algumas Considerações sobre Análise Regional. In *Revista Brasileira de Geografia* (4), p.47-52 , 1987.

_____. Estudo das relações entre cidade e região. In: *Revista Brasileira de Geografia* (1), p. 43-56, 1969.

CORREA FILHO, Virgílio. O poaeiro. In *Tipos e aspectos do Brasil.*Rio de Janeiro:IBGE, p.489-492, 1975.

_____*História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. 395 p.

_____Considerações a cerca de Sesmarias. In *Boletim Geográfico* (135), p.482-496, 1956.

_____*Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense***.** Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1955. 62 p.

_____. *Indústrias Matogrossenses***.** *Jornal do Commercio,* v. 5,, 1945.

_____ *Matto-Grosso***.** Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1922, 486 p.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras.* Lisboa: Portugalia Ed. (vol. I), 1949.

COSTA, Edgar A. *A integração da pequena produção familiar de Terenos-MS às agroindústrias abatedouras de frango-1998.* Presidente Prudente. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. 272 p.

COSTA, Wanderley Messias da Costa. *O estado e as políticas territoriais no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Edusp/ Contexto, 1991. 81 p.

COY, Martin. Différentiation et Transformation de L'espace au Nord du Mato Grosso. Contribuitionà un modèle dynamique des fronts pionniers en Amazonie brésilienne. In: ALBALADEJO, Christophe. *Les Fronts Pionniers de Lámazonie Bresilienne: la formation de nouveaux Territoires***.** Paris: L'Harmattan, 1996. p. 103-127.

_____ Cidades Pioneiras e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. In *Geosul* (19/20) p. 51-67, 1995.

_____Desarollo y planificacion urbana en una region periférica incorporada: el caso de Cuiabá (Mato Grosso, Brasil).In: *Revista Interamericana de Planificacion***.** Siap-Sociedade Interamericana de Planificacion (112), p. 96-119. 1995.

DAVIDOVICH, Fany R. Transformações do quadro urbano brasileiro: periódo 1970-80. In *Revista Brasileira de Geografia* (4), pp. 7-24 outubro-dezembro de 1987.

DAVIS, Kingsley e MOORE, Wilbert. Alguns Princípios de Estratificação. In: VELHO, Otávio G. (org.). In *Estrutura de Classes e Estratificação Social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.115-132.

DOLLFUS, Olivier. Le système monde. In *L'Information Geographique* (54), p.45-52, 1990.

DOMINGUES, Oswaldo I. *Segurança Nacional:* conceito e evolução**.** Corumbá: Centro Pedagógico de Corumbá/ Universidade Estadual de Mato Grosso, 1974. 37 p.

DEBATE em E&D (seção). Planejamento urbano: do populismo aos dias atuais. In *Espaço e Debates* (4). São Paulo: Cortez, p.137-173, 1981.

DIAS, Leila C. *Réseaux d'information et réseaux urbain au Bresil.* Paris: Ed. L'Harmatan, 1995. 172 p.

DINERSTEIN, Eric et al. *Una evaluación del estado de conservación de las eco-regiones terrestres de América Latina y el Caribe.* Washington: WWF e Banco Mundial, 1995. 135 p.

DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina:* da utopia bolivariana à fragmentação. São Paulo: Brasiliense, 1994. 112 p.

_____ *A guerra do Paraguai:* 2ª visão. São Paulo: Brasiliense, 1991. 81 p.

DUARTE, Aloísio Capdeville. Estrutura do espaço regional. In *Geografia do Brasil*: região Centro-Oeste. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p.243-267.

DUTRA, Carlos A . dos Santos. *Ofaié:* morte e vida de um povo. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, 1996. 339 p.

DUVERGER et alii. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*: partidos políticos e sistemas eleitorais no Brasil. Brasília: Ed. UNB, 1982. 125 p.

EBNER, Iris de A. Rezende. *A cidade e seus vazios:* investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 212 p.

ELIZALDE, Antonio. Desarollo. In: *Boletim de Filosofia* (9), vol 2., p. 76-89, 1997-98.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMBRAPA /Centro Nacional de Pesquisa Solos-CNPS – *Estudo da qualidade ambiental de municípios em função do uso do solo referencial para o planejamento e ordenação territorial:* antecedentes sobre o meio físico e a socioeconomia do município de São Gabriel do Oeste. Rio de Janeiro, 1995.32p (inédito).

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil:* o caso da Sadia. Chapecó: Griphos,1999. 266 p.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá:* confluência das Frentes Espanhola e Portuguesa em Mato Grosso. 1536-1778. Porto Alegre,, 1994. Dissertação (Mestrado), PUCRS.

FARIA, Antonio Augusto e BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época.* São Paulo: Global Editora, 1982.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia Brasileira dos Municípios* (vol. XXXV). Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 325 p.

FIGUEIREDO, Aline. *A propósito do boi.*Cuiabá: Ed. da UFMT, 1994.226 p.

FIGUEIREDO, Alvanir. *A presença geoecoômica da atividade ervateira.* São Paulo, 1968 . 339 p . Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

_____. O Extremo Sul de Mato Grosso**.** In, I ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, *Guia de Excursões*, julho 1972.

FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas-de 1825 a 1829.* São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1948.

FONSECA, João Severiano. *Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878.* Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1880. 2 v.

FOWERAKER, Joe. *A Luta pela Terra*: a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais**.** Trad.brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 315 p.

FRANCO Jr. Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente.* 5 ° ed. São Paulo: Brasiliense. 204 p.

FREIRE, Ana Lucy O. Estado e Urbanização no Brasil nos anos 70; o caso de Belo Horizonte. 6º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA.Gravado em Cd-room HP 12C, 1997.

FROMM, Eric. *Ter ou ser?* 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 202 p.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana:* Formação Histórica E Problemas Contemporâneo*s*. 2ª Ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1978. 339 P.

_____. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971. 248 P.

GADELHA, Regina M. F. *As missões jesuíticas do Itatim:* um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia.* São Paulo: Cia das Letras, 1995. 555p.

GARDIN, Cleonice. *Campo Grande* : entre o sagrado e o profano. Campo Grande: Ed. Ufms, 1999. 182 p.

GARNIER, Jacqueline Beaujeu. *La Géographie: méthodes et perspectives***.** Paris: Masson, 1971.141 p.

_____ e CHABOT, Georges. *Traité de Geographie Urbaine*. Paris: Armand Colin, 1963.

GEORGE, Pierre. *Précis de Géographie Urbaine.* Paris: PUF, 1964. 238 p.

GERASUL. *EIA_RIMA UTE William Arjona.* Campo Grande, maio de 1999.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via; reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.* Rio de Janeiro: Record, 1999. 169 p.

_____. *As conseqüências da modernidade.* São Paulo: Ed.Unesp, 1991. 177 p.

GIEBEL, Florian. *Lecciones de historia de Bolivia.* La Paz: Ed. Dom Bosco, 1966. 238 p.

GOMES, A.C. O Redescobrindo o Brasil. In *Estado Novo:* ideologia e poder. Gomes, A.C. et alii. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Otávio Gonçalves. *Mato Grosso do Sul na obra de Visconde de Taunay.* Brasília:Centro Gráfico do Senado Federal, 1990. 159 p.

GONÇALVES, Ricardo Mendes. *Panegirico de Dr. Francisco Mendes Gonçalves:* sua grande obra, a Mate Laranjeira In. *"O Jornal"* . Rio de Janeiro, 17 de julho de 1941.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano***.** S.Paulo: Edusp, 1993. 310 p.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica.* Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.283 p.

_____. *Mato Grosso do Sul: História dos Municípios***.** Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico, 1992. 158 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 362 p.

GUIMARÃES, César. A Dualidade Brasileira de Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política***,** , 4(56), p.62-75, 1994.

GUIMARÃES, Maria Rita de S. Sistema urbano. In *Geografia do Brasil:* região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, p. 329-358, 1977.

GRESSLER, Lori ª e SWENSSON, Lauro J. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado do Mato Grosso do Sul*: destaque especial ao município de Dourados*.* Dourados: Ed. Dag Gráfica, 1988 . 163 p.

HABERMAS, Jügen. *O discurso filosófico da modernidade.* Lisboa: D. Quixote, 1990. 350 p.

HAROUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990. 150 p.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* 3.ed . São Paulo: Ed. Loyola, 1992. 349 p.

HEES, Dora R. et alii. A evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 70. IN *Revista Brasileira de Geografia* (1) p. 197-257, jan.março, 1987.

HENRIQUES, Maria Helena F. de Trindade. A dinâmica demográfica de fronteira: Rondônia. In *Revista Brasileira de Geografia* (3/4) p. 317- 356. julho-dezembro de 1985.

HOBSBAWN, E.J. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo.* 4º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. 325 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997. 220 p.

_____. *Monções.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 326 p.

_____*Extremo Oeste***.** São Paulo: Brasiliense/ Sec. Est.Cultura, 1986.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão**.** In *Espaço e Cultura*. (3), p. 8-19, 1996.

HOORNAERT, Eduardo. *A igreja no Brasil-colônia (1550-1800)*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 92 p.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964.* São Paulo: Cia das Letras, 1993. 316 p.

IMPACTO Cons. E Planej. Ambiental. *EIA_RIMA da ampliação de áreas de explotação de ferro e manganês da Mineração Corumbaense.*

_____*EIA_RIMA da Unidade Industrial da FERMASUL-siderurgia em Terenos.* Campo Grande, 1990.

INNOCÊNCIO, N.R. Hidrologia. In: IBGE. *Geografia do Brasil:* região Centro-Oeste. Rio de Janeiro:1977. v.4, p.85-112.

INSTITUTO EUVALDO LODI- Núcleo Regional do Mato Grosso do Sul. *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul:* 1883-1947. (Série Histórica –coletânea). Campo Grande, 1986. 520 p.

JANOTTI, M. de Lourdes M.*O Coronelismo*: uma política de compromissos**.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense (Col. Tudo é História). 1981. 88 p.

JUILLARD, Etienne. Europa Industrial e Brasil: dois tipos de organização do espaço periurbano. In *Boletim Bahiano de Geografia* (4), p. 1-12, 1961.

_____. L'urbanization des campagnes en Europe Occidentale. In: *Etudes Rurales*, p.18-33, 1961.

KELLER, Elza Celho de S. e MAGNANINI, Ruth L. da Cruz. População In *Geografia do Brasil:* região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, p. 113-192, 1977.

KLINK, Hans Jürgen. Geocologia e regionalização natural: bases para a pesquisa ambiental. *Boletim do Instituto de Geografia,* v. 17, 1994. 31p.

KOLLREUTER, Hans J. *Introdução a uma Estética Relativista do Impreciso e do Paradoxa***l.** S.Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1987. 86 p. (mimeografado).

KOMINSKY, Ethel V. E ANDRADE, Margarida M. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética***.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.51-70.

KONDRATIEFF, Nikolai e GARVY, George. *Las ondas largas de la coyuntura.* Madrid: Biblioteca da La Ciencia Economica, 1926. 122 p.

LACOSTE, Yves. *Ler Braudel***.** Campinas: Papirus, 1989. 236 p.

LAMMERS Owen et al. *Considerando a Hidrovia*: um informe preliminar sobre o estado atual do projeto proposto da hidrovia Paraná/Paraguai. Berkley-EUA: International Rivers Network, 1994. 64 p.

LAMOSO, Lisandra P et alii. A Expansão da Suinocultura na Porção Meridional do Estado do Mato Grosso do Sul.In *Revista de Geografia* (2) p. 26 - 34, 1992.

LANNA, Ana Lúcia. A cidade controlada: Santos 18701913. IN *Cidade, Povo e Nação:* gênese do urbanismo moderno. RIBEIRO e PECHMAN (org.). Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, p. 311-330, 1996.

LE BOURLEGAT, Cleonice A Formas de produção e novas espacialidades urbanas. In *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.*(org.) Eliseu Savério Spósito. Presidente Prudente: Unesp, 1999.p.31-48.

_____ Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul no Centro da Rota Sul Americana dos Litorais Atlântico e Pacífico. In *Revista Multitemas* (5), p. 169-190, 1998.

_____ A.Divisão social de trabalho, percepção de mundo e a origem da urbanização.In *Revista "Formação"* (3-4), p. 5-30, 1997.

_____Espaço e família. In Revista *Multitemas* (5) p.26-33, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito `a Cidade***.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991. 83 p.

_____. *La Revolucion Urbana*. Madrid: Alianza, 1983.

LEITÃO, Benedito.*Album de Campo Grande*. Campo Grande, 1939.

LEVERGER, A. Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. Cuiabá: Typ. Souza Neves, 1863.

LIPIETZ, Alain. O Terciário, Arborescência da Acumulação Capitalista: proliferação e polarização. In *Seleção de Textos,* (16), p.1-32, 1986.

_____. Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. In *Espaços & Debates* (7), p. 5-20, 1982.

LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Danièle. O pós—fordismo e seus espaço. In *Espaços & Debates* (25), p.12-29, 1988.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. *Oeste de São Paulo. Sul de Mato Grosso:*geologia, indústria mineral, clima, vegetação, solo agrícola, indústria pastoril. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1909. 172 p.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna***.** 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1989. 135 p.

MACHADO, Lia Osório. A Fronteira Agrícola na Amazônia brasileira. IN: BECKER, Bertha. et alii. In *Geografia e Meio Ambiente no Brasil***.**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 181-217

_____. A questão da unidade territorial do Brasil. In 8° ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Salvador: *Anais...* Salvador: AGB, julho de 1990 (vol.2). p.717-725

MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional.* São Paulo: Ibrasa, 1980. 286 p.

MACHADO, Paulo Coelho. *A rua Barão:* pelas ruas de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1995. 110 p.

_____*A rua Principal:* pelas ruas de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso o Sul, 1991. 171 p.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria.* São Paulo: Ed. Unesp/ Moderna, 1997. 318 p.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a Industrialização Brasileira e Latino-Americana**.** In: (org) BECKER, Bertha et alii. In *Geografia e Meio Ambiente no Brasil***.** São Paulo: Hucitec, 1995. p.65-76.

_____Padrões Tecnológicos Mundiais: o caso brasileiro. In: *IX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 1992, Presidente Prudente. *Anais...*, São Paulo:1992.

_____História da Ciência e Epistemologia**.** Piracicaba: USP-UNIMEP, texto apresentado no *SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA*, outubro de 1991. 4 p.

_____Industrialização brasileira. São Paulo: USP, 1989. 50 p. (Mimeo.)

_____Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. In *Geosul* (3) p.63-71, 1987.

_____. Inserção de Mato Grosso ao Mercado Nacional e Gênese de Corumbá. In *Geosul* **(**1). P.39-58, 1986.

_____. Tecnologia e desenvolvimento desigual no sistema capitalista. In *Revista de Ciências Humanas* (2)*,* p.38-48, 1982.

_____. Notas sobre os Frigoríficos do Brasil Central Pecuário. In *Boletim Paulista de Geografia* (51) p. 7-14, 1976.

MANFROI, José. *A missão salesiana e a educação em Corumbá*: 1899-1996. Campo Grande. Dissertação de Mestrado-UFMS), 1997. 212p.

MANFRED, A. Z. *Do feudalismo ao capitalismo.* São Paulo: Global Ed., 1982. 68 p.

MARQUES, A . *Matto-Grosso:* seus recursos naturaes, seu futuro econômico. Rio de Janeiro: Pap. Americana, 1923. 217 p.

MARTIN. André Roberto. *Fronteiras e nações.*2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 90 p.

MARTINS, Demósthenes. *História de Mato Grosso***.** Campo Grande: s/ed., 1980. 197 p.

_____*Campo Grande:* aspectos jurídicos e políticos do município Campo Grande: Academia de Letras e História de Campo Grande, 1972.

MARTINS. José de Souza. *O cativeiro da terra.* 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 157 p.

_____. *Fronteira:* a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.

MARTINS, José de Souza (org.).*Henri Lefebvre e o retorno à dialética.* São Paulo: Hucitec, 1996. 151 p.

MARTINS, Roberto. *Segurança nacional.* São Paulo: Brasiliense, 1986. 79 p.

MARTINS, Sérgio R. Oliveira. *Migração no trecho:* trabalho assistência e degeneração: estudo da população que passa pelos albergues em Campo Grande-MS. São Paulo, 1995. 193 p. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP.

MARX, Karl. *O Capital (*ed. Resumida por J. Borchadt). Rio de Janeiro: Zahar.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira.* São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.

_____*Cidade no Brasil terra de quem?*. São Paulo:Nobel/ EDUSP, 1991.

MELO e SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso.* Campo Grande: Tribunal de Justiça de MS, 1989. 174 p.

MELLO, Leonel I.Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no cone sul***.** São Paulo: Anna Blume, 1996. 252 p.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso.* São Paulo: Ave Maria, 1970.

MESQUITA, Olindina V. Agricultura. In *Geografia do Brasil:* região Centro-Oeste. Vol.I. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p.149-188.

_____ Agricultura . In *Geografia do Brasil:* região Centro-Oeste. Vol.IV. Rio de Janeiro, IBGE, p.251-298, 1977.

MILIA, Juan Gillermo. De la Frontera-Muro a la Frontera Abierta hacia la Cooperación y el Crecimiento Conjunto. *Anais do* ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**.** Buenos Aires. *Anais...*Buenos Aires, 1997. 8 p.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec-Polis, 1984. 392 p.

_____. O Estudo geográfico das cidades. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira.* São Paulo: Difel, 1957. p. 33-77.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A Interação Homem-Natureza no Futuro da Cidade. In: BECKER, Bertha et alii (org.). In *Geografia e Meio Ambiente no Brasil***.** São Paulo: Hucitec, 1995. p.371-395.

_____ Derivações antropogênicas dos geossistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas: perspectivas urbanas e agrárias ao problema da elaboração de modelos de avaliação. In SIMPÓSIO SOBRE A COMUNIDADE VEGETAL COMO UNIDADE BIOLÓGICA, TURÍSTICA E ECONÔMICA-ACIESP, 15, São Paulo1978, *Anais....*São Paulo: ACIESP, 1978. p.43-76.

MORAES, Geraldo M. de. Febre Aftosa: reflexões sobre a classificação de Mato Grosso do Sul. In *Leia* (7). Campo Grande, p. 38-40. agosto de 1999.

MOURA, Carlos F. *A expedição Langsdorff em Mato Grosso.* Campo Grande: UFMT/ Imprinta Gráfica e Editora, 1984. 107 p.

NAJAR, Eduardo R. Administração participaTIVA. In *Controle de Qualidade.* São Paulo: Banas, p. 56-58, 1995.

NEVES, Marcos F. e SPERS, E.E. Agribusiness: origem conceitos e tendências na Europa. São Paulo: Pioneira, 1996.

NOVAIS, Fernando A . *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808).* São Paulo: Hucitec, 1995. 6. ed. 420 p.

_____*A independência política do Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1996. 2. Ed. 89 p.

OLIVEIRA, Aparecida Lopes de. *Grandes Projetos de Investimentos no Mato Grosso do Sul.* São Paulo:, 1996. 164 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Agricultura e indústria no Brasil. In *Boletim Paulista de Geografia.* (58), p. 5-64, 1981.

OLIVEIRA, Christian D.M. Terciarização e Espaço Metropolitano**.** *In Boletim Paulista de Geografia*, (5), p. 49-77, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho**.** In *Cadernos CEBRAP* (24), p.36-54, s.d.

_____.O Estado e o Urbano. In *Espaços e Debates* (6), p.36-54, 1982.

_____. *A economia da dependência imperfeita.* 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 159 p.

OLIVEIRA, Newton et alii.*Da ideologia à prática do planejamento urbano.* Salvador: UFB, 1992. 102 p.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Agroindústria e Reprodução do Espaço*: o caso soja no Mato Grosso do Sul**.** São Paulo,1993. 217 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA NETO, Antônio F. *Nas ruas da cidade*: um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 147 p.

ORELANNA, Margarida M. Penteado. A geomorfologia no contexto social. *Revista do Instituto de Geografia da USP, nº 37 (Geografia e Planejamento).* p. 1-25., 1981.

ORTEGOSA, Sandra Mara. O urbano e a modernidade no Brasil. In *Revista Leopoldianum* (64), p.11-24, 1997.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura***.** São Paulo: Brasiliense, 1994. 234 p.

PASQUARIELLO, Karina L. e MARIANO, Marcelo P. A Importância da bacia do Prata para o Mercosul. In *O Novo Mapa do Mundo:* problemas geográficos de um mundo novo. Milton Santos et alii (org.). São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 272-280. 1995.

PAVANELLO, Dom Vitório. Arquidiocese. In *Campo Grande*: 100 anos de construção. Campo Grande: Ed. Matriz. P.385-388, 1999.

PEDROSA, Ledir Marques. *Origem histórica e bravura dos Barbosas.* 2. ed. Campo Grande: árvore genealógica e história. Campo Grande: s/ed., 1986. 257 p.

PENHA, João da. *O que é Existencialismo***.** São Paulo: Brasiliense, 1995. 87 p.

PENTEADO, Yara. *Auxiliadora setenta anos.* Campo Grande: Gráfica e Editora Ruy Barbosa, 1996. 227 p.

PEREIRA, José Veríssimo da C. Seringueiros. In: Vários autores. *Tipos e aspectos do Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 54-56.

_____. O poaeiro. In; Vário autores.*Tipos e aspectos do Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 489-492.

PEREIRA, Luís Carlos B. Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública (texto).

PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. A gênese da formação social brasileira. In *O Mundo que o português criou* (org.) Manuel Correia de Andrade. Recife: Cnpq/ Fjn,1998. p.87-115.

_____. A geografia e as bases da formação nacional brasileira. In *Alcance* (3) , p.30-37. Itajaí: Univali, 1998.

_____. *A Geografia e as bases da formação nacional brasileira:* uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel. São Paulo,1997. 277 p. Tese (Doutorado) .tese de doutorado . Universidade de São Paulo.

PERIDES, Paulo Pedro. A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro. In *Revista do Departamento de Geografia* (9), p.77-91, 1995.

PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. In *Geografia* (10), p.79-92., 1994.

POMER, Leon. *Paraguai:* nossa guerra contra esse soldado. .São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d. (col. História popular no. 3). 59 p.

PRADO Jr. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 24ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 390 p.

_____. *História econômica do Brasil.* 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. 354 p.

_____. *História Econômica do Brasil.* 14 ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.353 p.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo***.** 24 ª ed São Paulo: Brasiliense, 1996. 390 p.

PRADO, Maria Ligia Coelho. A América Latina e as transformações do sistema capitalista mundial (1880-1910). In *História* (2), pp.69-83, Assis, 1983.

PRETECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: Ribeiro Jr.,L.C.S. (Org.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder*: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908*)*. Assis, 1992. 256 p. Dissertação (Mestrado) Unesp.

_____Mato Grosso do Sul e a Bacia Platina: contatos e conflitos na pré-história do Mercosul. In *Revista de Geografia* (2), p..18-25, 1996.

QUEVEDO, Júlio. *As Missões: crise e redefinição.* São Paulo: Ática, 1993 (série Princípios), 104 p.

RANGEL, Ignácio de Mourão. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. In *Geosul* (15), p. 7-12, 1993.

_____Tarifaço. Geosul, 5 (10), p.107-110, 1991.

_____O Kondratieve e o Juglar. In *Geosul*, 5 (10): p. 115-119, 1991.

_____Dualidade e Ciclo Longo**.** In *Geosu***l,** , 2 (3)*,* p.44-62, 1987.

_____*Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 91 p.

_____ *Ciclo, Tecnologia e Crescimento***.** S.Paulo: Civilização Brasileira, 1982. 172 p.

_____. A história da dualidade brasileira*.* In *Revista de Economia Política,* vol 1, nº 4, p.5-33, outubro-dezembro de 1981.

_____Prefácio à Edição Brasileira. In: ALDANA, Ramón Losada. *Dialética del Subdesarrollo***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.1-11, 1968.

_____Características e Perspectivas da Integração das EconomiasRegionais. In *Revista do BNDE***.** 5 (2): p.43-71., jul-dez.,1968.

_____*Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: textos Brasileiros de Economia (2), 1957. 109 p.

_____.A questão agrária e o ciclo longo. In *Boletim Campo-Grandense de Geografia* (1). pp. 15-30, 1986.

REIS Filho, Nestor G. *Evolução urbana do Brasil.* São Paulo: Biblioteca Pioneira de Arte e Arquitetura Urbana, 1968.

REVISTA CONTROLE DE QUALIDADE. *Produção "just in time"*(35). São Paulo: Banas, p.13-19, 1995.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Comunicação e metrópole: a questão da participação. In *Cadernos do IPPUR,* 4 (1), p. 35-53, 1990.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de F**.** *Campo Grande: O Homem e a Terra***.** Campo Grande: s/ ed. 1993. 557 p.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno.* Luis Cesar Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p 53-78.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

ROCHEFORT, Michel. *Sistemas urbanos.* São Paulo: Hucitec, 1998. 174 p.

RODRIGUES, José Honório. História da Concessão de Terras no Brasil. In *Boletim Geográfico* (162)**.** Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

ROSSATO, Ricardo. *O Governo Brasileiro e o Crescimento Demográfico***.** São Paulo: Ed. Loyola, 1981. 237 p.

ROSSI, Clóvis. *Militarismo na América Latina.* São Paulo: Brasiliense (Col. Tudo é História). 1982. 90 p.

RUIZ, Ernesto.A. Expedições Científicas, Descobrimentos Geográficos e Expansão Política : os EUA e a América Latina no século XIX, In *Geosul* (2) p. 79-93, 1986.

SALDANHA, Atamaril. Capataz Caati. In *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: IEL, p.445-520, 1986.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. In *Território* (4)*,* p.39-53, 1998.

SALINAS, Samuel S. *Do feudalismo ao capitalismo:* transiçõe*s.*9.ed. São Paulo: Atual, 1991. 64 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás***.** Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1975. 158 p.

SANTANA, Neuza. Campo Grande 96 Anos. In *Revista West* (edição especial). p. 7-14.Campo Grande, 1995.

SANTOS, Jair. *O que é pós-moderno.* 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. 111 p.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção***.** São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

_____. Os Novos Mundos da Geografia**.** In *Caderno de Geociências* (5), p/ 19-30, 1996.

_____.*Técnica espaço tempo:* globalização e meio técnico-científico-informacional. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 190 p.

_____*Metamorfoses do espaço habitado*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 124 p.

_____*A Urbanização Brasileira***.** São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

_____.*Metrópole corporativa fragmentada:* o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990. 117 p.

_____*Ensaios sobre a urbanização latino-americana.* São Paulo: Hucitec,1982. 194 p.

_____*Manual de geografia urbana.* São Paulo: Hucitec, 1981. 202 p.

_____*Por uma Geografia Nova***.** São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1978. 236 p.

_____Sociedade e Espaço.In *Boletim Paulista de Geografia* (54), p.81-99, 1977.

SEABRA, Manoel F. G. e GOLDENSTEIN. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. In *Geografia* (1), p. 21-48, 1982.

SEREJO, Hélio.Caraí. IN *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: IEL, p.27-194, 1986.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Vargas.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terrra, 1982. 512 p.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Cia Ed. Nacional (1500-1820), 1969. 475 p.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1968. 377p.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, Regulação e Densidade Normativa. In *Experimental* (2), p.35-45, 1997.

SMITH, T. Lynn. *Organização rural: problemas e soluções.* São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, trad. José Arthur Rios, 1971. 302 p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: Imagens e Representações***.** In 6º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Cd-room- HP 12C. Buenos Aires, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 3. ed. 439 p.

_____. *Síntese de História da cultura brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 136 p.

_____*Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril***.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941. 202 p.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas; a reafirmação do espaço na teoria social e crítica.*Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323 p.

_____ Uma Interpretação Materialista da Espacialidade**.** *Abordagens Políticas da Espacialidade*. (org.) BECKER, Bertha et alii. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia, 1983. p. 22-74.

SOUSA Jr. João José da e TRINDADE, Carlos Alberto H.. O alicerce geológico na formulação da política geoambiental do Estado do Mato Grosso do Sul. *Congresso Brasileiro de Geologia*, 35, 1988, Belém. *Anais...*Belém, 1998, p.2035-2047.

SOUZA, Adáuto de O .Distrito Industrial e (Re) Orientação Espacial Urbana: o Caso de Dourados-MS. In *Revista de Geografia* (2), p.5-9, 1992.

SOUZA Jr. Antônio de. *Fronteiras flutuantes.* Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1954. 419 p.

SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá.* s/ ed. s/d

_____*História de uma região:* Pantanal e Corumbá. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1973. 237 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In *Território* (3), p. 13-35. Rio de Janeiro: Laget/Ufrj, 1997.

_____. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta"do desenvolvimento sócio-espacial. In *Território* (1), p. 6-22, 1996.

SOUZA, Maria Adélia. Etn alii. *Metrópole e Globalização*: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Cedesp, 1999. 254 p.

SPOSITO, M. Encarnação. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.* Eliseu Spósito (Org.). Presidente Prudente: Unesp, 1999. p.13-29.

_____*Capitalismo e Urbanização***.** S.Paulo: Contexto, 1991.80 p.

_____.O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana**.** In *Revista de Geografia* (10), p. 1-18, 1991.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação Social e Estrutura de Classe. In: (org) Otávio Guilherme Velho. *Estrutura de Classes e Estratificação Social***.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.133-170.

SWEEZY, Paul et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo.* Trad. Isabel Didonnet, 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TEIXEIRA, Márcio A . *As Mudanças Agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados***.** São Paulo, Universidade de São Paulo, 1989. 133 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

TESSARO, Olavo. Kanban para controle de manutenção. In *Controle de Qualidade* (134). São Paulo: Banas, p60-61, 1995.

TOLENTINO, Terezinha Lima. *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da guerra da Tríplice Aliança.* São Paulo: Fundação Escola Sociologia Política de São Paulo, 1986. 250 p.

THOMAS, E. V. As Incertezas do Terciário. In *Seleção de Textos,* (16) p. 33-53, 1986.

TRICART, Jean. *Ecodinâmica.* Rio de Janeiro: SUPREN- Superintendência de Recursos Minerais e Meio Ambiente, 1977. 92p.

_____. Contribuição ao estudo das estruturas urbanas. In: *Boletim Geográfico* (135), p.473-482, 1956.

TRINDADE Jr. Saint-Clair C. de.. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. In *Experimental* (4-5), p.71-89, 1996.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 , v. 1.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia*.São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980. 288 p.
TURNER, Jackson. *The frontier in American history.* 3ª ed. Malabar: Krieger, 1985. 374 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. *A Expedição Langsdorf em Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Inprinta/ UFMT, 1984. 107 p.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do Planejamento do Município de Corumbá. In *Boletim Campo-Grandense de Geografia* (1). p. 1-10. Campo Grande, 1986.

VANZOLINI, P.E. Zoologia sistemática, geografia e a origem das espécies. *Revista do Instituto de Geografia* (série teses e monografias), nº 3, p.5-55.

VERHEALST, Thierry. *O direito à diferença.* Petrópolis: Vozes, 1992.

VIEIRA, Maurício C. A . Alça-prima. In *Tipos e aspectos do Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, p. 454-456, 1975.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In *História; novos problemas.* Jacques Le Goff e Pierre Nora (org.)4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 113- 129, 1995.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical***.** 3.ed. Rio de Janeiro:IBGE, 1979. 326 p.

WALTER. Heinrich. *Vegetação e Zonas Climáticas:* tratado de ecologia global. São Paulo: EPU, 1986. 325p.

WEBER, Max. Estamentos e Classes. In: *Economia e Sociedade***.** 3.ed.Trad. Brasileira. Brasília, Editora da UNB, 1994. p. 199-206.

_____. Classe, "Status", Partido. In:**.** VELHO, Otávio G.(org.) e tradução. *Estrutura de Classes e Estratificação Social***.** 8.ed. (extraido) *Essays in Sociology*., Rio de Janeiro: Zahar, p. 61-83, 1979.

WEINGARTNER, Alisolete A. dos Santos. *Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul:1889-1930.* Porto Alegre: Ed. EST, 1995. 83 p.

WHITEHEAD, Alfred North. *Simbolismo*: o seu significa e efeito. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1987. 74p.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade:* o uso humano de seres humanos. 9.ed. São Paulo: Cultrix,1993. 190 p.

ZAVATINI, João Afonso. Dinâmica climática no Mato Grosso do Sul. In *Geografia*, 17 (2), p. 65-91. Rio Claro: Unesp, outubro de 1992.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil* (1532-1700). São Paulo: Progresso, 1948.